



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2315

Quarta-feira - 09 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Frei Rogério .....	182	Modelo .....	387
Água Doce .....	4	Galvão .....	188	Mondai .....	388
Alto Bela Vista .....	5	Garopaba .....	192	Morro da Fumaça .....	390
Anchieta .....	6	Garuva .....	202	Morro Grande .....	398
Anitápolis .....	7	Gaspar .....	204	Navegantes .....	399
Antônio Carlos .....	8	Governador Celso Ramos .....	208	Nova Trento .....	411
Arabutã .....	9	Grão Pará .....	209	Novo Horizonte .....	412
Arroio Trinta .....	12	Gravatal .....	210	Orleans .....	413
Ascurra .....	15	Guaraciaba .....	212	Ouro .....	421
Balneário Piçarras .....	17	Guaramirim .....	217	Palhoça .....	424
Balneário Rincão .....	18	Guarujá do Sul .....	222	Palma Sola .....	428
Bandeirante .....	19	Guatambú .....	224	Paraíso .....	430
Barra Bonita .....	24	Herval d'Oeste .....	225	Passo de Torres .....	468
Barra Velha .....	25	Ibiam .....	227	Passos Maia .....	478
Bela Vista do Toldo .....	26	Ibirama .....	228	Paulo Lopes .....	484
Belmonte .....	27	Ilhota .....	230	Penha .....	485
Benedito Novo .....	28	Imbituba .....	232	Peritiba .....	498
Biguaçu .....	31	Indaial .....	237	Pinheiro Preto .....	500
Blumenau .....	40	Iomerê .....	249	Piratuba .....	501
Bom Jesus do Oeste .....	58	Iporã do Oeste .....	250	Planalto Alegre .....	502
Bom Retiro .....	61	Ipuacú .....	252	Pomerode .....	503
Botuvera .....	62	Ipumirim .....	254	Porto Belo .....	506
Brusque .....	65	Iratí .....	255	Porto União .....	507
Caçador .....	67	Irineópolis .....	256	Pouso Redondo .....	518
Camboriú .....	68	Itá .....	271	Praia Grande .....	519
Campo Alegre .....	69	Itaiópolis .....	273	Presidente Nereu .....	520
Campo Erê .....	76	Itapiranga .....	274	Princesa .....	522
Campos Novos .....	77	Itapoá .....	275	Rancho Queimado .....	523
Canoinhas .....	102	Ituporanga .....	284	Rio das Antas .....	524
Capinzal .....	108	Jaborá .....	287	Rio do Sul .....	525
Catanduvas .....	112	Jacinto Machado .....	289	Romelândia .....	564
Caxambu do Sul .....	115	Jaraguá do Sul .....	290	Salto Veloso .....	567
Celso Ramos .....	116	Joaçaba .....	299	Santa Helena .....	569
Chapadão do Lageado .....	118	José Boiteux .....	304	Santa Rosa do Sul .....	571
Chapecó .....	119	Lages .....	305	Santa Terezinha do Progresso .....	572
Cocal do Sul .....	120	Laguna .....	306	São Bento do Sul .....	573
Concórdia .....	121	Lajeado Grande .....	307	São Carlos .....	609
Cordilheira Alta .....	122	Lauro Muller .....	308	São João Batista .....	610
Coronel Freitas .....	128	Lebon Regis .....	309	São João do Oeste .....	615
Coronel Martins .....	141	Leoberto Leal .....	313	São Joaquim .....	616
Corupá .....	142	Lindóia do Sul .....	314	São José .....	617
Cunha Porã .....	159	Luis Alves .....	315	São José do Cedro .....	632
Cunhataí .....	160	Luzerna .....	316	São Lourenço do Oeste .....	662
Curitibanos .....	164	Macieira .....	320	São Miguel da Boa Vista .....	666
Dionísio Cerqueira .....	172	Mafra .....	321	São Miguel do Oeste .....	667
Flor do Sertão .....	173	Maracajá .....	323	São Pedro de Alcântara .....	668
Formosa do Sul .....	174	Maravilha .....	325	Schroeder .....	669
Forquilha .....	175	Massaranduba .....	327	Seara .....	676
Fraiburgo .....	178	Meleiro .....	386	Serra Alta .....	680

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2315

Quarta-feira - 09 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

Sombrio.....	681	Treze Tílias .....	695	Vargem .....	707
Tangará.....	682	Trombudo Central.....	696	Vidal Ramos.....	709
Tigrinhos .....	683	Tunápolis.....	697	Videira.....	710
Tijucas .....	686	Turvo .....	698	Vitor Meireles.....	718
Timbé do Sul .....	687	União do Oeste .....	704	Xanxerê.....	719
Timbó .....	689	Urussanga .....	705	Xavantina .....	724
Três Barras .....	691	Vargeão.....	706	Xaxim.....	725

## Associações

EGEM .....	726
------------	-----

## Consórcios

AGIR .....	729
ARIS .....	731
CISAM .....	733



# Agrônômica

## PREFEITURA

**309/2017**

PORTARIA Nº 309/2017 DE 09 DE AGOSTO DE 2017

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de procedimento médico a que foi submetido o servidor municipal Sr. MAURO NICOLETTI, matrícula n.º 213 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Profissional e lotação no Departamento de obras.

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

**RESOLVE:**

1-) -) Concede licença médica pelo período de 15 (quinze) dias remunerada, iniciando-se em 07/08/2017 até 21/08/2017, o servidor municipal Sr. MAURO NICOLETTI, matrícula n.º 213 ocupante do cargo de provimento temporário Agente profissional e lotação no Departamento de obras

.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 09 de agosto de 2017

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

### TERMO DE RESCISÃO AO CONVÊNIO Nº 004/2017

TERMO DE RESCISÃO AO CONVÊNIO nº 004/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC E O HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PAZ, EM 03/07/2017.

Pelo presente instrumento O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 939.398/0001-90, com sede na Praça João Macagnan, nº 322, centro, no Município de Água Doce/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito Municipal ANTONIO JOSÉ BISSANI, e de outro lado o HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PAZ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 82.776.550/0001-61, com sede na Rua Frei Dario, 109, centro, doravante denominado simplesmente HOSPITAL neste ato representado por seu Presidente FILIPE COMPIANI, resolvem celebrar o presente Termo de Rescisão ao Convênio nº 004/2017.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Considerando a Recomendação do Ministério Público Estadual por sua 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo de Rescisão referente ao Convênio nº 004/2017, de 03 de julho de 2017, celebrado, cujo objeto era a cessão, pelo MUNICÍPIO ao HOSPITAL, de um servidor público municipal, visando o auxílio na administração daquela entidade.

E, por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce, 08 de agosto de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

FILIPE COMPIANI

Presidente Hospital Nossa Senhora da Paz

Testemunhas:

MARILUCY SARE KUSMANN

CPF 023.802.499-70

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

CPF 005.614.416-95



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2467, DE 07 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Sr. JAIRO JOSÉ KAPLAN, , inscrito no CPF sob o nº 469.236.409-20, portador da cédula de Identidade nº 1.143.945 - SSP/SC, para o cargo de COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com as atribuições estabelecidas no art. 17, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 085, de 12 de junho de 2017.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 07 de Agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 096/2017

DECRETO Nº. 096/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA O ART. 2º DO DECRETO Nº 003/2017 QUE DESIGNA PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º O Artigo 2º do Decreto nº 003/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de

Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura

Municipal de Anchieta – SC, os seguintes servidores:

I – VANUSA CANTÚ;

II – IDENES MARIA FIORENTIN SCHENA;

III – OTHAR ROSTIROLLA;

IV – MARIELI WENDLING.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 07 de agosto de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Fernanda Cristina Segalin  
Secretária de Administração e Gestão

### PORTARIA Nº 281/2017

PORTARIA Nº 281/2017

De, 07 de agosto de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 84, inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de ampliar o prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar fixado pela Portaria nº 220/2017;

#### RESOLVE:

Prorrogar o prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 220/2016.

Art. 2º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Em 07 de agosto de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Fernanda Cristina Segalin – Secretária de Administração e Gestão

# Anitápolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO N°. 049/2017

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N° 036/2017 - CONCORENCIA PÚBLICA. EXTRATO DO CONTRATO N°. 046/2017. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADO: TEREZINHA S. MAYER. Valor mensal: R\$ 250,00. OBJETO: Cessão de direito de uso onerosa para a utilização e exploração econômica das dependências identificadas como bar, lanchonete da Usina Municipal (centro de lazer), localizado na Rua Léo Vambommel, bairro Centro, nesta cidade de Anitápolis/SC. Data da Assinatura: 08/08/2017. Prazo de vigência: 31/12/2017. Anitápolis, 09/08/2017. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

**Antônio Carlos****PREFEITURA****CONVITE: AUDIÊNCIA PÚBLICA**

CONVITE: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEFINIÇÃO E DISCUSSÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO – 2018.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, parágrafo único, I, da Lei Complementar nº 101/2.000, - Lei de Responsabilidade Fiscal, - CONVIDA as entidades civis organizadas e a população em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada às 17:30 horas do dia 15 DE AGOSTO de 2017 no auditório da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos.

O objetivo é a discussão e a definição das prioridades e metas da Administração Municipal relacionadas aos investimentos e geração de despesas a serem incluídos na LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO - PARA 2018.

A sua participação é muito importante.

Antônio Carlos, 08 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 99/2017****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº 99/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 031/2017 – Processo Licitatório nº 047/2017. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: L&M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto aditar o quantitativo e consequente o valor do presente contrato, que consiste na aquisição parcelada de material de limpeza, material de higiene para uso da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos/SC. Aditamento: Fica alterado o quantitativo do item 29, conforme tabela abaixo, totalizando o valor de R\$ 1.637,50 (Um mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ADITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
29	Papel Toalha Branco - Fardo - em bloco, para toalheiro de papel intercalado, classe 1 extrabranco (alvura ISO igual ou superior a 85%), crepado, gofrado, fabricado exclusivamente com fibras celulósicas virgens (não recicladas), sendo admitidas aparas do tipo "A" (papel branco de ótima qualidade, sem pigmentação ou revestimento), com 2 dobra (2 faces), medindo, no mínimo, 20 x 21cm (larg. x comp.), com gramatura igual ou superior a 27 g/m², acondicionado em embalagens com, no mínimo, 4 pacotes (pacote c/, no mínimo, 1.000 fls.).	FARDO	250	R\$ 6,55	R\$ 1.637,50

Antônio Carlos, 08 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N 403/2017**

PORTARIA Nº 403/2017

Admite ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2017;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, SCHEILA SUELY ITSO, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 09 de agosto de 2017, em substituição à servidora efetiva MANUELLE DECKER MANNES, de licença para tratamento de saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 09 de agosto de 2017.



Modalidade	108	3390000000000000010000	Aplicações Diretas	15.000,00
Órgão	16	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade	01	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo		
Projeto Atividade	2.067	Atividades de Urbanismo para Cidade de Qualidade		
Modalidade	122	3390000000000000010000	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão	16	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade	01	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo		
Projeto Atividade	2.092	Coleta, Transporte e Tratamento de Lixo Urbano		
Modalidade	127	3390000000000000010000	Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL				315.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.012	Ampliação e Conservação Predial Educação Infantil - Pré Escola		
Modalidade	38	4490000000000000010190	Aplicações Diretas	50.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.016	Mobiliário e Equipamentos para Ensino Fundamental		
Modalidade	40	4490000000000000010190	Aplicações Diretas	15.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.065	Infraestrutura Predial para Ensino Fundamental		
Modalidade	43	4490000000000000010190	Aplicações Diretas	50.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.039	Gestão das Políticas e Ações do Ensino Fundamental		
Modalidade	56	3190000000000000010190	Aplicações Diretas	45.000,00
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	02	Diretoria de Cultura		
Projeto Atividade	1.035	Construção do Centro Municipal de Eventos e Cultura		
Modalidade	83	4490000000000000010000	Aplicações Diretas	100.000,00
Órgão	15	SECRETARIA MUN. AGRIC. IND. COM. SERV. MEIO AMBIENTE		
Unidade	01	Setor dos Programas Ações e Atividades. Da Agricultura e Pecuária		
Projeto Atividade	2.064	Feiras, Eventos e Capacitação de Agricultores		
Modalidade	100	3390000000000000010000	Aplicações Diretas	40.000,00
Órgão	15	SECRETARIA MUN. AGRIC. IND. COM. SERV. MEIO AMBIENTE		
Unidade	03	Setor de Meio Ambiente		
Projeto Atividade	1.023	Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água Rural		
Modalidade	103	3390000000000000010000	Aplicações Diretas	15.000,00
TOTAL				315.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Arabutã – SC, 04 de Agosto de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Em 04 de agosto de 2017

Gláucia Pottratz

Responsável pelas Publicações

### **TERMO RESCISÃO CONTRATO 34/2017**

#### **TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATOS DE TRABALHOS TEMPORÁRIOS**

Fica rescindido a partir de 31 de julho 2017 o contrato de 34/2017 firmados entre a Senhora, Ederli Weber e o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, por término da vigência contratual.

Arabutã/SC, 08 de agosto de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1815

DECRETO Nº 1815, de 01 de agosto de 2017.

Prorroga o Mandato dos Conselhos Administrativo e Fiscal do IPREARROIO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 793/1999, que instituiu o IPREARROIO, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Mandato dos Conselhos Administrativo e Fiscal do IPREARROIO pelo período de 01/08/2017 a 31/12/2017. Parágrafo único. Durante este período será lançado o edital para eleição dos novos conselheiros do IPREARROIO.

Art. 2º O exercício do cargo de membro dos Conselhos Administrativo e Fiscal não contemplará nenhum tipo de remuneração.

Art. 3º As atribuições e competências dos Conselhos estão dispostas na Lei de criação do IPREARROIO.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de agosto de 2017.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1816

DECRETO Nº 1816, de 01 de agosto de 2017.

Prorroga Mandato Diretor-Executivo e Tesoureiro do IPREARROIO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 793/99 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o mandato do senhor Michel Junior Serighelli, servidor público municipal, detentor do cargo de provimento efetivo de Técnico Tributário, para o cargo de Diretor-Executivo do IPREARROIO - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Arroio Trinta, e a senhora Vânia Ferronato Campagnin, servidora pública municipal, detentora do cargo de provimento efetivo de Professor, para o cargo de Tesoureiro do IPREARROIO - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Arroio Trinta, nos termos da Lei Municipal nº 793/99 e suas alterações posteriores.

Art. 2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de agosto de 2017.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1817

DECRETO Nº 1817, de 04 de agosto de 2017.

Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Trânsito do Município de Arroio Trinta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1633 de 18/04/2013 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Trânsito do Município de Arroio Trinta, composto pelos seguintes membros:

a) 01 (um) representante da Secretaria de Infraestrutura:

AGOSTINHO ANTÔNIO ZAMBONI

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

JOÃO MARCOS FERRONATO

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação:

JULIAR LUIZ MANENTI

d) 01 (um) representante do Departamento de Urbanismo:

ZELIR ANTONIO ABATI

e) 01 (um) representante da Polícia Militar:

ADILSON ANSILIERO

f) 01 (um) representante da Polícia Civil:

MARCIA YUNG

g) 01 (um) representante da ASMOART – Associação dos Motoristas de Arroio Trinta:

SIDNEI SERIGHELLI

h) 02 (dois) representantes da Câmara Municipal:

ALEXANDRE SERIGHELLI

OSMAR LUIZ DA SILVA

i) 02 (dois) representantes da ACIAT – Associação Comercial e Industrial de Arroio Trinta:

IVONEI CARDOSO DE OLIVEIRA

DRACIEL GUSTAVO SCHUSTER

Art. 2º São atribuições do Conselho Municipal de Trânsito, constante no art. 2º, incisos I à XI da Lei Municipal nº 1633/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de agosto de 2017.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1809

LEI COMPLEMENTAR Nº 1809, DE 05/07/2017.

Altera Dispositivo da Lei Complementar nº 1713/2014, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 159 da Lei Complementar nº 1713/2014 passa vigorar com a seguinte redação:



“Art. 159. (...)

§1º. Para atuação como Pregoeiro, a autoridade competente poderá fixar gratificação de cinquenta e cinco por cento (55%) do Nível VIII da Tabela Salarial, do quadro de pessoal – Lei Complementar nº 1712/2014.

§2º. (...)

§3º. (...)

Art. 2 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 05 de julho de 2017.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 05 de julho de 2017.

Michel Junior Serighelli

Responsável

**TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 - CONTRATO Nº 0047/2017 - JEAN PYER VIVIAN EIRELI EPP**

TERMO ADITIVO 0001/2017 AO CONTRATO Nº0047/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº0061/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2017, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA JEAN PYER VIVAM EIRELI EPP - AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDOR DE ADUBO.

TERMO ADITIVO que entre si celebram O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC e de outro lado à empresa JEAN PYER VIVAM EIRELI EPP, , pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº06.161.649/0001-70, com sede na Rua Sagrada Família nº 353 no município de Maravilha – Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor JEAN PYER VIVIAN, brasileiro, empresário, Portador do CPF sob nº 058.020.639-47 e CI sob nº 4.906.295, Residente e domiciliado na Rua Vitorino Salles Fagundes nº 1007, na cidade de Maravilha – Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0061/2017, Pregão Presencial Nº 0019/2017, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

**CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA – DO PRAZO**

A CLAÚSULA QUARTA do Contrato nº 0047/2017, passa a vigor com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – Pelo presente Termo o prazo de duração do contrato nº 0048/2017 será de 90(noventa) dias, ou seja, de 12 de agosto de 2017 a 12 de novembro de 2017, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes, mantidas as mesmas condições do instrumento original. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato

original, permanecem inalteradas.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 12 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JEAN PYER VIVAM EIRELI EPP

CNPJ nº 06.161.649/0001-70

CONTRATADA

JEAN PYER VIVIAN,

CPF nº 058.020.639-47

TESTEMUNHAS

MARILIA BORGIA FERRONATO

CPF Nº: 066.042.359-63

GIZELI MAFFIOLETTI

CPF Nº: 088.733.359-18

TERMO ADITIVO 0001/2017 AO CONTRATO N.º 0047/2017

PROCESSO PREGÃO Nº 0019/2017

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDOR

CONTRATADA: JEAN PYER VIVAM EIRELI EPP

PRAZO: 12/11/2017

**TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 - CONTRATO Nº 0048/2017 - JEAN PYER VIVIAN EIRELI EPP**

TERMO ADITIVO 0001/2017 AO CONTRATO Nº0048/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº0060/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2017, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA JEAN PYER VIVAM EIRELI EPP - AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDOR DE ADUBO E CARRETA METÁLICA.

TERMO ADITIVO que entre si celebram O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC e de outro lado à empresa JEAN PYER VIVAM EIRELI EPP, , pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº06.161.649/0001-70, com sede na Rua Sagrada Família nº 353 no município de Maravilha – Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor JEAN PYER VIVIAN, brasileiro, empresário, Portador do CPF sob nº 058.020.639-47 e CI sob nº 4.906.295, Residente e domiciliado na Rua Vitorino Salles Fagundes nº 1007, na cidade de Maravilha – Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0060/2017, Pregão Presencial Nº 0018/2017, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

**CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA – DO PRAZO**

A CLAÚSULA QUARTA do Contrato nº 0048/2017, passa a vigor com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – Pelo presente Termo o prazo de duração do contrato nº 0048/2017 será de 90(noventa) dias, ou seja, de 12 de agosto de 2017 a 12 de novembro de 2017, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes, mantidas as mesmas condições do instrumento original. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 12 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JEAN PYER VIVAM EIRELI EPP

CNPJ nº 06.161.649/0001-70

CONTRATADA

JEAN PYER VIVIAN,

CPF nº 058.020.639-47

TESTEMUNHAS

MARILIA BORGIA FERRONATO

CPF Nº: 066.042.359-63

GIZELI MAFFIOLETTI

CPF Nº: 088.733.359-18

TERMO ADITIVO 0001/2017 AO CONTRATO N.º 0048/2017

PROCESSO PREGÃO Nº 0018/2017

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDOR E CARRETA METÁLICA

CONTRATADA: JEAN PYER VIVAN EIRELI EPP

PRAZO: 12/11/2017

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 51/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato n. 51/2017 ref. Tomada de Preços n. 44/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Empreiteira de Mão de Obra VB LTDA - EPP

CNPJ: 08.628.996/0001-96

Objeto: Execução de reforma e ampliação na Escola Municipal Pequeno Príncipe - compreendendo 291,41m², conforme projeto básico, memoriais descritivo e quantitativo, cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária e projetos diversos

Valor: total de R\$ 138.530,61 (cento e trinta e oito mil quinhentos e trinta reais e sessenta e um centavos)

Vigência: 31/12/2017

Ascurra, 9 de agosto de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Ascurra, 9 de agosto de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Enilson Erley de Freitas

Secretário de Saúde e Assistência Social

### EXTRATO DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO N. 7/2016 FMS - CENTRO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - EPP

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato do credenciamento n. 7/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Centro de Análises Clínicas LTDA - EPP

CNPJ: 01.221.234/0002-02

Objeto: Credenciamento de unidades prestadoras de serviços de assistência a saúde e/ ou profissionais para os procedimentos em exames de Laboratório Clínico para as Unidades de Saúde do Município de Ascurra (SC), compreendendo coleta e análise.

Valor: O valor total mensal ficará determinado pela demanda atendida e apresentada em fatura com as autorizações e a lista com os nomes dos atendidos, sendo que o valor a ser praticado na prestação dos serviços, será obtido através da aplicação dos valores definidos pela Tabela com todos os procedimentos e o valor a ser pago por exame (Anexo II do Edital de Credenciamento n.º 7/2016 FMS).

Vigência: até 29/6/2018.

Ascurra, 9 de agosto de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Enilson Erley de Freitas

Secretário de Saúde e Assistência Social

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 52/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato n. 52/2017 ref. Credenciamento n. 34/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: George Oscar Yared Kielwagen

CPF: 038.040.529-67

Objeto: Serviços de arbitragem e/ou mesário e/ou assistente, para atender, em regime de rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da CME, para o ano de 2017, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento n.º 34/2017.

Vigência: 31/12/2017

Ascurra, 9 de agosto de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO N. 7/2016 FMS - CLÍNICA D' ABREU LTDA ME

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato do credenciamento n. 7/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Clínica D'Abreu LTDA ME

CNPJ: 08.171.566/0001-98

Objeto: Credenciamento de unidade prestadora de serviços de assistência a saúde e/ou profissionais para os procedimentos de consultas médicas em clínica médica.

Valor: O valor total mensal ficará determinado pela demanda atendida e apresentada em fatura com as autorizações e a lista com os nomes dos atendidos, sendo que o valor a ser praticado na prestação dos serviços, será obtido através da aplicação dos valores definidos pelo Conselho de Saúde do Município de Ascurra (Anexo I do Edital de Credenciamento n.º 7/2016 FMS).

Vigência: até 29/6/2018

Ascurra, 9 de agosto de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Enilson Erley de Freitas

Secretário de Saúde e Assistência Social

### EXTRATO DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO N. 7/2016 FMS - CENTRAL MED LTDA

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato do credenciamento n. 7/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Central Med Ltda

CNPJ: 01.147.588/0001-73

Objeto: Credenciamento de unidade prestadora de serviços de assistência a saúde e/ou profissionais para os procedimentos de consultas médicas em clínica médica.

Valor: O valor total mensal ficará determinado pela demanda atendida e apresentada em fatura com as autorizações e a lista com os nomes dos atendidos, sendo que o valor a ser praticado na prestação dos serviços, será obtido através da aplicação dos valores definidos pelo Conselho de Saúde do Município de Ascurra (Anexo I do Edital de Credenciamento n.º 7/2016 FMS).

Vigência: 29/6/2018

**EXTRATO DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO N. 7/2016 FMS - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS IBIRAMA LTDA - EPP**

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato do credenciamento n. 7/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Laboratório de Análises Clínicas Ibirama LTDA – EPP

CNPJ: 81.388.514/0001-68

Objeto: Credenciamento de unidades prestadoras de serviços de assistência a saúde e/ ou profissionais para os procedimentos em exames de Laboratório Clínico para as Unidades de Saúde do Município de Ascurra (SC), compreendendo coleta e análise.

Valor: O valor total mensal ficará determinado pela demanda atendida e apresentada em fatura com as autorizações e a lista com os nomes dos atendidos, sendo que o valor a ser praticado na prestação dos serviços, será obtido através da aplicação dos valores definidos pela Tabela com todos os procedimentos e o valor a ser pago por exame (Anexo II do Edital de Credenciamento n.º 7/2016 FMS).

Vigência: até 29/6/2018.

Ascurra, 9 de agosto de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Enilson Erley de Freitas

Secretário de Saúde e Assistência Social

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ADITIVO 02/2017 DO CONTRATO 01/2017 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

ADITIVO Nº 02/2017 de 12/05/2017 – PMBP

CONTRATO Nº 01/2017-PMBP DE 12/01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2016-PMBP

HOMOLOGADO EM 12/01/2017

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 037/2016 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2016-PMBP, e tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obras e serviços de Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica e Sinalização da Rua Abílio Manoel de Borba - Trecho 1 conforme documentos anexos ao Processo, em estrita observância aos Memoriais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, documentos anexos ao Processo. Conforme solicitação e justificativa da Contratada e parecer técnico, constantes no Memorando nº 202/2017 da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, prorroga-se a vigência do presente contrato em 90 (noventa) dias, contados a partir de 11 de agosto de 2017, passando a vigorar até o dia 11 de novembro de 2017.

Conforme solicitação e justificativa da Contratada e parecer técnico, constantes no Memorando nº 202/2017 da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, Adita-se ao valor do contrato a quantia de R\$141.936,35 (cento e quarenta e um mil, novecentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos).

Suprime-se do valor do contrato, referente à parcela financiada, a quantia de R\$1.631,70 (mil, seiscentos e trinta e um reais e setenta centavos).

O valor global final passa a ser a monta de R\$1.031.598,33 (um milhão, trinta e um mil, quinhentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos).

Balneário Piçarras, 31 de julho de 2017.

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 - FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017 – FME

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 - FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017 – FME

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para AQUISIÇÃO DE RELOGIO PONTO E BOBINA para a Secretaria Municipal de Educação. Recebimento dos Envelopes até: 23/08/2017 às 09h. Data da Sessão Pública: 23/08/2017 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 08 de agosto de 2017. Laureci Bernadete Schneider Pereira – Secretaria de Educação.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2017- PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017- PMBP

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2017- PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017- PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço global, para LOCAÇÃO DE MÁQUINARIO E CAMINHÕES, para manutenção de vias municipais. Recebimento dos Envelopes até: 24/08/2017 às 14h. Data da Sessão Pública: 24/08/2017 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 08 de agosto de 2017. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE ADITIVO - IÇARENSE

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 014/FMS/2017. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato, na forma do artigo 65, Inciso II, alínea d, da Lei Nº. 8666/93, e Parecer Jurídico favorável. ASSINATURA: 04/08/2017. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi.

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 025/PMBR/2017. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato, na forma do artigo 65, Inciso II, alínea d, da Lei Nº. 8666/93, e Parecer Jurídico favorável. ASSINATURA: 04/08/2017. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi.

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 017/PMBR/2017. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato, na forma do artigo 65, Inciso II, alínea d, da Lei Nº. 8666/93, e Parecer Jurídico favorável. ASSINATURA: 04/08/2017. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi.

# Bandeirante

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2017 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 06/2017

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de ferramenta de gerenciamento de unidade de saúde para o ano de 2017, com as diversas funcionalidades necessárias, incluindo implantação, treinamento e suporte técnico.

Fundamento Legal: Art 24 Inciso II da Lei 8666/93.

Contratado: RANG TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA ME CNPJ: 19.286.537/0001-98

Valor: R\$ 2.925,00

Bandeirante, 01 de agosto de 2017

NEURI BIAZZI – Gestor do FMS

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 14/2017 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de seguro veicular pelo período 12 (doze) meses, contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, para os veículos lotados no Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante, conforme as especificações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até as 08h15min do dia 21/08/2017, no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, na Av. Santo Antônio, 1069, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital estará disponível no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br).

Informações pelo fone (049) 3626 0012, ou pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br)

Bandeirante/SC, 07 de agosto de 2017.

Neuri Biazzi - Gestor do FMS.

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 47/2017 PMB**

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Objeto: Aquisição de troféus e medalhas com entrega imediata, para a premiação do campeonato municipal de futsal, categorias veterano, feminino, livre e sub-16, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h15min do dia 22/08/2017 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br) ou solicitado pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br).

Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 08 de agosto de 2017.

Celso Biegelmeier- Prefeito Municipal.

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 48/2017 PMB**

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo de seguro, para prestação de serviço de seguro veicular pelo período 12 (doze) meses, contados a partir da vigência das apólices dos veículos, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 09h00min do dia 21/08/2017 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 09h15min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br) ou solicitado pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br).

Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.



Bandeirante/SC, 08 de agosto de 2017.  
Celso Biegelmeier- Prefeito Municipal.

## **DECRETO 062\_2017 - HOMOLOGA INSCRIÇÕES EDITAL - 08\_2017 PROCESSO\_SELETIVO 01\_2017**

Decreto nº 062, de 09 de agosto de 2017.

Homologa as inscrições dos candidatos inscritos no Edital nº 08 de Processo Seletivo nº 001/2017, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições dos candidatos inscritos no Edital nº 08 de Processo Seletivo nº 001/2017, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, a seguir:

AUXILIAR DE CRECHE - BANDEIRANTE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	49	ALEXANDRA RAIARA DA ROCHA	HOMOLOGADA
2	84	ALINE TREVIZAN TESTOLIN	HOMOLOGADA
3	76	BRUNA FORMIGUERI PANIS	HOMOLOGADA
4	18	LIDIANE ANA LARDINI MARCHEZAN	HOMOLOGADA
5	139	LORENICE BIANCHINI	HOMOLOGADA
6	11	MARIA EDUARDA BALDUS GULARTE	HOMOLOGADA
7	108	MARISTELA OLIBONI WASEM	HOMOLOGADA
8	47	MARLENE BATAGLIN	HOMOLOGADA
9	142	SIRLEI DE FATIMA ULRICH CARDOSO	HOMOLOGADA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MERENDEIRA) - BANDEIRANTE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	144	GUIOMAR SANTIN RODRIGUES DA ROSA	HOMOLOGADA
2	50	IEDA ALBERTI	HOMOLOGADA
3	133	JOLINDA ADELAIDE DE LIMA	HOMOLOGADA
4	126	MARCIA LUCIANI ULRICH	HOMOLOGADA
5	51	SILVANE APARECIDA VIANA	HOMOLOGADA
ORIENTADOR EDUCACIONAL (HABILITADO) - BANDEIRANTE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	152	CLAUDIA ROMA	HOMOLOGADA
2	130	DANIELA REGINA BOSING	HOMOLOGADA
PROFESSOR (SEGUNDO PROFESSOR) (HABILITADO) - BANDEIRANTE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	46	CLAUDINEI CAVASSINI	HOMOLOGADA
2	65	JULIANA BASSO DONADELLO	HOMOLOGADA
PROFESSOR (SEGUNDO PROFESSOR) (NÃO HABILITADO) - BANDEIRANTE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	97	CIRLENE MATHIELLO	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (HABILITADO) - BANDEIRANTE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	32	ADRIANA BERTÉ	HOMOLOGADA
2	29	BRUNA CARLA BERTÉ	HOMOLOGADA
3	48	CLAUDETE MARIA PACINI KUHN	HOMOLOGADA
4	45	CLAUDINEI CAVASSINI	HOMOLOGADA
5	131	DANIELA REGINA BOSING	HOMOLOGADA
6	37	FABIANA SPIES	HOMOLOGADA
7	79	GERUSA IZABEL MÂNICA	HOMOLOGADA
8	114	GRICELDA RODRIGUES DA SILVA	HOMOLOGADA
9	64	INÊS MARIA DE VALLE GONZATTI	HOMOLOGADA
10	26	JOCELAINE SANTIN	HOMOLOGADA
11	60	JOCIANI FATIMA ALVES PINHEIRO HAMMES	HOMOLOGADA
12	66	JULIANA BASSO DONADELLO	HOMOLOGADA



13	156	JURACEMA FASSBINDER SCHAFFER	HOMOLOGADA
14	123	LUCIA SENILDA MACHADO	HOMOLOGADA
15	117	MARITÂNIA M.LOLATO	HOMOLOGADA
16	140	NAIARA KOSLOSKI	HOMOLOGADA
17	111	PATRÍCIA COZER	HOMOLOGADA
18	15	PRESCILA ELENA MOREIRA	HOMOLOGADA
19	42	RAQUEL FABIANA DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
20	94	ROQUE FRANCISCO RIBEIRO	HOMOLOGADA
21	23	ROSELANE TRESSOLDI PEDERSETTI	HOMOLOGADA
22	20	SUZANA SIMIONI	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (NÃO HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	155	CLEUSA BIGATON VICENZI	HOMOLOGADA
2	104	JAQUELINE CHIESA	HOMOLOGADA
3	150	JÉSSICA CITTOLIN TRENHAGO	HOMOLOGADA
4	58	SIMONE MARIA BRACHT	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE ARTE (HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	33	CLAUDIA ROMA	HOMOLOGADA
2	73	LUANA DE OLIVEIRA ANDRADE	HOMOLOGADA
3	135	SALETE TREVIZAN TESTOLIN	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS (HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	87	MADALENA ZANCAN	HOMOLOGADA
2	3	MARCOS ALBERTO AHLF	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS (NÃO HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	4	MARCOS ALBERTO AHLF	HOMOLOGADA
2	59	SIMONE MARIA BRACHT	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	153	ACLIDIO PECOS VALDUGA	HOMOLOGADA
2	146	ANA PAULA GONCALVES	HOMOLOGADA
3	9	CLAUDIO ANDRÉ MACHADO	HOMOLOGADA
4	101	DIONARA MARCIA CASAGRANDE	HOMOLOGADA
5	143	ELOUIZA ORSO BIANCHI	HOMOLOGADA
6	16	EMERSON MAICO BAIERLE	HOMOLOGADA
7	27	GIOVANI MACEDO	HOMOLOGADA
8	68	LAERTE JONES PLETSCHE	HOMOLOGADA
9	41	SABRINA PRISCILA SIMIONI	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (NÃO HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	52	BRUNO ROANI MENEGUEL	HOMOLOGADA
2	71	GABRIELI MARISA VIDOR WOLFART	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	31	ADRIANA BERTÉ	HOMOLOGADA
2	30	BRUNA CARLA BERTÉ	HOMOLOGADA
3	38	FABIANA SPIES	HOMOLOGADA
4	78	GERUSA IZABEL MÂNICA	HOMOLOGADA
5	113	GRICELDA RODRIGUES DA SILVA	HOMOLOGADA
6	63	INÊS MARIA DE VALLE GONZATTI	HOMOLOGADA
7	25	JOCELAINE SANTIN	HOMOLOGADA
8	77	JULIANA FÁTIMA KLEIN	HOMOLOGADA
9	128	KELIN BALDIN	HOMOLOGADA
10	138	MARITÂNIA M.LOLATO	HOMOLOGADA
11	85	NEURA ANA TRENHAGO	HOMOLOGADA

12	110	PATRÍCIA COZER	HOMOLOGADA
13	14	PRESCILA ELENA MOREIRA	HOMOLOGADA
14	112	QUELI LUCIA SCARAVONATTI PASQUALI	HOMOLOGADA
15	43	RAQUEL FABIANA DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
16	21	SUZANA SIMIONI	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	116	ANA CAVALHEIRO DA SILVEIRA PILATTI	HOMOLOGADA
2	98	CIRLENE MATHIELLO	HOMOLOGADA
3	154	CLEUSA BIGATON VICENZI	HOMOLOGADA
4	151	JÉSSICA CITTOLIN TRENHAGO	HOMOLOGADA
5	55	JURACEMA FASSBINDER SCHAFFER	HOMOLOGADA
6	121	MÔNICA BATTISTI	HOMOLOGADA
7	127	ROSMERI SALETE MARTINI BECKER	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO (NÃO HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	10	CLAUDIO ANDRÉ MACHADO	HOMOLOGADA
2	107	SIMONNE ANDREA MELZ FALAVIGNA	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE ESPANHOL (HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	132	FABIANI LIBERACI HOPPE CAMARA	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA (NÃO HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	12	ALEX MARCHEZAN	HOMOLOGADA
2	103	CAROLINE CHIESA	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE HISTÓRIA (HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	148	SIDINEI RODRIGUES ALVES DA SILVA JANOWITZ	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE INFORMÁTICA (NÃO HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	125	TIAGO TREVIZAN TESTOLIN	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE INGLÊS (HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	136	CRISTIANE RIBEIRO	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	54	DÉBORA DOS PASSOS	HOMOLOGADA
2	118	JOÃO FELIPE FLACH SIQUEIRA	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (NÃO HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	53	DÉBORA DOS PASSOS	HOMOLOGADA
2	72	GISELI CARLA BAGNARA	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE MATEMÁTICA (HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	99	ADRIANA BALESTRO FRITZEN	HOMOLOGADA
2	137	CRISTIANE RIBEIRO	HOMOLOGADA
3	89	DENISE VICENTINI	HOMOLOGADA
4	124	MAURICIO HENNICKA	HOMOLOGADA
5	69	SANDRA REGINA ANSELMINI	HOMOLOGADA

## PROFESSOR DE MATEMÁTICA (NÃO HABILITADO) - BANDEIRANTE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	102	CAROLINE CHIESA	HOMOLOGADA

PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO BÁSICA - INFORMÁTICA (HABILITADO) - BANDEIRANTE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	100	ADRIANA BALESTRO FRITZEN	HOMOLOGADA
2	129	KELIN BALDIN	HOMOLOGADA
3	147	LIAMARA GONZATTI	HOMOLOGADA
4	88	MADALENA ZANCAN	HOMOLOGADA
5	70	MARIZETE MARCIANE STAHLHOFER	HOMOLOGADA
6	34	SANDRA REGINA ANSELMINI	HOMOLOGADA

Art. 2º Foram homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital nº 08 de Processo Seletivo nº 001/2017, do Município de Bandeirante/SC.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC), em 09 de agosto de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### TERMO DE POSSE

#### TERMO DE POSSE

Em 07 de agosto de 2017, na Prefeitura Municipal de Barra Bonita, compareceu o Sr. Antoninho Nunes de Arnote, nascido em 30.06.1978, no Município de Romelândia - SC, nomeado pela Portaria nº.250, de 01 de agosto de 2017, para exercer o Cargo de Operador de Equipamentos, Grupo V – Transportes Obras e Serviços Gerais - TSG, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, apresentando os seguintes documentos:

- Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, constante de atestado médico oficial;
- CPF n.032.920.719-92
- Título de Eleitor n.º035444300949
- Identidade R.G. n.º3592369
- Todos os demais documentos exigidos no edital.

BARRA BONITA, em 07 de agosto de 2017..

Moacir Piroca

Antoninho Nunes de Arnote

Prefeito Municipal

Servidor Empossado

### TERMO DE POSSE

#### TERMO DE POSSE

Em 07 de agosto de 2017, na Prefeitura Municipal de Barra Bonita, compareceu o Sr. Fernando Carlos Ries, nascido em 04.05.1992 no Município de São Miguel Do Oeste - SC, nomeado pela Portaria nº.249, de 01 de agosto de 2017, para exercer o Cargo de Operador de Equipamentos, Grupo V – Transportes Obras e Serviços Gerais - TSG, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, apresentando os seguintes documentos:

- Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, constante de atestado médico oficial;
- CPF n.083.322.709-20
- Título de Eleitor n.º052464890906
- Identidade R.G. n.º5999095
- Todos os demais documentos exigidos no edital.

BARRA BONITA, em 07 de agosto de 2017..

Moacir Piroca

Fernando Carlos Ries

Prefeito Municipal

Servidor Empossado

# Barra Velha

## PREFEITURA

**PP 048/2017 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 068/2017 - Pregão Presencial nº 048/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de apólice de seguro para frota de Secretaria de Educação, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 22/08/2017 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 22/08/2017 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 09 de agosto de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### **PREGÃO Nº 006-2017 - FMS**

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO 008/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017 - FMS

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.324.957/0001-47, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", onde o objeto é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE CONFORME MINISTÉRIO DA SAÚDE CONVÊNIO DA PROPOSTA 10324.957000/1160-02, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. ENTREGA DE ENVELOPES: Até a 08h30min do dia 24/08/2017. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 24/08/2017 a partir das 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail: [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br). Bela Vista do Toldo, 09 de Agosto de 2017. FRANCISCO JOSUÉ KARVAT - Pregoeiro

# Belmonte

## PREFEITURA

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2017**

MUNICIPIO DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2017

Objeto: O objeto de que trata o presente é a aquisição de fluídos lubrificantes, destinados na manutenção da Retroescavadeira JCB 3C, alocado na Secretaria Municipal de Agricultura do Município, sendo em caráter de urgência devido a evitar-se prejuízos a comunidade rural. Fundamentação legal no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações . Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 03 de agosto de 2017.

Cleomar Pisoni

Prefeito Municipal em Exercício

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017**

MUNICIPIO DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017

Registro de Preços

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, de limpeza e conservação, auxiliar de serviços gerais e de manutenção, no prédio do Centro de Ensino Fundamental Prof. João Revers, Centro de Educação Infantil Pingo de Ouro, Ginásio de Esportes e outros pertencentes a Secretaria de Educação, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 21/08/2017, no Dpto.. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 08 de agosto de 2017.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### 2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017 - RETIFICADO

PREGÃO PRESENCIAL nº 38/2017.

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS.

IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME		
Item	Produto	Valor Unit.
1	CONDICIONADOR DE AR 7.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO.	1.090,00
3	CONDICIONADOR DE AR 9.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO.	1.095,00

TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP		
Item	Produto	Valor Unit.
2	CONDICIONADOR DE AR 9.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO QUENTE/FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO.	1.090,00
6	CONDICIONADOR DE AR 18.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO.	1.095,00

CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME		
Item	Produto	Valor Unit.
4	CONDICIONADOR DE AR 12.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO.	1.250,00

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME		
Item	Produto	Valor Unit.
5	CONDICIONADOR DE AR 18.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO QUENTE/FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO	1.795,00

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 24 de abril de 2017 a 24 de abril de 2018.

Benedito Novo (SC), 24 de abril de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

### 2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017  
PREGÃO PRESENCIAL nº 37/2017.

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA OS DIVERSOS EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO.

Lote 1: SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA OS DIVERSOS JOGOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO		
MULTI EVENTOS LTDA ME		
Item	Produto	Valor Unit.
1	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 1 ARBITRO PARA O CAMPEONATO BOCHA BAIROS	100,00
2	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 1 ARBITRO PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOCHA	100,00
3	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 1 ARBITRO PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE SINUCA	100,00
4	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ÁRBITROS E 1 MESÁRIO POR JOGO PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE VOLEIBOL MISTO	130,00
5	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ARBITROS E 1 MESARIO POR JOGO PARA AMISTOSOS DE VOLEIBOL.	130,00
6	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 1 ARBITRO, 2 AUXILIARES E 1 MESARIO POR JOGO PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO	449,00
7	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 1 ÁRBITRO NIVEL CONFEDERADO, 2 AUXILIARES E 1 MESÁRIO POR JOGO PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO	1.200,00



8	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 1 ÁRBITRO, 2 AUXILIARES E 1 MESÁRIO POR JOGO PARA AMISTOSOS DE FUTEBOL DE CAMPO	430,00
9	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ARBITROS, 1 MESARIO E 1 CRONOMETRISTA POR JOGO PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL FEMININO	130,00
10	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ARBITROS, 1 MESARIO E 1 CRONOMETRISTA POR JOGO PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL SUB 17 MASCULINO	135,00
11	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ÁRBITRO (SENDO NO MÍNIMO 1 ARBITRO FIFA E 1 ARBITRO CONFEDERADO), 1 MESÁRIO E 1 CRONOMETRISTA POR JOGO PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL SEMI-FINAIS E FINAIS	1.000,00
12	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ÁRBITRO (SENDO NO MÍNIMO 1 ARBITRO CONFEDERADO E 1 ARBITRO FEDERADO), 1 MESÁRIO E 1 CRONOMETRISTA POR JOGO PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL SEMI-FINAIS E FINAIS	600,00
13	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ÁRBITRO (SENDO NO MÍNIMO 1 ARBITRO FEDERADO), 1 MESÁRIO E 1 CRONOMETRISTA POR JOGO PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL 1ª DIVISÃO	249,00
14	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ARBITROS, 1 MESARIO E 1 CRONOMETRISTA POR JOGO PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL 2ª DIVISAO	145,00
15	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ARBITROS, 1 MESARIO E 1 CRONOMETRISTA POR JOGO PARA AMISTOSOS DE FUTSAL	130,00
16	SERVIÇO PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO POR 2 ARBITROS E 1 MESARIO POR JOGO PARA FESTIVAL ESPORTIVO FUTSAL/ VOLEIBOL / TENIS DE MESA	37,50
17	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ARBITROS E 1 MESARIO POR JOGO PARA O CAMPEONATO DE RUAS FUTSAL	145,00
18	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ARBITROS E 1 MESARIO POR JOGO PARA O CAMPEONATO DE BASE FUTSAL	135,00
19	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ÁRBITROS E 1 MESÁRIO POR JOGO PARA O SOCCER BAIRROS	145,00
20	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ARBITROS E 1 MESARIO POR JOGO PARA O TORNEIO DE SOCCER	130,00
21	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 2 ÁRBITROS E 1 MESÁRIO POR JOGO PARA OS CAMPEONATO DE PATOTAS FUTSAL	145,00
22	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA A OLIEMBEN (OLIMPIADA ENTRE EMPRESAS BENEDITENSES) NA MODALIDADE CANASTRA, COMPOSTO DE 2 ARBITROS POR JOGO	100,00
23	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA A OLIEMBEN (OLIMPIADA ENTRE EMPRESAS BENEDITENSES) NA MODALIDADE CACHETA, COMPOSTO DE 2 ARBITROS POR JOGO	100,00
24	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA A OLIEMBEN (OLIMPIADA ENTRE EMPRESAS BENEDITENSES) NA MODALIDADE DOMINO, COMPOSTO DE 2 ARBITROS POR JOGO	100,00

25	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA A OLIEMBEN (OLÍMPIADAS ENTRE EMPRESAS BENEDITENSES) NA MODALIDADE FUTSAL, COMPOSTO DE 2 ÁRBITROS, 1 MESÁRIO E 1 CRONOMETRISTA POR JOGO	145,00
26	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA A OLIEMBEN (OLIMPIADA ENTRE EMPRESAS BENEDITENSES) NA MODALIDADE VOLEIBOL DE AREIA, COMPOSTO DE 2 ARBITROS E 1 MESARIO POR JOGO	130,00
27	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA A OLIEMBEN (OLIMPIADAS ENTRE EMPRESAS BENEDITENSES) NA MODALIDADE SOCCER, COMPOSTO DE 2 ARBITROS E 1 MESARIO POR JOGO	145,00
28	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA A OLIEMBEN (OLÍMPIADAS ENTRE EMPRESAS BENEDITENSES) NA MODALIDADE BOCHA, SENDO 5 ARBITROS.	300,00
29	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA A OLIEMBEN (OLIMPIADA ENTRE EMPRESAS BENEDITENSES) NA MODALIDADE TENIS DE MESA, COMPOSTO DE 5 ARBITROS POR DIA	300,00
30	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA A OLIEMBEN (OLIMPIADA ENTRE EMPRESAS BENEDITENSES) NA MODALIDADE CANOAGEM, COMPOSTO DE 2 ARBITROS/INSTRUTORES	300,00
31	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA A OLIEMBEN (OLIMPIADAS ENTRE EMPRESAS BENEDITENSES) NA MODALIDADE BOLAO	200,00
32	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA A OLIEMBEN (OLÍMPIADAS ENTRE EMPRESAS BENEDITENSES) NA MODALIDADE DE TIRO 2 ARBITROS.	200,00
33	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA A OLIEMBEN (OLIMPIADAS ENTRE EMPRESAS BENEDITENSES) NA MODALIDADE DE PENALTIS	200,00
34	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS ESCOLARES NA MODALIDADE DE VOLEIBOL, COMPOSTO DE 2 ARBITROS E 1 MESARIO POR JOGO	80,00
35	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS ESCOLARES NA MODALIDADE DE FUTSAL, COMPOSTO DE 2 ARBITROS, 1 MESARIO E 1 CRONOMETRISTA POR JOGO	100,00
36	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS ESCOLARES NA MODALIDADE DE TENIS DE MESA, COMPOSTO DE 5 ARBITROS POR DIA	250,00
37	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS ESCOLARES NA MODALIDADE DE VOLEIBOL DE AREIA, COMPOSTO DE 2 ARBITROS E 1 MESARIO POR JOGO	80,00
38	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS ESCOLARES NA MODALIDADE DE ATLETISMO 5 ARBITROS	300,00
39	SERVICOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS ESCOLARES NA MODALIDADE DE PENALTIS 2 ARBITROS	150,00
40	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTO DE 1 ÁRBITRO PARA BOCHA 3ª IDADE	100,00
41	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTA DE 2 ÁRBITROS CANASTRA 3º IDADE	8,00
42	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTA DE 2 ÁRBITROS DOMINO 3º IDADE	8,00
43	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTA DE 2 ÁRBITROS BOLÃO 3º IDADE	8,00
44	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COMPOSTA DE 3 ÁRBITROS PARA DANÇA 3 ESTILOS 3º IDADE	275,00

45	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM COM-POSTA DE 1 DIRETOR DE PROVA E 5 ÁRBITROS ASSISTENTES PARA CORRIDA DE MOTOCROSS	500,00
----	---	--------

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 25 de abril de 2017 a 25 de abril de 2018.

Benedito Novo (SC), 25 de abril de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

## 2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017

### PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº 35/2017.

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA		
Item	Produto	Valor Unit.
4	BROCA ALTA ROTACAO CARBIDE N.04	6,24
5	BROCA ALTA ROTACAO CARBIDE N.06	6,24
7	AGULHA DESCARTAVEL GENGIVAL 30G EXTRA CURTA PARA CARPULE C/100 UND	27,00
8	AGULHA DESCARTAVEL GENGIVAL 27G LONGA PARA CARPULE CX C/100 UND	26,00
9	AGULHA DESCARTAVEL GENGIVAL 30G CURTA CX C/100 UND	29,00
12	ANESTESICO COM VASO ARTICAINA 4% CX C/50 UND	102,00
16	ALGODAO TIPO ROLETE DENTAL PCT C/100 UND	1,50
18	PAPEL CARBONO DUPLA FACE PARA OCLUSAO EMB C/12 UND	1,54
22	CIMENTO OBTURADOR PROVISORIO C/25G	8,90
24	CREME DENTAL 90G C/FLUOR	1,18
27	ESPELHO CLINICO PLANO N.5, AUTOCLAVAVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	2,10
28	FIO DENTAL C/100 MT	2,15
38	SEDA 3-0 C/AGULHA 1,7CM C/24 UND FIO P/ SUTURA	26,00
39	SELANTE DE FOSFULAS E FISURAS FOTO INCOLOR	22,00
42	TIRA DE ACO P/MATRIZ 0,05X5MM	1,05
44	TERGENSOL C/200 ML	6,29
46	EVIDENCIADOR DE PLACA SOLUCAO C/ 10ML	5,40
47	FIO P/ SUTURA NYLON Nº 4	26,60
50	OCULOS DE PROTECAO INCOLOR	3,20
55	PINCA CLINICA P/ALGODAO	5,30
56	SOLUÇÃO HEMOSTATICA A BASE DE CLORETO DE ALUMINIO FRC C/ NO MINIMO 10ML	13,60
57	PONTEIRA PARA APARELHO DE ULTRASSON DA MARCA ALT SONIC JET CERAMIC	103,00
59	PONTEIRA PARA APARELHO DE ULTRASSON MOD. G4 ALT/KAVO/KONDORTECH	103,00

SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA		
Item	Produto	Valor Unit.
1	BROCA ACO DIAMANTADA ALTA ROTACAO N.2135 F	1,55
2	BROCA ACO BAIXA ROTACAO CONTRA-ANGULO N.3	3,14
3	BROCA ACO BAIXA ROTACAO CONTRA-ANGULO N.5	3,14
10	CAPSULA DE AMALGAMA DENTAL GS-80 C/50 CAPSULAS DE1 PORCAO	76,00

11	ANESTESICO LOCAL CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 COM 50 TUBETES	66,40
14	ANESTESICO TOPICO GEL C/12G SABOR MENTA OU TUTTI-FRUTTI	5,70
15	ANESTESICO XILOCAINA 10% C/50 ML SPRAY	82,00
20	CIMENTO I.R.M PO+LIQ 38G/15ML	23,50
21	CIMENTO IRM PO+LIQ 12G/10ML	21,00
23	GLUTANATO DE CLOREXIDINA A 0,12%	6,30
25	ESCOVA ROBSON BRANCA PLANA	1,00
26	ESCOVA DE ROBSON PRETA CONICA	1,12
29	FLUOR TOPICO GEL A 2% TIXOTROPICO FRC C/200 ML SABOR VARIADO	3,00
30	FLUOR A 0,05% C/1000ML	10,40
32	COMPOSICAO DE HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO (PASTA A PASTA)	10,40
33	IONOMETRO DE VIDRO FOTO PO E LIQUIDO A2	22,90
34	PASTA PROFILATICA C/FLUOR C/90G TUTTI-FRUTTI	4,50
35	POTE DAPEN VIDRO INCOLOR	2,10
37	RESINA FLUIDA FOTOPOLIMERIZAVEL MICROHIBRIDA, DE MEDIA VISCOSIDADE (TIPO FLOW), COR A1, SERINGA C/2G	13,00
41	TACA DE BORRACHA BRANCA	R\$0,98
43	TIRA DE POLIESTER C/50 UND	R\$1,00
48	DESENSIBILIZE KF2%	13,70
52	PEDRA POMES EM PO	3,20
54	CONDICIONADOR ACIDO FOSFORICO 37%	1,00
58	PONTEIRA PARA APARELHO DE ULTRASSON ODONTOLOGICO DA MARCA KONDORTECH, MODELO SKALER JET	103,00

M. F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME		
Item	Produto	Valor Unit.
6	ADESIVO PARA RESINA FOTO 2,1 4ML	17,00
17	PINCEL APLICADOR MICROBRUSH REGULAR FINO C/100 UND	11,75
19	CIMENTO I.R.M. PO 38 GR (FOSFATO DE ZINCO)	0,545
36	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL HIBRIDA - (COMPOSTA DE BIS-GMA URETANO MODIFICADA, BORO SILICATO DE ALUMINIO E BARIO SILANIZADOS, SILICA PIROLITICA SILANIZADA, CANFOROQUINONA, N-METILDIETANOLAMINA, HIDROXI TOLUENO BUTILADO E CORANTES MINERAIS) - CORES A1, A2, A3, A3.5, B1, B2, B3, C2 E OA2, SERINGA COM 4 GRAMAS	39,90
40	SUGADOR DE SALIVA COLORIDO DESCARTAVEL PCT C/40 UND	4,15
45	VASELINA SOLIDA PEQUENA	4,20
49	PORTA AMALGAMA ACO INOX REF-470332	27,90
51	FILME DE PVC, ROLO DE 28CM X 30M	14,00
53	ADESIVO FOTOPOLIMERIZAVEL C/6ML	22,30

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 26 de abril de 2017 a 26 de abril de 2018.

Benedito Novo (SC), 26 de abril de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

# Biguaçu

## PREFEITURA

### CONVÊNIO DE GESTÃO COMPARTILHADA Nº 005/2017

CONVÊNIO DE GESTÃO COMPARTILHADA Nº 005/2017

Termo de convenio que entre si celebram o MUNICIPIO DE BIGUAÇU, com a interveniência da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua POLICIA MILITAR, objetivando cooperação de esforços na preservação da ordem pública e fluidez na circulação de trânsito nas vias públicas adjacentes aos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, eventuais e no comercio de ambulantes no MUNICIPIO.

Aos dias 11 de Maio de 2017, e o Poder Executivo Municipal de Biguaçu, doravante denominado MUNICIPIO, com sua sede administrativa situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Bairro Centro, Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o nº 82.892.308/0001-53, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor RAMOM WOLLINGER, o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, doravante denominada – PM/SC, situada na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, bairro Centro, Município de Florianópolis, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representado por seu comandante-geral, Coronel PAULO HENRIQUE HEMM, com interveniência de Planejamento e Gestão Participativa, neste ato representado pelo seu Secretário, Senhor Matheus Hoffmann Machado, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convenio, de acordo com as clausulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO E FINALIDADE

O presente convênio tem por objeto a fiscalização do cumprimento das disposições da legislação municipal relativas aos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, eventuais e o comércio de ambulantes no MUNICÍPIO, com a finalidade de preservar a ordem publica e garantir a fluidez na circulação de trânsito nas vias publicas adjacentes aos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, eventuais e no comercio de ambulantes no MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – ATRIBUIÇÕES DOS ORGÃOS SIGNATÁRIOS

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

##### 1. AO MUNICÍPIO:

1.1 À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA: Além das atribuições que lhe são inerentes, competirá à Secretaria de Planejamento e Gestão Participativa de Biguaçu:

I – Orientar e assessorar o pessoal da PMSC nas atividades objeto do presente convênio;

II – Fornecer toda documentação necessária para a execução das atividades de fiscalização e apreensão de mercadorias e equipamentos;

III – Manter local e pessoal para o recebimento e guarda das mercadorias e equipamentos apreendidos;

IV – Proceder à liberação das mercadorias e equipamentos apreendidos na conformidade da Lei;

V – Expedir a liberação para funcionamento de bares, boates, danceterias, eventos públicos, particulares e similares, bem como de comércios, indústrias, de prestação de serviços, eventuais e ambulantes, podendo exigir prévio laudo técnico a ser emitido pela PM/

SC, sem prejuízo dos demais requisitos previstos por lei;

VI – Dar processamento aos procedimentos administrativos decorrentes das notificações, autos de infração, da lavratura de termos de apreensão de mercadorias e equipamentos e de termos de interdição de estabelecimentos.

VII – Orientar e planejar as ações de fiscalização de licenças de localização e funcionamento, orientado e designado à PMSC os seguimentos e as ações a serem adotadas.

##### 2 – POLICIA MILITAR – PMSC:

Além das atribuições que lhe são inerentes, em resguardo à ordem publica e à fluidez e circulação de transito nas vias publicas, competirá à PMSC:

I – Fiscalizar, sem prejuízo da responsabilidade do MUNICÍPIO, estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviço, eventuais e o comercio de ambulantes instalados no MUNICÍPIO, nos termos da legislação municipal e de acordo com as orientações da Secretaria de Planejamento e Gestão Participativa;

II – Na hipótese em que ausente alvará para funcionamento, proceder à apreensão da mercadoria e equipamentos, fornecendo ao infrator o respectivo “Termo de Apreensão”, ou, sendo o caso, proceder à interdição do estabelecimento;

III – Proceder ao encaminhamento do material apreendido ao MUNICÍPIO em até dois dias úteis;

IV – Proceder à vistoria, emitindo laudos, para funcionamento de bares, boates, danceterias, eventos públicos, particulares e similares, bem como de comércios, industriais, de prestação de serviços, eventuais e ambulantes que possam de alguma forma infringir a ordem publica, quando solicitado pelo MUNICÍPIO, ou quando tiver ciência de que tais eventos ou estabelecimentos estejam em desacordo com a legislação municipal pertinente, encaminhando assim que possível tais laudos ao MUNICÍPIO;

V – Lavrar Termo de Advertência e notificação para regularização nos casos da necessidade da regularização da atividade, que não ofenda a ordem publica;

VI – Lavrar Termo de notificação no caso de descumprimento dos horários estabelecidos nos Alvarás, encaminhando o mesmo ao MUNICÍPIO, para as demais providências administrativas.

VII – Embargar a instalação e/ou funcionamento de eventos não liberados pelos órgãos competentes, comunicando o fato ao MUNICÍPIO, conforme o caso;

VIII – Afixar, depois de constatado que o estabelecimento está funcionando de acordo com as normas estabelecidas, selo de conformidade com validade vinculado ao prazo estabelecido nas licenças expedidas, bem como exigir a afixação da Licença de localização e Funcionamento expedida pela Secretaria de Planejamento e Gestão Participativa em local visível ao público no estabelecimento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – ARRECADAÇÃO DE RECURSOS

A arrecadação de valores provenientes da cobrança de alvarás e licenças concernentes à Secretaria da Fazenda será recolhida em conta bancária específica.

PARÁGRAFO ÚNICO. A movimentação dos recursos é de responsabilidade de Chefe do Poder Executivo Municipal ou quem for por este designado.

#### CLAÚSULA QUARTA – REPASSE DOS RECURSOS

Considerando que aos órgãos conveniados compete à responsabilidade de prover recursos para atender os princípios de preservação da ordem pública, os recursos arrecadados na forma de cláusula

terceira serão repassados, depois de descontados todos os valores referentes à manutenção do presente convênio nos seguintes termos:

- até 30% (trinta por cento) sobre a arrecadação efetiva da referida taxa, nos meses de abril à dezembro de cada exercício, e 5% (cinco por cento) nos meses de janeiro, fevereiro e março;
- até 80% (oitenta por cento) sobre a arrecadação efetiva das multas e autuações realizadas por meio da Polícia Militar.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Mensalmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente, o MUNICÍPIO deverá encaminhar para o MPSC prestação de contas sintética referente à movimentação financeira deste Convênio, contendo, no mínimo, a arrecadação global, as despesas previstas no caput desta CLÁUSULA e o valor depositado em conta bancária, na forma de CLÁUSULA TERCEIRA.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O repasse da receita arrecadada com a cobrança dos alvarás e licenças ao ente delegado será aplicada no MUNICÍPIO, destinando-se os recursos para cobrir despesas destinadas à preservação da ordem pública, tais como equipamentos, veículos, uniformes, serviços, obras e cursos de capacitação e similares.

#### CLÁUSULA SEXTA – PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade pelo prazo de 01 (um) ano, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e Diário Oficial dos Municípios, dependendo ser denunciado, a qualquer época, independe de interpelação judicial, através de uma solicitação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por qualquer um dos convenientes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRORROGAÇÃO

Havendo interesse das partes, este Termo de Convênio de Gestão Compartilhada poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem juntos e acordes, assinam o presente termo em seis (3) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Biguaçu/SC, 01 de junho de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal de Biguaçu

PAULO HENRIQUE HEMM  
Cel, PM Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

RENATO MAOCIR BENTO  
Tenente-coronel do 24º Batalhão de Polícia Militar de Biguaçu/SC

Matheus Hoffmann Machado  
Secretário de Planejamento e Gestão Participativa de Biguaçu

### DECRETO Nº 154/2017

DECRETO Nº 154/2017 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3681/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 388.000,00 (Trezentos e oitenta e oito mil reais) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.1.00.000000. As dotações abaixo relacionadas:

#### 07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.306.0003.2017	Oferta da Merenda Escolar – Ens. Fundamental	38.000,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	19.175,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	18.825,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	47.850,00
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	47.850,00
CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.2022	Manutenção Transporte Escolar - Ens. Fundamental	302.150,00
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	302.150,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE RESCISÃO Nº 6/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA DE CONTRATOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE RESCISÃO Nº 6/2017

CONTRATO 21/2017 – FMS – PROCESSO: 9/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ACOLOHIMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU PORTADORAS DE TRANSTORNOS MENTAIS, CONFORME DECISÃO DOS AUTOS Nº 000123147.2013.8.24.0007 QUE DEFERIU A INTERNAÇÃO DE MARIA DE LOURDES TAVELLA.

FORNECEDOR: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELLI EPP  
DATA ASSINATURA: 13/07/2017.



**PORTARIA Nº 2891/2017**

PORTARIA nº 2891 de 07 de agosto de 2017

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Claudia Nalzita Mello de Andrade, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 3310-1, ocupante do cargo efetivo de Professora Educação Infantil, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na CEIM Recanto Feliz, exercendo a função de:

- Atender telefone,
- Anotar recados,
- Atendimentos as famílias,
- Recortar e colar bilhetes nas agendas,
- Conferir materiais que chegam na instituição,
- Ajudar no bom atendimento da Instituição,
- Desempenhar funções do cargo de Técnico em Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 07/08/2017 a 21/012018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 07/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2892/2017**

PORTARIA nº 2892 de 07 de agosto de 2017

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) GUSTAVO DA SILVA NIENKOTTER, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais V Servente, inscrito(a) na matrícula funcional nº 16690-1, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipal, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2893/2017**

PORTARIA nº 2893 de 07 de agosto de 2017

Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) Gustavo da Silva Nienkoetter, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V Servente, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015.

Art. 2º O(a) servidor(a) terá sua jornada de trabalho fixada em 20 horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2894/2017**

PORTARIA Nº 2894/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), CINTIA ROSA DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, no período de 31/07/2017 a 04/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2895/2017**

PORTARIA Nº 2895/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), DANIELLE APARECIDA LOUZA CARVALHO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7656/2017 em anexo no período de 31/07/2017 a 04/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2896/2017**

PORTARIA Nº 2896/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

## RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO ao(a) servidor (a), JUCENIR LUCIA BENDER, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV MERENDEIRA lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 7565/2017 no período de 28/07/2017 a 18/01/2018.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CESAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2897/2017**

PORTARIA Nº 2897/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), THIAGO DOS SANTOS GOULART, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA III (D-ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7733/2017 em anexo no período de 04/08/2017 a 31/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2898/2017**

PORTARIA Nº 2898/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ISABEL DE ALMEIDA GORZONI, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7665/2017 em anexo no período de 31/07/2017 a 18/09/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2898/2017**

PORTARIA Nº 2898/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ISABEL DE ALMEIDA GORZONI, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7665/2017 em anexo no período de 31/07/2017 a 18/09/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2899/2017**

PORTARIA Nº 2899/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSELI MIRANDA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7703/2017 em anexo no período de 01/08/2017 a 07/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2900/2017**

PORTARIA Nº 2900/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LIDIANY DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7731/2017 em anexo no período de 31/07/2017 a 28/10/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2901/2017**

PORTARIA nº 2901 de 07 de agosto de 2017

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Neide Teresinha Regis, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 1251-1, ocupante do cargo efetivo de Professor I – Educação Fundamental, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades no Grupo Educacional Municipal Célia Lisboa dos Santos, desempenhando as seguintes funções:

I – Atender os alunos em consultas e pesquisas,

II – Limpar e organizar as estantes,

III – Fazer empréstimos de livros,

IV – Apoiar os alunos com dificuldades na leitura,

V – Desempenhará as funções de Técnico em educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 26/07/2017 a 16/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/07/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2902/2017**

PORTARIA Nº 2902/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIA CAROLINA GOULART ANDRADE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, no período de 31/07/2017 a 29/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2903/2017**

PORTARIA Nº 2903/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), DITAMAR HILARIO DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7739/2017 em anexo no período de 31/07/2017 a 30/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2904/2017**

PORTARIA Nº 2904/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), ALCIRENE DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILAIR DE SERVIÇOS GERAIS IV MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6420/2017 em anexo no período de 01/07/2017 a 28/10/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2905/2017**

PORTARIA nº 2905 de 07 de agosto de 2017

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2761/2017, do(a) servidor(a) SOFIA HARTMANN, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Diretor Geral, na Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2906/2017**

PORTARIA nº 2906 de 07 de agosto de 2017

Concede à servidora Douglas Batista de Andrade, detentora do cargo de provimento efetivo de Vigia, inscrito na matrícula funcional nº 7947-1, a Gratificação de Vigia Patrimonial Pública Monitorada e Patrulha Noturna, nos termos do art. 35, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor Douglas Batista de Andrade, brasileira, detentor do cargo de provimento efetivo de Vigia, inscrito na matrícula funcional nº 7947-1, a Gratificação de Vigia Patrimonial Pública Monitorada e Patrulha Noturna nos termos do art. 35, caput

da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 2907/2017**

PORTARIA nº 2907 de 07 de agosto de 2017

#### **ERRATA:**

Na portaria 2601/2017, de admissão do(a) servidor(a) Maria Cristina da Silva ocorreu um equívoco quanto ao cargo.

Portaria nº 2601 de 03 de julho de 2017

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA CRISTINA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III EDUCAÇÃO ESPECIAL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/06/2017 a 20/12/2017.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA CRISTINA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/06/2017 a 20/12/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

Kátia Roussenq Bichels  
Secretário Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 2908/2017**

PORTARIA nº 2908/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, LIGIANE PEDRON, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 31/07/2017 a 26/01/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 2909/2017**

PORTARIA nº 2909 de 07 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TAMIRIS VALDENETE DOS SANTOS LEITE, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 06/08/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 2910/2017**

PORTARIA nº 2910 de 07 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA VITORIA DA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 21/09/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 21/09/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 2911/2017**

PORTARIA nº 2911 de 07 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de



natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA CLECIA DOS SANTOS SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/08/2017 a 30/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.  
KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 2912/2017**

PORTARIA nº 2912 de 07 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ACIONE IRACI VIEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 07/08/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 07/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.  
KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 2913/2017**

PORTARIA nº 2913 de 07 de agosto de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DAGMAR PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/08/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 2914/2017**

PORTARIA nº 2914 de 07 de agosto de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA CAROLINA SILVA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II EDUCAÇÃO ESPECIAL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/08/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 2915/2017**

PORTARIA nº 2915 de 07 de agosto de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIANA FREITAS MARTINS de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/08/2017 a 28/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 2916/2017**

PORTARIA nº 2916 de 07 de agosto de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA LUCIA LOPES PEREIRA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para

desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/08/2017 a 30/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 2917/2017**

PORTARIA nº 2917 de 07 de agosto de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) PRISCILA DA SILVA MARTINHO do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2918/2017**

PORTARIA nº 2918 de 07 de agosto de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) DAGMAR PEREIRA do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20hs semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2919/2017**

PORTARIA nº 2919 de 07 de agosto de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) FERNANDO CAETANO CHEROBIN do cargo de provimento temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40hs semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2920/2017**

PORTARIA nº 2920 de 07 de agosto de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) DANIELE HACK ALVES COELHO do cargo de provimento temporário de PROFESSOR III EDUCAÇÃO ESPECIAL, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2921/2017**

PORTARIA nº 2921 de 07 de agosto de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) WALLACE EDUARDO CAMARGO do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V SERVENTE, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2922/2017**

PORTARIA nº 2922 de 07 de agosto de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) CLEONICE CLARICE DA SILVA do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2017.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**REPUBLICAÇÃO CC150/2017-PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

AVISO REPUBLICAÇÃO CC150/2017-PMB

Tendo em vista a falta de empresas interessadas em participar da CC150/2017-PMB, que tem como objeto a concessão de espaço público para fins de exploração comercial de bar e lanchonete, no Ginásio de Esportes Nagib Salum, conforme autorização da Lei Municipal 2866 de 22 de dezembro de 2009, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos das supras referidas Leis, fica a mesma republicada para a seguinte data:

Data de Recebimento dos envelopes documentação e proposta: até às 13h45min horas do dia 12/09/2017, na Diretoria de Licitações desta Prefeitura.

Abertura do envelope documentação e proposta: às 14h00min horas do dia 12/09/2017, na Sala da Diretoria de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site: <https://biguacu.atende.net>, ou na Diretoria de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8022.

Biguaçu, SC, 08 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**REPUBLICAÇÃO PP 20/2017 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL - PP 20/2017 - FMS

Devido á falta de empresas interessadas no PREGÃO PRESENCIAL 20/2017, com o objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHO PORTÁTIL E MATERIAL PARA MEDIÇÃO DE CLORO E PH PARA TESTES EM CAMPO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE PREGÃO Nº 20/2017, republica-se o edital para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 22 de agosto, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 22 de agosto, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura bigua. atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 8 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**RESOLUÇÃO Nº 07/2017**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 07/2017

Dispõe sobre o Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- O Inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária 04 de agosto de 2017.

- A ATA nº 08/2017.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de R\$ 24.324,32 (vinte e quatro mil, trezentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos), e para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média complexidade, no valor de R\$ 78.695,65 (setenta e oito mil seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos), a serem transferidos para o FMAS referente ao ano de 2017 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de agosto de 2017.

Ana Carolina Lessa

Presidente do CMAS/ Biguaçu

# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.453/2017

LEI Nº 8.453, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A., NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRÓ-EFICIÊNCIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., no âmbito do Programa Pró-Eficiência Municipal, até o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§1º Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada por esta Lei serão empregados na aquisição de máquinas e equipamentos, na modernização da gestão e em infraestrutura viária e mobilidade urbana.

§2º Os recursos advindos da operação de crédito descrita no caput deste artigo serão obrigatoriamente aplicados nas finalidades previstas no §1º deste artigo, vedada a destinação de tais recursos a despesas correntes, em consonância com o §1º do art. 35, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º A operação de crédito autorizada por esta Lei será contratada observadas as seguintes condições:

I – amortização em até 54 (cinquenta e quatro) meses, após o período de carência;

II – prazo de carência e de primeiro desembolso de até 6 (seis) meses, contado da data da assinatura do contrato;

III – encargos financeiros:

a) taxa de juros: 155% do CDI a.a.;

b) tarifa de estruturação: 0,5% do valor do contrato, limitado ao valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º Para o pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a debitar na conta corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§1º No caso de os recursos do Município não se encontrarem depositados no Banco do Brasil S.A., fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir, os recursos a crédito do Banco do Brasil S.A., nos montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§2º Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º do art. 60 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do §1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e art. 42 e inciso IV do §1º do art. 43, ambos da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar anualmente as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos à operação de crédito descrita no caput do artigo 1º desta Lei.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos das obrigações decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.454/2017

LEI Nº 8.454, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0210.00000, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Man. das Ativ. de Trânsito

Modalidade 3.3.30 ( ) Transf. Estados e ao Dist. Federal R\$ 600.000,00

Fonte de Recursos 0210.00000

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**LEI Nº 8.455/2017**

LEI Nº 8.455, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PERTENCENTES AO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DE BLUMENAU - ISSBLU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU, autorizado a alienar, mediante procedimento licitatório, na modalidade de concorrência, pelo valor mínimo da avaliação, os bens imóveis de sua propriedade descritos neste artigo, localizados no Edifício Califórnia Center, situado na Rua Dr. Amadeu da Luz, nº 100, no centro desta cidade:

I – a loja do 3º pavimento ou andar térreo do Edifício Califórnia Center, contendo a área privativa de 765,3800m² e área de uso comum de 205,2324m², perfazendo a área total 970,6124m², correspondendo à fração ideal do solo de 123,6198m², ou seja, 0,1002 do terreno em que se acha construído o edifício, matriculada no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 18.180, avaliada em R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais);

II – a sala de sobreloja ou 4º pavimento do Edifício Califórnia Center, contendo a área privativa de 790,9550m² e área de uso comum de 212,0902m², perfazendo a área total de 1.003,0452m², correspondendo à fração ideal do solo de 127,7506m², ou seja, 0,1035 do terreno em que se acha construído o edifício, matriculada no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 18.181, avaliada em R\$ 3.050.000,00 (três milhões e cinquenta mil reais);

III – a vaga de estacionamento nº 01, do segundo pavimento ou subsolo superior, do Edifício Califórnia Center, contendo a área privativa de 13,1500m², a área de uso comum de 1,7631, perfazendo a área total de 14,9131m², matriculada no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 18.157, avaliada em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

IV - as vagas de estacionamento nºs 02, 04, 06, 17, 19 e, 21, do segundo pavimento ou subsolo superior, do Edifício Califórnia Center, contendo cada uma a área privativa de 13,2000m², a área de uso comum de 1,7698m², perfazendo a área total de 14,9698m², matriculadas no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nºs 18.158, 18.160, 18.162, 18.173, 18.175 e 18.177, respectivamente, avaliadas individualmente em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

V - as vagas de estacionamento nºs 03, 05, 18, 20 e 22, do segundo pavimento ou subsolo superior, do Edifício Califórnia Center, contendo cada uma a área privativa de 13,2000m², a área de uso comum de 1,7698m², perfazendo a área total de 14,9698m², matriculadas no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nºs 18.159, 18.161, 18.174, 18.176, 18.178, respectivamente, avaliadas individualmente em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

VI - as vagas de estacionamento nºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, e 23, do segundo pavimento ou subsolo superior, do Edifício Califórnia Center, contendo cada uma a área privativa de 13,2000m², a área de uso comum de 1,7698m², perfazendo a área total de 14,9698m², matriculadas no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nºs 18.163, 18.164, 18.165, 18.166, 18.167, 18.168, 18.169, 18.170, 18.171, 18.172, e 18.179, respectivamente, avaliadas individualmente em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 2º As demais condições para a alienação dos imóveis descritos

no art. 1º desta Lei constarão do respectivo edital de licitação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 8.456/2017**

LEI Nº 8.456, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, até o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2182 – CEO – Centro Especialidades Odontológicas

Modalidade 3.3.90 (73) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Modalidade 3.3.90 (74) Aplicações Diretas R\$ 270.000,00

Fonte de Recursos 0267.00065

Modalidade 4.4.90 (75) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

**31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2188 – FAEC – Cirurgias do Aparelho Circulatório

Modalidade 3.3.90 (86) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – MAC – Outros Procedimentos Vinculados

Modalidade 3.3.90 (100) Aplicações Diretas R\$ 270.000,00

Fonte de Recursos 0267.00065

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.411/2017**

DECRETO Nº 11.411, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

DELEGA COMPETÊNCIA À DIRETORA GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, “f”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Memorando Gabinete SEMED nº 290/2017, de 03/08/2017:

**DECRETA**

Art. 1º Fica delegada competência à Diretora Geral da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, MARILETE DE SOUZA, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Secretaria, no período de 07 a 11 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de agosto de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.412/2017**

DECRETO Nº 11.412, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****3101 – Fundo Municipal de Saúde**

Atividade 31.01.04.122.0009.2304 – Man. de Ações do Bem Estar Animal

Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2262 – Prog. Melhoria Acesso e da Qual. - PMAQ

Modalidade 3.3.90 (53) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.302.0009.2181 – SAMU – Serv. de Atend. Móvel de Urgência

Modalidade 3.3.90 (70) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0238.00057

Atividade 31.01.10.305.0009.2192 – Vig. Epidemiológica e Ambiental em Saúde

Modalidade 3.3.90 (118) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0638.00066

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

**31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****3101 – Fundo Municipal de Saúde**

Atividade 31.01.04.122.0009.2304 – Man. de Ações do Bem Estar Animal

Modalidade 4.4.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2262 – Prog. Mel. Acesso e da Qualidade - PMAQ

Modalidade 4.4.90 (54) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.302.0009.2181 – SAMU – Serv. Atendimento Móvel de Urgência

Modalidade 4.4.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0238.00057

Atividade 31.01.10.305.0009.2192 – Vig. Epidemiológica e Ambiental em Saúde

Modalidade 4.4.90 (119) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0638.00066

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.413/2017**

DECRETO Nº 11.413, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por conta do superávit financeiro, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**30 – FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****3001 – Fundo Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Atividade 30.01.08.243.0004.2164 – Man. Ações Def. Dir. Criança/ Adolescente

Modalidade 3.3.50 (26) Tran. a Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 600.000,00

Modalidade 3.3.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0609.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.414/2017**

DECRETO Nº 11.414, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

REVOGA O ESTÍMULO FISCAL CONCEDIDO À EMPRESA "PÓLO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA REGIÃO DE BLUMENAU – BLUSOFT.", POR MEIO DO DECRETO Nº 9.592, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 13, da Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998, e de conformidade com o Memorando SEDEC nº 008/2017, de 27/07/17:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado, a contar do exercício do ano de 2017, o estímulo fiscal concedido à empresa

"PÓLO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA REGIÃO DE BLUMENAU – BLUSOFT", por meio do Decreto nº 9.592, de 28 de dezembro de 2011, pelo descumprimento das metas assumidas por ocasião da concessão, conforme deliberação do

Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Social - CM-DES.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 11.415/2017**

DECRETO Nº 11.415, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE ESTÍMULO FISCAL À EMPRESA "NATHOR INDÚSTRIA DE BICICLETAS LTDA."

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "o" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, atendendo o que consta do Processo CMDES nº 011/2017 e de conformidade com o art. 2º, I, "a" da Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998, e Memorando SEDEC nº 007/2017, de 27/07/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à empresa "NATHOR INDÚSTRIA DE BICICLETAS LTDA.", pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta cidade, na Rua Gustavo Zimmermann, nº 9.855, inscrita no CNPJ sob o nº 04.039.380/0001-29 e Cadastro Municipal de Contribuinte nº 81.965, os seguintes estímulos fiscais:

I - Isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, até o limite de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais);

II – Isenção de taxas e emolumentos incidentes sobre a construção, até o limite de R\$ 4.250,00 (quatro mil, duzentos e cinquenta reais);

III – Isenção do Alvará de Habite-se, até o valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais);

IV - Isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, até o valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) de imóvel a ser adquirido pela referida empresa.

§1º Os benefícios concedidos nos incisos I, II e III são referentes à nova edificação de 6.430m² (seis mil, quatrocentos e trinta metros quadrados) a ser construída.

§2º Os incentivos de que tratam este Decreto ficam condicionados à reavaliação anual a ser feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, do cumprimento das metas constantes da carta-consulta subscrita para obtenção do benefício.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 21.119/2017**

PORTARIA Nº 21.119, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

CONSTITUI COMISSÃO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS CUSTEADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, atendendo ao Memorando GAB nº. 125/2017, de 18/07/2017, de conformidade com a Lei Federal nº. 13.019 de 31 de julho de 2014 e alterações, aplicada no âmbito municipal através do Decreto nº. 11.235, de 29/03/2017, resolve:

CONSTITUIR, Comissão de Seleção e Avaliação, para composição de edital de chamamento público para seleção de propostas das organizações da sociedade civil, para financiamento de projetos custeados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, composta pelos seguintes membros:

MARIA APARECIDA DE MORAES, conselheira representante da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

VANESSA RAQUEL CARDOSO, conselheira representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

FERNANDA TESSAROLO ESPINDOLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, na Gerência de Apoio ao Gabinete da Diretoria Geral, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

CLAUDIA REGINA SCHORR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, no setor de Convênios e Prestação de Contas da Diretoria Administrativo Financeira, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

CRISTIANE BARCELOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, no setor de Controle dos Fundos Municipais da Diretoria Administrativo Financeira, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 21.120/2017**

PORTARIA Nº 21.120, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS, AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, OCUPANTES DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 47 da Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com os Memorandos SEDEAD nº 0653/2017 e 0655/2017, ambos de 02/08/2017 e 0657/2017, de 03/08/2017, resolve:

CONCEDER, gratificação mensal pelo atendimento direto aos usuários do SUS, no guichê ou balcão das unidades e serviços municipais de saúde, aos servidores públicos municipais:

WILLIAM GUERNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 01 de junho de 2017;



ELISABETE JASPER VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 28 de junho de 2017;

ELIANE LANSER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 17 de julho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 21.121/2017**

PORTARIA Nº 21.121, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA CANDIDATAS APROVADAS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 111/2017, de 01/08/2017, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, as seguintes candidatas, aprovadas em Concurso Público:

MEG ASEN SACHINI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 01 de agosto de 2017;

ORONDINA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 01 de agosto de 2017;

GISLAINE RODRIGUES DE ALMEIDA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2013, a contar de 01 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 21.122/2017**

PORTARIA Nº 21.122, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ILMA MARIA DA COSTA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DA EBM "PROFESSOR OSCAR UNBEHAUN".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 145/2017, de 01/08/2017, da Secretaria Municipal de Administração – Diretoria de Pessoal, resolve:

DISPENSA, a contar de 01 de agosto de 2017, a servidora pública

municipal ILMA MARIA DA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função de Secretária Escolar da EBM "Professor Oscar Unbehaun", designada pela Portaria nº 20.418, de 06/02/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 21.123/2017**

PORTARIA Nº 21.123, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NAIRA REGINA LOBO CASANI PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar n. 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando SEDEAD n. 137/2017, de 01/08/2017, emitido pela Secretaria Municipal de Administração, resolve:

DESIGNAR, a contar de 31 de julho de 2017, a servidora pública municipal NAIRA REGINA LOBO CASANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função de Secretária Escolar da EIM "Alves Ramos, concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, equivalente a 20% (vinte por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 21.124/2017**

PORTARIA Nº 21.124, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DISPENSA A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO EM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FABIANA REGINA DOS SANTOS BOEHRINGER.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 23, inciso III, combinado com o art. 32 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 645/2017, de 01/08/2017, resolve:

DISPENSA, a contar de 05 de junho de 2017, a gratificação especial pela participação em Estratégia de Saúde da Família – ESF, da servidora pública municipal FABIANA REGINA DOS SANTOS BOEHRINGER, contratada em caráter temporário para a função de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, concedida pela Portaria nº 19.975, de 11 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 21.125/2017**

PORTARIA Nº 21.125, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO EM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 23, inciso III, combinado com o art. 32 da Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com os Memorandos SEDEAD nº 646/2017 e 650/2017, ambos de 01/08/2017, resolve:

CONCEDER, gratificação especial pela participação em Estratégia de Saúde da Família - ESF, às servidoras públicas municipais:

JOSILENE RECH KREUCH, matrícula nº 22844-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 20 de julho de 2017;

FABIANA REGINA DOS SANTOS BOEHRINGER, matrícula nº 71045-3, contratada em caráter temporário para a função de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 28 de junho de 2017;

IOLANDA CUCO BAUMGARTEN, matrícula nº 22899-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 17 de julho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.126/2017**

PORTARIA Nº 21.126, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE INDICA, LOTADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 37, inciso I, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, de conformidade com os Memorandos SEDEAD nº 0648/2017 e 0649/2017, ambos de 01 de agosto de 2017, resolve:

CONCEDER, a contar de 01 de julho de 2017, a gratificação pela COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE, de que trata o artigo 37, inciso I, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, às seguintes servidoras públicas municipais:  
CLARISSA HOPPE FERNANDES, matrícula nº 22815-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde;

GLICEA CRISTINA NEVES MORITZ DIAS, matrícula nº 22992-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.127/2017**

PORTARIA Nº 21.127, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando GAB nº 135/2017, de 03/08/2017, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, juntamente com os demais membros:

IVAN CLAUS SCHAEFER e IVONETE DOS SANTOS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política de Saúde, em substituição a IVONETE DOS SANTOS e JAÉTE CATARINA EISMANN PANOCH, nomeadas pela Portaria nº 20.927, de 05 de junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2017**

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2017

Objeto: Contratação Empresa Especializada para desenvolvimento dos trabalhos de organização e realização dos desfiles da 34º Oktoberfest, a se realizar entre os dias 04 a 22 de outubro de 2017, conforme especificações constantes neste edital - PROEB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 21 de agosto de 2017, às 09h00min. Início da sessão: dia 21 de agosto de 2017, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no sítio oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portalttransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 09/08/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2017**

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2017

Objeto: Aquisição de 02 veículos: tipo SUV, 06 veículos: tipo perua, 10 motocicletas, 01 veículo: tipo caminhonete (Pick up) 4x4, 01 veículo tipo: Furgão (carga) e 01 veículo tipo: Furgão (15 passageiros), conforme especificações constantes neste edital – SETERB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 21 de agosto de 2017, às 14:00 horas. Início da sessão: dia 21 de agosto de 2017, às 14:30 horas. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 08/08/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

**PORTARIA Nº 451/2017 - GABSEMUS**

PORTARIA Nº 451 / 2017 / GABSEMUS

Nomear os representantes para compor a Comissão de Acompanhamento do Plano Municipal de Saúde do município de Blumenau.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Promoção da saúde, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere, nos termos da Lei nº. 1094, de 17 de fevereiro de 2017, resolve:

**NOMEAR**

Os representantes que irão compor a Comissão de Acompanhamento do Plano Municipal de Saúde do município de Blumenau, com o objetivo acompanhar e avaliar o referido Plano.

Representantes	
Diretoria Geral	
Titular	Suplente
Oscar Rautenberg	Daiane Antunes de Souza

Diretoria Administrativa Financeira	
Titular	Suplente
Luiz Carlos Rocha	Roberto Del Sent

Diretoria de Assistência à Saúde	
Titular	Suplente
Elisa Fernanda B. M. Schreiner	Joice Maria Barbeta
	Uiara Rautenberg

Diretoria de Ações em Saúde	
Titular	Suplente
Andrea da Silva	Carlos Eduardo Veloso
	Marco Aurelio Georg
	Jorge Fernando Borges
	Thyara Becker
	Joslaine Rafaela Menegazzo
	Ivonete dos Santos

Diretoria de Assistência Farmacêutica	
Titular	Suplente
Maria Luiza Schmitt	Daniela Sackl

Diretoria CEPREAD	
Titular	Suplente
Luis Carlos Kriewall	Nikole Karen Koenig Flores

Diretoria de Vigilância em Saúde	
Titular	Suplente
Anderson Schroder	Rosana P. Pereira Benvenutti
	Josiane Carla Berlin
	Eleandra de Fátima S. Casani
	Juliana Rancatti Camilotti Rigo

Conselho Municipal de Saúde	
Titular	Suplente

Bernard Van de Meene	Ronei Uhlmann
	Eugenio Lenz
	Nelson Bachmann

Conselho Municipal de Saúde	
Titular	Suplente
Patricia Giacomelli Stenger	Nilton João Batista Figliolo
	Andrea da Silva
	Ely Steininger

Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, 31 de julho de 2017.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR  
Secretária Municipal de Promoção da Saúde

### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 475

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 475

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
31.583/2017	12.07.2017	REGINA TURRI ZEITUNE	De 20 horas para 40 horas	03.07.2017
31.587/2017	12.07.2017	VAGNER LOPES BARBOSA	De 30 horas para 40 horas	01.07.2017
31.645/2017	01.08.2017	JOSILENE RECH KREUCH	De 30 horas para 40 horas	20.07.2017
31.645/2017	01.08.2017	JOANILDE FELTRIN	De 30 horas para 40 horas	19.07.2017
31.645/2017	01.08.2017	FABIANA REGINA DOS SANTOS BOEHRINGER	De 30 horas para 40 horas	28.06.2017
31.646/2017	01.08.2017	TAIARA GABRIEL DROPA	De 20 horas para 40 horas	01.08.2017
31.647/2017	02.08.2017	FLAVIA GENN CRUZ ANTUNES	De 20 horas para 40 horas	01.08.2017

Blumenau, 07 de agosto de 2017  
ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 476

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 476

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
31.584/2017	12.07.2017	VALCIR CENCI	De 40 horas para 30 horas	30.06.2017
31.585/2017	12.07.2017	MARA LUCIA DA SILVA MAFRA	De 30 horas para 20 horas	17.07.2017
31.595/2017	17.07.2017	ALCIDES CONSTANTINO REGINO GUIMARÃES	De 40 horas 30 horas	01.07.2017
31.642/2017	01.08.2017	FABIANA REGINA DOS SANTOS BOEHRINGER	De 40 horas 30 horas	05.06.2017
31.643/2017	01.08.2017	ANYSSA HENSCHER REINER	De 40 horas 30 horas	07.08.2017
31.644/2017	01.08.2017	MARINA SCHIOCHET	De 35 horas para 30 horas	11.08.2017

Blumenau, 07 de agosto de 2017.  
ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 479****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 479**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA**

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
31.640/2017	ANALISE KNOPF	PSICÓLOGO	13/05/2017
31.640/2017	ANDREIA APARECIDA FEDRIGO DE COL	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	25/04/2017
31.640/2017	ASENATE NICOLETTI DONINE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	03/07/2017
31.640/2017	AUREA CORREA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	29/06/2017
31.640/2017	BRUNA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	29/05/2017
31.640/2017	CAIO ALVES FIGUEIREDO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	15/06/2017
31.640/2017	CATARINA IMIANOVSKI DUARTE	PSICÓLOGO	23/05/2017
31.640/2017	CRISTIANO JOSÉ LOPES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	19/04/2017
31.640/2017	CRISTINA BEATRIZ DIAS JULIO COSTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	10/05/2017
31.640/2017	DENISE DA SILVA VIEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	05/06/2017
31.640/2017	DILSON GARCIA DE OLIVEIRA FILHO	MOTORISTA	15/04/2017
31.640/2017	EDITE APARECIDA ADRIANO	ASSISTENTE SOCIAL	12/07/2017
31.640/2017	EDNA MARIA DA SILVA VIEIRA	PSICÓLOGO	22/05/2017
31.640/2017	GILMAR CHAVES FILHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	09/07/2017
31.640/2017	GISELE BREMER	ASSISTENTE SOCIAL	28/06/2017
31.640/2017	GLICEA CRISTINA NEVES MORITZ DIAS	CIRURGIÃO DENTISTA - 20 HORAS	20/06/2017
31.640/2017	GRAZIELA NASATO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	21/06/2017
31.640/2017	ISMERIA TELOEKEN	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	03/04/2017
31.640/2017	JAQUES JILMAR MOSER	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	26/05/2017
31.640/2017	JOSE REYNALDO MENEZES GRACA	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	04/06/2017
31.640/2017	JULIER VICENTE HILGERT	AGENTE ADMINISTRATIVO	24/05/2017
31.640/2017	LUCIANA PINTO FERREIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM	28/05/2017
31.640/2017	MARCIANE DE MORAIS SESTREM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	17/05/2017
31.640/2017	MARIA CATARINA MINATTI VITORINO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	20/02/2017
31.640/2017	MARIA HELENA DOS SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL	28/05/2017
31.640/2017	MARELISA MANNRICH	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	23/07/2017
31.640/2017	MARILEI DE FÁTIMA SCHEFFER	ENFERMEIRO	05/07/2017
31.640/2017	MARLI ERART DE JESUS SENA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	24/06/2017
31.640/2017	MAURICIO MACHADO	MOTORISTA	05/06/2017
31.640/2017	NAIRA CRISTINE RUSSI DE OLIVEIRA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	02/04/2017
31.640/2017	NEIDE LUZIA CUNHA	ASSISTENTE SOCIAL	08/05/2017
31.640/2017	NOELI DE FATIMA SUTIL	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	11/06/2017
31.640/2017	PRISCILA FIGUEIREDO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	09/07/2017
31.640/2017	SANDRA PAULA SOARES DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	18/03/2017
31.640/2017	SOLANGE APARECIDA GROBER	EDUCADOR SOCIAL	04/07/2017
31.640/2017	TANIA SILVANA SCHULZ	ENFERMEIRO	27/04/2017
Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
31.640/2017	TEREZINHA VISOSKI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	03/04/2017
31.640/2017	VANESSA BRANCO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	27/04/2017
31.640/2017	ZENAIDE PEREIRA DE ALMEIDA KWIRANT	EDUCADOR SOCIAL	10/07/2017

Blumenau, 07 de agosto de 2017.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 480****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 480**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE**

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
31577	2017	11.07.2017	2017/07/005399	ANDREA APARECIDA DE OLIVEIRA	02/11/2017	31/12/2017
31582	2017	12.07.2017	2017/07/005468	APOLYANA KLING BORCHARDT	27/10/2017	25/12/2017
31634	2017	31.07.2017	2017/07/006025	DAIANA MICHELS KUNTZ	22/11/2017	20/01/2018
31578	2017	11.07.2017	2017/07/005445	ELISABETE JASPER VIEIRA	01/11/2017	30/12/2017
31575	2017	11.07.2017	2017/07/005365	FRANCIELE MATEUS JASPER	17/10/2017	15/12/2017
31589	2017	14.07.2017	2017/07/005555	GRAZIELA PEREIRA PONTALDI	26/10/2017	24/12/2017
31576	2017	11.07.2017	2017/07/005379	KATIA KARINA FARIAS	02/11/2017	31/12/2017
31633	2017	31.07.2017	2017/07/005957	SILVIA CRISTINA WACHHOLZ	20/11/2017	18/01/2018

Blumenau, 07 de agosto de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 481****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 481**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
31600	2017	18.07.2017	2017/07/005701	MARIA ADRIANA PIVA RAULINO	15.07.2006	15.07.2016
31636	2017	31.07.2017	2017/07/006058	NILTON JOÃO BATISTA FIGLIOLO	06.09.2006	06.09.2016

Blumenau, 07 de agosto de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 482****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 482**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 180 DIAS CONSECUTIVOS PARA 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
31.591	2017	14.07.2017	2017/07/005591	MAURENA RAMOS	14.06.2004	14.06.2014
31635	2017	31.07.2017	2017/07/005942	DULCE TERESINHA WURTH	18.07.2004	18.07.2014
31649	2017	02.08.2017	2017/08/006194	IONE DE CARVALHO ALMEIDA	01.05.2005	01.05.2015

Blumenau, 07 de agosto de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 483****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 483**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA PARCIAL PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
				INÍCIO	TÉRMINO
31601	2017	18.07.2017	2017/07/005778	CRISTIANE DE SOUZA KLAUCK	09.10.2002 a 09.10.2012
31611	2017	21.07.2017	2017/07/005860	ZILDA MARIA ALVES	22.10.2002 a 22.10.2012

Blumenau, 07 de agosto de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 484****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 484**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
				INÍCIO	TÉRMINO
31586	2017	12.07.2017	2017/07/005521	MARCIA LORENZ ROCHA MANFROI	22.04.2003 a 22.04.2013
31590	2017	14.07.2017	2017/07/005573	ELAINE ALBES	13.07.2007 a 13.07.2017
31602	2017	19.07.2017	2017/07/005801	CHARLES MARCELO STEIN	12.07.2007 a 12.07.2017
31603	2017	19.07.2017	2017/07/005805	JOÃO MARIA CRISPIN DE OLIVEIRA	03.04.2005 a 03.04.2015
31604	2017	20.07.2017	2017/07/005808	ROSALI RONSBERGER FOSTER	01.03.2003 a 01.03.2013
31607	2017	21.07.2017	2017/07/005846	DULCEMAR FIGUEIREDO DOS SANTOS	10.09.2004 a 10.09.2014
31637	2017	01.08.2017	2017/07/005926	NIVALDO TINTEL RAMOS	02.07.2007 a 02.07.2017
31639	2017	01.08.2017	2017/07/005992	CLAUDETE DE FATIMA MATHIONI	04.04.2007 a 04.04.2017
31641	2017	01.08.2017	2017/07/006086	MARIA EUNICE MALACARNE BERNAT	29.04.2007 a 29.04.2017
31648	2017	02.08.2017	2017/08/006185	FAUSTO JOSE STEINWANDTER	23.07.2007 a 23.07.2017
31657	2017	07.08.2017	2017/08/006289	GESIANE CARDOSO	03.12.2006 a 03.12.2016

Blumenau, 07 de agosto de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 485****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 485**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
				INÍCIO	TÉRMINO
31605/2017	20.07.2017	2017/07/005809	NEUSA TEREZINHA DE SOUZA	08.12.2002 a 08.12.2012	
31608/2017	21.07.2017	2017/07/005854	MONICA HAMMES JUNCKES	18.05.2006 a 18.05.2016	
31638/2017	01.08.2017	2017/07/005909	KATHRIN KRAFT	01.08.2006 a 01.08.2016	
31656/2017	07.08.2017	2017/08/006266	MARGARETE THEISS CARDOSO	09.08.2005 a 09.08.2015	
31658/2017	07.08.2017	2017/08/006304	CLAUDIA NUNES DE LIMA	05.08.2007 a 05.08.2017	

Blumenau, 07 de agosto de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração



**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 486****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 486**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
31573/2017	11.07.2017	2017/07/005354	MARCIA RAMOS GIRARDI	11.04.2002	11.04.2012

Blumenau, 07 de agosto de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 477****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 477**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 71, 72 e 73, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

**CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL**

Aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos Grupos Ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
31.563/2017	ADELIR CIRINO DE FREITAS	Agente de Vigilância	C	GO	01/07/2017
31.563/2017	ALAIDE MEDEIROS DA COSTA	Auxiliar de Enfermagem	J	GF	01/07/2017
31.563/2017	ALBERTO BECKHAUSER	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/07/2017
31.563/2017	ALEXANDRE FERNANDO GUAPIANO	Mecânico	K	GF	01/07/2017
31.563/2017	ANDERSON ROBERTO BUSS	Agente Administrativo	C	GF	01/07/2017
31.563/2017	ANDREA LUIZA DE OLIVEIRA ARNEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	ANTONIO GOMES DA ROSA	Psicólogo	M	GE	01/07/2017
31.563/2017	ANTONIO JOSE DA SILVA BOMFIM	Motorista	C	GO	01/07/2017
31.563/2017	AUREA CORREA	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/07/2017
31.563/2017	AURORA DURIGON	Técnico em Enfermagem	D	GT	01/07/2017
31.563/2017	BIANCA FRENSCH DESCHAMPS	Arquiteto	B	GE	01/07/2017
31.563/2017	CAIO ALVES FIGUEIREDO	Técnico em Informática	B	GT	01/07/2017
31.563/2017	CHRISTIAN RAFAEL LUCIANI	Fiscal de Obras e Posturas	D	GF	01/07/2017
31.563/2017	CIBELI APARECIDA MARTINS ZANG	Agente Administrativo	C	GF	01/07/2017
31.563/2017	CINTIA CARNEIRO SIMOES	Cirurgião Dentista - 20 Horas	E	GE	01/07/2017
31.563/2017	CLAODENIR COVATTI	Professor - 40 Horas (QP)	H	GE	01/07/2017
31.563/2017	CLAUDECIR LANA	Motorista	D	GO	01/07/2017
31.563/2017	CLAUDIANI SUAREZ DE A. RIBEIRO	Nutricionista	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	DAIANE MANTOANELLI	Assistente Social	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	DANIELA FRAGA DE CAMPOS	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/07/2017
31.563/2017	DEBORA DE SOUZA ALVES	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/07/2017
31.563/2017	DENISE DA SILVA VIEIRA	Assistente Social	B	GE	01/07/2017
31.563/2017	DOUGLAS DERLI LARANJEIRA	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	EDI MULLER MELO	Servente de Serviços Gerais	E	GO	01/07/2017
31.563/2017	EDNA MARIA DA SILVA VIEIRA	Psicólogo	B	GE	01/07/2017
31.563/2017	EDSON FAGUNDES	Operador de Máquinas	H	GO	01/07/2017
31.563/2017	ELIZABETE FRIGO	Assistente Social	E	GE	01/07/2017
31.563/2017	EMILIA HELENA WEHMUTH	Técnico em Enfermagem	D	GT	01/07/2017
31.563/2017	GICELDA CANDIDA MACHADO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/07/2017
31.563/2017	GILBERTO SALVADOR RODRIGUES	Agente Administrativo	E	GF	01/07/2017
31.563/2017	GLAUCO ROBERTO DOS S. DUARTE	Auditor Fiscal Tributário	L	GE	01/07/2017
31.563/2017	GLENDA LEE MIRANDA R. SCHULTZ	Cirurgião Dentista - 20 Horas	C	GE	01/07/2017

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
31.563/2017	HELAINÉ CRISTINA DE C. P. ROC	Assistente Social	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	HELENA DOS SANTOS MORATELLI	Psicólogo	B	GE	01/07/2017
31.563/2017	IOLANDA CUCO BAUMGARTEN	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/07/2017
31.563/2017	IVAN ALVARO DOS SANTOS	Professor - 20 Horas (QP)	E	GE	01/07/2017
31.563/2017	JOICE CRISTINA LINGNER	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/07/2017
31.563/2017	JOSE REYNALDO MENEZES GRACA	Técnico em Segur. do Trabalho	B	GT	01/07/2017
31.563/2017	JOSE ROQUE PEREIRA	Operador de Máquinas	G	GO	01/07/2017
31.563/2017	JUCIMARA REGINA P. WALDRICH	Técnico em Higiene Dental	E	GT	01/07/2017
31.563/2017	JULIANA DOROW GIRARDI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/07/2017
31.563/2017	JULIANE GARCIA DE MOURA PEREIRA	Médico - 20 Horas	D	GE	01/07/2017
31.563/2017	JULIER VICENTE HILGERT	Agente Administrativo	B	GF	01/07/2017
31.563/2017	JURELI CORREA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	KARINA KALTENBACH ULLRICH	Psicólogo	B	GE	01/07/2017
31.563/2017	KATIA LEILA HOSTIN DE DEUS	Assistente Social	D	GE	01/07/2017
31.563/2017	LEILA CRISTINA BREIS	Agente Comunitário de Saúde	D	GF	01/07/2017
31.563/2017	LILIANA DIAS CORREA	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/07/2017
31.563/2017	LUIZ HENRIQUE FUMAGALI	Fiscal de Obras Públicas	K	GF	01/07/2017
31.563/2017	MAGALI NEITZEL	Professor - 20 Horas (QP)	E	GE	01/07/2017
31.563/2017	MARA LIGIA DA VEIGA	Analista de Políticas Públicas	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	MARCIA APARECIDA DA SILVA I	Professor - 20 Horas (QP)	F	GE	01/07/2017
31.563/2017	MARCIA DA SILVA DE O. JUNKES	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	MARCO ANTONIO DA ROCHA MAFFRA	Eletricista	C	GF	01/07/2017
31.563/2017	MARCOS ROBERTO DA ROCHA	Motorista	B	GO	01/07/2017
31.563/2017	MARCYN VERONICA GOMEZ	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/07/2017
31.563/2017	MARIA APARECIDA DOS S. CORREIA	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/07/2017
31.563/2017	MARIA HELENA CORDINI	Agente Administrativo	B	GF	01/07/2017
31.563/2017	MARIA HELENA DOS SANTOS	Assistente Social	B	GE	01/07/2017
31.563/2017	MARIANNA BORSOS MATTOS	Enfermeiro	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	MARIGIO KARINA WILLEMANN MORITZ	Agente Administrativo	C	GF	01/07/2017
31.563/2017	MARISA SOARES KRUGER	Professor - 20 Horas (QP)	H	GE	01/07/2017
31.563/2017	MARLENE ROSSI	Educador Social	C	GF	01/07/2017
31.563/2017	MARLI ERART DE JESUS SENA	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/07/2017
31.563/2017	MAURICIO BENTO	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/07/2017
31.563/2017	MAURICIO MACHADO	Motorista	B	GO	01/07/2017
31.563/2017	NATANAEL RAMOS DE OLIVEIRA	Fisioterapeuta	E	GE	01/07/2017
31.563/2017	NOELI DE FATIMA SUTIL	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/07/2017
31.563/2017	NORACI BACHMANN	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	PAULO JAQUES FUNKE	Professor - 10 Horas (QP)	I	GE	01/07/2017
31.563/2017	PETERSON SCHIOCHET	Motorista	E	GO	01/07/2017
31.563/2017	RAFAELA PEREIRA	Psicólogo	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	RAQUEL DA SILVA II	Agente Administrativo	E	GF	01/07/2017
31.563/2017	RAUL DOS SANTOS	Lubrificador	G	GO	01/07/2017
31.563/2017	RAULINO GOULARTE	Agente de Serviços Especiais	H	GO	01/07/2017
31.563/2017	REINALDO FRONZA	Operador de Máquinas	H	GO	01/07/2017
31.563/2017	RODRIGO RODRIGUES B. PEREIRA	Médico - 10 Horas	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	ROGER DANILO SCHREIBER	Arquiteto	C	GE	01/07/2017
31.563/2017	ROGERIO CARLI VELOSO	Cirurgião Dentista - 15 Horas	E	GE	01/07/2017
31.563/2017	ROSANE BATISTA PONTES DA SILVA	Educador Social	B	GF	01/07/2017
31.563/2017	ROSANE MARA MACIEL SILVA	Professor - 20 Horas (QP)	E	GE	01/07/2017
31.563/2017	ROSANE SARAGOSO	Agente Administrativo	D	GF	01/07/2017
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
31.563/2017	ROSEMERI ZULOW	Servente de Serviços Gerais	E	GO	01/07/2017
31.563/2017	ROZANA DE CAMPOS	Coordenador Pedagógico (40H)	D	GE	01/07/2017
31.563/2017	SALETE FARINON KNONER	Psicólogo	B	GE	01/07/2017
31.563/2017	SANDRA REGINA ZILS KUHN	Agente Administrativo	E	GF	01/07/2017
31.563/2017	SAYONARA DIAS MACHADO	Professor - 20 Horas (QP)	F	GE	01/07/2017
31.563/2017	SERISE LIMBERGER C. BENTO	Educador Social	B	GF	01/07/2017
31.563/2017	SHIRLEY JORGE DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/07/2017



31.563/2017	SILVANA GONCALVES BENTO	Professor - 20 Horas (QP)	M	GE	01/07/2017
31.563/2017	SILVIA RODRIGUES BEZARRO	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/07/2017
31.563/2017	SOLANGE APARECIDA FRANKE	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/07/2017
31.563/2017	SUELEN DE OLIVEIRA HAAG	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/07/2017
31.563/2017	SUSANA KUHR RIEDEL	Auxiliar de Consult. Dentário	C	GF	01/07/2017
31.563/2017	TAIS EMANUELLE DALFOVO LUCINDO	Coordenador Pedagógico (40H)	E	GE	01/07/2017
31.563/2017	TATIANE MARIA DE SOUZA SILVA	Assistente Social	B	GE	01/07/2017
31.563/2017	VANIA EVARISTO ROCHA NOGUEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	E	GE	01/07/2017
31.650/2017	ADRIANA MANCZAK	Farmacêutico	D	GE	01/08/2017
31.650/2017	ALESSANDRA F. BONELLI	Assistente Social	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	ALESSANDRA LOPES FERREIRA	Agente Administrativo	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	ALESSANDRA RIBEIRO GHIZONI	Enfermeiro	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	ALEXANDRE VOLZ	Agente Administrativo	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	ALINE DA SILVA BOGONI	Técnico em Higiene Dental	C	GT	01/08/2017
31.650/2017	AMADEU ROBERT JANZEN	Professor - 20 Horas (QP)	B	GE	01/08/2017
31.650/2017	ANA MARIA BRAGA	Psicólogo	B	GE	01/08/2017
31.650/2017	ANA MARIA DA SILVA III	Técnico em Enfermagem	D	GT	01/08/2017
31.650/2017	ANA MERI STADNIK	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/08/2017
31.650/2017	ANDREIA GESSER	Técnico em Higiene Dental	C	GT	01/08/2017
31.650/2017	ANDRIELLE LANCE BAUER	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/08/2017
31.650/2017	ARNALDO LUCIANO NAFFIEN	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	ASENATE NICOLETTI DONINE	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/08/2017
31.650/2017	CARLOS ROBERTO WUTKE	Agente de Zeladoria	C	GO	01/08/2017
31.650/2017	CAROLINE FERNANDA METTE	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	CATARINA R. DE LARA DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	CELIA MARIA PIAZERA SCHNAIDER	Agente Administrativo	E	GF	01/08/2017
31.650/2017	CELIO JOAO PARUZZOLO	Agente Administrativo	E	GF	01/08/2017
31.650/2017	CELIO MULLER	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	CINTIA CRISTINE K. BERGMANN	Agente Administrativo	E	GF	01/08/2017
31.650/2017	CLEITON KNISS	Técnico em Enfermagem	D	GT	01/08/2017
31.650/2017	CLEONICE M. P. SCHULTZE	Coordenador Pedagógico (40H)	E	GE	01/08/2017
31.650/2017	CRISTINA DE MELO MONTEIRO	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/08/2017
31.650/2017	DANIELE HORT	Agente Administrativo	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	DEBORA B. RODRIGUES SOBRAL	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	DJULLIE MARIA DE LIMA	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/08/2017
31.650/2017	DOLORES JACINTO	Servente de Serviços Gerais	E	GO	01/08/2017
31.650/2017	DOLORES VANIL DE MIRANDA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	EDITE APARECIDA ADRIANO	Assistente Social	B	GE	01/08/2017
31.650/2017	ELAINE G. SCHIBOWSKI DE SOUZA	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/08/2017
31.650/2017	ELIANA MARIA VON HOHENDORFF	Professor - 20 Horas (QP)	H	GE	01/08/2017
31.650/2017	ELIANE KAPULKA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	ELIANE LASCHEWITZ	Professor - 20 Horas (QP)	F	GE	01/08/2017
31.650/2017	ELIANE LEONIR SARAIVA	Enfermeiro	E	GE	01/08/2017
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
31.650/2017	ELIS REGINA TUBIANA KLIEMANN	Enfermeiro	F	GE	01/08/2017
31.650/2017	ELISABETE CORREA ZAGO	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	ELISANGELA GERALDO	Agente Administrativo	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	ELIZA REGINA DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	EMERSON FELIPPI	Educador Social	B	GF	01/08/2017
31.650/2017	FABIANA MORAES LUIZ	Auxiliar de Enfermagem	D	GF	01/08/2017
31.650/2017	FERNANDA LUIZA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	FERNANDO TOMELIN	Agente Administrativo	E	GF	01/08/2017
31.650/2017	GERSON MATTOS	Médico - 15 Horas	D	GE	01/08/2017
31.650/2017	GIANI EVA CORREIA MENDES	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	GILMAR CHAVES FILHO	Agente Administrativo	B	GF	01/08/2017
31.650/2017	GILMARA KRUG	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/08/2017
31.650/2017	GILSON FOCESATO	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/08/2017
31.650/2017	GILSON GENTIL CORREIA	Agente Administrativo	D	GF	01/08/2017
31.650/2017	GIOVANE GLESIAS FELDHAUS	Agente Administrativo	B	GF	01/08/2017

31.650/2017	GISELE BREMER	Assistente Social	B	GE	01/08/2017
31.650/2017	GRAZIELA NASATO	Procurador do Município	B	GE	01/08/2017
31.650/2017	ILDA DE CARVALHO SILVA	Professor - 20 Horas (QP)	E	GE	01/08/2017
31.650/2017	ILKA BETILDY OLIVEIRA CABRAL	Auxiliar de Consult. Dentário	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	IRONETE AP. LOPES PEREIRA	Servente de Serviços Gerais	E	GO	01/08/2017
31.650/2017	ISABEL BRUNOW VENTURA	Médico - 40 Horas	D	GE	01/08/2017
31.650/2017	JACIRA MARIA DE S. MARINHO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	JANAINA PERINI COSER	Enfermeiro	B	GE	01/08/2017
31.650/2017	JEANY ESKELSEN	Assistente Social	E	GE	01/08/2017
31.650/2017	JERONIMO SOARES B. JUNIOR	Médico - 20 Horas	D	GE	01/08/2017
31.650/2017	JOANA CECILIA BISS SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	H	GE	01/08/2017
31.650/2017	JOANA LUCIA VERETA PERICH	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/08/2017
31.650/2017	JOAO CARLOS D. DE O. FILHO	Agente Administrativo	D	GF	01/08/2017
31.650/2017	JOSEANE ROBERTA SCHAFER	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/08/2017
31.650/2017	JULIANA DA SILVA VALENTIN	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	JULIANO ANDRIOLLO TEIXEIRA	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/08/2017
31.650/2017	KATIA REGINA S. ANTUNES	Coordenador Pedagógico (40H)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	LEONOR REGINA TAUFENBACH	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	LUCIANA LEONOR KRAUS CUNHA	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	LUZIA ALMEIDA SILVA	Educador - Magist./Pedagogia	E	GF	01/08/2017
31.650/2017	MARA RUBIA DOS SANTOS SILVA	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/08/2017
31.650/2017	MARCELO DA SILVA	Educador Social	B	GF	01/08/2017
31.650/2017	MARCIA BORNHAUSEN ISRAEL	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/08/2017
31.650/2017	MARCIA NARDES KELLER	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	MARCIA POZES DA SILVA	Téc em Vig. Sanit. e S. Amb	C	GT	01/08/2017
31.650/2017	MARGARETH MARQUETTI	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	MARIA DA LUZ FURTUOSO PERON	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	MARIA LENIR CARNEIRO COSTA	Agente de Comb. às Endemias	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	MARIA LUISA SCHNEIDER	Coordenador Pedagógico (40H)	E	GE	01/08/2017
31.650/2017	MARINEZ ALVES DE JESUS	Educador - Magist./Pedagogia	E	GF	01/08/2017
31.650/2017	MAYARA LIDIA CORDEIRO	Agente Administrativo	D	GF	01/08/2017
31.650/2017	MICHELE BENDER	Agente Administrativo	E	GF	01/08/2017
31.650/2017	MICHELE DAIANE MARQUES	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	NEIDE DA VEIGA	Digitador	M	GF	01/08/2017
31.650/2017	NEILE DOS SANTOS ZANELLA	Servente de Serviços Gerais	E	GO	01/08/2017
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
31.650/2017	NEUZA DJINANE RAIMUNDO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	NILZA VASCONCELLOS PAULO	Agente Administrativo	D	GF	01/08/2017
31.650/2017	PATRICIA WOICIKOSKI SANTOS	Coordenador Pedagógico (40H)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	PRISCILA FIGUEIREDO	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/08/2017
31.650/2017	RAFAEL KRUEGER	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/08/2017
31.650/2017	RICARDO CESAR WEISE	Agente Administrativo	D	GF	01/08/2017
31.650/2017	RITA DE CASSIA AP. RIBEIRO	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/08/2017
31.650/2017	ROBERTO DEL SENT	Analista de Políticas Públicas	B	GE	01/08/2017
31.650/2017	ROJANA SALETE WUTTKE	Agente Administrativo	K	GF	01/08/2017
31.650/2017	ROSANA GAITOLINI	Agente Administrativo	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	ROSANGELA DE SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/08/2017
31.650/2017	ROSANI M. SCHULER GERTNER	Psicólogo	M	GE	01/08/2017
31.650/2017	ROSELI SERAFIM	Educador - Magist./Pedagogia	D	GF	01/08/2017
31.650/2017	ROZETE REITER	Professor - 20 Horas (QP)	D	GE	01/08/2017
31.650/2017	ROZIDETE D. DOS ANJOS	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/08/2017
31.650/2017	SABRINA DA SILVA SCHNEIDER	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/08/2017
31.650/2017	SANDRA ELISABETH MELATO	Agente Administrativo	E	GF	01/08/2017
31.650/2017	SELMO JOSE DOS SANTOS	Motorista	D	GO	01/08/2017
31.650/2017	SERELAINE TESCHE DEBALD	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	SERGIO LUIZ ZIMMERMANN	Médico - 10 Horas	F	GE	01/08/2017
31.650/2017	SILVIA PATRICIA HILDEBRANDO	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	SILVIO GI. DO NASCIMENTO	Engenheiro Civil	M	GE	01/08/2017
31.650/2017	SIMONI PAULI BOOS	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/08/2017

31.650/2017	SOLANGE APARECIDA GROBER	Educador Social	B	GF	01/08/2017
31.650/2017	TERESINHA DE TOFFOL	Auxiliar de Enfermagem	K	GF	01/08/2017
31.650/2017	THAIS FARIA DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/08/2017
31.650/2017	VALDIR PELLIS	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	VANDERLEI LUÇOLI	Topógrafo	C	GT	01/07/2017
31.650/2017	VERA LUCIA S. DE SOUZA VENEK	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	VIVIAN DALMARCO LABES	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/08/2017
31.650/2017	ZENAIDE P. DE ALMEIDA KWIRANT	Educador Social	B	GF	01/08/2017
31.650/2017	ZENI MACEDO CORREA	Servente de Serviços Gerais	E	GO	01/08/2017
31.650/2017	ZILDA DA LUZ MORAIS BARBOSA	Agente de Comb às Endemias	C	GF	01/08/2017
31.650/2017	ZILDA RODRIGUES	Coordenador Pedagógico (40H)	D	GE	01/08/2017

Blumenau, 07 de agosto de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

## ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 478

### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 478

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 27, 28 e 29, combinado com os artigos 61, 62 e 63, ambos da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 74, 75 e 76, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

#### CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL

Aos servidores públicos municipais de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista:

PORTARIA	NÚMERO DE PROCESSO	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR DE
				FAIXA	PADRÃO	
31.564/2017	2017/4184	ALEXANDRA DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	01/07/2017
31.564/2017	2017/4972	CARLA CRISTINA HEINZEN DE LIZ	Enfermeiro	III	C	01/07/2017
31.564/2017	2017/4949	DANIELA SACKL	Farmacêutico	II	C	01/07/2017
31.564/2017	2017/4438	DENISE HORT	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	01/07/2017
31.564/2017	2017/3753	JEANE DE SOUZA SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/06/2016
31.564/2017	2017/3836	NEIDE LUZIA CUNHA	Assistente Social	II	B	01/06/2017
31.564/2017	2017/4427	SALVELI TERESINHA BOLL	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/07/2017
31.564/2017	2017/4424	SANDRA REGINA DE ZUTTER	Coordenador Pedagógico (40H)	II	H	01/07/2017
31.564/2017	2017/4527	SIDARTA SEVERINO G. DE CASTRO	Médico - 20 Horas	II	C	01/07/2017
31.564/2017	2017/4028	TATIANE MARIA DE SOUZA SILVA	Assistente Social	II	B	01/07/2017
31.564/2017	2017/4510	VERONICA NASCIMENTO COTA	Enfermeiro	III	C	01/07/2017
31.651/2017	2017/5771	ADRIANA PAULA DA SILVA	Auditor Fiscal Tributário	II	H	01/08/2017
31.651/2017	2017/6090	ALEXANDRE LUIS MARQUES	Procurador do Município	II	B	01/08/2017
31.651/2017	2017/5935	ANA CRISTINA MASERA	Analista Fazendário	II	K	01/08/2017
31.651/2017	2017/5963	ANDREA LUIZA DE OLIVEIRA CARNEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	II	C	01/08/2017
31.651/2017	2017/5775	ANGELA MAGNANI J. MOREIRA DA COSTA	Analista de Recursos Humanos	III	M	01/08/2017
31.651/2017	2017/5813	ANILORI DUSTERHOFT VICENTE	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	01/08/2017
31.651/2017	2017/6027	CARLA BEATRIZ SCHMITZ DA ROCHA	Professor - 40 Horas (QP)	II	C	01/08/2017
31.651/2017	2017/5691	CLEYTON LUIS GRIESHABER	Contador	II	B	01/08/2017
31.651/2017	2017/5104	DANIELA WOICIECHOWSHI BUETTGEN	Assistente Social	II	C	01/08/2017
31.651/2017	2017/6089	EDILSON MAFRA	Auditor Fiscal Tributário	II	K	01/08/2017
31.651/2017	2017/5767	ELKA CHRISTINA DA SILVA MENDES	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/08/2017
31.651/2017	2017/5855	ELLEN EIKE JOCHAM	Auditor Fiscal Tributário	II	K	01/08/2017
31.651/2017	2017/5779	EVANDRO ASSIS MULLER	Auditor Fiscal Tributário	III	H	01/08/2017
31.651/2017	2017/5850	FELIPE MUNIZ	Auditor Fiscal Tributário	II	H	01/08/2017
31.651/2017	2017/5698	GISELE BREMER	Assistente Social	II	B	01/08/2017

31.651/2017	2017/5734	GLAUCO ROBERTO DOS SANTOS DUARTE	Auditor Fiscal Tributário	II	L	01/08/2017
31.651/2017	2017/6091	IVAN GONCALO VERGARA	Administrador	II	I	01/08/2017
31.651/2017	2017/5996	JOYCE CHRISTIANE BUTCI SCHEIBE	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/08/2017
31.651/2017	2017/5158	KATIA JUCIANE ZUCHI	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	01/08/2017
PORTARIA	NÚMERO DE	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR
	PROCESSO			FAIXA	PADRÃO	DE
31.651/2017	2017/5959	LUIZA GOLINSKI DE SOUZA	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	01/08/2017
31.651/2017	2017/5949	MARCIA ZILA LONGEN	Auditor Fiscal Tributário	III	J	01/08/2017
31.651/2017	2017/5954	MARCIO JOSE WEBER	Administrador	II	C	01/08/2017
31.651/2017	2017/5759	MARJO JUCIMARA ANDREATA	Procurador do Município	II	B	01/08/2017
31.651/2017	2017/5843	MILENE DEEKE	Auditor Fiscal Tributário	II	H	01/08/2017
31.651/2017	2017/5773	NARA APARECIDA ROSENBROCK HORT	Analista Fazendário	III	C	01/08/2017
31.651/2017	2017/5807	ORIVALDO DA CUNHA	Auditor Fiscal Tributário	II	J	01/08/2017
31.651/2017	2017/6134	PRISCILA SAMARA DO NASCIMENTO	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	01/08/2017
31.651/2017	2017/5819	RAFAEL EDUARDO ROEPCKE	Auditor Fiscal Tributário	II	F	01/08/2017
31.651/2017	2017/5152	SHEILA DENISE TRAPP BORTOLINI	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/08/2017
31.651/2017	2017/5362	SILVIA OLENIA CLEMENTE DOS SANTOS	Coordenador Pedagógico (40H)	III	D	01/08/2017
31.651/2017	2017/6003	SUSANA DA COSTA LEITE	Professor - 30 Horas (QP)	II	J	01/08/2017
31.651/2017	2017/5704	SUSANA RAQUEL BATISTA HESSMANN	Contador	II	G	01/08/2017
31.651/2017	2017/5770	TARCISIO MULLER	Analista Fazendário	II	F	01/08/2017
31.651/2017	2017/5539	VIVIAN CRHYSTIE NEVES DE A. HEIMANN	Psicólogo	II	K	01/08/2017

Blumenau, 07 de agosto de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA RH Nº 156/2017 - PROEB

<p>FUNDAÇÃO PROMOTORA EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU</p> <p>INSTITUIDA PELA LEI Nº. 1625 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1969 CNPJ 82.665.001/0001-10</p> <p>Rua Alberto Stein, 199 - Telefone: (47) 3326-6901 - Fax: (47) 3329-0336 Bairro Velha - 89036-200 - B L U M E N A U - Santa Catarina - Brasil</p>	
--	--

PORTARIA RH N.º 156

NOMEA RAFAEL KOGA PARA EXERCÍCIO DO CARGO DE ELETRICISTA NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1990, resolve:

NOMEAR,

RAFAEL KOGA, para o exercício do cargo de provimento efetivo de Eletricista, do Quadro Permanente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, do Grupo Ocupacional - GF, jornada de 40 horas semanal, Faixa de Vencimento " I ", Padrão de Vencimento A.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 04 de agosto de 2017

Ricardo Stodieck

Presidente

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2218/17 - SAMAE**

PREGÃO PRESENCIAL 06-2218/2017

OBJETO: Registro de preço para possível aquisição de materiais hidráulicos (válvulas e conexões galvanizadas) para uso na Manutenção e Expansão de Redes de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE. ENTREGA ENVELOPES: dia 23 de agosto de 2017, às 08:30 horas, ABERTURA ENVELOPES: dia 23 de agosto de 2017, às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município ([www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br)) e/ou ([www.samae.com.br](http://www.samae.com.br)) e/ou via e-mail [compraslicitacoes@samae.com.br](mailto:compraslicitacoes@samae.com.br) ou [jonathangirardi@samae.com.br](mailto:jonathangirardi@samae.com.br), Contato (47) 3331-8423. Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06, e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 09/08/2017.

Alexandro Eduardo Fernandes

Diretor Presidente

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA Nº 08-2214/2017 - SAMAE**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de DISPENSA nº 08-2214/2017 SAMAE – Aquisição de 06 pneus de retroescavadeira para uso da Div. Transporte.

Contratada: DVA VEÍCULOS LTDA (82.516.949/0010-02)

Valor total: R\$ 20.796,00

Base legal: Artigo 24, IV, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Data da homologação: 09/08/2017

**EXTRATO Nº 325/2017 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 325/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

ALTERMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.

ADITIVO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2016 - TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais médico hospitalares para a FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Pública nº. 049/2016 e Ata de Registro de Preços nº135/2016, firmado em 22 de agosto de 2016.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera parcialmente a coluna “Marca” da tabela contida na Cláusula Primeira, Item 1.3. da Ata de Registro de Preços nº. 135/2016, atingindo apenas o Item 12 da referida tabela, que passa a ter a seguinte redação:

“1.3. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Cód. FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Produtos	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total do Item (Preço Unt. X Qtde.)
[...]							
12	33275	500	Frasco	Álcool 70% INPM / Almotolia de 100ml	Facilimpe	1,80	900,00

[...]

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas na Ata de Registro de Preços nº135/2016.

DATA: 24 de julho de 2017.



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CONTATO Nº 075/2017 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 075/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MS Tecnologia e Serviços Ltda  
Objeto: Aquisição de Impressora Sublimática para Fins Industriais.  
Valor: R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais).  
Vigência: 07 de agosto de 2017 a 20 de dezembro de 2017.

Bom Jesus do Oeste (SC), 07 de agosto de 2017.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5073/2017 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto nº 5073/2017 de 07 de agosto de 2017.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01651/2017, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de Janeiro de 2017, sob o Processo de Licitação nº 01651/2017, que tem por objeto Aquisição de Equipamento - Impressora Sublimática - para fins Industriais.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	MS Tecnologia e Serviços Ltda	IMPRESSORA SUBLIMÁTICA de 44 polegadas, alto desempenho, para produção em níveis industriais, performance mínimo 58 metros por hora em modo rascunho, equipada com cabeça de impressão, equipada com porta USB 2.0 de alta velocidade, com nível acústico menor que 55 dB (A) de acordo com ISO 7779, com no mínimo 01 ano de garantia	1,00	28.500,00

vinte e oito mil e quinhentos reais

28.500,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 07/08/17.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5074/2017 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto nº 5074/2017 de 07 de agosto de 2017

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01679/2017, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de Janeiro de 2.017, sob o Processo de Licitação nº 01679/2017, que tem por objeto Serviços com Lavagens e Consertos de Pneus de Veículos e Maquinas da Municipalidade.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Ademir Saugo - ME (Lavagem e Lubrificação Ideal)	Lavagem Completa de Veiculos Leves	300,00	8.400,00
2	Ademir Saugo - ME (Lavagem e Lubrificação Ideal)	Lavagem de Caminhões Truck com Caçamba, Caminhão Truck Prancha e Retroescavadeiras	140,00	23.800,00
3	Ademir Saugo - ME (Lavagem e Lubrificação Ideal)	Lavagem Externa Onibus	30,00	2.400,00
15	Ademir Saugo - ME (Lavagem e Lubrificação Ideal)	Conserto de Pneus de Caminhões Diversos e Onibus	100,00	3.000,00
16	Ademir Saugo - ME (Lavagem e Lubrificação Ideal)	Troca de Pneus de Caminhões Diversos e Onibus	120,00	3.000,00
17	Ademir Saugo - ME (Lavagem e Lubrificação Ideal)	Conserto de Pneus Traseiro de Tratores, Motoniveladora, Carregadeira e Retroescavadeiras	80,00	6.400,00
18	Ademir Saugo - ME (Lavagem e Lubrificação Ideal)	Troca de Pneus Traseiro de Tratores, Motoniveladora, Carregadeira e Retroescavadeiras	80,00	4.800,00
19	Ademir Saugo - ME (Lavagem e Lubrificação Ideal)	Conserto de Pneus Dianteiro de Tratores e Retroescavadeiras	40,00	2.000,00
20	Ademir Saugo - ME (Lavagem e Lubrificação Ideal)	Troca de Pneus Dianteiro de Tratores e Retroescavadeiras	50,00	2.000,00
4	SELVINO KLESNER	Lavagem Completa de Veiculos Utilitarios	120,00	4.560,00
5	SELVINO KLESNER	Lavagem de Tratores e Mini Carregadeira	90,00	7.650,00
6	SELVINO KLESNER	Lavagem de Implementos Agrícolas	75,00	3.000,00
7	SELVINO KLESNER	Lavagem de Carregadeira	10,00	1.800,00
8	SELVINO KLESNER	Lavagem de Motoniveladora	14,00	3.500,00
9	SELVINO KLESNER	Lavagem Externa Micro-Onibus	60,00	3.480,00
10	SELVINO KLESNER	Lavagem Externa Escavadeira Hidraulica	10,00	2.000,00
11	SELVINO KLESNER	Conserto de Pneus Veiculos de Passeio e Utilitarios diversos	100,00	1.500,00
12	SELVINO KLESNER	Troca de Pneus veiculos de passeio e utilitarios diversos	120,00	1.200,00
13	SELVINO KLESNER	Conserto de Pneus de Implementos agrícolas e Micro Onibus	100,00	2.000,00
14	SELVINO KLESNER	Troca de Pneus de Implementos Agrícolas e Micro Onibus	100,00	1.500,00

cinquenta e cinco mil e oitocentos reais	55.800,00
trinta e dois mil cento e noventa reais	32.190,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 07/08/17.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 152/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 152/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE ESTAGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR Comissão para Avaliação de Estágio Probatório de Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme preceitua o artigo 18 da lei Municipal nº 542/2006 de 18 de outubro de 2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 2º. Fica Nomeada a Comissão responsável pela Avaliação do Estágio Probatório, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Solange Andréia Bonni De Bastiani (Secretária de Educação, Cultura e Esportes)  
 Secretário: Eni Ranzolin Wesner (Professora)  
 Membros: Cleusa Brietembach Mossmann (Professora)  
 Vera Lucia Cherizoli (Professora)  
 Adriane Baumbach (Professora)

Art. 3º. A comissão responsável terá prazo de 45 (quarenta e cinco) para fazer a avaliação do Estágio Probatório e apresentar ao Poder Executivo Municipal, para Homologação.

Art. 4º. Serão Avaliados os seguintes servidores Municipais

Funcionário	Admissão	Nº Avaliação
Marise Lucia Halbertadt	11/02/2015	3ª
Eleni Pereira Schmitt	08/06/2015	2ª
Fabiane Regina Brambilla Nascimento	01/03/2016	2ª
Adriane Weber dos Santos	01/03/2016	2ª
Alexandra dos Santos Vargas	01/07/2014	2ª

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
 Publique-se;  
 Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 08 de agosto de 2017.

RONALDO LUIZ SINGER  
 Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 153/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 153/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE ESTAGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR Comissão para Avaliação de Estágio Probatório de Servidores Públicos Municipais, conforme preceitua o artigo 18 da lei Municipal nº 542/2006 de 18 de outubro de 2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 2º. Fica Nomeada a Comissão responsável pela Avaliação do Estágio Probatório, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Fábio Gerhardt (Auxiliar de Administração)  
 Secretário: Mirian Fátima Cecon Sansigolo (Diretora)  
 Membros: Silvio César Cecon (Sub-Secretário)  
 Mariliva Ames Aiolfi (Auxiliar de Administração)  
 Valdenor Nascimento (Secretário de Estradas e Rodagem)

Art. 3º. A comissão responsável terá prazo de 45 (quarenta e cinco) para fazer a avaliação do Estágio Probatório e apresentar ao Poder Executivo Municipal, para Homologação.

Art. 4º. Serão Avaliados os seguintes servidores Municipais

Funcionário	Admissão	Nº Avaliação
Jucele Carla Suckow	18/02/2015	3ª
Fabiane S. Garmatz Jacoby	03/07/2015	2ª
Rosemeri Both Basso	04/01/2016	1ª
Elisandro Vargas	11/07/2016	1ª
Rosilene kuhn	03/05/2017	1ª
Roselene Rietta Bortoli	03/05/2017	1ª

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
 Publique-se;  
 Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 08 de agosto de 2017

RONALDO LUIZ SINGER  
 Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 154/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 154/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Sra. Sirlane Maria Schwartz, inscrita na matrícula sob nº 769-2, portadora do CPF sob nº 670.051.870-91, ocupante do cargo de Professor I Educação Infantil, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Atestado Médico, no período de 07 de agosto de 2017 à 11 de agosto de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
 Publique-se;  
 Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 08 de agosto de 2017.

RONALDO LUIZ SINGER  
 Prefeito Municipal



# Bom Retiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATOS 171, 172/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 171/2017 Pregão Presencial 20/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Peçalub Comércio de Peças, Equipamentos de Lubrificantes Ltda- ME.

Objeto: Registro de preços para aquisição de filtros, lubrificantes, baterias, fluídos e graxas, para manutenção dos veículos da Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Transportes e Obras, Funrebom, Gabinete do Prefeito, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 3.907,50 (três mil novecentos e sete reais e cinquenta centavos)

Extrato Contrato 172/2017 Pregão Presencial 20/2017

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Globo Auto Center Ltda. ME

Objeto: Registro de preços para aquisição de filtros, lubrificantes, baterias, fluídos e graxas, para manutenção dos veículos da Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Transportes e Obras, Funrebom, Gabinete do Prefeito, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social, para o exercício de 2017.

Valor Total: R\$ 54,51 (cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos)

Bom Retiro, 09 de agosto de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 2.053-2017**

DECRETO Nº 2.053/2017

"Revoga e anula Dispensa de Licitação 03/2017, processo nº 34/2017".

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, CONSIDERANDO recomendação da 3ª Promotoria da Comarca de Brusque, Inquérito Civil 06.2017.00004403-2,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogada e anulada a dispensa de licitação supracitada, conforme justificativa contida neste decreto.

Art. 2º Os procedimentos necessários ao cumprimento deste deverão observar fielmente o disposto na Lei 8.666/93.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 08 de agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2.054/2017**

DECRETO Nº 2.054/2017

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2017".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.10º da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 6.434,42 (Seis mil quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos), conforme abaixo especificado:

5000	Secretaria de Assistência Social e Habitação
5001	Fundo Municipal de Assistência Social
08-244-100-2.27	Manutenção e Operação das Ações, Programas e Projetos do Serviço Social
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.35(577)	Superávit - IGDBF ..... R\$ 6.434,42

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

5000	Secretaria de Assistência Social e Habitação
5001	Fundo Municipal de Assistência Social
08-244-100-2.27	Manutenção e Operação das Ações, Programas e Projetos do Serviço Social
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.35 (527)	Superávit - IGDBF ..... R\$ 6.434,42

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 08 de agosto de 2017.

Botuverá, 08 de agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2.055/2017**

DECRETO Nº 2.055/2017

"Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2017".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme abaixo especificado:

09.00	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
09.01	Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente
18-541-160-2.44	Programas e Projetos de Preservação Ambiental
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(561)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 08 de agosto de 2017.

Botuverá, 08 de agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - (DE 24 À 32) (34 E 35) (DE 37 À 41)**

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratadas:

JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI ME, CNPJ: 21.375.891/0001-30, situada na Rua Frederico Reguse, 118, Bairro do Sol, CEP-89130-000

Valor total do certame: R\$ 15.197,00 (Quinze Mil e Cento e Noventa e Sete Reais).

Objeto: SEGURANÇA DESARMADA EM EVENTOS.

Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 25/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratadas:

ARTEFATOS DE CIMENTO LASSOLI IND E COM. LTDA ME, CNPJ:

81.822.074/0001-05, situada na Avenida Dom Joaquim, Nº 545, Bairro dom Joaquim, CEP: 88359-280  
Valor total do certame: R\$ 24.536,00 (Vinte e Quatro Mil e Quinhentos e Trinta e Seis Reais).  
Objeto: TUBOS DE CONCRETO.  
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 26/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017  
Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratadas:

PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP, CNPJ: 81.822.074/0001-05, situada na Rua Pedro Schmitt Júnior, 1000, Poço Grande, CEP-89.110-000, Gaspar/SC  
Valor total do certame: R\$ 225.600,00 (Duzentos e Vinte e Cinco Mil e Seiscentos).  
Objeto: TUBOS DE CONCRETO.  
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 26/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017  
Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratadas:

RC RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA, CNPJ: 00.171.486/0001-20, situada na Rua Jaime Pedro Alves, 200, Limoeiro, CEP-88.300-000, Itajaí/SC  
Valor total do certame: R\$ 265.428,00 (Duzentos e Sessenta e Cinco Mil e Quatrocentos e Vinte Oito Reais).  
Objeto: TUBOS DE CONCRETO.  
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 26/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017  
Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratadas:

TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRELI, CNPJ: 12.069.550/0001-46, situada na Rua Bento Gonçalves, Nº 60, sala 601, Centro, CEP: 99718-000, Cidade de Paulo Bento/RS  
Valor total do certame: R\$ 47.380,40 (Quarenta e Sete Mil e Trezentos e Oitenta Reais e Quarenta Centavos).  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES DIVERSOS.  
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 23/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017  
Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratadas:

BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRURGICOS LTDA, CNPJ: 01.470.743/0001-98, situada na Rua Colibri, 425, Bloco 2, Bairro Salto Weissbach, CEP: 89032-235, Blumenau/SC  
Valor total do certame: R\$ 72.405,96 (Setenta e Dois Mil e Quatrocentos e Cinco Reais e Noventa e Seis Centavos).  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES DIVERSOS.  
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 23/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2017  
Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratadas:

METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 83.157.032/0001-22, situada na Estrada Boa Esperança, 1918, Bairro Fundo Canoas, Cidade de Rio do Sul/SC, CEP: 89.163-920

Valor total do certame: R\$ 83.359,02 (Oitenta e Três Mil e Trezentos e Cinquenta e Nove Reais e Dois Centavos).  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES DIVERSOS.  
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 23/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2017  
Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratadas:

BOTUVERÁ SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ: 97.553.963/0001-54, situada na Estrada Geral gabirola, Nº 131, bairro Gabirola, cidade de Botuverá/SC, CEP: 88295-000  
Valor total do certame: R\$ 249.000,00 (Duzentos e quarenta e nove mil reais).  
Objeto: HORAS/MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS.  
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 28/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2017  
Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratadas:

ASTER COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA – ME, CNPJ: 16.804.182/0001-93, situada na Rua Manoel José da Cunha, Nº 55, Bairro Rio Branco, cidade de Brusque/SC  
Valor total do certame: R\$ 67.500,00 (Sessenta e sete mil e quinhentos reais).  
Objeto: HORAS/MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS.  
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 28/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2017  
Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratadas:

MERCADO LAGEADO LTDA ME - CNPJ Nº 19.438.029/0001-88, situada na estrada Geral Lageado central, 3030, Lageado, CEP-88.295-000  
Valor total do certame: R\$ 49.340,00 (quarenta e Nove Mil e Trezentos e Quarenta Reais).  
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e outros.  
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 31/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2017  
Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratadas: MERCADO KMP LTDA ME - CNPJ Nº 22.468.860/0001-97, situada na Rua 09 de Junho, 460, CEP-88.295-000, centro, Botuverá/SC  
Valor total do certame: R\$ 61.628,00 (Sessenta e Um Mil e Seiscentos e Vinte e Oito Reais).  
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e outros.  
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 31/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2017  
Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96  
Contratadas:

STOP FIRE – PROJETOS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO EIRELI EPP - CNPJ Nº 24.504.598/0001-14, situada na Rua Maria André de Freitas, Nº 215, Bairro Rio Branco, CEP: 88350-752, Cidade de Brusque/SC  
Valor total do certame: R\$ 38798,00 (Trinta e Oito Mil, Setecentos e Noventa e Oito Reais).  
Objeto: EPI'S (Equipamento de Proteção Individual) E MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO.  
Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 35/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2017

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2017**

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratadas:

FOOT COMERCIAL LTDA - ME – CNPJ: 11.397.879/0001-73, Situada na Rua Gottlieb, Nº 72 – sala 01, Bairro Escola Agrícola, CEP: 89031-270, Cidade de Blumenau/SC

Valor total do certame: R\$ 29180,00 (Vinte e Nove Mil e Cento e Oitenta Reais).

Objeto: EPI'S (Equipamento de Proteção Individual) E MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO.

Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 35/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2017

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2017**

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratadas:

PRO THALLES CONSTRUÇÕES EIRELI ME, – CNPJ: 25.285.088/0001-66, Situada na Rua Vereador Euclides D'Agostini, Nº 47, Bairro Centro, Cidade de Lacerdópolis/SC, CEP: 89660-000

Valor total do certame: R\$ 296.000,00 (Duzentos e Noventa e Seis Mil Reais).

Objeto: SERVIÇOS DE PINTOR POR METRO QUADRADO.

Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 33/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2017**

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratadas:

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A. – CNPJ: 45.987.005/0063-03, Situada na Rua Pref. Germano Schaefer, 38, centro, CEP-88.350-000, Brusque/SC

Valor total do certame: R\$ 466.926,78 (Quatrocentos e Sessenta e seis Mil, Novecentos e Vinte e Seis Reais e Setenta e Oito Centavos).

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARA DE AR.

Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 36/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2017

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2017**

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratadas:

RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 06.889.977/0001-98, Situada na Rua Tancredo de Almeida neves, 5056, São Cristóvão, CEP-89.711-650, Concórdia/SC

Valor total do certame: R\$ 475.000,00 (Quatrocentos e Setenta e Cinco Mil Reais).

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARA DE AR.

Fundamento Legal: PROCESSO LICITATORIO N 36/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2017

Botuverá, 08 de Agosto de 2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8000-2017

DECRETO nº 8.000, DE 28 DE JULHO DE 2017.

Altera artigos 1º e 2º do Decreto nº 7.714, de 10 de dezembro de 2015, que concedeu incentivos fiscais à empresa ZM S.A., e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 2.485/01 que "Institui o Plano Municipal de Incentivos às Empresas e dá outras providências";

Considerando a manifestação favorável da Comissão de Análise de Projetos Incentivados, em reunião realizada na data de 22 de junho de 2017, ao requerimento apresentado pela empresa ZM S.A., que solicita alterações do Decreto nº 7.714/2015, em virtude de modificações no projeto inicial que resultaram na mudança da área do galpão, de 5.250,00 m2 para 6.246,44 m2,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 1º e 2º do Decreto nº 7.714, de 10 de dezembro de 2015, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º Ficam concedidos à empresa ZM S.A., inscrita no C.N.P.J. 76.812.379/0001-04, nos termos da Lei Municipal nº 2.485/01, incentivos fiscais, referentes à isenção de impostos e taxas/emolumentos, visando a construção de novas áreas para ampliação da empresa, contendo 11.737,48 m2 e 6.246,44 m2, conforme segue:

- ISS sobre construção
- Taxa de Expediente ISS Construção
- Taxa para Alvará de Construção
- Termo de Vistoria
- Aprovação por prancha
- Alinhamento
- Taxa de Expediente Alvará de Construção
- Habite-se
- Taxa de Alvará Sanitário
- Taxa de Habite-se Vigilância Sanitária
- Taxa de aprovação do Projeto Hidrossanitário

– Isenção do IPTU por 05 anos (2016-2020) da área registrada na matrícula 38.151, livro 2-A, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

– Isenção de TLL sobre a atividade por 05 anos (2016-2020) nos valores anuais de cadastro, referente estabelecimento a ser instalado no imóvel registrado na matrícula 38.151, livro 2-A, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca. Art. 2º Os incentivos fiscais de que trata o artigo 1º deste Decreto ficam condicionados a seguinte contrapartida da empresa:

- construção de novas áreas para ampliação da empresa ZM S/A, contendo áreas de 11.737,48 m2 e 6.246,44 m2, a serem edificadas na Rua Guilherme Steffen, nº 800, implicando na geração empregos diretos e indiretos." (NR).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de julho de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

JOÃO ROBERTO BEUTING

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 12135 -2017

PORTARIA N. 12.135, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ivo Marchi para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Turismo, a partir de 07/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de agosto de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

JOÃO ROBERTO BEUTING

Respondendo pela Secretaria de Turismo

### PORTARIA Nº 2580-2017

PORTARIA Nº 2.580/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora FLAVIA MARIA CORREA, matrícula nº 808199, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.



Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de Julho de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL  
Diretora

JOSÉ ZANCANARO  
Secretário Municipal da Educação

#### **PORTARIA Nº 2670-2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2670/2017

Concede benefício de Aposentadoria por Invalidez a  
JOSÉ PEDRINI

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 1º, §1º; 33, I, a; 34, §1º, §2º e § 11, e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e pelo artigo 6-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70, de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 376/2016, benefício de Aposentadoria por Invalidez a JOSÉ PEDRINI, CPF 619.531.569-91.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/05/2006, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 5.484/2006 de 15/05/2006.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
RECURSOS HUMANOS  
Diretora

#### **PORTARIA Nº 2704-2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2704/2017

Concede benefício de Aposentadoria por Invalidez proporcional ao tempo de contribuição a VALDIR NICACIO

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 1º, §1º; 33, I, a; 34, §1º, §2º, e 97 da Lei Complementar

Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder benefício de Aposentadoria por Invalidez proporcional ao tempo de contribuição ao senhor VALDIR NICÁCIO, CPF 352.129.429-34.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/07/2002, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 3.512/2002 de 01/07/2002.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
RECURSOS HUMANOS  
Diretora

#### **PORTARIA Nº 2705-2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2.705/2017

Concede benefício de Pensão por morte a Idalina Alves Januário

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no art. 1º, §2º, art. 33, II, "a)", e art. 47 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 41, de 19/12/03, regulamentado pela Lei Federal nº. 10.887, de 18/06/04.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº.271/2017, benefício de pensão por morte a IDALINA ALVES JANUÁRIO, CPF 287.313.048-26, dependente do servidor falecido JOÃO JANUÁRIO, CPF: 760.556.558-53.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/07/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
RECURSOS HUMANOS  
Diretora

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.206

DECRETO Nº 7.206, de 01 de agosto de 2017.  
Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento a que se refere o Processo Licitatório nº 84/2017, Concorrência 02/2017, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para conclusão de Creche Pró-infância tipo B, sita à Rua Eloé Henrique Formighieri, Bairro Nossa Senhora Salette:

- I – Emerson Schmidt;
- II – Taíse Teodozio;
- III – Lucas Filipini Chaves.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO Nº 35.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 35/2017

Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada...: CBL Tecnologia Recuperação de Dados Ltda Valor ..... : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) Vigência ..... : Início: 04/08/2017 Término: 31/08/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2017 Recursos ..... : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5)

Objeto ..... : Prestação do serviço de recuperação de 4 HDs da Câmara Municipal que tiveram danos da estrutura de indexação de arquivos e diretórios e danos na estrutura RAID ARRAY

Caçador, 4 de Agosto de 2017

Antonio Rubiano Schmitz - Presidente da Câmara Municipal

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 283-17 - REJEITA AS CONTAS PREFEITO 2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 283, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a rejeição das contas públicas do Prefeito Municipal de Caçador, referente ao exercício de 2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos arts. 61 da Lei Orgânica do Município e 123 do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 7 de agosto de 2017, aprovou e ele promulga o seguinte,

#### DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º As contas públicas do Município de Caçador, referente ao exercício de 2015, sob a responsabilidade do Senhor Gilberto Amaro Co-mazzetto Prefeito Municipal, são consideradas rejeitadas, com base no Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Processo nº PCP 16/00226229.

Parágrafo único. O Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, mencionado no caput deste artigo faz parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz,  
Presidente.



# Camboriú

## PREFEITURA

### **PREGÃO ELETRÔNICO 002/2017 - FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2017-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO KM, ANO 2017 PARA A SECRETARIA DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14 e Decreto Municipal 3.252/2017.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 15:00 horas do dia 23 (Vinte e Três) de Agosto de 2017, no site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500, no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br) ou no e-mail [comprasdecamboriu@gmail.com](mailto:comprasdecamboriu@gmail.com)

Camboriú 08 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.647 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.647 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

CRIA E DESIGNA MEMBROS DAS COMISSÕES DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º Ficam criadas as Comissões de Elaboração e Acompanhamento dos Trabalhos do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Campo Alegre, que será composta pelos seguintes membros:

1) COMISSÃO EXECUTIVA

- a) Rubens Blaszkowski - Prefeito Municipal;
- b) Lucilaine Mókfa Schwarz - Secretária Municipal de Administração.

2) COMISSÃO TÉCNICA

- a) Coordenadora – Matilde Ihvens Guimarães Silva – Arquiteta;
- b) Coordenador Adjunto – Bruno Seefeld – Engenheiro Civil;
- c) Coordenador Auxiliar – Lucinei José Odia – Assessor de Serviços de Obras e Engenharia;
- d) Membro – Alaércio Luis Cordeiro – Diretor de Planejamento, Transporte e Obras.

3) COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

- a) Representante da ACIACA – Matheus Fuckner;
- b) Representante da CDL – João Alaor Neneve Cordeiro;
- c) Representante da APAE – Nádia Terezinha Bastos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 08/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 10.648 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 10.648 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DAS DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) nos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras.	
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	

11.01 -	Coordenadoria de Cultura		
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 7.000,00	
	Total	R\$ 8.000,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos Despesa das Dotações Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras.		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00	
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenadoria de Cultura.		
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 7.000,00	
	Total	R\$ 8.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 08 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 10.649 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 10.649 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais		
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social		
300000.00.497 -	Despesas Correntes		
330000.00.497 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.497 -	Aplicações Diretas		
339039.00.497 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.200,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
---------	---------------------------------------	--	--

92.01 -	Manutenção das atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
400000.00.497 -	Despesas de Capital			
440000.00.497 -	Investimentos			
449000.00.497 -	Aplicações Diretas			
449052.00.497 -	Equipamentos e Material Permanente		R\$ 1.200,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 08 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 10.650 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 10.650 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
300000.00.0102 -	Despesas Correntes			
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas			
339039.00.0102 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		R\$ 220,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das atividades Sociais			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social			
300000.00.0102 -	Despesas Correntes			
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas			
339030.00.0102 -	Material de Consumo		R\$ 220,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 08 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.651 DE 08 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.651 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RECEBIDO POR DOAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Homologar a Resolução nº 01 da COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

COMISSÃO MUNICIPAL AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 07 DE AGOSTO DE 2017  
DISPÕE SOBRE AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RECEBIDO POR DOAÇÃO.

A Comissão Municipal de Avaliação de Bem Imóvel Recebido em Doação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 10.631 de 01 de Agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Acatar a avaliação imobiliária, do Bem Imóvel "uma Casa edificada em madeira com inscrita no CPJ/MF nº 83.796.284/0001-00, uma casa de madeira com área de 115,50 m² (cento e quinze vírgula cinquenta décimos quadrados), localizada na Rua Cel. Bento D' Amorim, nº 256, Centro, Município de Campo Alegre/SC., com inscrição imobiliária sob o nº 01.01.01.019.471.0001.001, devidamente inscrita sob a Matrícula Imobiliária nº 19.795 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC.

§ 1º A avaliação de que trata o Bem Imóvel no documento Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica emitido pelo Corretor de Imóveis, é parte integrante do Anexo Único desta Resolução.

§ 2º O referido imóvel foi recebido em doação da Empresa HACASA Administração e Empreendimentos Imobiliários S.A, autorizado pela Lei Municipal nº 4.639 de 25 de julho de 2017.

Art. 2º O Bem Imóvel citado no artigo 1º desta Resolução ficou avaliado no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil) reais, para fins de incorporação junto ao Patrimônio Público do Poder Executivo Municipal, na Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, com a finalidade de uso especial para abrigar a sede do "Museu Municipal Bento Sylvio Munhoz".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 07 de agosto de 2017.

SANDRO LUIZ FRIEDRICK NELSON LUIS BAIL PATRICK ONGHERO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

COMISSÃO MUNICIPAL AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO.

ATA REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO PELA EMPRESA HACASA ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS S.A.

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se na sala de reuniões na sede da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, os membros da Comissão Municipal de Avaliação de Bem Imóvel Recebido em Doação, os Senhores Sandro Luiz Friedrich, Nelson Luis Bail e Patrick Onghero, para deliberarem sobre a incumbência que lhes foi atribuída pelo Decreto Municipal nº 10.631 de primeiro de agosto de dois mil e dezessete, ou seja, de analisar a avaliação do Bem Imóvel recebido por doação da Empresa HACASA Administração e Empreendimentos Imobiliários S.A, autorizada o recebimento da respectiva doação pela Lei Municipal nº 4.639 de vinte e cinco de julho de dois mil e dezessete. Com base em Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica, emitido pelo senhor Augustinho Minikovsky, Corretor de Imóveis, registro junto ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina, CRECI/SAC, sob o número quatro mil seiscientos e oitenta e sete, avaliou o Bem Imóvel em questão no valor R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para incorporação ao Patrimônio Público do Poder Executivo deste Município, na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, para abrigar a sede do "Museu Municipal Bento Sylvio Munhoz". Prosseguindo os trabalhos, foi digitada e emitida a Resolução de número zero um, a qual será encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para sua homologação e publicação no DOM Diário Oficial do Município do Estado de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a digitação da presente ata, que após lida e achada conforme vai assinada pelos presentes.

SANDRO LUIZ FRIEDRICK NELSON LUIS BAIL PATRICK ONGHERO

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 01 DE 07/08/2017 DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO.

**DECRETO Nº 10.652 DE 08 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.646 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE INTERINA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Exonerar DEISI ESTELEA, Registro no Sistema sob nº 955172, do Cargo Público de Secretária Municipal de Saúde – Interina, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 10.653 DE 08 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 10.653 DE 08 DE AGOSTO DE 2017  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA DIRETORA DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, , Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob nº 954286, do Cargo Público de Diretora de Saúde, Código 08 do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 10.654 DE 08 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 10.654 DE 08 DE AGOSTO DE 2017  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM CARGO DE PROVIMENTO COMISSÃO DIRETORA DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao inciso II do Artigo 18, e Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 e suas alterações; Decreta:

Art. 1º Nomear DEISI ESTELA AMORIM, Registro no Sistema sob nº 955172, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Saúde, Código 08, com dedicação em tempo integral, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06 de março de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 10.655 DE 08 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.655 DE 08 DE AGOSTO DE 2017  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA À SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear a Servidora Pública SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob o nº 954286, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, na Função de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o Cargo de Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA À SAÚDE, percebendo o valor pecuniário de R\$ 1.599,80 (um mil, quinhentos e noventa e nove reais, oitenta centavos) mensal, Código nº 16, Função Gratificada FG-1 constante do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 com as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, a partir de 08 de agosto de 2017.

Art. 2º O pagamento desta Função Gratificação não se incorporará à remuneração da Servidora Pública Municipal e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da Função Gratificada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 08 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 14.574 DE 08 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.574 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE DESNECESSIDADE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MÉDICO IV (PLANTONISTA).

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e ainda, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002, que dispõem sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; e

Considerando a efetivação da desapropriação do Hospital Salvatoriano São Luiz, imóvel este afetado como unidade hospitalar pelo Decreto Municipal nº 10.567, de 27 de junho de 2017;

Considerando a necessidade da transferência da gestão dos serviços hospitalares através de convênio e a impossibilidade de realização de cessão de servidores públicos municipais;

Considerando a desnecessidade do serviço público do cargo de médico IV (plantonista) visto que os serviços públicos inerentes ao cargo estão sendo prestados por instituição filantrópica sem fins lucrativos;

Considerando a possibilidade da Administração Municipal, em juízo de conveniência e oportunidade, reconhecer a desnecessidade de cargo público, e no intuito de evitar gastos em duplicidade com a mesma atividade; e

Considerando a previsão legal sobre a matéria, disciplinada no art. 69 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Declarar a desnecessidade do cargo público de Médico IV (Médico Plantonista), criado pela Lei Complementar Municipal nº 39, de 12 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. O servidor público estável ficará em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo, em conformidade ao art. 69 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2017.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 08 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.575 DE 08 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.575 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública, Municipal ZÉLIA INEZ LAVAL, Matrícula Funcional nº 000734, Registro

no Sistema sob nº 955251, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 09 de agosto de 2017 à 28 de agosto de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.576 DE 08 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.576 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público, Municipal ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 000799, Registro no Sistema sob nº 955466, ocupante do Cargo Público de Médico, exercendo a Função de Médico II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 09 de agosto de 2017 à 18 de agosto de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 07 de agosto de 2017 sob o nº 12034.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
08 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**RESOLUÇÃO Nº 01 DE 07 DE AGOSTO DE 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

COMISSÃO MUNICIPAL AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RECEBIDO POR DOAÇÃO.

A Comissão Municipal de Avaliação de Bem Imóvel Recebido em Doação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 10.631 de 01 de Agosto de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Acatar a avaliação imobiliária, do Bem Imóvel "uma Casa edificada em madeira com inscrita no CPJ/MF nº 83.796.284/0001-00, uma casa de madeira com área de 115,50 m² (cento e quinze vírgula cinquenta decímetros quadrados), localizada na Rua Cel. Bento D' Amorim, nº 256, Centro, Município de Campo Alegre/SC., com inscrição imobiliária sob o nº 01.01.01.019.471.0001.001, devidamente inscrita sob a Matrícula Imobiliária nº 19.795 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC.

§ 1º A avaliação de que trata o Bem Imóvel no documento Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica emitido pelo Corretor de Imóveis, é parte integrante do Anexo Único desta Resolução.

§ 2º O referido imóvel foi recebido em doação da Empresa HACASA Administração e Empreendimentos Imobiliários S.A, autorizado pela Lei Municipal nº 4.639 de 25 de julho de 2017.

Art. 2º O Bem Imóvel citado no artigo 1º desta Resolução ficou avaliado no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil) reais, para fins de incorporação junto ao Patrimônio Público do Poder Executivo Municipal, na Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, com a finalidade de uso especial para abrigar a sede do "Museu Municipal Bento Sylvio Munhoz".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 07 de agosto de 2017.

SANDRO LUIZ FRIEDRICK  
NELSON LUIS BAIL  
PATRICK ONGHERO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

COMISSÃO MUNICIPAL AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO.

ATA REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO PELA EMPRESA HACASA ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS S.A.

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se na sala de reuniões na sede da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, os membros da Comissão Municipal de Avaliação de Bem Imóvel Recebido em Doação, os Senhores Sandro Luiz Friedrich, Nelson Luis Bail e Patrick Onghero, para deliberarem sobre a incumbência que lhes foi atribuída pelo Decreto Municipal nº 10.631 de primeiro de agosto de dois mil e dezessete, ou seja, de analisar a avaliação do Bem Imóvel recebido por doação da Empresa HACASA Administração e Empreendimentos Imobiliários S.A, autorizada o recebimento da respectiva doação pela Lei Municipal nº 4.639 de vinte e cinco de julho de dois mil e dezessete. Com base em Parecer Técnico

de Avaliação Mercadológica, emitido pelo senhor Augustinho Minikovsky, Corretor de Imóveis, registro junto ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina, CRECI/SAC, sob o número quatro mil seiscentos e oitenta e sete, avaliou o Bem Imóvel em questão no valor R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para incorporação ao Patrimônio Público do Poder Executivo deste Município, na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, para abrigar a sede do "Museu Municipal Bento Sylvio Munhoz". Prosseguindo os trabalhos, foi digitada e emitida a Resolução de número zero um, a qual será encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para sua homologação e publicação no DOM Diário Oficial do Município do Estado de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a digitação da presente ata, que após lida e achada conforme vai assinada pelos presentes.

SANDRO LUIZ FRIEDRICK NELSON LUIS BAIL PATRICK ONGHERO

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 01 DE 07/08/2017 DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO.

# Campo Erê

## PREFEITURA

### **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISP. JUST. N. 1471/2017**

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 1554/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º: 1471/2017

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 1471/2017

b) Objeto: O presente certame trata de contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de reparos URGENTES nas instalações do Centro de Educação Infantil: Anjo da Guarda.

c) Contratadas: ROBERTINHO DE OLIVEIRA DA SILVA MEI

Valor: R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais).

Publique-se.

Campo Erê, SC, 04 de agosto de 2017.

Odilson Vicente de Lima - Prefeito Municipal

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 18/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2017

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 25 de Agosto de 2017 às 14h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BOLSAS, FRALDAS, ROUPAS E ACESSÓRIOS INFANTIS PARA COMPOSIÇÃO DE KITS DE AUXÍLIO NATALIDADE PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS ATENDIDAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PARA AS PARTICIPANTES DO PROJETO MÃE-CAMPONOVENSE. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h e das 13h15min às 17h, diariamente.

Campos Novos, 08 de agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 1452/17

PORTARIA Nº 1452/17 DE 01/06/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) CRISTIANI PEREIRA DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) CRISTIANI PEREIRA DE SOUZA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Junho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1613/17

PORTARIA Nº 1613/17 de 21/07/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JAQUELINE SCHWANTES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JAQUELINE SCHWANTES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de

Julho de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1629/17

PORTARIA Nº 1629/17 DE 18/07/17

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JORGE ALEX MORAES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio ao servidor JORGE ALEX MORAES, referente ao período aquisitivo de 01/03/11 a 28/02/16 a serem gozadas no período de 01/08/17 a 29/10/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1630/17

PORTARIA Nº 1630/17 de 19/07/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALEX DE CAMPOS PADILHA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ALEX DE CAMPOS PADILHA para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Julho de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1631/17**

PORTARIA Nº 1631/17 de 19/07/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIZETE DE FATIMA BECKER TOIGO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, MARIZETE DE FATIMA BECKER TOIGO para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Julho de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1632/17**

PORTARIA Nº 1632/17 de 19/07/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAQUELINE SCHWANTES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, JAQUELINE SCHWANTES para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1636/17**

PORTARIA Nº 1636/17 de 21/07/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ADRIANA RODRIGUES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato ao (a) servidor (a) ADRIANA RODRIGUES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Julho de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1637/17**

PORTARIA Nº 1637/17 de 21/07/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) LEILA ALVES DAMACENO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) LEILA ALVES DAMACENO, do cargo de GARI, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1638/17**

PORTARIA Nº 1638/17 de 21/07/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PAULO SERGIO DE JESUS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, PAULO SERGIO DE JESUS para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1639/17**

PORTARIA Nº 1639/17 de 21/07/17

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O (A) SERVIDOR (A) ROSANA APARECIDA SUTIL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensa sem justa causa o (a) servidor (a) ROSANA APARECIDA SUTIL, do cargo de GARI, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 1640/17**

PORTARIA Nº 1640/17 de 21/07/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CAROLINA FLESCH

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CAROLINA FLESCH do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Julho de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 21 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1642/17**

PORTARIA Nº 1642/17 de 24/07/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLAUDIA ANGELICA SÁ BRITO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, considerando que a servidora Ana Paula Machado de Andrade encontra-se em auxílio maternidade,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, CLAUDIA ANGELICA SÁ BRITO para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de Julho de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1645/17**

PORTARIA Nº 1645/17 de 24/07/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VANDERLEIA APARECIDA GRASSMAM DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VANDERLEIA APARECIDA GRASSMAM DE OLIVEIRA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de Julho de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1647/17**

PORTARIA Nº 1647/17 de 25/07/17

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o (a) servidor (a) CARLOS FELIPE SCARABOTTO FAVARO, portador da CNH nº 05428261385, categoria AB, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, do quadro de servidores contratados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1648/17**

PORTARIA Nº 1648/17 de 25/07/17

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o (a) servidor (a) ANDRE SAMUEL LIGOSKI FAGUNDES, portador da CNH nº04751926271, categoria AC, ocupante do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, do quadro de servidores contratados da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1649/17**

PORTARIA Nº 1649/17 DE 26/07/17

CONCEDE ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,



**RESOLVE:**

Conceder Abono Pecuniário a servidora LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017 gozadas no período de 24/07/17 a 12/08/17, convertendo 1/3 (um terço) em dinheiro, conforme Art. 100 § 5º da Lei Complementar nº 03/2000. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de Julho de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 1659/17**

PORTARIA Nº 1659/17 de 26/07/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOAO CIRIO ALVES FERREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOAO CIRIO ALVES FERREIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/16 a 28/02/17 a serem gozadas no período de 05/07/17 a 03/08/17.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 168H/17**

PORTARIA Nº 168/17 de 18/07/17

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA DE OLIVIA DE MATTOS

Canísio Isidoro Winkelmann, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

**RESOLVE:**

Conceder Licença Prêmio à servidora OLIVIA DE MATTOS, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 03/08/17 a 31/10/17, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
18 de Julho de 2017.

Canísio Isidoro Winkelmann  
Administrador Geral  
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio

**PORTARIA Nº 1714/17**

PORTARIA Nº 1714/17 DE 26/07/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO (A) SERVIDOR (A) VIVIANE APARECIDA MOCELLIN DE OLIVEIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença ao (a) servidor (a) VIVIANE APARECIDA MOCELLIN DE OLIVEIRA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a 2 de Agosto de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1715/17**

PORTARIA Nº 1715/17 DE 31/07/17

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA EVA MARIA ANTONIAZZI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Licença Prêmio à servidora EVA MARIA ANTONIAZZI, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 01/08/17 a 29/10/17.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Julho de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1716/17**

PORTARIA Nº 1716/17 de 01/08/17

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) SILVANE MARIANE VANELLI BARCAROLO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) SILVANE MARIANE VANELLI BARCAROLO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1717/17**

PORTARIA Nº 1717/17 de 01/08/17

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUELIN SOARES BORGES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) QUELIN SOARES BORGES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1718/17**

PORTARIA Nº 1718/17 de 01/08/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELIZANGELA GONÇALVES RECALCATTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELIZANGELA GONÇALVES RECALCATTI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1719/17**

PORTARIA Nº 1719/17 DE 01/08/17

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JOSE WALDEMAR CRUZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Licença Prêmio ao servidor JOSE WALDEMAR CRUZ, referente ao período aquisitivo de 01/03/11 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 02/08/17 a 30/10/17.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1720/17**

PORTARIA Nº 1720/17 de 02/08/17

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELIANA DE MENECH GUARDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELIANA DE MENECH GUARDA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2017.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1726/17**

PORTARIA Nº 1726/17 DE 04/08/17

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MILENE BEATRIZ LOPES DE ALMEIDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Licença Prêmio a servidora MILENE BEATRIZ LOPES DE ALMEIDA, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 10/08/17 a 07/11/17.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1727/17**

PORTARIA Nº 1727/17 de 07/08/2017

RETIFICA PORTARIA Nº 1616/17 DE 11/07/2017 QUE CONCEDEU LOTAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e; Considerando os documentos anexados à ficha funcional, Com amparo no artigo 100, incisos VIII e XII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retificar a portaria Nº1616/17 que concedeu lotação a servidora ELENICE APARECIDA CAMARGO BERNARDELLI, PROFESSOR NÍVEL III, 40 horas semanais junto ao C.E.I.M. JOSE CARLOS PISANI – CAIO, alterando de lotação para REMOÇÃO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1728/17**

PORTARIA Nº 1728/17 de 07/08/2017

RETIFICA PORTARIA Nº 1617/17 DE 11/07/2017 QUE CONCEDEU LOTAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e; Considerando os documentos anexados à ficha funcional, Com amparo no artigo 100, incisos VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a portaria Nº1617/17 que concedeu lotação a servidora ELAINE CRISTINA DOS SANTOS, PROFESSOR NÍVEL III, 40 horas semanais junto ao C.E.I.M. JOSE CARLOS PISANI – CAIO, alterando de lotação para REMOÇÃO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1729/17**

PORTARIA Nº 1729/17 de 07/08/2017

RETIFICA PORTARIA Nº 1618/17 DE 11/07/2017 QUE CONCEDEU LOTAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e; Considerando os documentos anexados à ficha funcional, Com amparo no artigo 100, incisos VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a portaria Nº1618/17 que concedeu lotação a servidora MARLEN ANGELA FORGIARINI CAVALI, PROFESSOR NÍVEL III, 40 horas semanais junto ao C.E.I.M. JOSE CARLOS PISANI – CAIO, alterando de lotação para REMOÇÃO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1730/17**

PORTARIA Nº 1730/17 de 07/08/2017

RETIFICA PORTARIA Nº 1619/17 DE 11/07/2017 QUE CONCEDEU LOTAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e; Considerando os documentos anexados à ficha funcional, Com amparo no artigo 100, incisos VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a portaria Nº1619/17 que concedeu lotação a servidora IVONETE KEMER COMERLATTO, PROFESSOR NÍVEL III, 40 horas semanais junto ao C.E.I.M. JOSE CARLOS PISANI – CAIO, alterando de lotação para REMOÇÃO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1731/17**

PORTARIA Nº 1731/17 de 07/08/2017

RETIFICA PORTARIA Nº 1620/17 DE 11/07/2017 QUE CONCEDEU LOTAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e; Considerando os documentos anexados à ficha funcional, Com amparo no artigo 100, incisos VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a portaria Nº1620/17 que concedeu lotação a servidora CELIA LUZIA MENA BARRETO, PROFESSOR NÍVEL III, 40 horas semanais junto ao C.E.I.M. JOSE CARLOS PISANI – CAIO, alterando de lotação para REMOÇÃO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1733/17**

PORTARIA Nº 1733/17 de 07/08/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANGELICA APARECIDA DA SILVA FRANÇA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANGELICA APARECIDA DA SILVA FRANÇA para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL II com carga

horária de 40 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de Agosto de 2017.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em, 07 de Agosto de 2017  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1734/17**

PORTARIA Nº 1734/17 de 07/08/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LETICIA FURTADO TITON

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário LETICIA FURTADO TITON para exercer o cargo de PROFESSOR NÍVEL II com carga horária de 20 horas semanais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente  
Portaria em, 07 de Agosto de 2017  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**RG 27\_17 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 84/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2017**

No dia 8 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 49/2017, Processo Licitatório nº. 84/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11758	ACM SOLUCOES ELETRICAS EIRELI - EPP	59, 71
9110	CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	16
11278	CONDEX COM. DE MAT. E INST. ELETRICA LTDA-ME	26, 30, 32, 42, 45, 57, 70, 80, 91, 93, 94, 99
10726	ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	3, 43, 50, 72, 88, 89, 90
10467	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	31, 84
6187	JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	4, 6, 8, 9, 11, 14, 15, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 47, 48, 51, 52, 54, 60, 63, 66, 68, 69, 73, 75, 77, 78, 79, 82, 85, 87, 92, 98, 100
8887	SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	1, 2, 5, 7, 10, 12, 13, 17, 18, 22, 24, 28, 34, 40, 41, 46, 49, 55, 56, 61, 62, 64, 65, 67, 74, 76, 81, 83, 86, 95, 96, 97
10841	TEC CN COMERCIO E SERVICOS ELETRICOS EIRELI - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ACM SOLUCOES ELETRICAS EIRELI - EPP	05.885.865/0001-04	MERCI ADILSON COELHO	609.726.539-53
CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRI	07.955.338/0001-46	CLAITON DENIS FERREIRA DA SILVA	679.129.909-68
CONDEX COM. DE MAT. E INST. ELETRICA LTDA-ME	03.362.244/0001-02	GUILHERME BAPTISTA	089.570.239-84
ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	15.984.883/0001-99	JOSE RICARDO BARBOSA VAZ	206.500.350-20
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	12.532.054/0001-87	JOSE THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	01.276.119/0001-54	LUCAS VICTOR KRUTZMANN	097.903.899-57
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	07.038.642/0001-29	REINALDO ANGELO WAGNER	045.939.249-28
TEC CN COMERCIO E SERVICOS ELETRICOS EIRELI - ME	01.838.286/0001-41	JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA FILHO	018.612.849-50

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/9  
 Processo Nº.: 84/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

**Fornecedor: 6187 - JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	BUCHA PLASTICA 10MM	UN	iv	500,000	0,0300	15,00
6	BUCHA PLASTICA 8MM	UN	iv	500,000	0,0300	15,00
8	CABO FLEXIVEL 750V 1.50MM	UN	minasflex	500,000	0,3600	180,00
9	CABO FLEXIVEL 750V 10,00 MM	M	minasflex	200,000	2,6400	528,00
11	CABO FLEXIVEL 750V 4.00 MM	M	minasflex	300,000	1,0400	312,00
14	CABO PP 750 V 2X1.50MM	M	minasflex	200,000	1,2000	240,00
15	CABO PP 750 V 2X2.50MM	M	minasflex	300,000	1,8200	546,00
19	CONTACTOR CWM 18 AMP. CCA	UN	brasiltec	5,000	39,5400	197,70
20	CONTACTOR CWM 25 AMP. CCA	UN	brasiltec	5,000	39,5500	197,75
21	CORDÃO PARALELO 2 X 1,50 MM	M	minasflex	300,000	0,7700	231,00
23	DINJUNTOR MOTOR GV2 M20 AJUSTE 13 18A	UN	brasiltec	5,000	91,9000	459,50
25	DINJUNTOR MOTOR GV2 M20 AJUSTE 24 32A	UN	brasiltec	5,000	92,7000	463,50
27	DISJUNTOR DIN 20 A MONOFÁSICO	UN	brasiltec	30,000	5,1000	153,00
29	DISJUNTOR DIN 32 A TRIFASICO	UN	brasiltec	15,000	25,7900	386,85
33	DISJUNTOR DIN 50 A TRIFASICO	UN	brasiltec	15,000	26,9000	403,50
35	DISJUNTOR NEMA 10 A MONOFÁSICO	UN	eletromar	30,000	6,9900	209,70
36	DISJUNTOR NEMA 20 A MONOFÁSICO	UN	eletromar	30,000	6,5300	195,90
37	DISJUNTOR NEMA 30 A MONOFÁSICO	UN	eletromar	30,000	6,5300	195,90
38	DISJUNTOR NEMA 40 A MONOFÁSICO	UN	eletromar	30,000	9,7700	293,10
39	DISJUNTOR NEMA 50 A MONOFÁSICO	UN	eletromar	30,000	9,7700	293,10
44	INTER DUPLO PARALELO EMBUTIR 4X2	UN	mec tronic	50,000	5,4400	272,00
47	INTER TRIPLO PARALELO EMBUTIR 4X2	UN	mec tronic	50,000	7,3600	368,00
48	INTER TRIPLO PARALELO SISTEMA X	UN	mec tronic	50,000	6,9900	349,50
51	INTERRUPTOR PARALELO SISTEMA X	UN	mec tronic	100,000	3,6700	367,00
52	LÂMPADA COMPACTA 25W 3U	UN	luminarias blu	150,000	6,8200	1.023,00
54	LAMPADA LED BULBO BOCAL E-27 15W	UN	kian	200,000	17,0000	3.400,00
60	MANGUEIRA LISA 2,5MM 3/4	UN	cortubo	1.000,000	0,9700	970,00
63	PARAFUSO PHILIPS 4,5X50	UN	jomarca	2.000,000	0,0500	100,00
66	PINO INDUSTRIAL 32A 2P +T	UN	brasiltec	5,000	17,7700	88,85
68	PINO INDUSTRIAL MOVEL 3P + T 32 A 380 V	UN	brasiltec	5,000	18,3900	91,95
69	PLAFON DE TETO BRANCO COM BOCLA DE PORCELANA	UN	interneed	300,000	1,9000	570,00
73	PLUG FEMEA 2P+T 10A	UN	mec tronic	100,000	2,0700	207,00
75	PLUG INDUSTRIAL 3P + T 16 A IP67	UN	brasiltec	5,000	16,0900	80,45
77	PLUGUE INDUSTRIAL 3P + T 32A 380V	UN	brasiltec	5,000	18,4900	92,45
78	POSTE CONCRETO 7M NOVO PADRÃO CELESC	UN	cimecom	10,000	839,9900	8.399,90
79	POSTE CONCRETO 8M NOVO PADRÃO CELESC MONOFÁSICO	UN	cimecom	10,000	978,0000	9.780,00
82	REFLETOR LED 30W LUZ BRANCA USO EXTERNO	UN	mak led	50,000	54,9900	2.749,50
85	SILICONE 50G	UN	afix	100,000	2,8400	284,00
87	TAMPA CEGA 4X4 EMBUTIR	UN	mec tronic	50,000	1,9500	97,50
92	TOMADA RJ 11 PADRÃO TELEBRAS + AMERICANO SISTEMA X	UN	mec tronic	50,000	4,8000	240,00
98	VENTILADOR DE TETO COMERCIAL	UN	ventisol	30,000	81,7900	2.453,70
100	VENTILADOR TETO COM BOCAL E27	UN	ventisol	30,000	90,3300	2.709,90

**Fornecedor: 8887 - SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABRAÇADEIRA 38CM	UN	G-20	1.000,000	0,2200	220,00
2	BOMBA DE AGUA 1000 SAIDA 3/4"	UN	JS BOMBAS	10,000	161,0000	1.610,00
5	BUCHA PLASTICA 6MM	UNI	VONDER	500,000	0,0200	10,00
7	CABO FLEXIVEL 750 V 6,00 MM	M	MINASFLEX	300,000	1,5300	459,00
10	CABO FLEXIVEL 750V 2.50MM	M	MINASFLEX	500,000	0,5600	280,00
12	CABO MULTIPLEXADO 2X 10 MM	M	CORDEIRO	1.000,000	1,3800	1.380,00
13	CABO MULTIPLEXADO 4X 10 MM	UN	CORDEIRO	1.000,000	3,1200	3.120,00
17	CONECTOR CUNHA HASTE 25MM	UN	INTELLI	50,000	6,7900	339,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/9  
 Processo Nº.: 84/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

**Fornecedor: 8887 - SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	CONTACTOR CWM 12.10 220V	UN	SIBRATEC	5,000	36,8800	184,40
22	CORDÃO PARALELO 2X2.50MM	M	MINASFLEX	300,000	1,1200	336,00
24	DINJUNTOR MOTOR GV2 M20 AJUSTE 17 23A	UN	SIBRATEC	5,000	91,7000	458,50
28	DISJUNTOR DIN 32 A MONOFÁSICO	UN	SIBRATEC	30,000	4,7800	143,40
34	DISJUNTOR DIN 70 A TRIFASICO	UN	SIBRATEC	15,000	29,8000	447,00
40	ESPUMA EXPANSIVA 500ML	UN	AFIX	50,000	11,4500	572,50
41	FITA ISOLANTE 20 METROS	UN	G-20	30,000	2,9800	89,40
46	INTER PARALELO COM TOMADAS SISTEMA X	UN	MECTRONIC	50,000	5,8100	290,50
49	INTERRUPTOR DE EMBUTIR PARALELO 4X2	UN	MECTRONIC	100,000	3,0400	304,00
55	LAMPADA LED BULBO BOCAL E-27 9W	UN	TASCHIBRA	200,000	8,0000	1.600,00
56	LAMPADA TUBULAR LED 120CM 18W	UN	TASCHIBRA	350,000	19,9600	6.986,00
61	PACOTE MIGUELÃO 15PÇS	PCT	RIBEIRO	100,000	1,2000	120,00
62	PAFLON COM SOQUETE POC E-27 BR PT	UN	ENERBLU	50,000	1,9500	97,50
64	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16X60	UN	VONDER	10.000,000	0,2200	2.200,00
65	PINO INDUSTRIAL 2P+T 16A	UN	SIBRATEC	5,000	12,3000	61,50
67	PINO INDUSTRIAL 3P + T 16A	UN	SIBRATEC	5,000	15,7500	78,75
74	PLUG INDUSTRIAL 16 A 2P+T	UN	SIBRATEC	5,000	12,5900	62,95
76	PLUG MACHO 2P+T 10A	UN	MECTRONIC	100,000	1,7000	170,00
81	REFLETOR LED 10W LUZ BRANCA USO EXTERNO	UN	BLUMENAU	50,000	23,7900	1.189,50
83	REFLETOR LED 50W LUZ BRANCA USO EXTERNO	UN	BLUMENAU	50,000	76,9000	3.845,00
86	TAMPA CEGA 4X2 EMBUTIR	UN	MECTRONIC	100,000	0,8900	89,00
95	TOMADA SISTEMA X 10 A	UN	MECTRONIC	200,000	3,9900	798,00
96	TOMADA SISTEMA X 20A	UN	MECTRONIC	50,000	4,4000	220,00
97	TUBO DE SILICONE 280G BRANCO	UN	AFIX	100,000	8,0000	800,00

**Fornecedor: 9110 - CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	COLA UNIVERSAL 1KG	UN	WORKER	30,000	15,0000	450,00

**Fornecedor: 10467 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
31	DISJUNTOR DIN 40 A TRIFASICO	UN	SOPRANO	15,000	26,5000	397,50
84	SENSOR DE PRESENÇA	UN	MAXXI	20,000	21,9000	438,00

**Fornecedor: 10726 - ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	BOMBA DE AGUA 1500 SAIDA 1"	UN	NINGER	10,000	180,0000	1.800,00
43	INTER DUPLO COM TOMADA EMBUTIR 4X2	UN	PLUZIE	50,000	6,3000	315,00
50	INTERRUPTOR PARALELO COM TOMADA DE EMBUTIR 4X2	UN	PLUZIE	100,000	4,4000	440,00
72	PLAFON LED SOPREPOR 18W	UN	MUNDILUX	50,000	30,7200	1.536,00
88	TOMADA DE EMBUTIR 10 A 4X2	UN	PLUZIE	150,000	3,1200	468,00
89	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR 10A 4X2	UN	PLUZIE	100,000	4,6600	466,00
90	TOMADA EMBUTIR 20 A 4X2	UN	PLUZIE	50,000	3,1900	159,50

**Fornecedor: 11278 - CONDUX COM. DE MAT. E INST. ELETRICA LTDA-ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
26	DISJUNTOR DIN 10 A MONOFÁSICO	UN		30,000	4,4500	133,50
30	DISJUNTOR DIN 40 A MONOFÁSICO	UN		30,000	5,9500	178,50
32	DISJUNTOR DIN 50 A MONOFÁSICO	UN		30,000	5,9500	178,50
42	HASTE DE TERRA 5/8X2.40MT COBREADA, HOMOLOGADA PELA CELESC	UN		50,000	16,5000	825,00
45	INTER DUPLO PARALELO SISTEMA X	UN		50,000	4,1600	208,00
57	LAMPADA TUBULAR LED 60CM 08W	UN		250,000	12,4000	3.100,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/9  
 Processo Nº.: 84/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

**Fornecedor: 11278 - CONDUX COM. DE MAT. E INST. ELETRICA LTDA-ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
70	PLAFON LED SOBREPOR 24W	UN		50,000	46,4100	2.320,50
80	REFLETOR LED 100W LUZ BRANCA USO EXTERNO	UN		50,000	143,0000	7.150,00
91	TOMADA RJ 11 PADRÃO TELEBRAS + AMERICANO 4X2 EMBUTIR	UN		30,000	3,7100	111,30
93	TOMADA RJ 45 EMBUTIR 4X2	UN		30,000	8,4500	253,50
94	TOMADA RJ 45 SISTEMA X	UN		30,000	5,3300	159,90
99	VENTILADOR PAREDE 60CM COM GRADE DE PROTEÇÃO	UN		30,000	135,9400	4.078,20

**Fornecedor: 11758 - ACM SOLUCOES ELETRICAS EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
59	MANGUEIRA LISA 2,5MM 1"	UN	Boos	1.000,000	1,1000	1.100,00
71	PLAFON LED SOBREPOR 36W	UN	Luminárias Bli	50,000	83,0000	4.150,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/9  
Processo Nº.: 84/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/9  
Processo Nº.: 84/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/9  
Processo Nº.: 84/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 8/9  
Processo Nº.: 84/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 9/9  
Processo Nº.: 84/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 8 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

ACM SOLUCOES ELETRICAS EIRELI - EPP	CNPJ: 05.885.865/0001-04	_____
CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	CNPJ: 07.955.338/0001-46	_____
CONDUX COM. DE MAT. E INST. ELETRICA LTDA-ME	CNPJ: 03.362.244/0001-02	_____
ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP	CNPJ: 15.984.883/0001-99	_____
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	CNPJ: 12.532.054/0001-87	_____
JV COM. DE MAT.ELETRICOS E DECORACOES L.	CNPJ: 01.276.119/0001-54	_____
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	CNPJ: 07.038.642/0001-29	_____
TEC CN COMERCIO E SERVICOS ELETRICOS EIRELI - ME	CNPJ: 01.838.286/0001-41	_____

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****ATA 07 PREGAO PRESENCIAL 182017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 1/9

Processo Nº.: 20/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2017**

No dia 7 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) SAMAE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, com sede administrativa localizada na RUA CAETANO CARLOS, 466, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETOR, o Sr(a). ALEXANDRE KUNEN, inscrito no CPF sob o nº. 023.331.319-26, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 18/2017, Processo Licitatório nº. 20/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE A SEREM UTILIZADOS PELA COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO SAMAE, VÁLIDO PELO PERÍODO DE 12 MESES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7801	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME	2, 5, 15, 23, 47, 49, 50, 51, 72, 79, 80, 81
6434	DIPAR DIST. DE PAPEIS E REVISTAS LTDA	24, 26, 30, 32, 34, 40, 42, 43, 59, 60, 68, 69, 71, 73, 74, 83, 86, 89, 94
6895	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTD	3, 22, 33, 36, 37, 41, 46, 52, 53, 54, 57, 61, 70, 77, 84, 85, 87, 90, 100
7757	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	1, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 27, 28, 29, 31, 35, 38, 39, 44, 45, 48, 55, 56, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 75, 76, 78, 82, 88, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME	05.758.684/0001-09	WAGNER FERREIRA DA SILVA	008.632.511-61
DIPAR DIST. DE PAPEIS E REVISTAS LTDA	82.803.230/0001-53	LERCY ZOLDAN JUNIOR	027.689.489-85
L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTD	11.924.851/0001-47	DOUGLAS SCAINI	100.423.119-93
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	23.518.341/0001-59	LUIZ CARLOS MARTINS	656.891.439-87

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE A SEREM UTILIZADOS PELA COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO SAMAE, VÁLIDO PELO PERÍODO DE 12 MESES.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6434 - DIPAR DIST. DE PAPEIS E REVISTAS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
24	ENVELOPE GRANDE AMARELO TIPO SACO 24 X 33CM	UN	SCRITY	300,000	0,2000	60,00
26	ENVELOPE MÉDIO AMARELO TIPO SACO 18,5 X 24,5CM	UN	SCRITY	500,000	0,1700	85,00
30	ETIQUETAS AUTOADESIVAS COM FOLHAS TAMANHO CARTA 215,9 X 279,4mm, COM 126 ETIQUETAS CADA FOLHA.	FL	POLIFIX	200,000	0,2600	52,00

Disponível em [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/9  
 Processo Nº.: 20/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

**Fornecedor: 6434 - DIPAR DIST. DE PAPEIS E REVISTAS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
32	FITA ADESIVA DE ESPUMA DUPLA FACE 19MM x 1,5M	RL	ADERE	20,000	5,0000	100,00
34	FITA CREPE BRANCA 19MM X 50M	RL	ADERE	20,000	2,8500	57,00
40	LAPIS BORRACHA	PÇ	BRW	10,000	0,3700	3,70
42	PAPEL A 4, 120MG VERGÊ AZUL COM 50FOLHAS.	CX	OFFER PAPE	10,000	6,5500	65,50
43	PAPEL A4 75MG, 297X210MM - C/10 RESMAS DE 500FOLHAS ESPECIAL LASERJET C/10 RESMAS	CX	CHAMEX	60,000	155,9000	9.354,00
59	PRANCHETA EM MADEIRA COM PRENDEDOR METÁLICO PARA FOLHA OFÍCI	PÇ	ACRIMET	15,000	3,0900	46,35
60	TESOURA MULTIUSO EM AÇO 8", 21CM CABO PLÁSTICO.	PÇ	GOLER	10,000	4,5000	45,00
68	PASTA COM ELÁSTICO COM ABA DE 4cm EM POLIPROPILENO	UN	ACP	15,000	2,4900	37,35
69	PASTA COM ELÁSTICO COM ABA DE 6cm EM POLIPROPILENO	UN	ACP	20,000	2,9800	59,60
71	MOLHA DEDO EM PASTA 12G	UN	BRW	20,000	2,3800	47,60
73	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45MM X 45MT	RL	ADERE	20,000	2,0000	40,00
74	GRAMPO PLÁSTICO INJETADO EM POLIETILENO C/ CAPACIDADE PARA ARMAZENAR APROXIMADAMENTE 300 FOLHAS. PACOTE C/50 UNIDADES.	UN	DELO	10,000	9,5000	95,00
83	ELÁSTICO AMARELO LÁTEX Nº 18 - PACOTE C/500G	UN	GOODIE	2,000	13,8100	27,62
86	PAPEL KRAFT 200M	UN	IRANI	2,000	83,0000	166,00
89	QUADRO BRANCO C/MOLDURA DE ALUMÍNIO 120CM X 90CM	UN	STALO	5,000	83,0000	415,00
94	BATERIA BOTÃO LR44 1,5V	UN	PANASONIC	20,000	1,8900	37,80

**Fornecedor: 6895 - L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTD**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	BORRACHA BRANCA ESCOLAR Nº 40	PÇ	REDBOR	30,000	0,1800	5,40
22	CORRETIVO LÍQUIDO LAVÁVEL 18ML	FR	MAXI	10,000	0,7700	7,70
33	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MM X 40M.	RL	BRW	20,000	0,5800	11,60
36	GRAMPEADOR DE MESA MÉDIO PARA 25 FOLHAS 26/6	PÇ	MASTER	20,000	7,5600	151,20
37	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/13 GALVANIZADO COM 5000 UNIDADES	CX	BRW	20,000	11,1800	223,60
41	LAPISEIRA 0,7MM C/LONGA BORRACHA RETRÁTIL E CLIP DE METAL	UN	MARIPEL	20,000	2,7000	54,00
46	PASTA TRILHO PLASTIFICADA COM ROMEU E JULIETA EM METAL	UN	FRAMA	25,000	1,1400	28,50
52	PERCEVEJO LATONADO COM 100UN	CX	BRW	10,000	1,2000	12,00
53	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS GRANDE PARA 25 FOLHAS.	PÇ	MASTER	10,000	9,5800	95,80
54	PILHA ALCALINA 12V, 23 A	PÇ	ELGIN	50,000	3,7000	185,00
57	PINCEL ATOMICO	PÇ	MASTER	15,000	1,0700	16,05
61	REFIL COLA QUENTE GRANDE EM SILICONE	PÇ	RENDICOLLA	10,000	0,7100	7,10
70	PASTA PORTA-ALVARÁ TAMANHO A4	UN	ACP	10,000	2,8000	28,00
77	SACA GRAMPO EM METAL	UN	CAVIA	10,000	0,6400	6,40
84	ESPETO ZINCADO PARA PAPEL	UN	CAVIA	5,000	3,4200	17,10
85	ESTILETE ESTREITO C/LÂMINA 9MM	UN	MASTER	5,000	0,4700	2,35
87	ÍMA BOTTOMS MAGNÉTICOS GRANDE C/12 UNIDADES	UN	DL	3,000	4,6400	13,92
90	TECLADO MULTIMÍDIA USB - PORTUGUÊS	UN	LIKETEC	10,000	16,7900	167,90
100	ISQUEIRO DESCARTÁVEL GRANDE À GÁS	UN	BIC	12,000	3,4500	41,40

**Fornecedor: 7757 - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BATERIA ALCALINA 9V	PÇ	GOLDEM	50,000	7,9900	399,50
4	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO EM PAPELÃO, TAMANHO APROX. 36x13x24cm.	PÇ	MAXI	100,000	1,2500	125,00
6	CALCULADORA DE MESA 12 DIGITOS, BATERIA SOLAR, COM DUPLO ZERO, AUTO DESLIGA, COM INCLINAÇÃO NO VISOR.	PÇ	MASTER	10,000	9,4800	94,80

Disponível em [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/9  
 Processo Nº.: 20/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

**Fornecedor: 7757 - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA FINA	PÇ	TIP	100,000	0,4000	40,00
8	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MEDIA	PÇ	TIP	200,000	0,3700	74,00
9	CANETA MARCA TEXTO DIVERSAS CORES	PÇ	MASTER	50,000	0,8000	40,00
10	CANETA MARCADORA DE CD/DVD	PÇ	BRW	12,000	1,2800	15,36
11	CANETA ROLLER BALL ESCRITA FINA	PÇ	CIS	20,000	7,4000	148,00
16	CLIPS Nº 1 COM 500 GRAMAS	CX	NEW	5,000	5,3500	26,75
17	CLIPS Nº 2 COM 500 GRAMAS	CX	NEW	5,000	5,3500	26,75
18	CLIPS Nº 4 COM 500 GRAMAS	CX	NEW	5,000	5,3500	26,75
19	CLIPS Nº 6 COM 500 GRAMAS	CX	NEW	5,000	5,3500	26,75
20	CLIPS Nº 8 COM 500 GRAMAS	CX	NEW	5,000	5,3500	26,75
21	COLA BRANCA LAVÁVEL 110G.	TB	PIRATININGA	12,000	1,2500	15,00
25	ENVELOPE GRANDE BRANCO TIPO SACO 24 X 33CM - TIMBRE SAMAE	UN	IPACOL	800,000	0,6000	480,00
27	ENVELOPE MÉDIO BRANCO TIPO SACO 18,5 X 24,5CM - TIMBRE SAMAE	UN	IPACOL	1.000,000	0,2200	220,00
28	ENVELOPE TIPO OFÍCIO BRANCO 12 X 23CM	UN	IPACOL	1.000,000	0,1000	100,00
29	ENVELOPE TIPO OFÍCIO BRANCO 12 X 23CM - TIMBRE SAMAE.	UN	IPACOL	1.000,000	0,4000	400,00
31	ETIQUETAS ADESIVAS 3x10CM, FOLHAS COM 14 ETIQUETAS COM 25FLS	CX	INFORMS	10,000	7,7000	77,00
35	GRAMPEADOR DE MESA GRANDE PARA 80 FOLHAS 23 X 13.	PÇ	MASTER	10,000	42,0000	420,00
38	GRAMPOS 26/6 COBREADO COM 5000 UNIDADES	CX	FRAMA	20,000	2,4000	48,00
39	GRAMPOS PARA PASTA TIPO TRILHO 80MM EM METAL COM 50 UNIDADES	CX	BRW	6,000	5,6000	33,60
44	PASTA AZ LOMBO ESTREITO 6 CM	PÇ	FRAMA	20,000	6,6000	132,00
45	PASTA AZ LOMBO LARGO 8CM	PÇ	FRAMA	30,000	6,6000	198,00
48	PEN DRIVE 16 GB	PÇ	SANDISK	3,000	23,0000	69,00
55	PILHA ALCALINA AA 1,5 V COM 04 UNIDADES	PÇ	GOLDEM	20,000	5,0000	100,00
56	PILHAS ALCALINAS AAA 1,5V COM 04 UNIDADES	PÇ	GOLDEM	30,000	5,0000	150,00
58	PINCEL PARA QUADRO BRANCO	UN	MASTER	30,000	1,2500	37,50
62	RÉGUA 30 CM EM ALUMÍNIO	UN	BRW	10,000	2,4000	24,00
63	POSTE-IT COM 4 BLOCOS DE 100FLS	PCT	BRW	20,000	2,7000	54,00
64	CARTOLINA DIVERSAS CORES	UN	ALOFORM	12,000	0,3900	4,68
65	TINTA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO 37ML, NA COR PRETA E AZUL	FR	RADEX	10,000	2,3000	23,00
66	AGENDA SEM DATA E SEM ANO, EM ESPIRAL COM 120 FOLHAS, TAMANHO APROX. 20x30cm.	UN	FRAMA	20,000	13,0000	260,00
67	PASTA COM ELÁSTICO TAMANHO OFICIO EM POLIPROPILENO	UN	DAC	10,000	1,2500	12,50
75	GRAFITE 0,7MM C/12 MINAS 60MM	UN	CIS	20,000	0,7000	14,00
76	GRAFITE 0,5MM COM 12 MINAS	UN	CIS	20,000	0,7000	14,00
78	PASTA CATÁLOGO OFICIO C/50 ENVELOPES	UN	DAC	10,000	7,0000	70,00
82	DESUMIDIFICADOR DE PAPEL P/600 FOLHAS 220V	UN	MENNO	5,000	154,0000	770,00
88	QUADRO DE AVISO MAGNÉTICO 120CMX90CM BRANCO ALUMÍNIO	UN	STALO	5,000	69,0000	345,00
91	TECLADO MULTIMÍDIA PS2 - ABNT 2	UN	PISC	10,000	19,0000	190,00
92	CAIXA ACÚSTICA P/PC 3W C/VOLUME USB	UN	PISC	10,000	17,0000	170,00
93	MOUSE ÓTICO USB 1200DPI C/BOTÃO SCROLL	UN	PISC	10,000	7,0000	70,00
95	GUARDA CHUVA CLASSIC AUTOMÁTICO PRETO	UN		10,000	12,0000	120,00
96	GUARDA CHUVA PORTEIRO GRANDE CABO CURVO	UN		10,000	16,0000	160,00
97	CADEADO CONVENCIONAL E-30 30MM	UN		10,000	12,0000	120,00
98	CADEADO CONVENCIONAL E-35 35MM	UN		15,000	15,0000	225,00
99	CADEADO CONVENCIONAL E-40 40MM	UN		20,000	17,0000	340,00

Disponível em [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/9  
 Processo Nº.: 20/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

Fornecedor: 7801 - COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	BATERIA ALCALINA 9V RECARREGÁVEL	UN	RAYOVAC	20,000	22,9300	458,60
5	CAIXA PLÁSTICA PARA ARQUIVO MORTO, TRANSPARENTE, TAMANHO APROX. 36x13x24cm, NA COR AZUL.	PÇ	ALAPLAST	100,000	3,0000	300,00
15	CD-RW 4X12X80MIN.700MB	PÇ	MULTILASER	20,000	1,4900	29,80
23	DVD - RW	PÇ	MULTILASER	50,000	2,4000	120,00
47	PASTA SUSPensa PLASTIFICADA COM GRAMPOS DE METAL	UN	FRAMA	30,000	1,7500	52,50
49	PEN DRIVE 32 GB	PÇ	MULTILASER	3,000	44,9900	134,97
50	PEN DRIVE 04GB	UN	MULTILASER	12,000	21,5000	258,00
51	PEN DRIVE 8 GB	PÇ	MULTILASEI	12,000	21,5500	258,60
72	BATERIA BOTÃO CR2032 3V	UN	ELGIM	20,000	2,1000	42,00
79	LÁPIS CARPINTEIRO	UN	FABER	10,000	2,5500	25,50
80	CAIXA ACRÍLICA MÓVEL DUPLA ARTICULÁVEL P/CORRESPONDÊNCIA	UN	WALEU	5,000	23,8000	119,00
81	CAIXA ACRÍLICA MÓVEL TRIPLA ARTICULÁVEL P/CORRESPONDÊNCIA	UN	WALEU	5,000	33,0000	165,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

Disponível em [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SAMAE CAMPOS NOVOS**Página: 5/9  
Processo Nº.: 20/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

Disponível em [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SAMAE CAMPOS NOVOS**Página: 6/9  
Processo Nº.: 20/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

Disponível em [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAÊ CAMPOS NOVOS**

Página: 7/9  
Processo Nº.: 20/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

Disponível em [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 8/9  
Processo Nº.: 20/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

Disponível em [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 9/9  
Processo Nº.: 20/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 7 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
ALEXANDRE KUNEN  
DIRETOR

**Empresas Participantes:**

COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME	CNPJ: 05.758.684/0001-09	_____
DIPAR DIST. DE PAPEIS E REVISTAS LTDA	CNPJ: 82.803.230/0001-53	_____
L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTD	CNPJ: 11.924.851/0001-47	_____
MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	CNPJ: 23.518.341/0001-59	_____

Disponível em [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br)

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 171/2017

DECRETO Nº 171/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, **RESOLVE:**  
**DECRETAR**

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2016, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/07/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 171/2017

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10000 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000043/16	04/01/2016	OI S/A	207,91
0001226/16	08/03/2016	CLARO S/A	681,76
0001228/16	08/03/2016	CLARO S/A	536,48
0001690/16	31/03/2016	BETHA SISTEMAS LTDA	33.896,18
0001691/16	31/03/2016	BETHA SISTEMAS LTDA	13.500,00
0003046/16	07/06/2016	DU PNEUS CENTRO AUTOMOTIVO	36,00
0003340/16	20/06/2016	IMPrensa NACIONAL	0,39
0003355/16	30/06/2016	DU PNEUS CENTRO AUTOMOTIVO	90,00
0003885/16	12/07/2016	EDERSON ERZINGER	318,50
0003886/16	12/07/2016	EDERSON ERZINGER	245,00
0003889/16	12/07/2016	EDERSON ERZINGER	385,00
0003892/16	12/07/2016	EDERSON ERZINGER	196,00
0003893/16	12/07/2016	EDERSON ERZINGER	662,50
0004011/16	22/07/2016	BALSA NOVA COMERCIAL ME	18.594,78
0004055/16	27/07/2016	PENITENCIARIA INDUSTRIAL JUCEMAR CESCONETO	1.850,97
0004201/16	02/08/2016	LOJAS COLOMBO S/A	99,90
0005549/16	21/11/2016	ADEPLAN PRESTADORA SERVIÇOS LTDA	22,20
0005774/16	09/12/2016	STANG & STANG LTDA	16,75
0005802/16	09/12/2016	STANG & STANG LTDA	993,78
0005863/16	09/12/2016	STANG & STANG LTDA	378,51
0005865/16	09/12/2016	STANG & STANG LTDA	1.589,17
0005866/16	09/12/2016	STANG & STANG LTDA	398,44
0005867/16	09/12/2016	STANG & STANG LTDA	130,15
0005869/16	09/12/2016	STANG & STANG LTDA	591,71
0005909/16	20/12/2016	CLARO S/A	150,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10100 – RECURSOS ORDINÁRIOS EDUCAÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000214/16	04/01/2016	CONTESTADO PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS	17.900,00
0005756/16	08/12/2016	LEDIR GREIN	700,00
0004250/16	05/08/2016	STANG E STANG LTDA	265,62
0005864/16	09/12/2016	STANG E STANG LTDA	1.305,35
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 30000 – RECURSOS ORDINÁRIOS SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0005868/16	31/12/2016	STANG E STANG LTDA	356,73
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10001 – RECURSOS REMUNERAÇÃO ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0004430/16	31/12/2016	STANG E STANG LTDA	723,26
0004432/16	18/08/2016	BETHA SISTEMAS LTDA	1.693,32
0003884/16	12/07/2016	EDERSON ERZINGER	385,00
0005476/16	11/11/2016	TRANSPORTE TURISMO BUENO LTDA	1.050,00
0005801/16	09/12/2016	STANG E STANG LTDA	33,39
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 31200 – RECURSOS CONV. TRÂNSITO - SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0003894/16	12/07/2016	EDERSON ERZINGER	196,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 11200 – RECURSOS CONV. TRÂNSITO - SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0005056/16	07/10/2016	JOÃO MARIA MARTINS	3.500,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10800 – RECURSOS COSIP			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0005885/16	14/12/2016	CELESC	1.800,52

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2017.  
 GILBERTO DOS PASSOS  
 Prefeito



**NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA N.º 742/2017**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura do Município de Canoinhas/SC.  
Notificação de Dívida Ativa

Nr.º 742

Notifico para os fins de direitos, que revendo os livros de Dívida Ativa figura(m) o(s) nome(s) de:

## 1 - Contribuinte e Origem do Débito

Contrib/Devedor: 263651 - BRASIL SUL EVENTOS LTDA - ME

Fantasia: MALTARIA PRODUÇÕES E EVENTOS

Pedido 54216 CPF/CNPJ: 08.325.307/0001-74

Atividade: ISS - RF - TERMO DE ARBITRAMENTO 02/CSV/2016, NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 03/CSV/2016 - R\$18.338,64

Endereço Contr.: PLINIO ARLINDO DE NES N.º: 3501D

Bairro Contr.: BELVEDERE

Cep: 89802970

Cidade: Chapecó

Origem: ISS - RETENÇÃO NA FONTE

Natureza: Tributária Anos em Dívida: 2016

## 2 - Inscrição do Débito

## 3 - Descrição do Débito

Ano	Inscrição	Data Vcto	Data Insc.	Livro	Folha	Moeda	Valor Original	Valor Atual	Juro Mora	Multa	Total
2016	95410995	13/06/2016	07/03/2017	200	6997	Real	18.338,64	19.695,67	2.560,43	1.181,74	23.437,84
Total Dívida:											23.437,84

Total por extenso: (vinte e três mil quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos)

A presente dívida está com atualização monetária, juros de mora e multa de acordo com a Lei Municipal n.º 0008/2005.

I - Os débitos de qualquer natureza regularmente inscrito em dívida ativa será aplicada a multa de 06% (Seis por cento), conforme art. 398.

II - Aos débitos de qualquer natureza regularmente inscritos em dívida ativa será acrescidos juros de 1% (Um por cento) ao mês, conforme art. 430.

III - A atualização monetária far-se-á de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Município - UFM, conforme Art. 428.

IV - A atualização será efetuada mensalmente constituindo o período inicial o mês em que houver expirado o prazo fixado na lei para o recolhimento do tributo, ou o fixado na decisão de pagamento.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Código Tributário Nacional Lei 4.320/1964 e Lei n.º 0008/2005, com suas alterações.

Informação que o valor do débito deverá ser recolhido aos cofres públicos no prazo de 20 dias a contar do recebimento desta, Outrossim,

Lembramos que a não regularização do débito nos obriga a Cobrança Judicial.

Obs. Caso Vossa Senhoria já tenha regularizado o débito a que se refere, favor apresentar o comprovante de pagamento junto ao Setor de Controle de Arrecadação deste Município.

Canoinhas(SC), 21/06/2017

Diretor de Tributos

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 85/2017 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/17

HOMOLOGAÇÃO: 08/08/17

CONTRATADO: SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADA, PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E REPAROS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 102.500,00 (cento e dois mil quinhentos reais)

DATA: 08/08/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/17

HOMOLOGAÇÃO: 08/08/17

CONTRATADO: VANDERLEI PORTELLA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADA, PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E REPAROS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) DATA: 08/08/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DE AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PREGÃO Nº PMC 87/2017 (PRESENCIAL)**

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 122/2017

PREGÃO N.º PMC 87/2017 (PRESENCIAL)

O Pregoeiro do Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, comunica que a empresa VALCIDES VIEIRA DOS SANTOS, CNPJ 27.721.611/0001-85, interpôs recurso administrativo contra a sua inabilitação no referido processo.

A íntegra do recurso está disponível no endereço eletrônico: [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), no link licitações, na pasta do respectivo processo.

O recurso poderá ser impugnado pelas participantes no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação deste.

Marciano Fernandes Correa

Pregoeiro

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 85/2017 (PRESENCIAL)

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 117/2017			Processo Administrativo:			Total dos Itens Vencedores: 182.500,00		
Licitação.....: 85/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADA, PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRAULICAS E REPAROS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1 - 16555 - PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRÁULICOS - Unidade: hrs</b>								
17115	SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTD#		5.000,000	0,0000	20,5000	102.500,00	Venceu	1 *****
17528	VANDERLEI PORTELLA		5.000,000	0,0000	15,0000	75.000,00	Inabilitado	0
16586	GM INSTALADORA LTDA		5.000,000	0,0000	15,4000	77.000,00	Inabilitado	0
16439	PRESTES & FRANCO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA		5.000,000	0,0000	18,5000	92.500,00	Inabilitado	0
13172	VILSON JOSE PEREIRA-ME		5.000,000	0,0000	28,0000	140.000,00	Desclassif.	0
17530	BORCHARDT E SCHULKA LTDA		5.000,000	0,0000	28,6200	143.100,00	Desclassif.	0
11828	KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME		5.000,000	0,0000	29,0000	145.000,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 2 - 16480 - SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS EM CONSTRUÇÃO CIVIL - Unidade: hrs</b>								
17528	VANDERLEI PORTELLA		5.000,000	0,0000	16,0000	80.000,00	Venceu	1 *****
17115	SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTD#		5.000,000	0,0000	21,5000	107.500,00	Perdeu	2
16586	GM INSTALADORA LTDA		5.000,000	0,0000	16,9000	84.500,00	Inabilitado	0
16439	PRESTES & FRANCO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA		5.000,000	0,0000	26,0000	130.000,00	Inabilitado	0
13172	VILSON JOSE PEREIRA-ME		5.000,000	0,0000	28,0000	140.000,00	Desclassif.	0
17530	BORCHARDT E SCHULKA LTDA		5.000,000	0,0000	28,6200	143.100,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		117/2017		Processo Administrativo:		182.500,00		
Licitação.....:		85/2017 - PR						
Modalidade....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADA, PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRAULICAS E REPAROS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 2	- 16480	- SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS EM CONSTRUÇÃO CIVIL - Unidade: hrs						
11828	KONKRETA CANOINHAS- CONSTRUTORA LTDA - ME		5.000,000	0,0000	29,0000	145.000,00	Desclassif.	0

Canoinhas, Em	...../...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA -	..... - Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	..... - SUPLENTE PREGOEIRO
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	..... - EQUIPE DE APOIO
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -	..... - SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
MARINA HAAG -	..... - 25.933/SC
VANESSA LANGER -	..... - CRO/SC 028524/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### FMS CONTRATO 0055/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
<p>Contrato Nº.: 0055/2017            Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL            Contratada...: ASSITÊNCIA ODONTOMÉDICA EIRELI ME            Valor ..... : 29.000,00 (vinte e nove mil reais)            Vigência ..... : Início: 08/08/2017 Término: 08/08/2018            Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0009/2017 Processo_Licitatório.....: 0019 / 2017            Recursos ..... : Dotação:            Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assistência Técnica e Manutenção Corretiva em equipamentos odontológicos, médicos e de enfermagem de uso da Secretaria da Saúde. Recursos Próprios</p>	
Capinzal, 8 de Agosto de 2017	

Contrato Nº.: 0241/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: REC-LOG RESIDUOS EIRELI - ME

Valor ..... : 408.800,00 (quatrocentos e oito mil oitocentos reais)

Vigência ..... : Início: 09/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0081/2017 Processo\_Licitatório.....: 0108 / 2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Pública no perímetro Urbano e de Comunidades Rurais do Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios

Capinzal, 8 de Agosto de 2017

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0131/2017 CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO 0001/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0131/2017

Concorrência para Concessão de Direito Real de Uso Nº 0001/2017

OBJETO: Seleção de empresa para a outorga de permissão de EXPLORAÇÃO DE ÁREAS COMPOSTA POR uma sala para instalação de bar/lanchonete, anexo ao Ginásio Esportes Municipal Prefeito Dileto Bertaioli com (pistas de bolão, bocha e lanchonete), resguardando a necessidade de uso alternado entre a empresa permissionária e a Prefeitura Municipal de Capinzal.

TIPO: Maior Lance ou Oferta

JULGAMENTO: Global

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 08:25 horas, para abertura às 08:30 horas do dia 11/09/2017.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 9 de Agosto de 2017.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

### PMC CONTRATO 0240/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRA-TUAL	
-----	
<p>Contrato Nº.: 0240/2017            Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL            Contratada...: LIDER MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - EPP            Valor ..... : 484.675,92 (quatrocentos e oitenta e quatro mil seiscientos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos)            Vigência ..... : Início: 09/08/2017 Término: 31/12/2017            Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0081/2017 Processo_Licitatório.....: 0108 / 2017            Recursos ..... : Dotação:            Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Pública no perímetro Urbano e de Comunidades Rurais do Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios</p>	
Capinzal, 8 de Agosto de 2017	

### PMC CONTRATO 0241/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	

**CÂMARA MUNICIPAL****COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARECER PRELIMINAR PROJETO DE LEI Nº 019/2017**  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**PARECER PRELIMINAR**

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 019/2017 - Ementa: Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018.

Relator: Vereador Bruno Michel Fávero

1 – Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 14/07/2017, sob o nº 4223 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 18/07/2017. Nesta Comissão de Orçamento, o PL foi recebido em 25/07/2017, tendo recebido Parecer favorável pela Assessoria Jurídica desta Casa, quanto a sua legalidade e constitucionalidade.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado é legal e constitucional, sendo de competência do Prefeito a iniciativa do Projeto, o qual dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018. Esta Comissão deverá aguardar a realização da audiência pública para discutir o presente Projeto de Lei, e da mesma forma, as eventuais emendas que possam ser apresentadas pelos Vereadores, onde na apresentação do Parecer Final este relator se manifestará sobre esses todos os pontos.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 019/2017. Sala das Comissões, em 1º de agosto de 2017.

Vereador Bruno Michel Fávero  
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta Comissão acolhem na íntegra o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 019/2017. Sala das Comissões, em 1º/08/2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final  
Vereadores Membros

Vereador Lucas Antônio Dorini-PMDB  
Presidente

Vereador Bruno Michel Fávero-SD/Relator Vereador Rafael Edgar Tonial-PSB

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****AVISO DE LICITAÇÃO - ALIENAÇÃO Nº CAO/01/2017**

AVISO DE ALIENAÇÃO Nº CAO/01/2017

MODALIDADE: LEILÃO

TIPO: MAIOR LANCE OU OFERTA POR LOTE

PROCESSO: CAO/0265/2017

ABERTURA: 30 de Agosto de 2017 às 08:30 horas

O SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro/SC, por intermédio da Comissão de Licitação, devidamente nomeada pela Portaria nº CAO/19/2016/SIMAE-CAO, de 29 de março de 2016, torna público que até o dia 30 de Agosto de 2017 às 08:30 horas, nas dependências do SIMAE, sito na Rua Domingos Omizollo, nº 447, na cidade de Capinzal/SC, receberá as propostas/ofertas dos interessados em participar da presente alienação, na modalidade de LEILÃO, para venda de bens móveis, no estado em que se encontram, conforme autorização prévia dada pelo processo acima identificado.

LOTE 1				
SISTEMA DE MONITORAMENTO E CAMERAS				
ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	598	EQUIPAMENTO GRAVADOR DE IMAGENS DVR PARA 16 CÂMERAS, DA MARCA TECVOZ, MODELO STAND ALONE H. 264 LIGHT, EQUIPADA COM UM HD SATA II DE 1 TERRABYTE 32MB 7200 RPM	01 PÇ	R\$ 300,00
2	399	CAMERA DE VIGILANCIA CONSTANTA	01 PÇ	R\$ 35,00
3	400	CAMERA DE VIGILANCIA CONSTANTA	01 PÇ	R\$ 35,00
4	403	CAMERA DE VIGILANCIA CONSTANTA	01 PÇ	R\$ 35,00
5	404	CAMERA DE VIGILANCIA CONSTANTA	01 PÇ	R\$ 35,00
6	405	CAMERA DE VIGILANCIA CONSTANTA	01 PÇ	R\$ 35,00



7	406	CAMERA DE VIGILANCIA CONSTANTA	01 PÇ	R\$ 35,00
8	600	CAMERA DE VIGILANCIA TECVOZ LIGHT CCD	01 PÇ	R\$ 10,00
9	601	CAMERA DE VIGILANCIA TECVOZ LIGHT CCD	01 PÇ	R\$ 10,00
10	602	CAMERA DE VIGILANCIA TECVOZ LIGHT CCD	01 PÇ	R\$ 10,00
11	603	CAMERA DE VIGILANCIA TECVOZ LIGHT CCD	01 PÇ	R\$ 10,00
12	604	CAMERA DE VIGILANCIA TECVOZ LIGHT CCD	01 PÇ	R\$ 10,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 560,00

**LOTE 2**  
SWITCH, SUPORTE E NOBREAK

ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	479	SWITCH GERENCIAVEL COM 24 PORTAS 10/100 MBPS DO TIPO RJ45, DUAS PORTAS DE 2 GB E 2 PORTAS 10/100/1000 MBPS, MARCA 3COM.	01 PÇ	R\$ 50,00
2	480	RACK, MODELO LAN RACK 9U, C/ PATCH PANEL 24 PORTAS	01 PÇ	R\$ 50,00
3	395	NO-BREAK, 2.200 VA, NHS, MOD PREMIUN.	01 PÇ	R\$ 200,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 300,00

**LOTE 3**  
CONDICIONADOR DE AR

ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	286	CONDICIONADOR DE AR, 10000 BTU/H, 220 VOLTS, QUENTE E FRIIO, MARCA CONSUL	01 PÇ	R\$ 120,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 120,00

**LOTE 4**  
CONDICIONADOR DE AR

ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	287	CONDICIONADOR DE AR, 10000 BTU/H, 220 VOLTS, QUENTE E FRIIO, MARCA CONSUL	01 PÇ	R\$ 120,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 120,00

**LOTE 5**  
CONDICIONADOR DE AR

ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	288	CONDICIONADOR DE AR, 10000 BTU/H, 220 VOLTS, QUENTE E FRIIO, MARCA CONSUL	01 PÇ	R\$ 120,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 120,00

**LOTE 6**  
CONDICIONADOR DE AR

ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	291	CONDICIONADOR DE AR, 10000 BTU/H, 220 VOLTS, QUENTE E FRIIO, MARCA CONSUL	01 PÇ	R\$ 120,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 120,00

**LOTE 7**  
CONDICIONADOR DE AR

ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	292	CONDICIONADOR DE AR, 7500 BTU/H, 220 VOLTS, QUENTE E FRIIO, MARCA CONSUL	01 PÇ	R\$ 120,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 120,00

**LOTE 8**  
CENTRAL TELEFÔNICA

ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	599	CENTRAL TELEFÔNICA DIGITAL, MARCA LEUCOTRON, MODELO ACTIVE IP200, C/ CAPACIDADE P/ 4 LINHAS TRONCO 28 RAMAIS ANALÓGICOS, SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE LIGAÇÃO P/ TELEFONE MÓVEL E CONTROLE POR RAMAIS	01 PÇ	R\$ 3.500,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 3.500,00

**LOTE 9**  
ELETRÔNICOS

ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	295	TELEVISOR EM CORES, TELA PLANA 29", MARCA PHILCO, MODELO PCS2956, SOM STEREO, CONTROLE REMOTO, ENTRADA PARA VIDEO, 220 VOLTS	01 PÇ	R\$ 100,00
2	271	APARELHO DE SOM - MICRO SYSTEM MARCA PHILIPS COM CD	01 PÇ	R\$ 50,00
3	385	CAMERA DE VIDEO (FILMADORA) DIGITAL MARCA SONY, MODELO DCR-HC30	01 PÇ	R\$ 10,00
4	513	CÂMERA FOTOGRAFICA KODAK	01 PÇ	R\$ 10,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 170,00

LOTE 10 ARMÁRIOS DE AÇO				
ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	244	ARMÁRIO DE AÇO, MARCA RCH, MEDINDO 1,98 X 1,25 X 0,21 METROS.	01 PÇ	R\$ 20,00
2	245	ARMÁRIO DE AÇO, MARCA RCH, MEDINDO 1,98 X 1,25 X 0,21 METROS.	01 PÇ	R\$ 20,00
3	246	ARMÁRIO DE AÇO, MARCA RCH, MEDINDO 1,98 X 1,25 X 0,21 METROS.	01 PÇ	R\$ 20,00
4	247	ARMÁRIO DE AÇO, MARCA RCH, MEDINDO 1,98 X 1,25 X 0,21 METROS.	01 PÇ	R\$ 20,00
5	248	ARMÁRIO DE AÇO, MARCA RCH, MEDINDO 1,98 X 1,25 X 0,21 METROS.	01 PÇ	R\$ 20,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 100,00

LOTE 11 MESA TIPO "L" EM MDF				
ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	341	MESA SOB MEDIDA TIPO "L", EM MDF DE 15 MM, MEDINDO 1,80 X 1,60 X 0,85 X 0,60 METROS, PINTURA EM TINTA LAKA PU BRANCA	01 PÇ	R\$ 230,00
2	411	SUPORTE PARA COMPUTADOR EM MDF NA COR BEGE COM AS SEGUINTE DIMENSOES 30 X 50 X 35 CM.	01 PÇ	R\$ 15,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 245,00

LOTE 12 ARMARIOS EM MDF				
ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	260	ARMARIO EM MDF COM LACA PU, TAMANHO DE 3,00 X 2,20 X 0,55 METROS	01 PÇ	R\$ 400,00
2	279	BALCAO EM MDF (2,70 X 0,90 X 0,55) COM 2 PORTAS E 4 GAVETAS (SEM TAMPO)	01 PÇ	R\$ 100,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 500,00

LOTE 13 ESCRIVANINHA EM MDF				
ITEM	PATRIMONIO	DESCRIÇÃO DO BEM	QDADE	Valor Unitário
1	318	ESCRIVANINHA EM MDF 15 MM, PINTURA PU, DOIS MODULOS, MEDINDO 1,80 X 0,85 X 0,70 METROS, E 0,85 X 0,45 X 0,60 METROS	01 PÇ	R\$ 150,00
2	502	SUPORTE PARA CPU E NOBREAK, MARCA DAL PRA, LINHA LIGTH, COR BRANCA, MEDINDO 0,28 X 0,40 X 0,32 MT.	01 PÇ	R\$ 15,00
Avaliação Mínima do Lote:				R\$ 165,00

Os bens serão leiloados no estado em que se encontram, não cabendo ao SIMAE quaisquer responsabilidades quanto a reformas, reparos ou providências referentes a eventuais defeitos, correndo única e exclusivamente a cargo do arrematante todo o ônus daí decorrentes.

Os bens acima descritos para venda poderão ser examinados pelos interessados, nos dias úteis, sendo que os interessados em vistoriá-los, deverão agendar horário, através do telefone (49) 3555-1107 com Francieli, nos horários das 07:30 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, ou através do e-mail: francieli@simaecao.sc.gov.br

O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão de Licitação, levando-se em conta o MAIOR LANCE PARA A COMPRA DOS BENS.

Capinzal/SC, 09 de agosto de 2017.

Francieli A. da Rosa

Presidente da Comissão de Licitação

### PORTARIA N º 54/2017/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 54/2017/SIMAE-CAO, de 01 de agosto de 2017.

Designa servidores para comporem comissão de avaliação de bens da Autarquia para fins de alienação. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

#### RESOLVE:

DESIGNAR os servidores Mariza B. R. de Moraes, Andreia Tussi e Gilberto Durigon, para comporem a Comissão de Avaliação de bens, conforme relação em anexo, a serem alienados de acordo com o Processo Administrativo nº CAO/0265/2017.

ESTABELECE o prazo de 15 (quinze) dias à Comissão, para que proceda a avaliação e a emissão do respectivo Termo de Avaliação de Bens. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

# Catanduvas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0080/2017 - PREGÃO Nº 0064/2017**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0080/2017

PREGÃO Nº 0064/2017

Objeto: Aquisição de ferramentas visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

Dotação Orçamentária:

2.051.3390.00 - 100 - 71/2017 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 23 de agosto de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 08 de agosto de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 08 de agosto de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0081/2017 - PREGÃO Nº 0065/2017**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0081/2017

PREGÃO Nº 0065/2017

Objeto: Aquisição de fotos e porta retratos. Canecas e relógios com timbra CRAS e CREAS visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, CREAS.

Dotação Orçamentária:

2.076.3390.00 - 10152 - 14/2017 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 24 de agosto de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 08 de agosto de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 08 de agosto de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 2.586/2017 DE 04 DE AGOSTO DE 2017**

LEI Nº 2.586/2017 de 4 de agosto de 2017.

“AUTORIZA RATIFICAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS QUE SE ESPECIFICA, COM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA – SAR – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL – FDR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ratificar o termo de Cessão de Uso de Bens Móveis com o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca – SAR – Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR, dos seguintes bens móveis:

I - 01(um) TRATOR AGRÍCOLA - MASSEY FERGUNSON – MODELO MF 4275/4, SÉRIE N. 4275432543, Pat./FDR n. 1500.

II – 01(uma) CARRETA AGRÍCOLA 05 T MARCA METALFREITAS – MODELO MFME5T – ANO 2015, SÉRIE N. 107, Pat./FDR n. 1443.

III – 01(uma) CARRETA AGRÍCOLA 05 T MARCA METALFREITAS – MODELO MFME5T – ANO 2015, SÉRIE N. 98, Pat./FDR n. 1250.

IV – 01(uma) COLHEDORA DE FORRAGEM C/4 ROLOS ALIMENTADORES MARCA NOGUEIRA – COR VERMELHA – MODELO NEW PECUS SH – 2015, SÉRIE N. AIBF1795, Pat./FDR n. 1138.

V - 01(uma) COLHEDORA DE FORRAGEM C/4 ROLOS ALIMENTADORES MARCA NOGUEIRA – COR VERMELHA – MODELO NEW PECUS SH – 2015, SÉRIE N. AIBF1796, Pat./FDR n. 1139.

Parágrafo Único. Os bens descritos neste artigo serão utilizados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, exclusivamente no setor agrícola do Município.

Art. 2º. A vigência da Cessão de Uso de que trata a presente Lei será até 31 de dezembro de 2018.

Art. 3º. Fica também o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar as despesas necessárias nos bens ora cedidos, no que diz respeito a revisão, conserto e manutenção bem como com o uso, quer seja, com combustíveis, pneus, lubrificantes, e outras.

Art. 4º. As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas, 4 de agosto de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito

Registrada e publicada nesta Secretaria em 04/08/2017.

LUCIMARI SPADER

Secretária de Administração e Finanças

**LEI Nº 2.587/2017 DE 04 DE AGOSTO DE 2017**

LEI Nº 2.587/2017, de 4 de agosto de 2017.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER CESSÃO DE USO GRATUITO DE IMÓVEL PÚBLICO QUE ESPECIFICA À CÂMARA DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, na forma prevista no artigo 16 da Lei Orgânica Municipal, a proceder a CESSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS (SC), do lote urbano registrado sob a matrícula nº 3.882 do Registro de Imóveis do Município de Catanduvas (SC), constante do lote 197 da quadra 29 do Loteamento Centro Original, com área de 800m², com um prédio em alvenaria com área construída de 240m² de um pavimento, situado na Avenida Coronel Rupp, esquina com a Rua Severiano Guerreiro nesta cidade de Catanduvas (SC) com as seguintes confrontações: ao SUL (frente) com a Avenida Coronel Rupp na extensão de 20m; ao NORTE (fundos) com o lote urbano nº 175 de Deomar Pretto com extensão de 20m; ao LESTE (lado esquerdo) com a Rua Severiano Guerreiro com extensão de 40m e ao OESTE (lado direito) com o lote urbano nº 196 de Banco do Brasil S/A com extensão de 40m., cuja posse/propriedade foi adquirida através no processo de desapropriação, conforme Autos n. 0330266-03.2017.8.24.0218, que tramita na Comarca de Catanduvas (SC).

Parágrafo Único. A cessão de que trata o "caput" do presente artigo será vitalícia, devendo ser averbada na matrícula do imóvel nº 3.882 do Registro de Imóveis do Município de Catanduvas (SC).

Art. 2º. O imóvel a ser cedido será destinado ao funcionamento da Câmara de Vereadores.

Art. 3º. A Cessão ora autorizada é dispensada de licitação pública, em conformidade com o disposto no inciso I do § 2º do artigo 17 da Lei nº 8.666/93, uma vez que presente o interesse público devidamente justificado, e a cessionária pode ser considerada como sendo um órgão ou entidade da Administração Pública.

Art. 4º. Caberá à Câmara Municipal de Vereadores a administração do bem imóvel de que trata a presente Lei, podendo realizar reformas e melhorias, arcando com os custos das mesmas, bem como realizar as despesas necessárias para a manutenção, inclusive com energia elétrica e abastecimento de água, enfim todas as despesas decorrentes do uso, melhoria e manutenção do imóvel.

Art. 5º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente lei, exceto aquelas de competência da Câmara de Vereadores, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Município.

Art. 6º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas, 4 agosto de 2017.  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
Prefeito

Registrada e publicada nesta Secretaria em 4 de agosto 2017.

LUCIMARI SPADER  
Secretária de Administração e Finanças

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 71/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO LEGISLATIVO nº 71/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

“Homologa resultado do processo seletivo simplificado realizado pela Câmara de Vereadores de Catanduvas (Edital nº 001/2017) e dá outras providências.”

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica e Regimento Interno desta Casa Legislativa:

CONSIDERANDO, que a Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas lançou o Edital n. 001/2017 visando a contratação de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para o cargo de Técnico em Contabilidade, em observância ao disposto no art. 19, inciso III da Lei n. 2.408, de 19 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO, que apesar da existência de 08 (oito) candidatos inscritos somente 01 (um) candidato efetuou o pagamento da taxa de inscrição;

CONSIDERANDO, que o único candidato que efetuou a inscrição não compareceu para prestar as provas na data de 06/08/2017, prevista no Anexo III do Edital n. 001/2017, de acordo com a Ata publicada no site [www.aprendersc.com.br](http://www.aprendersc.com.br).

CONSIDERANDO, finalmente que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do processo seletivo simplificado;

DECRETA:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO o resultado final do Processo Seletivo Simplificado o qual foi declarado DESERTO pela Comissão Responsável pelo Acompanhamento conforme Resolução n. 38/2017 de 26.06.2017, ante a ausência de candidatos para a realização das provas.

Art. 2º Frustrada a seleção não será realizado novo processo seletivo com o mesmo objetivo tendo em vista questões de economia, organização e interesse da administração que optou por fracionar as férias do servidor efetivo ocupante do cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e na forma prevista no Edital n. 001/2017.

Câmara de Vereadores de Catanduvas/SC, 08 de Agosto de 2017.

MONALISA RUARO

Presidente

**PORTARIA Nº PL/107/2017 DE 08 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº PL/107/2017 de 08 de agosto de 2017.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA ESTATUTÁRIA SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI.

MONALISA RUARO, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias à Servidora Simone Vieira dos Santos De Martini, ocupante do Cargo de Técnico em Contabilidade, lotada na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, nos dias 09/08/2017 a 23/08/2017, referente ao período aquisitivo de 16/04/2014 a 15/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas (SC), 08 de agosto de 2017.

MONALISA RUARO

Presidente

Registra-se e Publica-se em 08.08.2017.

Monalisa Ruaro Claire Regina Haro Zuqui

Presidente 1ª Secretária

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de Caxambu do Sul/SC, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO e CONVOCA toda a população a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA para elaboração do Plano Plurianual 2018-2021.

A referida audiência será realizada no dia 21 de agosto de 2017, segunda-feira, às 13h30min, nas dependências do Centro de Convivência do Idoso, localizado à Rua Heitor José Pizzolatto, nº 145, Centro, na cidade de Caxambu do Sul/SC.

Caxambu do Sul/SC, 08 de agosto de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

### PP 026/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 026/2017 PCS

Objeto: Registro de preços para o possível fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de caminhões e ônibus do Município de Caxambu do Sul e do Fundo Municipal de Saúde de Caxambu do Sul, sendo peças genuínas ou primeira linha da marca dos veículos ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência descrito no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 21/08/2017.

Abertura: dia 21/08/2017, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 09 de agosto de 2017.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.



# Celso Ramos

## PREFEITURA

### CONTRATO 53/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO:53/2017

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 14.608.771/0001-70, com sede sito à Rua Dom Daniel Hostin nº 930 - centro, neste ato representado pelo Prefeito ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS, inscrita no CNPJ nº 33.789.850/0007-65, com sede em doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e convencionado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA-OBJETO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIAS, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

Parágrafo Único - Integra e Completa o presente CONTRATO, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas na CHAMADA PÚBLICA Nº 25/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA-REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados de forma indireta, em regime de empreitada, por preço unitário, sem vínculo empregatício, na cidade do Credenciado, em instalações próprias da empresa, mediante a requisição expedida pelo Contratante, ficando assegurado ao paciente tratamento idêntico ao dispensado aos particulares. Não poderão os pacientes sofrer qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços.

Parágrafo Único - A execução do presente será acompanhada e fiscalizada por um representante do Fundo Municipal de Saúde, especialmente designado, em atenção ao art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL/PAGAMENTO

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor unitário por procedimento (procedimento cirúrgico/retorno) conforme tabela em anexo.

Parágrafo Único – O pagamento está condicionado à apresentação da Certidão de Regularidade dos Encargos Previdenciários, conforme disposto no § 2º do Artigo 71 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mensalmente, até quinze dias úteis após a apresentação de nota fiscal e relação nominal de atendimentos discriminando o número de cirurgias realizadas pelo profissional.

Parágrafo Primeiro - As cirurgias deverão abranger àquelas realizadas entre os dias 20 de cada mês, sendo o recibo/nota apresentado até o dia 25 do mês respectivo.

Parágrafo Primeiro - As despesas decorrentes do presente contrato

serão efetuadas por conta de recursos das dotações orçamentárias de 2017:

10 - 3.3.90.00.00.00.00.0202 – APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS

O presente Contrato de credenciamento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a duração até 31/12/2017.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

O valor contratado para a prestação dos serviços de que trata o objeto deste contrato, não poderá sofrer reajuste.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e do CONTRATADO perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ao credenciado dos procedimentos de acordo com a tabela de valores e serviços estabelecida na CHAMADA PÚBLICA Nº 25/2017.

b) Efetuar o pagamento até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

c) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

d) Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas;

e) Fornecer requisições de consultas e exames;

Constituem obrigações do CONTRATADO:

a) Atender todos os encaminhamentos da Secretaria Municipal de Saúde, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;

b) Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde;

c) Preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

d) Apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo;

e) Até o prazo de 60 dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, será considerado retorno;

f) Comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definindo período de não atendimento;

g) Observar as normalizações estabelecidas nas Normalizações, parte integrante deste.

#### CLÁUSULAS OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL

Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos serviços contratados, será aplicado ao CONTRATADO multa moratória de valor equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total em atraso limitado a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, sendo garantida a defesa prévia.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes e a qualquer tempo, desde que, para tanto, seja notificada a outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, do pretendido termo final do Pacto.

Parágrafo Único - Fica convencionado, igualmente, que nenhum direito indenizatório será gerado às partes, em decorrência da rescisão contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual é regido pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, suas alterações e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

Para as questões oriundas deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Anita Garibaldi - SC, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem de pleno acordo assinam o presente com as testemunhas abaixo, em duas vias, de igual teor e forma.

Celso Ramos 08 de agosto de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS - SC  
CONTRATANTE

CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 358.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 358/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15/09/2015 à 13/09/2016, à ADILCIO SEBOLD, matriculado sob o nº 2479/02, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias, no período de 09/08/2017 à 07/09/2017, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 053-A, DE 31.07.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 053-A, DE 31.07.2017

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º,I, da Lei nº 0670, de 15.12.2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 113 (transferência do fundeb – 60%) no valor de R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361– Ensino Fundamental

06 – Educação para Todos

113 – Transferência do Fundeb – 60%

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental ..... R\$ 48.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

365– Ensino Infantil

06 – Educação para Todos

113 – Transferência do Fundeb – 60%

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2017 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Infantil ..... R\$ 63.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de julho de 2017.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

# Chapecó

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20 DE 2017

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Chapecó

Contrato Administrativo Nº 20/2017

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó

Contratada: Dalva Regina Barichello – ME

Objeto: contratação de empresa especializada para a organização da sessão solene em comemoração ao centenário de chapecó-sc, abrangendo o fornecimento de decoração, serviços de fotografia e filmagem.

Valor do Contrato: R\$ 6.890,00 (seis mil e oitocentos e noventa reais)

Vigência: 08/08/2017 a 30/08/2017.

Chapecó-SC, 08 de julho de 2017.

Valmor Junior Scolari

Presidente

### DECRETO LEGISLATIVO Nº03 DE 2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.

Concede o Título de Cidadão Honorário de Chapecó, ao Senhor CORONEL EDIVAR ANTONIO BEDIN.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Concede o título de “Cidadão Chapecoense” ao Senhor CORONEL EDIVAR ANTONIO BEDIN, em reconhecimento aos serviços prestados à comunidade Chapecoense.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 2017.

VALMOR JUNIOR SCOLARI

Presidente

MARCILEI ANDREA P. VIGNATTI	VALDEMIR ANTONIO STOBE
1º Secretária	2º Secretário

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/PMCS/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2017.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: CRISTAL COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de divisórias, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 01/08/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 31.250,00 (trinta e um mil e duzentos e cinquenta reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

### PREGÃO PRESENCIAL 23/2017

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 23 de Agosto de 2017, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 23/2017, para aquisição de 01 aparelho Turbidímetro portátil e reagentes diversos para uso na ETA desta Autarquia, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 23 de Agosto de 2017. A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: [www.samaecocaldosul.sc.gov.br](http://www.samaecocaldosul.sc.gov.br). Cocal do Sul-SC, 08 de Agosto de 2017. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVO 50/2017-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
APLICAÇÃO DE SANÇÕES  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 50/2017-1

Processo Licitatório nº 50/2015 PMC  
Pregão Presencial nº 11/2017 PMC  
Contrato nº 39/2017 PMC  
Contratada: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA.

APLICA-SE à empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Fernão Dias, BR 381, KM 854, S/N no Distrito Industrial do Município de Pouso Alegre – MG, CEP 3750-000, representada neste ato, pelo seu Procurador, Senhor Cláudio José Stramare, portador da Cédula de Identidade nº 14.096.889 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 588.985.650-20, pelo inadimplemento contratual, as sanções de:

- Rescisão contratual, conforme disposto no inciso I do art. 79 da Lei Federal 8.666/1993;

- Advertência por Escrito, com base no art. 87, inciso I, da Lei Federal 8.666/1993;

- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Concórdia, pelo prazo de 1 (um) ano, conforme Cláusula Décima, item 10.1.1.3;

Concórdia, SC, 08 de agosto de 2017  
ANGELO BENINI FANTIN  
Gestor de Contratos

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 39/2017 – PMC AQUISIÇÃO DE BENS - REPUBLICADO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 39/2017 – PMC  
REPUBLICADO  
AQUISIÇÃO DE BENS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de brinquedos, equipamentos de ginástica e bancos para praças e/ou parques infantis do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 21/08/2017.

Abertura: dia 21/08/2017 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 08 de agosto de 2017.

WAGNER ISIDORO SIMIONI  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### ERRATA DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO 1º TA AO CONTRATO Nº 9/2016 - FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO  
1º TA AO CONTRATO Nº 9/2016 FMEC

Na publicação do Extrato do 1º Termo Aditivo referente ao Pregão Presencial nº 6/2016 FMEC, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, pág. 280, edição 2308, do dia 31 de julho de 2017;

Onde lê-se: "Vigência: início: 26/07/2017 Término: 25/07/2018";  
Leia-se: "Vigência: início: 26/07/2017 Término: 31/12/2017".

E ainda: Onde lê-se: "Valor R\$ 118.140,00(cento e dezoito mil, cento e quarenta reais)"; Leia-se: "Valor R\$ 50.865,83(cinquenta mil, oitocentos e sessenta e cinco reais com oitenta e três centavos)".

Concórdia, SC, 01 de agosto de 2017.

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2017 - PMC CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2017  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor Valdomiro Tafarel, Diretor de Urbanismo, que declarou Inexigível a licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 08 de agosto de 2017, para a contratação de empresa para prestação de serviço de treinamento de autocad civil 3D, para os servidores do departamento de engenharia da SEMURB, a favor da empresa: VIRTUAL AUTOMACAO LTDA, no valor total de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

WAGNER ISIDORO SIMIONI  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 587/2017

DECRETO Nº587/2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal e atendendo ao Artigo 60 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município (Lei Complementar n. 18/2001),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedido ao servidor municipal Sr. JOÃO BASEGGIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais , matrícula n. 570002, 30 (trinta) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de 15/04/2016 á 14/04/2017, que serão gozadas a partir do dia 14/08/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de agosto de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 04 de agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

JOÃO BASEGGIO DOS SANTOS

Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

### DECRETO Nº 588/2017

DECRETO Nº 588 DE 04 DE AGOSTO DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.207/2016.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o qual serão utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Manutenção das Ações e Projetos da Secr. De Adm. Faz. e Planejamento

Modalidade de Aplicação: 339000 – 14

Fonte de Recursos: 30.00 – Ordinários – R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado superávit financeiro do exercício de 2016.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), o qual serão utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública e Promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 10

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 70.000,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública e Promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 335000 – 64

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública e Promoção Social do Município.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 13

Fonte de Recursos: 10.02 – Ordinários – R\$ 40.000,00

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), o qual serão utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.048 – Manutenção da Saúde Bucal.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 26

Fonte de Recursos: 13.64 – Vinculados – R\$ 11.000,00

Art. 6º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 5º, será anulada parte da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.048 – Manutenção da Saúde Bucal.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 27

Fonte de Recursos: 13.64 – Vinculados – R\$ 11.000,00

Art. 7º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), o qual serão utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.048 – Manutenção da Saúde Bucal.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 26

Fonte de Recursos: 13.64 – Vinculados – R\$ 25.000,00

Art. 8º. Para abertura o Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 7º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculado (13.64).

Art. 9º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), o qual serão utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 – Manutenção das Atividades

da Saúde Pública e Promoção Social do Município.  
Modalidade de Aplicação: 319000 – 06  
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 8.400,00

Art. 10º. Para abertura o Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 9º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos ordinários (10.00).

Art. 10º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 04 de agosto de 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### **DECRETO Nº 589/2017**

DECRETO Nº 589/2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal e atendendo ao Artigo 60 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município (Lei Complementar n. 18/2001),

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à servidora municipal Sra. EMANUELLE CELLA TOZZO, ocupante do cargo de Contador, matrícula n. 626103, 10 (dez) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de 01/03/2016 á 28/02/2017, que serão gozadas a partir do dia 09/08/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de agosto de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 04 de agosto de 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

EMANUELLE CELLA TOZZO  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

### **DECRETO Nº 590/2017**

DECRETO Nº 590/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. ANA PAULA RIGON POSSER SACHET, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Matrícula nº1341803, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Agosto de 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO Nº 591/2017**

DECRETO Nº 591/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. LENIR ROSEMARY MARTELLI TECHIO, ocupante do cargo de Professor (a), Matrícula nº99001, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 02/08/2017

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Agosto de 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO Nº 592/2017**

DECRETO Nº 592/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo nº 70 da Lei Municipal nº18/2001:

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dia de licença para acompanhar, tratamento de saúde de seu filho, da Servidora Municipal, Sra. VANESA BÓS, ocupante do cargo de Professor (a), sob. Matrícula nº1345902, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos para o dia 03/08/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de Agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### **DECRETO Nº 593/2017**

DECRETO Nº 593/2017

"DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, atendendo a Lei Orgânica Municipal de Cordilheira Alta e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido, a pedido, a partir do dia 07 de Agosto de 2017, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária por Excepcional Interesse Público nº 24/2017, com Sra. JESSICA MAILA MILANI, matrícula nº 1348602.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

### **DECRETO Nº 594/2017**

DECRETO Nº 594/2017

"Nomeia Comissão PARA REALIZAR CHAMADA PÚBLICA - Edital nº 03/2017 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito em exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições dispostas no Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Constitui Comissão Especial para a realização de todas as etapas da Chamada Pública - Edital nº 03/2017 - destinado à contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento de vagas de Professor de Artes e Atividades Artísticas e Culturais - 20h e Professor de História - 10h, existentes no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2017.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial da Chamada Pública - Edital nº 03/2017 - sob a presidência da primeira, os seguintes servidores: Maíke Elize Techio; Adriana Ines Lanzarin; Sonia Fatima Cenci; e Vania Cristina Graciani.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 07 de Agosto de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

## **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 03/2017 - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL DE PROFESSOR DE ARTES E ATIVIDADES CULTURAIS - 20H E PROFESSOR DE HISTÓRIA - 10H**

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2017

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito em Exercício do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará CHAMADA PÚBLICA visando à contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento de vagas de Professor de Artes e Atividades Artísticas e Culturais - 20h e Professor de História - 10h, existentes no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2017, em razão do não preenchimento nos Editais de Processo Seletivo nº 05/2016 e nº 01/2017 e de Chamada Pública nº 01/2017 e nº 02/2017, sempre sob amparo de excepcional interesse público, com a estrita observância dos princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, a qual se regerá pelas Instruções Especiais contidas neste Edital, bem como pelas demais disposições legais vigentes, sob o comando da Comissão Especial, e considerando os itens a seguir:

### **1. DA CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO:**

1.1 Ficam convocados os interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública - nos termos do Edital nº 03/2017 - mediante apresentação na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, munidos da seguinte documentação (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório):

1) Cédula de Identidade e CPF; 2) Comprovante da habilitação; 3) Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 31/12/2016; e 4) Formulário próprio de inscrição para Chamada Pública - Anexo I deste Edital - conforme cronograma a seguir:

Data	Horário	Área de Atuação/Disciplina
14/08/2017	Das 14h às 17h	Professor de Artes e Atividades Artísticas e Culturais - 20h
14/08/2017	Das 14h às 17h	Professor de História - 10h

**2. DA VAGA**

Cargo	Carga Horária	Local	Turno	Término Contrato	Vaga Vinculada
Professor de Artes e Atividades Artísticas e Culturais	20h semanais	Escola Básica Municipal Fernando Machado e Centro Educativo Municipal Mediação	Matutino/ Vespertino	Término do ano letivo (previsto para 20/12/17)	Não (desdobramento temporário de turma)
Professor de História	10h semanais	Escola Básica Municipal Fernando Machado	Vespertino	Término do ano letivo (previsto para 20/12/17) ou retorno ao cargo do professor titular	Sim (Professor titular nomeado para cargo de provimento comissionado)

**Habilitação exigida:**

Área de Atuação/ Disciplina	Habilitado	Não Habilitado
Professor de Artes e Atividades Artísticas e Culturais	Curso superior completo na área de atuação	Cursando ensino superior a partir da 4ª fase
Professor de História	Curso superior completo na área de atuação	Cursando ensino superior a partir da 4ª fase

**3. DA CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

3.1 A classificação desta Chamada Pública ocorrerá por ordem de formação acadêmica dos candidatos.

3.2 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga será dada preferência ao que possuir maior habilitação.

3.3 Havendo dois ou mais professores com a mesma habilitação será dada preferência ao que tiver maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

3.4 Havendo dois ou mais professores não-habilitados, será dada preferência ao que tiver maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

**4. DA CONVOCAÇÃO**

4.1 O candidato classificado estará sendo convocado para assumir a vaga no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar daquela data, devendo entregar no Departamento de Recursos Humanos do Município de Cordilheira Alta os seguintes documentos:

- Prova de ser brasileiro nato ou naturalizado, idade mínima 18 anos (cópia identidade);
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia do título eleitoral; Comprovante da última votação;
- Fotocópia Certidão de casamento ou nascimento ou declaração de convivência;
- Fotocópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia do Diploma ou Certificado de conclusão para comprovar a escolaridade exigida e inscrição no órgão fiscalizador da profissão;
- Fotocópia de inscrição no Pis/Pasep;
- 01 foto 3x4;
- Declaração de endereço atualizado ou cópia da fatura de água, luz ou telefone;
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- No caso de acumulação legal de cargo, função ou emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares;
- Declaração de BENS ou IRRF;
- Declaração de dependentes para fins de abatimento no Imposto de Renda na Fonte;
- Fotocópia do certificado militar ou dispensa CDI ( masculino);
- Atestado de Aptidão Mental para o exercício do cargo; (psicóloga);
- Laudo Médico oficial para exercício do cargo (permitir-se-á prazo maior para apresentação deste documento);
- Folha Corrida Judicial;
- Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral dos últimos 05 (cinco) anos;
- Conta Corrente – Banco do Brasil
- Comprovante de frequência escolar, para crianças a partir de 07 (sete) anos, no caso de menor inválido que não frequente a escola por motivo de invalidez, deve ser apresentado atestado médico que confirme o fato.

4.2 O candidato que deixar de assumir as suas funções no prazo de 02 (dois) dias úteis perderá o direito à vaga, ficando excluído da listagem da chamada pública do ano letivo em andamento.

4.3 O candidato chamado para assumir vaga deverá entregar a documentação de que trata o item 4.1 deste Edital no Departamento de Recursos Humanos do Município de Cordilheira Alta.

**5. DA REMUNERAÇÃO**

5.1 A remuneração, com base na legislação municipal vigente, a ser paga é a seguinte:

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Regência De Classe (20%)
Professor Habilitado	20h semanais	R\$ 1.348,24	R\$ 269,65
Professor Não Habilitado	20h semanais	R\$ 1.078,58	R\$ 215,72
Professor Habilitado	10h semanais	R\$ 674,12	R\$ 134,82
Professor Não Habilitado	10h semanais	R\$ 539,29	R\$ 107,86

**6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

6.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições no inteiro teor deste Edital e das instruções

específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.2. O candidato terá direito à remuneração a partir do primeiro dia em que entrar em exercício, desde que efetivada a sua contratação, respeitadas as disposições editalícias e legais pertinentes.

6.3 A inexatidão das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do respectivo Edital de Convocação da Chamada Pública, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

6.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial composta pelo Decreto nº 594/2017, respeitada a legislação em vigor.

Cordilheira Alta/SC, 08 de Agosto de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em exercício

#### ANEXO I

#### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

#### CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2017

Nº Inscrição: \_\_\_\_\_ (preenchimento exclusivo da Secretaria de Educação)

\*Preenchimento obrigatório pelo candidato

Área de Atuação/Disciplina\*: \_\_\_\_\_

Nome\*: \_\_\_\_\_

Idade\*: \_\_\_\_\_

Data Nascimento\*: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Local\*: \_\_\_\_\_

Estado Civil\*: \_\_\_\_\_ RG\*: \_\_\_\_\_ CPF\*: \_\_\_\_\_

E-mail\*: \_\_\_\_\_ Fone Fixo\*: \_\_\_\_\_ Celular\*: \_\_\_\_\_

Escolaridade\*:

( ) Pós Graduação (Especialização/Mestrado/Doutorado) \_\_\_\_\_

( ) Licenciatura Plena \_\_\_\_\_

( ) Licenciatura Curta \_\_\_\_\_

( ) Estudos Adicionais \_\_\_\_\_

( ) Magistério \_\_\_\_\_

( ) Cursando \_\_\_\_\_ Período: \_\_\_\_\_

( ) Ensino Médio \_\_\_\_\_

( ) Outro: \_\_\_\_\_

Tempo de Serviço (para preenchimento exclusivo da Secretaria de Educação, conforme documentação apresentada):

- Magistério Municipal: \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses, \_\_\_\_\_ dias;

- Magistério Estadual: \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses, \_\_\_\_\_ dias;

- Magistério Particular: \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses, \_\_\_\_\_ dias;

Total: \_\_\_\_\_ anos, \_\_\_\_\_ meses, \_\_\_\_\_ dias.

Assinatura do Candidato\*: \_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável pelo recebimento da Inscrição: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ATENÇÃO: O preenchimento deste documento (duas vias) em desacordo com as orientações nele contidas e/ou com as disposições editalícias correlatas autorizará a recusa do recebimento da respectiva inscrição.

#### **EXTRATO CHAMADA PÚBLICA - EDITAL N. 03/2017 - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL DE PROFESSOR DE ARTES E ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS - 20H E PROFESSOR DE HISTÓRIA - 10H**

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito em exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que estará realizando Chamada Pública - Edital nº 03/2017 - destinada à contratação em caráter temporário e emergencial de Professor de Artes e Atividades Artísticas e Culturais - 20h e Professor de História - 10h.

A inscrição somente será efetuada via presencial, junto à Secretaria de Educação, no endereço: Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, no dia 14/08/2017 - das 14h às 17h.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone 49 – 33589100.

Cordilheira Alta (SC), em 08 de Agosto de 2017.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em exercício

#### **EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 93/2017**

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO



O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme abaixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº36/2017

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 93/2017

SOLICITANTE: Secretaria de Agricultura.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, NITROGÊNIO LÍQUIDO E OUTROS MATERIAIS PARA OS PROGRAMAS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E DE CONTROLE SANITÁRIO NA PECUÁRIA LEITEIRA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$113.033,00 (Cento e treze mil e trinta e três reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedoras as empresas SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, vencedora do item 16, no valor total de R\$34.940,00, COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAUDE LTDA ME, vencedora dos itens 13,14 e 17, no valor total de R\$37.350,00, NITROTEC – COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, vencedora do item 15, no valor total de R\$12.825,00 e SEMENTEC GENETICA LTDA ME, vencedor dos itens 1,2,5,6,7,8,9,10,11,12 e 18, no valor total de R\$27.918,00, adjudicado em favor das empresas mencionadas, o objeto da licitação em epígrafe. Os itens 3 e 4 restaram frustrados. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 07 de Agosto de 2017.

Patricia Strada Machado

Pregoeiro



# Coronel Freitas

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL 2-2017 RÁDIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

#### 1 - PREÂMBULO

1.1 – A Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Amazonas, nº. 39, Coronel Freitas, SC - CEP 89840000, através do Presidente, Sr. Diovani Pagnocelli, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PRE-GÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 18 de agosto de 2017, às 13h30min, para possível aquisição dos objetos indicados no item 2 deste instrumento. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo respectivamente as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 13h15min do dia 18 de agosto de 2017, na SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS, situado no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 13h30min do dia 18 de agosto de 2017, em sessão pública a ser realizada na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, situada no endereço citado no item 1.1.

#### 2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO COM AMPLITUDE MODULADA (AM), COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, SENDO ESTES PRODUZIDOS PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA, TOTALIZANDO 250 MINUTOS MENSAIS, SENDO QUE NAS TERÇAS E QUINTAS SERÁ DISPONIBILIZADO O HORÁRIO ENTRE AS 11h30min E AS 12h30min PARA A DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA INFORMATIVO DOS VEREADORES. DEVERÃO AINDA SER VINCULADAS MENSALMENTE 24 INSERÇÕES DE 1 MINUTO. TAMBÉM DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO 1 HORA POR MÊS NO SÁBADO, PARA DIVULGAÇÃO DO RESUMO MENSAL. OS DEMAIS MINUTOS SERÃO UTILIZADOS PARA A COBERTURA JORNALÍSTICA DE EVENTOS OFICIAIS DA CÂMARA, conforme relação e especificações constantes no Anexo "D" deste Edital.

#### 3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 - com falência ou concordata decretada;

3.2.2 - em consórcio.

3.3 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º, §4º da Lei Complementar 123/2006.

3.4 - A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste Edital e em seus anexos.

3.5 - Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte.

3.5.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que QUISEREM participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

3.5.2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

3.5.3 – Cópia da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº123/2006. A Certidão somente será considerada válida quando emitida dentro do corrente ano.

3.5.4 - A documentação constante dos subitens 3.5.3 somente será exigida caso a empresa queira usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, devendo ser apresentada obrigatoriamente FORA DOS ENVELOPES, no ato de CREDENCIAMENTO.

3.5.5 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação dos documentos

descritos nos subitens, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.

#### 4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o (a) Pregoeiro(a) inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS- SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017  
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL  
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS - SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017  
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

4.2 - Em seguida se realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, reconhecido firma em cartório, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "A", juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do item 6.5, o representante da licitante deverá apresentar cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4. Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Câmara Municipal de Coronel Freitas e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.2, na Secretaria da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º, da Lei Complementar 123/2006.

#### 5 - DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
- Número deste Pregão;
- Número do item, descrição dos materiais nos termos do Anexo "D" deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total do Item, conforme exemplificado abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade		Preço Unitário	Preço Total

- Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, nos termos do §3º, artigo 64 da Lei Federal nº 8666/1993, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 01, estabelecida no item 1.3 deste edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitações para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1. Os preços apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

## 6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- a) Prova de Regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- b) Certidão negativa de TRIBUTOS FEDERAIS;
- c) Prova de Regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- d) Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social (INSS);
- e) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - (FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)
- g) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)
- h) Declaração de Conhecimento e Aceite dos Termos do Edital, conforme Modelo do Anexo C, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002).
- i) Declaração sob penas da Lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menor de dezoito (18) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda em qualquer trabalho, menores de dezesseis (16) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos conforme modelo do Anexo B.
- j) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica.
- k) Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal, de que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei, conforme modelo do Anexo E.

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" a "e" do item 6.1, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Coronel Freitas.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Coronel Freitas, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiverem plena vigência.

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 6.2 e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.3 deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

- 6.6.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 6.6.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "a" a "e", relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.9.3 - Em caso de ausência de algum documento exigido no item 6.1, alíneas "a" a "f", ou com data de validade vencida, o pregoeiro juntamente com a comissão de licitação poderá consultar através do órgão emissor e caso os mesmos não tiverem restrição à regularidade fiscal será a empresa habilitada.

## 7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Comprovada a participação de micro empresas e empresas de pequeno porte será informada aos participantes do certame. Isto posto, será classificada, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.1.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.1.2 - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos itens 5.1 a 5.5 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexecutável.

7.2 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.2.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.2.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços por item do objeto do certame.

7.2.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.2.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também poderão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.2.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.2.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.2.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.2.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.3 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.4 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.5 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.5.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Neste momento o Pregoeiro convocará a empresa mais bem classificada para que confirme seu último lance.

7.6 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no Item 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.1 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no Item 7.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.2 - O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.6.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.7 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.9 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.10 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.10.1 - Ocorrendo a situação referida no item 7.8, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.12 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.13 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 03 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.13.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.13.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.14 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.14.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.15 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.



## 8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, PELO MENOR PREÇO POR ITEM, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

## 9 - DO PREÇO

9.1 - O valor discriminado nos itens do ANEXO "D" devem ser considerados pelos proponentes como PREÇO MÁXIMO para elaboração da proposta comercial para este certame.

9.2 - Será(ão) automaticamente desclassificada(s) a(s) proposta(s) com preço superior ao valor estabelecido no item 9.1

## 10 - DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO, LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO E DAS GARANTIAS.

10.1 - A licitante vencedora obriga-se a iniciar o serviço no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados da data de assinatura do contrato.

10.2 - O contrato terá prazo de vigência até 31/12/2017. O prazo de vigência poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse do Município, conforme previsão no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

## 11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento à Rádio vencedora será, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo da Nota Fiscal / Fatura contendo o número do Empenho a que se refere e o termo de recebimento, ao Setor de Compras.

11.2. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da licitante vencedora que desaprove a liquidação da despesa pela Gerência de Tesouraria, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias.

11.3. O preço a ser pago será o constante da proposta da licitante vencedora.

## 12 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Da impugnação do edital reger-se nos termos do artigo 41 e dos recursos administrativos reger-se no termos do artigo 109 da Lei 8.666/93.

## 13 - DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

13.1 - Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis assinar o pertinente contrato (minuta constante do Anexo "E"), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 16, deste Edital.

13.1.1 - A convocação para assinatura do Contrato se fará através de e-mail ou contato telefônico.

13.1.2 - Para a assinatura do Contrato, será considerado o simples fato da empresa vencedora participar do certame licitatório e ter apresentado sua proposta final, por esta Comissão, como ato concreto, tendo em vista a realização de Pregão Presencial.

13.2 - No ato de formalização do contrato, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

13.3 - O contrato terá prazo de vigência até 31/12/2017. O prazo de vigência poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse do Município, conforme previsão no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

13.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

## 14 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - O contrato poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

14.2 - Os preços, durante a vigência do Contrato, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.



14.3 - Mesmo comprovada à ocorrência da situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato.

14.4 - Em caso de prorrogação da vigência do contrato os valores serão reajustados a cada doze meses, tendo como marco inicial, a data limite para apresentação da proposta no processo licitatório. O índice de reajuste utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou o índice que vier substituí-lo será utilizado para aplicar o reajuste.

14.5 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras ou serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## 15 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

15.2 - A rescisão contratual poderá ser:

15.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

15.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

15.2.3 - E ainda:

a) se não forem realizadas as solicitações do Município relacionadas as correções dos defeitos ou deficiências devidamente notificadas, do objeto licitado.

b) no descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, bem como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

## 16 – DAS PENALIDADES

14.1 – Ao fornecedor poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

### II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da ATA, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, sem prejuízo da multa prevista na alínea anterior.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

14.2 - As penalidades de multa previstas no item 14 deste edital poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicada cumulativamente com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

14.3 - Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas da ATA, sujeitas ainda:

14.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

14.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.4. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

14.5. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela

licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

14.6. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14.7. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, a Câmara de Vereadores de Coronel Freitas poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

## 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente na Secretaria da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3347-0424, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

17.2 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

17.3 - No interesse da Câmara, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

17.4 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Coronel Freitas, SC, excluído qualquer outro.

## 18 - DOS ANEXOS DO EDITAL

18.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

a) Anexo "A" – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;

b) Anexo "B" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;

c) Anexo "C" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;

d) Anexo "D" – RELAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

e) Anexo "E" – MODELO DECLARAÇÃO DE INIDONIEDADE

f) Anexo "F" – MINUTA DO CONTRATO

Coronel Freitas, SC, 02 de agosto de 2017.

DIOVANI PAGNOCELLI

Presidente da Câmara de Vereadores

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

ANEXO "A"

### MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

À Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

## ANEXO "B"

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

## DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

## ANEXO "C"

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (\*)

(\*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

## DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017, instaurado pela Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, SC.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)


## PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

## ANEXO "E"

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

## D E C L A R A Ç Ã O

....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida ....., cidade e Município de ....., por intermédio de seu titular e responsável legal pela empresa, DECLARA, para efeito de participação no Processo de Licitação Nº 03/2017, modalidade de Pregão Presencial de nº 02/2017, que sua empresa não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, bem como em cumprimento ao que dispõe o § II do artigo 32 da referida lei.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor/  
número do cadastro de pessoa física)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

ANEXO "F"

MINUTA DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS E A EMPRESA \_\_\_\_\_, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO COM AMPLITUDE MODULADA (AM), COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES.

No dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017, na Câmara de Vereadores de Coronel Freitas - SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 10.561.874/0001-71, com sede na Rua Amazonas, nº. 39, Coronel Freitas, SC, neste ato representado pelo seu Presidente, o Senhor DIOVANI PAGNOCELLI, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93, e das demais normas legais aplicáveis, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, representada neste ato, pelo seu(ua) \_\_\_\_\_, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 02/2017, e que se regerá pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Instrumento de contrato é o fornecimento de SINAL DE RÁDIO COM AMPLITUDE MODULADA (AM), COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES, SENDO ESTES PRODUZIDOS PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA, TOTALIZANDO 250 MINUTOS MENSAIS, SENDO QUE NAS TERÇAS E QUINTAS SERÁ DISPONIBILIZADO O HORÁRIO ENTRE AS 11h30min E AS 12h30min PARA A DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA INFORMATIVO DOS VEREADORES. DEVERÃO AINDA SER VINCULADAS MENSALMENTE 24 INSERÇÕES DE 1 MINUTO. TAMBÉM DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO 1 HORA POR MÊS NO SÁBADO, PARA DIVULGAÇÃO DO RESUMO MENSAL. OS DEMAIS MINUTOS SERÃO UTILIZADOS PARA A COBERTURA JORNALÍSTICA DE EVENTOS OFICIAIS DA CÂMARA adjudicados à contratada, conforme as descrições constantes na proposta comercial da CONTRATADA e no Anexo "d" do Edital.

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação modalidade Pregão Presencial nº. 03/2017, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1. - A licitante vencedora obriga-se a iniciar o serviço no prazo máximo de até 05 (CINCO) dias, contados da data de assinatura do contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O contrato terá prazo de vigência até 31/12/2017. O prazo de vigência poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse da Câmara de Vereadores, conforme previsão no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo fornecimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, da qual a CONTRATADA se sagrou vencedora a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

4.2. As despesas decorrentes do fornecimento dos objetos da presente licitação correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias, previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2017:

3.3.90.39.88.00.00.00

4.3. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, sociais ou trabalhistas,

bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes deste contrato correrão por conta da CONTRATADA.

4.4. Em caso de incidência de imposto sobre o serviço ou produto, poderá o Município realizar a retenção do valor relativo ao mesmo, ou até não realizar o pagamento de alguma parcela até que seja comprovado o recolhimento do imposto devido.

#### CLAUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A Tesouraria efetuará o pagamento à empresa CONTRATADA da seguinte forma: toda mercadoria entregue durante o mês será efetuado pagamento até o último dia útil do mês seguinte, mediante a entrega dos produtos e apresentação da Nota Fiscal / Fatura, com assinatura do responsável pelo recebimento.

#### CLAUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. Não serão concedidos reajustes aos preços contratados durante a vigência do contrato, salvo em caso de quebra do equilíbrio econômico-financeiro do mesmo, no qual será executada a recomposição dos preços nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o Contrato e iniciar outro processo licitatório, ou negociar com o segundo colocado do certame,

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data posterior, para levantamento do índice.

a.2 - Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência do presente contrato.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

6.1.2. Em caso de prorrogação de contrato os valores serão reajustados a cada doze meses, tendo como marco inicial, a data limite para apresentação da proposta no processo licitatório.

6.1.2.1. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou o índice que vier substituí-lo será utilizado para aplicar o reajuste.

6.2. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do CONTRATO na forma estabelecida no § 1º do artigo 65 da Lei 8666/1993 e alterações posteriores.

6.2.1. As supressões ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual e justificativa.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido na Cláusula Quinta, desde que a execução do objeto deste Contrato tenha sido devidamente aprovada pela Secretaria Municipal de Administração da CONTRATANTE.

7.1.2. Verificar se o objeto entregue está de acordo com o solicitado no Edital.

7.1.3. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2. São obrigações da CONTRATADA:

7.2.1. Entregar o objeto deste Contrato na forma, condições e prazos por ele estipulados.

7.2.2. Realizar o fornecimento do objeto conforme estipulado neste Contrato, observada a data estabelecida ou solicitação realizada pela Câmara de Vereadores de Coronel Freitas.

7.2.3. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do presente Contrato.

7.2.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da entrega do objeto.

7.2.5. A CONTRATADA durante a vigência do contrato deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação, conforme prevê o inciso XIII, art. 55 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

8.2. A rescisão contratual poderá ser:

8.2.1. Determinada por ato unilateral da Câmara Municipal, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

8.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Câmara Municipal.

8.3. Judicialmente, na forma da legislação vigente.

8.4. E ainda:

a) se não forem realizadas as solicitações da Câmara Municipal relacionadas as correções dos defeitos ou deficiências devidamente notificadas, do objeto licitado.

b) no descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, bem como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. À CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I - Advertência, em caso de pequenas irregularidades na execução das Cláusulas Contratuais, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo do Presidente da Câmara Municipal;

##### II - Multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto da licitação não realizado, na hipótese da rescisão administrativa, se a CONTRATADA recusar-se a assiná-lo.

b) de 20% (vinte por cento) pela inexecução total ou parcial do Contrato, incidente sobre o valor do contrato em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do contrato.

Parágrafo único. Entende-se por valor total do objeto da licitação o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando o objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - Suspensão temporária e a Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, que serão cominadas nas condições definidas pela CONTRATANTE, em caso de faltas graves ocorridas na vigência do Contrato, apuradas em processo administrativo que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

9.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

9.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

9.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pela Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da Câmara. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

9.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

9.6. A Câmara Municipal poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

9.7. Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



9.8. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, a Câmara Municipal de Coronel Freitas poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

9.9. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTRATAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO

10.1. O contratado poderá subcontratar os serviços que forem necessários, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, sendo que as peças e a Nota Fiscal deverão ser fornecidas pelo CONTRATADO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Coronel Freitas-SC, \_\_\_\_\_ de de 2017.

DIOVANI PAGNOCELLI

Presidente da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 089/2017

PORTARIA Nº. 089, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Férias o Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 28/08/2017 á 26/09/2017.

Nome Cargo Referência

Vinissius Belatto Motorista 09/07/2016 á 08/07/2017

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 07 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

### PORTARIA Nº 090/2017

PORTARIA Nº 090, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso a, do Artigo nº 120 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Afastamento ao Servidor Público Municipal, Sr. Ilso Antônio Mores, ocupante do Cargo de Mecânico Geral, por um período de 08 (Oito) dias, a partir do dia 02/08/2017 a 09/08/2017, por motivo de falecimento de seu Pai, Sr. Nelson Mores, ocorrido no dia 02/08/2017, conforme cópia da Certidão de Óbito em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de Agosto de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 07 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Munic.de Administração, Planejamento e Finanças

# Corupá

## PREFEITURA

### ERRATA EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/17

#### ERRATA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/17

PROCESSO LICITATORIO Nº 084/17

A Comissão de Licitação no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a Errata referente ao Edital de Credenciamento nº 003/17, ficando assim determinado:

ONDE SE LÊ:

#### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA 03) - ESPECIFICAÇÃO

3.1 Os procedimentos de exames laboratoriais correspondem aos códigos contidos no GRUPO 0202 – Procedimentos com finalidade diagnóstica e exames constantes da TABELA DE EXAMES NÃO CODIFICADOS SUS, e os preços de referência são os valores do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO
0202010015	CLEARANCE OSMOLAR	R\$ 3,51
0202010023	DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	R\$ 2,01
0202010031	DETERMINAÇÃO DE CROMATOGRAFIA DE AMINOACIDOS	R\$ 15,65
0202010040	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	R\$ 3,63
0202010058	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (5 DOSAGENS)	R\$ 6,55
0202010066	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (4 DOSAGENS)	R\$ 3,68
0202010082	DETERMINAÇÃO DE OSMOLARIDADE	R\$ 3,51
0202010090	DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE	R\$ 3,51
0202010104	DOSAGEM DE ACETONA	R\$ 1,85
0202010112	DOSAGEM DE ACID ASCORBICO	R\$ 2,01
0202010120	DOSAGEM DE ACIDO URICO	R\$ 1,85
0202010139	DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	R\$ 9,00
0202010147	DOSAGEM DE ALDOLASE	R\$ 3,68
0202010155	DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	R\$ 3,68
0202010163	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA	R\$ 3,68
0202010171	DOSAGEM DE ALFA-2- MACROGLOBULINA	R\$ 3,68
0202010180	DOSAGEM DE AMILASE	R\$ 2,25
0202010198	DOSAGEM DE AMINIA	R\$ 3,51
0202010201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	R\$ 2,01
0202010210	DOSAGEM DE CALCIO	R\$ 1,85
0202010228	DOSAGEM DE IONIZAVEL	R\$ 3,51
0202010236	DOSAGEM DE CAROTENO	R\$ 2,01
0202010252	DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	R\$ 3,68
0202010260	DOSAGEM DE CLORETO	R\$ 1,85
0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 3,51
0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 3,51
0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 1,85
0202010309	DOSAGEM DE COLINESTERASE	R\$ 3,68
0202010317	DOSAGEM DE CREATININA	R\$ 1,85
0202010325	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	R\$ 3,68
0202010333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB	R\$ 4,12
0202010341	DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	R\$ 3,51
0202010350	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	R\$ 3,51
0202010368	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	R\$ 3,68
0202010376	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	R\$ 3,68
0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA	R\$ 15,59
0202010392	DOSAGEM DE FERRO SERICO	R\$ 3,51
0202010406	DOSAGEM DE FOLATO	R\$ 15,65
0202010414	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	R\$ 2,01

0202010422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	R\$ 2,01
0202010430	DOSAGEM DE FOSFORO	R\$ 1,85
0202010449	DOSAGEM DE FRAÇÃO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	R\$ 2,01
0202010457	DOSAGEM DE GALACTOSE	R\$ 3,51
0202010465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE	R\$ 3,51
0202010473	DOSAGEM DE GLICOSE	R\$ 1,85
0202010481	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	R\$ 3,68
0202010490	DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	R\$ 3,68
0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	R\$ 7,86
0202010511	DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	R\$ 3,68
0202010520	DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	R\$ 3,51
0202010538	DOSAGEM DE LACTATO	R\$ 3,68
0202010546	DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	R\$ 3,51
0202010554	DOSAGEM DE LIPASE	R\$ 2,25
0202010562	DOSAGEM DE MAGNESIO	R\$ 2,01
0202010570	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	R\$ 2,01
0202010589	DOSAGEM DE PIRUVATO	R\$ 3,68
0202010597	DOSAGEM DE PORFIRINAS	R\$ 3,51
0202010600	DOSAGEM DE POTASSIO	R\$ 1,85
0202010619	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	R\$ 1,40
0202010627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	R\$ 1,85
0202010635	DOSAGEM DE SODIO	R\$ 1,85
0202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	R\$ 2,01
0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	R\$ 2,01
0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	R\$ 4,12
0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	R\$ 3,51
0202010686	DOSAGEM DE TRIPTOFANO	R\$ 3,51
0202010694	DOSAGEM DE UREIA	R\$ 1,85
0202010708	DOSAGEM DE VITAMINA B12	R\$ 15,24
0202010716	ELETOFORESE DE LIPOPROTEINAS	R\$ 3,68
0202010724	ELETOFORESE DE PROTEINAS	R\$ 4,42
0202010732	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE)	R\$ 15,65
0202010740	PROVA DA D-XILOSE	R\$ 3,68
0202010759	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA/HIPOGLICEMIANTE ORAIS	R\$ 6,55
0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	R\$ 15,24
0202010775	DETERMINAÇÃO DE CREMATÓCRITO NO LEITE HUMANO	R\$ 1,53
0202010783	ACIDEZ TITULÁVEL NO LEITE HUMANO (DORNIC)	R\$ 3,04
0202020010	CITOQUIMICA HEMOTOLOGICA	R\$ 6,48
0202020029	CONTAGEM DE PLAQUETAS	R\$ 2,73
0202020037	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	R\$ 2,73
0202020045	DETERMINAÇÃO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	R\$ 2,73
0202020053	DETERMINAÇÃO DE ENZIMAS ERITROCITARIAS (CADA)	R\$ 2,73
0202020061	DETERMINAÇÃO DE SULFO-HEMOGLOBINA	R\$ 2,73
0202020070	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	R\$ 2,73
0202020088	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	R\$ 2,73
0202020096	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO - DUKE	R\$ 2,73
0202020100	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	R\$ 9,00
0202020118	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS	R\$ 5,79
0202020126	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA	R\$ 2,85
0202020134	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	R\$ 5,77
0202020142	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	R\$ 2,73
0202020150	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	R\$ 2,73
0202020169	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	R\$ 4,11
0202020177	DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	R\$ 6,48
0202020185	DOSAGEM DE FATOR II	R\$ 5,31
0202020193	DOSAGEM DE FATOR IX	R\$ 7,61
0202020207	DOSAGEM DE FATOR V	R\$ 4,73
0202020215	DOSAGEM DE FATOR VII	R\$ 8,09
0202020223	DOSAGEM DE FATOR VIII	R\$ 6,63
0202020231	DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	R\$ 15,00
0202020240	DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	R\$ 18,91
0202020258	DOSAGEM DE FATOR X	R\$ 6,66
0202020266	DOSAGEM DE FATOR XI	R\$ 9,11
0202020274	DOSAGEM DE FATOR XII	R\$ 10,51

0202020282	DOSAGEM DE FATOR XIII	R\$ 6,66
0202020290	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	R\$ 4,60
0202020304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	R\$ 1,53
0202020312	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA – INSTABILIDADE A 370C	R\$ 2,73
0202020320	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	R\$ 2,73
0202020339	DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	R\$ 2,73
0202020347	DOSAGEM DE PLASMINIGENIO	R\$ 4,11
0202020355	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA	R\$ 5,41
0202020363	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	R\$ 2,73
0202020371	HEMATOCRITO	R\$ 1,53
0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 4,11
0202020398	LEUCOGRAMA	R\$ 2,73
0202020401	PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	R\$ 25,00
0202020410	PESQUISA DE CELULAS LE	R\$ 4,11
0202020428	PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	R\$ 2,73
0202020436	PESQUISA DE FILARIA	R\$ 2,73
0202020444	PESQUISA DE HEMOGLOBINA	R\$ 2,73
0202020460	PESQUISA DE TRUIPANOSSOMA	R\$ 2,73
0202020487	PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	R\$ 4,11
0202020495	PROVA DE RETRACAO DE COAGULO	R\$ 2,73
0202020509	PROVA DE LACO	R\$ 2,73
0202020517	RATREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	R\$ 2,73
0202020525	TESTE DE AGREGAÇÃO DE PLAQUETAS	R\$ 12,00
0202020533	TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	R\$ 2,73
0202020541	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	R\$ 2,73
0202020016	CONTAGEM DE LINFOCITOS B	R\$ 15,00
0202020024	CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8	R\$ 15,00
0202020032	CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS	R\$ 15,00
0202030040	DETECÇÃO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	R\$ 65,00
0202030059	DETECÇÃO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	R\$ 96,00
0202030067	DETERMINAÇÃO DE COMPLEMENTO (CH50)	R\$ 9,25
0202030075	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATOIDE	R\$ 2,83
0202030083	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	R\$ 9,25
0202030091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	R\$ 15,06
0202030105	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	R\$ 16,42
0202030113	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	R\$ 13,55
0202030121	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	R\$ 17,16
0202030130	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	R\$ 17,16
0202030148	DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	R\$ 2,83
0202030156	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	R\$ 17,16
0202030165	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	R\$ 9,25
0202030180	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	R\$ 17,16
0202030199	DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE	R\$ 9,25
0202030202	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	R\$ 2,83
0202030210	GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	R\$ 298,48
0202030229	IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	R\$ 17,16
0202030237	IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	R\$ 80,00
0202030253	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	R\$ 10,00
0202030261	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	R\$ 10,00
0202030270	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	R\$ 8,67
0202030288	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	R\$ 17,16
0202030296	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	R\$ 85,00
0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	R\$ 10,00
0202030318	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	R\$ 18,55
0202030326	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	R\$ 17,16
0202030334	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	R\$ 5,74
0202030342	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	R\$ 17,16
0202030350	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	R\$ 18,55
0202030369	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	R\$ 18,55
0202030377	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS	R\$ 9,25
0202030385	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	R\$ 10,00
0202030393	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS	R\$ 9,25
0202030407	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	R\$ 3,70
0202030415	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	R\$ 5,83

0202030423	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNIFLUORESCENCIA)	R\$ 10,00
0202030431	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEZ SUPRARENAL	R\$ 17,16
0202030440	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS	R\$ 9,25
0202030458	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	R\$ 10,00
0202030466	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	R\$ 9,70
0202030474	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	R\$ 2,83
0202030482	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	R\$ 10,00
0202030504	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	R\$ 10,00
0202030512	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	R\$ 10,00
0202030520	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	R\$ 17,16
0202030539	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAIS	R\$ 4,10
0202030547	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	R\$ 5,50
0202030555	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	R\$ 17,16
0202030563	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	R\$ 17,16
0202030571	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	R\$ 17,16
0202030580	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	R\$ 17,16
0202030598	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	R\$ 17,16
0202030601	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	R\$ 17,16
0202030601	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	R\$ 10,00
0202030628	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	R\$ 17,16
0202030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B	R\$ 18,55
0202030644	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	R\$ 18,55
0202030652	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	R\$ 7,78
0202030660	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII	R\$ 9,71
0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	R\$ 18,55
0202030687	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	R\$ 18,55
0202030695	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	R\$ 9,25
0202030709	PESQUISA DE ANTICORPOS PARACOCCIDIOIDES BRASILIENSIS	R\$ 4,10
0202030717	PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCICIAL RESPIRATORIO	R\$ 18,55
0202030725	PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	R\$ 17,16
0202030733	PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	R\$ 2,83
0202030741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	R\$ 11,00
0202030750	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	R\$ 9,25
0202030768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	R\$ 16,97
0202030776	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	R\$ 9,25
0202030784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGG)	R\$ 18,55
0202030792	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	R\$ 30,00
0202030806	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	R\$ 18,55
0202030814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16
0202030822	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	R\$ 17,16
0202030830	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	R\$ 17,16
0202030849	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	R\$ 17,16
0202030857	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	R\$ 11,61
0202030865	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	R\$ 10,00
0202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	R\$ 18,55
0202030881	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	R\$ 9,25
0202030890	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	R\$ 18,55
020200903	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	R\$ 20,00
0202030911	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	R\$ 18,55
0202030920	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16
0202030938	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	R\$ 17,16
0202030946	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	R\$ 17,16
0202030954	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	R\$ 17,16
0202030962	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO	R\$ 13,35
0202030970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	R\$ 18,55
0202030989	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	R\$ 18,55
0202030997	PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)	R\$ 60,00
0202031004	PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	R\$ 2,83
0202031012	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	R\$ 4,10
0202031020	PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLUORESCENCIA	R\$ 10,00
0202031039	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENOESPECIFICA	R\$ 9,25
0202031047	PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLUORESCENCIA)	R\$ 10,00
0202031055	PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	R\$ 1,77
0202031063	PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS	R\$ 1,77



0202031071	QUANTIFICAÇÃO DE RNA DO HIV-1	R\$ 18,00
0202031080	QUANTIFICAÇÃO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	R\$ 168,48
0202031098	REAÇÃO DE HEMAGLUTINAÇÃO (TPHA) P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	R\$ 4,10
0202031101	REAÇÃO DE MONTENEGRO ID	R\$ 2,83
0202031110	TESTE DE VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	R\$ 2,83
0202031128	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	R\$ 10,00
0202031136	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIASGNOSTICO DA SIFILIS	R\$ 10,00
0202031144	TESTE ALERGICOS DE CONTATO	R\$ 1,77
0202031152	TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	R\$ 1,77
0202031179	VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTES	R\$ 2,83
0202031187	DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINASE RECOMBINANTE HEMANO IGA	R\$ 18,55
0202031195	DOSAGEM DE FRAÇÃO C1Q DO COMPLEMENTO	R\$ 17,16
0202031209	DOSAGEM DE TROPONINA	R\$ 9,00
0202031217	DOSAGEM DE ANTÍGENO CA 125	R\$ 13,35
0202040011	DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	R\$ 1,65
0202040020	DOSAGEM DE GORDURA FECAL	R\$ 3,04
0202040038	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	R\$ 3,04
0202040046	IDENTIFICAÇÃO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	R\$ 1,65
0202040054	PESQUISA DE ANTEROBIUS VERMICULARES (OXIURU OXIURA)	R\$ 1,65
0202040062	PESQUISA DE EOSINOFILOS	R\$ 1,65
0202040070	PESQUISA DE GORDURA FECAL	R\$ 1,65
0202040089	PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	R\$ 1,65
0202040097	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	R\$ 1,65
0202040100	PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	R\$ 1,65
0202040119	PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTODE MUCISA)	R\$ 1,65
0202040127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	R\$ 1,65
0202040135	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	R\$ 10,25
0202040143	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	R\$ 1,65
0202040151	PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	R\$ 1,65
0202040160	PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	R\$ 1,65
0202040178	PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	R\$ 1,65
0202050017	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	R\$ 3,70
0202050025	CLEARANCE DE CREATININA	R\$ 3,51
0202050033	CLEARANCE DE FOSFATO	R\$ 3,51
0202050041	CLEARANCE DE UREIA	R\$ 3,51
0202050050	CONTAGEM DE ADDIS	R\$ 2,04
0202050068	DETERMINAÇÃO DE OSMOLALIDADE	R\$ 3,70
0202050076	DOSAGEM DE ACUCARES (POR CROMATOGRAFIA)	R\$ 3,70
0202050084	DOSAGEM DE CITRATO	R\$ 2,01
0202050092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	R\$ 8,12
0202050106	DOSAGEM DE OXALATO	R\$ 3,68
0202050114	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 2,04
0202050122	DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS	R\$ 3,04
0202050130	EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	R\$ 3,70
0202050149	PESQUISA/DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	R\$ 3,70
0202050157	PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	R\$ 2,04
0202050165	PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA	R\$ 3,70
0202050173	PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	R\$ 2,04
0202050173	PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	R\$ 2,04
0202050181	PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	R\$ 2,40
0202050190	PESQUISA DE CISTINA NA URINA	R\$ 2,04
0202050203	PESQUISA DE COPROPORFIRINA	R\$ 2,04
0202050211	PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	R\$ 3,70
0202050220	PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	R\$ 2,04
0202050238	PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	R\$ 2,04
0202050246	PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	R\$ 3,36
0202050262	PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	R\$ 2,04
0202050270	PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	R\$ 2,04
0202050289	PESQUISA DE MUCOPOLISSACARÍDEOS NA URINA	R\$ 3,70
0202050297	PESQUISA DE PROFOBILINOGENI NA URINA	R\$ 2,04
0202050300	PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	R\$ 4,44
0202050319	PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	R\$ 2,04
0202050327	PROVA DE DOLUIÇÃO (URINA)	R\$ 2,04
0202060012	DETERMINAÇÃO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	R\$ 12,54

0202060020	DETERMINAÇÃO DE RETENÇÃO DE T3	R\$ 12,54
0202060039	DETERMINAÇÃO DE T3 REVERSO	R\$ 14,69
0202060047	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	R\$ 10,20
0202060055	DOSAGEM DE 17-CETOSTERIDES TOTAIS	R\$ 6,72
0202060063	DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	R\$ 6,72
0202060071	DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	R\$ 6,72
0202060080	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	R\$ 14,12
0202060098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	R\$ 11,89
0202060101	DOSAGEM DE AMP CICLICO	R\$ 12,01
0202060110	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	R\$ 11,53
0202060128	DOSAGEM DE CALCITONINA	R\$ 14,38
0202060136	DOSAGEM DE CORTISOL	R\$ 9,86
0202060144	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	R\$ 11,25
0202060152	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	R\$ 11,71
0202060160	DOSAGEM DE ESTRADIOL	R\$ 10,15
0202060179	DOSAGEM DE ESTRIOL	R\$ 11,55
0202060187	DOSAGEM DE ESTRONA	R\$ 11,12
0202060195	DOSAGEM DE GASTRINA	R\$ 14,15
0202060209	DOSAEGM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	R\$ 15,35
0202060217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	R\$ 7,85
0202060225	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	R\$ 10,21
0202060233	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	R\$ 7,89
0202060241	DOSAEGM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	R\$ 8,97
0202060250	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	R\$ 8,96
0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	R\$ 10,17
0202060276	DOSAGEM DE PARATORMONIO	R\$ 43,13
0202060284	DOSAGEM DE PEPTIDEO C	R\$ 15,35
0202060292	DOSAGEM DE PROGESTERONA	R\$ 10,22
0202060306	DOSAGEM DE PROLACTINA	R\$ 10,15
0202060314	DOSAGEM DE RENINA	R\$ 13,19
0202060322	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	R\$ 15,35
0202060330	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	R\$ 13,11
0202060349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	R\$ 10,43
0202060357	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	R\$ 13,11
0202060365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	R\$ 15,35
0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	R\$ 8,76
0202060381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	R\$ 11,60
0202060390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	R\$ 8,71
0202060403	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APÓS TRH	R\$ 12,01
0202060411	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APÓS CLORPROMAZINA	R\$ 12,01
0202060420	TESTE DE ESTIMULO DE LH E FSH APÓS GONADORRELINA	R\$ 12,01
0202060438	TESTE DE ESTIMULO DE HGH APÓS GLUCAGON	R\$ 12,01
0202060446	TESTE DE SUPRESSÃO DO CORTISOL APÓS DEXAMETASONA	R\$ 12,01
0202060454	TESTE DE SUPRESSÃO DO HGH APÓS GLICOSE	R\$ 12,01
0202060462	TESTE P/ INVESTIGAÇÃO DO DIABETES INSIPIDUS	R\$ 8,43
0202060470	PESQUISA DE MACROPROLACTINA	R\$ 12,15
0202070018	DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	R\$ 2,06
0202070026	DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	R\$ 2,23
0202070034	DOSAEGM DE ACIDO MANDELICO	R\$ 3,68
0202070042	DOSAGEM DE ACISO METIL-HIPURICO	R\$ 2,04
0202070050	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	R\$ 16,65
0202070069	DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	R\$ 3,51
0202070077	DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	R\$ 2,01
0202070085	DOSAGEM DE ALUMINIO	R\$ 27,50
0202070093	DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	R\$ 10,00
0202070107	DOSAGEM DE ANFETAMINAS	R\$ 10,00
0202070115	DOSAGEM DE ANTIDREPRESSIVOS TRICICLICOS	R\$ 10,00
0202070123	DOSAGEM DE BARBITURATOS	R\$ 13,13
0202070131	DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	R\$ 13,48
0202070140	DOSAGEM DE CADMIO	R\$ 6,55
0202070158	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	R\$ 17,53
0202070166	DOSAGEM DE CARBOXY-HEMOGLOBINA	R\$ 4,11
0202070174	DOSAGEM DE CHUMBO	R\$ 8,83
0202070182	DOSAGEM DE CICLOSPORINA	R\$ 58,61

0202070190	DOSAGEM DE COBRE	R\$ 3,51
0202070204	DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	R\$ 8,97
0202070212	DOSAGEM DE ETOSSUXIMIDA	R\$ 15,65
0202070220	DOSAGEM DE FENITOINA	R\$ 35,22
0202070239	DOSAGEM DE FENOL	R\$ 2,05
0202070247	DOSAGEM DE FORMALDEIDO	R\$ 3,51
0202070255	DOSAGEM DE LITIO	R\$ 2,25
0202070263	DOSAGEM DE MERCURIO	R\$ 2,04
0202070271	DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	R\$ 4,11
0202070280	DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	R\$ 10,00
0202070298	DOSAGEM DE METOTREXATO	R\$ 10,00
0202070301	DOSAGEM DE QUINIDINA	R\$ 10,00
0202070310	DOSAGEM DE SALICILATOS	R\$ 2,01
0202070328	DOSAGEM DE SULFATOS	R\$ 3,51
0202070336	DOSAGEM DE TEOFILINA	R\$ 15,65
0202070344	DOSAGEM DE TIOCIANATO	R\$ 3,68
0202070352	DOSAGEM DE ZINCO	R\$ 15,65
0202080013	ANTIBIOGRAMA	R\$ 4,98
0202080021	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRAÇÃO INIBITORIA MINIMA	R\$ 13,33
0202080030	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS	R\$ 13,33
0202080048	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	R\$ 4,20
0202080056	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	R\$ 4,20
0202080064	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	R\$ 4,20
0202080072	BACTEROSCOPIA (GRAM)	R\$ 2,80
0202080080	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICAÇÃO	R\$ 5,63
0202080099	CULTURA DO LEITE HUMANO (POR-PASTEURIZAÇÃO)	R\$ 4,33
0202080102	CULTURA P/ HERPESVIRUS	R\$ 4,33
0202080110	CULTURA PARA BAAR	R\$ 5,63
0202080129	CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	R\$ 10,25
0202080137	CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS	R\$ 4,19
0202080145	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	R\$ 2,80
0202080153	HEMOCULTURA	R\$ 11,49
0202080161	IDENTIFICAÇÃO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	R\$ 5,63
0202080170	PESQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	R\$ 4,33
0202080188	PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	R\$ 2,80
0202080196	PESQUISA ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	R\$ 4,33
0202080200	PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	R\$ 2,80
0202080218	PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	R\$ 4,33
0202080226	PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	R\$ 2,80
0202080234	PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	R\$ 5,04
0202080242	PROVA CONFIRMATÓRIA DA PRESENÇA DE MICROORGANISMOS COLIFORMES	R\$ 5,62
0202090019	ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	R\$ 1,89
0202090027	ADENOGRAMA	R\$ 5,79
0202090035	CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	R\$ 4,33
0202090043	CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	R\$ 4,33
0202090051	CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	R\$ 1,89
0202090060	CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	R\$ 1,89
0202090078	DETERMINAÇÃO DE FOSFOLIPIDIOS RELAÇÃO LECITINA ESFINGOMIELINA NO LIQUIDO AMNIOTICO	R\$ 6,56
0202090086	DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO	R\$ 1,89
0202090094	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	R\$ 2,01
0202090108	DOSAGEM DE FRUTOSE	R\$ 2,01
0202090116	DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	R\$ 2,01
0202090124	DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	R\$ 1,89
0202090132	DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	R\$ 1,89
0202090159	ELETOFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRAÇÃO NO LIQUOR	R\$ 5,23
0202090167	ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	R\$ 6,56
0202090175	ESPLENOGRAMA	R\$ 5,79
0202090183	EXAME DE CARACTERE FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE CELULAS	R\$ 1,89
0202090191	MIELOGRAMA	R\$ 5,79
0202090213	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTEESPERMATOZOIDES (ELISA)	R\$ 9,70
0202090221	DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA NO ESPERMA	R\$ 2,01
0202090230	PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	R\$ 1,89
0202090248	PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	R\$ 1,89
0202090256	PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	R\$ 1,89

0202090264	PESQUISA DE ESPERMATOZOÍDES (APÓS VASECTOMIA)	R\$ 4,80
0202090272	PESQUISA DE RAGOCITOS NO LÍQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	R\$ 1,89
0202090280	PROVA DE PROGRESSÃO ESPERMÁTICA (CADA)	R\$ 9,70
0202090299	PROVA DE LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS (SOROTIP)	R\$ 1,89
0202090302	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	R\$ 1,89
0202090310	REAÇÃO DE PANDY	R\$ 1,89
0202090329	REAÇÃO DE RIVALTA NO LÍQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	R\$ 1,89
0202090337	TESTE DE CLEMENTS	R\$ 1,89
0202090345	TESTE DE GASTROACIDOGRAMA – SECREÇÃO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS	R\$ 4,68
0202090353	TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GÁSTRICO	R\$ 4,68
0202100014	DETERMINAÇÃO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURAÇÃO (C/ TÉCNICA DE BANDAS)	R\$ 32,48
0202100022	DETERMINAÇÃO DE CARIOTIPO EM MEDULA ÓSSEA E VILOSIDADES CORIÓNICAS (/ TÉCNICA DE BANDAS)	R\$ 32,48
0202100030	DETERMINAÇÃO DE CARIOTIPO EM SANGUE PERIFÉRICO (C/ TÉCNICA DE BANDAS)	R\$ 32,48
0202100049	QUANTIFICAÇÃO/AMPLIFICAÇÃO DO HER - 2	R\$ 120,00
0202110010	DETECÇÃO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNÓSTICO TARDIO)	R\$ 8,810
0202110028	DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMATORIO)	R\$ 66,00
0202110036	DETECÇÃO MOLECULAR EM FIBROSE CÍSTICA (CONFIRMATORIO)	R\$ 66,00
0202110044	DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE/DIAGNÓSTICO TARDIO)	R\$ 5,50
0202110052	DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4	R\$ 12,20
0202110060	DOSAGEM DE FENILALANINA TSH OU T4 E DETECÇÃO DA VARIANTE DE HEMOGLOBINA	R\$ 20,90
0202110079	DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA	R\$ 5,50
0202110087	DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE/DIAGNÓSTICO TARDIO)	R\$ 13,20
0202110095	DOSAGEM DE 17 HIDROXI PROGESTERONA EM PAPEL DE FILTRO	R\$ 8,00
0202110109	DOSAGEM DA ATIVIDADE DA BIOTINÍDASE EM AMOSTRAS DE SANGUE EM PAPEL DE FILTRO	R\$ 5,50
0202110117	DOSAGEM QUANTITATIVA DA ATIVIDADE DA BIOTINÍDASE EM AMOSTRAS DE SORO	R\$ 137,00
0202110125	DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HIPERPLASIA ADRENAL CONGÊNITA	R\$ 66,00
0202110133	DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM DEFICIÊNCIA DE BIOTINÍDASE	R\$ 66,00
0202110141	DOSAGEM DE CLORETO NO SUOR	R\$ 150,00
0202120015	DETERMINAÇÃO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETÁRIOS	R\$ 10,65
0202120023	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	R\$ 1,37
0202120031	FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	R\$ 10,65
0202120040	IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS SÉRICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE HEMACIAS	R\$ 10,65
0202120058	PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO MÉTODO DA ELUIÇÃO	R\$ 5,79
0202120066	PESQUISA DE ANTICORPOS SÉRICOS IRREGULARES 37°C	R\$ 5,79
0202120074	PESQUISA DE ANTICORPOS SÉRICOS IRREGULARES A FRIO	R\$ 5,79
0202120082	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	R\$ 1,37
0202120090	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	R\$ 2,73
0202120104	TITULAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	R\$ 5,79

## LEIA-SE

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA  
03) - ESPECIFICAÇÃO

3.1 Os procedimentos de exames laboratoriais correspondem aos códigos contidos no GRUPO 0202 – Procedimentos com finalidade diagnóstica e exames constantes da TABELA DE EXAMES NÃO CODIFICADOS SUS, e os preços de referência são os valores do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ACORDO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
0202010015	CLEARANCE OSMOLAR	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010023	DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202010031	DETERMINAÇÃO DE CROMATOGRAFIA DE AMINOÁCIDOS	-----	R\$ 15,65	R\$ 15,65
0202010040	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS)	-----	R\$ 3,63	R\$ 3,63
0202010058	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (5 DOSAGENS)	-----	R\$ 6,55	R\$ 6,55
0202010066	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (4 DOSAGENS)	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202010082	DETERMINAÇÃO DE OSMOLARIDADE	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010090	DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010104	DOSAGEM DE ACETONA	-----	R\$ 1,85	R\$ 1,85
0202010112	DOSAGEM DE ÁCIDO ASCÓRBICO	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202010120	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	-----	R\$ 1,85	R\$ 1,85
0202010139	DOSAGEM DE ÁCIDO VANILMANDELICO	-----	R\$ 9,00	R\$ 9,00
0202010147	DOSAGEM DE ALDOLASE	R\$ 8,32	R\$ 3,68	R\$ 12,00



0202010155	DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	R\$ 12,32	R\$ 3,68	R\$ 16,00
0202010163	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA	R\$ 14,32	R\$ 3,68	R\$ 18,00
0202010171	DOSAGEM DE ALFA-2- MACROGLOBULINA	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202010180	DOSAGEM DE AMILASE	-----	R\$ 2,25	R\$ 2,25
0202010198	DOSAGEM DE AMINIA	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202010210	DOSAGEM DE CALCIO	-----	R\$ 1,85	R\$ 1,85
0202010228	DOSAGEM DE IONIZAVEL	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010236	DOSAGEM DE CAROTENO	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202010252	DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	R\$ 12,32	R\$ 3,68	R\$ 16,00
0202010260	DOSAGEM DE CLORETO	-----	R\$ 1,85	R\$ 1,85
0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	-----	R\$ 1,85	R\$ 1,85
0202010309	DOSAGEM DE COLINESTERASE	R\$ 4,32	R\$ 3,68	R\$ 8,00
0202010317	DOSAGEM DE CREATININA	-----	R\$ 1,85	R\$ 1,85
0202010325	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202010333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB	R\$ 15,63	R\$ 4,12	R\$ 19,75
0202010341	DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010350	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010368	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202010376	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA	R\$ 17,71	R\$ 15,59	R\$ 33,30
0202010392	DOSAGEM DE FERRO SERICO	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010406	DOSAGEM DE FOLATO	R\$ 28,35	R\$ 15,65	R\$ 44,00
0202010414	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	-----	R\$ 2,01	R\$ 0,01
0202010422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202010430	DOSAGEM DE FOSFORO	-----	R\$ 1,85	R\$ 1,85
0202010449	DOSAGEM DE FRAÇÃO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202010457	DOSAGEM DE GALACTOSE	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010473	DOSAGEM DE GLICOSE	-----	R\$ 1,85	R\$ 1,85
0202010481	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202010490	DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	R\$ 13,44	R\$ 7,86	R\$ 21,30
0202010511	DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202010520	DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010538	DOSAGEM DE LACTATO	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202010546	DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010554	DOSAGEM DE LIPASE	-----	R\$ 2,25	R\$ 2,25
0202010562	DOSAGEM DE MAGNESIO	R\$ 3,99	R\$ 2,01	R\$ 6,00
0202010570	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202010589	DOSAGEM DE PIRUVATO	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202010597	DOSAGEM DE PORFIRINAS	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010600	DOSAGEM DE POTASSIO	-----	R\$ 1,85	R\$ 1,85
0202010619	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	-----	R\$ 1,40	R\$ 1,40
0202010627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	-----	R\$ 1,85	R\$ 1,85
0202010635	DOSAGEM DE SODIO	-----	R\$ 1,85	R\$ 1,85
0202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	R\$ 11,88	R\$ 4,12	R\$ 16,00
0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010686	DOSAGEM DE TRIPTOFANO	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202010694	DOSAGEM DE UREIA	-----	R\$ 1,85	R\$ 1,85
0202010708	DOSAGEM DE VITAMINA B12	R\$ 18,66	R\$ 15,24	R\$ 33,90
0202010716	ELETRÓFORESE DE LIPOPROTEINAS	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202010724	ELETRÓFORESE DE PROTEINAS	-----	R\$ 4,42	R\$ 4,42
0202010732	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE)	-----	R\$ 15,65	R\$ 15,65
0202010740	PROVA DA D-XILOSE	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202010759	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA/HIPOGLICEMIANTE ORAIS	-----	R\$ 6,55	R\$ 6,55
0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	R\$ 45,26	R\$ 15,24	R\$ 15,24
0202010775	DETERMINAÇÃO DE CREMATÓCRITO NO LEITE HUMANO	-----	R\$ 1,53	R\$ 1,53
0202010783	ACIDEZ TITULÁVEL NO LEITE HUMANO (DORNIC)	-----	R\$ 3,04	R\$ 3,04
0202020010	CITOQUIMICA HEMOTOLOGICA	-----	R\$ 6,48	R\$ 6,48

0202020029	CONTAGEM DE PLAQUETAS	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020037	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020045	DETERMINAÇÃO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020053	DETERMINAÇÃO DE ENZIMAS ERITROCITARIAS (CADA)	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020061	DETERMINAÇÃO DE SULFO-HEMOGLOBINA	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020070	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020088	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020096	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO - DUKE	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020100	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	-----	R\$ 9,00	R\$ 9,00
0202020118	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS	-----	R\$ 5,79	R\$ 5,79
0202020126	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA	-----	R\$ 2,85	R\$ 2,85
0202020134	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	-----	R\$ 5,77	R\$ 5,77
0202020142	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020150	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020169	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	-----	R\$ 4,11	R\$ 4,11
0202020177	DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	-----	R\$ 6,48	R\$ 6,48
0202020185	DOSAGEM DE FATOR II	R\$ 105,19	R\$ 5,31	R\$ 110,50
0202020193	DOSAGEM DE FATOR IX	R\$ 12,28	R\$ 7,61	R\$ 19,89
0202020207	DOSAGEM DE FATOR V	R\$ 23,18	R\$ 4,73	R\$ 110,50
0202020215	DOSAGEM DE FATOR VII	R\$ 52,11	R\$ 8,09	R\$ 60,20
0202020223	DOSAGEM DE FATOR VIII	R\$ 48,97	R\$ 6,63	R\$ 55,60
0202020231	DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	-----	R\$ 15,00	R\$ 15,00
0202020240	DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	R\$ 138,39	R\$ 18,91	R\$ 157,30
0202020258	DOSAGEM DE FATOR X	-----	R\$ 6,66	R\$ 6,66
0202020266	DOSAGEM DE FATOR XI	R\$ 108,59	R\$ 9,11	R\$ 117,70
0202020274	DOSAGEM DE FATOR XII	R\$ 108,59	R\$ 10,51	R\$ 119,10
0202020282	DOSAGEM DE FATOR XIII	R\$ 108,59	R\$ 6,66	R\$ 115,25
0202020290	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	R\$ 3,85	R\$ 4,60	R\$ 8,45
0202020304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	-----	R\$ 1,53	R\$ 1,53
0202020312	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA – INSTABILIDADE A 370C	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020320	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	R\$ 15,27	R\$ 2,73	R\$ 18,00
0202020339	DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020347	DOSAGEM DE PLASMINIGENIO	-----	R\$ 4,11	R\$ 4,11
0202020355	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	R\$ 10,20	R\$ 5,41	R\$ 15,61
0202020363	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020371	HEMATOCRITO	-----	R\$ 1,53	R\$ 1,53
0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	-----	R\$ 4,11	R\$ 4,11
0202020398	LEUCOGRAMA	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020401	PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	-----	R\$ 25,00	R\$ 25,00
0202020410	PESQUISA DE CELULAS LE	-----	R\$ 4,11	R\$ 4,11
0202020428	PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020436	PESQUISA DE FILARIA	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020444	PESQUISA DE HEMOGLOBINA	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020460	PESQUISA DE TRUIPANOSSOMA	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020487	PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	-----	R\$ 4,11	R\$ 4,11
0202020495	PROVA DE RETRACAO DE COAGULO	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020509	PROVA DE LACO	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020517	RATREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020525	TESTE DE AGREGAÇÃO DE PLAQUETAS	-----	R\$ 12,00	R\$ 12,00
0202020533	TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020541	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202020016	CONTAGEM DE LINFOCITOS B	R\$ 49,50	R\$ 15,00	R\$ 64,50
0202020024	CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8	R\$ 88,45	R\$ 15,00	R\$ 103,45
0202020032	CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS	R\$ 41,00	R\$ 15,00	R\$ 56,00
0202030040	DETECÇÃO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	-----	R\$ 65,00	-----
0202030059	DETECÇÃO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	-----	R\$ 96,00	-----
0202030067	DETERMINAÇÃO DE COMPLEMENTO (CH50)	-----	R\$ 9,25	-----
0202030075	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATOIDE	R\$ 10,17	R\$ 2,83	R\$ 13,00
0202030083	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	R\$ 5,25	R\$ 9,25	R\$ 14,50
0202030091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	-----	R\$ 15,06	R\$ 15,06
0202030105	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	-----	R\$ 16,42	R\$ 16,42
0202030113	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	R\$ 15,45	R\$ 13,55	R\$ 29,00
0202030121	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16



0202030130	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030148	DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	-----	R\$ 2,83	R\$ 2,83
0202030156	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	R\$ 11,15	R\$ 17,16	R\$ 28,31
0202030165	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	R\$ 11,15	R\$ 9,25	R\$ 20,40
0202030180	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	R\$ 11,15	R\$ 17,16	R\$ 28,31
0202030199	DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE	-----	R\$ 9,25	
0202030202	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	R\$ 11,67	R\$ 2,83	R\$ 14,50
0202030210	GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	-----	R\$ 298,48	R\$ 298,48
0202030229	IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030237	IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	-----	R\$ 80,00	R\$ 80,00
0202030253	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202030261	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202030270	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	-----	R\$ 8,67	R\$ 8,67
0202030288	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030296	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	-----	R\$ 85,00	R\$ 85,00
0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202030318	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	-----	R\$ 18,55	R\$ 18,55
0202030326	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030334	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	-----	R\$ 5,74	R\$ 5,74
0202030342	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	R\$ 12,14	R\$ 17,16	R\$ 29,30
0202030350	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	R\$ 18,15	R\$ 18,55	R\$ 36,70
0202030369	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	R\$ 18,15	R\$ 18,55	R\$ 18,55
0202030377	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS	-----	R\$ 9,25	R\$ 9,25
0202030385	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202030393	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS	-----	R\$ 9,25	R\$ 9,25
0202030407	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	-----	R\$ 3,70	R\$ 3,70
0202030415	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	-----	R\$ 5,83	R\$ 5,83
0202030423	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNIFLUORESCENCIA)	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202030431	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEZ SUPRARENAL	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030440	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS	-----	R\$ 9,25	R\$ 9,25
0202030458	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202030466	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	-----	R\$ 9,70	R\$ 9,70
0202030474	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	-----	R\$ 2,83	R\$ 2,83
0202030482	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202030504	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202030512	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	R\$ 36,85	R\$ 10,00	R\$ 46,85
0202030520	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	R\$ 25,14	R\$ 17,16	R\$ 42,30
0202030539	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAIS	-----	R\$ 4,10	-----
0202030547	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	-----	R\$ 5,50	-----
0202030555	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	R\$ 15,24	R\$ 17,16	R\$ 32,40
0202030563	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030571	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030580	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030598	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030601	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030601	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202030628	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	R\$ 24,24	R\$ 17,16	R\$ 41,40
0202030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B	R\$ 15,45	R\$ 18,55	R\$ 34,00
0202030644	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	R\$ 16,45	R\$ 18,55	R\$ 35,00
0202030652	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	-----	R\$ 7,78	R\$ 7,78
0202030660	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII	-----	R\$ 9,71	R\$ 9,71
0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	R\$ 28,45	R\$ 18,55	R\$ 47,00
0202030687	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (NTI-HDV)	R\$ 36,46	R\$ 18,55	R\$ 55,01
0202030695	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	-----	R\$ 9,25	R\$ 9,25
0202030709	PESQUISA DE ANTICORPOS PARACOCIDIOIDES BRASILIENSIS	-----	R\$ 4,10	R\$ 4,10
0202030717	PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCICIAL RESPIRATORIO	-----	R\$ 18,55	R\$ 18,55
0202030725	PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030733	PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEINBARR	-----	R\$ 2,83	R\$ 2,83
0202030741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	R\$ 13,50	R\$ 11,00	R\$ 24,50
0202030750	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	-----	R\$ 9,25	R\$ 9,25
0202030768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	-----	R\$ 16,97	R\$ 16,97

0202030776	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	-----	R\$ 9,25	R\$ 9,25
0202030784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGG0	R\$ 15,45	R\$ 18,55	R\$ 34,00
0202030792	PESQUISA ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	-----	R\$ 30,00	R\$ 30,00
0202030806	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	R\$ 14,35	R\$ 18,55	R\$ 32,90
0202030814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 13,44	R\$ 17,16	R\$ 30,60
0202030822	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030830	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030849	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030857	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	-----	R\$ 11,61	R\$ 11,61
0202030865	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	-----	R\$ 18,55	R\$ 18,55
0202030881	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	-----	R\$ 9,25	R\$ 9,25
0202030890	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	R\$ 18,45	R\$ 18,55	R\$ 37,00
020200903	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	-----	R\$ 20,00	R\$ 20,00
0202030911	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	R\$ 15,35	R\$ 18,55	R\$ 33,90
0202030920	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 15,34	R\$ 17,16	R\$ 32,50
0202030938	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030946	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030954	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202030962	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO	R\$ 18,15	R\$ 13,35	R\$ 31,50
0202030970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HB-SAG)	-----	R\$ 18,55	R\$ 18,55
0202030989	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	R\$ 13,50	R\$ 18,55	R\$ 32,05
0202030997	PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)	-----	R\$ 60,00	R\$ 60,00
0202031004	PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	-----	R\$ 2,83	R\$ 2,83
0202031012	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	-----	R\$ 4,10	R\$ 4,10
0202031020	PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202031039	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENOESPECIFICA	-----	R\$ 9,25	R\$ 9,25
0202031047	PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202031055	PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	-----	R\$ 1,77	R\$ 1,77
0202031063	PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS	-----	R\$ 1,77	R\$ 1,77
0202031071	QUANTIFICAÇÃO DE RNA DO HIV-1	R\$ 35,00	R\$ 18,00	R\$ 53,00
0202031080	QUANTIFICAÇÃO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	R\$ 142,00	R\$ 168,48	R\$ 310,48
0202031098	REAÇÃO DE HEMAGLUTINAÇÃO (TPHA) P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	-----	R\$ 4,10	R\$ 4,10
0202031101	REAÇÃO DE MONTENEGRO ID	-----	R\$ 2,83	R\$ 2,83
0202031110	TESTE DE VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	-----	R\$ 2,83	R\$ 2,83
0202031128	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202031136	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202031144	TESTE ALERGICOS DE CONTATO	-----	R\$ 1,77	R\$ 1,77
0202031152	TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	-----	R\$ 1,77	R\$ 1,77
0202031179	VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTES	-----	R\$ 2,83	R\$ 2,83
0202031187	DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINASE RECOMBINANTE HEMANO IGA	-----	R\$ 18,55	R\$ 18,55
0202031195	DOSAGEM DE FRAÇÃO C1Q DO COMPLEMENTO	-----	R\$ 17,16	R\$ 17,16
0202031209	DOSAGEM DE TROPONINA	R\$ 21,00	R\$ 9,00	R\$ 30,00
0202031217	DOSAGEM DE ANTÍGENO CA 125	R\$ 15,00	R\$ 13,35	R\$ 28,35
0202040011	DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202040020	DOSAGEM DE GORDURA FECAL	-----	R\$ 3,04	R\$ 3,04
0202040038	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	-----	R\$ 3,04	R\$ 3,04
0202040046	IDENTIFICAÇÃO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202040054	PESQUISA DE ANTEROBIUS VERMICULARES (OXIURU OXIURA)	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202040062	PESQUISA DE EOSINOFILOS	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202040070	PESQUISA DE GORDURA FECAL	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202040089	PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202040097	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202040100	PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65

0202040119	PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTODE MUCISA)	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202040127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202040135	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	-----	R\$ 10,25	R\$ 10,25
0202040143	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202040151	PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202040160	PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202040178	PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	-----	R\$ 1,65	R\$ 1,65
0202050017	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	-----	R\$ 3,70	R\$ 3,70
0202050025	CLEARANCE DE CREATININA	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202050033	CLEARANCE DE FOSFATO	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202050041	CLEARANCE DE UREIA	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202050050	CONTAGEM DE ADDIS	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202050068	DETERMINAÇÃO DE OSMOLALIDADE	-----	R\$ 3,70	R\$ 3,70
0202050076	DOSAGEM DE ACUCARES (POR CROMATOGRAFIA)	-----	R\$ 3,70	R\$ 3,70
0202050084	DOSAGEM DE CITRATO	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202050092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	R\$ 5,15	R\$ 8,12	R\$ 13,27
0202050106	DOSAGEM DE OXALATO	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202050114	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 5,25	R\$ 2,04	R\$ 7,29
0202050122	DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS	-----	R\$ 3,04	R\$ 3,04
0202050130	EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	-----	R\$ 3,70	R\$ 3,70
0202050149	PESQUISA/DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	-----	R\$ 3,70	R\$ 3,70
0202050157	PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202050165	PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA	-----	R\$ 3,70	R\$ 3,70
0202050173	PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202050173	PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202050181	PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	-----	R\$ 2,40	R\$ 2,40
0202050190	PESQUISA DE CISTINA NA URINA	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202050203	PESQUISA DE COPROPORFIRINA	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202050211	PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	-----	R\$ 3,70	R\$ 3,70
0202050220	PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202050238	PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202050246	PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	-----	R\$ 3,36	R\$ 3,36
0202050262	PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202050270	PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202050289	PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA	-----	R\$ 3,70	R\$ 3,70
0202050297	PESQUISA DE PROFOBILINOGENI NA URINA	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202050300	PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	R\$ 128,00	R\$ 4,44	R\$ 132,44
0202050319	PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202050327	PROVA DE DOLUIÇÃO (URINA)	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202060012	DETERMINAÇÃO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	-----	R\$ 12,54	R\$ 12,54
0202060020	DETERMINAÇÃO DE RETENÇÃO DE T3	R\$ 24,84	R\$ 12,54	R\$ 37,38
0202060039	DETERMINAÇÃO DE T3 REVERSO	R\$ 65,15	R\$ 14,69	R\$ 79,84
0202060047	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXI PROGESTERONA	R\$ 13,50	R\$ 10,20	R\$ 23,70
0202060055	DOSAGEM DE 17-CETOSTERIDES TOTAIS	-----	R\$ 6,72	R\$ 6,72
0202060063	DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	-----	R\$ 6,72	R\$ 6,72
0202060071	DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	R\$ 25,35	R\$ 6,72	R\$ 32,07
0202060080	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	-----	R\$ 14,12	R\$ 14,12
0202060098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	-----	R\$ 11,89	R\$ 11,89
0202060101	DOSAGEM DE AMP CICLICO	-----	R\$ 12,01	R\$ 12,01
0202060110	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	-----	R\$ 11,53	R\$ 11,53
0202060128	DOSAGEM DE CALCITONINA	-----	R\$ 14,38	R\$ 14,38
0202060136	DOSAGEM DE CORTISOL	R\$ 14,14	R\$ 9,86	R\$ 24,00
0202060144	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	R\$ 11,15	R\$ 11,25	R\$ 22,40
0202060152	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	-----	R\$ 11,71	R\$ 11,71
0202060160	DOSAGEM DE ESTRADIOL	R\$ 9,41	R\$ 10,15	R\$ 19,56
0202060179	DOSAGEM DE ESTRIOL	R\$ 9,41	R\$ 11,55	R\$ 20,96
0202060187	DOSAGEM DE ESTRONA	-----	R\$ 11,12	R\$ 11,12
0202060195	DOSAGEM DE GASTRINA	-----	R\$ 14,15	R\$ 14,15
0202060209	DOSAEGM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	-----	R\$ 15,35	R\$ 15,35
0202060217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	R\$ 17,15	R\$ 7,85	R\$ 25,00
0202060225	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	-----	R\$ 10,21	R\$ 10,21
0202060233	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	-----	R\$ 7,89	R\$ 7,89
0202060241	DOSAEGM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	R\$ 10,15	R\$ 8,97	R\$ 19,12

0202060250	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	R\$ 5,15	R\$ 8,96	R\$ 14,11
0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	R\$ 15,13	R\$ 10,17	R\$ 25,60
0202060276	DOSAGEM DE PARATORMONIO	-----	R\$ 43,13	-----
0202060284	DOSAGEM DE PEPTIDEO C	-----	R\$ 15,35	-----
0202060292	DOSAGEM DE PROGESTERONA	R\$ 16,95	R\$ 10,22	R\$ 27,17
0202060306	DOSAGEM DE PROLACTINA	-----	R\$ 10,15	-----
0202060314	DOSAGEM DE RENINA	-----	R\$ 13,19	-----
0202060322	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	R\$ 36,15	R\$ 15,35	R\$ 51,50
0202060330	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDRO-EPIANDROSTERONA (DHEAS)	-----	R\$ 13,11	-----
0202060349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	R\$ 9,47	R\$ 10,43	R\$ 19,90
0202060357	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	R\$ 15,40	R\$ 13,11	R\$ 28,51
0202060365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	-----	R\$ 15,35	-----
0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	R\$ 3,45	R\$ 8,76	R\$ 12,21
0202060381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	R\$ 8,45	R\$ 11,60	R\$ 20,05
0202060390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	R\$ 5,45	R\$ 8,71	R\$ 14,16
0202060403	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APÓS TRH	-----	R\$ 12,01	R\$ 12,01
0202060411	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APÓS CLORPROMAZINA	-----	R\$ 12,01	R\$ 12,01
0202060420	TESTE DE ESTIMULO DE LH E FSH APÓS GONADORRELINA	-----	R\$ 12,01	R\$ 12,01
0202060438	TESTE DE ESTIMULO DE HGH APÓS GLUCAGON	-----	R\$ 12,01	R\$ 12,01
0202060446	TESTE DE SUPRESSÃO DO CORTISOL APÓS DEXAMETASONA	-----	R\$ 12,01	R\$ 12,01
0202060454	TESTE DE SUPRESSÃO DO HGH APÓS GLICOSE	-----	R\$ 12,01	R\$ 12,01
0202060462	TESTE P/ INVESTIGAÇÃO DO DIABETES INSIPIDUS	-----	R\$ 8,43	R\$ 8,43
0202060470	PESQUISA DE MACROPROLACTINA	-----	R\$ 12,15	R\$ 12,15
0202070018	DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	-----	R\$ 2,06	R\$ 2,06
0202070026	DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	-----	R\$ 2,23	R\$ 2,23
0202070034	DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202070042	DOSAGEM DE ACISO METIL-HIPURICO	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202070050	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	-----	R\$ 16,65	R\$ 16,65
0202070069	DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202070077	DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202070085	DOSAGEM DE ALUMINIO	-----	R\$ 27,50	R\$ 27,50
0202070093	DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202070107	DOSAGEM DE ANFETAMINAS	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202070115	DOSAGEM DE ANTIDREPRESSIVOS TRICICLICOS	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202070123	DOSAGEM DE BARBITURATOS	-----	R\$ 13,13	R\$ 13,13
0202070131	DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	-----	R\$ 13,48	R\$ 13,48
0202070140	DOSAGEM DE CADMIO	-----	R\$ 6,55	R\$ 6,55
0202070158	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	-----	R\$ 17,53	R\$ 17,53
0202070166	DOSAGEM DE CARBOXI-HEMOGLOBINA	-----	R\$ 4,11	R\$ 4,11
0202070174	DOSAGEM DE CHUMBO	-----	R\$ 8,83	R\$ 8,83
0202070182	DOSAGEM DE CICLOSPORINA	-----	R\$ 58,61	R\$ 58,61
0202070190	DOSAGEM DE COBRE	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202070204	DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	-----	R\$ 8,97	R\$ 8,97
0202070212	DOSAGEM DE ETOSUXIMIDA	-----	R\$ 15,65	R\$ 15,65
0202070220	DOSAGEM DE FENITOINA	-----	R\$ 35,22	R\$ 35,22
0202070239	DOSAGEM DE FENOL	-----	R\$ 2,05	R\$ 2,05
0202070247	DOSAGEM DE FORMALDEIDO	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202070255	DOSAGEM DE LITIO	R\$ 8,45	R\$ 2,25	R\$ 10,70
0202070263	DOSAGEM DE MERCURIO	-----	R\$ 2,04	R\$ 2,04
0202070271	DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	-----	R\$ 4,11	R\$ 4,11
0202070280	DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202070298	DOSAGEM DE METOTREXATO	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202070301	DOSAGEM DE QUINIDINA	-----	R\$ 10,00	R\$ 10,00
0202070310	DOSAGEM DE SALICILATOS	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202070328	DOSAGEM DE SULFATOS	-----	R\$ 3,51	R\$ 3,51
0202070336	DOSAGEM DE TEOFILINA	-----	R\$ 15,65	R\$ 15,65
0202070344	DOSAGEM DE TIOCIANATO	-----	R\$ 3,68	R\$ 3,68
0202070352	DOSAGEM DE ZINCO	-----	R\$ 15,65	R\$ 15,65
0202080013	ANTIBIOGRAMA	-----	R\$ 4,98	R\$ 4,98
0202080021	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRAÇÃO INIBITORIA MINIMA	-----	R\$ 13,33	R\$ 13,33
0202080030	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS	-----	R\$ 13,33	R\$ 13,33
0202080048	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	-----	R\$ 4,20	R\$ 4,20
0202080056	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	-----	R\$ 4,20	R\$ 4,20
0202080064	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	-----	R\$ 4,20	R\$ 4,20



0202080072	BACTEROSCOPIA (GRAM)	-----	R\$ 2,80	R\$ 2,80
0202080080	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICAÇÃO	-----	R\$ 5,63	R\$ 5,63
0202080099	CULTURA DO LEITE HUMANO (POR-PASTEURIZAÇÃO)	-----	R\$ 4,33	R\$ 4,33
0202080102	CULTURA P/ HERPESVIRUS	-----	R\$ 4,33	R\$ 4,33
0202080110	CULTURA PARA BAAR	-----	R\$ 5,63	R\$ 5,63
0202080129	CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	-----	R\$ 10,25	R\$ 10,25
0202080137	CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS	-----	R\$ 4,19	R\$ 4,19
0202080145	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	-----	R\$ 2,80	R\$ 2,80
0202080153	HEMOCULTURA	-----	R\$ 11,49	R\$ 11,49
0202080161	IDENTIFICAÇÃO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	-----	R\$ 5,63	R\$ 5,63
0202080170	PESQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	-----	R\$ 4,33	R\$ 4,33
0202080188	PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	-----	R\$ 2,80	R\$ 2,80
0202080196	PESQUISA ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	-----	R\$ 4,33	R\$ 4,33
0202080200	PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	-----	R\$ 2,80	R\$ 2,80
0202080218	PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	-----	R\$ 4,33	R\$ 4,33
0202080226	PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	-----	R\$ 2,80	R\$ 2,80
0202080234	PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	-----	R\$ 5,04	R\$ 5,04
0202080242	PROVA CONFIRMATÓRIA DA PRESENÇA DE MICROORGANISMOS COLIFORMES	-----	R\$ 5,62	R\$ 5,62
0202090019	ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090027	ADENOGRAMA	-----	R\$ 5,79	R\$ 5,79
0202090035	CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	-----	R\$ 4,33	R\$ 4,33
0202090043	CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	-----	R\$ 4,33	R\$ 4,33
0202090051	CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090060	CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090078	DETERMINAÇÃO DE FOSFOLIPÍDIOS RELAÇÃO LECITINA ESFINGOMIELINA NO LIQUIDO AMNIOTICO	-----	R\$ 6,56	R\$ 6,56
0202090086	DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090094	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202090108	DOSAGEM DE FRUTOSE	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202090116	DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202090124	DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090132	DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090159	ELETOFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRAÇÃO NO LIQUOR	-----	R\$ 5,23	R\$ 5,23
0202090167	ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	-----	R\$ 6,56	R\$ 6,56
0202090175	ESPLENOGRAMA	-----	R\$ 5,79	R\$ 5,79
0202090183	EXAME DE CARACTERE FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE CELULAS	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090191	MIELOGRAMA	-----	R\$ 5,79	R\$ 5,79
0202090213	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTEESPERMATOZOIDEOS (ELISA)	-----	R\$ 9,70	R\$ 9,70
0202090221	DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA NO ESPERMA	-----	R\$ 2,01	R\$ 2,01
0202090230	PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090248	PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090256	PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090264	PESQUISA DE ESPERMATOZOIDEOS (APÓS VASECTOMIA)	-----	R\$ 4,80	R\$ 4,80
0202090272	PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090280	PROVA DE PROGRESSÃO ESPERMATICA (CADA)	-----	R\$ 9,70	R\$ 9,70
0202090299	PROVA DE LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS (SOROTIP	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090302	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090310	REAÇÃO DE PANDY	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090329	REAÇÃO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVAL E DERRAMES	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090337	TESTE DE CLEMENTS	-----	R\$ 1,89	R\$ 1,89
0202090345	TESTE DE GASTROACIDOGRAMA – SECREÇÃO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS	-----	R\$ 4,68	R\$ 4,68
0202090353	TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO	-----	R\$ 4,68	R\$ 4,68
0202100014	DETERMINAÇÃO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURAÇÃO (C/ TECNICA DE BANDAS)	-----	R\$ 32,48	R\$ 32,48
0202100022	DETERMINAÇÃO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORIONICAS (/ TECNICA DE BANDAS)	-----	R\$ 32,48	R\$ 32,48
0202100030	DETERMINAÇÃO DE CARIOTIPO EM SANGUE PERIFERICO (C/ TECNICA DE BANDAS)	-----	R\$ 32,48	R\$ 32,48
0202100049	QUANTIFICAÇÃO/AMPLIFICAÇÃO DO HER - 2	-----	R\$ 120,00	R\$ 120,00
0202110010	DETECÇÃO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO)	-----	R\$ 8,810	R\$ 8,810

0202110028	DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMATORIO)	-----	R\$ 66,00	R\$ 66,00
0202110036	DETECÇÃO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO)	-----	R\$ 66,00	R\$ 66,00
0202110044	DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE/DIAGNOSTICO TARDIO)	-----	R\$ 5,50	R\$ 5,50
0202110052	DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4	-----	R\$ 12,20	R\$ 12,20
0202110060	DOSAGEM DE FENILALANINA TSH OU T4 E DETECÇÃO DA VARIANTE DE HEMOGLOBINA	-----	R\$ 20,90	R\$ 20,90
0202110079	DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA	-----	R\$ 5,50	R\$ 5,50
0202110087	DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE/DIAGNOSTICO TARDIO)	-----	R\$ 13,20	R\$ 13,20
0202110095	DOSAGEM DE 17 HIDROXI PROGESTERONA EM PAPEL DE FILTRO	-----	R\$ 8,00	R\$ 8,00
0202110109	DOSAGEM DA ATIVIDADE DA BIOTINIDAS EM AMOSTRAS DE SANGUE EM PAPEL DE FILTRO	-----	R\$ 5,50	R\$ 5,50
0202110117	DOSAGEM QUANTITATIVA DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SORO	-----	R\$ 137,00	R\$ 137,00
0202110125	DETERCÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HIPERPLASIA ADRENAL CONGÊNITA	-----	R\$ 66,00	R\$ 66,00
0202110133	DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM DEFICIENCIA DE BIOTINIDADE	-----	R\$ 66,00	R\$ 66,00
0202110141	DOSAGEM DE CLORETO NO SUOR	-----	R\$ 150,00	R\$ 150,00
0202120015	DETERMINAÇÃO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	-----	R\$ 10,65	R\$ 10,65
0202120023	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	-----	R\$ 1,37	R\$ 1,37
0202120031	FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	-----	R\$ 10,65	R\$ 10,65
0202120040	IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE HEMACIAS	-----	R\$ 10,65	R\$ 10,65
0202120058	PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUIÇÃO	-----	R\$ 5,79	R\$ 5,79
0202120066	PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37°C	-----	R\$ 5,79	R\$ 5,79
0202120074	PESQUISA DE ANTICORPOS CERICOS IRREGULRES A FRIO	-----	R\$ 5,79	R\$ 5,79
0202120082	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	-----	R\$ 1,37	R\$ 1,37
0202120090	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	-----	R\$ 2,73	R\$ 2,73
0202120104	TITULAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	-----	R\$ 5,79	R\$ 5,79

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/17**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 056/17

REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica mecânica e eletro hidráulica nos veículos leves e pesados da Frota Municipal, com fornecimento de peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro (guincho), conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 09/08/2017 às 14h00min do dia 22/08/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 22/08/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 09 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/17**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 064/17

Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (café, açúcar, filtro, adoçante, chá e água mineral), PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações do Termo de Referência do Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 09/08/2017 às 08h30min do dia 22/08/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min do dia 22/08/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).



HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 09 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO Nº 74/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2017 - O Município de Cunha Porã, TORNA PÚBLICO que fará realizar Processo Licitatório sob nº 01424/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 74/2017, do Tipo Menor Preço por Lote, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TRAJES TÍPICOS DE TIROL. Os envelopes serão recebidos até dia 21/08/2017, às 08h00min. e a abertura será no mesmo dia às 08h15 min., no Setor de Licitações do Município, na Rua Moura Brasil, 1639, Centro. Maiores informações pelo telefone (49)3646-3352. Cunha Porã/SC. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 079/2017 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 079/2017, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso III da Lei Municipal n.º 863 de 07 de Dezembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 200.100,00(Duzentos Mil e Cem Reais), e na Entidade n.º 02 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 6.726,20(Seis Mil Setecentos e Vinte e Seis Reais, com Vinte Centavos ), perfazendo um valor total de R\$ - 206.826,20(Duzentos e Seis Mil, Oitocentos e Vinte e Seis Reais com Vinte Centavos), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	CONTROL. DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO	03
Unidade	DEPARTAMENTO DA FAZENDA	2
Função	Administração	4
Sub-Função	Administração Financeira	123
Programa	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4
Atividade	Manutenção das AtividadeContadoriaTributação e Finanças	2.004
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (26)
		5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	3
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-Função	Desporto Comunitário	812
Programa	ESPORTE É VIDA, ESPORTE É SAÚDE	8
Atividade	Apoio ao Desporto Amador e Social	2.020
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (64)
		10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL	11
Atividade	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	2.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (116)
		7.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	07
Unidade	Departamento de Transportes e Obras	1
Função	Transporte	26
Sub-função	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa	ESTRADAS VICINAIS	14
Projeto	Manutenção do Sistema Viário	2.045
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (81)
		90.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	1
Função	Agricultura	20
Sub-Função	Extensão Rural	606

Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE		15
Atividade	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura		2.053
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (69)	57.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (70)	31.100,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Manutenção do programa NASF		2.071
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta Dec. De Op. entr	01.02.000000 - (23)	5.351,20

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Apoio financeiro ao CIS AMERIOS e SAMU		2.070
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000 - (27)	1.375,00

Art. 2º. Para cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, será através da redução total ou parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	CONTROL. DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO		03
Unidade	DEPARTAMENTO DA FAZENDA		2
Função	Administração		4
Sub-Função	Administração Financeira		123
Programa	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		4
Atividade	Manutenção das AtividadeContadoriaTributação e Finanças		2.004
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (25)	5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER		04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		3
Função	Desporto e Lazer		27
Sub-Função	Desporto Comunitário		812
Programa	ESPORTE É VIDA, ESPORTE É SAÚDE		8
Atividade	Apoio ao Desporto Amador e Social		2.020
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (63)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS		07
Unidade	Departamento de Transportes e Obras		1
Função	Transporte		26
Sub-função	Infra-Estrutura Urbana		451
Programa	ESTRADAS VICINAIS		14
Projeto	Manutenção do Sistema Viário		2.045
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (80)	90.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Atividade	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		2.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor

3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (117)	7.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	06	
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	1	
Função	Agricultura	20	
Sub-Função	Extensão Rural	606	
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA - ECONOMIA FORTE	15	
Atividade	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura	2.053	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (72)	88.100,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	5	
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	1	
Função	Saúde	10	
Sub-Função	Atenção Básica	301	
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE	17	
Atividade	Apoio financeiro ao CIS AMERIOS e SAMU	2.070	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.71.00	Aplicação Direta Dec. De Op. entr	01.02.000000 - (20)	2.876,28
3.3.40.00	Aplicação Direta Dec. De Op. entr	01.02.000000 - (21)	1.000,00
3.3.71.00	Aplicação Direta Dec. De Op. entr	01.02.000000 - (22)	1.474,92
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	5	
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	1	
Função	Saúde	10	
Sub-Função	Atenção Básica	301	
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE	17	
Atividade	Manutenção do programa NASF	2.071	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000 - (25)	1.375,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do prefeito, 09 de Agosto de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 194/2017

PORTARIA Nº 194/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 211, X, da Lei Complementar nº. 002/2007, Lei Complementar nº. 003/2007, e processo seletivo/ edital nº. 003/2017;

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer e considerando a possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação do edital nº. 003/2017, para o cargo de Professora de Educação Infantil, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado, pelo período de 07/08/2017 a 30/08/2017, a servidora municipal KARLA RIEGER HEINRICH, brasileira, casada, inscrito no CPF sob o nº. 059.133.729-05, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função Professora de Educação Infantil, em substituição a professora efetiva SILVANI BILHA THEISEN que gozará da sua licença prêmio, e percebendo os vencimentos conforme respectiva função.

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Cunhataí - SC, 07 de agosto de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**PORTARIA Nº 195/2017**

PORTARIA Nº. 195/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária de Servidores Municipais por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 211, V, da lei complementar nº. 002/2007, lei complementar nº. 003/2007, e processo seletivo/ edital nº. 003/2017;

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e a possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação do edital nº. 003/2017, para o cargo de 2º Professora de Ensino Fundamental, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

E considerando a ausência de professores efetivos nas referidas disciplinas, e para não prejudicar o andamento do ano letivo de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado, pelo período de 07/08/2017 a 15/12/2017, a servidora municipal MARCIA MANN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 055.809.999-84, em caráter de excepcional interesse público para exercer a Função de 2º Professora do Ensino Fundamental, e percebendo os vencimentos conforme respectiva função,

Art. 2º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados os recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí - SC, 07 de agosto de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**PORTARIA Nº 196/2017**

PORTARIA Nº 196/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 211, X, da Lei Complementar nº. 002/2007, Lei Complementar nº. 003/2007, e processo seletivo/ edital nº. 003/2017;

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer e considerando a possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação do edital nº. 003/2017, para o cargo de Professor de Educação Infantil, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado, pelo período de 08/08/2017 a 15/12/2017, o servidor municipal MARCIANE BRUTSCHER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 035.694.059-40, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função Professor de Educação Infantil – BERÇARIO II a vaga a qual escolheu em 17/02/2017 conforme classificação, com carga horária de 20h00 semanais, e percebendo os vencimentos conforme respectiva função.

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí - SC, 08 de agosto de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 198/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC JULHO/2017

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 198/2017

Contrato Nº.: 198/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CLINICA VETERINARIA TOCA DOS BICHOS LTDA - ME  
Valor ..... : 14.290,00 (quatorze mil duzentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 04/07/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 94/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (65) Saldo: 38.521,26  
Objeto ..... : Contratação de Clínicas Veterinárias interessadas na prestação de serviços para realização de orquiectomia e ovário salpingohisterectomia (esterilização de machos e fêmeas) em caninos e felinos, no município de Curitibanos, durante o ano de 2017 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 196/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC JULHO/2017

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 196/2017

Aditivo Nº ..... : 196/2017 - Contrato Nº: 172/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: MEDCHAP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CHAPECÓ LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 04/07/2017 Término: 13/05/2026  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 67/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : ADITIVO DE PRAZO PARA TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DA OBRA, ATÉ DIA 31/10/2017, RETROAGINDO SEUS EFEITOS CONFORME DATA DE PROTOCOLO SOB Nº 4469/2017 NO DIA 10/05/2017, REFERENTE A CONCORRÊNCIA PARA DOAÇÃO DE TERRENO PARA EMPRESA NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, UMA ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NA SC 451, BAIRRO SÃO FRANCISCO, COM OBJETIVO DE INCENTIVO E ESTÍMULO À INSTALAÇÃO DE EMPRESA DISTRIBUIDORA, LEI Nº 4.998/2013 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 197/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC JULHO/2017

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 197/2017

Contrato Nº.: 197/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: BICHOS & MIMOS CLINICA VETERINARIA LTDA - ME  
Valor ..... : 14.210,00 (quatorze mil duzentos e dez reais)  
Vigência ..... : Início: 04/07/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 94/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (65) Saldo: 38.521,26  
Objeto ..... : Contratação de Clínicas Veterinárias interessadas na prestação de serviços para realização de orquiectomia e ovário salpingohisterectomia (esterilização de machos e fêmeas) em caninos e felinos, no município de Curitibanos, durante o ano de 2017 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 199/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC JULHO/2017

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 199/2017

Contrato Nº.: 199/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME  
Valor ..... : 1.424,00 (um mil quatrocentos e vinte e quatro reais)  
Vigência ..... : Início: 05/07/2017 Término: 05/10/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 128/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA CONFECÇÃO DE PALCO UTILIZADO EM FORMATURAS MILITARES NO QUARTEL DO 2º BBM/SEDE. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 200/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 200/2017

Contrato Nº.: 200/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: AUTO MECANICA LTDA - EPP  
Valor ..... : 2.079,99 (dois mil e setenta e nove reais e noventa e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/07/2017 Término: 06/07/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 127/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (86), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto DOS VEICULOS DO FUNDO M. DE SAUDE, FUNDO M. DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 201/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 201/2017

Contrato Nº.: 201/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: TRATOR PECAS COM DE PECAS P/ TRATOR LTDA  
Valor ..... : 9.741,10 (nove mil setecentos e quarenta e um reais e dez centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/07/2017 Término: 06/07/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 127/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (86), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)  
Objeto ..... : O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto DOS VEICULOS DO FUNDO M. DE SAUDE, FUNDO M. DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 202/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 202/2017

Aditivo Nº ..... : 202/2017 - Contrato Nº: 66/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: GRAPHEL GRAFICA E EDITORA LAGES LTDA EPP  
Valor ..... : 192,00 (cento e noventa e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 06/07/2017 Término: 13/02/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 203/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 203/2017

Contrato Nº.: 203/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIM-CATARINA  
Valor ..... : 70.680,00 (setenta mil seiscentos e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 06/07/2017 Término: 06/07/2018  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 138/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : elaboração de Diagnóstico Socioambiental no Perímetro Urbano do município, visando nortear as políticas urbanas a partir da identificação de áreas urbanas consolidadas, áreas de interesse ecológico relevante e áreas de risco. O referido estudo vai apresentar os principais elementos da área de interesse, de modo a subsidiar as ações para o desenvolvimento urbano e regional, em consonância com as Leis Municipais; nos termos da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009; Lei Federal nº 11.977,

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 204/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 204/2017

Aditivo Nº ..... : 204/2017 - Contrato Nº: 792/2013  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 20/07/2017 Término: 20/10/2017  
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 250/2013  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E URBANIZAÇÃO DA AVENIDA LEOBERTO LEAL, CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E O MINISTÉRIO DAS CIDADES/PLANEJAMENTO URBANO Nº 773433 CONTRATO N.

0390837-49/2012, DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 205/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 205/2017

Contrato Nº.: 205/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: ALEX JULIO FRANCA 08164506923  
Valor ..... : 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 07/07/2017 Término: 08/05/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (34) Saldo: 65.576,18  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA E FUNILARIA PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 206/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 206/2017

Contrato Nº.: 206/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DIGITAL CRUZEIRO LTDA  
Valor ..... : 4.268,14 (quatro mil duzentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos)  
Vigência ..... : Início: 10/07/2017 Término: 13/06/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (86), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (101), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (117)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDOS E SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 207/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 207/2017

Contrato Nº.: 207/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL

Valor ..... : 9.000,00 (nove mil reais)  
Vigência ..... : Início: 10/07/2017 Término: 10/09/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 122/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (65) Saldo: 41.729,46  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BACELO DE PORTA ENXERTO (ESTACAS), PARA USO NO PROGRAMA DE VITICULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 208/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 208/2017

Aditivo Nº ..... : 208/2017 - Contrato Nº: 322/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME  
Valor ..... : 38.183,88 (trinta e oito mil cento e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 10/07/2017 Término: 20/07/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (43), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.063.3.3.90.00.00.00.00.00 (87)  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA EM 39 PONTOS PARA USO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 209/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 209/2017

Contrato Nº.: 209/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SENAC. SERV. NAC. DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - CURI  
Valor ..... : 38.691,95 (trinta e oito mil seiscentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/07/2017 Término: 30/03/2018  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 142/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (117) Saldo: 73.894,95  
Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PARA REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO DO PROGRAMA DE QUALIDADE DE ATENDIMENTO AO SERVIÇO PÚBLICO PARA

OS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E DIAGNÓSTICO, NA FORMA DO ART. 24 INCISO XIII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA ANEXA.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 210/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 210/2017

Aditivo Nº ..... : 210/2017 - Contrato Nº: 234/2016  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: FOCUS SERVIÇOS EIRELI ME  
Valor ..... : 19.731,83 (dezenove mil setecentos e trinta e um reais e oitenta e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/07/2017 Término: 23/09/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 121/2016  
Recursos ..... : Dotação: 1.016.4.4.90.00.00.00.00.00 (68) Saldo: 71.461,49  
Objeto ..... : PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA CAPITÃO POTIGUARA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA POSSIDÔNIO P. DE CAMARGO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 818933/2015 E 824660/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 211/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 211/2017

Contrato Nº.: 211/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: LINCK MAQUINAS SA  
Valor ..... : 2.292,60 (dois mil duzentos e noventa e dois reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/07/2017 Término: 12/08/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 144/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (91) Saldo: 45.744,57  
Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO NA MOTONIVELADORA VOLVO G930/3, POIS A MESMA ENCONTRA-SE COM PROBLEMAS MECÂNICOS E ELÉTRICOS, SENDO NECESSÁRIO A VISITA TÉCNICA, POIS AS DEMAIS EMPRESAS DA REGIÃO NÃO POSSUEM O APARELHO DE DIAGNÓSTICO. CONFORME ART. 25, INCISO II DA LEI 8.666/93.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 212/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 212/2017

Aditivo Nº ..... : 212/2017 - Contrato Nº: 161/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB  
Valor ..... : 67.852,86 (sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/07/2017 Término: 30/10/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 110/2017  
Recursos ..... : Dotação: 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (95), 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (115)  
Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 67.852,86 REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DE EVENTOS LOCALIZADO NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA TOTAL DE 2.095,94<sup>2</sup>. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO, TENDO EM VISTA O ENCERRAMENTO CONTRATUAL DA TOMADA DE PREÇO Nº 111/2016, SENDO CONTRATADA A EMPRESA REMANESCENTE OBEDECENDO A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CONFORME PARECER JURÍDICO E ART. 24 INCISO XI DA LEI 8.666/93.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 213/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 213/2017

Aditivo Nº ..... : 213/2017 - Contrato Nº: 161/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB  
Valor ..... : 62.272,11 (sessenta e dois mil duzentos e setenta e dois reais e onze centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/07/2017 Término: 30/10/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 110/2017  
Recursos ..... : Dotação: 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (95), 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (115)  
Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 62.272,11 REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DE EVENTOS LOCALIZADO NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA TOTAL DE 2.095,94<sup>2</sup>. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO, TENDO EM VISTA O ENCERRAMENTO CONTRATUAL DA TOMADA DE PREÇO Nº 111/2016, SENDO CONTRATADA A EMPRESA REMANESCENTE OBEDECENDO A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CONFORME PARECER JURÍDICO E ART. 24 INCISO XI DA LEI 8.666/93.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 214/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 214/2017

Aditivo Nº ..... : 214/2017 - Contrato Nº: 161/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB  
Valor ..... : 34.659,45 (trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/07/2017 Término: 30/10/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 110/2017  
Recursos ..... : Dotação: 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (95), 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (115)  
Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 34.659,45 REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DE EVENTOS LOCALIZADO NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA TOTAL DE 2.095,942. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO, TENDO EM VISTA O ENCERRAMENTO CONTRATUAL DA TOMADA DE PREÇO Nº 111/2016, SENDO CONTRATADA A EMPRESA REMANESCENTE OBEDECENDO A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CONFORME PARECER JURÍDICO E ART. 24 INCISO XI DA LEI 8.666/93.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 215/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 215/2017

Contrato Nº.: 215/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AUTO ELITE LTDA  
Valor ..... : 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 12/07/2017 Término: 12/07/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2017  
Recursos ..... : Dotação: 1.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (129), 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (130), 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (134)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DAS SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 216/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 216/2017

Contrato Nº.: 216/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES  
Valor ..... : 111.990,00 (cento e onze mil novecentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 12/07/2017 Término: 12/07/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 129/2017  
Recursos ..... : Dotação: 1.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (129), 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (130), 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (134)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DAS SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 217/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 217/2017

Contrato Nº.: 217/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME  
Valor ..... : 764.400,00 (setecentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 14/07/2017 Término: 14/09/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 102/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (47), 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (131)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA USO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 218/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 218/2017

Contrato Nº.: 218/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS

LTDA -  
Valor ..... : 1.177,04 (um mil cento e setenta e sete reais e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 14/07/2017 Término: 14/09/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 133/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (106) Saldo: 22.696,50  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA REFAZER A REDE ELETRICA DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 219/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 219/2017

Contrato Nº.: 219/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME  
Valor ..... : 339,75 (trezentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 14/07/2017 Término: 14/09/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 133/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (106) Saldo: 22.696,50  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA REFAZER A REDE ELETRICA DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 220/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 220/2017

Contrato Nº.: 220/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: EDITORA E GRAFICA BRASILEIRA LTDA - ME.  
Valor ..... : 6.786,80 (seis mil setecentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/07/2017 Término: 24/07/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 123/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 27.788,96  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 221/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 221/2017

Aditivo Nº ..... : 221/2017 - Contrato Nº: 403/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : 123,16 (cento e vinte e três reais e dezesseis centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/07/2017 Término: 06/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 207/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : ADITIVO DE SUPRESSÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE ITENS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 222/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 222/2017

Aditivo Nº ..... : 222/2017 - Contrato Nº: 405/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME  
Valor ..... : 67,34 (sessenta e sete reais e trinta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/07/2017 Término: 06/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 207/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : ADITIVO DE SUPRESSÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE ITENS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 223/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 223/2017



Aditivo Nº ..... : 223/2017 - Contrato Nº: 193/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - EPP  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 25/07/2017 Término: 29/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 119/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALOCAÇÃO DE 02 POSTES, LOCALIZADOS NA AV. LEOBERTO LEAL, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 224/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 224/2017

Contrato Nº.: 224/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DIGITAL CRUZEIRO LTDA  
Valor ..... : 351,84 (trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/07/2017 Término: 26/07/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (86), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (101), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (113), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (117)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDOS E SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 225/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 225/2017

Contrato Nº.: 225/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CAMILLA CAROLINE GARCIA - ME  
Valor ..... : 62.492,05 (sessenta e dois mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/07/2017 Término: 26/08/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 139/2017  
Recursos ..... : Dotação: 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (95) Saldo: 119.542,15  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PISO PARA BARRACÃO DE INSERVÍVEIS COM ÁREA DE 444,44M², LOCALIZADO NA RUA FIORAVANTE ORTIGARI, BAIRRO ÁGUA SANTA, ANEXO AO PARQUE POUSO DO TROPEIRO. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 226/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 226/2017

Contrato Nº.: 226/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DIGITAL CRUZEIRO LTDA  
Valor ..... : 439,80 (quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/07/2017 Término: 13/06/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (65), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (86), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (101), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (113), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (117)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDOS E SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 227/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 227/2017

Contrato Nº.: 227/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA - ME  
Valor ..... : 25,90 (vinte e cinco reais e noventa centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/07/2017 Término: 13/06/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (65), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (86), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (101), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (113), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (117)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDOS E SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 228/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 228/2017

Contrato Nº.: 228/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: EDITORA E GRAFICA BRASILEIRA LTDA - ME.  
Valor ..... : 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 27/07/2017 Término: 12/07/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 123/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00 (65)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS  
GRÁFICOS PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA-  
NOS E SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS  
DO EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 229/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 229/2017

Contrato Nº.: 229/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIM-  
CATARINA  
Valor ..... : 6.000,00 (seis mil reais)  
Vigência ..... : Início: 27/07/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:  
159/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Execução de horas técnicas por profissional do  
CIMCATARINA para prestação de serviços de trabalhos ambientais  
e planejamento urbano no Município de Curitiba

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 230/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 230/2017

Contrato Nº.: 230/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: MOLDER ESTRUTURAS EIRELI - ME  
Valor ..... : 1.214.450,00 (um milhão duzentos e quatorze mil  
quatrocentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 27/07/2017 Término: 27/01/2018  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 125/2017  
Recursos ..... : Dotação: 1.025.4.4.90.00.00.00.00 (133) Saldo:  
2.000.000,00  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GALERIA CELULAR DE CONCRE-  
TO ARMADO PRÉ-FABRICADA COM DIMENSÕES 2,50M X 1,50M X  
1,00M, ESPESSURA DA AREDE 15CM, TRÂNSITO 45 TON, ATERRO  
MÍNIMO DE 0,30MT E MÁXIMO DE 0,50MT, FABRICADAS CONFOR-  
ME NBR 15396 DA ABNT, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM  
ANEXO.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 231/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2017

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 231/2017

Aditivo Nº ..... : 231/2017 - Contrato Nº: 155/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
Valor ..... : 267,71 (duzentos e sessenta e sete reais e setenta  
e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 31/07/2017 Término: 21/03/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 267,71 PARA PRESTA-  
ÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS DA FROTA  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICI-  
PAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, FIA, SEGURO DO EDIFÍCIO  
SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SEGURO  
AOS ESTAGIÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA-  
NOS, NO PERÍODO DE UM ANO COM FRANQUIA NORMAL CON-  
FORME ANEXO I DESTE EDITAL.

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 030 E 31 -2017 FMS - PP 31-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 030-2017 FMS

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: VINICIUS FRANCA GOMES - ODONTOLOGIA

Valor ..... : 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais)

Vigência ..... : Início: 04/08/2017 Término: 03/08/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS (ENDODONTIA) E SERVIÇOS NA ÁREA ODONTOLÓGICA DE CIRURGIA ORAL MENOR, NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO) DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

Dionísio Cerqueira, 8 de Agosto de 2017

Contrato Nº.: 031-2017 FMS

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: CLINICA ODONTOLÓGICA EXCELLENCE LTDA - ME

Valor ..... : 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais)

Vigência ..... : Início: 04/08/2017 Término: 03/08/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS (ENDODONTIA) E SERVIÇOS NA ÁREA ODONTOLÓGICA DE CIRURGIA ORAL MENOR, NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO) DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

Dionísio Cerqueira, 8 de Agosto de 2017

### EXTRATO LEILÃO 39/2017 - PMDC

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL LEILÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 39/2017, Edital de Leilão Nº 39/2017, O objeto do presente edital consiste na ALIENAÇÃO DE BENS DE CARÁTER PERMANENTE (UM VEÍCULO JETTA e UM CAMINHÃO MB 1420), CONFORME ANEXO, de propriedade da Prefeitura Municipal de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 24/08/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 196/2017

	PORTARIA Nº 196/2017
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por cursos de aperfeiçoamento a servidora municipal ROSANGELA BERGONSI na ordem de 1% (um por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, conforme Lei Municipal 497/2011 em seu artigo 93.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 08 dias do mês de Agosto de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 197/2017

	PORTARIA Nº 197/2017
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por grau de instrução a servidora municipal ADRIANE BIANCHET, por ter concluído 3º GRAU (graduação), na ordem de 12% (doze por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, conforme Lei Municipal nº 497/2011 em seu artigo 95.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 08 dias do mês de Agosto de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 198/2017

	PORTARIA Nº 198/2017
CONTRATA FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária Municipal AMANDA CRISTINA ALBERTON DA SILVA, CPF nº 098.315.659-08 em caráter temporário e de excepcional interesse público, na função de Nutricionista, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - A devida contratação será para substituir a vaga da servidora Flávia Regina Schinato Pezenatto que se encontra de Licença Maternidade, e perdurará enquanto a titular estiver afastada.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 09 dias do mês de Agosto de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### **PORTARIA N.º 251 / 2017 - "DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SINDICÂNCIA, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

PORTARIA N.º 251, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SINDICÂNCIA, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 71, XXVI, da Lei Orgânica do Município e no art. 125 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo em desfavor do servidor público municipal VANDINEI MILAN, ocupante do cargo de Contador Geral, lotado junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, para apurar possíveis infrações ao art.97 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 17/2006, ficando sujeito, por esse fato, a uma das penalidades previstas no art. 102 do próprio Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 2º Nomear Comissão para conduzir os trabalhos do Processo Administrativo de que trata o artigo anterior, composta pelos seguintes servidores estáveis:

I – Fernando Corrêa - Presidente

II – Divonei de Cézar - Secretária

III – Rafael Júnior Spagnollo – Membro

Art. 3º A Comissão Processante deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo se as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à investigação e instrução processual.

Art. 5º Os serviços da Comissão são considerados de caráter relevante, não cabendo aos seus membros nenhuma espécie de remuneração.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 07 de agosto de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

### **TERMO ADITIVO N.º 004/2017 - ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 7 E 8/2017**

TERMO ADITIVO N.º 04

ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 7 E 8/2017

Processo n.º 16/2017

Pregão Presencial p/ Registro de Preços n.º 05/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E FILTROS

O preço registrado para o item abaixo especificado, vencido pela empresa POSTO SANTO ANTONIO LTDA, passa a vigorar nos termos da Cláusula Segunda, com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro preconizado no item 2 das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7 E 8/2017.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste do valor registrado para o item 2, vencido pela empresa POSTO SANTO ANTONIO LTDA, registrado nas Atas de Registro de Preços em referência.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES REAJUSTADOS

ITEM	DESC. PRODUTO	VALOR REGISTRADO NA LICITAÇÃO	NOVO VALOR REGISTRADO
2	Óleo Diesel Comum S500	3,031	3,093

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços acima citada.

Formosa do Sul, 08 de agosto de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL



# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 36/PMF/2017 — REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/ PMF/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 55/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 36/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR para aquisição de abrigos para passageiros de ônibus, modelo tipo concha, conforme padrão estabelecido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsitos - DENIT, para colocação em pontos do município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 03/05/2018  
2ª Publicação

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/PMF/2017 — REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/ PMF/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 56/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 37/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR para a aquisição de móveis e eletrodomésticos, para atender às necessidades de diversas secretarias, do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 04/05/2018  
2ª Publicação

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 111/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 111/PMF/2017

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para cobertura de seguro de veículo da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de agosto de 2017 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede

da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br) ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 08 de agosto de 2017.  
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### DECRETO Nº. 139, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº. 139, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.  
NOMEIA OS MEMBROS CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (COMPAC).

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei nº 1.361, de 17 de abril de 2008, com suas alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), os seguintes membros:

I - Representantes do Poder Público:

a) Secretaria de Cultura Esporte e Turismo:

1. Titular: Isabela Niehues dos Santos;
2. Suplente: Geovane Westrup.

b) Secretaria de Planejamento:

1. Titular: Lilian Bitencourt Colombi;
2. Suplente: Ana Paula Gava Niehues.

c) Secretaria de Infraestrutura:

1. Titular: Daniel Jaeger;
2. Suplente: Leandro Arns Back.

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) Associação Coral Sagrado Coração de Jesus:

1. Titular: Sebastião Carlos;
2. Suplente: Vivian F. Ronchi Teodoro.

b) Associação Cultural Immerfroh:

1. Titular: Robson Martins de Oliveira;
2. Suplente: Luana Cristina Correa.

c) Universidade do Extremo Sul Catarinense:

1. Titular: Raquel Stoltz Back;
2. Suplente: Lucy Cristina Ostetto.

Art. 2º O exercício da função de Conselheiro é considerado de relevante interesse público e não poderá ser remunerado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 07 de agosto de 2017.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de agosto de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 60/2017**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 60/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 21/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – DL JARDINAGEM LTDA.

DO OBJETO – Prestação de serviços de limpeza, conservação e construção de bocas de lobo, compreendendo o fornecimento de todos os materiais necessários, em diversos logradouros públicos do Município de Forquilha/SC.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato n. 21/PMF/2017 o valor de R\$ 8.388,00 (oito mil trezentos e oitenta e oito reais).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 01 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO DE IPTU, TVPNU, ISS VARIÁVEL E FRH**

PUBLICAÇÃO DE IPTU, TVPNU, ISS VARIÁVEL E FRH

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento, da presente constituição de crédito, pelo lançamento dos seguintes tributos: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Taxa de Verificação de cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas - TVPNU, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS Variável e Fundo Rotativo Habitacional, referente aos exercícios fiscais de 2013 a 2016.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou apresentar defesa formal. Em acordo com a lei Municipal 494/98 art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
33344	12/07/2017	2.432,32	PUPO PARTICIPAÇÕES E EMPREEN- DIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	IMÓVEL: 418 - 01.01.019.0321.001	IMPOSTO PREDIAL
33346	11/07/2017	1.758,77	VALDECI VARGAS DA SILVA	IMÓVEL: 2466 - 01.02.006.0575.001	IMPOSTO PREDIAL
33347	11/07/2017	2.136,11	MARIA MARGARETI MACHADO	IMÓVEL: 25802 - 01.02.013.0283.001	IMPOSTO PREDIAL
33348	12/07/2017	1.891,02	MAICON GEFFERSON KOGA	IMÓVEL: 1266 - 01.02.051.0692.001	IMPOSTO PREDIAL
33349	12/07/2017	508,43	LAUDELINA FRASSON CARDOSO	IMÓVEL: 1282 - 01.03.049.0048.001	IMPOSTO PREDIAL
33350	12/07/2017	1.719,89	LEANDRO POSSAMAI	IMÓVEL: 1442 - 01.03.026.0072.001	IMPOSTO PREDIAL
33351	12/07/2017	1.811,82	MANOEL DA SILVA	IMÓVEL: 1581 - 01.03.013.0379.001	IMPOSTO PREDIAL
33352	12/07/2017	2.930,55	JOSE WILLEMANN	IMÓVEL: 1588 - 01.03.013.0544.001	IMPOSTO PREDIAL
33353	12/07/2017	1.005,83	SANDRO ELI DE CONTO	IMÓVEL: 1734 - 01.03.009.0413.001	IMPOSTO PREDIAL
33354	12/07/2017	1.410,05	SANDRO ELI DE CONTO	IMÓVEL: 1737 - 01.03.009.0413.002	IMPOSTO PREDIAL
33355	12/07/2017	1.740,78	IZABEL STUNFF DE OLIVEIRA	IMÓVEL: 1989 - 01.03.004.0296.001	IMPOSTO PREDIAL
33356	12/07/2017	390,96	SILVINO GUINZANI	IMÓVEL: 2367 - 01.03.001.2403.001	IMPOSTO PREDIAL
33357	12/07/2017	8.132,07	RINALDO SAVI	IMÓVEL: 2730 - 01.02.096.1109.001	IMPOSTO PREDIAL
33358	12/07/2017	1.223,71	JOSE VANDERLEI DOS SANTOS DAHMER	IMÓVEL: 2924 - 01.02.045.0514.001	IMPOSTO PREDIAL
33359	12/07/2017	187,48	CRISTIANO SCHNEIDER	IMÓVEL: 2929 - 01.02.045.0597.001	IMPOSTO PREDIAL
33360	12/07/2017	1.141,19	ADREANA WARMLING	IMÓVEL: 16670 - 01.03.014.0755.001	IMPOSTO PREDIAL
33361	12/07/2017	2.405,16	RINALDO SAVI	IMÓVEL: 17150 - 01.02.096.1123.003	IMPOSTO PREDIAL
33362	12/07/2017	3.773,17	ELIZABETH HENRIQUE (PSH)	IMÓVEL: 17158 - 01.03.019.0113.001	FUNDO ROTAT. HABI- TACIONAL,IMPOSTO PREDIAL
33363	12/07/2017	3.773,17	MARILEIA ROSA CHAVES (PSH)	IMÓVEL: 17160 - 01.03.019.0133.001	FUNDO ROTAT. HABI- TACIONAL,IMPOSTO PREDIAL
33364	12/07/2017	1.694,13	VIVIANE DAROS (PSH)	IMÓVEL: 17164 - 01.03.019.0206.001	FUNDO ROTAT. HABITA- CIONAL
33366	12/07/2017	3.466,49	MARIA LUIZA CARDOSO	IMÓVEL: 17433 - 01.03.001.0158.001	FUNDO ROTAT. HABITA- CIONAL
33368	12/07/2017	891,41	RAFAEL DANIEL DA ROSA	IMÓVEL: 17503 - 01.02.096.1331.001	IMPOSTO PREDIAL
33369	12/07/2017	814,27	MARGARETH RODRIGUES DA COSTA	IMÓVEL: 19231 - 01.03.013.0728.001	IMPOSTO PREDIAL

33370	12/07/2017	1.664,11	FELIPE ALANO MARTINHO	IMÓVEL: 19358 - 01.03.058.0254.001	IMPOSTO PREDIAL
33371	12/07/2017	1.761,93	JOSE VANDERLEI DOS SANTOS DAHMER	IMÓVEL: 19379 - 01.02.045.0514.002	IMPOSTO PREDIAL
33373	12/07/2017	1.490,67	MARCOS ANTONIO TISCOSKI	IMÓVEL: 25747 - 01.03.016.0626.001	IMPOSTO PREDIAL
33375	12/07/2017	3.635,01	RINALDO SAVI	IMÓVEL: 26213 - 01.02.096.1123.002	IMPOSTO PREDIAL
33376	12/07/2017	1.585,42	CRISTIANO MEZARI ISE	IMÓVEL: 27057 - 01.03.054.0123.001	IMPOSTO PREDIAL
33377	12/07/2017	947,57	CARLOS FERREIRA BRAGA	IMÓVEL: 27883 - 01.03.001.1642.002	IMPOSTO PREDIAL
33388	13/07/2017	1.741,89	ROSILENE ACORDI – MEI	EMPRESA: 2443	TVPNU
33389	13/07/2017	3.397,93	JOSÉ PAULO PANCHERA ZUCHINALI – ME	EMPRESA: 1580	ISS VARIÁVEL TVPNU
33391	13/07/2017	2.209,66	INTERFULL COMUNICAÇÃO LTDA ME	EMPRESA: 2519	ISS VARIÁVEL TVPNU
33392	13/07/2017	2.164,38	AÇOUGUE FARACO LTDA ME	EMPRESA: 2525	TVPNU
33393	13/07/2017	2.987,32	ROGERIO TOLOY SOLDAN & CIA LTDA ME	EMPRESA: 2596	ISS VARIÁVEL TVPNU
33568	07/08/2017	1.694,96	MARCIEL COLOMBO MARTINS	IMÓVEL 19595 – 01.02.001.1385.001	IMPOSTO PREDIAL

Forquilha/SC, 08 de Agosto de 2017.

Ademir Brandieli Pedro

Secretário de Administração e Finanças.

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 134 -2017 ( AAN) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 134/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 009/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

#### 1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	14 ° ao 17º classificados	08/08/2017 às 9 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 009/2017 deverão ser observadas.

#### 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 009/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será

- entregue em data e horário estabelecido neste edital;  
n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);  
o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);  
p) Carteirinha de saúde atualizada.

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 009/2017 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar de Alimentação e Nutrição	Diploma ou certificado de conclusão do Ensino Fundamental

2.4 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

\* Contato via telefone e publicado em Diário Oficial

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 135-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES) 2017**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 135/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

### **1 – DOS PROCEDIMENTOS**

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	185º ao 186º classificados	08/08/2017 às 11 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

### **2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO**

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;  
b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);  
c) Cartão PIS/PASEP;

- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Educação Infantil	Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA  
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

\* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial.

### **Portaria nº 25292017**

PORTARIA Nº. 2529, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de CLARISSE MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 047.866.129-01, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 25302017**

PORTARIA Nº. 2530, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de MEIRE LUCI SILVÉRIO PEPES SCHEFFER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 032.678.979-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 25312017**

PORTARIA Nº 2531, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 016/2017, do Gabinete da Prefeita;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor DANILO JOSÉ HUNING, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 848.006.409-97, nomeado no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, Função Gratificada Nível 4, por ser responsável pelo transporte de pessoas e documentos do Gabinete da Prefeita, a partir de 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



# Frei Rogério

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 903/2017 "INFORMA OS VALORES REFERENCIAIS PARA ADMINISTRAÇÃO E DECLARAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR 2017) MEDIANTE A FIXAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR DA TERRA NUA (VTN 2017) PARA O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO EM CONFORMIDADE COM OS LAUDOS TÉCNICOS E RESOLUÇÃO 0070/2017 DA AMURC.**

RESOLUÇÃO AMURC 0070/2017

"INFORMA OS VALORES REFERENCIAIS PARA ADMINISTRAÇÃO E DECLARAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR 2017) MEDIANTE A FIXAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR DA TERRA NUA (VTN 2017) PARA OS ENTES MUNICIPAIS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO: CURITIBANOS; FREI ROGÉRIO; PONTE ALTA DO NORTE, SANTA CECÍLIA E SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO NORMATIVA 1.562/2015, 1.640/2016, TODAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Assembleia de Prefeitos da Amurc, juntamente com o Conselho Deliberativo da Amurc, em conformidade com suas atribuições estatutárias e observada a Legislação em vigor: "Constituição Federal (CF), Código Tributário Nacional (CTN), Lei 8847/94, Lei 9393/96, Instrução Normativa da 256/02 da Receita Federal do Brasil (RFB), a Instrução Normativa 1562/15 da RFB, a Instrução Normativa 1640/16 da RFB; a Instrução Normativa 1.715/17 da RFB, o Ato Declaratório Executivo COFINS da RFB nº 34/2015, Norma Técnica 14.653/04 da ABNT" e a necessidade de estabelecer o VTN da região abrangida pela AMURC, estabelece:

1. Considerando que a Instrução Normativa 1.562/15 e 1.715/17 da Receita Federal do Brasil requer dos entes municipais providências quanto à indicação de preços de referência do "Valor da Terra Nua – VTN", para a justa e ordenada administração do Imposto Territorial Rural – ITR, na condição de interesse estratégico no setor de arrecadação de tributos e atendimentos dos convênios fixados entre a União e os Municípios, e assinalando a necessidade de revisão periódica dos valores em face de correção monetária e variação dinâmica dos preços praticados;

2. Considerando a dificuldade técnica enfrentada pelos municípios para estabelecer isoladamente a metodologia adequada à aferição dos valores tangentes ao VTN e a prática metodológica de consolidação regional do VTN realizada pela AMURC nos anos anteriores, além, da ampla publicidade sobre os valores de referência e processos de declaração do ITR;

3. Considerando que a matéria é de interesse estratégico dos municípios da AMURC em face de sua repercussão sobre a receita tributária municipal e que o tema tange matéria de interesse estratégico da AMURC em sua função de auxiliar os municípios na estruturação da gestão tributária e definição de estratégia regional de administração de tributos;

4. Considerando que a Assembleia de Prefeitos, o Conselho Deliberativo e o Colegiado de Secretários de Administração da AMURC, amparado por técnicos e fiscais municipais promoveu amplo debate sobre fixação do VTN para os municípios da AMURC;

5. Considerando a avaliação técnica realizada por profissional habilitado (Laudos de Avaliação e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART) em conformidade com os preceitos e os procedimentos

previstos na Norma Técnica 14.653/04 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as INs 1.562/15 e 1.715/17 e ainda:

5.1. Os valores de referência fixados em conformidade com os dados do Centro de Socioeconômica e Planejamento Agrícola (CEPA) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI);

5.2. O levantamento de preços aferidos por LAUDO DE AVALIAÇÃO de Profissional Habilitado contratado pela AMURC com a finalidade de fixar valores indicativos à formação do VTN na região da AMURC, conforme os anexos I, II, III, IV e V da presente resolução;

5.3. A manutenção dos parâmetros de preços praticados exige unicamente a atualização monetária por intermédio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);

5.4. A análise de preços de mercado praticados no período acumulado de 2016, em conformidade com informações levantadas no plano regional;

5.5. Versa sobre a atualização monetária dos valores de referência do VTN a aplicação do índice de 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento), conforme fixado no site oficial do INPC, disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), correspondente ao acumulado no período de Janeiro de 2016 a Dezembro de 2016;

6. Considerando que a RFB, por intermédio da Instrução Normativa 256/02 fixa que: "Art. 32. Valor da Terra Nua – VTN é o valor de mercado do solo com sua superfície, bem assim das florestas naturais, das matas nativas e das pastagens naturais que integram o imóvel rural". E que assim, para fins de apuração do VTN, o art. 33, da IN 256/02 especifica: "Art. 33. O Valor da Terra Nua Tributável - VTNT é obtido mediante a multiplicação do VTN pelo quociente entre a área tributável, definida no art. 9º, e a área total do imóvel rural";

7. Considerando que as cópias dos laudos técnicos de fixação dos valores do VTN encontram-se disponíveis para análise e aferimento como anexos da presente resolução de indicação de preço de referência, RESOLVE:

Artigo 1st. Indicar e informar a Receita Federal do Brasil, como índice oficial de atualização do Valor da Terra Nua (VTN) inerente a declaração do Imposto Territorial rural (ITR) para o ano de 2017 o Índice Nacional de preços ao Consumidor (INPC) acumulado no ano de 2016 o percentual de atualização de 6.58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento).

Artigo 2nd. Aprovar como valores de referência do Valor da Terra Nua (VTN) do ano de 2017 nos municípios integrantes da AMURC: Curitibaanos; Frei Rogério; Ponte Alta do Norte; Santa Cecília e São Cristóvão do Sul), a tabela constante dos anexos I, II, III, IV e V, parte integrante e inseparável da presente Resolução, dando-lhe ampla publicidade e registro junto ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM.

Artigo 3rd. Remeter a tabela em anexo, contendo informações detalhadas por ente, para os Municípios de Curitibaanos; Frei Rogério; Ponte Alta do Norte; Santa Cecília e São Cristóvão do Sul para conhecimento da Receita Federal do Brasil – Delegacia de Lages.

Artigo 4th. Determinar aos municípios em epígrafe para que validem as informações em ato administrativo próprio e publicizado e promover ainda a informação à Receita Federal do Brasil, Delegacia de Lages/SC, fazendo cópia da presente resolução e informando a Amurc.

Artigo 5th. A presente Resolução foi embasada com amparo em laudos técnicos que serão disponibilizados no site da Amurc <http://www.amurc-sc.org.br/> e anotação de responsabilidade técnica, ART.

Artigo 6th. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, SC, 31 de Julho de 2017.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Presidente da AMURC

Esta resolução foi registrada na Secretaria da AMURC e remetida à publicação oficial do DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – DOM em 07 de Agosto de 2017. Contém em anexo a tabela de valores do VTN dos Municípios abrangidos pela AMURC.

RUI BRAUN  
Diretor Executivo da Amurc

**ANEXO I – MUNICÍPIO DE CURITIBANOS – SC**  
**TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA – VTN 2017**

QUALIFICAÇÃO DO PERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 18.904,09
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 13.020,88
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 11.610,83
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.708,37
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 8.168,29
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrícolas.	R\$ 4.900,55

**ANEXO II – MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO – SC**  
**TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA – VTN 2017**

QUALIFICAÇÃO DO PERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
---------------------------------	------------

I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 18.904,09
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 13.020,88
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 11.610,83
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.708,37
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 8.168,29
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrícolas.	R\$ 4.900,55

**ANEXO III – MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE – SC**  
**TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA – VTN 2017**

QUALIFICAÇÃO DO PERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 16.944,09
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 13.020,88
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 11.610,83
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.708,37

V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 8.168,29
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários.	R\$ 4.900,55

**ANEXO IV - MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA – SC**  
**TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA - VTN 2017**

QUALIFICAÇÃO DO PERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 16.944,09
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 13.020,88
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 11.610,83
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.708,37
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 8.168,29
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários.	R\$ 4.900,55

**ANEXO V – MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL – SC**  
**TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA - VTN 2017**

QUALIFICAÇÃO DO PERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 16.944,09

II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 13.020,88
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 11.610,83
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.708,37
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 8.168,29
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários.	R\$ 4.900,55

**RESOLUÇÃO 0070/2017 INFORMA OS VALORES REFERENCIAIS PARA ADMINISTRAÇÃO E DECLARAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR 2017) MEDIANTE A FIXAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR DA TERRA NUA (VTN 2017) PARA OS ENTES MUNICIPAIS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO**  
RESOLUÇÃO AMURC 0070/2017

“INFORMA OS VALORES REFERENCIAIS PARA ADMINISTRAÇÃO E DECLARAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR 2017) MEDIANTE A FIXAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR DA TERRA NUA (VTN 2017) PARA OS ENTES MUNICIPAIS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO: CURITIBANOS; FREI ROGERIO; PONTE ALTA DO NORTE, SANTA CECÍLIA E SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO NORMATIVA 1.562/2015, 1.640/2016, TODAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Assembleia de Prefeitos da Amurc, juntamente com o Conselho Deliberativo da Amurc, em conformidade com suas atribuições estatutárias e observada a Legislação em vigor: “Constituição Federal (CF), Código Tributário Nacional (CTN), Lei 8847/94, Lei 9393/96, Instrução Normativa da 256/02 da Receita Federal do Brasil (RFB), a Instrução Normativa 1562/15 da RFB, a Instrução Normativa 1640/16 da RFB; a Instrução Normativa 1.715/17 da RFB, o Ato Declaratório Executivo COFINS da RFB nº 34/2015, Norma Técnica 14.653/04 da ABNT” e a necessidade de estabelecer o VTN da região abrangida pela AMURC, estabelece:

1. Considerando que a Instrução Normativa 1.562/15 e 1.715/17 da Receita Federal do Brasil requer dos entes municipais providências quanto à indicação de preços de referência do “Valor da Terra Nua – VTN”, para a justa e ordenada administração do Imposto Territorial Rural – ITR, na condição de interesse estratégico no setor de arrecadação de tributos e atendimentos dos convênios



fixados entre a União e os Municípios, e assinalando a necessidade de revisão periódica dos valores em face de correção monetária e variação dinâmica dos preços praticados;

2. Considerando a dificuldade técnica enfrentada pelos municípios para estabelecer isoladamente a metodologia adequada à aferição dos valores tangentes ao VTN e a prática metodológica de consolidação regional do VTN realizada pela AMURC nos anos anteriores, além, da ampla publicidade sobre os valores de referência e processos de declaração do ITR;

3. Considerando que a matéria é de interesse estratégico dos municípios da AMURC em face de sua repercussão sobre a receita tributária municipal e que o tema tange matéria de interesse estratégico da AMURC em sua função de auxiliar os municípios na estruturação da gestão tributária e definição de estratégia regional de administração de tributos;

4. Considerando que a Assembleia de Prefeitos, o Conselho Deliberativo e o Colegiado de Secretários de Administração da AMURC, amparado por técnicos e fiscais municipais promoveu amplo debate sobre fixação do VTN para os municípios da AMURC;

5. Considerando a avaliação técnica realizada por profissional habilitado (Laudos de Avaliação e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART) em conformidade com os preceitos e os procedimentos previstos na Norma Técnica 14.653/04 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as INs 1.562/15 e 1.715/17 e ainda:

5.1. Os valores de referência fixados em conformidade com os dados do Centro de Socioeconômica e Planejamento Agrícola (CEPA) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI);

5.2. O levantamento de preços aferidos por LAUDO DE AVALIAÇÃO de Profissional Habilitado contratado pela AMURC com a finalidade de fixar valores indicativos à formação do VTN na região da AMURC, conforme os anexos I, II, III, IV e V da presente resolução;

5.3. A manutenção dos parâmetros de preços praticados exige unicamente a atualização monetária por intermédio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);

5.4. A análise de preços de mercado praticados no período acumulado de 2016, em conformidade com informações levantadas no plano regional;

5.5. Versa sobre a atualização monetária dos valores de referência do VTN a aplicação do índice de 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento), conforme fixado no site oficial do INPC, disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), correspondente ao acumulado no período de Janeiro de 2016 a Dezembro de 2016;

6. Considerando que a RFB, por intermédio da Instrução Normativa 256/02 fixa que: "Art. 32. Valor da Terra Nua – VTN é o valor de mercado do solo com sua superfície, bem assim das florestas naturais, das matas nativas e das pastagens naturais que integram o imóvel rural". E que assim, para fins de apuração do VTN, o art. 33, da IN 256/02 especifica: "Art. 33. O Valor da Terra Nua Tributável - VTNT é obtido mediante a multiplicação do VTN pelo quociente entre a área tributável, definida no art. 9º, e a área total do imóvel rural";

7. Considerando que as cópias dos laudos técnicos de fixação dos valores do VTN encontram-se disponíveis para análise e aferimento como anexos da presente resolução de indicação de preço de referência, RESOLVE:

Artigo 1st. Indicar e informar a Receita Federal do Brasil, como índice oficial de atualização do Valor da Terra Nua (VTN) inerente a declaração do Imposto Territorial rural (ITR) para o ano de 2017 o Índice Nacional de preços ao Consumidor (INPC) acumulado no ano de 2016 o percentual de atualização de 6.58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento).

Artigo 2nd. Aprovar como valores de referência do Valor da Terra Nua (VTN) do ano de 2017 nos municípios integrantes da AMURC: Curitibaanos; Frei Rogerio; Ponte Alta do Norte; Santa Cecília e São Cristóvão do Sul), a tabela constante dos anexos I, II, III, IV e V, parte integrante e inseparável da presente Resolução, dando-lhe ampla publicidade e registro junto ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM.

Artigo 3rd. Remeter a tabela em anexo, contendo informações detalhadas por ente, para os Municípios de Curitibaanos; Frei Rogerio; Ponte Alta do Norte; Santa Cecília e São Cristóvão do Sul para conhecimento da Receita Federal do Brasil – Delegacia de Lages.

Artigo 4th. Determinar aos municípios em epígrafe para que validem as informações em ato administrativo próprio e publicizado e promover ainda a informação à Receita Federal do Brasil, Delegacia de Lages/SC, fazendo cópia da presente resolução e informando a Amurc.

Artigo 5th. A presente Resolução foi embasada com amparo em laudos técnicos que serão disponibilizados no site da Amurc <http://www.amurc-sc.org.br/> e anotação de responsabilidade técnica, ART.

Artigo 6th. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibaanos, SC, 31 de Julho de 2017.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Presidente da AMURC

Esta resolução foi registrada na Secretaria da AMURC e remetida à publicação oficial do DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – DOM em 07 de Agosto de 2017. Contém em anexo a tabela de valores do VTN dos Municípios abrangidos pela AMURC.

RUI BRAUN  
Diretor Executivo da Amurc

#### ANEXO I – MUNICÍPIO DE CURITIBANOS – SC TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA – VTN 2017

QUALIFICAÇÃO DO PERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 18.904,09
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 13.020,88
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 11.610,83
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.708,37

V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 8.168,29
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrícolas.	R\$ 4.900,55

**ANEXO II – MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO – SC**  
**TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA - VTN 2017**

QUALIFICAÇÃO DO PERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 18.904,09
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 13.020,88
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 11.610,83
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.708,37
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 8.168,29
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrícolas.	R\$ 4.900,55

**ANEXO III – MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE – SC**  
**TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA - VTN 2017**

QUALIFICAÇÃO DO PERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 16.944,09

II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 13.020,88
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 11.610,83
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.708,37
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 8.168,29
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrícolas.	R\$ 4.900,55

**ANEXO IV - MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA – SC**  
**TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA - VTN 2017**

QUALIFICAÇÃO DO PERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 16.944,09
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 13.020,88
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 11.610,83
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.708,37
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 8.168,29

VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários.	R\$ 4.900,55
---	-----------------

**ANEXO V – MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL – SC**  
**TABELA DE VALORES DO VALOR DA TERRA NUA - VTN 2017**

QUALIFICAÇÃO DO PERFIL DA TERRA	VALOR (Ha)
I – lavoura – aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;	R\$ 16.944,09
II – lavoura – aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;	R\$ 13.020,88
III – lavoura – aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;	R\$ 11.610,83
IV – pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;	R\$ 9.708,37
V – silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;	R\$ 8.168,29
VI – preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários.	R\$ 4.900,55



# Galvão

## PREFEITURA

### DECRETO 153\_2014 - FISCAL TRIBUTOS

DECRETO Nº 153/2014

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 517/2005, nº 519/2005 e nº 520/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Alan Paulo Dierings, nomeado para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, Edificações e Posturas, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto ao Município de Galvão, com efeitos a partir do dia 11 de agosto de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 11 de agosto de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

### DECRETOS 2017 - 148 A 159

DECRETO Nº 148/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte programação:

07.01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura  
06.181.0601 – 2.021 – 3390000000 Fonte 01.0000 Ap. Diretas  
R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação evidenciado no exercício atual, no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de julho de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 149/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação  
12.361.1201 – 2.034 – 3190000000 Ap. Diretas Fonte 01.0001  
R\$ 100.000,00.

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação  
12.361.1201 – 2.034 – 3190000000 Ap. Diretas Fonte 01.0000  
R\$ 100.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de julho de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 150/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005;

Considerando a não lavratura do Decreto de exoneração da servidora, quando da saída de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, na data de 16/04/1999, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Elizabete Aparecida Scheffer, ocupante do cargo em comissão de diretor de unidade, nomeada através do Decreto Municipal nº 112/1997, exonerada de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, com efeito, retroativo ao dia 16 de abril de 1999.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de julho de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 151/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, DO MUNICÍPIO DE GALVÃO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 753/2013 de 22/08/2013, Artigo 15, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, do Município de Galvão-SC, os (as) senhores (as) conforme segue:

- I. Coordenador: - Marcos André Cossa;
- II. Secretário: - Sidnei Bertuzzi;
- III. Setor Técnico: - Raphaela Renata Palauro;
- IV. Setor Operativo: - Hilário José Rosiak.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 27 de julho de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 152/2017

CONCEDE EXONERAÇÃO PARA PROFESSOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido exoneração para a servidora Nilse Aparecida Cazarin, ocupante do cargo de professor em caráter temporário, atuante na área do ensino fundamental, contratada através do Decreto Municipal nº 136/2017 de 03/07/2017, com efeitos a partir dessa data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de julho de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 153/2017

CONCEDE EXONERAÇÃO PARA PROFESSOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido exoneração para a servidora Lucinéia Biazin, ocupante do cargo de professor em caráter temporário, atuante na área do ensino fundamental, contratada através do Decreto Municipal nº 083/2017 de 07/03/2017, com efeitos a partir dessa data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de julho de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 154/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para o servidor Sidinei Mariano da Costa, ocupante do cargo de motorista de ônibus, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses, com efeitos a partir do dia 01 de agosto de 2017 e término previsto para o dia 31 de outubro de 2017, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 01/03/2010 até 28/02/2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de julho de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 155/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para a servidora Idicélia Maria Gabriel Querino, ocupante do cargo de agente de copa e limpeza, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, pelo período de 03 (três) meses, com efeitos a partir do dia 11 de setembro de 2017 e término previsto para o dia 10 de dezembro de 2017, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 01/04/2008 até

31/03/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de julho de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 156/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para a servidora Dilce Aparecida de Medeiros Cadore, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (três) meses, sendo 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, com efeitos a partir do dia 04 de setembro de 2017 e término previsto para o dia 03 de dezembro de 2017, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 10/02/2008 até 09/02/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de julho de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 157/2017

DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO FUNCIONAL DE PROFESSORES MUNICIPAIS PARA O DECORRER DO ANO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 520/2005;

Considerando que no enquadramento funcional dos professores nas turmas junto às escolas do município para o ano letivo 2017, existem variações de aulas dependendo das turmas e da carga horária de cada profissional, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica reenquadrada a carga horária dos professores municipais abaixo relacionados, para o atendimento junto ao magistério público municipal no decorrer do exercício 2017, passando o período de alteração e a carga horária semanal a serem compostas conforme segue:

SERVIDOR (A)	PERÍODO DE ALTERAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Jussara Micel Neves	03/07/2017 até 15/12/2017	40 horas semanais

Juliana Molon de Freitas	31/07/2017 até 15/12/2017	17 horas semanais
--------------------------	------------------------------	-------------------

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de agosto de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 158/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA - PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para o servidor Adriano Carlos Tibes, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Agricultura e Meio Ambiente, proporcional ao período de 02 (dois) meses, referente o período a aquisitivo compreendido entre 13/10/2018 até 12/10/2013.

Art. 2º. Fica ainda, estipulado que a concessão dar-se-á de forma fracionada em ½ turno de licença, sendo usufruída no período vespertino, ou seja, estender-se-á por 04 (quatro) meses, com início no dia 01 de agosto de 2017 e término previsto para o dia 30 de novembro de 2017.

Parágrafo Único. Determina-se que os 30 (trinta) dias restantes de licença, para finalização do referido período aquisitivo, serão usufruídos posteriormente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de agosto de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 159/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para a servidora Noeli Villa, ocupante do cargo de agente de copa e limpeza, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cultura e Esportes, referente o período a aquisitivo compreendido entre 10/02/2008 até 09/02/2013.

Art. 2º. Fica ainda, estipulado que a concessão dar-se-á de forma

fracionada em ½ turno de licença, sendo usufruída no período vespertino, ou seja, estender-se-á pelo período de 06 (seis) meses, com início no dia 08 de agosto de 2017 e término previsto para o dia 07 de fevereiro de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de agosto de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE055/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 055/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços para a aquisição de Toner e Cartuchos para impressoras, para atender as Secretarias Administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 21/08/2017. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 21/08/2017, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba – SC, 08 de Agosto de 2017.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 001/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 001/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

ANAIARA ANUNCIAÇÃO MASCARENHAS

Candidato(a): 005325

Cargo: MERENDEIRA

Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 002/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 002/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

CAROLINE RICARDO FASOLIN

Candidato(a): 004847

Cargo: MERENDEIRA

Classificação: 02º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A)

para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 02º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 003/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 003/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

CLAUDIA FABIANA REIS SILVA

Candidato(a): 005361

Cargo: SERVENTE

Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 004/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 004/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

JEMMY EDGARD FISCHER NETO

Candidato(a): 004836

Cargo: SERVENTE

Classificação: 02º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 02º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 005/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 005/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).

VALCIRIA DE MEDEIROS

Candidato(a): 004596

Cargo: SERVENTE

Classificação: 03º LUGAR



Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 03º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 006/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 006/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
MARIA MADALENA PREDOSO ALVES  
Candidato(a): 004674  
Cargo: SERVENTE  
Classificação: 04º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 04º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 007/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 007/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
ANA OLIVIA GONÇALVES BERNARDES  
Candidato(a): 005181  
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS  
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 008/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 008/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
MARIANA BARBOSA DRAGO  
Candidato(a): 004451  
Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS  
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 009/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 009/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
ELIANA SEIBEL  
Candidato(a): 005023  
Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS  
Classificação: 02º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 02º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 010/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 010/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
GABRIEL KIRCHER FRANGOMENI  
Candidato(a): 005426  
Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS  
Classificação: 03º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 03º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 011/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 011/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
THIAGO MARQUES DE MIRANDA  
Candidato(a): 004938  
Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS  
Classificação: 04º LUGAR



Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 04º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 012/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 012/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
ALEX SANDRO RODRIGUES MADRUGA  
Candidato(a): 004787  
Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS  
Classificação: 05º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 05º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 013/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 013/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
ADRIANA REGINA TOMÉ  
Candidato(a): 005368  
Cargo: PROFESSOR DE INGLES 20 HORAS  
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR DE INGLES 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 014/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 014/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
EDNEI DA SILVA BERNARDINO  
Candidato(a): 004988  
Cargo: MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU  
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 015/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 015/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
FABIO MALUCHE  
Candidato(a): 005330  
Cargo: MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU  
Classificação: 02º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 02º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 016/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 016/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
LUCAS DE ABREU INÁCIO  
Candidato(a): 005151  
Cargo: MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU  
Classificação: 03º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 03º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 017/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 017/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
ADILSON DA SILVA  
Candidato(a): 004964  
Cargo: MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU  
Classificação: 04º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 04º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO 018/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 018/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
MÁRCIO BATISTA PIRES  
Candidato(a): 005248  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO 019/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 019/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
DIEGO RODRIGUES CORREIA  
Candidato(a): 005226  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 02º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 02º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO 020/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 020/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
DIEGO ANDRE DIEDRICH  
Candidato(a): 004383  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 03º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo

Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 03º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO 021/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 021/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
EDUARDO JAEGER  
Candidato(a): 004506  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 04º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 04º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO 022/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 022/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
TIAGO ALESSANDRO DE SÁ MELLO  
Candidato(a): 005264  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 05º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 05º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO 023/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

CONVOCAÇÃO 023/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
ELIZA GUIMARÃES LINO FILHA  
Candidato(a): 004920  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 06º LUGAR

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 06º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 101/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015**

CONVOCAÇÃO 101/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
FELIPE HOSS  
Candidato(a): 263681  
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO  
Classificação: 27º LUGAR

Garopaba, 07 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 27º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 102/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015**

CONVOCAÇÃO 102/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
FERNANDA DE ALENCAR  
Candidato(a): 264916  
Cargo: RECEPCIONISTA  
Classificação: 9º LUGAR

Garopaba, 07 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de RECEPCIONISTA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 9º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 103/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015**

CONVOCAÇÃO 103/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
RODRIGO ROCHA DA SILVA  
Candidato(a): 250677  
Cargo: MÉDICO EMERGENCISTA  
Classificação: 16º LUGAR

Garopaba, 07 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MÉDICO EMERGENCISTA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 16º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 104/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015**

CONVOCAÇÃO 104/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
ERICA AMBONI ROCHA  
Candidato(a): 257781  
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H  
Classificação: 23º LUGAR

Garopaba, 30 de maio de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 23º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 105/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015**

CONVOCAÇÃO 105/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
ETIELLE PACHECO DE SOUSA  
Candidato(a): 261046  
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H  
Classificação: 38º LUGAR

Garopaba, 07 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 38º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 106/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015**

CONVOCAÇÃO 106/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
MAICON ESPINDOLA  
Candidato(a): 259297  
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO  
Classificação: 28º LUGAR

Garopaba, 07 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 28º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 134/2017**

DECRETO N.º 134, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DEFINE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 717 de 22 de agosto de 2001,

DECRETA:

Art. 1º - Fica definida a realização de Audiência Pública para discussão da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018.

Art. 2º - Será realizada a Audiência no dia 30 de agosto de 2017, às 19h30min, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua 30 de dezembro, 240, sala 04, Centro, Garopaba, Santa Catarina.

Art. 3º - A Audiência será coordenada pela equipe Municipal de Orçamento e Contabilidade, juntamente com comissão formada por 02 (dois) representantes a serem designados pelo Poder Legislativo.

Art. 4º - O prazo de indicação de delegados representantes de entidades fica definido para a Audiência prevista neste decreto, de 09/08 à 18/08/2017, conforme Comunicado de Audiência Pública em Anexo.

Art. 5º - A Audiência será aberta a qualquer munícipe interessado.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10.08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

**COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar n.º 101/2001 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e Lei Municipal n.º 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA as entidades civis organizadas e a população em geral, a comparecerem em AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 19h30min, do dia 30 de agosto de 2017, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua 30 de dezembro, n.º 240, sala 04, Centro, Garopaba, Santa Catarina, com o objetivo de discutir o processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o Exercício de 2018.

Por este ato, ficam as entidades civis organizadas do Município de Garopaba NOTIFICADAS, a indicar seus delegados representantes de 09/08 à 18/08/2017, por escrito, com entrega no Protocolo da Prefeitura Municipal, à Praça Governador Ivo Silveira, 296, de segunda a sexta-feira, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba, 08 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 135/2017**

DECRETO N.º 135, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 05 DE 30 DE MAIO DE 2017, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 05, de 30 de maio de 2017, do Conselho Municipal de Assistência Social, que "Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal, referente ao ano de 2017", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995

GAROPABA/ SC

Email: cmas@garopaba.sc.gov.br

Fone: (48)3254 8158

Resolução nº. 05

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal, referente ao ano de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em reunião Plenária Ordinária, realizada dia 30 de maio de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS, rESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal, referente ao ano de 2017.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 30 de maio de 2017

Rafaella Abade Alves

Presidente do CMAS

**DECRETO Nº 136/2017**

DECRETO N.º 136, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 06 DE 30 DE MAIO DE 2017, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:



Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 06, de 30 de maio de 2017, do Conselho Municipal de Assistência Social, que "Dispõe sobre a aprovação da repactuação do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Anexo Único  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995  
GAROPABA/ SC  
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br  
Fone: (48)3254 8158

Resolução nº. 06  
Dispõe sobre a aprovação da repactuação do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em reunião Plenária Ordinária, realizada dia 30 de maio de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS, rESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a repactuação do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 30 de maio de 2017  
Rafaella Abade Alves  
Presidente do CMAS

### DECRETO Nº 137/2017

DECRETO N.º 137, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.  
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 07 DE 20 DE JULHO DE 2017, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 07, de 20 de julho de 2017, do Conselho Municipal de Assistência Social, que "Dispõe sobre o co-financiamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Garopaba", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995  
GAROPABA/ SC  
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br  
Fone: (48)3254 8158

Resolução nº. 07

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Garopaba.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 20 de julho de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS, e CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos CMAS de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o co-financiamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 24.324,32, referente ao ano de 2017, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º - Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de trabalho do co-financiamento, no

âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Sociassistenciais (Resolução CNAS nº109/2009).

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 20 de julho de 2017.  
Rafaella Abade Alves  
Presidente do CMAS

### DECRETO Nº 138/2017

DECRETO N.º 138, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.  
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 08 DE 20 DE JULHO DE 2017, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 08, de 20 de julho de 2017, do Conselho Municipal de Assistência Social, que "Dispõe sobre o co-financiamento dos Serviços de Proteção Social Especial

de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Garopaba”, conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 560 DE 13/11/1995

GAROPABA/ SC

Email: [cmas@garopaba.sc.gov.br](mailto:cmas@garopaba.sc.gov.br)

Fone: (48)3254 8158

Resolução nº. 08

Dispõe sobre o co-financiamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Garopaba.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 20 de julho de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS, e CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos CMAS de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o co-financiamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, a, no valor total de R\$ 78.695,65, a serem transferido para o FMAS, referente ao ano de 2017, e a serem executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º - Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do co-financiamento, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº109/2009).

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 20 de julho de 2017.

Rafaella Abade Alves

Presidente do CMAS

## DECRETO Nº 139/2017

DECRETO N.º 139, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO DE GAROPABA - PGV; CRIA COMISSÃO DE REVISÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, nos uso das atribuições conferidas pelo artigo 49, IV, da Lei Orgânica c/c artigo 1º, §3º, da Lei Complementar nº 1.689, de 28 de dezembro de 2012, e

CONSIDERANDO a resultado do Processo Administrativo de Revisão da Planta Genérica de Valores nº 5854-2017, instaurado por iniciativa do Secretário Municipal de Fazenda, que apurou discrepâncias entre a valorização média de mercado da propriedade territorial urbana no Município de Garopaba, em detrimento das classes fiscais estabelecidas pela Planta Genérica de Valores vigente.

DECRETA:

Art. 1º. A Planta Genérica de Valores, utilizada pela Fazenda Pública Local para apuração dos valores venais dos imóveis no Município para o cálculo e lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis, será objeto de revisão, preenchidos os requisitos do artigo 1º, §3º, da Lei Complementar nº 1.689, de 28 de dezembro de 2012, e observado o seguinte:

I. A proposta de revisão, acompanhada de minucioso relatório elaborado pela equipe técnica constituída nos autos do Processo Administrativo nº 5854-2017, será submetida a Comissão de Revisão da Planta de Valores, constituída na forma deste decreto, cujas sugestões serão encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo, que sobre elas exercerá juízo de conveniência e oportunidade;

II. Encerrados os trabalhos da Equipe Técnica e da Comissão de Revisão da Planta Genérica de Valores, a Proposta de Revisão, devidamente

consolidada, será submetida à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores, com destaque para as alterações introduzidas em virtude de sugestões da Comissão de Revisão.

Art. 2º. Fica criada Comissão Temporária de Revisão da Planta Genérica de Valores, vinculada a Secretaria Municipal de Fazenda, de caráter consultivo, constituída de forma paritária, cujos titulares e os seus respectivos suplentes, serão designados pelo Chefe do Poder Executivo, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notório conhecimento técnico, mediante indicação dos seguintes órgãos e entidades:

- I - Associação Comercial de Garopaba - ACIG;
- II - Associação de Engenheiros e Arquitetos de Garopaba;
- III - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Garopaba;
- IV - Conselho Regional de Corretores de Imóvel - CRECI;
- V - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB /SC;
- VI - Secretaria Municipal de Fazenda - SMF;
- VII - Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente - SMPTMA;
- VIII - Secretaria Municipal de Administração - SMA;
- IX - Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca - SMAP
- X - Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal - AJPMG;

§ 1º. A Associação de Engenheiros e Arquitetos, terá direito a 02 (duas) vagas na composição da Comissão de Revisão, sendo uma vaga titular e uma suplência para os profissionais da Engenharia Civil, e uma vaga titular e uma suplência para os profissionais da Arquitetura e Urbanismo, os demais órgãos e entidade poderão indicar um membro titular com o respectivo suplente, cada.



§2º. A Comissão de Revisão de Planta Genérica de Valores será Presidida pelo Secretário Municipal de Fazenda, a quem compete convocar as reuniões.

§ 3º. Os membros serão indicados pelos órgãos e entidades para cada vaga e respectiva suplência, e terão seus mandatos limitados ao tempo de duração dos trabalhos da Comissão de Revisão.

§ 4º. A Comissão de Revisão terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, e se reunirá, no mínimo, uma vez por semana, observada a presença mínima de 06 (seis) de seus membros.

Art. 3º. Os membros da Comissão de Revisão da Planta Genérica de Valores não serão remunerados, cabendo a Secretaria Municipal de Fazenda garantir os meios necessários para o regular desenvolvimento de suas atividades.

Art. 4º. O Secretário Municipal de Fazenda baixará os atos necessários à fiel execução deste Decreto, nos termos do artigo 53, parágrafo único, II, da Lei Orgânica do Município de Garopaba.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10.08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## **ERRATA AO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2017**

ERRATA AO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 125/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, RETIFICA o extrato de ata de registro de preços nº 125/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no dia 03 de Agosto de 2017.

Onde se lê:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE ARBITRAGEM

Leia-se:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR O SERVIÇO DE LIMPEZA COM REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO E DESASSOREAMENTO DE RIOS, VALAS E LAGOAS DO MUNICÍPIO DE GAROPABA COM EQUIPAMENTO TIPO Balsa ou similar.

## **PORTARIA N.º 973/2017.**

PORTARIA N.º 973, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 003/2017, da Comissão de Processo Administrativo, referente à

Portaria n.º 663/2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO, referente à Portaria n.º 663/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 974/2017.**

PORTARIA N.º 974, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 003/2017, da Comissão de Processo Sindicante, referente à Portaria n.º 608/2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, referente à Portaria n.º 608/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **RESOLUÇÃO 05/2017 CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
LEI MUNICIPAL Nº 560 DE 13/11/1995  
GAROPABA/SC  
Telefone – (48) 32548161/32548159  
Email: cmas@garopaba.sc.gov.br

Resolução nº. 05

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal, referente ao ano de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em reunião Plenária Ordinária, realizada dia 30 de maio de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que instituiu o Conselho Municipal

de Assistência Social de Garopaba – CMAS, rESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal, referente ao ano de 2017.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 30 de maio de 2017

Rafaella Abade Alves

Presidente do CMAS

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 09/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10.08.2009.

### **RESOLUÇÃO 06/2017 CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI MUNICIPAL Nº 560 DE 13/11/1995

GAROPABA/SC

Telefone – (48) 32548161/32548159

Email: cmass@garopaba.sc.gov.br

Resolução nº. 06

Dispõe sobre a aprovação da repactuação do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em reunião Plenária Ordinária, realizada dia 30 de maio de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS, rESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a repactuação do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 30 de maio de 2017

Rafaella Abade Alves

Presidente do CMAS

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 09/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10.08.2009.

### **RESOLUÇÃO 07/2017 CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI MUNICIPAL Nº 560 DE 13/11/1995

GAROPABA/SC

Telefone – (48) 32548161/32548159

Email: cmass@garopaba.sc.gov.br

Resolução nº. 07

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Garopaba.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 20 de julho de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS, e CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos CMAS de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 24.324,32, referente ao ano de 2017, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º - Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº109/2009).

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 20 de julho de 2017.

Rafaella Abade Alves

Presidente do CMAS

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 09/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10.08.2009.

### **RESOLUÇÃO 08/2017 CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI MUNICIPAL Nº 560 DE 13/11/1995

GAROPABA/SC

Telefone – (48) 32548161/32548159

Email: cmass@garopaba.sc.gov.br

Resolução nº. 08

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Garopaba.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 20 de julho de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.432/10 que altera dispositivos da Lei Municipal nº 560/95, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba – CMAS, e CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos CMAS de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Especial de Média Complexidade, a , no valor total de R\$ 78.695,65, a serem transferido para o FMAS, referente ao ano de 2017, e a serem executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º - Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº109/2009).

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 20 de julho de 2017.

Rafaella Abade Alves

Presidente do CMAS

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 09/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10.08.2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO 163/2017

DECRETO Nº 163, DE 08 DE AGOSTO DE 2017

"Cria o Grupo Especial de elaboração e acompanhamento do Plano de Mobilidade Urbana e dá outras providências."

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a falta de legislação municipal sobre o tema;

CONSIDERANDO, a necessidade de promover as melhores condições de mobilidade urbana dos munícipes;

CONSIDERANDO, o plano regional de mobilidade urbana desenvolvida pela Amunesc.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Grupo Especial de elaboração e acompanhamento do Plano de Mobilidade Urbana municipal, onde sua formação será abrangida pela pluralidade de diferentes áreas, contemplando membros do Poder Executivo, Legislativo e Sociedade Civil.

Parágrafo único. A finalidade deste colegiado será voltada para o acompanhamento do Plano Regional de Mobilidade Urbana desenvolvido pela Amunesc e sua posterior implantação no município.

Art. 2º. A composição do Grupo Especial far-se-á pela Comissão Executiva, Comissão Técnica e Comissão de Acompanhamento.

§1º A Comissão Executiva, que fará a intermediação política do Plano no município, será composta pelos seguintes membros:

- a) Rodrigo Adriany David - Prefeito Municipal;
- b) Marcio Ricardo Herpich - Secretário Municipal de Saneamento Ambiental;
- c) Luiz Antonio de Oliveira - Vereador.

§2º A Comissão Técnica, responsável pela elaboração do Plano, será composta pelos seguintes membros, liderada pelo primeiro:

- a) Lauro Felipe Raizer - Chefe do Setor de Planejamento e Projetos;
- b) Cristhian Bleichvel Johann - Diretor de Urbanismo;
- c) Renato Dissenha - Chefe do Setor de Cadastro;
- d) Iolando de Assis - Engenheiro Civil.

§3º A Comissão de Acompanhamento, que será composta por membros da Sociedade Civil Organizada, garantindo a articulação do plano nas comunidades e a democracia na elaboração do Plano, far-se-á pelos membros:

- a) Adelmo Gava - Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Garuva (CDL);
- b) Adolar Froelich - Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Garuva;
- c) Ivonei da Silva Polsin - Chefe da Guarnição da Polícia Militar de Garuva.

Art. 3º. A Procuradoria-Geral do município prestará todo o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades pelo Grupo Especial.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PMG Nº 026/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	Pregão Para Aquisição de Bens 26/2017 Processo Administrativo: 26/2017
----------------------	---

Ao Sr(a). tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 35/2017.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 26/2017, o(s) participante(s):

150924 - ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA						
Lote: 1 - LUMINÁRIAS E BRAÇO						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ITEM 6 A - FORNECIMENTO DE LUMINÁRIA LED DE ATÉ 40 WATTS - MÍNIMO DE 4.400 LÚMENS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	UNIDADE	GOLDEN	2.534	R\$439,82	R\$1.114.503,88
2	ITEM 6 B - FORNECIMENTO DE LUMINÁRIA LED DE ATÉ 80 WATTS - MÍNIMO DE 8.800 LÚMENS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	UNIDADE	GOLDEN	350	R\$768,00	R\$268.800,00
3	ITEM 6 C - FORNECIMENTO DE LUMINÁRIA LED DE ATÉ 120 WATTS - MÍNIMO DE 14.000 LÚMENS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	UNIDADE	GOLDEN	23	R\$1.168,50	R\$26.875,50

4	BRAÇO PADRÃO CELESC COM CURVATURA SIMÉTRICA CONFECCIONADO COM UM TUBO DIÂMETRO 49,00MM E MÍNIMO DE 3,000MM DE PAREDE DO TUBO, PROJEÇÃO HORIZONTAL 2425MM E VERTICAL 1830MM, COM FIXAÇÃO EM POSTE ATRAVÉS DE BASE DE SUSTENTAÇÃO, TUBO SOLDADO NA PONTA CENTRAL PARA INSTALAÇÃO DE UMA LUMINÁRIA COM ÂNGULO DE 5º, BRAÇO DEVERÁ SER TODO SOLDADO E PÓS FABRICAÇÃO DEVERÁ SER ZINCADO A QUENTE	UNIDADE	GOLDEN	200	R\$85,00	R\$17.000,00
				Total do Fornecedor:		R\$1.427.179,38
191876 - INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA - EPP						
Lote: 2 - SERVIÇOS						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	RETIRADA DE LÂMPADA EXISTENTE E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA LED DE ATÉ 60 WATTS - MÍNIMO DE 4.400 LÚMENS	SERVIÇO	IEG	2.534	R\$27,4943	R\$69.670,5946
2	RETIRADA DE LÂMPADA EXISTENTE E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA LED DE ATÉ 90 WATTS - MÍNIMO DE 8.800 LÚMENS	SERVIÇO	IEG	350	R\$27,495	R\$9.623,2617
3	RETIRADA DE LÂMPADA EXISTENTE E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA LED DE ATÉ 120 WATTS - MÍNIMO DE 14.000 LÚMENS	SERVIÇO	IEG	23	R\$27,5068	R\$632,6583
4	DESCARTE DE LÂMPADAS DE MERCÚRIO, COM A DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA	SERVIÇO	IEG	2.907	R\$1,3748	R\$3.996,5446
5	INVENTÁRIO E GEORREFERENCIAMENTO DO PONTO DE ILUMINAÇÃO, COM INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DO PONTO, BAIRRO, LOGRADOURO, COORDENADAS X E Y, NÚMERO DO POSTE, POTÊNCIA INSTALADA, TIPO DO POSTE, TIPO DA REDE, QUANTIDADE DE LUMINÁRIAS E FOTO EM ALTA RESOLUÇÃO	SERVIÇO	IEG	2.907	R\$8,2483	R\$23.977,8091
6	INSTALAÇÃO DE BRAÇO PADRÃO CELESC	SERVIÇO	IEG	200	R\$27,4956	R\$5.499,1317
				Total do Fornecedor:		R\$113.400,00

Garuva, 7 de agosto de 2017.  
 RODRIGO ADRIANY DAVID  
 Prefeito  
 CPF: 033.007.279-01

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2017

AVISO DE ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2017

Objeto: Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva no sistema de automação remota e telemetria do sistema de telemetria implantado nas unidades operacionais do SAMAE – Sistema Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Gaspar/SC. O Município de Gaspar torna público que efetivou ALTERAÇÕES no Edital de Licitação. DISPONDO também de NOVA DATA E HORÁRIO para recebimento dos envelopes e abertura da licitação, sendo dia 22/08/2017 às 13h30min, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar. Íntegra do ADITIVO no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar, na Rua São Pedro, nº 128 - Centro, (2º Andar) ou no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 08 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7.605, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.605, DE 03 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PARA EXERCEREM CARGOS EM COMISSÃO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, incisos II e XXV da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 04 de agosto de 2017, conforme a Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017, os servidores abaixo designados, para o exercício de cargos em comissão no Poder Executivo do Município de Gaspar:

I. PEDRO INACIO BORNHAUSEN, inscrito no CPF sob o nº 309.041.459-72, Chefe de Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito;

II. FELIPE JULIANO BRAZ, inscrito no CPF sob o nº 042.629.319-35, Procurador-Geral do Município e interinamente Superintendente da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON;

III. JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 732.934.749-34, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

IV. ERNESTO HOSTIN, servidor efetivo, inscrito no CPF sob o nº 467.383.809-25, Secretário Municipal de Assistência Social;

V. CELSO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 222.956.239-87, Secretário Municipal de Desenvolvimento, Renda e Turismo;

VI. CARLOS ROBERTO PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 037.018.139-57, Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa;

VII. ALEXANDRE GEVAERD, inscrito no CPF sob o nº 433.192.709-15, Secretário Municipal de Planejamento Territorial;

VIII. ZILMA MONICA SANSÃO BENEVENUTTI, inscrita no CPF sob o nº 816.525.269-00, Secretária Municipal de Educação;

IX. MARIA BERNADETE TOMAZINI, inscrita no CPF sob o nº 736.750.169-00, Secretária Municipal de Saúde;

X. JOSE CARLOS DE CARVALHO JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 130.989.028-50, Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer;

XI. JOSE HILÁRIO MELATO, inscrito no CPF sob o nº 291.309.309-44, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE; e

XII. VALMOR BEDUSCHI NETO, inscrito no CPF sob o nº 058.106.589-11, Assessor Jurídico do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 04 de agosto de 2017.

Gaspar, 03 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 7.607, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.607, DE 03 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PARA EXERCEREM CARGOS EM COMISSÃO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, a partir de 04 de agosto de 2017, conforme a Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017, os servidores abaixo designados, para o exercício de cargos em comissão no Poder Executivo do Município de Gaspar:

I – Lotados na Procuradoria-Geral do Município:

a) JEAN CARLOS DE OLIVEIRA, servidor efetivo, inscrito no CPF sob o nº 074.819.409-67, Consultor Jurídico, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais; e

b) SIMONE CARIME MAKKI VOIGT, inscrita no CPF sob o nº 946.800.609-30, Coordenadora Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais.

II - Lotados na Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa:

a) ARTUR RENATO MILLBRATZ, inscrito no CPF sob o nº 381.161.709-53, Coordenador-Geral de Frota, ref. 50, com carga horária de 40 horas semanais;

b) CÉLIA MARGARETE DA COSTA SOUZA, servidora efetiva, inscrita no CPF sob o nº 621.367.129-34, Superintendente de Orçamento, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais;



- c) CIRLENE TEREZINHA SCHRAMM KUNEL, servidora efetiva, inscrita no CPF sob o nº 586.757.879.87, Diretora - Geral de Finanças, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;
- d) CLAUDIONEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 065.303.269-28, Assessor Administrativo, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;
- e) DANIELI GABARDO PEDROSO, inscrita no CPF sob o nº 077.481.639-28, Coordenadora de Atendimento, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais;
- f) EDUARDO FERNANDES DA ROCHA SANTOS, servidor efetivo, inscrito no CPF sob o nº 504.945.627-49, Assessor de Cobrança, ref. 45, com carga horária de 40 horas semanais;
- g) FERNANDA HORST COLSANI, servidora efetiva, inscrita no CPF sob o nº 007.918.709-95, Diretora-Geral de Tributos, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;
- h) IRLAN OSNI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 032.853.749-77, Diretor de Manutenção, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;
- i) JEAN CLOVIS DA ROSA ZEN, servidor efetivo, inscrito no CPF sob o nº 018.547.849-27, Diretor de Patrimônio, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;
- j) JORGE LUIZ PRUCINIO PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 047.192.079-79, Diretor-Geral de Gestão de Convênios, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;
- k) JOSÉ MARILDO AZEVEDO, inscrito no CPF sob o nº 702.774.949-15, Superintendente de Trânsito, ref. 70, com carga horária de 40 horas semanais;
- l) MARCOS ROBERTO DA CRUZ, inscrito no CPF sob o nº 007.937.979-69, Diretor de Compras e Licitações, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;
- m) MARCOS LUDWIG, servidor efetivo, inscrito no CPF sob o nº 051.554.309-84, Diretor- Geral de Tecnologia de Informação, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;
- n) MARI JANETE VOIGT PAIM DA SILVA, servidora efetiva, inscrita no CPF sob o nº 901.872.539-00, Diretora de Pessoal, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;
- o) MARIA KRUMMENACKER, inscrita no CPF sob o nº 247.370.549-68, Coordenadora de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais;
- p) RAQUEL ROSE DA CUNHA, servidora efetiva, inscrita no CPF sob o nº 870.761.609-00, Diretora-Geral de Gestão de Pessoas, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;
- q) SAMARA APARECIDA MARCELINO, inscrita no CPF sob o nº 090.016.839-08, Coordenadora de Serviços, ref. 33, com carga horária de 40 horas semanais; e
- r) SUSAN TATIANA CAVACO SCHEIDT, inscrita no CPF sob o nº 020.055.159-06, Diretora-Geral de Ouvidoria e Atendimento, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais.

### III – Lotados na Secretaria de Saúde:

- a) ALFREDO SOARES, inscrito no CPF sob o nº 528.152.699-53 Diretor de Logística, ref. 55, com carga horária de 40 horas semanais;
- b) AURELIO LUIS ZIMMERMANN, inscrito no CPF sob o nº

007.105.029-90, Médico Regulador, ref. 75, com carga horária de 20 horas semanais;

c) CARLOS ANTONIO SCHMITZ, inscrito no CPF sob o nº 576.109.329-49 Coordenador-Geral de Serviços, ref. 50, com carga horária de 40 horas semanais;

d) DORIMAR SERAFIM STIZ, inscrito no CPF sob o nº 771.095.209-78, Diretor-Geral de Assistência Farmacêutica, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais;

e) EVANDRO SCHNEIDER IMHOF, inscrito no CPF sob o nº 895.867.869-00 Coordenador-Geral de Serviços, ref. 50, com carga horária de 40 horas semanais;

f) LUIZ CARLOS FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 513.919.459-72 Coordenador-Geral de Serviço de Atendimento Especializado - SAE, ref. 50, com carga horária de 40 horas semanais;

g) LUIZ RICARDO SCHMITT, inscrito no CPF sob o nº 089.917.629-13 Diretor-Geral Administrativo, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais; e

h) RUBIANA AZAMBUJA PROENÇA BECKER, servidora efetiva, inscrita no CPF sob o nº 940.349.319-49, Diretora-Geral de Atenção em Saúde Especial e Programas Estratégicos, ref. 64, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de agosto de 2017.

Gaspar, 03 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

### **DECRETO Nº 7.612, DE 04 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 7.612, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

EXONERA O SERVIDOR RICARDO OSVALDO VENTURI.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 01º de agosto de 2017, o servidor RICARDO OSVALDO VENTURI, do cargo efetivo de Escrivão, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 5.047/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de agosto de 2017.

Gaspar, 04 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

### **DECRETO Nº 7.613, DE 04 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 7.613, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

EXONERA A SERVIDORA THICIANA MARIA DE SOUZA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 01º de agosto de



2017, a servidora THICIANA MARIA DE SOUZA, do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 1.411/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de agosto de 2017.

Gaspar, 04 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

#### **DECRETO Nº 7.614, DE 04 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 7.614, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

EXONERA A SERVIDORA MARIA DAS GRACAS DE MACEDO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 02 de agosto de 2017, a servidora MARIA DAS GRACAS DE MACEDO, do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 3.772/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de agosto de 2017.

Gaspar, 04 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

#### **DECRETO Nº 7.615, DE 07 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 7.615, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DELEGA A COMPETÊNCIA DE EXECUTAR O ORÇAMENTO AOS OCUPANTES DOS CARGOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado aos Secretários Municipais, ao Chefe de Gabinete, aos Diretores-Presidentes e ao Procurador-Geral do Município, titulares dos órgãos de que tratam os incisos I e II, do art. 1º, da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, a competência para executar o orçamento vinculado a sua pasta, imputando-lhes a incumbência de ordenar as despesas de natureza financeira, contábil, patrimonial e operacional, no âmbito dos órgãos pelos quais respondem.

Parágrafo único. O ordenador de despesa responderá pelos prejuízos que, direta ou indiretamente, causar à Fazenda Pública.

Art. 2º A autorização de pagamento ou dispêndio de recursos do Município com exceção aos Fundos, Autarquias e Fundações, compete ao Secretário de Fazenda e Gestão Administrativa e ao Secretário Adjunto que, para efeito de controle, deverá rubricar a ordem bancária em conjunto com o Diretor-Geral de Finanças.

Art. 3º Todo ordenador de despesa ficará sujeito à tomada de contas, inclusive especial, realizada pelo órgão de controle interno e, se for o caso, pelo próprio Tribunal de Contas do Estado de Santa

Catarina.

Art. 4º Todo aquele que, a qualquer título, tenha a seu cargo serviços de contabilidade do Município de Gaspar é pessoalmente responsável pela exatidão das contas e tempestiva apresentação dos balancetes, balanços e demais registro contábeis dos atos relativos à administração orçamentária, financeira e patrimonial do setor, órgão ou entidade sob o seu encargo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

#### **DECRETO Nº 7.616, DE 07 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 7.616, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

EXONERA JANICE DA ROSA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 07 de agosto de 2017, a servidora JANICE DA ROSA, inscrita no CPF sob o nº 893.409.659-49, do cargo em comissão de Diretora de Proteção Social Especial, ref. 55, da Secretaria Municipal de Assistência Social, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 6.796, de 05 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de agosto de 2017.

Gaspar, 07 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.264, DE 07 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 5.264, DE 07 de agosto de 2017.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

NOME	CADASTRO	CARGO	DATA DA POSSE	TÉRMINO ESTÁGIO PROBATÓRIO
LUANA LARISSA PAES STORCH	315	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	04/06/2014	03/06/2017
FABIANO DE SOUZA	11163	FISCAL	13/06/2014	13/06/2017
ALINE BERNARDES DE SOUZA	11189	FISIOTERAPEUTA	01/07/2014	02/07/2017
DIOGO DA COSTA RODRIGUES	11191	FISIOTERAPEUTA	07/07/2014	06/07/2017
ÂNGELA GENÉSIA CORREIA NUNES DOS ANJOS	11053	ESCRITURÁRIA	20/03/2014	18/04/2017
MÁRCIA NAIANE NUNES	10124	SERVENTE/ MERENDEIRA	01/02/2013	22/06/2017
ACÁCIO LUIS SCHMITT	11045	ZELADOR	10/03/2014	27/06/2017
EDUARD FISCHER	11081	PROCURADOR MUNICIPAL	02/04/2014	05/04/2017
MARILI TESTONI STIZ	11099	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - I	22/04/2014	04/05/2017
JANAÍNA HELENA FORMAGI SEZERINO	11179	FISIOTERAPEUTA	07/07/2014	08/07/2017

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.265, DE 07 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 5.265, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MERCEDES RUSSI.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora MERCEDES RUSSI, inscrita no CPF sob o nº 608.838.719-04, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, fica à disposição na Biblioteca Pública Dom Daniel Hostin, a partir de 01º de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de agosto de 2017.

Gaspar, 07 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### **DECRETO 085 - 2017 - DENOMINA MEMBROS DA COMISSÃO PARA ORDENAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO MUNICIPAL QUANTO A PARTE TÉCNICA EM MEIO FÍSICO E DIGITAL.**

DECRETO Nº. 085 / 2017

Denomina membros da comissão para ordenação do Cadastro Imobiliário Municipal quanto a parte técnica em meio físico e digital.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de GOVERNADOR CELSO RAMOS, no uso das atribuições legais, e em conformidade com o parágrafo único do art.4º da Lei 130/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Institui os membros da Comissão para ordenação do Cadastro Imobiliário Municipal quanto a parte técnica em meio físico e digital.

Art. 2º - Caberá a comissão organizar e atualizar o cadastro imobiliário Municipal em consonância com o art. 155 da Lei 130/2001.

Art. 3º - Os membros da Comissão será constituído pelos seguintes servidores:

1. Manoel Marcelo da Cunha – Fiscal de obras
2. Maureci Ocker Filho – Técnico em edificações
3. Cristiano Idelfonso Nazário – Fiscal de Obras
4. Rosa Maria Mailde Flores Soares - Fiscal de tributos
5. Kelly Cristina Peixoto dos Santos – Diretora da receita

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 07 de agosto 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### **DECRETO 086 - 2017 - DENOMINA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA LEI 848/2013 QUE ADOTA AS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO URBANÍSTICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº. 086 / 2017

Denomina membros da Comissão de Avaliação da Lei 848/2013 que adota as Medidas de Compensação Urbanísticas e dá outras providências

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de GOVERNADOR CELSO RAMOS, no uso das atribuições legais, e conforme a Lei 848/13.

DECRETA:

Art. 1º - Homologa a nominada dos membros da Comissão de Avaliação para a Lei 848/2013.

Art. 2º - A Comissão avaliará os possíveis impactos Ambientais causado por Obras de Infraestrutura, Urbanização, Reurbanização, Construção, Reconstrução, Reforma e Ampliação de Edificações e instalações no município, assim como determina a referida Lei 848/2013.

Membros da Comissão

1. Marcos Henrique da Silva
2. Manoel Marcelo da Cunha
3. Pedro José Siqueira
4. Milena Marques Rafael

Art. 3º - Os membros poderão utilizar-se dos profissionais de Engenharia Arquitetura e Meio Ambiente da Administração e da Autarquia SAMAE.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 07 de agosto 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO DF 018/2017 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000018/17 de 8 de Agosto de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(006)3.3.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas 6.270,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.04 - DEPARTAMENTO DA PROT.ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

(194)3.1.71.00.00.00.00.2.045-0000 - Transf. a Consórcios Públicos 9.000,00

Total Suplementação: 15.270,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

(005)3.3.50.00.00.00.00.2.003-0000 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 4.200,00 (008)4.4.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas 2.070,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.04 - DEPARTAMENTO DA PROT.ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

(198)4.4.71.00.00.00.00.2.045-0000 - Transferências a Consórcios Públicos 9.000,00

Total Anulação: 15.270,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Agosto de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 8 de Agosto de 2017.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

# Gravatal

## PREFEITURA

### 1º ADT AO CTR 04/2017 RMO SERVIÇOS MÉDICOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº 06/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

OBJETO: "I TERMO ADITIVO DE DESCRENCIAMENTO PARCIAL DO CONTRATO Nº 04/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL E A EMPRESA RMO SERVIÇOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA ABAIXO INDICADA, CREDENCIADA NOS TERMOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017."

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: RMO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - CNPJ Nº 09.456.820/0001-67.

Cláusula I – Fica a contratada descredenciada da obrigação de prestar os serviços de ginecologia/obstetrícia (item 2) no valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil Reais) do contrato principal.

Cláusula II – O valor do contrato passa a ser de R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil Reais) considerando o descredenciamento;

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal, art.79, inciso II da Lei 8.666/93.

Gravatal (SC), 17 de julho de 2017.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1.846 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.846

DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS AO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2017 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	02 - Poder Executivo	
Unidade:	06 – Secretaria da Secretaria de Infra Estrutura	
Atividade:	2.039 Manutenção de estradas vicinais	
Despesa:	( 111 ) 3.3.90.00.00.00.00.0000	50.000,00

TOTAL GERAL DE ANULAÇÃO 50.000,00

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nas seguintes dotações:

Órgão:	02 - Poder Executivo			
Unidade:	06 – Secretaria da Secretaria de Infra Estrutura			
Atividade:	2.051 Manutenção Serviços de Segurança Pública			
Despesa:	( 87 ) 3.3.90.00.00.00.00.0000	50.000,00		
TOTAL GERAL DAS SUPLEMENTAÇÕES		50.000,00		

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de agosto de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.847 DE 07 DE AGOSTO DE 2017**

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.847

DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO BOMBEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 119.972,25 (Cento e Dezenove mil e novecentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos) as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	02-Poder Executivo	
Unidade:	06-Manutenção da Secretaria de Infra estrutura	
Atividade:	2.054 – Manutenção dos Serviços de Prevenção - Bombeiros	
Despesa:	(84 ) 3.3.90.00.00.00.00.0000 -	R\$ 19.972,25
Despesa:	(85 ) 4.4.90.00.00.00.00.0000 -	R\$ 100.000,00

TOTAL ..... R\$ 119.972,25

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação decorrentes do recurso do Bombeiro, receita orçamentária 4.1.1.2.1.99.00.00.00.01 – TAXA DE SERVIÇO DE BOMBEIRO.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de Agosto de 2017

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### ATA Nº1 DE ABERTURA E JULGAMENTO CHAMADA 03.2017.DOC

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar, com dispensa de licitação, conforme Lei nº 11.947 de 16/07/2009.

#### ATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO

Aos 08 (oito) dias do mês de agosto de 2017, às 08h30min, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 089/2017, para proceder o julgamento da habilitação após a juntada de documentos, referente à Chamada Pública nº 03/2017.

Estiveram presentes no ato de abertura dos envelopes os membros da comissão permanente de licitação e os representantes dos proponentes, Antonio José Knob, ASSOCIAÇÃO FAMILIAR BALBINOT (VANDERLEI BALBINOT), ASSOCIAÇÃO FAMILIAR PLETSCH & SARTORI, COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – COOPERFLOR (ANTONIO BORTOLINI)

Entregaram os envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas as seguintes proponentes:

#### FORNECEDOR INDIVIDUAL:

- Antonio José Knob – CPF 503.274.969-91
- Sérgio Rodrigues da Silva – CPF 710.528.959-72

#### Grupo FORMAL:

- ASSOCIAÇÃO FAMILIAR BALBINOT – CNPJ nº 11.220.494/0001-36.
- ASSOCIAÇÃO FAMILIAR PLETSCH & SARTORI – CNPJ nº 09.656.068/0001-06
- COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – COOPERFLOR CNPJ – 10.912.094/0001-29

Inicialmente, abriram-se os envelopes contendo a documentação para habilitação, os quais foram rubricados pela comissão e representante presente. Em seguida passou-se para a fase de análise da documentação entregue, dos proponentes Antonio José Knob, Sérgio Rodrigues da Silva, ASSOCIAÇÃO FAMILIAR BALBINOT, ASSOCIAÇÃO FAMILIAR PLETSCH & SARTORI, COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – COOPERFLOR constatando-se que todos os proponentes Antonio José Knob, Sérgio Rodrigues da Silva, ASSOCIAÇÃO FAMILIAR BALBINOT, ASSOCIAÇÃO FAMILIAR PLETSCH & SARTORI, COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – COOPERFLOR apresentaram a documentação conforme solicitado no edital estando, portanto, habilitados a participarem da fase de julgamento das propostas.

Publique-se.

Guaraciaba, 08 de agosto de 2017.

#### COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI– Presidente da Comissão: .....  
ADRIANA OMIZZOLLO – Membro da Comissão: .....  
MARCIEL DRESCH - Membro/Suplente da Comissão: .....  
PROONENTES:

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR BALBINOT (VANDERLEI BALBINOT)

ANTONIO JOSÉ KNOB

SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA

ASSOCIAÇÃO FAMILIAR PLETSCH & SARTORI

COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – COOPERFLOR (ANTONIO BORTOLINI)

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar, com dispensa de licitação, conforme Lei nº 11.947 de 16/07/2009.

#### ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Aos 08 (oito) dias do mês de agosto de 2017, às 08h30min, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 089/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para o fornecimento do objeto constante da Chamada Pública nº 03/2017.

Inicialmente, abriram-se os envelopes contendo os documentos referentes à proposta de preço (Projeto de Venda), os quais foram rubricados pela comissão e pelo proponente Sérgio Rodrigues da Silva, sendo que os proponentes apresentaram as seguintes propostas:

#### Fornecedor INDIVIDUAL:

Antonio José Knob

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
6	ALFACE fresca, de primeira, bem desenvolvida. Isenta de material terroso e umidade externa anormal. Livre de sujidades, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Produto orgânico.	UN	500,00	2,00	1.000,00
8	BETERRABA, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida. Produto orgânico.	KG	80,00	2,30	184,00
15	OVOS DE GALINHA, tipo grande, casca limpa, não trincados.	DZ	550,00	6,10	3.355,00
17	REPOLHO, isento de material terroso e umidade externa anormal. Livre de sujidades, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Produto orgânico.	KG	450,00	2,00	900,00
18	TEMPERO VERDE, maço de aprox. 180 gr	UN	200,00	2,40	480,00
Total					5.919,00

TOTAL DO AGRICULTOR INDIVIDUAL R\$ 5.919,00 (cinco mil novecentos e dezenove reais).

Sérgio Rodrigues da Silva

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
6	ALFACE fresca, de primeira, bem desenvolvida. Isenta de material terroso e umidade externa anormal. Livre de sujidades, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Produto orgânico.	UN	500,00	2,42	1.210,00
Total					1.210,00

TOTAL DO AGRICULTOR INDIVIDUAL R\$ 1.210,00 (um mil duzentos e dez reais).

Grupo Formal:

· ASSOCIAÇÃO FAMILIAR BALBINOT – CNPJ nº 11.220.494/0001-36.

Agricultor: Vanderlei Balbinot

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
16	QUEIJO COLONIAL de consistência firme, cor e odor característicos.	KG	80,00	27,00	2.160,00
Total					2.160,00

Total do projeto Grupo Formal ASSOCIAÇÃO FAMILIAR BALBINOT R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais).

Grupo Formal:

· ASSOCIAÇÃO FAMILIAR PLETSCH & SARTORI – CNPJ nº 09.656.068/0001-06

Agricultor: Iseo Sartori

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
10	CARNE BOVINA SEM OSSO - QUARTO congelada, acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, porções de 1kg, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos.	KG	250,00	18,10	4.525,00
Total					4.525,00

Agricultor: Osiel Waiss dos Santos

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
11	CARNE DE GADO DE 1ª MOÍDA, congelada, sem gordura e sebo, acondicionada em embalagem plástica atóxica transparente, porção de 1kg.	KG	500,00	18,90	9.450,00
Total					9.450,00

Agricultor: Moacir José Letrari

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
12	CARNE SUÍNA SEM PELE - PERNIL, congelada, deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos, porção de 1kg.	KG	400,00	9,96	3.984,00

13	LINGUIÇA DE CARNE SUÍNA, sabor e odor característico. Com aspecto normal, firme, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em embalagem plásticas atóxicas.	KG	450,00	10,10	4.545,00
			Total		8.529,00

Total do projeto Grupo Formal ASSOCIAÇÃO FAMILIAR PLETSCH & SARTORI R\$ 22.504,00 (vinte e dois mil quinhentos e quatro reais).

· Grupo Formal COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – COOPERFLOR CNPJ – 10.912.094/0001-29

Agricultor: Alice Limberger

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
3	BATATA DOCE de boa qualidade, isenta de lesões, com cor uniforme.	KG	110,00	1,79	196,90
6	ALFACE fresca, de primeira, bem desenvolvida. Isenta de material terroso e umidade externa anormal. Livre de sujidades, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Produto orgânico.	UN	500,00	2,42	1210,00
9	BRÓCOLIS, unidade de aprox. 300 gr, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvido.	UN	75,00	4,85	363,75
14	MANDIOCA, sem casca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho uniforme devendo ser bem desenvolvida.	KG	150,00	4,52	678,00
17	REPOLHO, isento de material terroso e umidade externa anormal. Livre de sujidades, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Produto orgânico.	KG	450,00	2,55	1147,50
18	TEMPERO VERDE, maço de aprox. 180 gr	UN	200,00	2,65	530,00
			Total		4.126,15

Agricultores: Aloísio Werner, Irton Alembrecht, Rogério Kunzler

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	LEITE INTEGRAL PASTEURIZADO, embalagem de 1 litro.	LIT	3.000,00	2,81	8430,00
2	DOCE DE LEITE, PACOTE 400 GR	KG	40,00	10,55	422,00
7	BEBIDA LÁCTEA, acondicionada em embalagem plástica de 1litro, vários sabores, consistência cremosa, isenta de corpos estranhos.	LIT	2.000,00	3,13	6260,00
16	QUEIJO COLONIAL de consistência firme, cor e odor característicos.	KG	80,00	27,69	2215,20
20	NATA (creme de leite pct 300gr)	KG	60,00	14,03	841,80
			Total		18.169,00

· Total do Grupo Formal Grupo Formal COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – COOPERFLOR R\$ 22.295,15 (vinte e dois mil cento e sessenta e nove reais e quinze centavos).

Da Análise das propostas:

Em seguida passou-se para a fase de análise e comparação dos mesmos, aplicando-se o disposto no item 5 do edital. Desta, verificou-se que os proponentes, estão aptos e classificados a fornecerem os produtos conforme abaixo especificado e que os preços cotados estão de acordo com o estabelecido no mercado local, ficando os itens distribuídos da seguinte forma:

Fornecedor INDIVIDUAL:

Antonio José Knob

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
6	ALFACE fresca, de primeira, bem desenvolvida. Isenta de material terroso e umidade externa anormal. Livre de sujidades, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Produto orgânico.	UN	500,00	2,00	1.000,00
8	BETERRABA, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida. Produto orgânico.	KG	80,00	2,30	184,00
15	OVOS DE GALINHA, tipo grande, casca limpa, não trincados.	DZ	550,00	6,10	3.355,00
17	REPOLHO, isento de material terroso e umidade externa anormal. Livre de sujidades, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Produto orgânico.	KG	450,00	2,00	900,00
18	TEMPERO VERDE, maço de aprox. 180 gr	UN	200,00	2,40	480,00
			Total		5.919,00

TOTAL DO AGRICULTOR INDIVIDUAL R\$ 5.919,00 (cinco mil novecentos e dezenove reais).

Total Geral da compra de agricultores individuais: R\$ 5.919,00 (cinco mil novecentos e dezenove reais).

Grupo Formal:

· ASSOCIAÇÃO FAMILIAR BALBINOT – CNPJ nº 11.220.494/0001-36.

Agricultor: Vanderlei Balbinot

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
16	QUEIJO COLONIAL de consistência firme, cor e odor característicos.	KG	80,00	27,00	2.160,00
Total					2.160,00

Total do projeto Grupo Formal ASSOCIAÇÃO FAMILIAR BALBINOT R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais).

Grupo Formal:

· ASSOCIAÇÃO FAMILIAR PLETSCH & SARTORI – CNPJ nº 09.656.068/0001-06

Agricultor: Iseo Sartori

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
10	CARNE BOVINA SEM OSSO - QUARTO congelada, acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, porções de 1kg, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos.	KG	250,00	18,10	4.525,00
Total					4.525,00

Agricultor: Osiel Waiss dos Santos

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
11	CARNE DE GADO DE 1ª MOÍDA, congelada, sem gordura e sebo, acondicionada em embalagem plástica atóxica transparente, porção de 1kg.	KG	500,00	18,90	9.450,00
Total					9.450,00

Agricultor: Moacir José Letrari

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
12	CARNE SUÍNA SEM PELE - PERNIL, congelada, deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos, porção de 1kg.	KG	400,00	9,96	3.984,00
13	LINGUIÇA DE CARNE SUÍNA, sabor e odor característico. Com aspecto normal, firme, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em embalagem plásticas atóxicas.	KG	450,00	10,10	4.545,00
Total					8.529,00

Total do projeto Grupo Formal ASSOCIAÇÃO FAMILIAR PLETSCH & SARTORI R\$ 22.504,00 (vinte e dois mil quinhentos e quatro reais).

· Grupo Formal COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – COOPERFLOR CNPJ – 10.912.094/0001-29

Agricultor: Alice Limberger

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
3	BATATA DOCE de boa qualidade, isenta de lesões, com cor uniforme.	KG	110,00	1,79	196,90
9	BRÓCOLIS, unidade de aprox. 300 gr, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvido.	UN	75,00	4,85	363,75
14	MANDIOCA, sem casca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho uniforme devendo ser bem desenvolvida.	KG	150,00	4,52	678,00
Total					1.238,65

Agricultores: Aloísio Werner, Irton Alembhrant, Rogério Kunzler

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	LEITE INTEGRAL PASTEURIZADO, embalagem de 1 litro.	LIT	3.000,00	2,81	8430,00

2	DOCE DE LEITE, PACOTE 400 GR	KG	40,00	10,55	422,00
7	BEBIDA LÁCTEA, acondicionada em embalagem plástica de 1litro, vários sabores, consistência cremosa, isenta de corpos estranhos.	LIT	2.000,00	3,13	6260,00
20	NATA (creme de leite pct 300gr)	KG	60,00	14,03	841,80
			Total		15.953,80

· Total do Grupo Formal Grupo Formal COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – COOPERFLOR R\$ 17.192,45 (dezesete mil cento e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos).

TOTAL GERAL DA COMPRA R\$ 47.775,45 (quarenta e sete mil setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)

Obs: Os itens 04, 05, e 19 não receberam cotação

Obs: As amostras dos produtos dos agricultores selecionados e classificados em primeiro lugar, deverão ser entregues até as 17h30min do dia 10 de agosto de 2017, na Secretaria Municipal de Educação para avaliação e seleção do produto a ser adquirido.

Guaraciaba, 08 de agosto de 2017.

#### COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI– Presidente da Comissão: .....

ADRIANA OMIZZOLLO - Membro da Comissão .....

MARCIEL DRESCH – Membro da Comissão/Suplente: .....

#### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 101 E 110.2017.DOCX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2017

PROCESSO Nº 101/2017 HOMOLOGAÇÃO: 08/08/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA

UTILIZAÇÃO NOS TREINOS E EM COMPETIÇÕES DAS EQUIPES DE VOLEIBOL E FUTSAL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE

ESPORTES DE GUARACIABA DURANTE O ANO DE 2017 E AQUISIÇÃO DE BOLAS DE FUTEBOL DE CAMPO DESTINADAS

PARA O USO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. CONVÊNIO 2016 TR2424 - GOVERNO ESTADUAL.

CONTRATADO: CALÇADOS KUNZ LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2017

PROCESSO Nº 110/2017 HOMOLOGAÇÃO: 08/08/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SALA DE

VIDEOMONITORAMENTO DA POLICIA MILITAR DE GUARACIABA SC.

CONTRATADO: CLAUDINOR KEMPER ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais)

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2017 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 156/2017 – PMG

Processo Licitatório: 156/2017 – PMG

Tipo: Menor preço por item

Objeto: Contratação de serviços de sonorização, iluminação e estruturas para eventos para a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 21/08/2017 às 14h.

Abertura dos Envelopes: 21/08/2017 às 14h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 8 de agosto de 2017.  
Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 810/2017

DECRETO Nº. 810/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4431/2017, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária,
3339000000000000	Aplicações diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	150.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023.0691.0012.1023	Construção, Implementação de Centro de Eventos
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	150.000,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de agosto de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 139/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 139/2017 – PMG.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE UM TOLDO SOB MEDIDA, CONFECCIONADO EM LONA E COM ESTRUTURA DE FERRO.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratados: FIGUEIRA TOLDOS E TENDAS LTDA-ME, sob o CNPJ nº 06.111.559/0001-75, estabelecida na Rua Antonio Kochella, nº 143, Bairro Ilha da Figueira, Jaraguá do Sul - SC.

Valor: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Guaramirim (SC), 08 de agosto de 2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2017 – FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2017 – FMAS.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE



EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA SONDAGEM DE SOLO E SUBSOLO.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, incisos IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrita no CNPJ sob o nº 13.884.310/0001-68.

Contratado: MARCON SONDAGENS LTDA- EPP, sob o CNPJ: 75.307.355/0001-27, estabelecida na Rua Otto Stutzer, nº 97, Bairro Boa Vista, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais).

Guaramirim (SC), 08 de agosto de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2017 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2017 – FMS.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE CONserto, REPARO, PEÇAS E CALIBRAGEM DE BALANÇAS ANTROPOMÉTRICA.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratado: RC NUHS COMERCIO LTDA – EPP, sob o CNPJ nº 81.027.062/0001-99, estabelecida na Rua Fides Deeke, nº 55, Bairro Itoupava Seca, Blumenau-SC.

Valor: R\$ 3.178, 65 (três mil cento e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

Guaramirim (SC), 08 de agosto de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim referente ao empenho nº. 4444/2017, datado de 07/08/2017, no valor de 20.000,00. Este pagamento se refere ao primeiro aditivo do convênio nº18/2016 para repasse financeiro.

O pagamento do referido empenho foi feito antecipadamente para possibilitar a entidade beneficiada o pagamento do credor responsável pela manutenção, já realizada, no veículo desta entidade, razão pela qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supracitado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 08 de Agosto de 2017.

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº. 4431/2017

LEI Nº. 4431/2017

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza a abertura de um crédito suplementar no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. dasAcoes de Apoio a Iniciativas Produtivas (agricola, Pecuaria,
3339000000000000	Aplicações diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	150.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023.0691.0012.1023	Construcao, Implementacao de Centro de Eventos
3449000000000000	Aplicações Diretas
01340000	Transf.convênios-união/outros Não Rel
Total Ação	150.000,00

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de agosto de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 447/2017

PORTARIA Nº. 447/2017

Prorroga a Sindicância Administrativa nº. 04/2017, instaurada pela Portaria nº. 387/2017.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o parágrafo único, art. 52, da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a Sindicância Administrativa nº. 04/2017, instaurada pela Portaria nº. 387/2017, por mais 30 (trinta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de agosto de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## RESULTADO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO SAÚDE 001/2017

PROCESSO SELETIVO - EDITAL 0001/2017

RESULTADO PRELIMINAR

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	SOLANGE DE FÁTIMA BLOEMER	8,6
02	FRANCIELE DE OLIVEIRA DE LIMA	8,0
03	KAMILLA ROSA	8,0
04	MARLEI OURIQUES GOMES	7,6
05	ROSELI LOPES ULLMANN	7,0
06	SABRINA KAROLEINE RIBEIRO DOS SANTOS	7,0
07	CELIA MARLY KRAISCH	6,8
08	LUIZ CARLOS CUBAS	6,6
09	ROSELI METZ	6,6
10	EDNA FUCHS DA SILVA	6,6
11	ALANA SALA AGOSTINI	6,6
12	JAIR RABELLO	6,4
13	ALECIO ALADIO GOMES JUNIOR	6,4
14	ALINE CRISTINA KULBA DE ARAÚJO TOMASI	6,4
15	MARGARIDA LUCHINI	6,2
16	CLAUDETE DE FÁTIMA FERREIRA DOS SANTOS	6,2
17	SILVANA NASCIMENTO JORGE	6,2
18	EDILSON ANTONIO DE OLIVEIRA	6,0
19	JANICE KUCARZ	6,0
20	CLEIDIMAR GOLDBART	5,8
21	TAISE FERREIRA	5,6
22	RAFAELA RAMTHUN	5,6
23	DIONE SCHROEDER	5,4
24	SANDRA REGINA FAGUNDES MACHADO	5,4
25	TATIANE WALZ SCHMIDT	5,4
26	AÇUCENA MARIA LOURENCI	5,4
27	TALITA RENATA DE PAULA MONTEIRO	5,4
28	NILANDO DE ASSUNÇÃO MIRANDA	5,2
29	ALICE CAMARGO KLOS	5,2
30	ANDREIA BUCCI COIMBRA	5,2
31	KARINE ESTER RODRIGUES DOS SANTOS	5,0
32	ROSANE GALVÃO	5,0

## ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	ELISANGELA APARECIDA BECHTOLD	8,2
02	EDINALVA DA SILVA FRANÇA DIAS	8,0
03	BIANCA CRISTINA COUSSOU	7,4
04	GRAZIELA CHAVES	7,4
05	AUREA PLOCHARSKI DA SILVA	7,2
06	FRANCIELI SILVEIRA	7,2
07	MARISA DE FÁTIMA CORDOVA	6,6
08	FLÁVIA THAISE RUECKERT	6,6
09	THAMIRIS SILVA TEIXEIRA	6,4
10	LETÍCIA MORETE DEZSI	6,0
11	MARA LUCIA DA SILVA	5,6

## CIRURGIÃO DENTISTA PSF

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	MÁRCIA REGINA MAYUMI OKAJI	9,2
02	RENATO PETILLE	9,2
03	LUIZA ROSSINI DE MOURA	9,2
04	CLÁUDIO ROGÉRIO DA CRUZ	9,0
05	JANAINA XIMENES PASCHOA	8,8
06	BIANCA ROSA DEMÉTRIO	8,8
07	LETÍCIA PEREIRA OLIVEIRA BARRETO DANA	8,6
08	DAIANA JACOBI LAZZAROTTO	8,6
09	JOSÉ EDUARDO DIAS DOS SANTOS	8,6
10	MATHEUS TADAO WAKASUGUI	8,6
11	RAYANI RUIZ	8,6
12	CAROLINE SCHOLZ	8,6
13	JÚLIA MICHELS	8,6
14	NESTOR FILIPE DA LUZ	8,6
15	RHAMONN FERNANDES FERREIRA	8,6
16	PAULA BALESTRIN	8,6
17	IAGO HENRIQUE BAGNARA FARIAS	8,6
18	PAOLA TIBOLLA	8,4
19	ADRIANA CRISTINA SILVEIRA PEREIRA FRANCO	8,2
20	FELIPE BROLESE	8,2
21	ELISANGELA DE FÁTIMA DE LIMA JANOSKI	8,2
22	SHANSHALY COSTA	8,2
23	ANA KAROLLINY AMADI	8,2
24	BRUNA FIORINI FLUCK	8,2
25	CLAUDIA RAQUEL SEVEGNANI	8,2
26	JOHANNA KOCH SCHMITZ	8,2
27	MARINA MICHELS	8,2
28	GABRIELA SILVEIRA	8,2
29	CAROLINA BRUNS KRÜGER	8,2
30	NEMROD RONAN SCHIEFLER	8,2
31	ISABELA PICKLER BONETTI	8,2
32	CARLOS BUSSE APPEL	8,0
33	LAURO IYDA IMAI	8,0
34	MILTON ROGÉRIO GRÜTZMACHER	8,0
35	THAIS MARTIN MARTIN	8,0
36	SÉRGIO CUNHA DO NASCIMENTO (ANABELLE)	8,0
37	PATRÍCIA PAULETTO	8,0
38	ANGELI FERNANDA NIEMIES	8,0
39	BRUNA ELIZANDRA HARTMANN	8,0
40	MYRIAN KATHERYNE HENNIG DILL SOARES	7,8
41	SUELEN PARAVISI PAGLIARI	7,8
42	FRANKLIN ADEMAR DORN	7,6
43	RENAN BALSANELLI MOREIRA	7,6
44	BERNARDO OLSSON	7,6
45	HALIME ADEL SALEH	7,6
46	BIANCA SEMMER BREDA	7,6
47	THAIS MUNHOZ PEREIRA	7,6
48	MARÍLIA RIBEIRO SANTOS SOBANIA	7,6
49	IVAN SÉRGIO LONGO	7,4
50	RODRIGO MARACCINI FRANCO	7,4
51	JULIANA LUCI ALVES ARIAS	7,4
52	MARIANA ELIZA MACHADO KUTZKE	7,4
53	GUILHERME WALTER BIEZUS	7,4
54	BRUNA MICHELS	7,4
55	PAULO ROBERTO RONALDO REZENDE	7,4
56	DIEGO EMANUEL PINHEIRO ANTUNES	7,4
57	AMANDA CRISTINA ROCHA	7,4
58	ANNA KARINA BOEING SOARES	7,2
59	GUILHERME DE LIMA	7,2
60	SARAH SIMON FLAUSINO	7,0
61	ANDRIELI KOBREN	7,0
62	BÁRBARA BUCHLI	7,0
63	BRUNA CAROLINA SOUZA E SILVA	7,0

64	GLÁUCIA CRISTINA MERLI	7,0
65	NATASCHA DOUAT HANNEGRAF	7,0
66	ANDRESSA RENATA RECH	7,0
67	ADRIANA RODRIGUES VISCAINO SALOMÃO	6,8
68	HELDER MARCELO FERREIRA DE LIMA	6,8
69	ELIANA ROMANI	6,8
70	CHARLES DE SOUZA FERNANDES	6,8
71	EWANDRO CARLOS BERRETTA FILHO	6,8
72	CAROLINE GONÇALVES DE LIMA	6,8
73	SIMONE DE SOUZA PEREIRA PAES	6,8
74	ALEXANDRE BELTRAME DE MOURA	6,8
75	JOSIAS GRIGGIO	6,8
76	GABRIELLE SLAVIERO	6,8
77	LUIZ ROBERTO DE ALMEIDA	6,6
78	CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA	6,6
79	TALITA CASCAES	6,6
80	GABRIELA FIGUEREDO	6,6
81	DOUGLAS ALBERTO FARIAS FILHO	6,6
82	IRAN CESAR PRAWUTZKI	6,4
83	JULIA KAISER BRUHNS	6,4
84	JOSÉ CARLOS ALVES DE OLIVEIRA	6,4
85	NATÁLIA CAMARGO DUARTE	6,4
86	CAIO MASTELLA ENKE	6,4
87	LETÍCIA SIMEONI AVAIS	6,4
88	KATHIANE KOEPEL	6,2
89	PATRÍCIA GODOY	6,2
90	DANIELLE DE MORAES PINI	6,2
91	MARIANA FRANCO COSTA	6,2
92	ANDRESSA DE NADAI	6,2
93	LORENA DA COSTA PIMENTEL	6,2
94	THAILA MILENE MARCOMINI	6,0
95	JAQUELINE FACHI	6,0
96	RENAN RAPHAEL YOKOTA DORO	6,0
97	GABRIEL EUGÊNIO ANONI SCHUBERT	5,8
98	RAFAELA MACEDO DIAS	5,8
99	IZABELLE CRISTINA ROST	5,8
100	DIEILA GIOMO DE LIMA	5,8
101	LETÍCIA FLEISCHHAUER CORRÊA	5,8
102	DAIANI JOVANOWICHS RAMOS	5,6
103	ANA CAROLINE CORRÊA BORTOLUZZI	5,6
104	CASSIA OLIVEIRA VIGNOTO	5,6
105	KELI CRISTINA AKEMI HIRATA	5,6
106	SALVIO ROBERTO BOREK	5,6
107	FABIO BONADIO GONÇALVES	5,6
108	HÊMILE SCHULZ	5,6
109	CAROLINA DO AMARAL PRESTES	5,6
110	VANUSA ESTELA WASEM SANTANA	5,4
111	ANDRESA ROVANI PAVAN	5,4
112	SHEILA CRISTINA DOURADO	5,2
113	ADRIANA DA LUZ	5,0
114	CAROLINA FLORES SILVANO	5,0
115	CAROLINA BUTIGNOL	5,0
116	CAROLINNA TREVISANI FUCK	5,0
117	KEVIN LUIZ SIMON	5,0
118	ALEX ANTONIO DA SILVA	5,0

## ENFERMEIRO PSF

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	ADRIANO MENDES SOARES	7,6
02	LARISSA SAYURI SETOGUCHI	7,6
03	KÉZIA MERCEDES OLIVEIRA DOS SANTOS	6,8
04	IVANA URACH	6,8
05	CRISTINA MORGANA BATISTA	6,6
06	SUZANA TANQUELLA DA ROSA	6,4

07	LUANA OKUDA PEREIRA	6,2
08	MÁRCIA ROSA LAGE DE CAMARGO	6,0
09	FABIANO DA SILVA MUNIZ	6,0
10	LAUDINÉIA FERREIRA TERRES	6,0
11	GIANE TATI LUTZ	6,0
12	NAYLA LAIS FERREIRA MAZZETTO	6,0
13	CARLA JANAÍNA INÁCIO	5,8
14	ERIKA YURIKO KINOSHITA	5,8
15	BÁRBARA PATRÍCIA FRANZ GRIGGIO	5,8
16	ROSELI SCHAUSS	5,6
17	MELISSA KAUE BOESE COELHO	5,6
18	HALINE GIULIANE RECKZIEGEL	5,6
19	LETÍCIA MARIE SAKAI	5,6
20	ELIS REJANE DA MAIA	5,4
21	JANAINA CRISTIANE WINTER	5,4
22	FABIANO TADEU SOARES DE OLIVEIRA	5,4
23	CRISTIANE CROTTI DA COSTA	5,4
24	REGIANE PADILHA DE MACEDO	5,4
25	ADNA KRISLA MACARIO CORREIA	5,4
26	JAMILE EUGÊNIA CAPORASSO	5,4
27	GRACIELA KELLER	5,4
28	SARA FRANCIELI BRYCH	5,4
29	ADILSON JULIANO THILLES	5,2
30	GIOVANA CRISTINA GIROTI	5,2
31	ALINE DE PAULA SANTOS	5,2
32	KARIN CRISTINA CRISTOFOLLINI DE OLIVEIRA	5,2
33	DALVANA PATRICIA BOTH	5,2
34	GRACIELA SCHMITZ	5,0
35	ROBERTA MARINA LEMOS DE ALMEIDA DAMSCHI	5,0

## FARMACÊUTICO

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	CARINA BERNARDI	7,2
02	ANA MARIA DELLA ROCCA	7,2
03	RODRIGO LODETTI	6,6
04	KATHIA CRISTINA ANANIAS	6,4
05	RONEI WANDERLEY MARASCA	6,0
06	CRISTIANE PORTES RIBEIRO WAPPLER	5,8
07	ANA CAROLINA FRITZ RATAYCZYK	5,6
08	ELIZIANE WUTHSTRACK	5,4
09	MARIA DE FÁTIMA RUIZ MARTINS	5,2
10	MARINA SARTORI SOARES	5,2
11	DÉBORA EVELYN AGUIAR	5,0

## FISIOTERAPEUTA

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	JOSÉ RONNEI LAURINDO PEREIRA	8,0
02	SIMONE DE SÁ NERI	7,4
03	ANA LUCIA BAPTISTA DE LIMA	6,8
04	PRISCILLA GABRIELA MULLER	6,8
05	MAIARA DESCHAMPS	6,8
06	ANDRÉA GIMENEZ DE LIMA COUTO	6,6
07	AMANDA PRESTINI ROSÁ	6,2
08	ANNA PAULA SILVA PEDRO	5,6
09	AIRES MONDARDO JUNIOR	5,6
10	GUSTAVO YOSHIO OKIYAMA	5,0

## RECEPCIONISTA

COLOCAÇÃO	NOME	NOTA
01	ADRIANA HILLE	9,8
02	RODRIGO XAVIER DA SILVA	9,8
03	THUANY BATISTA MARQUES	9,2
04	MARISANDRA ALVES DO PRADO	9,0

05	DENYZE AMARAL CASTILHO	9,0
06	KRISLAINE DRUM MORALES RUSSIN	8,8
07	FRANCIANE GISELE MEIRA	8,8
08	THIAGO RAFAEL GOMES DA SILVA	8,6
09	LUAN MIRANDA RIBEIRO	8,6
10	PALOMA CAMPAGNARO	8,6
11	EDEN LIAN RIBEIRO	8,6
12	AMANDA PASQUAL	8,6
13	AMANDA PERSUHN BELDERRAIN	8,6
14	GABRIELA BETONI OLIVEIRA LUZ	8,6
15	BRUNA BRANDT GASPARETTO	8,6
16	MICHELE DA SILVA MELO TALAYER	8,4
17	JOICE CARINA JUNG DE OLIVEIRA	8,4
18	ANA CLAUDIA SANTOS MOREIRA	8,4
19	EVERTON OLIVEIRA DE SOUZA	8,2
20	CAROLINE DA SILVA SANTOS	8,2
21	SIMONE CIEMNIEVSKY LINS	8,2
22	CRISTIANE WEBERS JOAQUIM	8,0
23	ETIANNI DE LIMA RIBEIRO BORGE	8,0
24	CLÁUDIA CORREIA PIVA	8,0
25	LAIZA CAROLINE CONTI	8,0
26	ANE MARI MORA	7,8
27	KARIN MARLISE FROELICH	7,8
28	DIEGO DOS SANTOS ZINI	7,8
29	RAFAEL RODRIGUES CARVALHO	7,8
30	JANAINÉ LEANDRO	7,8
31	KESTIN PONATH	7,8
32	KETLIN ULLER	7,8
33	AMANDA DE GODOI	7,8
34	MARLENE TERESINHA CATANIO	7,6
35	CLAUDINEIA VOGEL FERREIRA	7,6
36	JIONARRAN DE ALMEIDA BRUGNHAGO	7,6
37	BRUNA SHMOLLER PEREIRA	7,6
38	SIGLIA FAGUNDES HEMMIG	7,6
39	COMPARCITA MARLY NEVES RIBEIRO DOS SANTOS	7,4
40	LARA HELENA GASCHO	7,4
41	GABRIEL CORREA MUSKOVSKI	7,4
42	NADIA PAULA VIEIRA AMÂNCIO	7,2
43	ELLEN RIOS SILVA MACHADO	7,2
44	EVELIN BRUNA DOS SANTOS	7,2
45	ELIZIANE PALHANO DE SOUZA	7,0
46	LUCILDA DOS SANTOS	7,0
47	KARINE MEYER SILVEIRA	7,0
48	MELISE CRISTINE GONÇALVES	7,0
49	AGATHA WINTER RODRIGUES	7,0
50	ANA PAULA CARREIRA CONTE DE MEDEIROS	7,0
51	MARIA FERNANDA SOUZA GONÇALVES	7,0
52	ANA CAROLINE FERRARI	7,0
53	FELIPE RODRIGUES BELETI	7,0
54	SHIRLE JUNKES	6,8
55	LUANA MARIA DE LIMA	6,8
56	CAMILA AZEVEDO SABINO	6,8
57	LAUDNER LISOT TILHA	6,8
58	CLAUDIA MARLY KRAISCH DE ARAÚJO	6,8
59	LUANA COELHO BYLAARDT	6,8
60	CLOVIS CORDEIRO DE LIMA	6,6
61	SUZANA TESTONI DA SILVA	6,6
62	WISLLA CAROLINE SOUSA BRAGA	6,6
63	TAYNARA NAIR BERLANDA	6,6
64	ANE CAROLINE SILVA FURTADO	6,6
65	DEBORA SCHUASTZ	6,6
66	SUZETE APARECIDA DOS SANTOS	6,4
67	JIOVANI RICARDO BAECHTOLD	6,4

68	MAICON DE OLIVEIRA LESSA	6,4
69	KARINE NIEWIADONSKI	6,4
70	MÁRCIA LUIZA CAETANO	6,4
71	LETÍCIA MARTINS RODRIGUES DOMBROWICZ	6,4
72	GABRIELA CAROLINA EING	6,4
73	CRISTHIAN URBANSKY DIAS	6,2
74	TAUANA ESTÉFANI DE LIZ SANTOS	6,2
75	SOLANGE DOS ANJOS PEREIRA KERBER	6,2
76	JAANAI DA SILVA	6,2
77	CRISTIANE DE CASTRO DE OLIVEIRA	6,2
78	MARCOS OLIVEIRA DOS SANTOS	6,2
79	MARIZA MARY SILVA FURTADO	6,2
80	EDIELSON SILVA DOS SANTOS	6,2
81	CAILIN VITÓRIA CAVIQUIOLI	6,2
82	DILMA DE LIMA	6,0
83	DIVA WINTER	6,0
84	PAULINA DE LIMA RIBEIRO CARVALHO	6,0
85	DENIS ROCHA DA COSTA	6,0
86	PALOMA FRANCIELE DA SILVA	6,0
87	TAÍS MEURER	6,0
88	UELITA NERES DE OLIVEIRA	6,0
89	LUCIANA DA SILVA	5,8
90	ALAN PIRES DE CASTILHO	5,8
91	FERNANDA PINHEIRO	5,8
92	DANIEL WILLIAM CONTE SAMPAIO	5,8
93	DÉBORAH BEHRENDT CORBANI	5,8
94	NICOLE BEATRIZ DA SILVA	5,8
95	STEFANY SCHROEDER RAMOS	5,8
96	EDITE DE LIMA CUNHA	5,6
97	ADRIANA MARTINS DE SOUZA	5,6
98	VIVIANE STOINSKI	5,6
99	NADIA MARCELA NIESPONGINSKI	5,6
100	MARIANA JULIANA DE SOUZA VAZ	5,6
101	LUANA INÊS OECHSLER	5,6
102	MAYARA LOTHAMMER	5,6
103	NICOLAS DA SILVA BOEIRA KREIN	5,6
104	GUILHERME KLEMANN	5,6
105	MARIZETE APARECIDA DOS SANTOS HOEFT	5,4
106	LUCILIA RENATA BARBOSA PEREIRA	5,4
107	CLÁUDIA ALVES	5,4
108	TATIANE DA SILVA SEBA BOM DESPACHO	5,4
109	KETHELEN SCHROEDER RAMOS	5,4
110	ISABELY SAIBERT BETONI	5,4
111	GABRIEL BECKER	5,4
112	SÔNIA MARA CORRÊA	5,2
113	GRACIELE DE MIRANDA FLORES	5,2
114	GENI ALVES SIQUEIRA	5,2
115	FERNANDA DOS SANTOS DE ANDRADE	5,2
116	GABRIELA FERNANDA DA SILVA	5,2
117	THAYNÁ CAROLINA TONON	5,2
118	ANA CAROLINE NICOCCELLI	5,2
119	ANDRESSA VIEIRA DOS SANTOS	5,2
120	MARISTELA VANDERLINDE	5,2
121	MARISTELA DOS ANJOS BENTO	5,0
122	SHEILA GIURIATTI RIBAS CAVIQUIOLI	5,0
123	ODIRLEYA DA SILVA FERREIRA	5,0
124	SARA ELLEN BORGES DE MEDINA	5,0
125	ANA LUISA SOUZA BRUM	5,0

GUARAMIRIM/SC, 08 DE AGOSTO DE 2017.  
COMISSÃO ORGANIZADORA



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 121/2017 - REVOGA PL 16/2017 FMS

DECRETO N. 121./2017

Declara a revogação do Processo Licitatório n. 16/2017, modalidade Pregão Presencial n. 14/2017 do Fundo Municipal de Saúde do Município de Guarujá do Sul e dá outras providências.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 49 da Lei n. 8666/93.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Processo Licitatório n. 16/2017, na modalidade de Pregão Presencial n. 14/2017, que tem por objeto a Contratação de Medico Clinico Geral ( Pessoa Física ), para atender a demanda da população do município de Guarujá do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABIENTE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 08 de agosto de 2017.  
66º ano da Fundação e 55º ano da Instalação.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora,  
Secretário de Administração e Fazenda

### DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 119\_2017

Decreto nº 0119/2017 de 07 de agosto de 2017.

Constitui Comissão Especial para elaboração da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 63, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a importância da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício de 2018 participativa com a sociedade, o qual visa à melhoria da gestão participativa, partindo da premissa de que a população e os demais segmentos sociais devem colaborar para a construção de uma gestão pública eficiente, que esteja mais próxima dos anseios da coletividade é que:

#### DECRETA:

Art. 1º Constitui a Comissão Especial para Elaboração da LDO para o exercício de 2018, integrada pelos seguintes membros da Administração Direta do Município: Julio Della Flora, Deisi Cemin Franco, e Adelise de Oliveira.

Art. 2º A Comissão Especial será presidida pelo Secretário de Administração e Fazenda, e secretariada pelos demais membros que ficarão incumbidos das convocações e pautas das reuniões ordinárias a serem definidas em calendário.

Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 07 de agosto de 2017 - 66º ano da Fundação e 55º ano da Instalação.

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora  
Secretário de Administração e Fazenda

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF CT 38/2016 TA 05

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 38/2016  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 14/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: CONSTRUTORA FIEL EIRELI ME

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução constante na Cláusula Primeira do Quarto Termo Aditivo até 29 de setembro de 2017 ( Construção do Centro de Lazer e Eventos ).

Guarujá do Sul, SC, 08 de agosto de 2017.  
Claudio Junior Weschenfelde,  
Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL 2.544\_2016

Lei nº 2.544/2017

DEFINE A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### CAPÍTULO I

##### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 1º Compreende-se como política municipal de turismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do Município, preservando-se suas riquezas naturais.

#### CAPÍTULO II

##### DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 2º É criado o Conselho Municipal de Turismo (CMtur), vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, tendo como atribuições formular, coordenar e dirigir a política municipal de turismo.

Art. 3º O Conselho Municipal de Turismo (CMtur), presidido pelo Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, constituído de representantes de órgãos oficiais, da iniciativa privada e outras entidades, terá composição definida pelo Decreto

Regulamentador da presente Lei e obrigatoriamente contará com um representante de cada uma das seguintes áreas:

**I – Das Entidades Governamentais**

1. 01 representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo;
2. 01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
3. 01 representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
4. 01 representante da Secretaria Municipal de Transportes e Obras; e
5. 01 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Emprego;
6. 01 representante da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

**II – Das Entidades não Governamentais**

1. 03 representantes da Indústria e Comércio local ;
2. 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
3. 01 representante de organizações Assistenciais, Culturais, recreativas ou esportivas;
4. 01 representante da Ong Agua.

§ 1º Os representantes dos órgãos oficiais serão de livre escolha do Prefeito Municipal;

§ 2º Os representantes das entidades não governamentais e outras entidades de que trata o "caput" deste Artigo terão um mandato de 2(dois) anos e serão indicados pelas suas respectivas organizações.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Turismo (CMTur):

I sugerir as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de turismo;

II participar das entidades estaduais e nacionais de turismo;

III opinar, na esfera do Poder Executivo ou quando consultado pela Câmara Municipal, sobre anteprojetos ou projetos de lei que se relacionem com turismo;

IV sugerir formas de incentivos fiscais voltadas para o desenvolvimento do turismo local;

V estimular as iniciativas públicas e privadas, tendentes a desenvolver o turismo no Município;

VI analisar o mercado turístico definido os empreendimentos e ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas;

VII fomentar, direta ou indiretamente, as iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria do turismo, coordenando a execução de projetos considerados de interesse municipal;

VIII estimular e fomentar a ampliação, diversificação, reforma e melhoria da qualidade da infraestrutura turística municipal;

IX definir critérios, analisar, aprovar e acompanhar os projetos de empreendimentos turísticos que sejam incentivados pelo Município;

X inventariar, hierarquizar e ordenar o uso e a ocupação de áreas e locais de interesse turístico e estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua preservação, de acordo com a legislação pertinente;

XI estimular as iniciativas destinadas a preservar o ambiente natural e a fisionomia sócio cultural do Município, em articulação com os demais órgãos e entidades competentes;

XII promover, junto às autoridades competentes, os atos e medidas necessários ao desenvolvimento das atividades turísticas, à melhoria ou ao seu aperfeiçoamento dos serviços oferecidos aos turistas e à facilitação do deslocamento de pessoas no território municipal, com finalidade turística;

XIII celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes com organizações e entidades públicas ou privadas, para a realização de seus objetivos;

XIV conceder prêmios ou outros incentivos ao turismo; XVIII organizar seu Regimento Interno.

Art. 5º Compete ao Presidente do Conselho:

- a) presidir as reuniões do Conselho;
- b) representar o Conselho em suas relações com terceiros;
- c) promover a execução das decisões do Conselho.

**CAPÍTULO III**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 6º Constituem receitas do Conselho Municipal de Turismo (CMTur) dotações que lhe forem consignadas no Orçamento do Município.

Art. 7º No prazo de 90(noveenta) dias da data da publicação desta Lei, o Poder Executivo baixará a competente regulamentação e tomará as medidas necessárias à instalação e funcionamento do Conselho Municipal de Turismo (CMTur).

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPA DE GUARUJÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 de agosto de 2017.  
65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal



# Guatambú

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

#### CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Guatambu – SC, no uso de suas atribuições torna público e convoca a população à participar de “Audiência Pública” com a finalidade de apresentação da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA - Lei Orçamentaria Anual para 2018, em cumprimento ao que estabelece o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e Lei Municipal n. 448/2001. A referida Audiência Pública será realizada no dia 15 de Agosto de 2017, com início às 14:00 horas, e previsão de encerramento para as 16:00 horas, tendo como local a sala de reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Guatambu – SC.

Guatambu, SC, Agosto de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 77/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Guatambu

Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal em exercício, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com Lei Federal Nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, alterações posteriores, e demais normas aplicáveis. Processo Administrativo nº 77/2017. Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 14/2017. Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETONICOS; ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS; EMISSAO DE ÁLVARAS; ELABORAÇÃO DE PARECERES ENVOLVENDO PROJETOS JUTO AO SETOR DE TRIBUTAÇÃO; PLANEJAMENTO URBANO, PLANEJAMENTO FISICO-TERRITORIAL, PLANOS DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO, SISTEMA VIÁRIO, SINALIZAÇÃO, TRAFEGO E TRANSITO URBANO, ACESSIBILIDADE; ACOMPANHAMENTO DO PROJETO DE SENEAMENTO BASICO E AMBIENTAL. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER PRESTADOS NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, COM CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 20 HORAS SEMANAIS.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 25/08/2017. Abertura dos Envelopes: às 08:30 horas do dia 25/08/2017. O Edital poderá ser obtido no site [www.guatambu.sc.gov.br](http://www.guatambu.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço: Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102. Guatambu, SC, 08 de Agosto de 2017. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ORDEN DE SERVIÇO Nº 002/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

CONTRATO Nº 0024/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA. - EPP

ORDEN DE SERVIÇO Nº 002/2017 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA. - EPP. Inscrita no CNPJ sob o nº Nº 09.234.560/0001-85 em conformidade com o contrato Nº 024/2017 de 31/07/2017 iniciar os serviços da obra de Reforma da cobertura de sala de aula e ampliação da área de recreação do Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe, no Município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.

Características: Movimentação de Terra, Infraestrutura, Superestrutura, Instalação Pluvial, Pavimentação, Parede e Painéis, Revestimentos, Estruturas Metálicas e Cobertura, Forro, Pintura, Instalação Elétrica e Guarda Corpo

Localização: Rua Senador Euzébio, nº 40 - Vila Militar

Área Total - 583,94 m²

Prazo de Conclusão: 120 dias

Valor Total - R\$ 142.434,74 (cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos)

Herval d'Oeste (SC) 08 de agosto de 2017.

AMÉRICO LORINI JUNIOR DE MATTOS

Prefeito Municipal Sócio Administrador

CPF: 162.730.799-00 CPF: 040.937.649-30

Contratante Contratada

### ORDEN DE SERVIÇO Nº 003/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017

CONTRATO Nº 0027/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA. - EPP

ORDEN DE SERVIÇO Nº 003/2017 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA. - EPP. Inscrita no CNPJ sob o nº Nº 09.234.560/0001-85 em conformidade com o contrato Nº 027/2017 de 03/08/2017 iniciar os serviços da obra de ligações de esgoto sanitário de imóveis municipais à rede coletora, no Município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.

Características: Ligações de Esgoto Sanitário a Rede coletora dos seguintes Imóveis:

Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz

Escola Básica Municipal Cruz e Sousa e Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores

Localização: Ruas Santos Dumont, Primeiro de Janeiro e Nereu Ramos

Prazo de Conclusão: 30 dias

Valor Total - R\$ 11.360,56 (onze mil, trezentos e sessenta reais e cinquenta e nove centavos)

Herval d'Oeste (SC) 08 de agosto de 2017.

AMÉRICO LORINI JUNIOR DE MATTOS

Prefeito Municipal Sócio Administrador

CPF: 162.730.799-00

Contratante

CPF: 040.937.649-30

Contratada

### PORTARIA Nº 1111/2017

PORTARIA Nº 1111/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, ao servidor VAL-DEMAR DO AMARAL E SILVA (Matr. 545), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Vigilância Sanitária, Nível - 8/1, Referência "I", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 104, parágrafo único, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 07 de agosto de 2017 a 10 de agosto de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1112/2017

PORTARIA Nº 1112/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS da Portaria Nº 989/2017, que contrata em Caráter Temporário, a Senhora JULIANA APARECIDA THOMAZZI SAMOURA (Matr. 4664), para exercer a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, Educação Infantil, turno matutino, sendo que a mesma passará a exercer suas funções junto ao GEM Profº Adolfo Becker, a partir de 08 de agosto de 2017 até o término do ano letivo de 2017, aprovada em 9º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 - SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, prorrogado pelo Decreto nº 3.622/2017, de 09/01/2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1113/2017**

PORTARIA Nº 1113/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

PRORROGAR OS EFEITOS da Portaria Nº 992/2017, que contrata em Caráter Temporário, a Senhora LUCIELE HENGERS (Matr. 4656), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, Educação Infantil, sendo que a mesma continuará em substituição de servidoras afastadas em gozo de Licença Prêmio, a contar de 31 de julho de 2017 a 15 de dezembro de 2017, aprovada em 78º lugar na relação de candidatos "Habilitados com Graduação", pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, prorrogado pelo Decreto nº 3.622/2017, de 09/01/2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1114/2017**

PORTARIA Nº 1114/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ROMY ELIZA SCHNEIDER (Matr. 4673), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 30 horas semanais, Disciplina de Língua Inglesa, turnos matutino e vespertino, junto ao GEM Nossa Sra. de Fátima, GEM Profº Adolfo Becker e ERM Profº Alcino Fernandes, em substituição à servidora Rosane Aparecida Pereira, que se encontra em Licença Prêmio, a partir de 08 de agosto de 2017 até o retorno desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2017, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 023/2017/SMECE, de 03 de agosto de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### COMUNICADO - EDITAL Nº 003/2017

#### COMUNICADO

Prezados candidatos

OS BOLETOS DO BANCO DO BRASIL QUE FORAM GERADOS PARA PAGAMENTO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017, NÃO ESTÃO SENDO ACEITOS.

A EMPRESA AMAC ESTÁ ENVIANDO NOVOS BOLETOS PARA PAGAMENTO NO BRADESCO. VENCIMENTO PARA 11.08.2017.

QUEM ESTÁ TENDO PROBLEMA COM OS BOLETOS FAVOR ENTRAR EM CONTATO PELO FONE: 049 35340044, 049 35340045 OU PELO E-MAIL: rh@ibiam.sc.gov.br.

COMUNICAMOS QUE FICA PRORROGADO O PRAZO PARA PAGAMENTO DAS INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 11.08.2017

Ibiam, 08 de agosto de 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO INSCRIÇÕES 2 - EDITAL Nº 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal o Sr. IVANIR ZANIN, no uso de suas atribuições, torna pública a seguinte retificação:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo final para pagamento do boleto de inscrição para o dia 11/08/2017, visando o melhor interesse dos candidatos.

Art. 3º. Ficam mantidas as demais disposições do Processo Seletivo.

Ibiam-SC, 08 de agosto de 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

# Ibirama

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 4.116, DE 31 DE JULHO DE 2017 - NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO nº 4.116, de 31 de julho de 2017.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os cidadãos para representarem as entidades governamentais e indicados pelas entidades não governamentais, conforme Lei Municipal nº 2.030, de 18 de dezembro de 1998, para comporem como membros no Conselho Municipal de Educação, com mandato de 04 (quatro) anos, a saber:

#### I – Representantes Governamentais:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Elvira Schulze Männchen

Suplente: Maira Jennrich da Costa

b) 01 (um) representante da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Jonathan Schaefer

Suplente: Ricardo Tambosi

c) 01 (um) representante da Rede Estadual de Ensino:

Titular: Rosimeri Meneghelli

Suplente: Célia Beltrami

d) 01 (um) representante de Especialistas em Assuntos Educacionais:

Titular: Suélen Fusinato

Suplente: Jéssica Möller

e) 01 (um) representante do corpo docente da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Roseane Karsten

Suplente: Valdenice Terezinha da Silva

#### II – Representantes Não Governamentais:

a) 01 (um) representante da Rede Particular de Ensino:

Titular: Erimá Ribeiro Martins

Suplente: Lorenita Jacinto Koepsel

b) 02 (dois) representantes das Associações de Pais e Professores da Rede Municipal:

Titular: Pablo Schoeffel

Suplente: Nilto Andreon Neto

Titular: Sandra Bachmann

Suplente: Vilmar Schmitz

c) 02 (dois) representantes das Associações de Bairros:

Titular: Rubens Abel

Suplente: Vilson Sievers

Titular: Alisson Kufy

Suplente: Valter Kienen

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de julho de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 4.118, DE 31 DE JULHO DE 2017 - APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO nº 4.118, de 31 de julho de 2017.

“APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Em observância ao disposto na Lei nº 2.990, de 12 de julho de 2013, em seu Art. 7º, fica aprovado o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar, cujo inteiro teor constitui o Anexo deste Decreto.

Art. 2º - Com a aprovação do Regimento Interno fica ratificado o disposto no Decreto Municipal nº 4.098, de 14 de junho de 2017, que nomeou os membros para comporem o Conselho de Alimentação Escolar.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de julho de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.119, DE 07 DE AGOSTO DE 2017 - NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – COMUTRAN – DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO nº 4.119, de 07 de agosto de 2017.

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – COMUTRAN – DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros governamentais e indicados para representarem as entidades não governamentais, respectivamente com seus membros suplentes, conforme Lei Municipal nº 2.659, de 16 de setembro de 2009, para comporem o Conselho Municipal de Trânsito – COMUTRAN, a saber:

I – 01 (um) Responsável pelo órgão municipal de trânsito, DEMUTRAN:

Titular: Klaus Brodwolf

Suplente: Marcondes Uhlmann

II – 01 (um) representante da Polícia Militar:

Titular: Samuel Costa Spindola

Suplente: Jonas Davi de Souza

III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras:

Titular: Rubens Fusinato

Suplente: Lauro Mett

IV – 01 (um) representante da Polícia Civil:

Titular: Alan Pinheiro de Paula

Suplente: Chahuana Luiza Claudino dos Santos

V – 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros Militar ou Voluntário:

Titular: Marcos da Silva

Suplente: Rudinei Pinsegher

VI – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Rafael Augusto Eskelsen

Suplente: Marcia da Silva Fusinato

VII – 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Ibirama:

Titular: Edison Keil

Suplente: Wilson Vanderley Rex

VIII – 01 (um) representante de Associações de Bairro:

Titular: Humberto Gehrke Junior

Suplente: Ligia Selene Moser

IX – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:

Titular: Edson Luis Bittencourt

Suplente: Marlene Reblin

X – 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – 14ª SDR:

Titular: Roberto Carlos Cipriani

Suplente: Sandro Marcus Zlhan

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Trânsito –COMUTRAN será de 02 (dois) anos.

§ 2º Os conselheiros não receberão remuneração pelas suas atividades, sendo a sua função considerada de relevante interesse

público.

§ 3º Os conselheiros que faltarem a três reuniões consecutivas ou a seis alternadas, sem justificativa, terão seus nomes encaminhados às entidades ou segmentos que representam para serem substituídos.

§ 4º A presidência do Conselho Municipal de Trânsito – COMUTRAN será exercida por um dos seus membros eleito pelos seus pares.

§ 5º O Conselho Municipal de Trânsito – COMUTRAN é órgão de controle social da gestão da política de trânsito e transporte, com caráter consultivo e fiscalizador, observando as competências previstas no art. 3º da Lei Municipal nº 2.659, de 16 de setembro de 2009, sendo que suas decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

Art. 2º A Conferência Municipal de Trânsito será realizada no Município de Ibirama a cada 02 (dois) anos, sempre no segundo semestre.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de agosto de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças



# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 037 - 2017 MUL - SRP - RECAPAGENS DE PNEUS

PROCESSO Nº. 312/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2017 – MULTIENTIDADES REGISTRO DE PREÇO Secretária Municipal de Obras e Transporte Fundo Municipal de Educação Secretária Municipal de Agricultura	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 23/08/15 às 13:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 23/08/15 às 14:00 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br">licitacao3@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

FRANCINEIDE PEREIRA  
PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 09 de agosto de 2017.

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 044- 2017 MUL - SRP - PNEUS, CAMARAS E PROTETORES

PROCESSO Nº. 354/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2017 – MULTIENTIDADES REGISTRO DE PREÇO Prefeitura Municipal de Ilhota Secretaria de Obras e Transporte Secretaria de Agricultura Secretaria de Educação Defesa Civil Secretaria de Saúde Secretaria de Assistência Social	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES NOVOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 24/08/2017 às 14:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 24/08/2017 às 14:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

#### MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

FRANCINEIDE PEREIRA  
PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 09 de agosto de 2017.

### EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA 6/2017

Ilhota, 08 de agosto de 2017.

Edital de Convocação de Audiência Pública 06/2017

A Secretaria de Planejamento do Município de Ilhota, através de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 84/2017, conforme dispõe a Lei complementar nº 16/2017 que trata do Código Urbanístico do Município de Ilhota, convida todos os munícipes a participarem da Audiência Pública a ser realizada nas dependências da Câmara Municipal de Ilhota, situada à rua Bertoldo Simon, 98 – Centro, no dia 23/08/2017, às 18:00, relativo ao Estudo de Impacto de Vizinhança(EIV), do loteamento Jardim Europeu.

CARLOS EDUARDO SCHMITT  
CPF 965.653.909-59  
Assessor de Planejamento

### EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA 7/2017

Ilhota, 08 de agosto de 2017.

Edital de Convocação de Audiência Pública 07/2017

A Secretaria de Planejamento do Município de Ilhota, através de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 84/2017, conforme dispõe a Lei complementar nº 16/2017 que trata do Código Urbanístico do Município de Ilhota, convida todos os munícipes a participarem da Audiência Pública a ser realizada nas dependências da Câmara Municipal de Ilhota, situada à rua Bertoldo Simon, 98 – Centro, no dia 30/08/2017, às 18:00, relativo ao Estudo de Impacto de Vizinhança(EIV), do loteamento Porto Seguro.

CARLOS EDUARDO SCHMITT  
CPF 965.653.909-59  
Assessor de Planejamento

**EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA 8/2017**  
Ilhota, 08 de agosto de 2017.**Edital de Convocação de Audiência Publica 08/2017**

A Secretaria de Planejamento do Município de Ilhota, através de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 84/2017, conforme dispõe a Lei complementar nº 16/2017 que trata do Código Urbanístico do Município de Ilhota, convida todos os munícipes a participarem da Audiência Publica a ser realizada nas dependências da Camara Municipal de Ilhota, situada à rua Bertoldo Simon, 98 – Centro, no dia 04/10/2017, às 18:00, relativo ao Estudo de Impacto de Vizinhança(EIV), do loteamento Primavera III.

CARLOS EDUARDO SCHMITT  
CPF 965.653.909-59  
Assessor de Planejamento

**PROTOCOLO DE CHAMADA CONCURSO Nº 01/2014**

Protocolo de Chamada de Candidato Aprovado em Concurso Público

Dentro do que estabelece o Edital 001/2014 de 06/03/2014, e o Decreto nº 24 de 10/07/2014 que Homologa Resultado do Concurso Público nº 01/2014, deverá o candidato citado abaixo comparecer munido das documentações exigidas pelo referido

edital em até 7 (sete) dias úteis a sua ciência, das 08:00 as 12:00 ou das 13:00 as 17:00 horas na Prefeitura Municipal de Ilhota, situada à Rua Leoberto Leal, 160, no Centro da Cidade de Ilhota, para o ingresso na carreira de serviço público municipal. O caso de não comparecimento no prazo acima citado importará em ciência do candidato no seu remanejamento para o final da listagem de classificação.

Ilhota (SC), 07 de agosto de 2017.

Candidato: DAISY CHRISTIANE PEREIRA

Cargo: ENGENHEIRO CIVIL

Endereço: RUA GALDINO DE BORBA, Nº 198

Bairro: CORDEIROS Cidade: ITAJAÍ Estado: SC CEP: 88.310 - 360

47 99624 1580

\_\_\_\_\_  
CIENTE EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Ass. Candidato

# Imbituba

## PREFEITURA

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 597/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 597, de 09 de agosto de 2017.  
Dispõe sobre a admissão de Médica - ESF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 09/2017, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Yudy Andrea Molina Ricon	Médica - ESF	755.528.171-68	09/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de agosto de 2017.  
Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### DECRETO PMI Nº 107, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 107, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.  
Designa Pregoeiro e Equipe de apoio para a realização dos Pregões da Prefeitura Municipal de Imbituba, nos termos do artigo 3º, inciso IV da lei n.º 10.520/02, de 17 de julho de 2002 e Decreto n.º 0096/2006, de 09 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica DESIGNADO o Sr. Fernando Melo da Silva, para atuar nos Pregões destinados a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito municipal com as seguintes atribuições:

- credenciar os participantes;
- receber as propostas;
- analisar a aceitabilidade das propostas;
- classificar as propostas;
- receber os lances;
- analisar a aceitabilidade dos lances;
- classificar os licitantes segundo o critério de menor preço;
- verificar os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta;
- declarar vencedor o licitante que atender as exigências fixadas no edital;
- adjudicar o objeto do certame ao licitante declarado vencedor.

Art. 2º Os membros titulares que irão compor a Equipe de Apoio ora constituída serão: as Senhoras, Debora Borges Catarina, Emanuele

Martins Ávila e Cristina Stemposki Fagundes e o Sr.Vinicius de Souza. Os membros suplentes serão: A sra. Jéssica Possamai Silveira e os Srs. Rafael Freitas Pires e Jefferson Leal.

Parágrafo primeiro. Os membros suplentes atuarão na(s) ausência(s) ou impedimento de membros titulares.

Parágrafo Segundo. Na ausência ou impedimento do Pregoeiro, assumirá a função a sra. Emanuele Martins Ávila, e na função da mesma, assumirá o sr. Jefferson Leal.

Art. 3º Os Membros nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação serão gratificados pelos serviços prestados à mesma, na forma da Lei Complementar nº 4.405, de 23 de maio de 2014.

Art. 4º Fica revogado o Decreto PMI nº 093, de 05 de Junho de 2017.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de agosto de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira  
Chefe de Departamento de Atos Normativos

### DECRETO PMI Nº 108, DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 108, DE AGOSTO DE 2017.  
Constitui a Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93, inciso VII e Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto pelas Leis Federais n.º 8.666/93 e alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação, composta por 05 (cinco) membros titulares, e 03 membros suplentes, que procederá ao recebimento, análise e julgamento dos processos licitatórios e documentos relativos ao cadastramento de licitantes do Município de Imbituba.

Art. 2º Os membros titulares que irão compor a Comissão ora constituída serão: as Senhoras, Debora Borges Catarina, Emanuele Martins Ávila e Cristina Stemposki Fagundes e os Senhores Fernando Melo da Silva e Vinicius de Souza. Os membros suplentes serão: A Sra. Jéssica Possamai Silveira e os Srs. Rafael Freitas Pires e Jefferson Leal.

Parágrafo primeiro. A referida comissão será presidida pelo Sr. Fernando Melo da Silva e Secretariada pela Senhora Emanuele Martins Ávila

Parágrafo segundo. Os membros suplentes atuarão na(s) ausência(s) ou impedimento de membros titulares.

Parágrafo terceiro. Na ausência ou impedimento do Presidente da comissão, assumirá a função a Sra. Emanuele Martins Ávila, e na

função da mesma, assumirá o Sr. Jefferson Leal.

Art. 3º À Comissão Permanente de Licitação compete privativamente:

- I – examinar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes;
- II – deliberar sobre a conveniência de aquisições de bens e serviços;
- III – receber as propostas dos participantes em licitações públicas;
- IV – proceder à análise e julgamento das propostas recebidas e abertas; e
- V – encaminhar as propostas julgadas ao Prefeito Municipal de Imbituba para homologação.

Art. 4º À Comissão Permanente de Licitação fará a gerência do processo licitatório da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias Municipais nas seguintes modalidades:

- I – Concorrência Pública;
- II – Tomada de Preços;
- III – Convite;
- IV – Leilão;
- V – Dispensa de Licitação;
- VI – Inexigibilidade de Licitação; e
- VII – Pregão presencial e eletrônico.

Art. 5º O Presidente da Comissão Permanente de Licitação fica autorizado a assinar os editais e demais documentos inerentes, bem como baixar os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório e ainda analisar e deferir o Certificado de Registro Cadastral - CRC, ficando o Secretário incumbido de elaborar as atas e relatórios das reuniões e dos atos praticados pelos seus membros.

Art. 6º Os Membros nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação serão gratificados pelos serviços prestados à mesma, na forma da Lei Complementar nº 4.405, de 23 de maio de 2014.

Art. 7º Fica revogado o Decreto PMI nº 092, de 05 de junho de 2017.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 08, de agosto de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira  
Chefe de Departamento de Atos Normativos

## DECRETO PMI Nº 109, DE 08 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO PMI Nº 109, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.764, de 30 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM		
Manutenção das atividades do FUNREBOM		
06.182.0012-2.086		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.000 0 (0004)	Aplicações Diretas	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.000 0 (0005)	Aplicações Diretas	40.000,00
Total		80.000,00

Art. 2º Art. O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro de recursos próprios apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de agosto de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira  
Chefe de Departamento de Atos Normativos

## EXTRATO CONTRATO PMI SEAPI 2016/81 A-02 PROC 76/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2016/81 – A/02  
Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA  
CNPJ: 07.185.611/0001-09

Objeto: Termo Aditivo a prorrogação de prazo por até 31/12/2017.  
Fundamento: Processo nº 76/2016 Tomada de Preço nº 04/2016  
Imbituba, 30 de maio de 2017.

Alex Sandro Carpes  
Secretario Municipal de Infraestrutura e Saneamento  
Contratante

CASTELO ENGENHARIA LTDA  
Representante legal  
Contratado

## EXTRATO CONTRATO PMI SEDUCE 2016/47- A/02

Contrato PMI SEDUCE 2016/47 – A/02 Processo Licitatório 10/2016 Carta Convite 01/2016	DÉCIMO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IMBITUBA, E A EMPRESA J.D. ARQUITETURA LTDA ME.
---	--

As PARTES:

O MUNICÍPIO DE IMBITUBA, com endereço na Av. Dr. Ernani Cotrin, 601, Centro, Imbituba (SC), inscrição CNPJ n.º 82.909.409/0001-90, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretario Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Sr. FILIPE DIAS ANTÔNIO, inscrito no CPF nº 050.334.009-08, e EMPRESA J.D. ARQUITETURA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.708.095/00001-06, com sede na Av. Dr. João Rinsa, nº 400, centro, Imbituba/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por suas sócias

administradoras, Sra. Jaqueline de Souza Domingos, brasileira, solteira, arquiteta, Cadastro de Pessoa Física sob n.º 054.760.239-17, residente e domiciliada a Rua Manoel Serafim, nº 422, bairro Vila Nova, Imbituba/SC e Mirian de Souza Domingos, brasileira, casada, empresária, Cadastro de Pessoa Física sob n.º 578.785.289-34, residente e domiciliada a Rua Manoel Serafim, nº 422, bairro Vila Nova, Imbituba/SC, em conformidade com a Carta Convite 01/2016, processo nº 10/2016, homologado em 28/03/2016, observado o disposto na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas CLÁUSULAS seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS

Fundamenta-se este ADITIVO, através do processo 12983/2017, nas quais constam justificativa do engenheiro.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por 90 dias.

#### CLÁUSULA TERCEIRA– CONVALIDAÇÃO

Ficam mantidas, integralmente, todas as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº. 2016/47 – A/01, que não foram modificadas por este Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONTRATANTE, a seu critério e através de Servidor devidamente identificado, ampla irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do Contrato.

A CONTRATADA declara aceita e, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.

A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a prestação dos serviços prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas.

#### CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente instrumento no órgão de Imprensa Oficial de Santa Catarina correrá à conta do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEXTA– FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituba (SC) para dirimir questões ou litígios resultantes deste Aditivo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em três (3) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Imbituba, 28 de junho de 2017

EMPRESA J.D. ARQUITETURA LTDA ME. CONTRATADA	FILIPPE DIAS ANTÔNIO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
TESTEMUNHAS	MUNICÍPIO DE IMBITUBA
Nome:	CONTRATANTE
C.I. nº	CONTRATANTE

#### EXTRATO CONTRATO SEDETUR 2017/13 - A/00 PROC 36/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDETUR 13/2017 – A/00

Contratada: MISTÉRIO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

CNPJ: 10.259.995/0001-63

Objeto: LOCAÇÃO DE STAND PARA A PREFEITURA DE IMBITUBA DURANTE A 19ª QUERMESSE DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 14 A 18 DE JUNHO DE 2017.

Prazo: 14/06/2017 à 14/08/2017 Valor Total: R\$ 10.000,00

Fundamento: Processo nº 36/2017 Inexigibilidade: 04/2017

Imbituba, 14 de junho de 2017.

Dorlin Nunes Junior

Secretario Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico

Contratante

MISTÉRIO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

Representante legal

Contratado

#### EXTRATO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO 05/2017 PREGÃO 05/2017 FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 05/2017 - FUNREBOM, na modalidade de Pregão Presencial, de nº 05/2017, por motivo de interesse Público.

Imbituba, 09 de agosto de 2017.

Debora Borges Catarina

Pregoeira Oficial

#### PORTARIA PMI/SEAD Nº 598/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 598, de 09 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 13/2017, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
João Martins da Silveira	Motorista	291.916.700-63	09/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal



**PORTARIA PMI/SEAD Nº 599/2017**

PORTARIA PMI/SEAD Nº 599, de 09 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 10/2017, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Lucenira Ramildes do Nascimento	Agente Comunitário de Saúde	763.274.859-87	09/08/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 045/2017**

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 045, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 15516/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Av. Dr. João Rinsa, Centro, Imbituba/SC, a Sra. THAYNÁ MACIEL DA ROSA, inscrita no CPF sob o nº 041.155.730-07, residente na Rua Benito Ruiz, nº 242, Centro, Imbituba/SC, para venda de crepes e cachorro-quente (carrinho de lanches), de segunda-feira a sábado, das 8:00h as 17:30h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da

edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesse restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de agosto de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER  
Diretora de Documentação e Patrimônio

**PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 046/2017**

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 046, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 17053/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Irineu Bornhausen com Álvaro Catão (em frente ao Residencial Tatuíras), Centro, Imbituba/SC, ao Sr. JONATAN MARTINS CAMARGO, com inscrição no CNPJ sob o nº 23.209.251-0001-86, residente na Rua 03 de Outubro, nº 870, Centro, Imbituba/SC, para venda de lanches e bebidas (Ônibus/Trailer) "DINDU'S", semanalmente, das 11:00h (manhã) as 03:00h (madrugada).

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até



90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de agosto de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER

Diretora de Documentação e Patrimônio

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 146/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 146/2017  
CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação de assessoria e diagnóstico na folha de pagamento de pessoal estatutário da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, envolvendo aproximadamente 1.200 (um mil e duzentos) funcionários, 450 (quatrocentos e cinquenta) rubricas de proventos e descontos, num período de análise de (sessenta) meses. Os serviços serão realizados em 04 (quatro) etapas e por amostragem, conforme proposta apresentada pela Licitante.

VALOR: R\$ 331.326,00

PRAZO: 26 de julho de 2017 até 26 de outubro de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2017.

### CONTRATO Nº 148/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 148/2017  
CONTRATADA: CONTROL LAB CONTROLE DE QUALIDADE PARA LABORATÓRIOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação de serviços de auditoria em controle de qualidade externo em análises clínicas, de envio mensal de acordo com cronograma a ser definido entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR ESTIMADO: R\$ 10.595,88

PRAZO: 26 de julho de 2017 até 31 de dezembro de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2017.

### CONTRATO Nº 149/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 149/2017

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Aldo Pereira de Andrade (trecho 01: início: interseção com a Rodovia Augusto Hasse SC 447 – estaca 0+13,00 PP; término: defronte a residência nº 411 – estaca 21+0,00 PF).

VALOR ESTIMADO: R\$ 732.740,57

PRAZO: 28 de julho de 2017 até 24 de janeiro de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 28/07/2017.

### CONTRATO Nº 150/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 150/2017

CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

OBJETO DO CONTRATO: Empréstimo no valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), sob a forma de financiamento concedido pela CAIXA, observadas as condições estabelecidas no contrato.

PRAZO: 120 meses (contados da data da assinatura).

DATA DA ASSINATURA: 31/05/2017.

### DECRETO Nº 671/17

. DECRETO Nº 671/17

. De 08 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5383 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 202.622,51 (duzentos e dois mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e um centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT.CONVENIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01671707	MAC ESTADO CIRURGIAS ELETIVAS
Valor: ( 202.622,51 )	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 08 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

### TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 035/2017

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 035/2017

O MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12, com sede na Rua Anelio Nicocelli, nº 1720, bairro Figueirinha,

na cidade de Guaramirim – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Maurício Vogelsanger, brasileiro, sócio/proprietário, inscrito no CPF sob nº 638.924.309-00 e Cédula de Identidade nº 2.191.067-7, residente e domiciliado à Rua Germano Marquardt, nº 187, bairro Vila Lalau, cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução da reperfilagem, pavimentação asfáltica e complementação da drenagem pluvial da Rua Santa Catarina (início: Rua Marechal Floriano Peixoto – estaca 0+0,00 PP; término: Rua Rio de Janeiro – estaca 20+12,00 PF), com extensão de 412,00 metros, passa vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 06 de junho de 2017 até 04 de setembro de 2017, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

### TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 138/2017

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 138/2017

O MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SIM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.160.936/0001-91, com sede na Rua Henrique Vigarani, nº 90, bairro Barra do Rio, na cidade de Itajaí – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jorge Goetten de Lima, brasileiro, divorciado, Administrador, inscrito no CPF sob nº 439.279.989-15 e Cédula de Identidade nº 7R 867.513 SSP/SC, residente e domiciliado à Alameda Bela Aliança, nº 220, bairro Jardim América, na cidade de Rio do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1 e quarta, item 4.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de agentes de limpeza, controle de estacionamento e brigadistas, para a realização da 49ª Festa do Colono, passam a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação dos serviços de agentes de limpeza, controle de estacionamento e brigadistas, para a realização da 49ª Festa do Colono, conforme quantitativos e especificações do quadro a seguir:

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	Valor Unitário	Valor Total
1	254	Horas	Agentes de Limpeza - Serventes.	R\$ 23,50	R\$ 5.969,00
2	156	Horas	Agentes de Controle de Estacionamento.	R\$ 24,50	R\$ 3.822,00
VALOR TOTAL GERAL:				R\$ 9.791,00	

#### CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 05 de junho de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA Maurício Vogelsanger Contratada
---	--

SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Fabiano dos Santos Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC nº 47.689
---	---

Testemunhas:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 9.791,00 (nove mil, setecentos e noventa e um reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 21 de julho de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	SIM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA Jorge Goetten de Lima Contratada
GABINETE DO PREFEITO Manoel Felipe Boaventura Chefe de Gabinete	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF:

#### **TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONVÊNIO Nº TR 1114/2017**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONVÊNIO Nº TR 1114/2017

CONTRATADA: 34ª AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE TIMBÓ.

OBJETO DO ADITIVO: O presente termo aditivo altera o prazo final para a execução do convênio, originalmente estabelecida junto ao convênio para o dia 11/08/2017, sendo alterado para 30/09/2017

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2017.

#### **TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 116/2015**

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 116/2015

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, MAPA IMOBILIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 234, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 1.041.331, residente à Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locador, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula terceira, item 3.1., do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel localizado na rua Tiradentes, nº 66, bairro Centro nesta cidade de Indaial/SC, destinado à instalação do centro de conciliação para cobrança de dívidas extrajudiciais, sendo constituído por um imóvel de característica comercial (sala comercial), com área construída privativa de 58,15 m2 (cinquenta e oito metros quadrados e quinze centímetros), contendo as instalações necessárias para a unidade administrativa, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

3.1. O valor mensal contratado é de R\$ 1.241,41 (um mil, duzentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 14.896,92 (quatorze mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa e dois centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial (SC), 15 de junho de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	MAPA IMOBILIÁRIA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Sílvia César da Silva Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 202/2015**

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 202/2015

Pelo presente instrumento particular de Termo Aditivo de contrato para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento) e para internações hospitalares aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2286115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ sob o nº 84.231.281/0001-83, situada na Rua Desembargador Alves Pedrosa nº 185, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Edson Roberto Milbratz, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade Nº. RG 19804830, Nº. CPF 093.029.108/57, residente e domiciliado na Rua Tocantins 313, bairro dos estados, CEP 89130-000, Indaial – Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06, GM/MS 1.034/2010, GM/MS nº 3.410/2013 e GM/MS nº 142/2013, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, e amparada pela Constituição Federal de 1988, a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Considerando a Portaria do MS 3410, de 30 de Dezembro de 2013 que:

Art. 17. O valor pré-fixado será composto:

I pela série histórica de produção aprovada da média mensal dos 12 (doze) meses anteriores à celebração do contrato da média complexidade;

II por todos os incentivos de fonte federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, com detalhamento de tipo e valor, vinculados ao alcance das metas qualiquantitativas.

Art. 18. A parte pósfixada será composta pelo valor de remuneração dos serviços de Alta Complexidade e doFAEC, calculados a partir de uma estimativa das metas físicas, remunerados de acordo com a produção autorizada pelo gestor contratante.

Art. 19. O gestor público de saúde do ente federativo contratante poderá definir valores adicionais às partes préfixada e pós-fixada, caso tenha capacidade de financiamento com fonte própria.

Art. 20. Quando acordado entre as partes, a contratualização poderá ser feita no modelo de orçamentação global, sendo que o repasse dos recursos será condicionado ao cumprimento das metas e compromissos formalizados, monitorados e avaliados periodicamente e que será calculada levando em consideração:

I a infraestrutura tecnológica (porte, equipamentos e serviços);

II o perfil assistencial;

III a capacidade e produção de serviços (recursos humanos e desempenho de produção); e

IV o custo regional de materiais e serviços.

Art. 30. O hospital que apresentar percentual acumulado de cumprimento de metas superior a 100% (cem por cento) por 12 (doze) meses consecutivos terá as metas do Documento Descritivo e os valores contratuais reavaliados, com vistas ao reajuste, mediante aprovação do gestor local e disponibilidade orçamentária.

Considerando a necessidade de reavaliação do Plano Operativo de acordo com a série histórica de produção da CONTRATADA.

Considerando a necessidade de ajustes de valores pré-fixados que oneram os recursos próprios da CONTRATANTE (PLUS e Custeio) realocando os mesmos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitações em anexo, o presente Termo Aditivo visa a alteração da cláusula terceira: item 3.1; cláusula décima: item 10.1, 10.2 e 10.3 e o ANEXO 1 - Plano Operativo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares, do contrato, que tem com objeto integrar a CONTRATADA ao Sistema Único de Saúde – SUS e definir sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando a garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde no qual a CONTRATADA esta inserida e de acordo com o Plano Operativo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares (ANEXO I) e as Metas Qualitativas (ANEXO II) e os previamente definidos entre as partes, conforme segue:

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA

3.1 – Para o cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se responsabiliza por oferecer ao usuário os recursos necessários ao atendimento integral, conforme especificado a seguir:

I – Assistência médico-ambulatorial, compreendendo:

a) - atendimento médico por especialidade, com realização de todos os procedimentos específicos necessários para cada área, incluindo os de rotina, urgência ou emergência definidos no plano operativo;

b) – especialidades médicas e profissionais técnicos na área de saúde em regime de sobreaviso e plantão definidos conforme o plano operativo;

c) - assistência social;

d) - assistência farmacêutica, de enfermagem, de nutrição e outras, quando indicadas.

II – Assistência técnico-profissional e hospitalar, de acordo com o plano operativo compreendendo:

a) - Os serviços de auxílio diagnóstico e tratamento disponível necessários ao atendimento dos usuários do SUS, conforme constantes na FPO e FCES;

b) – cirurgião principal, cirurgião auxiliar e anestesista nos procedimentos cirúrgicos eletivos de acordo com as necessidades de cada atendimento;

c) - encargos profissionais e nosocômios necessários, incluindo os de plantonistas;

d) - utilização de sala de cirurgia, material e serviços do centro cirúrgico e instalações correlatas;

e) - medicamentos prescritos e outros materiais utilizados, sangue e hemoderivados;

f) - serviços de enfermagem;

g) - serviços gerais;

h) - fornecimento padronizado de roupa hospitalar;

i) - alimentação com observância das dietas prescritas;

j) - procedimentos especiais e outros necessários ao adequado atendimento do usuário;

III - Transferências Inter Hospitalar de pacientes, quando da impossibilidade de o atendimento ser realizado pelo SAMU;



Parágrafo Único – Em casos da não disponibilidade do SAMU para as transferências Inter-hospitalares, fato devidamente comprovado através de registro escrito por médico da CONTRATADA, os gastos com o transporte oneram a CONTRATANTE, devendo por intermédio da CONTRATADA o acionamento do serviço e a viabilização de todo aspecto legal aplicável. O pagamento será com recursos públicos feito a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1 – A CONTRATADA receberá, mensalmente, da CONTRATANTE os recursos para a cobertura dos serviços contratados, de acordo com o pactuado neste documento e no seu respectivo Plano Operativo.

10.2 – A base para a construção dos valores aqui contratados é a Programação Pactuada e Integrada – PPI, a série histórica e as tabelas de procedimentos do SUS, tabela AMMVI e alguns procedimentos que receberão um valor adicional ao da tabela SUS, com encargos sobre o Município, definidos no plano operativo.

10.3 – O valor anual estimado para a execução do presente Contrato importa em R\$ 13.743.514,62 (treze milhões setecentos e quarenta e três mil quinhentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos) conforme abaixo especificado:

Resumo de Programação Orçamentária	Mensal	Anual
Pós-Fixado (FAEC)	37.069,84	444.838,08
Pós-Fixado (Transporte de Pacientes + Incentivo Municipal Eletivas)	56.500,00	678.000,00
Pré-Fixado (Repasados conforme PPI aprovada)	298.161,71	3.577.940,52
Pré-Fixado (PLUS + Custeio)	580.316,15	6.963.793,83
INTEGRASUS	4.968,59	59.623,08
IGH	130.594,36	1.567.132,32
Política de Incentivo Hospitalar Estadual	37.682,23	452.186,78
TOTAL	1.145.292,88	13.743.514,62

I – O componente pós-fixado, que corresponde aos Procedimentos Estratégicos – FAEC, já cadastrados, será repassado à CONTRATADA, a posterior (pós-produção, aprovação, processamento e apenas concomitantemente à respectiva transferência financeira), de acordo com a produção mensal conforme aprovada pela CONTRATANTE, até o limite de transferência do FNS, respeitado, similantemente, o limite estadual para a modalidade de Procedimentos Estratégicos e conforme programação disposta no Plano Operativo Anual, estimando-se um valor médio mensal de R\$ 37.069,84 (trinta e sete mil e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Detalhamento do FAEC	Mensal	Anual
Hospitalar	R\$ 30.766,40	R\$ 369.196,80
Ambulatorial	R\$ 6.303,44	R\$ 75.641,28
TOTAL	R\$ 37.069,84	R\$ 444.838,08

II – O componente pós-fixado de custeio de Transporte de Pacientes e Incentivo Municipal de Cirurgias Eletivas será repassado à CONTRATADA de acordo, respectivamente, com a apresentação e produção mensal conforme aprovada pela CONTRATANTE e conforme programação disposta no Plano Operativo Anual, estimando-se um valor médio mensal de R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

Detalhamento do Custeio (Transporte + Incentivo Eletivas)	Mensal	Anual
Transporte Inter-hospitalar de Pacientes	2.500,00	30.000,00
Incentivo Municipal Cirurgias Eletivas – Exceto Mutirão	54.000,00	648.000,00
TOTAL	56.500,00	678.000,00

III – A parcela pré-fixada importa em R\$ 12.620.676,54 (doze milhões seiscentos e vinte mil seissentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), a ser transferida ao hospital mensalmente no valor de de R\$ 1.051.723,04 (um milhão e cinquenta e um mil e setecentos e vinte e três reais e quatro centavos), conforme discriminado abaixo, e, oneram recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Detalhamento do Pré-fixado	Recurso Federal Mensal	Recurso Municipal Mensal	Total Mensal	Total Anual
Média Complexidade Ambulatorial	109.750,55	271.653,22	381.403,77	4.576.845,29

Médica Complexidade Hospitalar	188.411,16	-	188.411,16	2.260.933,92
Manter serviços de sobreaviso em especialidades, apoio e diagnóstico e plantonista clínico geral	-	308.662,93	308.662,93	3.703.955,14
IAPI – Incentivo ao Atendimento ambulatorial e hospitalar à População Indígena – se tiver	-	-	-	-
FIDEPS – se tiver	-	-	-	-
Sub-total	298.161,71	580.316,15	878.477,86	10.541.734,35
INTEGRASUS – INCENTIVO FEDERAL (pagamento direto)	4.968,59	-	4.968,59	59.623,08
IGH – Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar: Portaria nº 142 MS de 27 de Janeiro de 2014	130.594,36	-	130.594,36	1.567.132,32
Política Estadual de Incentivo Hospitalar – Portaria/SES nº 543/2008	37.682,23	-	37.682,23	452.186,78
Total	471.406,89	580.316,15	1.051.723,04	12.620.676,54

Parágrafo primeiro - Os valores PLUS da Média Complexidade Ambulatorial e Custeio de Plantão e Sobreavisos da parcela pré-fixada que oneram os recursos próprios da CONTRATANTE e que somam o valor mensal de R\$ 580.316,15 (quinhentos e oitenta mil trezentos e dezesseis reais e quinze centavos) serão pagos em parcelas quinzenais com vencimento no 25º dia do mês referente a primeira quinzena do mesmo mês dos serviços prestados e no 10º dia do mês subsequente referente a segunda quinzena do mês dos serviços prestados.

Parágrafo segundo - Os recursos de origem da PPI no valor de R\$ 298.161,71 (duzentos e noventa e oito mil cento e sessenta e um reais e setenta e um centavos) que oneram os recursos de fonte Federal do tipo Incremento do MAC serão pagos em até cinco dias após a data de depósito do Fundo Nacional de Saúde em conta corrente da CONTRATANTE.

Parágrafo terceiro - Avaliação de auditoria será após processamento no SIH/SIA e eventuais diferenças acertadas em pagamento posterior vinculadas ao Plano Operativo e respeitará os seguintes percentuais:

40% (quarenta por cento) condicionadas ao cumprimento das metas qualitativas condicionadas ao cumprimento da tabela abaixo:

Faixa de Desempenho/Pontuação	Percentual do Total de Recursos destinados ao Desempenho (40%)
Até 50%	50%
51 – 75%	75%
76 – 90%	90%
91 - 100%	100%

60% (sessenta por cento) condicionadas ao cumprimento das metas quantitativas condicionadas ao cumprimento da tabela abaixo

Faixa de Desempenho/Pontuação	Percentual do Total de Recursos destinados ao Desempenho (60%)
66 a 70%	70%
71 a 75%	75%
76 a 80%	80%
81 a 85%	85%
86 a 90%	90%
91 a 94%	95%
95 a 100%	100%

Parágrafo segundo – Os recursos financeiros relativos ao INTEGRASUS, bem como, ao Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH) instituído pela Portaria 142 de 27 de janeiro de 2014 em substituição ao Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC) e a Portaria nº 3.410 de 30 de dezembro de 2013, serão incorporados a parcela pré-fixada, mediante aprovação e publicação do Ministério da Saúde, onde serão repassados em parcelas mensais de 1/12 (uns doze avos).

Parágrafo Terceiro – Vinte por cento (20%) do valor pré-fixado (média complexidade hospitalar), conforme inciso II do caput desta Cláusula, que remontam a R\$ 37.682,23 (trinta e sete mil seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos) por mês serão repassados

mensalmente através do Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina;

IV – Considera-se plenamente satisfatório o cumprimento das metas físico-financeiras relacionados ao componente fixo da orçamentação global, que apresente uma variação em torno de 5% (cinco por cento) para menos, ou seja, cumprimento de 95% a 100% das metas de produção, quando serão repassados 100% dos recursos orçamentários relacionados ao componente fixo;

V – O cumprimento das metas físico-financeiras entre 66 e 94% corresponderá ao recebimento proporcional de recursos, conforme definido no quadro do caput deste parágrafo;

VI – Referente aos valores do plano operativo da PPI Hospitalar/Ambulatorial que serão pagos com o somatório de recursos do MAC e Incremento do MAC, deverão ser reajustados de acordo com qualquer acréscimo ou decréscimo aprovada pelo Estado que alterem o próprio teto da PPI Hospitalar/Ambulatorial devendo o valor total do contrato ser alterado conforme a respectiva reavaliação.

VII – Será desligado do Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH) dos Hospitais Filantrópicos no SUS, caso não seja pactuado um novo Plano Operativo conforme acima previsto ou ainda se não cumprir, pelo menos 70% das metas pactuadas nos 03 (três) meses subsequentes à aprovação do novo Plano Operativo, voltando o pagamento do Hospital a ser executado por produção dos procedimentos realizados para o SUS.

VIII – O cumprimento das metas quantitativas de atendimento, estabelecidas no Plano Operativo deverá ser um dos requisitos a ser considerado na avaliação qualitativa. Os procedimentos descritos do plano operativo servem de referência para construção do valor do Teto Financeiro deste contrato, porém não somente serão os únicos para avaliação quantitativa e qualitativa de desempenho, devendo a avaliação ser global, levando em conta todos os procedimentos aprovados.

IX - Os valores previstos poderão ser alterados, de comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, mediante a celebração de Termo Aditivo que será devidamente publicado e enviado ao Ministério da Saúde, sendo que no caso de necessidade de recursos adicionais, os mesmos serão provenientes da área denominada Média e Alta Complexidade (MAC) e ou recursos próprios do Município de Indaial.

X - A Secretaria Municipal de Saúde aumentará o teto financeiro deste Contrato na mesma proporção que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes nas tabelas do SUS e/ou habilitar novo serviço com o respectivo aporte de recursos.

XI - Anualmente, quando da renovação do Plano Operativo, deverá ser feito à revisão das metas e dos valores financeiros alocados ao Contrato.

XII - A revisão mencionada no parágrafo anterior deverá ter prazo de implementação em no máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da solicitação do postulante.

XIII – É vedada a revisão nos primeiros 90 (noventa) dias de sua vigência, com exceção nos casos de alteração da PPI e habilitação de serviços novos.

XV – Nos casos de auditoria, procedimentos autorizados realizados pela CONTRATADA sem a devida habilitação em alta complexidade, encontro de contas trimestral da produção excedente, procedimentos autorizados realizados não contemplados na Tabela de Procedimentos e Medicamentos OPM de Sistema Único de Saúde, após análise da CONTRATANTE serão ressarcidos os valores à CONTRATADA desde que não ultrapasse o valor estimado para execução do contrato.

XV– No fim da vigência do contrato, para os procedimentos e serviços de valores pagos com recursos próprios do Município de Indaial, serão ajustados pelo INPC acumulado dos últimos 12 meses.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original, vigendo a partir de 01 de julho de 2017 até 31 de dezembro de 2017

E, por estarem justos e contratados, de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firma-se o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Indaial (SC), 01 de julho de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
André Luiz Moser		Adriane Machado Ferrari
Contratante		Secretária Municipal
ASSOC. BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS		PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Edson Roberto Milbratz Contratada		Rodrigo Koenig França OAB/SC 47689

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_  
 ANEXO I

**PLANO OPERATIVO ANUAL DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS  
E HOSPITALARES – 2017 / 2018**

HOSPITAL: Hospital Beatriz Ramos  
 MUNICÍPIO: Indaial  
 CNES: 2521873  
 Nº DO CONTRATO: 202/2015

**METAS QUANTITATIVAS**

**MÉDIA COMPLEXIDADE**

**Ambulatorial**

Pronto Atendimento, Consultas e Exames:			Recurso Federal PPI Ambulatorial			Recurso Municipal	
		Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário (PLUS)	Valor Total (PLUS)	Total
02.02	DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO	998	3,70	3.692,60	0,00	0,00	3.692,60
02.04	DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA	1600	8,13	13.008,00	8,36	13.373,44	26.381,44
02.05.02	DIAGNÓSTICO POR ULTRASSONOGRAFIA DO DEMAIS SISTEMAS	400	27,00	10.800,00	25,28	10.113,66	20.913,66
02.05.01	DIAGNÓSTICO POR ULTRASSONOG. DO S. CIRCULATÓRIO	15	39,60	594,00	62,69	940,32	1.534,32
02.04.03.018-8	MAMOGRAFIA BILATERAL	0	45,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.11.02.003-6	ELETROCARDIOGRAMA	140	5,15	721,00	0,00	0,00	721,00
02.11.07.014-9	EMISSIONES OTOACÚSTICAS EVOCADAS P/ TRIAGEM AUDITIVA	50	13,51	675,50	0,00	0,00	675,50
02.11.04.006-1	TOCOCARDIOGRAFIA ANTE-PARTO	35	1,69	59,15	0,00	0,00	59,15
03.01.01.007-2	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	800	10,00	8.000,00	41,79	33.433,60	41.433,60
03.01.06.009-6	ATENDIMENTO MÉDICO EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	3200	11,00	35.200,00	26,12	83.584,00	118.784,00
03.01.06.002-9	ATENDIMENTO DE URGÊNCIA C/ OBSERVA- CAO ATE 24 HORAS EM ATENCAO ESPECIALIZADA	350	12,47	4.364,50	31,34	10.970,40	15.334,90
03.11.10.001-2	ADMINISTRACAO DE MEDICAMENTOS NA ATENCAO ESPECIALIZADA.	2000	0,63	1.260,00	17,24	34.478,40	35.738,40
03.01.06.010-0	ATENDIMENTO ORTOPÉDICO COM IMOBILI- ZAÇÃO PROVISÓRIA	60	13,00	780,00	41,79	2.507,52	3.287,52
03.01.01.004-8	CONSULTA PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPE- RIOR	3350	6,30	21.105,00	24,55	82.251,88	103.356,88
04.01.01.001-5	CURATIVO GRAU II C/ OU S/ DEBRIDAMEN- TO	200	32,40	6.480,00	0,00	0,00	6.480,00
04.01.01.005-8	EXCISAO DE LESAO E/OU SUTURA DE FERI- MENTO DA PELE ANEXOS E MUCOSA	130	23,16	3.010,80	0,00	0,00	3.010,80
Totais				109.750,55		271.653,22	381.403,77

**Hospitalar**

Internações por Clínica	Meta Mês	Recurso Federal	Nº de Leitos SUS	Média Permanência
Clínica médica			25	-
Clínica cirúrgica			10	-
Obstetrícia			16	-
Pediatria			17	-
Totais	190	188.411,16	68	-

## Custeio

Manter serviços de Sobreaviso e Plantão em Especialidades Médicas e Apoio Diagnóstico	Horários e dias da semana	Qtde	Recurso Municipal	Total
Médico de Plantão - Ginecologia e Obstetrícia	08h até 18 (10h / dia) de segunda à sexta-feira exceto em feriados	1	32.521,54	32.521,54
Médico de Sobreaviso - Ginecologia e Obstetrícia	18 h até 08h (14h / dia) de segunda à sexta-feira + 24 h/dia nos sábados, domingos e feriados	1	14.548,97	14.548,97
Médico de Sobreaviso - Cirurgia Geral	24/dia todos os dias	1	20.950,52	20.950,52
Médico de Sobreaviso - Ortopedia	24/dia todos os dias	1	20.950,52	20.950,52
Médico de Sobreaviso - Pediatria	24/dia todos os dias	1	20.950,52	20.950,52
Médico de Sobreaviso - Anestesiologia	24/dia todos os dias	1	27.326,79	27.326,79
Médico de Plantão - Anestesiologia	07 h até 17h - de segunda à sexta-feira exceto em feriados	1	16.500,00	16.500,00
Médico de Sobreaviso - Clínica Médica	24/dia todos os dias	1	20.950,52	20.950,52
Laboratório Sobreaviso - Patologia Clínica (exames laboratoriais)	24/dia todos os dias	1	20.950,52	20.950,52
Técnicos de Radiologia Sobreaviso - Centro de Imagens	12/dia todos os dias	1	5.013,04	5.013,04
Médico de Plantão - Clínica Geral	1 médico 24/dia todos os dias + 1 médico 12/todos os dias das 07:00 até as 19:00	1,5	108.000,00	108.000,00
Total			308.662,93	308.662,93

TOTAL GERAL DA MÉDIA COMPLEXIDADE (PPI + Recursos Municipais)	878.477,86
---	------------

## FAEC

## Ambulatorial

Procedimentos	Meta mês	Recurso Estadual	Valor Total
04.05 Vitrectomia e Facectomia	13	484,88	6.303,44

## Hospitalar

Procedimentos	Meta mês	Recurso Estadual	Valor Total
04 Cirurgias eletivas	29	1.004,3	29.124,70
04.14.02.041-3 Atendimento odontológico para paciente com necessidade especial	5	328,34	1.641,70

TOTAL FAEC	37.069,84
------------	-----------

## INCENTIVOS MUNICIPAIS

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Incentivo Municipal por Cirurgia Eletiva Realizada (Cirurgião Principal)	120	150,00	18.000,00
Incentivo Municipal por Cirurgia Eletiva Realizada (Cirurgião Auxiliar)	120	100,00	12.000,00
Incentivo Municipal por Cirurgia Eletiva Realizada (Anestesista)	120	100,00	12.000,00
Incentivo Municipal por Cirurgia Eletiva Realizada (Hospitalar)	120	100,00	12.000,00
Total Geral			54.000,00

	Recurso Municipal	Total
Transporte Inter Hospitalar de Pacientes	2,500,00	2.500,00

TOTAL FAEC + INCENTIVO MUNICIPAL CIRURGIA + TRANSPORTES	91.069,84
---	-----------

As referências deverão ser atendidas conforme PPI - Programação Pactuada Integrada da Assistência, no entanto os casos de urgência e emergência serão atendidos independente da procedência dos pacientes.

### **TERMO DE DENÚNCIA DO CONVÊNIO Nº 004/2014**

DENÚNCIA A TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2014

Denúncia a Termo de Convênio celebrado entre o Município de Indaial/SC e o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Poder Judiciário - Tribunal de Justiça, que objetivava a instalação e manutenção do Serviço de Mediação Familiar na Comarca de Indaial.

O MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o descumprimento dos incisos IV, VI, VII, VIII, IX e X, da Cláusula Segunda, por parte do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina,

RESOLVE denunciar o presente Termo de Convênio, conforme previsto na Cláusula Décima.

CLÁUSULA ÚNICA:

O objeto da presente denúncia é declarar rescindido, unilateralmente, a partir de 31 de maio de 2017, o Termo de Convênio nº 004/2014, celebrado em 11 de fevereiro de 2014.

Indaial (SC), 07 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC nº 47.689
---	--

CIENTE: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

### **TERMO DE DENÚNCIA DO CONVÊNIO Nº 163/2008**

DENÚNCIA A TERMO DE CONVÊNIO Nº 163/2008

Denúncia a Termo de Convênio celebrado entre o Município de Indaial/SC e o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Poder Judiciário - Tribunal de Justiça, que objetivava a manutenção e Funcionamento da Casa da Cidadania.

O MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a atual gestão assumiu a Administração Municipal em 1º de Janeiro de 2017, fazendo um levantamento contábil com o objetivo de aferir a real situação financeira do município,



CONSIDERANDO que a situação encontrada é preocupante, possuindo o Município de Indaial diversas obrigações financeiras no ano de 2017, com precatórios no valor aproximado de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e diversas despesas fixas, principalmente com saúde e educação, ressaltando, ainda, os diversos bloqueios judiciais das contas do Município para satisfazer ações de medicamentos,

CONSIDERANDO que, diante deste panorama, o Chefe do Executivo Municipal editou o Decreto nº 169/2017, com o objetivo de cortar diversos custos com a manutenção da máquina pública, incluindo, neste rol, as despesas com aluguéis e demais programas que não são de responsabilidade do município,

CONSIDERANDO que, nesta questão, identificou-se o Convênio nº 163/2008, onde o Município de Indaial, por anos, custeou a Unidade de Conciliação da Casa da Cidadania, arcando com todas as despesas para sua manutenção,

CONSIDERANDO que, com a implantação das novas medidas para contenção de despesas, o imóvel onde atualmente funciona a Casa da Cidadania será devolvido ao proprietário, rescindindo o contrato de locação, e a Administração Municipal está buscando novo local, com aluguel inferior, para transferir os serviços então prestados pela Casa da Cidadania,

CONSIDERANDO que o Município de Indaial não possui mais condições de manter sozinho a estrutura da Unidade de Conciliação,

CONSIDERANDO a informação da instalação, dentro das dependências do Fórum de Indaial, de uma nova Unidade de Conciliação – CEJUSC, mantendo-se, assim, a continuidade dos serviços prestados à população,

CONSIDERANDO o descumprimento dos incisos II, V e VII, da Cláusula Terceira, por parte do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina,

RESOLVE denunciar o presente Termo de Convênio, conforme previsto na Cláusula Décima.

#### CLÁUSULA ÚNICA:

O objeto da presente denúncia é declarar rescindido, unilateralmente, a partir de 20 de setembro de 2017, o Termo de Convênio nº 163/2008, celebrado em 06 de outubro de 2008.

Indaial (SC), 20 de julho de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC nº 47.689
---	--

CIENTE: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

# Iomerê

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017**

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 36/2017

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 36/2017 para aquisição de medalhas. A abertura das propostas se dará no dia 22/08/2017 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 08 de agosto de 2017.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO EDITAL 106/2017

RETIFICAÇÃO DO HORARIO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: seleção e futura Contratação de empresa para fornecimento de Troféus e Medalhas destinados a Premiações Esportivas em competições realizadas pelo Município de Iporã do Oeste, conforme Termo de referência contido no ANEXO II do presente Edital.

Considerando o disposto no §3º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93.

Resolve, o Pregoeiro Municipal Sr. Sedenir Correa, designado pelo Decreto 034/2017, tornar público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do horário de entrega e abertura dos envelopes do processo licitatório em Epígrafe, contidas no presente Edital.

ONDE SE LÊ:

"1.2. A abertura dos envelopes ocorrerá dia 10.08.2017 às 08:00hr, na sala de Licitações, Junto ao Departamento de Licitações, sito a Rua Santo Antônio, 100 – Iporã do Oeste – SC.

1.3. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 09:00hr no mesmo local, e data estabelecida na cláusula 1.2. deste Edital. "

LEIA - SE:

" 1.2. A abertura dos envelopes ocorrerá dia 10.08.2017 às 09:00hr, na sala de Licitações, Junto ao Departamento de Licitações, sito a Rua Santo Antônio, 100 – Iporã do Oeste – SC.

1.3. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08:00hr no mesmo local, e data estabelecida na cláusula 1.2. deste Edital. "

Ficam mantidas todas as demais cláusulas e especificações.

Iporã do Oeste - SC, 07 de agosto de 2017.

SEDENIR CORREA

Pregoeiro Municipal

**TERMO DE ANULAÇÃO P PROC. 102/2017**

Termo de Anulação

Despacho de anulação de licitação Pregão Presencial nº. 046/2017, Processo Administrativo nº. 102/2017, Sistema de Registro de Preços.

Finalidade:

Seleção e futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA USO DA FROTA MOTORIZADA MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE

CONSIDERANDO, a Decisão promovida pela comissão de licitações, designada pelo Decreto Municipal nº 034/2017, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Considerando: Procedimento Licitatório considerada DESERTA, sem presença de interessados

Resolve:

Anular o processo licitatório, e consequentemente a licitação em seu todo, cujo objeto mencionado acima. Para futuras contratações de acordo com a conveniência e as necessidades da administração pública.

Registre-se e Publique-se na forma legal

Iporã do Oeste, 08 de agosto de 2017

Lucio Mallmann

Prefeito Municipal

# Ipuaçu

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 201/2017 DE 07 DE AGOSTO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 201/2017

DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 5, inciso III, da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo superávit financeiro no valor de R\$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais), nas seguintes programações de despesas:

08.00 – Secretaria de Assistência Social

Projeto/Atividade n. 08.244.0801.2.062 – Manutenção do Bloco GSUAS/FNAS

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 1335 – Superávit Financeiro de Transferências do FNAS

Despesa: 128 – R\$ 8.900,00

08.00 – Secretaria de Assistência Social

Projeto/Atividade n. 08.244.0801.2.063 – Manutenção do Bloco GBF/FNAS

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 1335 – Superávit Financeiro de Transferências do FNAS

Despesa: 129 – R\$ 17.400,00

Art. 2º. Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos 1334 – Superávit Financeiro de Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu-SC, em 07 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

### **DECRETO Nº 202/2017 DE 07 DE AGOSTO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 202/2017

DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 5º da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da Programação de despesa:

Projeto/Atividade n. 08.244.0801.2.063 – Manutenção do Bloco GBF/FNAS

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1135 – Transferências do FNAS

Despesa: 101 – R\$ 8.500,00

Para Programação de despesa:

Projeto/Atividade n. 08.244.0801.2.063 – Manutenção do Bloco GBF/FNAS

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 1135 – Transferências do FNAS

Despesa: 102 – R\$ 8.500,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu-SC, em 07 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 013/2017 DE 12 DE JULHO DE 2017 "INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO LEGAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

RESOLUÇÃO Nº 013/2017

INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO LEGAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 37, incisos IX e XII do Regimento Interno da Câmara Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Legislativo do Município de Ipuacu - SC.

Parágrafo único. A partir do dia 01/08/2017, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

Art. 3º - Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal de Ipuacu - SC, 12 de julho de 2017.

Ladair Colpo

Marizete L. Belino

Presidente

Vice-Presidente

Wanderlei Ramilo

Ivair L. Cunico Junior

Primeiro Secretário

Segundo Secretário



# Ipumirim

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 398/2017 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.**

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A CLEONICE PEROZIN SONTAG, matrículas 1151-7, Licença Prêmio de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 2007 a 2012 e gozo de 07/08/2017 a 21/08/2017.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos a partir da data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 07 de Agosto de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal.

# Irati

## PREFEITURA

### **PREGÃO R.P. Nº 038/2017 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç ã O

Processo Administrativo Nº 054/2017

Processo Licitatório Nº 054/2017

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 038/2017

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ÁGUA

Entrega dos Envelopes: 07:45 horas do dia 24.08.2017

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 24.08.2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br), ou através de do e-mail: [irati@irati.sc.gov.br](mailto:irati@irati.sc.gov.br)

Irati – SC, 08 de agosto de 2017.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### RESCISÃO CONTRATUAL - FMS

#### TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Termo de Rescisão Contratual que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Karin Jaqueline Wagner ME.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF nº 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e a empresa Karin Jaqueline Wagner ME, estabelecida na rua Paraná nº 38, centro, no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, sob a CNPJ nº 10.174.036/0001-45, neste ato pelo seu representante, Srta. Karin Jaqueline Wagner, sob nº de CPF 050.813.399-89 e RG 23ªR 4.470.636, infra-assinado, doravante designado(a) simplesmente "CONTRATADO(A)", têm justo e avençado o presente contrato de credenciamento para prestação de serviços na área da saúde, tudo de acordo com a legislação e Lei Federal nº 8.666/93 suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº. 018/2013, modalidade Credenciamento, pelo Processo Licitatório 03/2014 – Inexigibilidade nº 01/2014, acordam e ajustam firmar a presente rescisão contratual nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si justa e acertada a presente Rescisão da Contrato nº 03/2014 e seus aditivos para ☐ CREDENCIAR A EMPRESA KARIN JAQUELINE WAGNER ME, PESSOA JURIDICA, PARA FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS, PRÓTESES TOTAIS, DESTINADAS AOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, (RESPEITANDO PRINCÍPIOS DO SUS - UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE E EQUIDADE), EM RESINA E METÁLICA.", de acordo com o Ofício nº 10/2017 da Contratada com data de 26 de julho de 2017, e deferido pela Senhora Giseli Kempinski ☐ Secretária Municipal de Saúde em 27 de julho de 2017. Esta Rescisão é feita de comum acordo, na melhor harmonia, dando ao Contratado e ao Contratante recíproca e geral quitação, resolvendo as partes rescindir amigavelmente o Contrato nº. 03/2014 e seus aditivos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão da presente rescisão, liberam-se as partes de todas as cláusulas do Contrato Original e seus aditivos, declarando, desde já, o Contratado, que nada tem a reclamar, administrativa ou judicialmente, seja que título for com relação ao Contrato que ora extingue.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 31 de julho de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Giseli Kempinski Contratante	Karin Jaqueline Wagner ME Karin Jaqueline Wagner Contratada	
Testemunhas		
Gessica Greschechen CPF: 072.218.599-57	Valdir Marafigo CPF: 017.851.289-30	

### RESCISÃO CONTRATUAL - FMS

#### TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Termo de Rescisão Contratual que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Clínica Odontológica Cingano Ltda.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF nº 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua Gestora, Sra. GISELI KEMPINSKI, inscrita nº CPF sob nº 037.800.599-59, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, e a empresa Clínica Odontológica Cingano Ltda, estabelecida na rua Avenida 22 de Julho, nº 1186, centro, no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, CNPJ 19.398.198/0001-31, pelo seu representante, Srª Dinara de Souza Cingano, inscrita' no CPF sob o nº 948.234.309-30 e RG nº 2.966.909 SESP/SC, infra-assinado, doravante designado(a) simplesmente "CONTRATADO(A)", têm justo e avençado o presente contrato de

credenciamento para prestação de serviços na área da saúde, tudo de acordo com a legislação e Lei Federal nº 8.666/93 suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº. 018/2013, modalidade Credenciamento, pelo Processo Licitatório 11/2014 – Inexigibilidade nº 02/2014, acordam e ajustam firmar a presente rescisão contratual nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si justa e acertada a presente Rescisão do Contrato nº 04/2014 e seus aditivos para ☐ CREDENCIAR A CLINICA ODONTOLÓGICA CINGANO LTDA - ME, PESSOA JURIDICA, PARA FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS, PRÓTESES TOTAIS, DESTINADAS AOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, (RESPEITANDO PRINCÍPIOS DO SUS - UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE E EQUIDADE), EM RESINA E METÁLICA.”, de acordo com o Ofício da Contratada com data de 01 de junho de 2017, e deferido pela Senhora Giseli Kempinski ☐ Secretária Municipal de Saúde em 06 de junho de 2017. Esta Rescisão é feita de comum acordo, na melhor harmonia, dando ao Contratado e ao Contratante recíproca e geral quitação, resolvendo as partes rescindir amigavelmente o Contrato n.º 04/2014 e seus aditivos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão da presente rescisão, liberam-se as partes de todas as cláusulas do Contrato Original e seus aditivos, declarando, desde já, o Contratado, que nada tem a reclamar, administrativa ou judicialmente, seja que título for com relação ao Contrato que ora extingue.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 06 de junho de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Giseli Kempinski Contratante	CLÍNICA ODONTOLÓGICA CINGANO LTDA Dinara de Souza Cingano Contratada	
Testemunhas		
Gessica Greschechen CPF: 072.218.599-57	Valdir Marafigo CPF: 017.851.289-30	

#### RESCISÃO CONTRATUAL - FMS

##### TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Termo de Rescisão Contratual que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Mimo Consultório Pediátrico ME.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Senhora Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, e a empresa Mimo Consultório Pediátrico ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Costa Carvalho, nº 547, Centro, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.564.003/0001-16, neste ato representada pela senhora Flávia Natália Marques Kingerski, portadora do CPF nº 053.245.089-26, e RG nº 4.074.375 SESP SC, doravante designado(a) simplesmente “CONTRATADO(A), têm justo e avençado o presente contrato de credenciamento para prestação de serviços de hora/máquina, tudo de acordo com a legislação e Lei Federal nº 8.666/93 suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº. 06/2015, modalidade Credenciamento n.º 01/2015, Inexigibilidade nº 01/2016, acordam e ajustam firmar a presente rescisão contratual nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si justa e acertada a presente Rescisão do Contrato nº 14/2016 e seus aditivos para -CREDENCIAR A EMPRESA MIMO CONSULTÓRIO PEDIÁTRICO ME - PARA CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA, A SEREM PRESTADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CRONOGRAMA DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM DECRETO Nº 2.806/2015, PROMOVIDO POR ESTA PREFEITURA MUNICIPAL-, de acordo com o Ofício da Contratada com data de 27 de julho de 2017, e deferido pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal em 31 de julho de 2017. Esta Rescisão é feita de comum acordo, na melhor harmonia, dando ao Contratado e ao Contratante recíproca e geral quitação, resolvendo as partes rescindir amigavelmente o Contrato n.º 14/2016 e seus aditivos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão da presente rescisão, liberam-se as partes de todas as cláusulas do Contrato Original e seus aditivos, declarando, desde já, o Contratado, que nada tem a reclamar, administrativa ou judicialmente, seja que título for com relação ao Contrato que ora extingue.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 31 de julho de 2017.

GISELI KEMPINSKI FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS Contratante	FLÁVIA NATÁLIA MARQUES KIN- GERSKI MIMO CONSULTÓRIO PEDIÁTRICO - ME Contratada
---	--

Testemunhas	
Nome: Gessica Greschechen CPF: 072.218.599-57	Nome: Valdir Marafigo CPF: 017.851.289-30

**HOSPITAL BOM JESUS****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04-2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01-2017**  
EDITAL DE LICITAÇÃOPROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – REGISTRO DE PREÇOS**01. PREÂMBULO**

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Resolução 021/2017, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 01/2017, na Modalidade Pregão, com adjudicação por item, do tipo Presencial, com a finalidade de selecionar propostas para Registrar Preços, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo PREGOEIRO, no Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, situado a Rua Paraná, nº 168 – Irineópolis – SC, CEP 89440-000, até às 09:00 horas do dia 31 de agosto de 2017.

, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo dia, horário e local.

**02. OBJETO**

2.1. A presente licitação tem por objetivo a aquisição de oxigênio medicinal em metros cúbicos ou carga completa, com entrega parcelada, para uso e manutenção das atividades no hospital, durante o período de 12 meses, conforme descrição abaixo:

Item	Unidade	Quantidade	Produto	Preço Máximo	Preço Máximo Total
1.	M³	1.500	Recarga de gás oxigênio medicinal, para cilindro com capacidade de 10 m³	15,00	22.500,00
2.	M³	1.500	Recarga de gás oxigênio medicinal, para cilindros com capacidade de 7 m³	15,00	22.500,00
3.	M³	1.300	Recarga de Oxigênio Medicinal – Cilindro com 3,5 m³	15,00	19.500,00
4.	Unidade	90	Oxigênio Medicinal – Cilindro G	100,00	9.000,00
5.	M³	50	Oxigênio Medicinal – Cilindro PP	100,00	5.000,00

TOTAL PREVISTO DA LICITAÇÃO: 78.500,00 ( Setenta e Oito Mil e Quinhentos Reais).

**03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO**

3.1 - Poderão participar deste Pregão, as licitantes que:

3.1.1 – desempenham atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão;

3.1.2 – atendam as exigências constantes neste edital e nos seus anexos, inclusive quanto a documentação requerida.

3.2 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

3.2.1 – Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores em dissolução ou em liquidação;

3.2.2 – Que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com o Ministério da Justiça ou com a Administração Pública, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.3 – Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que seja sua forma de constituição;

3.2.4 – Estrangeiras que não funcionem no país.

**04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

4.1 – Será realizado o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes

para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.1.1. – No ato do credenciamento o licitante deverá apresentar:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou:

§ Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou:

§ Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.

b) Carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo III do Edital) ou Procuração, com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório.

c) Na hipótese do licitante representante ser sócio deverá comprovar através do Contrato Social ou alteração contratual, juntamente com cópia do CPF e RG.

d) Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo IV do edital) e entregarão os envelopes contendo indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório (conforme artigo 4º, inciso VII, Lei nº 10.520/02).

e) Não será permitido ao mesmo credenciado representar mais de um proponente no mesmo certame, bem como não será permitido mais de um credenciado para o mesmo proponente.

f) Se a empresa proponente for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e desejar usufruir dos benefícios da LC 123/06, deverá obrigatoriamente no ato do credenciamento apresentar Prova de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de Certidão da Junta Comercial do Estado, de acordo com artigo 8º da Instrução Normativa nº 103/2007, de 30/07/2007.

g) A proponente que for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que apresentar algum documento quanto a regularidade fiscal com restrições, deverá obrigatoriamente apresentar Declaração de que cumpre com habilitação, com exceção do artigo 43 da LC 123/06, no ato do credenciamento, sob pena de preclusão dos direitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

4.2 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS  
PROCESSO LICITATORIO Nº 04/2017  
PREGÃO N.º 01/2017  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
ENVELOPE N.º 01 – Proposta Comercial  
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS  
PROCESSO LICITATORIO Nº 04/2017  
PREGÃO N.º 01/2017  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
ENVELOPE N.º 02 – Documentação

4.3. Após entrega dos documentos acima relacionados, nenhum outro envelope será recebido pela equipe de apoio designada para a presente licitação. Não será aceite em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, a não ser como ouvinte.

## 05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) A proposta deverá ser preferencialmente emitida em CD ou pen drive, através de orientações fornecidas pelo Hospital Municipal Bom Jesus, solicitadas através de e-mail (hospital@irineopolis.sc.gov.br, ou hospital\_irineopolis@hotmail.com ), constando todos os dados cadastrais da empresa, ou retirada no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

b) A proposta de preços deverá além de ser enviada conforme alínea "a", ser impressa eletronicamente ou datilografada em papel com identificação da empresa, em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada, datada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente.

c) Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

d) Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Anexo I, constando o valor total do lote, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preço unitário e total, será levado em consideração o unitário.

e) Declarar expressamente que no preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, todos os custos diretos e indiretos relativos ao fornecimento e prestação de serviços objeto deste processo, equipamentos técnicos e tecnológicos, transmissão de dados, tarifas públicas, contratos, correspondências, despesas relativas a postagem e entrega, assistência técnica, fretes, seguros, pessoal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, securitários ou outro decorrentes ou necessárias ao cumprimento integral do objeto da presente licitação.

f) Conter declaração de que o(s) objeto(s) ofertado atende (m) todas as especificações descritas no Edital.

Parágrafo único — Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do Anexo II do Edital.

## 06. PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS



06.1 – A Ata de Registro de Preços terá a validade para 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma.

06.2 – Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais objetos da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em Lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

## 07. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverá constar os seguintes documentos:

### 7.1. Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou:

§ Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou:

§ Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.

b) Declaração de Sujeição ao Edital e Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Qualificação devidamente assinada conforme modelo constante no Anexo VI deste Edital.

c) Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, de acordo com o modelo constante no Anexo VII deste Edital, especificando:

\* Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

\* Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

\* Que não foi penalizada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

\* Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

### 7.2. Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) emitida nos termos da Portaria MF nº 358, de 05/09/2014, alterada pela Portaria MF de nº 443, de 17/10/2014;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

f) Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho (conforme artigo 29, inciso V, da lei 8/666/93).

### 7.3. Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício fiscal, já exigidas e apresentados na forma das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador.

As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante a apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

As microempresas e as empresas de pequeno porte, também deverão enquadrar no disposto neste item, devendo apresentar o Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado.

Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- publicados no Diário Oficial; ou

- publicados em Jornal; ou

- por cópia ou fotocópia autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou por cópia ou fotocópia do Livro Diário devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

Os documentos relativos ao item “b” deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa proponente e do seu contador ou mediante publicação no órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do Contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC são indispensáveis. A capacidade financeira da empresa será avaliada mediante os seguintes indicadores: Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

Ativo Circulante

LC = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

- LC maior ou igual a 1,0 (um).

Os indicadores acima referenciados são somente considerados para fins de Qualificação – Econômico – Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

A proponente deverá trazer o cálculo pronto demonstrando sua Liquidez Corrente. Referido cálculo será auditado e conferido pelo departamento competente do Hospital Municipal Bom Jesus, sendo que em caso de inexatidão, a pena será a inabilitação.

Obs. As empresas abertas no exercício financeiro corrente deverão estar com o Balanço de abertura publicado em jornal ou autenticação na Junta Comercial da sede do domicílio do proponente.

#### 7.4 Qualificação Técnica:

7.4.1 Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) – emitida pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

7.4.2 Alvará Sanitário Municipal ou Estadual – emitido pela vigilância sanitária municipal ou estadual, ou Licença de Funcionamento Estadual/Municipal (LF);

7.4.3 Atestado de Capacidade Técnica - atestando que já forneceu produtos nas mesmas quantidades e condições da mesma natureza a que se propõe a fornecer em razão do presente edital. A comprovação será feita através de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito publico ou privado, que já receberam os produtos a que se propõe a entregar a proponente;

7.4.3.1 Não serão considerados aqueles atestados emitidos por pessoas jurídicas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;

7.4.3.2 Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras e/ou que possuam sócios em comum com a proponente.

7.5 Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos( conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

7.6. Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas, pelos membros da Comissão de Pregão, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

7.7 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado de Capacidade Técnica.

7.8 Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencidos.

7.9 Os proponentes interessados na autenticação das cópias pelo pregoeiro ou equipe de apoio, deverão procurar o pregoeiro ou equipe de apoio, antes do início da sessão de abertura da licitação para proceder a autenticação, pois em hipótese alguma serão autenticadas durante a realização do certame.

7.10 A Comissão ou Equipe de Apoio, em qualquer fase da licitação, para verificação dos documentos apresentados, poderá abrir diligência, conforme artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/93.

7.11 Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, em todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, observada as mesmas condições propostas pela vencedora do certame.

7.12 A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.13 A proponente que for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que apresentar algum documento quanto a regularidade fiscal com restrições, deverá obrigatoriamente apresentar Declaração de que cumpre com habilitação, com exceção do artigo 43 da LC 123/06, no ato do credenciamento, sob pena de preclusão dos direitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

7.14 Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente edital, deve a mesma fazer prova a exigência, dentro do envelope, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento.

#### 08. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

8.1 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item, conforme Anexo I do Edital.

8.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.3 Antes do início da sessão de lances, poderá o pregoeiro definir o valor mínimo dos lances, o que deverá ser feito antes da disputa de cada item/lote. Este valor poderá ser diferenciado de acordo com o item / lote colocado em disputa.

8.4 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a

apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lance com vista ao empate. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.6 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.7 – Se o proponente for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, devidamente comprovado no ato do credenciamento, através de Certidão da Junta Comercial do Estado, e quiser exercer o seu direito de preferência de acordo com os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, deverá fazê-lo no ato da sessão de julgamento das propostas, quando lhe será concedido um prazo de 5 (cinco) minutos, devendo obrigatoriamente haver um representante legal da empresa proponente presente, sob pena de preclusão dos direitos.

8.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.9 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.10 – A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na sessão, importará na decadência do direito e na continuidade do certame pelo pregoeiro, atendendo às regras e condições fixadas no edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

8.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

8.12 – O pregoeiro poderá desclassificar as propostas cujos preços estejam superiores aos praticados no mercado ou suspender a sessão para que seja realizada pesquisa a fim de verificar tal conformidade.

## 09. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos (artigo 4º - inciso 18, da Lei 10.520/02) para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

9.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.3 - O(s) recurso(s) será (ão) dirigido(s) ao Hospital Municipal – Setor de Protocolo, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Presidente do hospital, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

## 10. CONDIÇÕES DE ENTREGA .

10.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, nas dependências do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, conforme a solicitação. O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis poderá retirar o material durante o período de 01 ano, a contar da data de assinatura do contrato.

## 11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da entrega do objeto, mediante a apresentação

do documento Fiscal válido. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, bem como o número do processo licitatório e o número do contrato que a originou.

11.2 – No documento fiscal deverá ser discriminado o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do respectivo contrato.

11.3 – Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS e CND do INSS.

## 12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações:

- 3.3.90.00.00.00.00.00 0247 (6) – Aplicações Diretas;

- 3.3.90.00.00.00.00.00 3454(9) – Aplicações Diretas.

## 13. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA.

13.1 – Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 02. Na contagem do prazo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

## 14. ADJUDICAÇÃO

14.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 5 (cinco) dias úteis.

14.2 – O município poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata, retomar a sessão pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do artigo 81 da lei Federal nº 8.666/93.

14.3 – Decorrido o prazo estabelecido no item 13.1, dentro do prazo da validade da proposta, e não comparecendo ao Hospital, o proponente convocado para a assinatura da Ata, será havido como desistente, ficando sujeito às sanções aplicáveis isolada ou conjuntamente.

14.3.1 – Multa de 10 % ( dez por cento) sobre o valor global de sua propostas;

14.3.2 – Impedimento de contratar com o Município por prazo não superior a 5 ( cinco) anos;

14.3.3 – A multa de que trata o item 12.3.1 deverá ser recolhida no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado garantida a defesa prévia do interessado no prazo de 03 ( três) dias úteis.

## 15. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

15.1 – Prestar os serviços desta licitação nas especificações contidas neste Edital;

15.2 – Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vencidos;

15.3 – Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação;

15.4- Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;

15.5 – Prestar os serviços, objeto deste licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

15.6 – Prestar os serviços de boa qualidade dentro dos padrões exigidos neste edital;

15.7 – A contratada, por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a realizar a entrega do objeto em compatibilidade com este Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados á Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato;

15.8 – A contratada se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização e vistoria na entrega do objeto, cabendo fornecer as informações e demais elementos necessários;

15.9 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

15.10 – Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto ás obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciarias, tributários, fiscais e comerciais.

**16. DA RESPONSABILIDADE DO HOSPITAL**

16.1 – Atestar nas Notas Fiscais e/ ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

16.2 – Aplicar é empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

16.3 – Prestar a empresa vencedora toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária á perfeita execução do contrato;

16.4 – Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega dos produtos e da nota fiscal ao setor competente;

16.5 – Notificar, por escrito, á empresa a aplicação de qualquer sanção.

**17. – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO.**

17.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58 § II e Art 77 a 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

**18. PENALIDADES**

18.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 0,2 % ( dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 ( trinta ) dias úteis;

c) Multa de 0,2 % ( dois décimos por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada de adjudicatório em executá-la;

d) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 ( cinco) anos;

e) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 ( dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**19. REAJUSTE**

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

**20. DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão;

20.2 – A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

20.3 – O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio e representantes dos proponentes;

20.4 – Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 ( quinze) minutos do horário previsto;

20.5 – Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações pelo telefone 47 3625 1122, no horário comercial, ou ainda pelo e-mail: hospital@irineopolis.sc.gov.br.

20.6 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

20.7 – No interesse da Administração, sem que caiba ás participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) Adiada a sua abertura;

b) Alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

20.8 – Os casos omissos relativos á aplicabilidade do presente edital serão sanados pelo Departamento de Licitações do Hospital Municipal Bom Jesus e pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal, obedecida a legislação vigente;

20.9 – Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixados neste Edital;

20.10 – Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados no Hospital Municipal Bom Jesus o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação;

20.11 – Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da documentação e proposta implicará aceitação das condições estabelecidas neste edital.

20.12 – Ao Hospital Municipal reserva-se os seguintes direitos:



- a) Deixar de contratar, ou contratar o objeto ( total ou parcial) da presente licitação de acordo com a sua disponibilidade financeira, sem que caiba à Contratada direito de indenização;
- b) Anular ou revogar a presente licitação , nos termos do artigo 49 da lei nº 8.666/93 atualizada.

20.13 – Informações fornecidas verbalmente por servidores pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para impugnações;

20.14 – Não serão admitidas a esta licitação pessoas jurídicas suspensas ou impedidas de licitar, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata;

20.15 – É proibido a participação de cooperativas no procedimento licitatório;

20.16 – Para dirimir quaisquer dúvidas questões decorrentes do procedimento licitatório, fica eleito o Foro da Comarca de Porto União – SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

20.17- Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo de Proposta;

ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;

ANEXO III– Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

ANEXO IV - Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

ANEXO V – Modelo de Declaração de Sujeição ao Edital;

ANEXO VI – Modelo de Declaração.

ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Dê-se-lhe a divulgação prevista na Lei n. 10.520/02. e 8.666-92

E, para que ninguém alegue ignorância, é o presente Edital publicado em resumo no DOU – Diário Oficial da União e DOM –Diário Oficial dos Municípios, DOE –Diário Oficial do Estado, Jornal Diario do Planalto – Circulação Regional, Jornal A Noticia – Circulação Estadual, Jornal Diario do Planalto – Circulação Regional, no site oficial do Município – [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br) e, afixado no Mural Público do Hospital Municipal e no Mural Público Municipal – Imprensa Oficial do Município de Irineópolis (Lei nº 1.018/01, de 11/04/2001) .

Irineópolis (SC), 04 de agosto de 2017.

WIANEY DE CÁSSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS.

Presidente HMBJ.

ANEXO I

#### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Item	Unidade	Quantidade	Produto	Preço Máximo	Preço Máximo Total
1.	M³	1.500	Recarga de gás oxigênio medicinal, para cilindro com capacidade de 10 m³	15,00	22.500,00
2.	M³	1.500	Recarga de gás oxigênio medicinal, para cilindros com capacidade de 7 m³	15,00	22.500,00
3.	M³	1.300	Recarga de Oxigênio Medicinal – Cilindro com 3,5 m³	15,00	19.500,00
4.	Unidade	90	Oxigênio Medicinal – Cilindro G	100,00	9.000,00
5.	M³	50	Oxigênio Medicinal – Cilindro PP	100,00	5.000,00

#### ANEXO II

#### MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº ....., sediada na rua ....., (cidade/estado), neste ato representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF sob nº \_\_\_\_\_, detentor (a) de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça às vezes para fins licitatórios, confere-os ` \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF sob nº \_\_\_\_\_ com o fim específico de representar o outorgante perante o Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis - SC, na modalidade Pregão Presencial nº 01/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.



\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Carimbo e Assinatura do Credenciante.

#### ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

DECLARAMOS sob as penas da lei (art. 299 CP) para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL n.º 01/2017, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 07 do edital convocatório (artigo 4º, inciso 7º, da Lei nº 10.520/02).

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

#### ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

..... inscrita no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) .....  
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_  
data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

#### ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017

Ref.: Procedimento Licitatório nº 04/2017  
Modalidade Pregão Presencial 01/2017

O signatário da presente, em nome da proponente \_\_\_\_\_, declara concordar com os termos da Licitação modalidade Pregão Presencial n.º 01/2017, supramencionado e dos respectivos anexos e documentos, que a mesma acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar o(s) fornecimento(s) previsto(s).

O signatário da presente declara, também, em nome da referida proponente, total concordância com a decisão que venha a ser tomada quanto a adjudicação, objeto do presente edital.

Declara, ainda, para todos os fins de direito a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2.º e Artigo 97 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

(carimbo, nome e assinatura do representante legal da empresa proponente)

#### ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO.



detentora.

2.3 – Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 01/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

#### CLAUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1 – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da nota fiscal pelo setor competente, mediante boleto bancário ou depósito na seguinte conta bancária da detentora da ata:

- Banco:
- Agência:
- Conta:

3.2 – A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município.

3.3 – Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem a aplicação da penalidade.

3.4 – As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 03 (três) vias.

3.4.1 – juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.5 – O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 – Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLAUSULA QUARTA DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 – O prazo de entrega será de no máximo 05 (cinco) dias consecutivos, a partir do recebimento da nota de empenho.

4.1.1 – A empresa fornecedora deverá constar na nota fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

4.2 – Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o funcionário responsável não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.3 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 05 (cinco).

4.4 – A secretaria terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.5 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

#### CLAUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Hospital:

5.1.1 – Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 – Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso;

5.1.3 – Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 – Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

5.2 – Da empresa Vencedora:

5.2.1 – Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 – pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 – Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, ate o limite de 25% ( vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5 – Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 – Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.

#### CLAUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 – Os contratos de aquisição, decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 – A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 – A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na copia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, alem da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 – A copia da nota de empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

#### CLAUSULA SETIMA DAS PENALIDADES

7.1 – Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitara a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) multa de 02% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 – Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 – Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “d” e “e”, do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 – O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido a Presidente da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

#### CLAUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da clausula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº. 01/2017, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

#### CLAUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 9.1.1 – a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

- 9.1.2 – a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;
- 9.1.3 – a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;
- 9.1.4 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
- 9.1.5 – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
- 9.1.6 – por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificada pela Administração.
- 9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.
- 9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

#### CLAUSULA DECIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

- 10.1 – A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.
- 10.1.1 – A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

#### CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

- 11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

#### CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 – Integra esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 01 /2017 e a proposta da empresa \_\_\_\_\_, classificada nos itens numerados na cláusula Primeira, do Objeto.
- 12.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.684/2007, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

#### CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO FORO

- 13.1 – As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, ..... de ..... de 2017.  
MÁRCIA MARIA KERSCHER  
PRESIDENTE DO HMBJ

NOME  
EMPRESA DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

Nome: Nome:  
CPF: CPF:

## Itá

## PREFEITURA

**ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017, PP 030/2017**

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 050/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2017 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e dezessete às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 004 de 06 de janeiro de 2017, senhor Pregoeiro Ronei Trevisol, Silviane Carla Mertins e Jocias André Kurmann, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 050/2017, Pregão Presencial nº. 030/2017, objetivando a aquisição de equipamentos agrícolas. Apresentaram envelopes de Propostas de Preços e Documentação as seguintes empresas: ALGOR METALURGICA LTDA ME, DELMAR KISSMANN ME, AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI EPP e DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI EPP, neste ato, representadas pelos Senhores ; Altair Fabro, Delmar Kissmann, Ireno Nelson Kruger, Celso Inácio Ludwig. Todas as empresas comprovaram a condição de micro empresa ou empresa de pequeno porte. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as licitantes atenderam à disposição da Lei. Abertos os envelopes de propostas de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrado no sistema COMPRAS. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: ALGOR METALURGICA LTDA ME se sagrou vencedora no item 04 do edital com o valor total de R\$ 18.790,00 (dezoito mil setecentos e noventa reais); a empresa DELMAR KISSMANN se sagrou vencedora no item 01 do edital com o valor total de R\$ 7.290,00 (sete mil duzentos e noventa reais); a empresa: AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI EPP, se sagrou vencedora no item 02 do edital com o valor total de R\$ 11.760,00 (onze mil setecentos e sessenta reais); a empresa DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI EPP se sagrou vencedora no item 03 do edital com o valor total de R\$ 3.770,00 (três mil setecentos e setenta reais). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura do envelope documentação das licitantes vencedoras do certame; Os envelopes foram abertos, os documentos neles contidos foram rubricados pelos licitantes presentes, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; da análise da documentação, restou em HABILITAR as empresas vencedoras por cumprirem os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima os Participante do certame a colocar na nota fiscal o número do processo e o número do Contrato; e manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação; Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e entregue pessoalmente aos licitantes presentes.

Ronei Trevisol  
Pregoeiro

Silviane Carla Mertins  
Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann  
Equipe de apoio

ALGOR METALURGICA LTDA ME  
Licitante

DELMAR KISSMANN ME  
Licitante

AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI EPP  
Licitante

DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI EPP  
Licitante

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 009 - PROCESSO SELETIVO 001/2017**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 009 - PS 001/2017

Ficam convocados os classificados no Processo Seletivo 001/2017, homologado pelo Decreto 057/2017, conforme lista abaixo, para comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde no dia 09/08/2017 às 07:30 h:

Cargo	Nome
Médico	Monica Camara Goulart

Itá – SC, 08 de agosto de 2017.

Jairo Luiz Sartoretto  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 20 - PROCESSO SELETIVO 001/2016**

Edital 020 do Processo Seletivo 001/2016  
CONVOCAÇÃO

Fica convocada as auxiliares de classe classificadas no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecerem dia 10 de Agosto de 2017 às 13 horas e 30 minutos na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Principal nº 16, Bairro Vila Gerasul.

Auxiliar de Classe

Posição	Nome	Assinatura
64	CLECI TONIOLO	
65	PATRINI MARIELI BIESSEK	

ITÁ 08 de agosto de 2017  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal de Itá



**LEI 2512**

LEI Nº 2512, DE 08 DE AGOSTO DE 2017

“Dispõe sobre a desafetação de imóvel pertencente ao patrimônio público municipal e autoriza a sua permuta com imóvel que descreve, e dá outras providências.”

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Faz Saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada a desafetação do seguinte bem imóvel de propriedade do Município de Itá: “Um Lote Urbano nº 05 (cinco) da Quadra 75 do Loteamento Sítio Altos Itá, com área de 1.290,23 m² (um mil, duzentos e noventa metros e vinte e três centímetros quadrados), sem acessões, registrado na matrícula nº. 3.365 do Registro Imobiliário da Comarca de Itá/SC”.

Art. 2º Considerando o interesse público e a necessidade de destinar a área de terras do Lote Urbano especificado no artigo anterior para a regularização de terrenos ocupados irregularmente nos fundos do mesmo, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar o referido imóvel com parte de um imóvel de propriedade de Selizane Reginato Jung, Darci Arnedo Jung, Ermes Antonio Reginato e Ivanir Bertuzzi Reginato, com área de 31.366,00m² (trinta e um mil, trezentos e sessenta e seis metros quadrados), devidamente identificada dentro da área maior de 35.458,80m², registrada na matrícula nº 4.118, do Registro Imobiliário da Comarca de Itá/SC.

Art. 3º A permuta será realizada preço por preço, tendo em vista que os proprietários do imóvel particular identificados no artigo anterior, renunciaram expressamente ao valor da diferença constatado na avaliação.

.Art. 4º Todas as despesas relativas à permuta dos imóveis de que trata a presente Lei, mormente aquelas atinentes à lavratura de escritura e registro, correrão às expensas dos respectivos adquirentes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá (SC),  
08 de Agosto de 2017  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO DL Nº 09/2017

Termo de Dispensa de Licitação nº 09/2017 – Objeto: aquisição de peças para o Britador fixo. Empresa: Auto Peças Bauer Ltda. Valor Total: R\$ 6.426,62. Fundamentação Legal: Inciso II Artigo 24, da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores. Itaiópolis, 08/08/2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado do Pregão Presencial Nº 17/2017. Objeto: Aquisição de peças destinadas aos veículos pertencentes da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Empresas vencedoras: Auto Peças Bauer Ltda Valor: R\$ 97.736,00; JRC Comercio de Auto Peças Ltda, Valor: R\$ 218.565,10 e MK Pneus Ltda – EPP. Valor: R\$ 116.935,69; Vigência : 31 de julho de 2018. Itaiópolis, 08/08/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 124, DE 01 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 124, DE 1º DE AGOSTO DE 2017

ALTERA O ART. 2º DO DECRETO Nº 70 DE 12 DE ABRIL DE 2017, CONCEDE MAJORAÇÃO DAS TARIFAS DO SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei nº 2.692 de 05/07/2011 e Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA

Art. 1º Fica alterado o art. 2º do Decreto nº 70, de 12 de abril de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º Os concessionários de trajetos de ônibus e lotação são obrigados a conceder aos aposentados e pensionistas, na faixa etária de 60 a 65 anos, do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), bem como, aos estudantes de ensino regular diário, passagens com redução de 50% (cinquenta por cento), sobre estas tabelas.

Art. 3º Os demais itens e artigos ficam inalterados.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 1º de agosto de 2017.

Itapiranga, SC, 1º de agosto de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretário Municipal de Administração.

## Itapoá

## PREFEITURA

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DISPENSA Nº09/2017- PRODUTOR RURAL**  
 ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	08/08/2017	Horário início: 13h30min
Licitação /Modalidade	CHAMAMENTO PÚBLICO DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO	Nº 04/2017 Nº 09/2017 Nº 78/2017

## OBJETO:

CREDENCIAMENTO DE PRODUTOR RURAL, AGRICULTOR FAMILIAR, ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADOS A PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3108/2017. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site Municipal e Mural Público Municipal em 12/07/2017 e em jornal diário de grande circulação no estado e Diário Oficial da União no dia 13/07/2017 a fim de ampla divulgação. Protocolaram envelopes os seguintes produtores rurais:

Data	Prot.	Credenciante	CNPJ/MF	DAP
20/07/2017	1495	ERALDO JOSE GILIOLI	633.061.909-34	SDW0633061909342606170646
20/07/2017	1494	VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO	042.921.366-92	SDW0047028579670102120320
03/08/2017	1517	CARMEM LUCIA KLINGENFUSS JACOBI	485.170.209-44	SDW0485170209441603160911

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação dos produtores rurais acima relacionados, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que todos cumpriram as exigências estipuladas no edital de Chamamento Público e, portanto foram considerados HABILITADOS. Passando à fase seguinte, foram abertos os envelopes de Proposta de Preço dos produtores rurais habilitados, chegando ao seguinte resultado:

Item	Produtos	Unid	Quant	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Credenciado
3	Chineque de farofa, peso unitário médio de 70g.	UNI. 70G	15.500	0,79	R\$ 12.245,00	VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO
4	Doce de banana artesanal. Embalagem própria para alimentos contendo 400g de produto. Ingredientes permitidos: banana, açúcar, suco de limão e melado de cana. Rotulagem conforme legislação, contendo procedência, quantidade, data de fabricação e validade do produto.	POTE 400G	880	5,00	R\$ 4.400,00	CARMEM LUCIA KLINGENFUSS JACOBI
5	Pão fatiado de aipim, contendo em média 400g. Embalados em plástico transparente próprio para alimentos. Deverá indicar data de fabricação e validade na embalagem.	UNI. 500G	1.200	4,39	R\$ 5.268,00	ERALDO JOSE GILIOLI
6	Pão fatiado de Milho, contendo em média 400g. Embalados em plástico transparente próprio para alimentos. Deverá indicar data de fabricação e validade na embalagem.	UNI. 500G	1.200	4,39	R\$ 5.268,00	ERALDO JOSE GILIOLI
7	Pão francês, peso unitário médio de 50g.	UNI. 50G	15.500	0,50	R\$ 7.750,00	VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO
8	Pão massinha (hot dog)	UNI. 50G	15.500	0,61	R\$ 9.455,00	ERALDO JOSE GILIOLI
Total R\$					44.386,00	

Verificados os produtores credenciados para cada item, resta ainda como objeto de credenciamento apenas os seguintes produtos e quantidades:

Item	Produtos	Unid	Quant	Valor Máximo Unitário (média)	Valor Máximo Total
1	Batata Doce roxa, in natura, apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	KG	1.000	3,39	R\$ 3.390,00

2	Beterraba, in natura, apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Já deve vir separada das folhas.	KG	100	3,25	R\$ 325,00
---	---	----	-----	------	------------

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA  
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA  
MEMBRO

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Data	08/08/2017	Horário início: 14h30min
Modalidade	CHAMAMENTO PÚBLICO	Nº 01/2017

**OBJETO:**  
Seleção de Organização da Sociedade Civil, visando à celebração de Termo de Cooperação para Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços da Unidade de Pronto Atendimento 24h (Urgência e Emergência), da Secretaria Municipal de Saúde. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão de Seleção, conforme Decreto Municipal nº 3269/2017. Observando que o edital foi publicado em Jornal Diário de grande circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, no Site Oficial do Município e mural público municipal, no dia 07/07/2017 a fim de ampla divulgação. Exatamente as 14h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa
07/08/17	1518	13h:39m	Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó (Hospital e Maternidade OASE)

Iniciada a sessão os membros da comissão de seleção rubricaram os envelopes da proposta e habilitação, os quais se encontravam devidamente lacrados. Em seguida, a Comissão resolveu SUSPENDER por até 30 dias a abertura dos envelopes, devido recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em 07/08/2017, sob Processo@REP17/00517659.

Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

Itapoá, SC, 08 de agosto de 2017

Elaine Cristina Alves Membro da Comissão de Seleção	Fernanda Cristina Rosa Membro da Comissão de Seleção
Fernanda Luzia Ghisleri Grasel Membro da Comissão de Seleção	Marciane Rech Membro da Comissão de Seleção
Rochele Antoni Membro da Comissão de Seleção	
OSC presentes:  Rafael Andreas Kufky Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó (Hospital e Maternidade OASE)	

**EDITAL 02/2017 CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

EDITAL 02/2017

CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ITAPOÁ convoca as entidades sem fins lucrativos que atuem no segmento de Assistência Social interessadas em inscrever seus projetos, programas e serviços e benefícios socioassistenciais junto ao conselho municipal.

Art. 1º. As propostas de inscrição deverão ser apresentadas conforme os termos da Resolução 08/2014 do CMAS, em envelope lacrado, entregues a Secretaria Executiva do CMAS até o dia 11 de Agosto de 2017, na Rua do Príncipe, nº 2169 nesta cidade de Itapoá/SC.

Art. 2º. As propostas e documentos serão analisados pela comissão de seleção entre os dias 14 a 18 de Agosto de 2017, data em que será divulgado no site da Prefeitura Municipal a lista de entidades aptas a se inscreverem junto ao CMAS.

Art. 3º. As entidades selecionadas que se enquadrem na tipificação exigida na Resolução 08/2014, serão convocadas para discussão, aprovação e adequação, se necessário, de seus planos de ação, para encaminhamento da documentação ao CMAS para análise e aprovação da inscrição da entidade.

Art. 4º. No dia 25 de agosto de 2017 as 15:00 horas será realizada reunião extraordinária do plenário do CMAS, na Rua do Príncipe, 2169, nesta cidade de Itapoá/SC, para análise e aprovação dos pedidos de inscrição.

Art. 5º. As entidades regularmente inscritas poderão participar do Fórum das Entidades Socioassistenciais que se realizará conforme edital a ser lançado.

Art. 6º. Não serão aceitos documentos fora do prazo estipulado neste Edital.

Art. 7º. Duvidas poderão ser sanadas através do e-mail: secitapoa@hotmail.com, aos cuidados Sr Marcos Raksa.

Art. 8º. Casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Seleção, para pedidos formulados por escrito.

ITAPOÁ, 08 DE AGOSTO DE 2017

Elaine Cristina Alves

Presidente CMAS

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: BAUER COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAMENTAS LTDA ME, com sede á Av. Brasil, nº 2557, Centro, Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.260.099/0001-99, e Inscrição Estadual: 257210792, representada neste ato por sócio, o Sr. HASSAN PARHAMFARD, portador do CNPJ/MF nº127. 09.268-54 e do Registro Nacional do Estrangeiro nº V088725-R

Licitação: PREGÃO Nº 50/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017 - PROCESSO Nº 70/2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS (MECÂNICAS E HIDRÁULICAS) E ACESSÓRIOS PARA CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. VALOR R\$: 237.000,00

DATA DA ASSINATURA: 27/07/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Itapoá, 27 de julho de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.498/2017**

PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.498/2017

Data: 04 DE AGOSTO DE 2017

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Esta portaria visa obedecer ao que dispõe o art. 85-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para designar Agente de Desenvolvimento, observadas as especificidades locais.

Art. 2º - Designar o servidor municipal, LUCIANO PELISSARI matrícula Nº.4685, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento Local neste Município.



Art. 3º - A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

§ 1º - O Agente de Desenvolvimento no desempenho das suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

§ 2º O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

- I – residir na área da comunidade em que atuar;
- II – haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento;
- III – haver concluído o ensino médio;
- IV – ser funcionário de carreira da Prefeitura Municipal;
- V - possuir domínio de informática básica;
- VI - poder de decisão e capacidade de articulação entre as secretarias e órgãos internos da Prefeitura.

§ 3º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos Agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art. 4º - Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

- I - Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- II - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- III - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- IV - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- V - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais;
- VI - Manter registro organizado de todas as suas atividades;
- VII - Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;
- VIII - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 5º Esta Lei é regida especial e especificamente pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências no que lhe for complementar.

Art. 6º - Estão automaticamente incluídas as demais funções e prerrogativas que Leis de ordem Federal, Estadual ou Municipal já existentes ou que sobrevierem a esta, considerando-as parte desta normativa.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 04 de agosto de 2017

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

### **PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.501/2017**

PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.501/2017

Data: 07 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURÍCIO DEUNISIO OLKOSKI, Secretário de Administração substituto, do Município de Itapoá (SC), de acordo com a portaria nº.1500/2017, no uso de suas atribuições legais,

Resolve

Art.1º Fica nomeada comissão para julgar processo seletivo simplificado edital 025/2017, constituída pelos seguintes servidores:

Daiane Batista ..... Presidente

Suzana Besen ..... Secretária  
Vandressa Aparecida Cherviski ..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão conferir a documentação, elaborar e corrigir as provas para classificação, a divulgação da classificação, julgamento de recurso e tudo mais que se julgar necessário e ainda encaminhamento do resultado ao departamento de Recursos Humanos.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de agosto de 2017

MAURÍCIO DEUNISIO OLKOSKI  
Secretário de Administração substituto

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

### **PORTARIA Nº 1494/2017.**

PORTARIA Nº 1494/2017.

De: 03 de agosto de 2017.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de agosto de 2017 à 01 de outubro de 2017, sendo 60 dias de Gozo e 30 dias de Pecúnia, ao(a) servidor(a) FABRÍCIO PERES DO ROSÁRIO, matrícula 591068, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 03 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT  
Diretora do Departamento  
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

### **PORTARIA Nº 1499/2017.**

PORTARIA Nº 1499/2017.

De: 07 de agosto de 2017.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A),POR APOSENTADORIA POR IDADE.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) por Aposentadoria por Idade, o (a) servidor (a) LUCYMAR RODRIGUEZ DE FARIA, matrícula 619493, ocupante do cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, lotado (a) na Secretaria de Educação, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT  
Diretora do Departamento  
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

### **PORTARIA Nº 1500/2017.**

PORTARIA Nº 1500/2017.

De: 07 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 044/2014.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica substituído (a) por motivo de Afastamento Férias, o (a) servidor (a) JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO, matrícula 604810, Secretária de Administração, pelo(a) servidor(a) MAURÍCIO DEUNÍSIO OLKOSKI, matrícula 598577, Administrador I, para exercer o cargo de SECRETÁRIO pelo período de 07.08.17 à 26.08.17.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de agosto de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT  
Diretora do Departamento  
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

### **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 025/2017**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 025/2017

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO I

A Comissão de processo seletivo simplificado, nomeados através da portaria nº. 1.501/2017, no uso de suas atribuições legais no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo Simplificado Nº 025/2017, destinado a selecionar candidato(s) para contratação temporária de Agente Administrativo I, em conformidade com a Lei Municipal Nº 016/2007 e em consonância com as normas aplicáveis para o procedimento e pelo que dispõe o presente Edital.

#### **1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar 14 (quatorze) candidatos, contratados em caráter temporário, para o cargo de Agente Administrativo I, conforme as condições previstas no Artigo 2º da Lei Complementar Municipal Nº 016/2007.

1.2 - As atribuições da função são: atender o Convênio Nº 004/2017 entre a Prefeitura de Itapoá e o Juízo da 105ª. Zona Eleitoral – Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, mais especificamente para auxiliá-la nos procedimentos referentes à revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos.

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho, custeado pelo próprio candidato; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Prefeitura Municipal de Itapoá.

1.4 - O contratado terá direito a remuneração inicial bruta mensal de R\$ 1.476,72 (Hum mil quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos) e cumprirá jornada de trabalho de 40 horas semanais, conforme regime de escala de trabalho.

1.5 - O prazo do contrato com o profissional será de 01 de setembro de 2017 até 31 de outubro de 2017.

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº: 155/2003 e 044/2014.

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento de prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

#### **2 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO**

2.1 - O candidato deverá atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos: a) estar quite com as obrigações eleitorais; b) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino; c) estar em pleno gozo de seus direitos políticos; d) não estar incompatibilizado com o disposto no Art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas. São aplicadas também as restrições à contratação de aposentados previstas no Art. 37, § 10 da CRFB/88; e) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; f) ter concluído o ensino médio; g) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função; h) ser aprovado no Processo Seletivo Simplificado.

#### **3 – DAS INSCRIÇÕES**

3.1 - As inscrições serão efetuadas no dia 11 de agosto de 2017, exclusivamente na forma descrita deste Edital.

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 13h00min às 19h00min, mediante o pagamento da taxa de protocolo.

3.3 - No ato da inscrição os candidatos deverão entregar cópia dos documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, devendo constar a identificação do candidato, na seguinte forma:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 025/2017

NOME:

CPF:

TELEFONE: a) Carteira de identidade;

b) CPF;

c) Certificado de conclusão do Ensino Médio;

d) Título de eleitor;

e) Certidão de Quitação Eleitoral emitida no site do TRE-SC [www.tre-sc.gov.br/](http://www.tre-sc.gov.br/);

f) Quitação com as obrigações militares (masculino).

3.4 - A entrega da cópia dos documentos para a inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. O candidato que não entregar a documentação solicitada terá sua inscrição indeferida.

3.5 - A falha, omissão ou incorreção nas informações constantes no Requerimento de Inscrição, será considerada falta grave e tornará nula a inscrição em qualquer fase do processo seletivo.

#### 4 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

4.1 - O Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 025/2017, consistirá na realização de prova objetiva com 40 questões múltipla escolha.

4.2 - A prova objetiva será de caráter eliminatório e classificatório, sendo que o candidato será classificado no presente processo seletivo simplificado se obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova objetiva.

4.3 - Caso ocorra empate na pontuação, serão utilizados os seguintes critérios para desempate:

PRIMEIRO	Língua Portuguesa
SEGUNDO	Maior idade.

#### 5 - DA PROVA OBJETIVA

5.1 - A prova será composta de questões de múltipla escolha.

5.2 - Serão 40 (quarenta) questões. Sendo 15 (quinze) questões em Raciocínio Lógico, com valor de cada questão 2,0 (dois pontos), 05 (cinco) questões em Noções de Informática com valor de cada questão 2,0 (dois pontos) e 20 (vinte) questões em Língua Portuguesa com valor de cada questão 3,0 (três pontos).

5.2.1 - Cada questão apresentará quatro alternativas (A, B, C, D e E) e 1 (uma) única resposta correta.

5.3 - O conteúdo programático para a prova objetiva será:

5.3.1 RACIOCÍNIO LÓGICO (15 questões): Problemas com sistemas de medidas: medidas de tempo, sistema decimal de medidas, sistema monetário brasileiro. Raciocínio lógico-matemático: estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

5.3.2 NOÇÕES DE INFORMÁTICA (05 questões): Sistema operacional Windows 7. Microsoft Office 2007: Word, Excel. Conceitos de Internet e Intranet e Correio eletrônico. Cópias de segurança (backup e restore). Conceito, manipulação (copiar, mover, apagar, renomear) e organização de arquivos(pastas/diretórios/compactação). Conceitos de sistemas antivírus. Noções de segurança da informação. Conceitos e técnicas de digitalização de documentos.

5.3.3 - LÍNGUA PORTUGUESA (20 questões): Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Separação de sílabas. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, verbo, artigo, preposição, advérbio, conjunção, numeral e pronomes. Pronomes: colocação, uso, formas pronominais de tratamento. Flexão nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Emprego de tempos e modos. Vozes do verbo. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Estrutura do vocábulo: radicais e afixos. Formação de palavras: composição e

derivação. Termos da oração. Tipos de sujeito. Estrutura do período: coordenação e subordinação. Sinônimos, antônimos e homônimos. Interpretação de textos.

#### 6 - DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

6.1 - A prova objetiva será realizada na data inicialmente prevista de 24 de agosto de 2017, às 08h30min.

6.2 - O local da prova objetiva será comunicado até o dia 21 de agosto de 2017, através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e divulgado no site da prefeitura: [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br).

6.3 - Ao candidato só será permitida a participação na prova objetiva, na data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes no item 6.2.

6.4 - A prova terá a duração de 3 (três) horas.

6.5 - Não será permitida, em hipótese alguma, realização da prova em outro dia, horário ou fora do local designado.

6.6 - Não será permitido ingresso de candidato no local de realização da prova após o horário previsto para o início da mesma.

6.7 - O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da prova, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e original de um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira de Identidade expedida pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social com fotografia; Certificado de Reservista; Passaporte Brasileiro (ainda válido); Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei, valem como documento de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação com fotografia (na forma da Lei nº 9.503/97).

6.7.1 - Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

6.7.2 - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas em formulário próprio.

6.7.3 - Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.

6.8 - Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada da prova. O não comparecimento acarretará a eliminação automática do candidato, seja qual for o motivo alegado.

6.9 - Durante a realização das provas, não será permitido: a) comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta; b) o uso de máquinas de calcular e/ou similares e de quaisquer equipamentos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados e informações, tais como: telefone celular, gravador, receptor, pager e qualquer equipamento de rádio comunicação; c) o uso de aparelhos e/ou equipamentos elétricos ou eletrônicos, tais como: bip, telefone celular, agenda eletrônica, notebook, mp3, palmtop, tablet, receptor, gravador, máquina fotográfica e controle de alarme de carro; d) o uso de relógio de qualquer tipo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro, touca, lenço, turbante, etc.; e) fumar na sala da prova.

6.9.1 - Ao candidato que portar aparelhos/equipamentos elétricos ou eletrônicos somente será permitido o acesso à sala de realização das provas após o devido recolhimento e a respectiva identificação daqueles equipamentos, que deverão permanecer desligados até a saída do candidato do local de prova, podendo, ainda, a critério dos fiscais de sala, ser retiradas as baterias dos aparelhos/equipamentos, os quais ficarão acondicionados em sacos, sacolas ou caixas coletoras.

6.9.2 - A Prefeitura de Itapoá não se responsabilizará pela perda ou extravio de objetos ou de equipamentos ocorridos durante a aplicação das provas, nem pelos danos a eles causados.



6.10 - O candidato somente poderá retirar-se do local de prova a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização.

6.11 - Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento do candidato da sala onde estão sendo aplicadas.

6.12 - No dia da realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação das provas.

6.13 O(s) envelope(s), contendo as provas, serão abertos na presença dos candidatos, na sala respectiva, mediante termo de abertura, com a assinatura de, no mínimo, 2 (dois) fiscais da sala.

6.14 - Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização: a) usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua execução; b) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas; c) for surpreendido fazendo uso de qualquer dos materiais, acessórios, aparelhos e/ou equipamentos mencionados no item 6.9 deste Edital; d) faltar com urbanidade com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes ou candidatos; e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer meio que não os permitidos; f) recusar-se a entregar a Folha de Respostas ao término do tempo destinado à sua realização; g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal; h) ausentar-se da sala, durante a prova, portando a Folha de Respostas ou o Caderno de Questões; i) descumprir as instruções contidas no caderno de questões e na Folha de Respostas; j) estiver portando arma; k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

6.15 - Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso qualquer desses candidatos insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso e, em se negando a assim proceder, deverá o fato ser registrado no termo de ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, por fiscal de sala e pelo coordenador da unidade.

6.16 - O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova levando o Caderno de Questões no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

6.16.1 A inobservância do disposto neste item acarretará a eliminação do candidato do Concurso.

6.17 - Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, devidamente assinada.

## 7 - DOS RECURSOS

7.1 - A interposição de recursos em relação às questões da prova objetiva poderá ser feita no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 25 de agosto de 2017 das 13h00min às 19h00min. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

7.2 - A classificação se fará em lista única, divulgada através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e divulgado no site da prefeitura: [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), relacionando os candidatos não eliminados, segundo a ordem decrescente da nota obtida.

7.3 - A divulgação da classificação parcial será dia 28 de agosto de 2017, a partir das 10h00min através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e divulgado no site da prefeitura: [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br).

7.4 - A interposição de recursos da Classificação parcial poderá ser feita no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 28 de agosto de 2017 das 13h00min às 19h00min. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

7.5 - A divulgação da classificação final será no dia 29 de agosto de 2017, a partir das 13h30min através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e divulgado no site da prefeitura: [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br).

## 8 - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

8.1 - Somente será considerado classificado na prova objetiva o candidato que obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos.

8.2 - Os candidatos serão listados segundo a ordem decrescente da

nota final da Prova Objetiva.

8.3 - Em caso de igualdade na nota final de classificação, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que: a) Obtiver maior pontuação em Língua Portuguesa; b) Tiver maior idade.

8.4 - O candidato após convocação deverá comparecer para contratação na data e local informado, munido da documentação solicitada no ato da convocação. As demais convocações se houver necessidade, serão realizadas através de Convocação que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e publicado no site da prefeitura: [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br).

8.5 - O candidato que for convocado para contratação e não comparecer no local e data divulgada no edital, ou não apresentar qualquer um dos documentos citados no ato da convocação, não terá o direito de assumir o cargo, sendo convocado o candidato seguinte da lista de classificação.

8.6 - A aprovação e classificação final no Processo Seletivo Simplificado não asseguram ao candidato o direito de contratação, mas apenas a expectativa de realização de tal ato, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência da Chefia de Gabinete.

## 9 - DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

9.1 - O Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2017 terá validade de 01 de setembro de 2017 até 31 de outubro de 2017.

## 10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo Simplificado.

10.2 - Descrição sumária das atividades a serem desenvolvidas: executar atividades de nível intermediário como a atualização do cadastro de eleitores do município, por meio da revisão do eleitorado, com a coleta de dados biométricos e comprovação de residência, realização da primeira via, segunda via, renovação ou cancelamento de títulos eleitorais.

10.3 - O candidato que, no ato da inscrição, prestar declaração falsa ou inexata ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

10.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo, observada a legislação vigente.

10.5 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de agosto de 2017.

Daiane Batista  
Secretária Executiva

Suzana Besen Martins  
Agente Administrativo

Vandressa Aparecida Chervinski  
Agente Administrativo

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 018/2017 ENFERMEIRO.**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 018/2017  
ENFERMEIRO

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata SILVANA APARECIDA BIALESKI RUJANOWSKI para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;

- Certidão de nascimento ou casamento;
  - Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
  - Uma foto recente ;
  - Comprovante de residência;
  - Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
  - Certidão de Nascimento dos Filhos ;
  - Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
  - Diploma do Curso de Enfermagem;
  - Registro no COREN/SC;
  - Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
  - Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
  - Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
  - Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
  - Tipagem sanguínea;
  - Laudo médico;
  - Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;
  - Atestado de Vacinação das Crianças menores de 05 anos.
- Itapoá, 08 de agosto de 2017.

Sandra Regina Medeiros da Silva  
Secretária Municipal de Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 018/2017 ENFERMEIRO.**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 018/2017  
ENFERMEIRO

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato MURILO MANDU para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Quitação com as obrigações militares;
- Comprovante de residência;
- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
- Certidão de Nascimento dos Filhos ;
- Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
- Diploma do Curso de Enfermagem;
- Registro no COREN/SC;
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;
- Atestado de Vacinação das Crianças menores de 05 anos.

Itapoá, 08 de agosto de 2017.  
Sandra Regina Medeiros da Silva  
Secretária Municipal de Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº21/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº28/2016**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº21/2017  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL Nº28/2016

Elisiane de Souza Martins, Secretária de Assistência Social, com base no item 1.2 do Edital nº 28/2016, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata Joseane Aparecida Sarotti Cutas, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade (RG) ;
  - Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
  - Título de Eleitor;
  - Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
  - Certidão de nascimento ou casamento;
  - Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
  - Uma foto recente 3/4;
  - Comprovante de residência;
  - Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
  - Certidão de Nascimento dos Filhos ;
  - Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
  - Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
  - Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
  - Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
  - Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
  - Tipagem sanguínea;
  - Laudo médico;
  - Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.
  - Atestado de Vacinação das Crianças menores de 05 anos.
- Itapoá 08 de agosto de 2017.

Elisiane de Souza Martins  
Secretária Municipal da Assistência Social



# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 096, de 25 de julho de 2017

DECRETO Nº 096, de 25 de julho de 2017.

“Constitui Comissão de Avaliação de Desempenho – CAD dos Servidores do Poder Executivo Municipal”.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 35 e seus incisos da Lei Complementar 020 de 17 de dezembro de 2008 e alterações;

#### DECRETA

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Avaliação de Desempenho – CAD, com a finalidade de avaliar o desempenho dos Servidores, existentes no quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Ituporanga.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior deste Decreto, fica assim composta:

Representantes da Secretaria da Administração;  
Deise Steffens Petry  
Andresa Cristina Fragas Abreu

Representante da Secretaria de Educação;  
Maria Elena Goulart Sebold  
Ticiane Nienkotter Costa

Representante da Secretaria da Secretaria da Saúde;  
Laiza da Silva  
Juscilene Lais Rossa Bonfim

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos desde 10 de julho de 2017.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 25 de julho de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito de Ituporanga

BRUNA RUDOLFO  
Secretária de Administração

### DECRETO Nº 097, de 25 de julho de 2017

DECRETO Nº 097, de 25 de julho de 2017

“Constitui Comissão Permanente de Licitação e Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio para os Processos Licitatórios na modalidade Pregão, realizados pelo Município de Ituporanga”

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65 e letra “c”, do inciso II, do artigo 97 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o artigo 51 da Lei nº. 8.666/93, bem como o artigo 7º, inciso II e artigo 10, do anexo I, do Decreto nº. 498/2007,

Art. 1º - Fica constituída a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, que será formada pelos

seguintes membros Titulares: Luis Augusto Wagner Scheeren, Marileusa Leczy Monteiro Borges, Antônio César Grah e Cristiane Kalbusch Hinckel, sendo presidida pelo primeiro e secretariada pela segundo.

Art. 2º - Fica nomeada como pregoeira a funcionária pública do município ZULEIDE DUMES HESSMANN, para atuar nos procedimentos relativos aos processos licitatórios na modalidade pregão, com atribuições de acordo com o artigo 9º do Decreto nº. 498, de 20 de abril de 2007.

Art. 3º - Fica nomeada a Equipe de Apoio ao pregoeiro nos processos licitatórios modalidade pregão, que será formada pelos seguintes membros Titulares: Josiane Rosa Sieves, Tânia Maria Beling de Carvalho e Eliane Aparecida Rodrigues Eyng, designada como secretária a primeira.

Art. 4º - Como Suplentes ficam nomeados os seguintes servidores: Tiago Jesser Marques Vieira e Maria Fernanda Nienkötter Müller.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos reatrativos desde 10 de julho de 2017, ficando revogado o Decreto nº 051, de abril de 2017, e as demais disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 25 de julho de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO  
Secretária da Administração

### DECRETO Nº 099, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 099, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS QUE CONSTITUIRÃO A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso XXVII, do Artigo 7º da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.400, de 07 de maio de 2012.

#### DECRETA

Art.1º - Fica constituída e nomeada os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil- COMDEC, assim composta:

#### I – COORDENADORIA

Adelar José dos Santos – Coordenador  
Vilmar Schwambach – Secretário Executivo

#### II – SETOR TÉCNICO

Carlos Eduardo Plens – Arquiteto – Prefeitura Municipal  
Tenente Rubens José Babel Júnior - Corpo de Bombeiros  
Sub Tenente Marcos José Amancio – Polícia Militar da 4ª/13º BPM

Edson Antunes Jaques – Delegado da 20ª Delegacia Regional  
Alexandre Schaffer – Engenheiro Civil – 13º SDR  
Diogo Lenzi – Barragem Sul  
Edio Zunino Sgrott- EPAGRI – Estação Experimental de Ituporanga  
Julieti Largura– Assessoria de Comunicação  
Eloisa de Souza – Secretaria da Administração

### III – SETOR OPERACIONAL

a) Representante da Secretaria da Administração, Departamento Jurídico e Departamento de Imprensa:  
Marcio Lima da Costa Junior – Advogado  
Bruna Rudolfo – Secretária de Administração

b) Representante da Secretaria da Agricultura e Abastecimento:  
Acássio Clasen – Engenheiro Agrônomo

c) Representante da Secretaria da Saúde:  
Georgia Staudinger - Enfermeira  
Alessandra Hoffmann Morattelli - Assistente Social  
Edu Claudio Schneider – Vigilância Sanitária

d) Representante da Secretaria de Urbanismo:  
Antônio de Souza – Motorista

e) Representante da Secretaria de Infraestrutura:  
Vilmar Menegaz – Depto Administrativo

f) Representante da Secretaria de Planejamento:  
Tony Schutz – Desenhista

g) Representante da Secretaria de Educação:  
Maria Fernanda Nienkotter Muller – Auxiliar Administrativo

h) Representante da Secretaria da Fazenda:  
Antonio Cesar Grahl - Oficial Administrativo  
Tania Maria Beling de Carvalho – Oficial Administrativo

i) Representante da Secretaria do Desenvolvimento Econômico:  
Osmar Sebold – Secretário do Desenvolvimento Econômico

j) Representante da EPAGRI – Estação Experimental de Ituporanga:  
Edson Luckmann – Monitoramento Meteorológico

k) Representante da CELESC:  
Eliane Capistrano Souza

l) Representante da CASAN:  
Marcos Antônio Vandresen

m) Representante do Departamento Municipal de Trânsito DEMU-TRAM:  
Juvenal Valdomiro Capistrano – Diretor

n) Representante Jeep Clube de Ituporanga  
Milton Carlos Rodrigues

Art. 2º - A Comissão Municipal de Defesa Civil reger-se-á pelo Plano Municipal de Defesa Civil, cujo mandato será gratuito e constituirá serviço Público Relevante.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se o Decreto nº 035, de 10 de março de 2017.

Ituporanga, SC, 01 de agosto de 2017.  
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO  
Secretária de Administração

### DECRETO Nº 098, de 01 de agosto de 2017

DECRETO Nº 098, de 01 de agosto de 2017

“Institui e Nomeia Membros para composição do Conselho Municipal de Saúde”

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil Título VIII, Capítulo II e as Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90 e Lei 2.365, de 22 de agosto de 2011, RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS DE ITUPORANGA e nomeia membros para composição do mencionado Conselho, órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, que tem por competência formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, que será composto pelos seguintes membros:

#### I - Representantes do Poder Executivo:

José Carlos de Farias - Titular  
Juscilene Lais Rossa Bonfim  
Maria Elena Goulart Sebold - Titular  
Sandra Regina Berns Clasen - Suplente

#### II- Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

Viviana Cristina Fragas - Titular  
Cleide Schutz – Suplente  
Odair Rogério da Silva - Titular  
Walter Reichmuth Day – Suplente

#### III - Representantes de Prestadores de Serviço:

Robson Sardá - Titular  
Juliana Wiese – Suplente  
Irmã Edelir Stupp – Titular  
Elisângela Scheidt Roncalio – Suplente

#### IV - Representantes de Entidades de Usuários do Sistema Único de Saúde:

Carlos Alberto Dalabrida - Titular  
Marcia Schwambach Schmitt – Suplente  
Arlete Weber - Titular  
Isaura Martini dos Santos – Suplente  
Dulce Maria Franciozi - Titular  
Nadir Sardá – Suplente  
Luiz Fernando Iop - Titular  
Renato Schlemper – Suplente  
Vilma Hasse - Titular  
Raimundo Shulle – Suplente  
Sebastião Rosa – Titular  
Andreia Schmitz Fuck – Suplente

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde terá a duração de 02 (dois) anos, sendo permitida reeleição após este período.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 01 de agosto de 2017.  
OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito de Ituporanga

BRUNA RUDOLFO  
Secretária da Administração

**DECRETO Nº 100, DE 08 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 100, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC”

Osni Francisco de Fragas, Prefeito Municipal de Ituporanga/SC, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 2.676, de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Ituporanga/SC, crédito adicional ESPECIAL no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para a inclusão do seguinte programa:

Órgão: 3-SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 3-Secretaria da Administração

Função: 0004-Administração

Subfunção: 0122-Administração Geral

Programa: 003-Administração Geral

Projeto/Atividade: 2004 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração

Código da Despesa: 03 – Despesa

Categoria Econômica: 4 – Despesa de Capital

Grupo de Natureza da Despesa: 4 – Investimentos

Modalidade de Aplicação: 90 – Aplicações Diretas

Elemento da Despesa: 51 – Obras e Instalações; 52 – Equipamentos e Material Permanente.

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito ESPECIAL de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.696, de 04 de agosto de 2017.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, SC, 08 de agosto de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

# Jaborá

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2017

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Jaborá/SC, através do Município de Jaborá, em cumprimento da ratificação procedida pelo Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:

Objeto: CONTRATAÇÃO DIRETA DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES NO MUNICÍPIO DE JABORÁ.

FAVORECIDO: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

VALOR ESTIMADO: R\$ 39.375,00 (trinta e nove mil trezentos e setenta e cinco reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94.

Jaborá (SC), 08 de Agosto de 2017.

Aldo Guarese

Presidente da Comissão

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO 04-2017

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JABORÁ – SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2017

Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 01/2017.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e Decreto Municipal nº 1.508/2014 e Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações.

Processo de Licitação nº: 03/2017.

Contrato nº: 04/2017.

Objeto: Contratação de empresa especializada para reforma dos estofados de cadeiras fixas e móveis da Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá/SC, tudo conforme relação de quantidade, modelos e valores detalhados no Anexo I do edital do Processo Licitatório nº 03/2017, Pregão Presencial nº 01/2017.

Valor: R\$ 22.700,00 (vinte e dois mil setecentos reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, admitindo-se prorrogação por igual período, nos termos da legislação vigente.

Contratantes: Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá, CNPJ nº 07.733.746/0001-53.

Contratada: CONCÓRDIA MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA EIRELI ME, CNPJ sob nº 04.556.398/0001-06.

Jaborá, SC, 08 de Agosto de 2017.

Itamar Toigo

Presidente da Câmara de Vereadores

Certifico que o presente Extrato de Contrato foi publicado no Diário Oficial dos Municípios conforme a Legislação do Município.

Maria Edemara Orso Maule

Secretária da Câmara de Vereadores

**BALANCETE FINANCEIRO 07-2017****SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE JABORA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Julho  
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>61.756,51</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>61.756,51</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51.012,94
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.743,57
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>75.000,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	75.000,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>131.253,51</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>135.328,78</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.521,58	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.775,72
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	62.154,29	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	64.975,42
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	64.577,64	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	64.577,64
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>122.459,97</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>131.628,19</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	100.722,19	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	101.190,24
BANCO C/ MOVIMENTO	21.737,78	BANCO C/ MOVIMENTO	30.437,95
<b>TOTAL</b>	<b>328.713,48</b>	<b>TOTAL</b>	<b>328.713,48</b>

JABORA, 04/08/2017

ITAMAR TOIGO  
PresidenteJOVANI PEDRO TONIELLO  
Contador CRC SC-030442/O-0

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO DE PREST. S ERVIÇOS Nº 009-2017-SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 009/2017/SAMAE

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratado: BETHA SISTEMA LTDA

Valor: R\$ 16.103,00 (Dezesseis Mil e Cento e Três Reais).

Vigência: Início: 01/07/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL

Dotação: 2.047.3390.00 - 709 - 9/2017 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I, para o SAMAE de Jacinto Machado/SC..

Jacinto Machado – SC, 29 de Junho de 2017.

LAUDIR POSSAMAI

Diretor do SAMAE

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 005\_2017\_SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2017/SAMAE

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratado: ALEXANDRE BARDINI DARE

Valor: R\$ 14.400,00 (QUATORZE MIL E QUATROCENTO REAIS).

Vigência: Início: 28/06/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: Carta Convite Nº 003/2017/SAMAE

Dotação: 2.047.3390.00 - 709 - 9/2017 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA ATUAÇÕES EM DEMANDAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS, NA ÁREA DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO SAMAE DE JACINTO MACHADO/SC, NO EXERCÍCIO DE 2017.

Jacinto Machado – SC, 28 de Junho de 2017.

LAUDIR POSSAMAI

Diretor do SAMAE



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### 091.2017 - INEXIGIBILIDADE - EXTRATO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 91/2017

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, do Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL

CONTRATADO: Willian Walter Sieverdt - ME

OBJETO: Contratação de quatro apresentações teatrais do "Trip Teatro", nome empresarial: Willian Walter Sieverdt - ME, nos dias 10, 18, 19 e 20 de agosto de 2017, durante a 11ª edição da Feira do Livro, na Sociedade Cultura Artística-SCAR, localizada na Rua Jorge Czerniewicz, Bairro Czerniewicz, neste município. Evento gratuito e aberto ao público.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá nos dias 10, 18, 19 e 20 de agosto de 2017, na Sociedade Cultura Artística-SCAR, localizada na Rua Jorge Czerniewicz, Bairro Czerniewicz, neste município. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.01.13.122.0300.4.100	Manutenção das atividades da Fundação Cultural	3.3.90 Aplicações Diretas	342	080 Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 08 de agosto de 2017.

Udo Wagner

Prefeito Municipal em Exercício

Douglas Antônio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

### 262.2017 - JURITI - CONTRATO - EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 262/2017

PROCESSO: Chamada Publica nº 001/2017 – Dispensa nº 87/2017.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADO: COOPERATIVA JURITI.

OBJETO: O objeto do presente contrato é o fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas, entidades e centros municipais da Rede de ensino do Município de Jaraguá do Sul, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2017, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DO VALOR: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, a proponente receberá os valores conforme descritos no item 6.1 da cláusula sexta deste contrato.

PAGAMENTO: Os pagamentos dos gêneros alimentícios, fornecidos pelo (s) vencedor (s) dos itens deste Edital, serão realizados pelo Município de Jaraguá do Sul, na segunda quarta feira subsequente após cada entrega, conforme cronograma de entrega que será fornecido pela Secretaria de Educação e apresentação da nota fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste edital correrão por conta do orçamento 2017, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.306.0351.2.119.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	468	FNDE
12.306.0351.2.119.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	131	FNDE
12.306.0350.2.111.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	469	FNDE

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2017;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Udo Wagner e Orlando Giovannella

Udo Wagner  
Prefeito Municipal em exercício

## 263.2017 - COPAJAS - CONTRATO.DOC - EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 263/2017

PROCESSO: Chamada Publica nº 001/2017 – Dispensa nº 86/2017.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADO: COPAJA - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL.

OBJETO: O objeto do presente contrato é o fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas, entidades e centros municipais da Rede de ensino do Município de Jaraguá do Sul, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2017, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DO VALOR: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, a proponente receberá os valores conforme descritos no item 6.1 da cláusula sexta deste contrato.

PAGAMENTO: Os pagamentos dos gêneros alimentícios, fornecidos pelo (s) vencedor (s) dos itens deste Edital, serão realizados pelo Município de Jaraguá do Sul, na segunda quarta feira subsequente após cada entrega, conforme cronograma de entrega que será fornecido pela Secretaria de Educação e apresentação da nota fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste edital correrão por conta do orçamento 2017, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.306.0351.2.119.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	468	FNDE
12.306.0351.2.119.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	131	FNDE
12.306.0350.2.111.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	469	FNDE

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2017;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Udo Wagner e Sereno Zilse

UDO WAGNER  
Prefeito Municipal em exercício

## 264.2017 - AJA - CONTRATO - EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 264/2017

PROCESSO: Chamada Publica nº 001/2017 – Dispensa nº 88/2017.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO JARAGUAENSE DE AQUICULTORES – AJA.

OBJETO: O objeto do presente contrato é o fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas, entidades e centros municipais da Rede de ensino do Município de Jaraguá do Sul, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2017, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DO VALOR: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, a proponente receberá os valores conforme descritos no item 6.1 da cláusula sexta deste contrato.

PAGAMENTO: Os pagamentos dos gêneros alimentícios, fornecidos pelo (s) vencedor (s) dos itens deste Edital, serão realizados pelo Município de Jaraguá do Sul, na segunda quarta feira subsequente após cada entrega, conforme cronograma de entrega que será fornecido pela Secretaria de Educação e apresentação da nota fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste edital correrão por conta do orçamento 2017, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.306.0351.2.119.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	468	FNDE
12.306.0351.2.119.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	131	FNDE
12.306.0350.2.111.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	469	FNDE

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2017;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC  
SIGNATÁRIOS: Udo Wagner e Palmiro Zieblsdorff

Udo Wagner  
Prefeito Municipal em exercício

### 273.2017 - CONTRATO TRIP TEATRO - EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 273/2017

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 91/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

Do CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DO CONTRATADO: Willian Walter Siverdt - ME

CNPJ 05.023.026/0001-79

DO OBJETO: Contratação de quatro apresentações teatrais do "Trip Teatro", nome empresarial: Willian Walter Sieverdt - ME, nos dias 10, 18, 19 e 20 de agosto de 2017, durante a 11ª edição da Feira do Livro, na Sociedade Cultura Artística-SCAR, localizada na Rua Jorge Czerniewicz, Bairro Czerniewicz, neste município. Evento gratuito e aberto ao público.

VALOR: o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) pelas quatro apresentações.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

As despesas provenientes do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
39.01.13.122.0300.4.100	Manutenção das atividades da Fundação Cultural	3.3.90 Aplicações Diretas	342	080 Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no período 25 de julho de 2017, na Sociedade Cultura Artística-SCAR, localizada na Rua Jorge Czerniewicz, Bairro Czerniewicz, neste município.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 08/08/2017

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Udo Wagner e Willian Walter Siewerdt

Udo Wagner  
Prefeito Municipal em exercício

### 274.2017 - CONTRATO GATS - EXTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 274/2017

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 93/2017

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

Do CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DO CONTRATADO: Scaravelho Cia Teatral – CNPJ 05.559.998/0001-82

DO OBJETO: O objeto do presente é contratação de apresentações teatrais de Scaravelho Cia Teatral (GATS – Grupo Artístico Teatral Scaravelho) da peça "O Enigma do Amarelo", apresentação no dia 13 de agosto de 2017, às 17 horas, e "Intervenção personagem Palhaço Amarelo" no dia 12 de agosto, das 10 às 11 horas e das 15 às 16 horas, durante a 11ª edição da Feira do Livro, na Sociedade Cultura Artística-SCAR, localizada na Rua Jorge Czerniewicz, Bairro Czerniewicz, neste município. Evento gratuito e aberto ao público.

VALOR: o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pela apresentação.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

As despesas provenientes do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
39.01.13.122.0300.4.100	Manutenção das atividades da Fundação Cultural	3.3.90 Aplicações Diretas	342	080 Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá nos dias 12 e 13 de agosto de 2017, na Sociedade Cultura Artística-SCAR, localizada na Rua Jorge Czerniewicz, Bairro Czerniewicz, neste município.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 08/08/2017

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Udo Wagner e Rubens Franco

Udo Wagner  
Prefeito Municipal em exercício

**86.2017 - DISPENSA - EXTRATO**

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 86/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO: CHAMADA PÚBLICA 001/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 38/09.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: COPAJA - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL..

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas, entidades e centros municipais da Rede de ensino do Município de Jaraguá do Sul, como segue:

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
01	1050	kg	Abóbora menina ou seca, tamanho médio por unidade.	2,40
02	1915	kg	Alface - Folhas limpas e sem picadas de insetos. Não poderá apresentar folhas mur-chas, despencando ou descoloridas. Peças de tamanho médio a grande por unidade (referência: média de 0,25 kg/peça unitária).	4,85
03	516,72	kg	Alho em cabeça.	17,00
07	7540	kg	Banana branca orgânica tipo especial, tamanho médio à grande, não deve estar completamente madura. Os bananais deverão ser conduzidos por sistema ecológico. A adubação deve ser orgânica, o produto deve ser isento de agroquímicos.	3,60
08	17010	kg	Banana caturra orgânica tamanho médio à grande, não deve estar completamente madura. Os bananais deverão ser conduzidos por sistema ecológico. A adubação deve ser orgânica, o produto deve ser isento de agroquímicos.	2,80
09	16530	kg	Banana caturra tamanho médio à grande, não deve estar completamente madura.	2,10
10	730	kg	Banana passa, produto natural, desidratado, tamanho médio, embalagem a granel, de até 6kg cada, própria para alimentos, contendo especificações de acordo com o órgão competente. Validade de 6 meses.	14,50
11	1250	kg	Batata doce roxa, tamanho médio, compacta e firme, sem lesões de origem física e mecânica (rachaduras e cortes).	2,50
12	7775	kg	Batata inglesa escovada, classe 2 (diâmetro maior ou igual a 45 e menor que 85 mm).	3,00
13	2085	kg	Batata Salsa (ou "mandioquinha"), tamanho médio.	7,80
14	3950	kg	Beterraba - sem folhas, lisa, com polpa intacta e limpa, tamanho médio, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade.	2,60
15	3730	kg	Brócolis em maços de tamanho médio a grande por unidade (referência: média de 0,60 kg/maço), com talos curtos e frescos, flores grandes e bem fechadas, cor azul-esverdeado; podendo apresentar no máximo 5 cm de talo e uma camada de folhas excedentes para proteção do gênero.	5,00
16	5578	kg	Cenoura tipo extra, classe média (raízes com comprimento de 10 à 15 cm).	3,30
17	595	kg	Couve mineira maços de tamanho médio a grande por unidade, folhas bem verdes, firmes, sem manchas. (referência: média de 0,35 kg/maço).	4,00
18	4080	kg	Couve-flor em peças de tamanho médio por unidade (referência: média de 1,2Kg/peça); livre de enfermidades, insetos e sujidades, sem machas escuras ou amareladas, podendo apresentar no máximo 5 cm de talo e uma camada de folhas excedentes para proteção do gênero.	4,80
19	514	kg	Espinafre maços de tamanho grande por unidade, folhas bem verdes, firmes, sem manchas. (referência: média de 0,60 kg/maço).	3,40
20	5718	kg	Feijão preto tipo 1, grupo anão, embalagem plástica de 01 kg, umidade máxima de 17%, prazo de validade mínima de 04 meses.	6,50
22	6170	kg	Iogurte sabor morango preparado à base de leite fermentado e polpa de fruta, pas-teurizado. Embalagem filme de polietileno leitoso de 01 litro, devendo constar data de fabricação e validade, com registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento. Prazo de validade de 30 dias e data de fabricação máxima de 7 dias da data da entre-ga.	5,80
23	39	kg	Mel, solução concentrada de açúcares com predominância de glicose e frutose, em estado líquido, sem adição de açúcares e/ou outras substâncias que alterem sua com-posição original; embalagem em bisnaga plástica própria para alimentos, de até 500 gr cada, própria para alimentos, rotulagem de acordo com o Regulamento Técnico Mercosul (Res. GMC Nº 36/93). Com registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	27,10
24	280	kg	Mel, solução concentrada de açúcares com predominância de glicose e frutose, em estado líquido, sem adição de açúcares e/ou outras substâncias que alterem sua com-posição original; embalagem plastica própria para alimentos, de até 1 kg cada, própria para alimentos, rotulagem de acordo com o Regulamento Técnico Mercosul (Res. GMC Nº 36/93). Com registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	24,50

25	364	kg	Melado de cana, embalagem em pote plástico de até 01 kg, com tampa e lacre de proteção, validade mínima de 03 meses. Com registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	12,80
26	2865	kg	Pepino salada, liso, firme, sem rugas, bem formado, na cor verde, tamanho entre 12 e 13 cm de comprimento e 4 cm de diâmetro aproximadamente. Não poderão se apresentar amolecidos, brocados, com manchas amarelas na parte superior.	2,45
27	3893	kg	Repolho verde, em peças de tamanho médio, sem folhas excedentes, sem defeitos, com folhas verdes sem traços de descoloração, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	2,00
28	58	kg	Repolho roxo, em peças de tamanho médio, sem folhas excedentes, sem defeitos, com folhas roxo escuras sem traços de descoloração, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	2,70
29	1096	kg	Suco natural de maracujá, integral, sem adição de água, açúcar e conservantes; validade mínima de 6 meses, embalagem de até 1,5 litro por unidade, embalagem secundária própria para transporte do produto, com registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	15,50
30	2380	kg	Suco natural de uva integral, sem adição de água, açúcar e conservantes; validade mínima de 6 meses, embalagem de até 1,5 litro por unidade, embalagem secundária própria para transporte do produto, com registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	10,90

**FORMA DE PAGAMENTO:** Os pagamentos dos gêneros alimentícios, fornecidos pelo (s) vencedor (s) dos itens deste Edital, serão realizados pelo Município de Jaraguá do Sul, na segunda quarta feira subsequente após cada entrega, conforme cronograma de entrega que será fornecido pela Secretaria de Educação e apresentação da nota fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste edital correrão por conta do orçamento 2017, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.306.0351.2.119.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	468	FNDE
12.306.0351.2.119.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	131	FNDE
12.306.0350.2.111.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	469	FNDE

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de fornecimento da presente Chamado Pública será até 31 de Dezembro de 2017, conforme cronograma de entrega (Anexo I) do Edital. O prazo de vigência será igual ao prazo de fornecimento acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 04 de agosto de 2017.

Udo Wagner

Prefeito Municipal em exercício

Cleuza Terezinha Sabbagh Finta

Comissão Especial de Dispensa de Licitação (Câmara de Negócios)

Decreto nº 11.434/2017

## 87.2017 - DISPENSA - JUSTIFICATIVA DA COMISSÃO ESPECIAL. - EXTRATODOC

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 87/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO: CHAMADA PÚBLICA 001/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 38/09.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: COOPERATIVA JURITI LTDA.

**OBJETO:** Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas, entidades e centros municipais da Rede de ensino do Município de Jaraguá do Sul, como segue:

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
04	1170	kg	Arroz branco agulhinha, tipo I, subgrupo polido, classe longo fino, embalagem plástica de até 05 kg, validade mínima de 06 meses.	2,20
05	3006	kg	Arroz Integral, tipo 1, classe longo fino, subgrupo parboilizado, integral, peso de 1 kg por unidade, validade mínima de 06 meses.	2,20
06	15892	kg	Arroz parboilizado, tipo I, classe longo fino, embalagem plástica de até 05 kg, 1ª qualidade. Umidade máxima de 14%. Prazo de validade mínimo de 09 meses.	2,00

**FORMA DE PAGAMENTO:** Os pagamentos dos gêneros alimentícios, fornecidos pelo (s) vencedor (s) dos itens deste Edital, serão realizados pelo Município de Jaraguá do Sul, na segunda quarta feira subsequente após cada entrega, conforme cronograma de entrega que será



fornecido pela Secretaria de Educação e apresentação da nota fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.  
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste edital correrão por conta do orçamento 2017, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.306.0351.2.119.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	468	FNDE
12.306.0351.2.119.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	131	FNDE
12.306.0350.2.111.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	469	FNDE

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de fornecimento da presente Chamado Pública será até 31 de Dezembro de 2017, conforme cronograma de entrega (Anexo I) do Edital. O prazo de vigência será igual ao prazo de fornecimento acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 04 de agosto de 2017.

Udo Wagner

Prefeito Municipal em exercício

Cleuza Terezinha Sabbagh Finta

Comissão Especial de Dispensa de Licitação (Câmara de Negócios)

Decreto nº 11.434/2017

### **88.2017 - DISPENSA - JUSTIFICATIVA DA COMISSÃO ESPECIAL.- EXTRATODOC**

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 88/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO: CHAMADA PÚBLICA 001/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 38/09.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AJA - ASSOCIAÇÃO JARAGUAENSE DE AQUICULTORES.

**OBJETO:** Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas, entidades e centros municipais da Rede de ensino do Município de Jaraguá do Sul, como segue:

**FORMA DE PAGAMENTO:** Os pagamentos dos gêneros alimentícios, fornecidos pelo (s) vencedor (s) dos itens deste Edital, serão realizados pelo Município de Jaraguá do Sul, na segunda quarta feira subsequente após cada entrega, conforme cronograma de entrega que será fornecido pela Secretaria de Educação e apresentação da nota fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste edital correrão por conta do orçamento 2017, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.306.0351.2.119.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	468	FNDE
12.306.0351.2.119.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	131	FNDE
12.306.0350.2.111.3.3.90	Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos	3.3.90 – Aplicações Diretas	469	FNDE

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de fornecimento da presente Chamado Pública será até 31 de Dezembro de 2017, conforme cronograma de entrega (Anexo I) do Edital. O prazo de vigência será igual ao prazo de fornecimento acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 04 de agosto de 2017.

Udo Wagner

Prefeito Municipal em exercício

Cleuza Terezinha Sabbagh Finta

Comissão Especial de Dispensa de Licitação (Câmara de Negócios)

Decreto nº 11.434/2017



**PORTARIA Nº 110/2017/COGEM**

PORTARIANº 110/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 118/2017/1ªCPAD, de 01/08/2017, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 28/07/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 016/2016, instaurado pela Portaria nº 742/2016, de 25/08/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/07/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2017.

EDUARDO BERTOLDI

Controlador-Geral do Município

**PORTARIA Nº 111/2017/COGEM**

PORTARIANº 111/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 112/2017/1ªCPAD, de 01/08/2017, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 19/07/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2017, instaurado pela Portaria nº 392/2017, de 13/04/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/07/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de agosto de 2017.

EDUARDO BERTOLDI

Controlador-Geral do Município

**PORTARIA Nº 112/2017/COGEM**

PORTARIANº 112/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 045/2017/2ªCPAD, de 04/08/2017,

da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 10/08/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2017, instaurado pela Portaria nº 478/2017, de 09/05/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de agosto de 2017.

EDUARDO BERTOLDI

Controlador-Geral do Município

**PORTARIA SAMAE JSU Nº. 327/2017**

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 327/2017

Mudança de Letra

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor CLAUDIO LUIS PEREIRA DOS SANTOS, matrícula 534, para o nível "B", do cargo de Técnico em Operação de ETA/ETE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/06/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Agosto de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAE JSU Nº. 328/2017**

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 328/2017

Mudança de Letra

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor IRINEU ELIAS REINEHR, matrícula 391, para o nível "H", do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/07/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Agosto de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA SAMAE JSU Nº. 329/2017**

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 329/2017  
Mudança de Letra

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor JOZIMAR CARDOZO, matrícula 352, para o nível "G", do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Agosto de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA SAMAE JSU Nº. 330/2017**

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 330/2017  
Mudança de Letra

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor AMARILDO TRAVASSOS, matrícula 365, para o nível "F", do cargo de Encanador.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/07/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Agosto de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA SAMAE JSU Nº. 331/2017**

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 331/2017  
Mudança de Letra

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor ADEMIR FERREIRA BUENO, matrícula 346, para o nível "I", do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/07/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Agosto de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### **SEMAD - PORTARIA Nº 177/2017**

PORTARIANº 177/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 10/05/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 25687/2016;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ALEXANDRO ARIEL LOPES DE AMORIM, matrícula nº 7603, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de agosto de 2017.  
ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

#### **SEMAD - PORTARIA Nº 178/2017**

PORTARIANº 178/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 04/07/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 19167/2015;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal MARIS SOLANGE MAERTNER, matrícula nº 7216, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

### **SEMAD - PORTARIA Nº 179/2017**

PORTARIANº 179/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 03/07/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 19933/2015;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal MARLENE BECKER RIEDTMANN, matrícula nº 7297, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

### **SEMAD - PORTARIA Nº 180/2017**

PORTARIANº 180/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 03/07/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 18986/2016;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal NADIMA SUELY MAHFUD TEPAS-SE, matrícula nº 8172, referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

# Joaçaba

## PREFEITURA

**104/2013 PMJ TA 04**

CONTRATO Nº 104/2013/PMJ – TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA e AGRICULTURA, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VILSON SARTORI, e a empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA – ME, com sede administrativa na Rua Doze de Maio, nº 152 – Sala 02 – Vila Alemanha, na cidade de Luzerna - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Paulo Delfino Pinto, portador da C. I nº 863.685.846 e CPF nº 639.561.289-15, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 104/2013/PMJ, firmado em 19/08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 63/2013/PMJ – Edital TP nº 13/2013/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a manutenção corretiva e preventiva dos semáforos implantados nas vias urbanas do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses a contar de 19 de agosto de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais), considerando o valor mensal de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) para a execução do objeto.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 07 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA e AGRICULTURA  
VILSON SARTORI - Secretário

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA  
PAULO DELFINO PINTO

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

**23/2017 PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2017/PMJ

PROVENIENTE DO PL 57/2017/PMJ– PP 39/2017/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: CARGO ONIX RIO LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DE VARGAS LTDA.

OBJETO: o fornecimento, pela CONTRATADA, de serviços de transporte de materiais e estrutura para o evento Circuito Copa Brasil de Tênis de Mesa, o qual será realizado no mês de agosto de 2017, no Município de Joaçaba/SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: de 90 (noventa) dias, a partir da assinatura do mesmo, podendo ser rescindido ou prorrogado se do interesse das partes.

DOTAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Proj./Ativ.: 2.128 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

228 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

FISCAL: ANA PAULA ABE GURGACZ

DATA DE ASSINATURA: 04/08/2017.

Joaçaba – SC, 04 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Dioclésio Ragnini - Prefeito

**24/2017 PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2017/PMJ

PROVENIENTE DO PL 68/2017/PMJ– PP 44/2017/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS-ME

OBJETO: a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de representação artística (orquestra, grupos e bandas musicais, grupos de dança e teatro, curadoria de cinema) para apresentações e exposição em eventos comemorativos aos 100 anos do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

VIGÊNCIA: até 30/09/2017, contado a partir da data de sua assinatura

DOTAÇÃO:

2.132 – COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DO MUNICÍPIO

34 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

FISCAL: GUSTAVO DEON

DATA DE ASSINATURA: 07/08/2017.

Joaçaba – SC, 07 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Dioclésio Ragnini - Prefeito



**56/2014 FMS TA 03**

CONTRATO Nº 56/2014/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário, CELSO VILMAR BRANCHER, e a empresa FOCALLE – ENGENHARIA VIARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.072.082/0001-54, estabelecida na AV. XV DE NOVEMBRO, 468 SL J, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI, portador da Carteira de Identidade nº 3.538.752 e CPF nº 09.072.082/0001-54, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 56/2014/FMS, firmado em 15/08/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2014/FMS – Edital PP nº 14/2014/FMS, cujo objeto é a locação pela CONTRATADA de uma Solução para Gestão de Atividades de Coleta de Dados Relativos à Saúde, em campo, através da comunicação em tempo real entre central e colaboradores, utilizando software embarcado em dispositivos móveis, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 15 de agosto de 2017, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 07 de agosto de 2017.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CELSON VILMAR BRANCHER - Secretário

FOCALLE – ENGENHARIA VIARIA LTDA  
Felipe Ramos D'Agostini

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**57/2017 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 57/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017/PMJ

O Prefeito do Município de Joaçaba, Sr. Dioclésio Ragnini, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 57/2017/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 39/2017.

Objeto: a contratação de transporte de materiais e estrutura para o evento Circuito Copa Brasil de Tênis de Mesa, o qual será realizado do dia 17 ao dia 20 de agosto de 2017, no Município de Joaçaba/SC.

-Empresa Vencedora:

CARGO ONIX RIO LOGISTICA DE TRANSPORTE DE CARGAS LTDA

VALOR: 21.800,00

FISCAL: ANA PAULA ABE GURGACZ

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 04 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Dioclésio Ragnini - Prefeito

**DECRETO 5186**

DECRETO Nº 5186 DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, PELA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016 AUTORIZADO PELO ARTIGO 20, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 1.175,84 (hum mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta e quatro reais), por conta do excesso de arrecadação dos Recursos do FNDE- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação- Brasil Carinhoso:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades de Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0037.000000-290

Valor: R\$ 1.175,84

Art. 2º: Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por conta do excesso de arrecadação dos Recursos do Salário Educação:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 2.049 Manutenção do Transporte escolar Ensino fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036.000000-291

Valor: R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 08 de agosto de 2017

Dioclésio Ragnini

Prefeito

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 012/2017**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO  
012/2017

Diante da impossibilidade de notificação via correios e na residência do lançamento tributário, notificamos o contribuinte 48075 – ELISANDRA CHRISTOFOLLI, através do Processo de ISENÇÃO de IPTU protocolado sob nº 585 de 02/03/2017, o qual foi INDEFERIDO, referente ao imóvel cadastro 20170 inscrição imobiliária 01.01.009.0467, localizado na Rua Manoel Quintilham Morgade, 200, Centro.

Valores e maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, em 07 de agosto de 2017.

Jorge Luiz Dresch

Secretário Municipal de Gestão Administrativa

Rosângela Peliciolli

Chefe do Setor de Cadastro e IPTU

**EXTRATO PP 04/2017/FUNREBOM**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017/FUNREBOM  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017/FUNREBOM

Objeto: Aquisição de dois veículos novos, um tipo Furgão e um tipo Sedã para a 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Joaçaba/SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 30/08/2017, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 08 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI – Prefeito

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

**EXTRATO PP 48/2017/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2017/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017/PMJ

Objeto: Aquisição de implemento agrícola (Grade Aradora) para atender a demanda da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 31/08/2017. Processamento do Pregão: às 14h do dia 31/08/2017, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 08 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VILSON SARTORI – Secretário de Infraestrutura e Agricultura

**PL 68/2017 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2017/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017/PMJ

O Prefeito do Município de Joaçaba, Sr. Dioclésio Ragnini, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 68/2017/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 44/2017.

Objeto: a contratação de empresa de representação artística (orquestra, grupos e bandas musicais, grupos de dança e teatro, curadoria de cinema) para apresentações e exposição em eventos comemorativos aos 100 anos do Município de Joaçaba.

-Empresa Vencedora:

HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS-ME

VALOR: 23.000,00

FISCAL: GUSTAVO DEON

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 07 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Dioclésio Ragnini - Prefeito

---

**PLASS**

---

**ALTERAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE JOAÇABA – PLASS

ALTERAÇÃO Nº 01

AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017/PLASS

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ITEM 3.1.11 DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017/PLASS, PUBLICADO NO DOM EM 10/07/2017

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE JOAÇABA – PLASS, representado neste ato pelo Diretor Executivo – JULIO CESAR BISSANI, resolve:

Art. 1º Fica alterado o item 3.1.11 do Edital de Credenciamento nº 01/2017/PLASS passando a vigorar com a seguinte redação:



**3 HABILITAÇÃO**

(...)

3.1.11 Inscrição dos profissionais que irão prestar serviços ao segurados do PLASS no respectivo órgão de classe;

Art. 2º Os demais itens permanecem inalterados.

Joaçaba (SC), 08 de agosto de 2017

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

---

**ERRATA CONTRATO JHL 0065/2017**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

ERRATA CONTRATO JHL 0065/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 0039/2017

NA EDIÇÃO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 2314 – PAG. 692- DO DIA 08/08/2017

Onde lê-se:

**1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto à aquisição de geofone eletrônico, bateria de íons e gerador a gasolina a serem utilizados pelos setores técnicos do Simae.

Leia-se:

**1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto à aquisição de geofone eletrônico, a ser utilizado pelos setores técnicos do Simae.

Joaçaba - SC, 08 de agosto de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

**ERRATA CONTRATO JHL 0066/2017**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

ERRATA CONTRATO JHL 0066/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 0039/2017

NA EDIÇÃO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 2314 – PAG. 692-693 - DO DIA 08/08/2017

Onde lê-se:

**1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto à aquisição de geofone eletrônico, bateria de íons e gerador a gasolina a serem utilizados pelos setores técnicos do Simae.

Leia-se:

**1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto à aquisição de bateria de íons e gerador a gasolina, a serem utilizados pelos setores técnicos do Simae.

Joaçaba - SC, 08 de agosto de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

**PREGÃO PRESENCIAL 0043/2017 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0052/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2017

PROTOCOLO JHL 1832/2017

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0043/2017 – Licitação 0052/2017, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de: Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTORBOMBA SUBMERSÍVEL A SER INSTALADO NA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO EEJ-010, EM JOAÇABA/SC, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 9h00min do dia 22/08/2017 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 22/08/2017 às 9h10min, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 09/08/2017 a 22/08/2017.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 04 de agosto de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

**ATA TOMADA DE PREÇOS 0003/2017 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 3/2017 - TP</b>
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 41/2017 Processo de Licitação: 41/2017 Data do Processo: 06/06/2017

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 1/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO NAS RUAS 7 DE JULHO, JOÃO DALALANA, THEOBALDO HORN E 16 DE FEVEREIRO, NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC.

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e dezessete 08/08/2017), às nove horas e dez minutos, nas dependências do Simae, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação do Simae de Joaçaba, designada pela Portaria n.º JHL-0089/2017, de 23/02/2017, sob a presidência de João Carlos Ungericht, estando presentes os membros Carina Daiana Recalcatti e Alessandra Marcon Zanchetta; e Wilian Sartor Sganzerla, responsável pelo pedido que gerou esta licitação; para abertura e julgamento dos envelopes documentação da Tomada de Preços JHL 0003/2017 - Licitação 0041/2017, destinada à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO SANITÁRIO NAS RUAS 7 DE JULHO, JOÃO DALALANA, THEOBALDO HORN E 16 DE FEVEREIRO, NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC. Entregaram, tempestivamente, os envelopes Documentação e Proposta de Preços, a empresa Andrade Construções Ltda, representando pelo Sr. Cesar Lucimar Segatto. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente passou à abertura do envelope Documentação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica. Da análise dos documentos a Comissão deliberou: Habilitar a empresa: Andrade Construções Ltda, única participante, tendo em vista a apresentação da documentação de acordo com as exigências do Edital. Considerando ser a empresa Andrade Construções Ltda a única participante do certame, e tendo o seu representante desistido da interposição de recurso, o Sr. Presidente autorizou que fosse aberto o envelope da proposta comercial, a qual foi passada para os presentes assinarem. Da análise e exame da proposta, à vista das exigências constantes do Edital, a Comissão deliberou classificar em primeiro lugar a empresa: Andrade Construções Ltda: Item 01: Valor Global: R\$ 219.743,76 (duzentos e dezenove mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos). O critério para a classificação da proposta foi o menor preço global, após verificada a sua compatibilidade com o preço máximo estabelecido no Edital. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Joaçaba, 8 de Agosto de 2017

**COMISSÃO:**

João Carlos Ungericht - ..... - Presidente da Comissão de Licitação  
Graciela Pratto Bordin da Rosa - ..... - Vogal  
Alessandra Marcon Zanchetta - ..... - Vogal  
Carina Daiana Recalcatti - ..... - Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Cesar Lucimar Segatto - ..... - Representante

# José Boiteux

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 40/2017 CAMISETAS DE UNIFORME MUNICÍPIO JOSÉ BOITEUX

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 40/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 22/08/2017, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº655 junto ao Portal do Município, REFERENTE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DE UNIFORME DE ACORDO COM AS CORES DO MUNICÍPIO DE JOSE BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111. José Boiteux/SC, em 08 de Agosto de 2017.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara de Vereadores de José Boiteux, Vereador Hélio Cuzum Farias

O Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, Vereador Ivan Adriano Vendrami

Convidam Vossa Senhoria para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que discutirá o Projeto de Lei nº 017/2017, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de José Boiteux para o Quadriênio 2018/2021 e dá outras providências", a realizar-se no dia 14 de agosto de 2017, às 15h00min, na Câmara Municipal de Vereadores, sito Rua 09 de Dezembro, n.º 804, José Boiteux–SC.

Hélio Cuzum Farias - Presidente da Câmara

Ivan Adriano Vendrami - Presidente da Comissão

# Lages

## PREFEITURA

**EXTRATO ARP 19-A/2017 - CIDIMAR - SMS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19-A/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017

PROCESSO Nº 49/2017

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Registro de Preços para a Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Pisos e Divisórias com Fornecimento de Material e Instalação para uso nas Unidades da Secretaria Municipal da Saúde de Lages anos base 2017/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): em até 15 (quinze) dias da solicitação da Secretaria de Saúde/ Setor de Manutenção;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS**

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 20/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 10.936,80 (dez mil novecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos), sendo:

CIDIMAR DA ROSA – ME – CNPJ nº 11.312.247/0001-60 – Av. Lebon Régis, nº 479, sala 02, bairro São José, CEP 89580-000, Fraiburgo/SC.

Lages, 07 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO ARP 19-B/2017 - OAL - SMS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19-B/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017

PROCESSO Nº 49/2017

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Registro de Preços para a Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Pisos e Divisórias com Fornecimento de Material e Instalação para uso nas Unidades da Secretaria Municipal da Saúde de Lages anos base 2017/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): em até 15 (quinze) dias da solicitação da Secretaria de Saúde/ Setor de Manutenção;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS**

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 20/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 22.871,55 (vinte e dois mil

oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), sendo:

OAL SERRALHERIA LTDA – ME - CNPJ nº 04.009.090/0001-32 – Rua Farias de Brito, nº 37, bairro Várzea, CEP 88526-360, Lages/SC.

Lages, 07 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 180/2017 - FRANCINE - PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO Nº 180/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, inscrita no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: FRANCINE CUNHA DOS SANTOS - ME, inscrita no CNPJ sob nº 24.878.666/0001-05, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, nº 1291, bairro Copacabana, CEP 88504-001, Lages/SC. Resolvem celebrar este Contrato, em conformidade com o parecer jurídico nº 672/2017, decorrente do Processo Licitatório nº 148/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 61/2017, aberto em 03/08/2017 e homologado em 07/08/2017.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Confecção de Divisórias para uso na Secretaria de Política para Mulher e Assuntos Comunitários.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 Do Início, da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução, da data da assinatura do contrato, até 31/12/2017;

2.3 Da Entrega, em até 03 (três) dias da Autorização de Fornecimento;

2.4 Do Contrato, da data da assinatura do contrato, até 31/12/2017.

**CLÁUSULA QUARTA – DO NÚMERO DE TURMAS E DO VALOR FINAL** 3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.710,31 (quatro mil setecentos e dez reais e trinta e um centavos).

Lages, 07 de agosto de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

# Laguna

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CHAMAMENTO - CEMITÉRIO DA GLÓRIA**

EDITAL DE CHAMAMENTO/INFORMAÇÃO PARA RETIRADA DE RESTOS MORTAIS DAS SEPULTURAS DO CEMITÉRIO DA GLÓRIA

A Srª Secretária de Administração e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Administração Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente Edital, realizará a retirada dos restos mortais de pessoas enterradas no jazido localizado no Cemitério da Glória na quadra "C", lote 17, em Laguna/SC, em razão do referido jazido (túmulo) estar abandonado e já ter sido notificado em edital anterior publicado Diário oficial nº 2152 de 23/12/2016 para a retirada dos restos mortais.

Notifica-se os familiares dos falecidos enterrados no referido jazigo, que permanece sem a identificação dos cadáveres, e que tenham interesse em sua regularização para providenciar as reformas e reparos necessários, a fim de evitar a declaração de abandono jazigo e a aplicação de penalidade, dentre elas a retirada dos restos mortais do referido jazigo e a sua realocação no ossário coletivo municipal, disponibilizando o jazigo para a utilização de outros restos mortais.

Para maiores informações, os interessados devem se dirigir a Secretaria de Administração, Finanças e Serviços Públicos.

Luciana Fernandes Pereira  
Secretária de Administração, Finanças e Serviços Públicos

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

**PORTARIA N. 183/2017 DE 02/08/2017 CONSTITUI E MONEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, CONFORME DECRETO MUNICIPAL N. 035/2017 DE 20/07/2017, OBJETIVANDO FIXAR VALOR DA INDENIZAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA n. 183/2017  
DE 02/08/2017

CONSTITUI E MONEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, CONFORME DECRETO MUNICIPAL n. 035/2017 DE 20/07/2017, OBJETIVANDO FIXAR VALOR DA INDENIZAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e do Decreto Municipal n. 035/2017 de 20/07/2017 e  
CONSIDERANDO a necessidade de fixar o valor da indenização do imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação.

### DE C I D E

Art. 1º - Constituir e nomear comissão especial de avaliação de imóvel declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, nos termos do Decreto Municipal n. 035/2017 de 20/07/2017, objetivando fixar o valor da indenização para fins de pagamento, devendo proceder os trabalhos com isenção e imparcialidade, ficando assim constituída:

- VANDERLEI TODERO
- SABRINA FRANCISCA ROMANI BELTRÃO
- SILVAR ROMBALDI

§ 1º - O imóvel para avaliação consiste em

Matricula n. 27.198 - Fls 1 – Livro 2 - CRI de Xaxim, constituindo do lote urbano n. 01-A, da quadra 11, localizado no lado ímpar da Rua Judithe Dal Magro, distante, pela lado direito, 49,69 metros, da Rua Nossa Senhora Aparecida, centro, Lajeado Grande-SC, com área superficial de dois mil seiscentos e treze metros e noventa e sete decímetros quadrados (2.613,97m²), com as seguintes medidas e confrontações: a noroeste, em 68,98 metros, com o lote urbano n. 02, da quadra 11 (matricula n. 21.443); ao norte, em 18,51 metros, com a parte do lote urbano 14, da quadra 16 (matricula 19.568); a Leste, em 65,33 metros, com o lote urano nº. 01-D, da quadra nº. 11 (matricula nº. 27.199); ao sul, em 24,00 metros, com a Rua Nossa Senhora Aparecida, e em 45,42 metros, com o terreno urbano onde existe o cemitério municipal (transcrição nº. 1.447 e matricula nº. 13.604); e a oeste, em 52,31 metros, com o terreno urbano onde existe o cemitério municipal (transcrição n. 1.447 e matricula 13.604) e em 12 metros, com a Rua Judithe Dal Magro.

§ 2º – A comissão poderá se assim entender, para efeito de fixação da justa indenização, solicitar auxílio de empresas ou pessoa relacionadas ao ramo imobiliário para que apresentem laudo de avaliação.

Art. 2º- A Comissão será presidida pelo primeiro e secretariado pelo segundo, devendo apresentar o respectivo laudo de avaliação em até 30 dias a partir desta nomeação.

Art. 3º - Os membros da comissão ora constituída não serão remunerados nem receberão qualquer tipo de gratificação, pois prestarão serviços considerado relevante ao Município.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 02 de Agosto de 2017  
NOELI JOSÉ DAL MAGRO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima e local de costume.

Mariana kahler  
Servidora Designada

**PORTARIA N. 184/2017 DE 07/08/2017 SUSPENDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILSON DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA n. 184/2017  
DE 07/08/2017

“SUSPENDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILSON DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o § 1º, artigo 73 da Lei complementar 15/2001 de 26/11/2001. CONSIDERANDO às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público. CONSIDERANDO a prioridade de ocupação dos cargos e funções públicas por servidores do quadro efetivo;

CONSIDERANDO o ofício n. 133/2017 de 26/07/2017 que notifica e convoca o servidor para o retorno as atividades do seu cargo e CONSIDERANDO o recebimento pelo servidor, do ofício 133/2017 na data de 27/07/2017.

RESOLVE

Art. 1º - Suspender a Licença para tratar de assuntos particulares do Servidor Público Municipal GILSON DASILVA.

Art. 2º - O respectivo Servidor terá o prazo de 15 dias a contar de 27/07/2017 para retornar as funções do seu cargo junto ao Município de Lajeado Grande.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 07 de agosto de 2017.  
Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.  
Mariana Kahler  
Servidora Designada



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/HMHL/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/HMHL/2017

Data e horário da sessão de abertura: 22/08/2016 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de laudos radiológicos para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage para o exercício de 2017 (Anexo I – Termo de Referência do edital).

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações do Município de Lauro Muller, no horário das 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min, ou pelos telefones (\*\*48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com)

Lauro Muller – SC, 08 de agosto de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/PMLM/2017 E 46/FMS/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/PMLM/2017 E 46/FMS/2017

Data e horário da sessão de abertura: 21/08/2017 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de disponibilização de internet nos próprios da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde, conforme termo de referência e condições fixadas no edital e seus anexos.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48 3464.3122), ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível no site: [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 08 de agosto de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 537/17 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 537/17 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARIA MARISTELA DE SOUZA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Agente de Saúde, com lotação na Secretária Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 07/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 07 de agosto de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Adm. E Finanças

### DECRETO Nº. 060/2017 DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº. 060/2017 de 04 de agosto de 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS – SC.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Altera a nomeação de membros da Comissão de

Alimentação Escolar - CAE do município de Lebon Régis a qual será composta pelos membros abaixo relacionados:

Representantes do Poder Executivo:

Titular: Alex Moreira Alves

Suplente: Leila Carlin Machado

Representantes do segmento dos profissionais da área da Educação (professores);

Titular: Keli Cristina Dalpiaz de Souza

Suplente: Suelly Camargo Webber da Silva

Titular: Simone Carlin Tibes

Suplente: Maira Zuleica Maciel de Souza

Representantes do segmento de pais de alunos:

Titular: Francielle Carneiro de Souza

Suplente: Adelita Aparecida da Silva

Titular: Berenice de Souza

Suplente: Solange Navroski

Representantes do segmento da sociedade civil:

Titular: Jocivania Pesenti

Suplente: Ilda Genoveva Behrens

Titular: Serli Dias dos Santos

Suplente: Vanderlei Gonçalves

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Publique-se,  
Registre-se,

GABINETE DO PREFEITO, 04 de agosto de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURÍCIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 24/2017

Edital de Convocação n. 24/2017

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2017, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, até o dia 18/08/2017, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Alan Bueno	Médico	3º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 08 de agosto de 2017.  
Douglas Fernando de Mello  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 42/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017.****EXTRATO CONTRATUAL**

CONTRATO Nº. 42/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017.

Objeto: O Presente contrato tem por objeto Contratação de 23 (vinte e três) assinaturas de jornal regional de circulação semanal para atender aos diversos setores da prefeitura municipal de Lebon Régis/SC, pelo período de 12 meses. -

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS. Empresa Contratada: ADRIANO MEIRELES RIBEIRO – ME, CNPJ nº 18.590.823/0001-80. Valor total de R\$ 4.994,91 (quatro mil, novecentos e noventa e quatro reais e noventa e um centavos), que serão pagos mediante a emissão da Nota Fiscal. Lebon Régis, 08 de agosto de 2017. Douglas Fernando de Mello – Prefeito Municipal.

**HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº DL13/2017 PROCESSO Nº 51/2017.****HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Dispensa por Justificativa Nº DL13/2017 PROCESSO Nº 51/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 23 (VINTE E TRÊS) ASSINATURAS DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO SEMANAL, PARA ATENDER OS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Data de Homologação: 08/08/2017 - LICITANTE HOMOLOGADO: ADRIANO MEIRELES RIBEIRO - ME - CNPJ: 18.590.823/0001-80, com o valor total de R\$ 4.994,91 (quatro mil, novecentos e noventa e quatro reais e noventa e um centavos) - Lebon Régis, 08/08/2017 - Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 92/2017, DE 04 DE JULHO DE 2017.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 92/2017, DE 04 DE JULHO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO DE DÉBITOS – REFIS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os créditos de natureza tributária e não tributária do Município que estão vencidos e em atraso, constituídos e inscritos em dívida ativa até 31/03/2017, em fase de cobrança administrativa ou judicial, poderão ser refinanciados e pagos da seguinte forma:

I - A vista, com desconto de 100% (cem por cento) na multa e nos juros, incidindo apenas a correção monetária.

II – Parcelado em até 04 (quatro) vezes, com vencimento mensal e sucessivo, com desconto de 80% (oitenta por cento) na multa e nos juros, incidindo a correção monetária;

III - Parcelado em até 08 (oito) vezes, com vencimento mensal e sucessivo, com desconto de 60% (sessenta por cento) na multa e nos juros, incidindo a correção monetária.

IV – Parcelado em até 12 (doze) vezes, com vencimento mensal e

sucessivo, com desconto de 40% (quarenta por cento) na multa e nos juros, incidindo a correção monetária.

V – Parcelado em até 16 (dezesesseis) vezes, com vencimento mensal e sucessivo, com desconto de 20% (vinte por cento) na multa e nos juros, incidindo a correção monetária.

VI – Parcelado em até 24 (vinte e quatro) vezes, com vencimento mensal e sucessivo, sem desconto.

Parágrafo 1º. O valor da parcela não poderá ser inferior a R\$20,00 (vinte reais).

Parágrafo 2º. O benefício instituído por esta lei não poderá ser utilizado cumulativamente com qualquer outro benefício ou incentivo previsto na legislação municipal e o parcelamento deverá englobar obrigatoriamente todas as dívidas do contribuinte com o Município, independentemente de sua natureza.

Parágrafo 3º. A dívida objeto do parcelamento será consolidada, tomando-se como base a soma do valor do principal, acrescido da correção monetária, dos juros e da multa, observadas as reduções previstas nos incisos I a VI deste artigo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, por intermédio do Departamento de Tributação, a emitir os documentos de confissão de dívida, parcelamento e arrecadação em nome dos contribuintes que solicitarem o benefício.

Art. 3º. O benefício deverá ser solicitado pelo Contribuinte ou seu representante legal mediante procuração específica, diretamente no setor de tributos da Prefeitura, mediante requerimento formal acompanhado de cópia dos documentos pessoais.

Art. 4º. O pedido de parcelamento poderá ser realizado até 15/12/2017, com a indicação do número de parcelas desejadas, vencendo a primeira parcela no primeiro dia útil após a formalização do parcelamento e as demais a cada 30 dias.

Art. 5º. Em caso de não cumprimento da totalidade das obrigações estabelecidas nesta Lei, o contribuinte perderá os benefícios concedidos, hipótese em que será exigido o recolhimento integral e imediato do valor total devido, descontados eventuais valores pagos, de forma devidamente atualizada e com a aplicação dos acréscimos previstos da legislação (multas, juros e correção monetária).

Art. 6º. Os contribuintes que por ventura possuam parcelamento de qualquer espécie, poderão efetuar o refinanciamento do mesmo na forma do artigo 1º desta Lei.

Parágrafo único. O parcelamento de dívidas executadas ou cobradas judicialmente implicarão na suspensão temporária do processo até o cumprimento total da obrigação, sendo mantidas todas as garantias já existentes.

Art. 7º. A fruição dos benefícios contemplados por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

Art. 8º. Para a realização da cobrança bancária e do encaminhamento do débito fiscal para cobrança extrajudicial ou judicial, fica o Poder Executivo autorizado a contratar os serviços através da rede Bancária, se necessário for.

Art. 9º. Se necessário, fica o Poder Executivo autorizado a baixar os atos regulamentares que se fizerem necessários para a implementação e execução desta Lei.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de julho de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 533/17 DE 07 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 533/17 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MARGARIDA DIAS DE SOUZA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 07/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 07 de agosto de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Adm. E Finanças

#### **PORTARIA Nº 534/17 DE 07 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 534/17 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSANE REGINA DE SOUZA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Psicólogo, com lotação na Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 07/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 07 de agosto de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Adm. E Finanças

#### **PORTARIA Nº 535/17 DE 07 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 535/17 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições

que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ROSELI PINTO RIZZO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Agente de Saúde, com lotação na Secretária Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 07/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 07 de agosto de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Adm. E Finanças

#### **PORTARIA Nº 536/17 DE 07 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 536/17 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SONIA MAIBERG MARAFIGO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Agente de Saúde, com lotação na Secretária Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 07/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 07 de agosto de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Adm. E Finanças

#### **PORTARIA Nº 538/17 DE 08 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 538/17 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) WILSON GRANEMANN DE MELLO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretária Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 08/08/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de agosto de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Adm. E Finanças

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 31/2017.  
LICITAÇÃO: PR08/2017.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 31/2017. Licitação: PR08/2017.

Objeto: Fica alterada a cláusula segunda do Contrato em epígrafe para modificar o valor total, devido a inclusão de um item, com base legal no artigo 65, inciso II, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. Ficando incluído, ao contrato inicial, o item LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA ISABEL. Área Construída: 834,00 m².

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

Contratado: THIAGO WALTER VERA ME - 24.240.825/0001-41.

Valor: R\$ 30.274,20.

Vigência: 25/07/2017. Término: 29/05/2018

Lebon Régis, 08/08/2017.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017

TIPO: "Menor Preço Global". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de 01 (um) automóvel utilitário zero quilômetro, a ser utilizado pela vigilância em saúde, vigilância epidemiológica e vigilância sanitária do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 016/2017. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 21 de agosto de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 08/08/2017. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 2967/2017**

DECRETO Nº 2.967/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

#### TRANSFERE VEÍCULO ENTRE SECRETARIAS

GENIR LOLI, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA

Art. 1º. O veículo "trator agrícola, marca agramale, modelo 5085.4, série A1G08AA2PE0006007, sobre pneus, ano e modelo de fabricação 2014, tração 4x4, equipado com motor a diesel, quatro cilindros, com potência de 97 CV, turbinado. Patrimônio n. 3562" devolvido pela Associação de Agricultores de Linha XV de Novembro ao Município de Lindóia do Sul, afetado à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, fica, a partir da publicação deste Decreto, afetado para uso da Secretaria de Infraestrutura e Transporte.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.  
Em 08 de Agosto de 2.017.

Leonardo Júnior Cavallier  
Auxiliar de Técnico

# Luis Alves

## PREFEITURA

### PORTARIA 146/2017

PORTARIA N.º 146/2017

Nomeia servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr.º RICARDO MONDINI para o cargo de Assessor da Tecnologia de Informação, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 08 de agosto de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luisalves.sc.gov.br](http://www.luisalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

### PORTARIA 147/2017

PORTARIA N.º 147/2017

Nomeia servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sr.ª BÁRBARA BIANCHI DE MELLO para o cargo de Assessora de Imprensa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 08 de agosto de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luisalves.sc.gov.br](http://www.luisalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

# Luzerna

## PREFEITURA

### EDITAL DE DIVULGAÇÃO SELEÇÃO INTERNA PNAIC SME 001/2017

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO INTERNA PARA COORDENADOR E FORMADORES LOCAIS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA EDITAL SME Nº 001/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, através do Edital SME Nº 001/2017, DIVULGA o RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO INTERNA PARA COORDENADOR E FORMADORES LOCAIS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, destinado a selecionar candidatos para atuarem como Orientadores de Estudo no Curso de Formação Continuada para Professores Alfabetizadores, conforme previsto no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, instituído através da Portaria MEC nº 867, de 04 de julho de 2012.

#### Coordenador Local

Inscr.	Candidato	Títulos e demais documentos	Pontos	Colocação
01	Viviane Cristina Dellai Piaia	Certificado do curso em nível de graduação na área da educação	05 (cinco) pontos	1º
		Certificado do curso em nível de pós-graduação na área da educação (Especialização)	05 (cinco) pontos	
		Certificado de participação na formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	15 (quinze) pontos.	
		Tempo de atuação na docência nos Anos Iniciais ou na Educação infantil (conforme se inscrito para Coordenador ou Formador) na Rede Municipal de Ensino de Luzerna	10 (dez) pontos.	
TOTAL		35 pontos		

#### Formador Local - Educação Infantil

Inscr.	Candidato	Títulos e demais documentos	Pontos	Colocação
02	Eliane Noeli Spier Vanin	Certificado do curso em nível de graduação na área da educação	05 (cinco) pontos	1º
		Certificado do curso em nível de pós-graduação na área da educação (Especialização)	05 (cinco) pontos	
		Tempo de atuação na docência nos Anos Iniciais ou na Educação infantil (conforme se inscrito para Coordenador ou Formador) na Rede Municipal de Ensino de Luzerna	10 (dez) pontos.	
T O T A L		20 pontos		

#### Formador Local - 1º ao 3º ano

Inscr.	Candidato	Títulos e demais documentos	Pontos	Colocação
01	Giovane Amaral Mayer	Certificado do curso em nível de graduação na área da educação	05 (cinco) pontos	1º
		Certificado do curso em nível de pós-graduação na área da educação (Especialização)	05 (cinco) pontos	
		Certificado de participação na formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	15 (quinze) pontos.	
		Tempo de atuação na docência nos Anos Iniciais ou na Educação infantil (conforme se inscrito para Coordenador ou Formador) na Rede Municipal de Ensino de Luzerna	06 (seis) pontos.	
TOTAL		31 pontos		

O prazo de recurso conforme item 6.4 do Edital é no dia 09 de agosto de 2017, até as 17h00.  
Luzerna(SC), 08 de agosto de 2017.

REGINA CARIN JACOBY CUREAU  
Secretária e Educação Cultura e Esportes

**PL 062/2017 - PP 042/2017 - CONCURSO PÚBLICO E  
TESTE SELETIVO - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 062/2017 - PML

Pregão Presencial nº 042/2017 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de concurso público e teste seletivo, destinados à Prefeitura Municipal e aos Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC, conforme especificações constantes do Anexo I que integra este Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 21 de agosto de 2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 21 de agosto de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO 006/2017

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Junho  
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	41.914,29
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	41.914,29
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.536,29
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.418,00
		INVESTIMENTOS	7.960,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	50.833,31		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	50.833,31		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	94.522,32	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	101.208,57
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.771,37	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.785,53
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	41.914,29	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	49.836,66
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	49.836,66	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	48.586,38
SALDOS ANTERIORES	51.437,09	SALDOS ATUAIS	53.669,86
BANCO C/ MOVIMENTO	51.437,09	BANCO C/ MOVIMENTO	53.669,86
TOTAL	196.792,72	TOTAL	196.792,72

Luzerna, 03/07/2017

MAURI JOSE SCHLINDWEIN  
PRESIDENTE MESA DIRETORA

RUBIANA SUELEN BALESTRIN  
CONTADORA/TESOUREIRA

BALANCETE FINANCEIRO 007/2017

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Julho  
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	34.093,64
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	34.093,64
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.179,66
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	913,98
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	50.833,31		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	50.833,31		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	77.513,80	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	85.122,27
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.805,77	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.837,19
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	34.093,64	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	40.614,39
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	40.614,39	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	41.670,69
SALDOS ANTERIORES	53.669,86	SALDOS ATUAIS	62.801,06
BANCO C/ MOVIMENTO	53.669,86	BANCO C/ MOVIMENTO	62.801,06
TOTAL	182.016,97	TOTAL	182.016,97

Luzerna, 01/08/2017

MAURI JOSE SCHLINDWEIN  
PRESIDENTE MESA DIRETORA

RUBIANA SUELEN BALESTRIN  
CONTADORA/TESOUREIRA



# Macieira

## PREFEITURA

### **ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2017**

ERRATA  
EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2017

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2017

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0036/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0020/2017, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 17 de agosto de 2017, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3588, de 03 de janeiro de 2017, estará recebendo propostas para contratação de empresa especializada para o conserto de trator de esteiras D 51 Komatsu e caminhão Volvo placas QHD 4145, compreendendo entrega de peças e concomitante prestação de serviços de mão de obra qualificada, conforme especificações do Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 17/08/2017, no endereço acima indicado.

Onde se lê: do tipo MENOR PREÇO GLOBAL  
Leia-se: MENOR PREÇO POR LOTE

Considera-se que a errata não altera a apresentação das propostas, bem como não prejudica nenhuma proponente.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0020/2017, através do e-mail [compras2@macieira.sc.gov.br](mailto:compras2@macieira.sc.gov.br) ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 17, de segunda à sexta-feira, das 08h00min as 12h00min e das 13h00min. as 17h00min.

Macieira – SC, 07 de agosto de 2017.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO  
PREGOEIRA

# Mafra

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2017 (NOVA DATA DE ABERTURA)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2017

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de solda e cargas de oxigênio e acetileno destinadas a oficina de ferraria do centro de serviços através das Secretarias Municipais de Obras e Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano e meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 24/08/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 08 de agosto de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando Pregão Presencial para Contratação de empresa para realização, divulgação e organização da Festa do Centenário de Mafra, que se realizara no dia 07 – na Rua Marechal Floriano Peixoto (Desfile Cívico/Alegórico) e de 08 a 09 de setembro de 2017, na Praça Ferroviário Miguel Bielecki, Centro do Município de Mafra-SC, através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 22/08/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 e 3642-4009.

Mafra (SC), 08 de agosto de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 152/2017

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 152/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 152/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: AUTO POSTO GRUBER LTDA

CNPJ nº 16.862.382/0001-00

Objeto: Aquisição de combustíveis para a frota de veículos do Corpo de Bombeiros Militar de Mafra.

Modalidade Processo Licitatório nº 242/2017. Pregão Presencial – RP Nº 067/2017.

Data Assinatura do termo aditivo: 08 de agosto de 2017.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unit. Inicial R\$	Valor Unit. atual com Reequilíbrio Financeiro (Revisão) R\$
1	67291 - Óleo Diesel S-10 Dibrape	R\$ 2,70	R\$ 2,88
2	67292 - Gasolina Comum Dibrape	R\$ 3,37	R\$ 3,63

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 084/2017**

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 084/2017

Contrato de Credenciamento nº: 084/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: JÉSSICA DE SOUZA PAQUEIRA

CPF: 075.602.209-67

Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços de consultas médicas nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Ginecologia, Psicologia, Pediatria, Clínica Médica (Clínica Geral) Serviços especializados na área de saúde, destinados ao atendimento dos pacientes da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 172/2017- Credenciamento nº 003/2017.

Valor: O valor previsto para atender as despesas referentes ao credenciamento é de R\$ 3.626,40 (três mil, seiscentos e vinte seis reais e quarenta centavos) mensais, pelo período da vigência do Contrato;

Parágrafo único: sendo certo tratar-se de "credenciamento", o valor é apenas estimativo, não gerando por parte do CONTRATANTE a obrigação de autorizar as publicações no valor total deste ajuste, uma vez que os serviços serão distribuídos as empresas credenciadas de acordo com a Assessoria Especial de Comunicação.

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 08 de agosto de 2017.

Prazo: O presente CONTRATO terá vigência até 31/12/2017 após a assinatura do contrato, podendo ser renovado a critério da Administração, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações correlatas.

Dotação Orçamentária:

10302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial 103020016 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

103020016.2.089000 MAC-MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas.

Dotação: 260 - Fonte: 165 Atenção de Média e Alta Complexidade Amb.

Foro: Comarca de Mafra.

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 61/2017

DECRETO Nº 61 DE 19 DE JUNHO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - LOA 2017 e nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 176.500,00 (cento e setenta e seis mil e quinhentos reais) para suplementar no Orçamento do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	02	Gabinete do Prefeito
UNIDADE	01	Gabinete do Prefeito
PROJETO/ATIVIDADE	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	1	
VALOR: R\$ 166.500,00 (cento e sessenta e seis mil e quinhentos reais)		

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
PROJETO/ATIVIDADE	2.004	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
ELEMENTO	3.1.91.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	15	
VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)		

TOTAL .....	R\$ 176.500,00
.....	

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se anulação parcial das dotações do Orçamento do Município, no valor de R\$ 176.500,00 (cento e setenta e seis mil e quinhentos reais), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	02	Gabinete do Prefeito
UNIDADE	01	Gabinete do Prefeito
PROJETO/ATIVIDADE	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	2	
VALOR: R\$ 166.500,00 (cento e sessenta e seis mil e quinhentos reais)		

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
PROJETO/ATIVIDADE	2.004	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	14	
VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)		

TOTAL .....	R\$ 176.500,00
.....	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 19 de Junho de 2017.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 19 de Junho de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt  
Secretária de Administração

### PORTARIA 204/2017

Portaria Nº 204, de 7 de agosto de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Servente de Escola - ACT, DANIELA DA SILVA SCARPARI, CPF 065.174.849-65, matrícula Nº 2266, nascida em 20 de abril de 1989, em razão do retorno da Licença da servidora efetiva Camila Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 080/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 7 de agosto de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 7 de agosto de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 205/2017**

Portaria Nº 205, de 8 de agosto de 2017.

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor público nomeado para exercer o cargo de Professor - ACT, RODRIGO BONFANTE LEANDRO, CPF 060.384.169-43, matrícula Nº 2260, nascido em 14 de outubro de 1986.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 074/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 8 de agosto de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 8 de agosto de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 247/2017

DECRETO Nº 247, DE 02 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.990, de 07 de Dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 272.500,00 (Duzentos e Setenta e dois mil e quinhentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.03 – Departamento da Cultura

13 - Cultura

13.391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

13.391.0009 – Apoio de Desenvolvimento da Cultura

13.391.0009.2.024 – APOIO A CULTURA EM GERAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$: 157.000,00

10.00 – SECRETARIA DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER

10.01 – Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer

27 - Desporto

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer

27.812.0008.2.022 – APOIO AO DESPORTO AMADOR

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$: 115.500,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.03 – Departamento da Cultura

13 - Cultura

13.391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

13.391.0009 – Apoio de Desenvolvimento da Cultura

13.391.0009.2.024 – APOIO A CULTURA EM GERAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 157.000,00

10.00 – SECRETARIA DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER

10.01 – Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer

27 - Desporto

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer

27.812.0008.2.022 – APOIO AO DESPORTO AMADOR

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas \$: 115.500,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 02 de Março de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 519/2017

DECRETO Nº 519, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

Constitui comissão municipal de avaliação de bens móveis destinados a doação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### CONSIDERANDO,

A necessidade de avaliar os bens materiais móveis do patrimônio público municipal a serem destinados a doação,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto designados os seguintes servidores, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão Municipal de Avaliação, com o fim especial e avaliar bens materiais móveis:

I - Berlin Marcos Felippin;

II - Jorge Luis Dummer;

III - Rodrigo Motter.

Art. 2º Cabe a comissão avaliar bens materiais móveis, bem como elaborar Termo de Avaliação e encaminhar a Secretaria de Planejamento, Adm. e Fazenda, para preparação dos atos necessários à instrução do processo de doação.

Art. 3º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante, não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.



Maravilha – SC, 8 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 117/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 117/2017 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 039/2017

Chamada Pública n. 001/2017

Contratadas: Acqua Céus Eireli ME.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviço de sessões de hidroterapia. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 07 de agosto de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 118/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 118/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 052/2017 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a contratação de serviços para transporte de atletas e pacientes, conforme a necessidade para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 23 de agosto de 2017 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17 horas. Maravilha - SC, 08 de agosto de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 119/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 119/2017 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 040/2017

Chamada Pública n. 001/2017

Contratadas: Clínica de Audiologia Mainardi LTDA ME.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviço de testes da linguinha e testas da orelhinha para atender a demanda do Município de Maravilha – SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 08 de agosto de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA 51.2017 - EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA SETOR DE EDUCAÇÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2017

**VALIDADE: DE 07/08/2017 A 07/08/2018**

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. ARMINDO SESAR TASSI**, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve *registrar* os valores oferecidos referentes à **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MOBILIÁRIOS ESCOLARES DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)**, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
SUPRIMOVEIS LTDA, neste ato representado por MARCIO RODRIGUES XAVIER	04.563.256/0001-68
ADL COMERCIAL EIRELI EPP, neste ato representado por ADEMIR LAURINDO	15.267.298/0001-78
MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, neste ato representado por LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI	15.275.465/0001-22
MAURO FONSECA - ME, neste ato representado por JAMES EVERTON FRANKE	77.509.602/0001-01
FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP, neste ato representado por JOSNEI RODRIGUES	11.943.540/0001-25
PAULINEIA LOTTERMANN REIS, neste ato representado por LEANDRO ALBERTO KERBER	10.936.352/0001-07
BONA GENTE COMERCIAL LTDA, neste ato representado por WILSON DE ANDRADE	01.150.822/0001-11
ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS ME, neste ato representado por JOSE MANOEL DUARTE	21.083.770/0001-15
GILMAR SANI - ME, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	14.588.459/0001-62
COMERCIAL JR FILHOS LTDA - ME, neste ato representado por JUNIOR MIRANDA	24.747.469/0001-57
RICHESS MOVEIS LTDA EPP, neste ato representado por JEDIELSON PETRY TASSO	20.265.303/0001-43
JHONATAN BAGATOLI ME, neste ato representado por SERGIO BAGALOTI	22.992.632/0001-11
COMERCIAL RUBE LTDA, neste ato representado por RUBENS VERAS JUNIOR	12.143.465/0001-80

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

TECNOLAR LTDA ME, neste ato representado por HELIO ALMIR BAGATOLI	12.464.652/0001-66
CAPERPASS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS PLASTICOS LTDA - ME	05.211.777/0001-19
NG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP, neste ato representado por VALMIR PROCKSCH	72.271.851/0001-80
IVANETE FATIMA LERIN ME, neste ato representado por GLADIR ANTONIO MILKIEVICZ	14.176.795/0001-06

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MOBILIÁRIOS ESCOLARES DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)** de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 170429 - ADL COMERCIAL EIRELI EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	RS UNIT.	RS TOTAL
13	CARRINHOS DE PASSEIO - CERTIFICADO CONFORME NORMABRASILEIRA DE SEGURANÇA NBR 14389 - IDEAL PARA BEBÊS DE ATÉ 18 KG - ENCOSTO REGULÁVEL EM 4 POSIÇÕES-ACOLCHOADO INTERNO EM TECIDO 100% ALGODÃO, REMOVÍVEL E LAVÁVEL. - TRAVA DE FECHAMENTO DO CARRINHO.ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	TUTTI BABY	6	382,7000	2.296,2000
53	MAQUINA DE LAVAR ROUPA 11,5KG ENXÁGÜES: SIM MATERIAL DO CESTO: INOX NÍVEIS DE ÁGUA : 4 PROGRAMAS DE LAVAGEM : SIM TEMPERATURA DA ÁGUA: FRIA CAPACIDADE: 11,5 KG CENTRIFUGAÇÃO : SIM CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: A COR: BRANCA GARANTIA DO FABRICANTE: 1 ANO VOLTAGEM: 220V	UNID	CONSUL	2	1.509,0000	3.018,0000
60	REFLETOR - EXTERNO LED 100W IP65 6000K	UNID	BLUMENAU ILUMINAÇÃO	3	189,8000	569,4000
68	VENTILADOR DE PAREDE - 60 CM PRETO - CARACTERÍSTICAS: Nº DE VELOCIDADES: 3. GRADE: REMOVÍVEL. INCLINAÇÃO VERTICAL AJUSTÁVEL: SIM. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: QUANTIDADE DE PÁS: 3. DIÂMETRO (CM): 60CM. COR: PRETO. POTÊNCIA (W): 170W. FREQUÊNCIA: 60 HZ. CONSUMO DE ENERGIA (KW/H): 0,17 KW/H. TENSÃO/VOLTAGEM:	UNID	TRON	6	230,0000	1.380,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	BIVOLT. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 VENTILADOR DE PAREDE. BIVOLT - PRETO. GARANTIA: 12 MESES.					
71	TELA RETRÁTIL COM ENROLAMENTO PARA MOLA 1,8 X 1,8	UNID	NARDELLI	6	378,5000	2.271,0000
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 9.534,60</b>						
<b>FORNECEDOR: 176389 - MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
8	CADEIRAS PLÁSTICA BRANCAS ADULTO BISTRÔ - SEM BRAÇOS, PRODUTO MONOBLOCO, EMPILHÁVEL, COMPACTO, LEVE, FÁCIL DE LIMPAR E TRANSPORTAR, CONFORTÁVEIS E RESISTENTE, COM DESIGN MODERNO. PRODUTO ADITIVADO COM ANTI-UV, OU SEJA, RESISTENTE AOS RAIOS SOLARES. RESISTE A UMA CARGA ESTÁTICA DE ATÉ 154 KG. CERTIFICADA PELO INMETRO. LARGURA(CM) 43, ALTURA(CM) 89, COMPRIMENTO(CM) 51, PESO(KG) 2,2	UNID	BELLS	310	25,8900	8.025,9000
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 8.025,90</b>						
<b>FORNECEDOR: 176508 - FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
7	CADEIRA GIRATORIA SECRETARIA COM RODIZIOS, ESTRUTURA E ACABAMENTOS NA COR PRETA, COM REGULAGEM DE ALTURA MECANICA, REGULAGEM DO ENCOSTO, REVESTIDA EMTECIDO POLIPROPILENO, ESPUMA 40 MM INJETADA. O ENCOSTO MEDINDO 0,35 LARGURA X 0,27 ALTURA. O ASSENTO MEDINDO 0,42 CM LARGURA SEM BRAÇO.	UNID	DISMACENTER	12	121,0000	1.452,0000
39	ESTANTE COM PRATELEIRAS - CORES DE ESTRUTURA DISPONÍVEIS: BRANCO. CORES DE FORMICA DISPONÍVEIS: BRANCO. DIMENSÕES: 1270X1200X450MM. DESCRIÇÃO: MÓVEL COMPOSTO POR 9 NICHOS ABERTOS. CONFECCIONADO EM MDF 15MM EM MELAMÍNICO COR BRANCO.	UNID	DISMACENTER	20	318,0000	6.360,0000
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 7.812,00</b>						
<b>FORNECEDOR: 188751 - PAULINEIA LOTTERMANN REIS</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
5	CADEIRA COM ASSENTO E ENCOSTO - EM POLIPROPILENO INJETADO (PP)	UNID	REIFLEX	50	58,8000	2.940,0000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

<p>BASE EMPILHÁVEL NA COR PRETA. CADEIRA PLÁSTICA FIXA COM 4 PÉS EM DIVERSAS CORES. ENCOSTO: CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (PP), NO SISTEMA DE INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA. FIXA-SE NA ESTRUTURA ATRAVÉS DE ENCAIXES RETANGULARES, COM TRAVAMENTO NA ESTRUTURA ATRAVÉS DE PINO-TAMPÃO, TAMBÉM CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (PP) DA MESMA COR DO ENCOSTO.</p> <p>ASSENTO: CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (PP), NO SISTEMA DE INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA. POSSUI ENCAIXES DE GARRAS PARA FIXAR-SE NA ESTRUTURA, COM TRAVAMENTO FEITO POR PARAFUSOS DO TIPO AA.</p> <p>ACABAMENTOS DO ENCOSTO E ASSENTO: ACABAMENTO EM POLIPROPILENO (PP) CORES DIVERSAS.</p> <p>ESTRUTURA: SUPORTES DO ENCOSTO: EM 2 TUBOS DE AÇO CARBONO, DE FORMATO OBLONGO, SEÇÃO 16X30 MM, PAREDE 1,9 MM E COMPRIMENTO 55 CM.</p> <p>SUPORTES DO ASSENTO: EM 2 TUBOS DE AÇO CARBONO, DE FORMATO REDONDO, SEÇÃO 3/4", PAREDE 1,5 MM E COMPRIMENTO 54 CM. PÉS: EM 2 TUBOS DE AÇO CARBONO, DE FORMATO OBLONGO, SEÇÃO 16 X 30 MM, PAREDE 1,5 MM E COMPRIMENTO 121 CM. OS SUPORTES DO ENCOSTO E ASSENTO SÃO CURVADOS EM MÁQUINAS ESPECÍFICAS E UNIDOS PELO SISTEMA DE SOLDA MIG.</p> <p>PONTEIRAS DE FECHAMENTO DOS TUBOS: PRODUZIDAS EM POLIPROPILENO E ENCAIXADAS NA ESTRUTURA, CONSIDERANDO-SE INCLUSIVE OS ACABAMENTOS DESLIZANTES PARA OS PÉS.</p> <p>TODA A ESTRUTURA METÁLICA É SUBMETIDA A UM PRÉ-TRATAMENTO ANTIFERREGE DE DESENGRAXE, ESTABILIZAÇÃO, FOSFATIZAÇÃO, PINTURA A PÓ PELO PROCESSO DE DEPOSIÇÃO ELETROSTÁTICA E SECAGEM EM ESTUFA A 250° C.</p> <p>MEDIDAS: ASSENTO: LARGURA: 46 CM.</p>					
--	--	--	--	--	--

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

	PROFUNDIDADE: 40 CM. ALTURA: 48. ENCOSTO: LARGURA: 46 CM. ALTURA: 32 CM. PESO: 4,5 KG					
12	CAPA DE COLCHÃO - LONA MARÍTIMA COM ILHÓS DE VENTILAÇÃO E ZÍPER DE FECHAMENTO MEDINDO 2,70X1,40X0,30.	UNID	REIFLEX	3	1.080,0000	3.240,0000
14	CARTEIRA UNIVERSITÁRIA - ESTRUTURA METÁLICA CONFECCIONADA EM TUBO OBLONGO CHAPA 18 (1.2 MM), METAL TRATADO CONTRA FERRUGEM, PINTURA EPÓXI (A PÓ) COR PRATA OU PRETA. POSSUI GRADE PORTA LIVROS ABAIXO DO ASSENTO EM FERRO REDONDO MACIÇO 7 MM. PARTES METÁLICAS UNIDAS POR SOLDER MIG, ACABAMENTO COM PONTEIRAS RESISTENTES. PRANCHETA EM MDF USINADA 180° SEM CANTOS VIVOS (BORDA COM VERNIZ À PROVA DE VANDALISMO), REVESTIDA EM FÓRMICA LISA BRILHANTE OU TEXTURIZADA, ACABAMENTO NAS LATERAIS EM VERNIZ, ASSENTO E ENCOSTO DAS CADEIRAS PLÁSTICO VIRGEM COLORIDO, CORES: AZUL ESCURO. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: MEDIDAS DA CARTEIRA: 42 CM ATÉ O ASSENTO. MEDIDAS DA CADEIRA: 35 X 30 X 54 CM. MEDIDAS DO ENCOSTO: 46 X 24 CM. MEDIDAS DO ASSENTO: 46 X 40 CM.	UNID	REIFLEX	50	115,0000	5.750,0000
23	CONJUNTO REFEIÇÃO INFANTIL CONJUNTO COMPOSTO DE UMA (01) MESA EMPILHÁVEL COM 02 (DOIS) BANCOS EMPILHÁVEIS ESTRUTURA METÁLICA CONFECCIONADOS EM TUBO 20 X 30 CHAPA 18 (1.2 MM) METAL TRATADOS CONTRA FERRUGEM, SOLDER MIG, PINTURA EPÓXI (A PÓ) COR A ESCOLHER (PRATA, PRETO OU BRANCO) ACABAMENTO COM PONTEIRAS DE PLÁSTICO RESISTENTE, TAMPO DA MESA E DOS BANCOS EM MDF REVESTIDOS EM FÓRMICA TEXTURIZADA COR A ESCOLHER, ACABAMENTO EM PERFIL DE PVC 2 MM COLADO PELO SISTEMA HOT- MELT. APRESENTAR NA PROPOSTA O	UNID	REIFLEX	10	495,0000	4.950,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

	<p>RELATÓRIO COM ENSAIO COMPROVANDO A RESISTÊNCIA A CORROSÃO (TRATAMENTO CONTRA FERRUGEM COM RESISTÊNCIA DE NO MÍNIMO DE 300 HORAS) E OS ENSAIOS CONTENDO TESTES DE ACORDO COM AS NBRs 8094, NBR 11003 E NBR 14535 EMITIDAS POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO SENDO CONSIDERADOS OS TESTES DENTRO DA ABNT 14006 PARA MOBILIÁRIO ESCOLAR. APRESENTAR NA PROPOSTA CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA COM DATA DENTRO DA VALIDADE, QUE COMPROVE QUE A EMPRESA ESTÁ LEGALIZADA PERANTE O ÓRGÃO PARA INDUSTRIALIZAÇÃO DE MADEIRAS ORIUNDAS DE FLORESTAS NATIVAS OU DE REFLORESTAMENTO, TANTO PARA OS COMPONENTES DE MADEIRA BEM COMO PARA AS ESTRUTURAS METÁLICAS, CONFORME LEI FEDERAL 6938/1981 ALTERADA LEI 10.165/2000. CORES DA FÓRMICA: (BEGE). INFORMAÇÕES TÉCNICAS: IDADE INDICADA: 03 A 06 ANOS. MEDIDAS DA CARTEIRA: 200 X 80 X 55 CM. MEDIDAS DA CADEIRA: 200 X 30 X 32 CM</p>					
25	<p>CONJUNTO ESCOLAR PARA PROFESSOR, COMPOSTO DE (01 CADEIRA + 01 CARTEIRA). CARACTERÍSTICAS: MESA, TAMPO EM MDP OU MDF, COM ESPESSURA DE 18 MM, REVESTIDO NA FACE SUPERIOR EM LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO, 0,8 MM DE ESPESSURA, ACABAMENTO TEXTURIZADO, NA COR CINZA, CANTOS ARREDONDADOS. REVESTIMENTO NA FACE INFERIOR EM CHAPA DE BALANCEAMENTO (CONTRA-PLACA FENÓLICA) DE 0,6 MM. APLICAÇÃO DE PORCAS GARRA COM ROSCA MÉTRICA M6 E COMPRIMENTO 10 MM. PAINEL FRONTAL EM MDP OU MDF, COM ESPESSURA DE 18 MM, REVESTIDO NAS DUAS FACES EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO - BP, ACABAMENTO FROST, NA COR CINZA.</p>	UNID	REIFLEX	4	245,0000	980,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

<p>TOPOS DO TAMPO E DO PAINEL FRONTAL ENCABEÇADOS COM FITA DE BORDO EM PVC (CLORETO DE POLIVINILA) COM PRIMER, ACABAMENTO TEXTURIZADO NA COR CINZA, COLADA COM ADESIVO "HOTMELTING". DIMENSÕES NOMINAIS DE 22 MM (LARGURA) X 3 MM (ESPESSURA), COM TOLERÂNCIA DE + OU - 0,5 MM PARA ESPESSURA.</p> <p>ESTRUTURA COMPOSTA DE: -</p> <p>MONTANTES VERTICAIS CONFECCIONADOS EM TUBO DE AÇO CARBONO LAMINADO A FRIO, COM COSTURA, SECÇÃO OBLONGA DE 29 MM X 58 MM, EM CHAPA 16 (1,5 MM). -</p> <p>TRAVESSA SUPERIOR CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO CARBONO LAMINADO A FRIO, COM COSTURA, CURVADO EM FORMATO DE "C", COM SECÇÃO CIRCULAR DE Ø = 31,75MM (1 1/4"), EM CHAPA 16 (1,5MM). - PÉS CONFECCIONADOS EM TUBO DE AÇO CARBONO LAMINADO A FRIO, COM COSTURA, SECÇÃO CIRCULAR DE Ø = 38MM (1 1/2"), EM CHAPA 16 (1,5MM). - TRAVESSA LONGITUDINAL CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO CARBONO LAMINADO A FRIO, COM COSTURA, SECÇÃO SEMI-OBLONGA DE 25 X 60 MM, EM CHAPA 16 (1,5 MM). FIXAÇÃO DO TAMPO À ESTRUTURA ATRAVÉS DE PORCAS GARRA E PARAFUSOS COM ROSCA MÉTRICA M6, Ø 6,0 MM, COMPRIMENTO 47 MM (+OU- 2 MM), CABEÇA PANELA OU OVAL, FENDA PHILLIPS. FIXAÇÃO DO PAINEL À ESTRUTURA ATRAVÉS DE PARAFUSOS AUTO ATARRAXANTES 3/16" X 5/8", ZINCADOS. ALETAS DE FIXAÇÃO DO PAINEL CONFECCIONADAS EM CHAPA DE AÇO CARBONO EM CHAPA 14 (1,9 MM), ESTAMPADAS. FIXAÇÃO DAS SAPATAS (FRONTAL E POSTERIOR) AOS PÉS ATRAVÉS DE REBITES DE "REPUXO", Ø 4,8 MM, COMPRIMENTO 12 MM. PONTEIRAS E SAPATAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO VIRGEM E SEM CARGAS, INJETADAS NA COR CINZA, FIXADAS À ESTRUTURA ATRAVÉS DE ENCAIXE.</p>					
---	--	--	--	--	--

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

<p>DIMENSÕES, DESIGN E ACABAMENTO CONFORME PROJETO. NAS PARTES METÁLICAS DEVE SER APLICADO TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO.</p> <p>PINTURA DOS ELEMENTOS METÁLICOS EM TINTA EM PÓ HÍBRIDA EPÓXI / POLIÉSTER, ELETROSTÁTICA, BRILHANTE, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 40 MICROMETROS NA COR CINZA.</p> <p>DIMENSÕES ACABADAS MESA:</p> <p>LARGURA: 650 MM X COMPRIMENTO X 1200 MM X ESPESSURA: 19,4 MM;</p> <p>ALTURA: 760 MM. DIMENSÕES ACABADAS PAINEL FRONTAL:</p> <p>COMPRIMENTO: 1119 MM X ESPESSURA: 18 MM. ALTURA: 250 MM. COM TOLERÂNCIA DE ATÉ + 2 MM PARA LARGURA E COMPRIMENTO E +/- 0,6 MM PARA ESPESSURA. CADEIRA, ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO VIRGEM E SEM CARGAS, INJETADOS, MOLDADOS ANATOMICAMENTE, PIGMENTADOS NA COR CINZA.</p> <p>ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO CARBONO LAMINADO A FRIO, COM COSTURA, Ø 20,7 MM, EM CHAPA 14 (1,9 MM). FIXAÇÃO DO ASSENTO E ENCOSTO INJETADOS À ESTRUTURA ATRAVÉS DE REBITES DE "REPUXO", Ø 4,8 MM, COMPRIMENTO 12 MM.</p> <p>PONTEIRAS E SAPATAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO VIRGEM E SEM CARGAS, INJETADAS NA COR CINZA, FIXADAS À ESTRUTURA ATRAVÉS DE ENCAIXE E PINO EXPANSOR. NAS PARTES METÁLICAS DEVE SER APLICADO TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA DE NO MÍNIMO 300 HORAS.</p> <p>PINTURA DOS ELEMENTOS METÁLICOS EM TINTA EM PÓ HÍBRIDA EPÓXI / POLIÉSTER, ELETROSTÁTICA, BRILHANTE, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA 40 MICROMETROS, NA COR CINZA.</p> <p>DIMENSÕES ACABADAS CADEIRA:</p> <p>ASSENTO - LARGURA: 400 X COMPRIMENTO 430 MM ENCOSTO -</p>					
---	--	--	--	--	--

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	LARGURA: 396 X COMPRIMENTO 200 MM ALTURA FINAL CHÃO ATÉ O ASSENTO: 460 MM COM VARIAÇÃO (+OU-10 MM).					
28	CONJUNTO COMPOSTO DE UMA (01) MESA EMPILHÁVEL COM 02 (DOIS) BANCOS EMPILHÁVEIS ESTRUTURA METÁLICA CONFECCIONADOS EM TUBO 20 X 30 CHAPA 18 (1,2 MM) METAL TRATADOS CONTRA FERRUGEM, SOLDA MIG, PINTURA EPÓXI (A PÓ) COR A ESCOLHER (PRATA, PRETO OU BRANCO) ACABAMENTO COM PONTEIRAS DE PLÁSTICO RESISTENTE, TAMPO DA MESA E DOS BANCOS EM MDF REVESTIDOS EM FÓRMICA TEXTURIZADA COR A ESCOLHER, ACABAMENTO EM PERFIL DE PVC 2 MM COLADO PELO SISTEMA HOT-MELT. APRESENTAR NA PROPOSTA O RELATÓRIO COM ENSAIO COMPROVANDO A RESISTÊNCIA A CORROSÃO (TRATAMENTO CONTRA FERRUGEM COM RESISTÊNCIA DE NO MÍNIMO DE 300 HORAS) E OS ENSAIOS CONTENDO TESTES DE ACORDO COM AS NBRS 8094, NBR 11003 E NBR 14535 EMITIDAS POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO SENDO CONSIDERADOS OS TESTES DENTRO DA ABNT 14006 PARA MOBILIÁRIO ESCOLAR. APRESENTAR NA PROPOSTA CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA COM DATA DENTRO DA VALIDADE, QUE COMPROVE QUE A EMPRESA ESTÁ LEGALIZADA PERANTE O ÓRGÃO PARA INDUSTRIALIZAÇÃO DE MADEIRAS ORIUNDAS DE FLORESTAS NATIVAS OU DE REFLORESTAMENTO, TANTO PARA OS COMPONENTES DE MADEIRA BEM COMO PARA AS ESTRUTURAS METÁLICAS, CONFORME LEI FEDERAL 6938/1981 ALTERADA LEI 10.165/2000. CORES DA FÓRMICA: (BEGE). IDADE INDICADA: MEDIDAS DA CARTEIRA: 200 X 80 X 64 CM. MEDIDAS DA CADEIRA: 200 X 30 X 37 CM	UNID	REIFLEX	30	500,0000	15.000,0000
29	CONJUNTO SEXTAVADO ADULTO:	UNID	REIFLEX	10	690,0000	6.900,0000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	<p>CONJUNTO COMPOSTO DE UMA MESA SEXTAVADA E SEIS CADEIRAS EMPILHÁVEIS, ESTRUTURA METÁLICA DAS CADEIRAS E DA CARTEIRA CONFECCIONADA EM TUBO 7/8 CHAPA 18 (1.2 MM) COM BARRAS DUPLAS TIPO "U" INVERTIDO NA MESA, METAL TRATADO CONTRA FERRUGEM PELO PROCESSO A QUENTE EM TANQUES COM NO MÍNIMO 5 ESTÁGIOS, PINTURA EPÓXI (A PÓ) DE COR PRATA OU PRETA. APRESENTAR NA PROPOSTA O CERTIFICADO DO INMETRO DA CADEIRA DE ACORDO COM A ABNT 14006 PARA MOBILIÁRIO ESCOLARI ITEM CADEIRA), PARTES METÁLICAS UNIDAS POR SOLDA MIG, ACABAMENTO COM PONTEIRAS. TAMPO DA MESA EM MDF 15 MM COM FORMATO SEXTAVADO, REVESTIDO EM FÓRMICA COR A ESCOLHER, COM ACABAMENTO BORDAS EM PERFIL PVC, ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTILAMINADO 10 MM SEMI-ANATÔMICO, REVESTIDO EM FÓRMICA COR A ESCOLHER. APRESENTAR NA PROPOSTA CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA COM DATA DENTRO DA VALIDADE, QUE COMPROVE QUE A EMPRESA ESTÁ LEGALIZADA PERANTE O ÓRGÃO PARA INDUSTRIALIZAÇÃO DE MADEIRAS ORIUNDAS DE FLORESTAS NATIVAS OU DE REFLORESTAMENTO, TANTO PARA OS COMPONENTES DE MADEIRA BEM COMO PARA AS ESTRUTURAS METÁLICAS, CONFORME LEI FEDERAL 6938/1981 ALTERADA LEI 10.165/2000. COR: AZUL MARINHO. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: IDADE INDICADA: ACIMA DE 10 ANOS. DIÂMETRO DO CONJUNTO MONTADO: ALTURA MESA: 1.22 M X 75 CM. MEDIDAS DA CADEIRA: 42 CM (ALTURA A PARTIR DO ASSENTO). MEDIDAS DO ENCOSTO: 40 X 22 CM. MEDIDAS DO ASSENTO: 37 X 38 CM.</p>					
55	<p>MESA REFEIÇÃO E BANCOS EMPILHÁVEIS MODELO ADULTO - ESTRUTURA METÁLICA EM TUBO 20 X</p>	UNID	REIFLEX	10	558,0000	5.580,0000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	<p>40, CHAPA 16 (1.5 MM), METAL TRATADO CONTRA FERRUGEM COM FOSFATO DE ZINCO, TODAS AS PARTE UNIDAS POR SOLDA MIG, PINTURA EPÓXI/POLIÉSTER A PÓ COR A ESCOLHER, ACABAMENTO COM PONTEIRAS DE PLÁSTICO RESISTENTE NAS TERMINAÇÕES TUBULARES. TAMPO DA MESA EM MDF 18 MM COM A FACE SUPERIOR REVESTIDOS EM FÓRMICA TEXTURIZADA NA COR A ESCOLHER E A FACE INFERIOR DO TAMPO EM MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO COR CINZA TEXTURIZADO. TODA A BORDA ISENTA DE CANTOS VIVOS E COM ACABAMENTO COM PERFIL PVC. BANCO MODELO INFANTIL - ESTRUTURA METÁLICA CONFECCIONADA EM TUBO 20 X 40, CHAPA 16 (1.5 MM), METAL TRATADO CONTRA FERRUGEM, POR FOSFATO DE ZINCO TODAS AS PARTE UNIDAS POR SOLDA MIG, PINTURA EPÓXI/POLIÉSTER A PÓ COR A ESCOLHER, ACABAMENTO COM PONTEIRAS DE PLÁSTICO NAS TERMINAÇÕES TUBULARES. ASSENTO DO BANCO EM COMPENSADO 15 MM COM A FACE DE CONTATO COM O USUÁRIO REVESTIDOS EM FÓRMICA TEXTURIZADA NA COR A ESCOLHER E A FACE INFERIOR COM SELADOR ACABAMENTO, A FIM DE EVITAR FUNGOS E BOLORES. APRESENTAR NA PROPOSTA LAUDO OU RELATÓRIO EMITIDO POR ORGANISMO ACREDITADO PELO INMETRO QUE OS PROCESSOS E INSUMOS/MATÉRIA PRIMA UTILIZADA ESTÃO EM CONFORMIDADE COM AS ABNTS/NBRS, NBR 15316, NBR 5841, NBR 12466 NBR 8261 GARANTIDO A QUALIDADE E SEGURANÇA DO USUÁRIO. TODA A BORDA ISENTA DE CANTOS VIVOS E COM ACABAMENTO COM PERFIL PVC. MEDIDAS DA MESA : 200 X 800 X 74 CM</p>					
70	<p>CONJUNTO COMPOSTO DE UMA (01) MESA EMPILHÁVEL COM 02 (DOIS) BANCOS EMPILHÁVEIS ESTRUTURA METÁLICA CONFECCIONADOS EM TUBO 20 X 30 CHAPA 16 (1.5 MM)</p>	UNID	REIFLEX	10	640,0000	6.400,0000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

	<p>METAL TRATADOS CONTRA FERRUGEM, SOLDA MIG, PINTURA EPÓXI (A PÓ) COR A ESCOLHER (PRATA, PRETO OU BRANCO) ACABAMENTO COM PONTEIRAS DE PLÁSTICO RESISTENTE, ASSENTO DO BANCO EM COMPENSADO 15 MM COM A FACE DE CONTATO COM O USUÁRIO REVESTIDOS EM FÓRMICA TEXTURIZADA NA COR A ESCOLHER E A FACE INFERIOR COM SELADOR ACABAMENTO, A FIM DE EVITAR FUNGOS E BOLORES. ENCOSTO EM MDF 15 MM REVESTIDO EM FORMICA COLORIDA NAS DUAS FACES. APRESENTAR NA PROPOSTA LAUDO OU RELATÓRIO EMITIDO POR ORGANISMO ACREDITADO PELO INMETRO QUE OS PROCESSOS E INSUMOS/MATÉRIA PRIMA UTILIZADA ESTÃO EM CONFORMIDADE COM AS ABNTS/NBRs, NBR 15316, NBR 5841, NBR 12466 NBR 8261 GARANTIDO A QUALIDADE E SEGURANÇA DO USUÁRIO. CORES DA FORMICA A ESCOLHER</p> <p>CORES DA FÓRMICA PODERÃO SER ESCOLHIDAS.</p> <p>MEDIDAS DA CARTEIRA: 200 X 80 X 55 CM</p> <p>MEDIDAS DA CADEIRA: 200 X 30 X 32 CM</p>					
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 51.740,00</b>						
<b>FORNECEDOR: 201294 - BONA GENTE COMERCIAL LTDA</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	RS UNIT.	RS TOTAL
1	<p>APARELHO DE DVD - ENTRADA USB: SIM. CARACTERÍSTICAS GERAIS: FUNÇÃO RIPPING: COPIA MÚSICAS DE UM CD DE ÁUDIO* DIRETAMENTE PARA UM DISPOSITIVO USB* SEM O USO DO COMPUTADOR, CONVERTENDO-A AUTOMATICAMENTE NO FORMATO MP3. FUNÇÃO DISC COPYING COPIA MÚSICAS, FOTOS OU VÍDEOS DE UM CD/DVD EM FORMATO DE DADOS DIRETAMENTE PARA UM DISPOSITIVO USB SEM USO DO COMPUTADOR. DESTAQUES: PICTURE CD - LEITURA DE CD'S EM FORMATO JPEG - DECODIFICADOR DE ÁUDIO DIGITAL</p>	UNID	BRITANIA	2	135,0000	270,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	(AC3). - ZOOM PLAY. - CENSURA. - MULTIÂNGULO. - CÂMERA LENTA. - PROTEÇÃO DE TELA. - IDIOMA DO MENU MULTILÍNGUE. CONTROLE REMOTO: SIM. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TENSÃO/VOLTAGEM: BIVOLT. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: - 1 DVD PLAYER. - 1 CONTROLE REMOTO - 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES. GARANTIA: 12 MESES. COR: PRETO. SISTEMA DE COR: NTSC, PAL-M, AUTO. MÍDIAS COMPATÍVEIS: DVD, DVD-R/RW, DVD+R/RW, CD, CD-R/RW, VCD, SVCD. FORMATOS COMPATÍVEIS: JPEG, WMA E MP3. OUTRAS CONEXÕES: - SAÍDA DE ÁUDIO E VÍDEO COMPOSTO. SAÍDA HDMI: NÃO.					
40	FOGÃO - 06 BOCAS COM QUEIMADORES DUPLOS FRONTAIS E SIMPLES TRASEIRO, COM FORNO COM VISOR DE VIDRO E EQUIPADA COM MOLA PARA FACILITAR A VEDAÇÃO E RETER O CALOR, ISOLAMENTO TÉRMICO EM LÃ DE ROCHA, ACABAMENTO INTERNO ESMALTADO A FOGO, FORNO ACOMPANHA 2 GRELHAS COM LIMITADOR. ALTURA 780MM X LARGURA 1200MM X PROFUNDIDADE 800MM. MEDIDAS DO FORNO: ALTURA 445MM X LARGURA 640MM X PROFUNDIDADE 720MM.	UNID	MUELLER	1	1.005,0000	1.005,0000
42	FRONHAS BRANCAS - 200 FIOS (PARA TRAVESSEIROS 0,45MX0,65M)	UNID	BONAGENTE	195	13,5000	2.632,5000
46	LENÇOL - MEDIDA DO COLCHÃO 1,23 X 70 X 10, 200 FIOS NA COR BRANCA, COM ELÁSTICO EM REDOR.	UNID	BONAGENTE	60	24,9000	1.494,0000
47	LENÇOL - MEDIDA DO COLCHÃO 1,33 X 72 X 10, 200 FIOS NA COR BRANCA, COM ELÁSTICO EM REDOR.	UNID	BONAGENTE	30	24,9000	747,0000
48	LENÇOL - PARA BERÇÁRIO MEDIDA DO COLCHÃO 93 X 50 X 10, 200 FIOS NA COR BRANCA, COM ELÁSTICO EM REDOR.	UNID	BONAGENTE	86	23,0000	1.978,0000
49	LENÇOL - PARA COLCHÃO DE SOLTEIRO NAS MEDIDAS 1,87 ALTURA X 70 CM LARGURA, 200 FIOS NA COR BRANCA, COM ELÁSTICO EM REDOR.	UNID	BONAGENTE	55	33,0000	1.815,0000
50	LENÇOL - PARA COLCHÃO NA MEDIDA 0,65X1,35, 200 FIOS NA COR BRANCA, COM ELÁSTICO EM REDOR.	UNID	BONAGENTE	45	22,5000	1.012,5000
63	TOALHAS DE BANHO - 100%	UNID	LEMARJU	121	14,7000	1.778,7000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

	ALGODÃO, FELPUDA, NA COR BRANCA, 0,70 X 1,25, RESISTENTE AS LAVAGENS. COM TOQUE AGRADÁVEL E EXCELENTE QUALIDADE. TOQUE MACIO, ÓTIMA ABSORÇÃO, FIO PENTEADO. GRAMATURA MÍNIMA 340G/M².					
64	TOALHAS DE ROSTO - 100% ALGODÃO, FELPUDA, NA COR BRANCA, 0,50 X 0,80, RESISTENTE AS LAVAGENS. COM TOQUE AGRADÁVEL E EXCELENTE QUALIDADE. TOQUE MACIO, ÓTIMA ABSORÇÃO, FIO PENTEADO. GRAMATURA MÍNIMA 340G/M².	UNID	LEMARJU	60	10,7000	642,0000
66	TRAVESSEIRO DE FIBRA, MEDIDA 0,45 X 0,65 M	UNID	DAMAIA	95	20,8000	1.976,0000

**TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 15.350,70****FORNECEDOR: 228389 - ECO COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS ME**

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	RS UNIT.	RS TOTAL
58	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS - INFORMAÇÕES TÉCNICAS: MATERIAL: METAL, PLÁSTICO E ACRÍLICO. TIPO DE PROCESSADOR: MULTIPROCESSADOR. FUNCIONAMENTO: ELÉTRICA. VELOCIDADES: 2 + PULSAR. INDICADO PARA: - LIQUIDIFICADOR: - PREPARA SUCOS, VITAMINAS, COQUETÉIS, SOPAS, MOLHOS, CREMES E MUITO MAIS. COPO COM GRADUAÇÃO E CAPACIDADE DE 1,8L. - PROCESSADOR: - PROCESSA TODOS OS TIPOS DE FRUTAS, VEGETAIS, QUEIJOS, CARNE, COCO, TORRADAS, CEBOLA, ALHO E OUTROS ALIMENTOS. CAPACIDADE DA JARRA DE 2L. - CENTRÍFUGA DE FRUTAS - EXTRAÍ O SUCO DE FRUTAS E HORTALIÇAS EM SEGUNDOS PRESERVANDO SEU VALOR NUTRICIONAL. PROCESSA A FRUTA INTEIRA SEM PRECISAR DESCASCAR. CAPACIDADE DA JARRA DE 2L. CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. LÂMINAS: QUANTIDADE: 02. - RALADOR E FATIADOR EM AÇO INOX, COM ALTÍSSIMA CAPACIDADE DE CORTE. ACOMPANHA: PORTA ACESSÓRIOS. BATEDOR. JARRA. 01 BATEDOR DE MASSAS LEVES E PESADAS (PREPARA MASSAS PARA	UNID	CADENCE	1	192,0000	192,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	BOLO E PÃES); - 01 JARRA DO PROCESSADOR COM CAPACIDADE DE 2 LITROS. TRAVA DE SEGURANÇA: SIM. O APARELHO SÓ FUNCIONA SE ESTIVER CORRETAMENTE MONTADO, REDUZINDO O RISCO DE ACIDENTES. BASE ANTIDERRAPANTE. POTÊNCIA: 600 W. CONSUMO APROXIMADO DE ENERGIA: 0,6 KWH. ALIMENTAÇÃO: 110 VOLTS. PESO APROXIMADO: PESO DO PRODUTO: - PROCESSADOR: 3,6 KG. - LIQUIDIFICADOR: 2,8 KG. DIMENSÕES DO PRODUTO: LARGURA: - PROCESSADOR: 29,5 CM. - LIQUIDIFICADOR: 24 CM. ALTURA: - PROCESSADOR: 44,2 CM. - LIQUIDIFICADOR: 46 CM. PROFUNDIDADE: - PROCESSADOR: 24 CM. - LIQUIDIFICADOR: 24 CM. DIMENSÕES DA EMBALAGEM: LARGURA: 42,7 CM. ALTURA: 45 CM. PROFUNDIDADE: 26,5 CM. GARANTIA: PRAZO 03 MESES DE GARANTIA LEGAL.					
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 192,00</b>						
<b>FORNECEDOR: 228419 - GILMAR SANI - ME</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3	ARMARIO 02 PORTAS FECHADO COM PUXADORES NA COR PRETA, COM CHAVES INDIVIDUAIS, EM MDP DE 15 MM ESPESSURA, NA COR CINZA COM ACABAMENTO NA MESMA COR OU NA COR PRETA, COM 03 PRATELEIRAS REGULAVEIS, MEDIDAS MINIMAS 1,60 X 90 X 40, PES NIVELADORES	PECAS	SANI MOVEIS	2	268,0000	536,0000
6	CADEIRA GIRATÓRIO COM BRAÇO - ASSENTO/ENCOSTO EM ESPUMA INJETADA, PODENDO SER REVESTIDOS EM TECIDO POLIÉSTER, POLIPROPILENO, VINIL, SPACE OU COURO ECOLÓGICO. SISTEMA RECLINADOR DO ENCOSTO.	UNID	PETHIFLEX	5	186,0000	930,0000
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 1.466,00</b>						
<b>FORNECEDOR: 232122 - COMERCIAL JR FILHOS LTDA - ME</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
15	CHUVEIRO ELETRÔNICO, MATERIAL: POLIPROPILENO. TIPO DE JATO: ARREDONDADO E COM MAIS ORIFÍCIOS DE SAÍDA, PERMITINDO MAIS VAZÃO DE ÁGUA. COMPATÍVEL	UNID	HIDRA	17	144,6000	2.458,2000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	COM SISTEMA DR.RESISTÊNCIA DE TROÇA RÁPIDA, PROTEÇÃO CONTRA CHOQUES, APROVADO PELO INMETRO, ENERGIA: ALIMENTAÇÃO 220 VOLTS, POTÊNCIA: 5.500 WATTS. PRESSÃO DE FUNCIONAMENTO: MÍNIMA 10 KPA. MÁXIMA 400 KPA. DISJUNTOR 40 A. PESO APROXIMADO: PESO DO PRODUTO 760 GRAMAS, PESO DO PRODUTO COM EMBALAGEM: 880 GRAMAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: PRODUTO (L X A X P): 13					
61	TELA PLÁSTICA, MOSQUITEIRO BRANCA 1,00 MT, METRO CORRIDO	METRO	NORTENE	60	3,5400	212,4000
62	TELA PLÁSTICA, MOSQUITEIRO BRANCA 1,20 MT, METRO CORRIDO	METRO	NORTENE	50	3,7600	188,0000
65	TORNEIRA ELÉTRICA - PRESSÃO DE FUNCIONAMENTO: MÍNIMO 2 M.C.A. E MÁXIMO 40 M.C.A.. BITOLA: 1/2". TEMPERATURA MÁXIMA DA ÁGUA: NAS REGIÕES MAIS FRIAS ATÉ 25°. TENSÃO ELÉTRICA: 127 VOLTS. POTÊNCIA: DE 0 A 500 WATTS QUANDO O LED ESTÁ VERDE. DE 500 A 2750 WATTS QUANDO O LED ESTÁ AMARELO. DE 2750 A 5500 WATTS QUANDO O LED ESTÁ VERMELHO.	UNID	HIDRA	3	164,0000	492,0000
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 3.350,60</b>						
<b>FORNECEDOR: 255726 - RICHESSE MOVEIS LTDA EPP</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
10	CAIXA DE PASSAGEM DE CONCRETO 40 X 40 COM TAMPA	UNID	CAIXA NORTE	2	67,3000	134,6000
30	CORTADOR PICADOR DE LEGUMES E BATATA "CABRITA" - CORTADOR DE LEGUMES. TAMANHO MÉDIO, DE MESA, EM ALUMÍNIO FUNDIDO, IDEAL PARA CORTAR LEGUMES E FRUTAS EM FORMA DE PALITOS E CUBOS. É LAVÁVEL, DESMONTÁVEL E POSSUI BASE ANTIDERRAPANTE. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: TIPO DE CORTADOR: LEGUMES. MATERIAL: ALUMÍNIO FUNDIDO. INDICADO PARA: CORTAR LEGUMES E FRUTAS EM FORMA DE PALITOS E CUBOS, ÓTIMO PARA FAZER BATATA FRITA E SALADA DE FRUTAS. DESMONTÁVEL: SIM. BASE ANTIDERRAPANTE: SIM. LAVÁVEL: SIM. PESO APROXIMADO: PESO DO PRODUTO: 1,940 KG.	UNID	VITALEX	1	60,0000	60,0000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

54	<p>MÁQUINA DE ROÇAR GRAMA COM RECOLHEDOR - EQUIPADO COM BOTÃO TRAVA DE SEGURANÇA QUE IMPEDE O ACIONAMENTO ACIDENTAL DA MÁQUINA, LIBERANDO A PARTIDA DO MOTOR SOMENTE QUANDO PRESSIONADO;</p> <p>- CHAVE ELÉTRICA INTERRUPTORA BIPOLAR, QUE PERMITE ISOLAÇÃO TOTAL E INDEPENDENTE DA POSIÇÃO DO PLUGUE NA TOMADA;</p> <p>- CABO ERGONÔMICO PARA MAIOR CONFORTO DO OPERADOR E DOBRÁVEL FACILITANDO O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO;</p> <p>- BASE EM CHAPA DE AÇO DE 1,5MM DE ESPESSURA; - TRAVA PARA EXTENÇÃO ELÉTRICA;</p> <p>- RODAS DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, REVESTIDA COM PVC;</p> <p>- EXTENSÃO: DUPLO REVESTIMENTO EM PVC, ALTAMENTE ISOLANTE E COMPRIMENTO DE 10 METROS; - SAÍDA LATERAL;</p> <p>- LÂMINA: FABRICADO EM AÇO ESPECIAL, ESPESSURA DE 2,35MM.</p> <p>- REGULAGEM DE ALTURA: 5 POSIÇÕES QUE VARIA DE 3CM A 8,1CM, COM SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA INDEPENDENTE NAS QUATRO RODAS QUE PERMITE EFETUAR O CORTE DO GRAMADO NUMA ÚNICA OPERAÇÃO E O ACABAMENTO NA BORDA DOS CANTEIROS.</p> <p>- TODAS AS PEÇAS RECEBEM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA COM TINTA A PÓ DE POLIÉSTER POLIMERIZADO EM ESTUFA A 230°C, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E ACABAMENTO.</p>	UNID	TRAPP	1	560,0000	560,0000
69	VISTA CAMBARÁ LISA	METRO	MICANTO	300	2,8500	855,0000
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 1.609,60</b>						
<b>FORNECEDOR: 259306 - JHONATAN BAGATOLI ME</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	<p>APARELHO DE SOM - CD PLAYER: SIM.</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: - BLUETOOTH. - REPRODUZ MP3. - ENTRADA USB, AUXILIAR DE ÁUDIO ESTÉREO (P2). - RÁDIO FM ESTÉREO. - DISPLAY DIGITAL. - FUNÇÃO REAPET.</p>	UNID	MULTILASER	2	245,0000	490,0000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62





## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	- ANTENA TELESCÓPICA. - BIVOLT AUTOMÁTICO. ENTRADA USB: SIM. COPIA DO CD P/ MP3 PLAYER (RIPPING): NÃO. TOCA-FITAS: NÃO. EQUALIZADOR: NÃO. SINTONIZADOR DE RÁDIO: DIGITAL. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: POTÊNCIA TOTAL RMS: 6W. MÍDIAS COMPATÍVEIS: DISPOSITIVOS USB E CD. TENSÃO/VOLTAGEM: BIVOLT. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: - 1 SOM PORTÁTIL. - MANUAL DE INSTRUÇÕES. GARANTIA: 6 MESES. ALIMENTAÇÃO: ELETRICIDADE.					
9	CADEIRINHAS INFANTIS, PLÁSTICA, VÁRIAS CORES.	UNID	ARQPLAST.	80	14,9800	1.198,4000
20	COLCHÃO - PARA BERÇO DE NAPA COM ZÍPER NAS MEDIDAS 93 X 50 X 10.	UNID	PEGASUS	15	112,0000	1.680,0000
21	COLCHÃO - REVESTIDO DE NAPA COM ZÍPER NAS MEDIDAS 1,70 X 70 X 10.	UNID	PEGASUS	10	174,9000	1.749,0000
22	COLCHÃO PARA BERÇO - COM CAPA E ZÍPER PARA BERÇO NA MEDIDA (L X P X A) 1200 X 670 X 1000 MM;	UNID	PEGASUS	4	127,2700	509,0800
41	FORNO ELÉTRICO 44 LITROS - ABERTURA DA PORTA FRONTAL EM VIDRO TEMPERADO, MAIOR RESISTÊNCIA AO CALOR E POSSIBILITA A VISUALIZAÇÃO DO ALIMENTO DURANTE O PREPARO. CAPACIDADE 46 LITROS, FUNÇÕES: AQUECE, DESCONGELA, ASSA, TOSTA, GRATINA, DOURA, GRELHA. TEMPERATURA: REGULÁVEL DE 90°C A 230°C; MATERIAL: METAL. PAINEL: BOTÃO. FUNÇÕES: AQUECIMENTO SUPERIOR, INFERIOR, SUPERIOR E INFERIOR. PRATELEIRAS: 01 DESLIZANTE COM REGULAGEM DE ALTURA. RECURSOS: ALARME SONORO. DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO: SIM. TIMER: SIM: DE 90 MINUTOS COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO E SINAL SONORO. ILUMINAÇÃO: LUZ INDICADORA DE FUNCIONAMENTO: SIM. CONSUMO APROXIMADO: ENERGIA: 1,5KWH. RESISTÊNCIAS BLINDADAS: SIM: SUPERIOR E INFERIOR, COM CONTROLE INDIVIDUAL DE TEMPERATURA PARA DISTRIBUIR MELHOR O CALOR. ALIMENTAÇÃO: 110 VOLTS. PESO APROXIMADO: PESO DO PRODUTO: 9,13 KG. DIMENSÃO DO	UNID	SAFANELLI	2	379,9000	759,8000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	PRODUTO: LARGURA - FECHADO: 55 CM; ABERTO: 55 CM. ALTURA: - FECHADO: 37 CM; ABERTO: 37 CM. PROFUNDIDADE - FECHADO: 44 CM; - ABERTO: 53 CM. DIMENSÕES DA EMBALAGEM: LARGURA: 61 CM. ALTURA: 40 CM. PROFUNDIDADE: 49,2 CM. GARANTIA: PRAZO: 01 ANO ITENS INCLUSOS: 01 FORNO ELÉTRICO;- MANUAL DE INSTRUÇÕES.					
43	GELADEIRA DE USO DOMÉSTICO FROSTFREE 410 L - CAPACIDADE TOTAL DE ARMAZENAMENTO: 410 L · CAPACIDADE LÍQ. CONGELADOR: 100L · CAPACIDADE LÍQ. REFRIGERADOR: 310 L · CAPACIDADE TOTAL BRUTA: 400L. CAPACIDADE BRUTA CONGELADOR:100L. CAP. BRUTA REFRIGERADOR:300 L · TENSÃO: 220V. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA VER EDITAL.	UNID	CONSUL	2	2.088,5000	4.177,0000
45	LAVA JATO - DE ALTA PRESSÃO 1.740 LIBRAS COM CARRINHO	UNID	LAVOR	2	620,0000	1.240,0000
51	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 4 LITROS - CORPO AÇO INOX, TAMPA ALUMÍNIO REPUXADO, POTÊNCIA ¾ CV - 1000W, PROFUNDIDADE DO COPO 310MM, FREQUÊNCIA 60HZ, TENSÃO 220V, ROTAÇÃO 3500RPM	UNID	JL COLOMBO	2	559,0000	1.118,0000
59	QUADRO - BRANCO 1,20 X 1,50, PARA ESCRITA COM MARCADOR ESPECIAL PARA QUADRO BRANCO. APAGÁVEL A SECO COM FLANELA MACIA OU APAGADOR COM BASE EM FELTRO. FABRICADO COM MATÉRIA PRIMA ADEQUADA A PROPORCIONAR UM QUADRO ECONÔMICO. COMPOSIÇÃO: CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA 3MM, REVESTIDA COM PELÍCULA NA COR BRANCA VITRIFICADA BRILHANTE. MOLDURA ALUMÍNIO NATURAL FRISADO, 15MM FRENTE X 13MM ESPESSURA. SUPORTE PARA APAGADOR EM ALUMÍNIO 25 CM.	UNID	VAMBEL	2	227,0000	454,0000
67	TV LED 32" HD COM CONVERSOR DIGITAL, 2HDMI 1 USB.	UNID	AOC	2	1.175,0000	2.350,0000
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 15.725,28</b>						
<b>FORNECEDOR: 267589 - TECNOLAR LTDA ME</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
16	COIFA PARA FOGÃO DE 04 BOCAS	UNID	ARCO IRIS	3	1.844,0000	5.532,0000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

	(CANTO DE COZINHA) - COIFA ALUMÍNIO 0,7MM, CHAMINÉ ALUMÍNIO 0,7MM, CHAPÉU ALUMÍNIO 0,7MM, COLARINHO ALUMÍNIO 0,7MM, MOTOR 400MM MEDIDAS: 1,40 X 1,00 X 0,60					
17	COIFA PARA FOGÃO DE 04 BOCAS (MEIO DA COZINHA) - COIFA ALUMÍNIO 0,7MM, CHAMINÉ ALUMÍNIO 0,7MM, CHAPÉU ALUMÍNIO 0,7MM, COLARINHO ALUMÍNIO 0,7MM, MOTOR 400MM MEDIDAS: 1,90 X 1,20 X 0,60	UNID	ARCO IRIS	2	2.248,0000	4.496,0000
18	COIFA PARA FOGÃO DE 06 BOCAS (CANTO DE COZINHA) - COIFA ALUMÍNIO 0,7MM, CHAMINÉ ALUMÍNIO 0,7MM, CHAPÉU ALUMÍNIO 0,7MM, COLARINHO ALUMÍNIO 0,7MM, MOTOR 400MM. MEDIDAS: 1,40 X 1,00 X 0,60	UNID	ARCO IRIS	1	1.844,0000	1.844,0000
19	COIFA PARA FOGÃO DE 6 BOCAS (MEIO DA COZINHA) - COIFA ALUMÍNIO 0,7MM, CHAMINÉ ALUMÍNIO 0,7MM, CHAPÉU ALUMÍNIO 0,7MM, COLARINHO ALUMÍNIO 0,7MM, MOTOR 400MM MEDIDAS: 1,90 X 1,20 X 0,60	UNID	ARCO IRIS	1	2.248,0000	2.248,0000
31	CORTINA FORRO FILTRO SOLAR NA COR CREME - COM ARGOLAS E VARÕES PALHA INSTALADAS, SENDO 08 PEÇAS COM A MEDIDA DA JANELA 600X200.	UNID	ENXOVAIS 3M	8	286,0000	2.288,0000
32	CORTINA FORRO FILTRO SOLAR NA COR CREME - COM ARGOLAS E VARÕES PALHA INSTALADAS, SENDO 04 PEÇAS COM A MEDIDA DA JANELA 500X130.	UNID	ENXOVAIS 3M	4	192,0000	768,0000
33	CORTINA FORRO FILTRO SOLAR NA COR CREME - NAS MEDIDAS, SENDO 08 PEÇAS DE 1,20 ALTURA X 1,20 LARGURA COM BAINHA (TAMANHO DA JANELA), COM ARGOLAS E VARÕES PALHA INSTALADAS	UNID	ENXOVAIS 3M	8	284,0000	2.272,0000
34	CORTINA FORRO FILTRO SOLAR NA COR CREME - NAS MEDIDAS, SENDO 12 PEÇAS DE 1,60 ALTURA X 1,80 LARGURA COM BAINHA (TAMANHO DA JANELA), COM ARGOLAS E VARÕES PALHA INSTALADAS	UNID	ENXOVAIS 3M	12	284,0000	3.408,0000
35	CORTINA FORRO FILTRO SOLAR NA COR CREME - NAS MEDIDAS, SENDO 2 PEÇAS DE 1,60 ALTURA X 4,40	UNID	ENXOVAIS 3M	2	284,0000	568,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	LARGURA COM BAINHA, PARA TAMANHO DA JANELA 1,20 ALTURA X 3,15 LARGURA, COM ARGOLAS E VARÕES PALHA INSTALADAS					
36	CORTINA FORRO FILTRO SOLAR NA COR CREME - NAS MEDIDAS, SENDO 4 PEÇAS DE 1,60 ALTURA X 4,40 LARGURA COM BAINHA, PARA TAMANHO DA JANELA 1,20 ALTURA X 3,15 LARGURA, COM ARGOLAS E VARÕES PALHA INSTALADAS	UNID	ENXOVAIS 3M	4	284,0000	1.136,0000
37	CORTINA FORRO FILTRO SOLAR NA COR CREME - NAS MEDIDAS, SENDO 8 PEÇAS DE 1,60 ALTURA X 2,75 LARGURA COM BAINHA, PARA TAMANHO DA JANELA 1,20 ALTURA X 2,00 LARGURA, COM ARGOLAS E VARÕES PALHA INSTALADAS	UNID	ENXOVAIS 3M	8	284,0000	2.272,0000
38	CORTINA FORRO FILTRO SOLAR NA COR CREME - NAS MEDIDAS, SENDO 9 PEÇAS DE 1,60 ALTURA X 2,75 LARGURA COM BAINHA, PARA TAMANHO DA JANELA 1,20 ALTURA X 1,55 LARGURA, COM ARGOLAS E VARÕES PALHA INSTALADAS	UNID	ENXOVAIS 3M	9	284,0000	2.556,0000
57	MIXER 3 EM 1 - (MOEDOR, BATEDOR, FUNÇÃO BÁSICA, COM COPO DE 1 LITRO). O MIXER 3 EM 1 DA BLACK&DECKER MISTURA, PROCESSA E BATE OS ALIMENTOS COM EXTREMA FACILIDADE. COM O MIXER, VOCÊ PREPARA SUCOS, VITAMINAS, COQUETÉIS, MOLHOS, SOPAS, PURÊS, PAPINHAS PARA CRIANÇAS, ENTRE OUTRAS RECEITAS. COM O MINI PROCESSADOR É POSSÍVEL TRITURAR INGREDIENTES COMO GRÃOS, CARNE, CEBOLA, QUEIJOS DUROS, OVOS COZIDOS, ALHOS, ERVAS E COM O BATEDOR, PREPARAR CLARAS EM NEVE, MAIONESE, CREMES, SOBREMESAS, ETC. O APARELHO AINDA VEM ACOMPANHADO DE UM SUPORTE DE PAREDE PARA QUE VOCÊ POSSA TÊ-LO À MÃO SEMPRE QUE PRECISAR. CARACTERÍSTICAS: FUNÇÃO PULSAR: SIM. ACOMPANHA COPO: SIM: PORTA-FIO: NÃO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Nº DE VELOCIDADES: 1. ACESSÓRIOS: - COPO MEDIDOR. - COPO PROCESSADOR: - BATEDOR DE	UNID	BRITANIA	1	144,0000	144,0000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	CLARAS: COR: PRETO: POTÊNCIA (W): 300. TENSÃO/VOLTAGEM: 110V. 220V. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: - 1 MIXER - 1 PROCESSADOR 1 BATEDOR. - 1 SUPORTE PARA PAREDE. - 1 COPO MEDIDOR. - 1 COPO MOEDOR. GARANTIA: 12 MESES. OBSERVAÇÕES: - FOTO MERAMENTE ILUSTRATIVA. DIMENSÕES: ALTURA: 25,00 CENTIMETROS. LARGURA: 30,00 CENTIMETROS. PROFUNDIDADE: 22,00 CENTIMETROS. PESO: 1,80 QUILOS					
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 29.532,00						
FORNECEDOR: 269174 - NG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
24	CONJUNTO ESCOLAR ALUNO JUVENIL CONJUNTO COMPOSTO DE UMA CADEIRA E UMA CARTEIRA, ESTRUTURA METÁLICA DA CARTEIRA CONFECCIONADA EM TUBO 29 X 58 CHAPA 14 (1.9 MM) GRADIL PORTA-LIVRO ABAIXO DO TAMPO EM FERRO MACIÇO SEÇÃO QUADRADA, METAL COM TRATAMENTO CONTRA FERRUGEM PELO PROCESSO DE FOSFATIZAÇÃO, PINTURA EPÓXI PRATA (A PÓ) PARTES METÁLICAS UNIDAS ATRAVÉS DE SOLDER MIG. TAMPO EM MDF 18 MM USINADO 180° SEM CANTOS VIVOS, REVESTIDO EM FÓRMICA TEXTURIZADA 0,8 MM COR A ESCOLHER, ACABAMENTO NAS LATERAIS EM VERNIZ. CADEIRA CONFECCIONADA EM TUBO 7/8 CHAPA 14 (1.9 MM), ACABAMENTO COM QUATRO PONTEIRAS PLÁSTICAS NOS PES E DUAS NOS TOPOS TUBULARES SUPERIORES. APRESENTAR NA PROPOSTA CERTIFICADO DO INMETRO DO CONJUNTO EMITIDO POR ORGANISMO COMPETENTE E ACREDITADO ATESTANDO QUE O CONJUNTO ESTÁ EM CONFORMIDADE COM TODA A ABNT 14006/08 E PORTARIA 105 E 184 PARA MÓVEIS ESCOLARES. ASSENTO E ENCOSTO DA CADEIRA CONFECCIONADA EM RESINA PLÁSTICA FIXADA A ESTRUTURA METÁLICA ATRAVÉS DE REBITES DE ALUMÍNIO. AS CORES DO ASSENTO E ENCOSTO PODEM SER	UNID	LINPLAST	100	275,0000	27.500,0000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

	<p>ESCOLHIDAS.</p> <p>ALTURA INDICADA: 1330 MM A 1590 MM</p> <p>ALTURA CARTEIRA: 64 CM (ALTURA A PARTIR DO TAMPO)</p> <p>MEDIDAS CADEIRA: 38 CM (ALTURA A PARTIR DO ASSENTO)</p> <p>MEDIDAS DO TAMPO: 65 X 45 CM</p> <p>MEDIDAS DO ENCOSTO: 40 X 19 CM</p> <p>MEDIDAS DO ASSENTO: 40 X 34 CM</p>					
26	<p>CONJUNTO ESCOLAR ALUNO - CONJUNTO INDICADO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL/MÉDIO</p> <p>CONJUNTO COMPOSTO DE UMA CADEIRA E UMA CARTEIRA, ESTRUTURA METÁLICA DA CARTEIRA CONFECCIONADA EM TUBO 29 X 58 CHAPA 14 (1.9 MM) GRADIL PORTA-LIVRO ABAIXO DO TAMPO EM FERRO MACIÇO SEÇÃO QUADRADA, METAL COM TRATAMENTO CONTRA FERRUGEM PELO PROCESSO DE FOSFATIZAÇÃO, PINTURA EPÓXI PRATA (A PÓ) PARTES METÁLICAS UNIDAS ATRAVÉS DE SOLDA MIG. TAMPO EM MDF 18 MM USINADO 180° SEM CANTOS VIVOS, REVESTIDO EM FÓRMICA TEXTURIZADA 0,8 MM COR A ESCOLHER, ACABAMENTO NAS LATERAIS EM VERNIZ. CADEIRA CONFECCIONADA EM TUBO 7/8 CHAPA 14 (1.9 MM), ACABAMENTO COM QUATRO PONTEIRAS PLÁSTICAS NOS PES E DUAS NOS TOPOS TUBULARES SUPERIORES. APRESENTAR NA PROPOSTA CERTIFICADO DO INMETRO DO CONJUNTO EMITIDO POR ORGANISMO COMPETENTE E ACREDITADO ATESTANDO QUE A CONJUNTO ESTÁ EM CONFORMIDADE COM TODA A ABNT 14006/08 E PORTARIA 105 E 184 PARA MÓVEIS ESCOLARES. ASSENTO E ENCOSTO DA CADEIRA CONFECCIONADA EM RESINA PLÁSTICA FIXADA A ESTRUTURA METÁLICA ATRAVÉS DE REBITES DE ALUMÍNIO. AS CORES DO ASSENTO E ENCOSTO PODEM SER ESCOLHIDAS.</p> <p>ALTURA INDICADA: 1330 MM A 1590 MM</p> <p>ALTURA CARTEIRA: 64 CM (ALTURA A</p>	UNID	LINPLAST	150	275,0000	41.250,0000

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62





## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	<p>PARTIR DO TAMPO)</p> <p>MEDIDAS CADEIRA: 38 CM (ALTURA A PARTIR DO ASSENTO)</p> <p>MEDIDAS DO TAMPO: 65 X 45 CM</p> <p>MEDIDAS DO ENCOSTO: 40 X 19 CM</p> <p>MEDIDAS DO ASSENTO: 40 X 34 CM</p>					
27	<p>CONJUNTO ESCOLAR: CONJUNTO INDICADO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL/MÉDIO.</p> <p>CONJUNTO ESCOLAR ALUNO ADULTO</p> <p>CONJUNTO COMPOSTO DE UMA CADEIRA E UMA CARTEIRA, ESTRUTURA METÁLICA DA CARTEIRA CONFECCIONADA EM TUBO 29 X 58 CHAPA 14 (1.9 MM) GRADIL PORTA-LIVRO ABAIXO DO TAMPO EM FERRO MACIÇO SEÇÃO QUADRADA, METAL COM TRATAMENTO CONTRA FERRUGEM PELO PROCESSO DE FOSFATIZAÇÃO, PINTURA EPÓXI PRATA (A PÓ) PARTES METÁLICAS UNIDAS ATRAVÉS DE SOLDA MIG. TAMPO EM MDF 18 MM USINADO 180° SEM CANTOS VIVOS, REVESTIDO EM FÓRMICA TEXTURIZADA 0,8 MM COR A ESCOLHER, ACABAMENTO NAS LATERAIS EM VERNIZ. CADEIRA CONFECCIONADA EM TUBO 7/8 CHAPA 14 (1.9 MM), ACABAMENTO COM QUATRO PONTEIRAS PLÁSTICAS NOS PES E DUAS NOS TOPOS TUBULARES SUPERIORES. APRESENTAR NA PROPOSTA CERTIFICADO DO INMETRO DO CONJUNTO EMITIDO POR ORGANISMO COMPETENTE E ACREDITADO ATESTANDO QUE A CONJUNTO ESTÁ EM CONFORMIDADE COM TODA A ABNT 14006/08 E PORTARIA 105 E 184 PARA MÓVEIS ESCOLARES. ASSENTO E ENCOSTO DA CADEIRA CONFECCIONADA EM RESINA PLÁSTICA FIXADA A ESTRUTURA METÁLICA ATRAVÉS DE REBITES DE ALUMÍNIO. AS CORES DO ASSENTO E ENCOSTO PODEM SER ESCOLHIDAS.</p> <p>ALTURA INDICADA: 1,59 A 1,88 M DE ALTURA.</p> <p>ALTURA MESA: 76 CM (ALTURA A PARTIR DO TAMPO)</p> <p>MEDIDAS CADEIRA: 46 CM (ALTURA A PARTIR DO ASSENTO)</p>	UNID	LINPLAST	355	275,0000	97.625,0000

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

	MEDIDAS DO TAMPO: 65 X 45 CM MEDIDAS DO ENCOSTO: 40 X 19 CM MEDIDAS DO ASSENTO: 40 X 42 CM					
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 166.375,00</b>						
<b>FORNECEDOR: 269190 - IVANETE FATIMA LERIN ME</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
56	MESINHAS REDONDAS - MESA ESCOLAR INFANTIL REDONDA, TAMPO EM MDF REVESTIDO NA FACE SUPERIOR EM LAMINADO DE ALTA PRESSÃO, BRILHANTE, COR BEGE "OVO" FACE INFERIOR E BORDOS INVERNIZADOS. BORDOS FRESADOS E ARREDONDADOS A 180°. ESTRUTURA COMPOSTA POR PÉS DUPLOS EM TUBO DE AÇO 7/8", PINTURA EPÓXI PÓ, PRETA, LISO BRILHANTE; ACABAMENTO COM PONTEIRAS PRESTAS. MEDIDAS 1000 DE DIÂMETRO X 560 MM DE ALTURA ATÉ O CHÃO.	UNID	BRINQMOVEIS	5	130,0000	650,0000
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 650,00</b>						
<b>TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 311.363,68</b>						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de **\$ 311.363,68 (TREZENTOS E ONZE MIL, TREZENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E SESENTA E OITO CENTAVOS).**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2017.**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

**CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHO**

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE ENTREGA**

5.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue nos locais a serem determinados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, em **21 (VINTE E UM) DIAS CONSECUTIVOS** após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para [contabilidade@massaranduba.sc.gov.br](mailto:contabilidade@massaranduba.sc.gov.br).

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de **24 (VINTE E QUATRO) HORAS**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo da notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: **NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE.** Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE**

8.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, **sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.**

8.7. Entregar o objeto desta ata de registro de preços em **21 (VINTE E UM) DIAS CONSECUTIVOS** após a solicitação/emissão de ordem de compra.

8.8. Serão **RECUSADOS** os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes na ata e/ou que não estejam adequados para o uso.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

8.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante **deverá** reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de **24 (VINTE E QUATRO) HORAS**, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na mesma será a qualquer título a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

**CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)**

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta ata, o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2017** e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarimir (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC, 07 de Agosto de 2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

---

**MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA**  
**ARMINDO SESAR TASSI**  
CONTRATANTE

---

**ADL COMERCIAL EIRELI EPP**  
ADEMIR LAURINDO  
CONTRATADA

---

**MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS**  
**LTDA ME**  
LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI  
CONTRATADA

---

**FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE**  
**MÓVEIS LTDA - EPP**  
JOSNEI RODRIGUES  
CONTRATADA

---

**PAULINEIA LOTTERMANN REIS**  
LEANDRO ALBERTO KERBER  
CONTRATADA

---

**BONA GENTE COMERCIAL LTDA**  
WILSON DE ANDRADE  
CONTRATADA

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

---

**ECO COMERCIO DE MATERIAIS E**  
**SERVIÇOS ME**  
JOSE MANOEL DUARTE  
CONTRATADA

---

**GILMAR SANI - ME**  
RODRIGO ALVES DE CAMPOS  
CONTRATADA

---

**COMERCIAL JR FILHOS LTDA - ME**  
JUNIOR MIRANDA  
CONTRATADA

---

**RICHESSSE MOVEIS LTDA EPP**  
JEDIELSON PETRY TASSO  
CONTRATADA

---

**JHONATAN BAGATOLI ME**  
SERGIO BAGALOTI  
CONTRATADA

---

**TECNOLAR LTDA ME**  
HELIO ALMIR BAGATOLI  
CONTRATADA

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

**NG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE**  
**MÓVEIS LTDA EPP**  
**VALMIR PROCKSCH**  
**CONTRATADA**



**IVANETE FATIMA LERIN ME**  
**GLADIR ANTONIO MILKIEVICZ**  
**CONTRATADA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2017**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12.2017 (FMS) - MATERIAL ODONTOLOGICO E RAI0-X**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

VALIDADE: 07/08/2017 a 07/08/2018

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO NO RAI0-X DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
DENTARIA E DISTR HOSP PORTO ALEGRENSE LTDA, neste ato representado por SERGIO CARLOS ZIPF	91.083.212/0001-35
PROHOSPITAL SUL LTDA, neste ato representado por LUIZ CARLOS DOS SANTOS	05.077.346/0001-01
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME, neste ato representado por MAICON ROBERTO DEOLA	04.989.294/0001-87
JEFFERSON DUWE - ME, neste ato representado por JEFFERSON DUWE	13.749.658/0001-42

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO NO RAI0-X DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC) de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 212849 - JEFFERSON DUWE - ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3	FILME RADIOGRÁFICO ADULTO, VELOCIDADE E, TAMANHO 31 MM X 35 MM. CAIXA COM 150 PELÍCULAS. DATA DE FABRICAÇÃO NÃO ANTERIOR A SEIS MESES DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA	CARESTREAM	30	R\$ 94,00	R\$ 2.820,00
14	MICROMOTOR. ENCAIXE INTRAMATIC UNIVERSAL.	UNID	KAVO	4	R\$ 417,00	R\$ 1.668,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 4.488,00						
FORNECEDOR: 81345 - PROHOSPITAL SUL LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	REVELADOR DE IMAGEM EM FILME RADIOGRÁFICO. COMPOSIÇÃO SULFITO DE SÓDIO, DIETILENOGLICOL E HIDROQUINONA. FRASCO COM 475 ML. DATA DE FABRICAÇÃO NÃO ANTERIOR A SEIS MESES DA DATA DE ENTREGA.	FRASCOS	CAITHEC	30	R\$ 7,10	R\$ 213,00

2	FIXADOR DE IMAGEM EM FILME RADIOGRÁFICO. COMPOSIÇÃO SULFITO DE SÓDIO. FRASCO COM 475 ML. DATA DE FABRICAÇÃO NÃO ANTERIOR A SEIS MESES DA DATA DE ENTREGA.	FRASCOS	CAITHEC	30	R\$ 7,10	R\$ 213,00
4	FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL, VELOCIDADE F, TAMANHO 22 MM X 35 MM. CAIXA COM 100 PELÍCULAS. DATA DE FABRICAÇÃO NÃO ANTERIOR A SEIS MESES DA DATA DE ENTREGA.	CAIXA	CARESTREAM	24	R\$ 153,00	R\$ 3.672,00
6	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL INFANTIL, MANTÉM O FILME PARALELO AO APARELHO DE RAO X, A ALETA DE PRESSÃO MANTÉM O FILME PRESO, PEÇAS DESMONTÁVEIS E REVERSÍVEIS, ALTERNANDO-SE DE POSIÇÃO. TAMANHO DO SUPORTE PARA FILME RADIOGRÁFICO 3 X 2 CM. AUTOCLAVÁVEL ATÉ 134°C. KIT COM POTE AUTOCLAVÁVEL + 1 POSICIONADOR LATERAL DIREITO + 1 POSICIONADOR LATERAL ESQUERDO + 1 POSICIONADOR ANTERIOR + 3 DISPOSITIVOS PARA MORDIDA + 1 POSICIONADOR PARA INTERPROXIMAL BITE WINGS + 1 EXCLUSIVO POTE PARA ESTERILIZAÇÃO.	KIT	MAQUIRA	12	R\$ 43,00	R\$ 516,00
7	PORTA RADIOGRAFIA DE PAPEL ADULTO COM ESPAÇO PARA DUAS RADIOGRAFIAS. PAPEL 240G, TAMANHO 12X8 CM. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	EMBALAGE	URGEDONT	23	R\$ 7,10	R\$ 163,30
8	PORTA RADIOGRAFIA DE PAPEL INFANTIL COM ESPAÇO PARA DUAS RADIOGRAFIAS. PAPEL 240G, TAMANHO 12X8 CM. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	EMBALAGE	URGEDONT	12	R\$ 7,10	R\$ 85,20
12	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO COM PUSH BOTTON	UNID	DENTFLEX	4	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00
15	MOCHO COM SISTEMA GÁS DE REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO, COM ENCOSTO ANATÔMICO, BASE GIRATÓRIA, FEITO COM ESPUMA ESPESSA, INJETADA E REVESTIMENTO EM LAMINADO DE PVC SEM COSTURA E DE FÁCIL ASSEPSIA COM PÉS CROMADOS E RODÍZIOS EM SILICONE. COR VERDE.	UNID	UNEMOL	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
16	BROCA MULTILAMINADA PARA ACABAMENTO DE AMÁLGAMA. KIT COM 6 UNIDADES.	CAIXA	DENTSPLY	7	R\$ 25,50	R\$ 178,50
17	CONDENSADOR DE HOLLEMBACK Nº6.	UNID	LM	5	R\$ 5,00	R\$ 25,00
19	ESCAVADOR DUPLO DE DENTINA Nº 1. INFANTIL. AÇO INOXIDÁVEL.	UNID	LM	5	R\$ 5,00	R\$ 25,00
22	PORTA AMÁLGAMA ADULTO. AÇO INOXIDÁVEL.	UNID	LM	7	R\$ 27,00	R\$ 189,00
25	CONDENSADOR WARD Nº 3. AÇO INOXIDÁVEL.	UNID	LM	5	R\$ 5,00	R\$ 25,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 7.305,00						
FORNECEDOR: 134805 - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL



5	CÂMARA PARA REVELAÇÃO DE FILME RADIOGRÁFICO SEM ILUMINAÇÃO. CAIXA MOLDADA EM POLIESTIRENO, COM ALOJAMENTO PARA OS RECIPIENTES QUE CONTÉM LÍQUIDO, VISOR ACRÍLICO DESTACÁVEL, BATENTES DE SILICONE NO FUNDO DA BASE. NÃO UTILIZA ENERGIA ELÉTRICA. DIMENSÃO DO VISOR: 19,2 X 9,5 CM, DIMENSÕES DA CAIXA 22 X 25 X 32 CM. CONTENDO QUATRO RECIPIENTES PARA LÍQUIDOS DE 200 ML, SENDO DOIS COM TAMPA. AMPLO VISOR DE ACRÍLICO VERMELHO TRANSLÚCIDO COM PROTEÇÃO ULTRAVIOLETA.	UNID	ESSENCE DENTAL	3	R\$ 130,00	R\$ 390,00
9	COLGADURA PARA PRENDER E (OU) PENDURAR FILMES RADIOGRÁFICOS, INDIVIDUALMENTE DE AÇO INOX.	UNID	TECNODENT	23	R\$ 2,90	R\$ 66,70
10	COLGADURA TIPO ESPINHA DE PEIXE PARA REVELAÇÃO DE 07 PARES DE RADIOGRAFIAS, DE AÇO INOX.	UNID	TECNODENT	7	R\$ 36,50	R\$ 255,50
11	TESOURA IRIS RETA DE 15 CM. AÇO INOXIDÁVEL.	UNID	LM	10	R\$ 13,95	R\$ 139,50
13	CONTRA ÂNGULO DE BAIXA ROTAÇÃO. ENCAIXE INTRAMATIC UNIVERSAL.	UNID	DENTFLEX	4	R\$ 340,00	R\$ 1.360,00
18	CONDENSADOR DE CLAV DENT	UNID	LM	6	R\$ 5,00	R\$ 30,00
20	ESCAVADOR DUPLO DE DENTINA Nº 5.AÇO INOXIDÁVEL.	UNID	LM	6	R\$ 5,00	R\$ 30,00
21	ESCULPIDOR HOLLEMBACK Nº3. AÇO INOXIDAVEL.	UNID	LM	5	R\$ 5,00	R\$ 25,00
23	CONDENSADOR DE WARD Nº 1. AÇO INOXIDAVEL.	UNID	LM	5	R\$ 5,00	R\$ 25,00
24	CONDENSADOR WARD Nº2. AÇO INOXIDAVEL.	UNID	LM	5	R\$ 5,00	R\$ 25,00
26	CABO PARA BISTURI Nº3. AÇO INOXIDÁVEL.	UNID	LM	5	R\$ 6,25	R\$ 31,25
27	CARIOSTÁTICO - DIAMINO FLUORETO DE PRATA A 30%, FRASCO COM 10 ML, COMPOSIÇÃO: ACIDO FLUORÍDRICO, NITRATO DE PRATA, HIDRÓXIDO DE AMÔNIA E ÁGUA DEIONIZADA. COM DATA DE FABRICAÇÃO NÃO ANTERIOR A SEIS MESES DA DATA DA ENTREGA.	UNID	BIO DINAMICA	5	R\$ 15,30	R\$ 76,50
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 2.454,45						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 14.247,45						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 14.247,45 (QUATORZE MIL, DUZENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado,

que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvado ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Os itens deste procedimento licitatório deverão ser entregues pela licitante vencedora na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 20 (VINTE) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme necessidade, em quantidades estabelecidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) através de solicitação/ordem de compra.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para [contabilidade@massaranduba.sc.gov.br](mailto:contabilidade@massaranduba.sc.gov.br).

5.3. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e penalidades previstas.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.4.1. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.4.2. Decorrido o prazo estipulado no item acima sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas nesta ata e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 08 (OITO) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 20 (VINTE) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

6.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais ao Fundo supracitado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. A licitante obriga-se a efetuar as entregas de forma a cumprir integralmente o objeto desta ata, além das demais obrigações:

8.1.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

8.1.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.1.3. Comunicar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.1.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.1.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação da documentação.

8.1.7. Realizar a entrega na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 20 (VINTE) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra.

8.1.8. Serão RECUSADOS os itens que sejam imprestáveis ou que não atendam as especificações constantes nesta ata e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.1.8.1. Caso os itens não atendam às especificações constantes desta ata, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.1.8.1.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.1.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.1.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório.

8.1.11. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos itens até o local determinado.

#### CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.6. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução do serviço, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando não atendidas às disposições previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega dos itens da ata.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	07	de	Agosto	de	2017
--------------------	----	----	--------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
---------------------------

ARMINDO SESAR TASSI
---------------------

CONTRATANTE
-------------

PROHOSPITAL SUL LTDA  
LUIZ CARLOS DOS SANTOS

CONTRATADA

SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME  
 MAICON ROBERTO DEOLA  
 CONTRATADA

JEFFERSON DUWE - ME  
 JEFFERSON DUWE  
 CONTRATADA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13.2017 (FMS) - LENTES OCULARES**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017

VALIDADE: 07/08/2017 a 07/08/2018

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROEHLICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE LENTES OCULARES DESTINADAS ÀS CIRURGIAS DE CATARATA REALIZADAS NO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
ASLI COMERCIAL LTDA	01.578.276/0001-14
MEDIPHACOS INDUSTRIAS MEDICAS S/A, neste ato representado por SARA HELENA SALVADOR	21.998.885/0001-30

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LENTES OCULARES DESTINADAS ÀS CIRURGIAS DE CATARATA REALIZADAS NO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DE MASSARANDUBA (SC) de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

Fornecedor: 229288 - MEDIPHACOS INDUSTRIAS MEDICAS S/A						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	LENTE INTRAOCULAR EM ACRÍLICA HIDROFÍLICA, DOBRÁVEL, PARA CÂMARA POSTERIOR, DESENHO ÓTICO EQUICONVEXO, COM FILTRO ULTRAVIOLETA, EM PEÇA ÚNICA, SEM FUROS, ALÇAS EM C MODIFICADO, COM DIÂMETRO ÓTICO DE 6,0 MM, COMPRIMENTO TOTAL DE 12,5 MM, CONSTANTE DE 118,2. DIOPTRIAS DE 10 A 30 COM VARIAÇÕES DE 0,5 EM 0,5 DIOPTRIAS. COM INJETOR DESCARTÁVEL OU LENTES COMPATÍVEIS COM INJETOR DA MARCA ALCON QUE ESTA DISPONIVEL NO HOSPITAL.	UNID	MEDIPHACOS	500	R\$ 99,50	R\$ 49.750,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 49.750,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 49.750,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 49.750,00 (QUARENTA E NOVE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvado ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Os itens deste procedimento licitatório deverão ser entregues pela licitante vencedora no Hospital Municipal João Schreiber, situado na Rua 11 de Novembro, número 3560, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 20 (VINTE) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme necessidade, em quantidades estabelecidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) através de solicitação/ordem de compra.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para [contabilidade@massaranduba.sc.gov.br](mailto:contabilidade@massaranduba.sc.gov.br).

5.3. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e penalidades previstas.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.4.1. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.4.2. Decorrido o prazo estipulado no item acima sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas nesta ata e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 08 (OITO) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 20 (VINTE) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

6.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais ao Fundo supracitado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE



8.1. A licitante obriga-se a efetuar as entregas de forma a cumprir integralmente o objeto desta ata, além das demais obrigações:

8.1.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

8.1.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.1.3. Comunicar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.1.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.1.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação da documentação.

8.1.7. Realizar a entrega no Hospital Municipal João Schreiber, situado na Rua 11 de Novembro, número 3560, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 20 (VINTE) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra.

8.1.8. Serão RECUSADOS os itens que sejam imprestáveis ou que não atendam as especificações constantes nesta ata e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.1.8.1. Caso os itens não atendam às especificações constantes desta ata, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.1.8.1.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.1.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.1.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório.

8.1.11. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos itens até o local determinado.

#### CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.6. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução do serviço, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando não atendidas às disposições previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega dos itens da ata.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017 e as propostas das licitantes

classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	7	de	Agosto	de	2017
--------------------	---	----	--------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
---------------------------

ARMINDO SESAR TASSI
---------------------

CONTRATANTE
-------------

MEDIPHACOS INDUSTRIAS MEDICAS S/A  
SARA HELENA SALVADOR  
CONTRATADA

### **DECRETO Nº. 3460 DE 27 DE JULHO DE 2017**

DECRETO Nº. 3460 DE 27 DE JULHO DE 2017

Abre Crédito Suplementar.

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no Orçamento 2017 no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil e reais), no programa abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção Do Ensino Fundamental

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receitas de Impostos – Educação ..... R\$ 6.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil e reais), do programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção Do Ensino Fundamental

0501 – 44900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receitas de Impostos – Educação ..... R\$ 6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 27 DE JULHO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### **DECRETO Nº. 3461 DE 01 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº. 3461 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2041 – Administração Da Secretaria de Educação

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação ..... R\$ 1.000,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE AGOSTO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

## **ERRATA 02 - PROCESSO LICITATÓRIO 39.2017 PP 29.2017 (FMS)**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

ERRATA

ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID
01	CLIP DE TITÂNIO TAMANHO MÉDIO GRANDE PARA LIGADURAS, ACONDICIONADO EM CARTUCHO ESTÉRIL COM 6 UNIDADES. MARCA APROVADA B. BRAUN OU COMPATÍVEL. (DEVIDO MARCA DA CLIPADORA)	5000	CARTUCHO

PÁGINA 19

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID
01	CLIP DE TITÂNIO TAMANHO MÉDIO GRANDE PARA LIGADURAS, ACONDICIONADO EM CARTUCHO ESTÉRIL COM 6 UNIDADES. CAIXA COM 20 CARTUCHOS. MARCA APROVADA B. BRAUN OU COMPATÍVEL. (DEVIDO MARCA DA CLIPADORA)	240	CARTUCHO

PÁGINA 19

E, POR CONSEQUINTE, ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA DA REFERIDA LICITAÇÃO:

ONDE SE LÊ:

DATA DE ABERTURA:	17 DE AGOSTO DE 2017
LOCAL:	Setor de Licitações: Prefeitura de Massaranduba - SC Rua 11 de Novembro, 2765, Centro – Massaranduba (SC)
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	das 13h00min até 13h30min
ABERTURA DO CERTAME:	14h00min

LEIA-SE:

DATA DE ABERTURA:	21 DE AGOSTO DE 2017
LOCAL:	Setor de Licitações: Prefeitura de Massaranduba - SC Rua 11 de Novembro, 2765, Centro – Massaranduba (SC)
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	das 13h00min até 13h30min
ABERTURA DO CERTAME:	14h00min

Massaranduba (SC), 08 de Agosto de 2017.

CIRIO MARTINI

PREGOEIRO

**LEI Nº 1824/2017**

LEI Nº 1824/2017

Aprova a regularização do LOTEAMENTO LEITZKE

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso de suas atribuições e nos termos das leis federal nº 6.766/1979, de 19/12/1979; estadual nº 6.063/1982, de 24/05/1982; e municipal nº 211/1984, de 09/11/1984, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o LOTEAMENTO LEITZKE, com área de 21.063,71 m² (Matrícula nº 16.204 e nº 24.174, Livro 2, Cartório de Registro de Imóveis de Guaramirim), de propriedade de INGO LEITZKE, situado na Rua 7 de Setembro / Rua 25 de Julho / Rua Wladyslaw Kazmierski, no Bairro Centro, área urbana do município, conforme plantas e documentação anexas ao Processo PMM 3349/2015.

Art. 2º O empreendimento consiste em um loteamento com área total do imóvel de 21.063,71 m², que é assim composto: 25 lotes comercializáveis (13.498,21 m²), 01 lote destinado ao Uso Público Especial - AUPE (2.111,29 m²), 01 lote destinado à Área Verde (2.108,52 m²) e arruamento – leitos carroçáveis e calçadas (3.345,69 m²).

§ 1º Os logradouros: Rua 7 de Setembro, Rua 25 de Julho e Rua Wladyslaw Kazmierski são vias públicas oficiais do município conforme Lei Municipal nº 883/2004. Desta forma, haverá o recebimento apenas da "Rua A" ao Mapa Viário Municipal, sendo que esta passará a ser nomeada de "Rua 117".

§ 2º As obras de infraestrutura relativas a este empreendimento, de responsabilidade do empreendedor, compreendem:

- Rua A: terraplenagem e demarcação dos lotes, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, construção de meio-fio e calçadas, rede de abastecimento de água potável, rede de esgotamento sanitário, rede de energia elétrica e sinalização viária;

- Rua 25 de Julho: terraplenagem e demarcação dos lotes, drenagem pluvial, rede de abastecimento de água potável, rede de esgotamento sanitário, rede de energia elétrica e sinalização viária.

§ 3º O Parcelamento do Solo tem Licença Ambiental de Instalação - LAI SEPLAMA nº 001/2017.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 08 de Agosto de 2017

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**LEI Nº 1825/2017**

LEI Nº 1825/2017

Institui e autoriza a cobrança de contribuição de melhoria e dá outras providências

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua 25 de Julho (trecho compreendido entre a Rua Luiz Kreis e Rua Ervino Seifert) e Rua Ervino Seifert (trecho compreendido entre a Rua 25 de Julho e Rua Osmar Rode), com área total de 3.235,00m², conforme Anexo I.

Parágrafo Único O custo total/orçamento a licitar no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, corresponde à quantia de R\$ 525.605,16, tendo como fonte recurso proveniente de emenda parlamentar da União e recursos próprios do Município de Massaranduba.

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Massaranduba, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.



I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento Contribuinte Pessoa Física ou Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 045/2011 (Código Tributário do Município de Massaranduba) e alterações.

§ 2º A apuração far-se-á levando em conta:

- I - a situação do terreno na zona de influência;
- II - sua testada e área;
- III - finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterà os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterà, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo Único A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Pessoa Jurídica.

Art. 12 São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:



I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os critérios de pagamento definidos na Lei Complementar nº 034/2010.

Art. 14 As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 045/2011 e alterações).

Art. 15 As isenções ao pagamento da Contribuição de Melhoria obedecem ao estabelecido no art. 16 da Lei Complementar nº 034/2010.

Art. 16 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17 Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do INPC/IBGE, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 18 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Massaranduba é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 19 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Junta de Recursos.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia

de defesa ou de prova.

Art. 20 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão do efeito de fatos já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 21 O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 22 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com Aviso de Recebimento em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Pessoa Jurídica, ou,

III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo Único A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 23 O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 24 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 25 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 26 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Junta de Recursos, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 045/2011 e alterações) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 27 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº.

101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 28 Para os fins da aplicação desta Lei poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 29 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 45/2011 e alterações) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 30 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Massaranduba.

Art. 31 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.  
Massaranduba, 08 de Agosto de 2017  
ARMINDO SESAR TASSI  
Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

ANEXO I

## **LEI Nº. 1823 DE 01 DE AGOSTO DE 2017**

LEI Nº. 1823 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para 2018 e dá outras providências.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, (SC), faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

### **I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de Massaranduba, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

### **II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos anexos desta lei, e que conterá ainda:

- Anexo – Demonstrativo da Receita;
- Anexo – Demonstrativo dos Programas;
- Anexo – Demonstrativo das ações por Programa;
- Anexo – Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por ações;
- Anexo – Demonstrativo das Metas Fiscais;
- Anexo – Demonstrativo do Desdobramento das Metas Fiscais por quadrimestre;
- Anexo – Demonstrativo dos Riscos Fiscais;
- Anexo – Demonstrativo da priorização de recursos para obras em andamento e conservação do Patrimônio Público;
- Anexo – Estimativa e Compensação da renúncia de receita;
- Anexo – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

### **III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### **IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificações da Classificação Institucional,

Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta 03/2008.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas à seus Fundos, desdobradas as despesas por função, SubFunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de despesa, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei nº 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria econômica, conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XV – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018. (Art. 5º, III);

XVI – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada fonte na composição da Receita total (Princípio da transparência Art. 48 da LRF)

II – Quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa (Princípio da transparência Art. 48 da LRF)

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

#### V – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 Os Orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art.12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal



encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 15 Os orçamentos para o exercício de 2018 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 16 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 18 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, Parágrafo 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 19 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constantes do anexo específico desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 20 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta)

dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor do limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 22 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Art. 23 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 24 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 25 A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 26 Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta Lei. (Art. 167, I da CF).  
Art. 27 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações, e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28 A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 29 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 30 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 28 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

**VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 31 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF). Poderá ainda o Executivo Municipal contribuir para plano de assistência à saúde dos servidores municipais, de acordo com a disponibilidade financeira.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 32 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 33 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras.
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 34 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Massaranduba, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

**VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 35 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem

objetos de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 36 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF).

Art.37 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2ºda LRF).

**IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

Art. 38 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 31/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 39 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 41 A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE AGOSTO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra  
VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**RERRATIFICAÇÃO DA ATA 09.2017 - LAVANDERIA HOSPITALAR**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Ao sétimo dia do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROEHLICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à CONTRATAÇÃO DE LAVANDERIA HOSPITALAR PARA ATENDIMENTO EXCLUSIVO AO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
CLINILAVES LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI, neste ato representado por LUIZ ROGÉRIO SCHMITT	03.140.518/0001-19

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE LAVANDERIA HOSPITALAR PARA ATENDIMENTO EXCLUSIVO AO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DE MASSARANDUBA (SC) de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 232165 - CLINILAVES LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	CONTRATAÇÃO POR 12 MESES DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE ROUPA HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO EXCLUSIVO AO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER.	MESES	CLINILAVES	12	10.500,0000	126.000,0000
2	SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE ROUPA HOSPITALAR PARA QUANTIDADE ACIMA DE 1.800 KG MENSAL.	KILO	CLINILAVES	6.000	5,8333	34.999,8000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 160.999,80						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 160.999,80						

1.1.1. Considerando a complexidade e a técnica necessária à execução dos serviços, bem como a possibilidade da necessidade de atendimentos emergenciais, as dependências da licitante deverão distar no máximo 150 (cento e cinquenta) km da unidade hospitalar atendida.

1.1.2. A prestação do serviço objeto desta licitação deverá considerar o processamento de roupas hospitalares e devolução em ideais condições de uso, bem como todas as etapas do processo de higienização das roupas, em conformidade com o padrão estabelecido no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde – 2009, da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e suas atualizações posteriores, bem como a reposição dos enxovais extraviados ou avariados no seu transporte ou processamento, respectivamente.

1.1.3. O objeto inclui a coleta de roupa suja do expurgo central do hospital e o transporte até as dependências da licitante; recebimento, lavagem e higienização da roupa suja na lavanderia; acabamento, que compreende as operações de secagem, passagem, dobragem e embalagem da roupa limpa, por tipo de roupa; transporte até a rouparia central da unidade hospitalar, mediante utilização de veículo adaptado para esse tipo de mercadoria.

1.1.4. A planta física do setor produtivo da licitante deve, obrigatoriamente, ter dois ambientes distintos e isolados hermeticamente (barreiras de proteção), sendo um para o recebimento da roupa suja a ser processada (área suja) e outro para o acabamento da roupa limpa e saída, conforme RDC 50, de 21/02/2002.

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 160.999,80 (CENTO E SESENTA MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS).

OBS: A quantidade mínima mensal é de 1.800 (um mil e oitocentos) kg, acima disto o preço será de R\$ 5,83 (CINCO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS) por kg.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na



ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvado ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A licitante vencedora fará a coleta no Hospital Municipal João Schreiber, situado na Rua 11 de Novembro, número 3560, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, 01 (UMA) VEZ POR DIA, de segunda à sexta-feira, com prazo de devolução de até 48 (QUARENTA E OITO) HORAS.

5.1.1. As execuções dos serviços serão parceladas, conforme a necessidade, em quantidades estabelecidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) através de solicitação/ordem de compra.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

5.3. A não execução do serviço objeto solicitado acarretará em notificação e penalidades previstas.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.4.1. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.4.2. Decorrido o prazo estipulado sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas neste edital e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: DIA 08 (OITO) DO MÊS SUBSEQUENTE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

6.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais ao Fundo supracitado.

6.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. A licitante vencedora terá 05 (cinco) dias, a contar da data da contratação, para assumir a execução do serviço.

8.2. A licitante vencedora obriga-se a:

8.2.1. Realizar a coleta no Hospital Municipal João Schreiber, 01 (UMA) VEZ POR DIA, de segunda à sexta-feira, com prazo de devolução de até 48 (QUARENTA E OITO) HORAS.

8.2.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

8.2.3. Possuir capacidade técnica operativa e profissional - equipe técnica para o processamento de roupas hospitalares, de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização, acondicionamento de toda a roupa processada de maneira a garantir a qualidade dos serviços prestados conforme exigências deste termo de referência, bem como a retirada e entrega da roupa por meio de veículos adequados.

8.2.4. Por sua conta e responsabilidade exclusiva, fornecer toda mão de obra capacitada e necessária, instalações, máquinas e equipamentos, produtos químicos e insumos para execução dos serviços ora contratados.

8.2.5. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's.

8.2.6. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os produtos químicos, materiais, equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

8.2.7. Identificar os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: balança, carrinhos, contêineres, gaiolas e outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da contratante.

8.2.8. Garantir a continuidade dos serviços, nos prazos preconizados, caso ocorra eventualmente falta de água e/ou luz, falta de insumos, quebra de equipamentos, sem ônus adicionais à contratante.

8.2.9. Garantir a continuidade dos serviços, caso ocorra eventualmente a paralisação dos mesmos, por parte de seus empregados, sem ônus adicionais à contratante.

8.2.10. Garantir tratamento e qualidade da água e efluentes (entrada e saída) na execução dos serviços. A qualidade da água deverá atender parâmetros físico-químicos e bacteriológicos estabelecidos pela portaria MS nº 518 de 25/03/2004.

8.2.11. Responsabilizar-se pela adequação dos processos de lavagem utilizada, sempre que comprovadamente se fizer necessário, e sem ônus para a contratante.

8.2.12. Reservar a contratante o direito de visita às dependências da contratada, para a supervisão, sempre que julgar necessário.

8.2.13. Devolver a contratante os resíduos sólidos enviados inadvertidamente junto à roupa a ser lavada, segundo legislação vigente.

8.2.14. Observar os prazos de execução dos serviços previamente estabelecidos.

8.2.15. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.

8.2.16. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal: normas internas de segurança e medicina do trabalho, normas de segurança e saúde ocupacional do manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde – 2009 e suas atualizações.

8.2.17. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

8.2.18. Observar conduta adequada na utilização dos produtos químicos, materiais e equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação dos serviços.

8.2.19. Adquirir todo o material de consumo que utilizará na execução dos serviços relativos aos serviços contratados.

8.2.20. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para o suprimento de roupas limpas.

8.2.21. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços da contratante e tomar as providências pertinentes.

8.2.22. Submeter-se à fiscalização permanente dos executores do contrato, designados pela contratante.

8.2.23. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

8.2.24. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2.25. Por descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, serão aplicadas à contratada as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação pertinente.

8.2.26. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, sem que haja prejuízo para nenhuma destas, tendo por base o que dispõe a legislação vigente e aplicável à espécie.

8.2.27. Manter em rigorosa pontualidade o pagamento de seus empregados e demais encargos decorrentes do contrato de trabalho, inclusive quanto às anotações das respectivas carteiras de trabalho e previdência social.

8.2.28. Cumprir a legislação vigente para controle de infecções hospitalares, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados.

8.2.29. Todas as despesas com os profissionais executores dos serviços contratados, ficarão sob exclusiva responsabilidade da contratada, assim como os danos ou prejuízos impostos à contratante ou a terceiros, resultante de atos ou omissões dos seus empregados quando no desempenho das atividades.

8.2.30. Todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos necessários à execução dos trabalhos, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada, cabendo-lhe ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer acidentes de que possam vir a serem vítimas seus empregados quando em serviço, bem como por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e à contratante.

8.2.31. Prestar, sempre, todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), devendo atender prontamente a todas as reclamações procedentes.

8.2.32. Na presente contratação, a contratada será a única responsável direta pela execução do objeto, fazendo-o por meio de seus próprios empregados, sob os quais exerce a prerrogativa de dirigir, mas também se submete ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes.

8.2.33. Não se formará qualquer relação jurídica entre os empregados da contratada e a tomadora dos serviços.

8.2.34. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à contratante ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços.

8.2.35. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante na execução dos serviços contratados.

8.2.36. Assegurar que todos os serviços sejam executados sob condições que atendam às determinações constantes nas Normas de Segurança e Proteção do Ministério do Trabalho.

8.2.37. Reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados.

8.2.38. Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo e cuidado no uso, por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da contratante, devendo a contratada ressarcir os prejuízos causados.

8.2.39. À contratada serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação das penalidades cabíveis, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato.

8.2.40. Preservar a contratante, mantendo-a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação.

8.2.41. A contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da contratante.

8.2.42. Possuir e apresentar, quando solicitado, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

8.2.43. Manter arquivo de exames admissionais, periódicos, demissionais, mudanças de função e retorno ao trabalho de seus funcionários.

8.2.44. Estabelecer Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme preconiza a NR 9, que compõe a Portaria 3.214 de 08/06/78 e suas alterações.

8.2.45. Aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.2.46. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos.

8.3. Caso os itens não atendam às especificações constantes deste edital, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)**

9.1. Disponibilizar área para retirada - expurgo, entrega e armazenamento do enxoval – roupa, de acordo com a legislação aplicável vigente.

9.2. Observar os prazos de execução dos serviços previamente estabelecidos.

9.3. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.4. Inspecionar os materiais de consumo, os produtos químicos empregados no processamento das roupas, a qualidade do processamento e integridade do enxoval da unidade.

9.5. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

9.6. Efetuar o pagamento devido à contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo fiscal do contrato de acordo com a norma de contratação.

9.7. Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da contratada, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da contratada e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato.

9.8. Prestar aos empregados da contratada informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

9.9. Assegurar o livre acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar suas tarefas.

9.10. A contratante designará um ou mais servidores efetivos que atuarão como fiscais do contrato.

9.11. **FISCALIZAÇÃO:** os serviços executados pela contratada serão fiscalizados por servidor efetivo designado como fiscal, ao qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos rigorosamente os dispositivos do contrato.

9.12. A fiscalização atuará desde o início da execução do contrato no interesse exclusivo da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por qualquer irregularidade.

9.13. Os serviços serão fiscalizados, a fim de:

a) Verificar se estão sendo cumpridos os termos do contrato e demais requisitos;

b) Certificar a execução do serviço para pagamentos das faturas;

c) Certificar que estão sendo executados todos os atos necessários para a fiel execução dos serviços.

9.14. O fiscal do contrato se reserva ao direito de rejeitar qualquer profissional da contratada que não esteja correspondendo ao desempenho das tarefas definidas nas atribuições de sua categoria, e principalmente, quando se verifique continuidade de erro que coloque em risco a segurança operacional, se não a do próprio operador (Lei de Segurança e Medicina do Trabalho), comunicando o fato à contratada para as devidas providências.

9.15. O fiscal exercerá a fiscalização permanente sobre a qualidade dos serviços prestados, atentando principalmente para as normas e procedimentos de segurança dos profissionais envolvidos nesta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da contratada de gerenciar, através de seu preposto, a execução dos serviços prestados.

9.16. A contratada, independentemente da atuação do fiscal do contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no termo de referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega dos itens da ata.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

12.4. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pela Sra. DANIELA CRISTINA BOGO BÖGER, servidora pública municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba – SC,	07	de	julho	de	2017
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
ARMINDO SESAR TASSI					
CONTRATANTE					
CLINILAVES LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI					
LUIZ ROGÉRIO SCHMITT					
CONTRATADA					

### CÂMARA MUNICIPAL

#### RESOLUÇÃO Nº 110/2017 - FIXA O VALOR DO AUXILIO ALIMENTAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 110/2017

08/08/2017

Fixa o valor do Auxílio Alimentação aos Funcionários do Poder Legislativo de Massaranduba (SC).

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina e usando de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e se promulga a seguinte resolução:

Art. 1º. Fica fixado a partir de 01 de julho de 2017 o auxílio alimentação aos Servidores Públicos do Poder Legislativo, de caráter indenizatório no valor de R\$ 19,00 (dezenove reais) por dia efetivamente trabalhado, proporcional a jornada de trabalho, conforme disciplinado pela Lei Municipal nº 1817/2017 de 26 de junho de 2017.

Art. 2º. As despesas provenientes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA(SC) EM 08 DE AGOSTO DE 2017

Vanderlei Sasse

Presidente

Publicado no expediente da data supra

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo



# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 062 -2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N.º 062/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 24/08/2017, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 062/2017, tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE PEÇAS NOVAS PARA MANUTENÇÃO DOS CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 09 de agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

# Modelo

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO P.L. N° 1231-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 049-2017 CIMENTO AREIA E BRITA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº: 1231/2017

Modalidade: Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 049/2017

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE AREIA, CIMENTO E BRITA, PARA SEREM UTILIZADOS EM RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS, PONTES, BOCAS DE LOBO, CONSTRUÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, MURROS, E OUTROS SERVIÇOS QUE SEJAM NECESSÁRIOS O USO DESSES MATERIAIS PELO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 22 de agosto de 2017

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 22 de agosto de 2017.

O edital e seus anexos estão disponíveis no site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br).

Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo, na Rua do Comércio, 1.304, Centro, Modelo/SC, ou através do e-mail [licitacao@modelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@modelo.sc.gov.br).

Modelo/SC 08 de agosto de 2017.

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Pregoeiro

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 011/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 011/2017

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Complementar nº 18 de 28 de novembro de 2006, e da Lei Orgânica do Município e suas atualizações, faz saber que fará processo seletivo simplificado para admissão em caráter temporário, com objetivo de suprir licença maternidade de servidora efetiva, para atender necessidades de interesse público do Município de Mondaí, para a função abaixo delineada.

#### CAPÍTULO I

##### 1- DO CARGO/FUNÇÃO E DA QUANTIDADE DE VAGAS

1.1 O Processo Seletivo destina-se para a vaga de nível e vencimento inicial disposto no Quadro Geral do Poder Executivo Municipal atualmente existente.

1.2 O prazo do contrato será para o período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado caso haja necessidade.

1.3 A vaga destina-se ao preenchimento do cargo/função abaixo delineada, em caráter temporário – ACT, e deverá ser preenchida por candidato que disponha da escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo/função descrita.

1.4 A vaga disponibilizada é a constante do quadro abaixo, para cadastro de reserva.

1.5 - A vaga abaixo será para cargo público, regido pelo Regime Jurídico Estatutário e vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Cargo/Função	Vencimento inicial	Nº de Vagas	Carga Horária	Escolaridade
Psicólogo	4.256,10	01	40 hs/sem.	- Portador de Diploma de Curso Superior em Psicologia - Registro Profissional no Conselho de Classe.

#### CAPÍTULO II

##### 2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1- As inscrições estarão abertas no período de 08 de agosto de 2017 a 18 de agosto de 2017, das 8h às 11h e das 13h30min às 17h, nas dependências de Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mondaí – SC.

A íntegra do presente edital está disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Mondaí e no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br).

Mondaí – SC, 07 de agosto de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

### EXTRATO PREGÃO N° 050/2017 - PMM

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 074/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 050/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial n°. 050/2017. TIPO: Maior percentual de desconto por lote sobre tabela CILIA ou tabela de preços fixos da montadora. OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios, para atender as máquinas pesadas da frota oficial do Município de Mondaí/SC, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletroeletrônico e hidráulico, retífica e instalação de acessórios conforme especificações contidas neste edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 21 de Agosto de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 21 de Agosto de 2017. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI-SC, 01 de Agosto de 2017.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0405/2017****ATOS DO PODER EXECUTIVO**

PORTARIA Nº. 0405 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.  
CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso IX do artigo 37, da Constituição Federal; mais o que consta nos incisos IV e XI do artigo 56 da LOMM; Lei Complementar 018/2006; Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.196 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

CONTRATAR, EDIDJANE ANDRÉIA KIRSCHNER KRENZEL, brasileira, residente e domiciliada no Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, portadora da Cédula de Identidade nº 3.492.801, inscrita no CPF sob nº 033.441.089-48, matrícula 3650, aprovada no Processo Seletivo nº 04/2016, para exercer a função de PROFESSOR DE MATEMÁTICA - 40 HORAS (Não Habilitado), no período de 01.08.2017 a 30.08.2017, e 20 HORAS no período de 31.08.2017 a 29.10.2017, em virtude do gozo de licença prêmio dos servidores Marisa Janete Giehl Flach e Ademir Rower. Enquadrada no Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento da função no quadro de pessoal do Magistério do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 01 de agosto de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal da Educação e

Cultura

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### **ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2017**

Município de Morro da Fumaça. Errata do Pregão Presencial Nº 078/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS E SERVIÇOS DE TRATOR ESTEIRA. Acrescenta-se o tópico 8.1.5 e seus subtópicos. Data: 24/08/2017 às 09:00 Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

**CONTRATOS JUL/2017 FMAS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA</b>	Folha: 1/1
CNPJ: 01.456.013/0001-32 RUA 20 DE MAIO, 100 C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC	<b><u>Mês/Ano da Assinatura:</u></b> <b>Julho/2017.</b>

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** ALEXANDRE DE FARIAS 95114440934  
**CNPJ:** 19.738.247/0001-38  
**Modalidade:**  
**Número da Licitação:** Número do Processo: Outra Entidade: Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 12/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** O presente instrumento tem como OBJETO, a prestação, pela CONTRATADA, de serviços técnicos especializados em Muaythai no município de Morro da Fumaça/SC.

**Data da Assinatura:** 25/07/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/08/2017  
**Vigência:** 25/07/2017 a 31/12/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 3.200,00  
**Forma de Pagamento:** À Vista



**CONTRATOS JUL/2017 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/3

CNPJ: 10.598.648/0001-65  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2017.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** DILAB MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E LAB. LT  
**CNPJ:** 07.726.148/0001-57  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 19/2016 **Número do Processo:** 19/2016 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-5/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS-ODONTOLOGICOS E LABORATORIAIS.

**Data da Assinatura:** 03/07/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/08/2017  
**Vigência:** 03/07/2017 a 31/12/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 537,30 **Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** JEBSEN YANAGIHARA COELHO GALVÃO  
**C.P.F.:** 046.447.479-55  
**Modalidade:** Outras Modalidades  
**Número da Licitação:** 12/2017 **Número do Processo:** 12/2017 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 13/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CREDENCIAMENTO MÉDICO

**Data da Assinatura:** 14/07/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/08/2017  
**Vigência:** 14/07/2017 a 31/12/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 135,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/3

CNPJ: 10.598.648/0001-65  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LUCIANITA PAGNAN CECHINEL**C.P.F.:** 342.590.909-68**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 14/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel na Rua Eugenio Pagnan, No. 500, s/n, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC para funcionamento do CAPS.**Data da Assinatura:** 20/07/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/08/2017**Vigência:** 20/07/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.990,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CENTRO DE TRATAMENTO DE ADIQUICOES - CTRAD**CNPJ:** 13.699.575/0001-96**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 14/2017**Número do Processo:** 14/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 15/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** Credenciamento de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência química de álcool e outras drogas, em regime de internação**Data da Assinatura:** 24/07/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/08/2017**Vigência:** 24/07/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/3

CNPJ: 10.598.648/0001-65

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Julho/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ASSOCIACAO DE FAMILIAS P/ASSISTENCIA AO INDIVIDUO**CNPJ:** 04.729.206/0001-08**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 14/2017**Número do Processo:** 14/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 16/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** Credenciamento de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência química de álcool e outras drogas, em regime de internação**Data da Assinatura:** 24/07/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/08/2017**Vigência:** 24/07/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**CONTRATOS JUL/2017 PMMF**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/3

CNPJ: 83.000.323/0001-02  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2017.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** Samuel Morgenroth Woyciekowski

**CNPJ:** 17.744.526/0001-89

**Modalidade:** Outras Modalidades

**Número da Licitação:** 39/2017

**Número do Processo:** 39/2017

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 31/2017

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS conforme anexo.

**Data da Assinatura:** 07/07/2017

**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/08/2017

**Vigência:** 07/07/2017 a 31/12/2017

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 300,00

**Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** FABIO MARTINS GARCIA - ME

**CNPJ:** 06.250.629/0001-76

**Modalidade:** Outras Modalidades

**Número da Licitação:** 39/2017

**Número do Processo:** 39/2017

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 32/2017

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS conforme anexo.

**Data da Assinatura:** 13/07/2017

**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/08/2017

**Vigência:** 13/07/2017 a 31/12/2017

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 300,00

**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/3

CNPJ: 83.000.323/0001-02  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2017.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** Consórcio de Informática na Gestão Pública Municip  
**CNPJ:** 09.427.503/0001-12  
**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
**Número da Licitação:** 1/2017 **Número do Processo:** 1/2017 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-1/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. CIGA

**Data da Assinatura:** 20/07/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/08/2017  
**Vigência:** 20/07/2017 a 31/12/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 1.560,00 **Forma de Pagamento:**

**Contratado:** PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS GERAIS.  
**CNPJ:** 61.198.164/0001-60  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 65/2015 **Número do Processo:** 65/2015 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-68/2016  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA REGISTRO DO DETER conforme anexo.

**Data da Assinatura:** 21/07/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/08/2017  
**Vigência:**  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 2.480,30 **Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/3

CNPJ: 83.000.323/0001-02  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2017.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** GENTE SEGURADORA S/A  
**CNPJ:** 90.180.605/0001-02  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 65/2015 **Número do Processo:** 65/2015 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-67/2016  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA REGISTRO DO DETER conforme anexo.

**Data da Assinatura:** 21/07/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/08/2017  
**Vigência:** 21/07/2017 a 31/12/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 4.700,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** GREGORINI ASSOCIADOS EMP.JORNALIST. LTDA  
**CNPJ:** 02.923.547/0001-94  
**Modalidade:** Outras Modalidades  
**Número da Licitação:** 39/2017 **Número do Processo:** 39/2017 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 33/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS conforme anexo.

**Data da Assinatura:** 27/07/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/08/2017  
**Vigência:** 27/07/2017 a 31/12/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 53,05 **Forma de Pagamento:** À Vista



# Morro Grande

## PREFEITURA

### AVISO - PREGAO PRESENCIAL 7-2017 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, localizado à Rua Juvenal Feliciano de Bitencourte, nº 160, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 7/2017, cujo objetivo é a contratação de seguros para veículos, visando a manutenção da frota do Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação serão recebidos até às 09h00min do dia 22/08/2017, com abertura no mesmo dia às 09h30min, junto ao Setor de Licitações, localizado no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, sito a Rua Irmãos Biff, nº 50, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min ou no site [www.morrogrande.sc.gov.br](http://www.morrogrande.sc.gov.br). Maiores informações estarão disponíveis os telefones (0xx48) 3544-0015/3544-0016 ou pelo e-mail [licita@morrogrande.sc.gov.br](mailto:licita@morrogrande.sc.gov.br). Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

### EXTRATO - CONTRATO Nº 37/2017 - PMMG

Contrato nº:	37/2017
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratada:	EDUCA GENESIS LTDA - EPP
Valor:	R\$ 7.980,00
Data da Assinatura:	07/08/2017
Vigência Inicial:	07/08/2017
Vigência Final:	07/12/2017
Dotações:	(45) 0403.2007.33903979.
Modalidade:	Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 de 21 de junho 1993
Objeto Resumido:	Contratação de empresa para disponibilização de software de apoio escolar on line para alunos da Escola de Ensino Fundamental Dário Crepaldi, visando o atendimento ao projeto intitulado clube do aluno da secretaria de educação do município de Morro Grande.
Espécie:	Prestação de Serviços.

# Navegantes

## PREFEITURA

### CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o art. 2º da Lei Complementar n.º 106/2011, que a servidora efetiva CATIA REGINA DA COSTA, inscrita no C.P.F n.º 593.329.649-04, adquiriu direito a incorporação de 3/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2017.04.04437P, anexo (fichas financeiras), que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado no meses de 10, 11 e 12/2011, 01,02,03,04, 05, 06, 07, 08, 09/2012 (1ª incorporação), 10, 11,12/2012 e 01,02,03,04, 05, 06, 07, 08, 09, (2ª incorporação) 10, 11,12/2013 e 01,02,03,04, 05, 06, 07, 08, 09/2014 (3ª incorporação)

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação.

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 04 de agosto de 2017.

DONIZETE JOSE DA SILVA

Prefeito em exercício

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

### CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA. CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva CATIA REGINA DA COSTA, inscrito no C.P.F n.º 593.329.649-04 adquiriu direito à incorporação do adicional de Regência de Classe na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2017.04.04437P, que demonstra contribuições nos anos 2004 (07 meses), 2005 (09 meses), 2006 (11 meses), 2007 (07 meses), 2008 (11 meses), 2009 (12 meses) e 2017 (06 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação. Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 04 de agosto de 2017.

DONIZETE JOSE DA SILVA

Prefeito em exercício

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

### EDITAL DE 17ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 032/2017

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 032/2017

EDITAL DE 17ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA, CIÊNCIAS, GEOGRAFIA, INGLÊS, EDUCAÇÃO INFANTIL, MONITORA E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a décima sétima chamada do Processo Seletivo, para o provimento das funções de PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA, CIÊNCIAS, GEOGRAFIA, INGLÊS, EDUCAÇÃO INFANTIL, MONITORA E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Serão chamados para o provimento a partir de agosto de 2017 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo 001/2017, conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA	03	10 E 30	MAT/VESP
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS	01	20	MAT/VESP
PROFESSOR(A) DE GEOGRAFIA	02	20	MAT/VESP
PROFESSOR(A) DE INGLÊS	01	10	VESP
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	06	20	MAT/VESP
MONITORA	07	30	MAT/VESP
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01	40	INTEGRAL

#### 2 . Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

#### DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO:

- 1 foto 3x4 atualizada
- 2 cópias do RG – Carteira de Identidade – não pode ser habilitação
- 2 Cópias do CPF
- Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp)

- e. 2 Cópias do Comprovante de Residência – em nome do candidato, pai ou mãe, se do cônjuge, anexar a certidão de casamento (2 cópias) ou declaração de residência autenticada em cartório (2 cópias).
- f. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento ou escritura pública de união estável ou documento similar emitido por autoridade de registro civil e RG e CPF do(a) companheiro (a)
- g. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos)
- h. Cópia do Título de Eleitor
- i. Cópia do comprovante da última votação
- j. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município;
- k. 1 Cópia da Carteira Profissional frente e verso, constando: Número, Série, U.F. e Data de Expedição
- l. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP
- m. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional (se o cargo exigir)
- n. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir)
- o. DIPLOMA ou HISTÓRICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório,
- p. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- q. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
- r. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- s. Certidão de Nascimento dos dependentes
- t. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos
- u. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos
- v. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente
- w. Se possuir filhos menores de 18 anos: RG ou Certidão de Nascimento
- x. Se possuir filhos entre 18 e 21 anos: RG e CPF
- y. Se possuir filhos com algum tipo de deficiência incapacitante permanente: Laudo médico e documentação do dependente RG e CPF
- z. Se possui filhos dependentes em situação de guarda, tutela ou curatela: termo correspondente e documentação do dependente RG e CPF
- aa. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público
- bb. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:
- a) da Justiça Federal( [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)) certidão cível, criminal, eleitoral e eleitoral 1º grau
- b) da Justiça Estadual( no Fórum de sua Cidade ou pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br))
- c) da Justiça Eleitoral([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)) certidão de quitação e de crimes eleitorais.
- cc. Cargos comissionados devem preencher declaração de nepotismo;

OBS: Os itens P, Q, R foram anexados os Formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

OBS: Os itens P, Q, R foram anexados os Formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo ou Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

1.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

## 2. Dos candidatos a serem chamados

### 2.1. Cargo: PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 001/2017 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
1.	Marine Rogeria Dos Passos Reiser
2.	Mayke Kramer
3.	Maritana Andressa Gallo

2.1.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 001/2017 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
1.	Fernanda Michaeli de Souza dos Santos

### 2.2. Cargo: PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS – (20 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Vanessa Angelica Costa Souza

2.2.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente

chamados no próximo edital.

Cargo: PROFESSOR(A) DE CIENCIAS – (20 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Woston Silva
2.	Ana Carolina Albino
3.	Luigi aparecido schiavon
4.	Angelina Vanderleia Bitencourt
5.	Ivan Donizeti Martins - NH
6.	Alessandra Daniela Kostantiuk - NH
7.	Beatriz Alves – NH
8.	Juliano Urbano Silva - NH
9.	Pamela Zottis De Bacco - NH
10.	Nathalia Diniz Frank Dos Santos - NH
11.	Maik Anacleto Lucrezia - NH
12.	Norivaldo Da Silva Oliveira - NH
13.	Brigite Hemmer - NH

2.3. Cargo: PROFESSOR(A) DE GEOGRAFIA - NH – (20 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Joao Batista De Oliveira Neto - NH
2.	Jefferson Correa - NH

2.3.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: PROFESSOR(A) GEOGRAFIA - (20 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Josiane Rosa - NH
2.	Claudia Fernanda Bueno - NH
3.	Paulo Ricardo Rosa Da Rosa ( final de fila)
4.	Ivana Farias Altvater Leal Prado Lopes (final de fila)

2.4. Cargo: PROFESSOR(A) DE INGLES - NH – (10 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Jonathan Vicente - NH

2.4.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: PROFESSOR(A) DE INGLES - NH – (10 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Ana Paula Garcia - NH
2.	Andre Castro Gandra - NH
3.	Gabriel Ferreira - NH
4.	Jean Ricardo Fernandes - NH
5.	Osvaldo Correa De Mello Junior - NH
6.	Maria Clara Ferreira Borba - NH
7.	Fernanda Cavalcanti Machado - NH
8.	Ana Paula Bork - NH

2.5. Cargo: PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL – (20 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Amanda Oliveira Silva Dos Santos
2.	Jeferson Adriano Odeli
3.	Nelir Moser
4.	Elaine Cristina De Jesus
5.	Alini Fernandes Da Silva Massacoti
6.	Ruthe Silva Dos Anjos

2.5.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os

seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL – (20 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Denise Regina Costa Da Silva
2.	Janete Oliveira Da Silva
3.	Isidoro Lunardelli
4.	Marcia Da Silva
5.	Bianca Rodrigues Dos Santos
6.	Josilene Lourenco
7.	Elidiane Tamagno
8.	Anielle Alcanti Marques Pereira
9.	Fernanda Da Rosa Laguna
10.	Eliziane Cristina De Oliveira
11.	Andrieli Grittens
12.	Leonilda De Souza

2.6. Cargo: MONITOR – (30 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Francisca Nazare Costa Silva
2.	Jessica Adriana Ferreira
3.	Rosenilda Da Luz Silva
4.	Jaqueline Pereira De Lima Da Silva
5.	Fabiana De Carvalho Silva
6.	Jessica Caroline Dos Santos
7.	Amabilie Cristina Fernandes

2.6.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: MONITOR – (30 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Maria Ivani Reis
2.	Gilmara Eich
3.	Lucimar Silveira Brito
4.	Lucia Doralice da Costa Dos Reis
5.	Gleice Kelly De Souza Bezerra Berlanda
6.	Kelly De Jesus Silva De Lima
7.	Viviane Santos De Souza Ferreira
8.	Maria Aparecida Nunes Miguel
9.	Naiara Luciana Serafim
10.	Suelen Domeciano
11.	Andriele Waltrick Dias
12.	Fabiola Benites Ferreira Vargas
13.	Maria Cristina Dos Santos Betti
14.	Gracy Kelly Furtado Varela

2.7. Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – (40 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Cleia Freitas

2.7.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – (40 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Rita Maristela Dos Santos
2.	Viviane Dos Santos
3.	Janete Dos Santos Bezerra
4.	Lidiane Da Silva

5.	Gilmar Figleski
6.	Valdirene Batista Barbosa
7.	Maria Fernanda Ramos Dos Santos
8.	Angelica Da Silva

## 3. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA	10/08	14:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS	10/08	14:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR(A) DE GEOGRAFIA	10/08	14:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR(A) DE INGLÊS	10/08	14:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	10/08	14:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
MONITORA	10/08	14:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	10/08	14:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

## 4. Da entrega de documentos e escolha de vagas:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA	10/08	08:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS	10/08	08:45	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR(A) DE GEOGRAFIA	10/08	09:10	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR(A) DE INGLÊS	10/08	09:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	10/08	09:45	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
MONITORA	10/08	10:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	10/08	08:15	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

## 5. Das Disposições Finais

A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 08 de agosto de 2017.

Donizete José da Silva

Prefeito Municipal em exercício

Regina Célia Correa  
Secretária de Educação

Karlile Gugnier  
Secretária da Administração e Logística Interino

## ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME \_\_\_\_\_ TELEFONE \_\_\_\_-\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_ DATA DE NASCIMENTO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_  
END \_\_\_\_\_  
BAIRRO \_\_\_\_\_ CIDADE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_  
CARGO \_\_\_\_\_ SECRETARIA \_\_\_\_\_  
EFETIVO ( ) ACT ( ) COMISSIONADO ( )

## QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL MASCULINO

01 – Fumante ?

( ) Sim ( ) Não ( ) Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

( ) Sim ( ) Não



03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

( ) Sim ( ) Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

( ) Sim ( ) Não

06 – Tem filhos ?Quantos?

( )

07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

( ) Sim ( ) Não

08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

10 – Algum problema de visão ?

( ) Sim ( ) Não

11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

( ) Sim ( ) Não

12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?

( ) Sim ( ) Não

13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

( ) Sim ( ) Não

14 – Sente dor no peito , como : palpitação?

( ) Sim ( ) Não

15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimenta sente alguma dor? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

( ) Sim ( ) Não

19 – Como esta sua alimentação ?

Adequada ( ) Não adequada ( )

20 – Como esta seu sono ?

De boa qualidade ( ) Sem qualidade ( )

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME \_\_\_\_\_ TELEFONE \_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_ DATA DE NASCIMENTO \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

END \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

BAIRRO \_\_\_\_\_ CIDADE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

CARGO \_\_\_\_\_ SECRETARIA \_\_\_\_\_

EFETIVO ( ) ACT ( ) COMISSIONADO ( )

#### QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL FEMININO

01 – Fumante ?

( ) Sim ( ) Não ( ) Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

( ) Sim ( ) Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

( ) Sim ( ) Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

- ( ) Sim ( ) Não  
06 – Já esteve grávida ?  
( ) Sim ( ) Não  
07 – Quantos filhos?  
( )  
08 – Parto Normal ou Cesária ?  
Normal ( ) Cesária ( ) Normal e Cesária ( )  
09 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?  
( ) Sim ( ) Não  
10 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?  
( ) Sim ( ) Não  
11- Tem menstruação regular ?  
( ) Sim ( ) Não  
12 – Toma algum anticoncepcional ? qual (is)?  
( ) Sim ( ) Não  
13 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?  
( ) Sim ( ) Não  
14 – Algum problema de visão ?  
( ) Sim ( ) Não  
15 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?  
( ) Sim ( ) Não  
16 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?  
( ) Sim ( ) Não  
17 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?  
( ) Sim ( ) Não  
18 – Sente dor no peito , como : palpitação?  
( ) Sim ( ) Não  
19 – Sente algum tipo de dor no estômago como : azia ,queimação ou quando se alimenta sente alguma dor? Se sim qual?  
( ) Sim ( ) Não  
20 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?  
( ) Sim ( ) Não  
21 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?  
( ) Sim ( ) Não  
22 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?  
( ) Sim ( ) Não  
23 – Como esta sua alimentação ?  
Adequada ( ) Não adequada ( )  
24 – Como esta seu sono ?  
De boa qualidade ( ) Sem qualidade ( )

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ADMITIDO (A):

Nome:
Cargo:
Secretaria:

Já trabalhou com carteira assinada?

( ) SIM ( ) NÃO

Se nunca teve carteira assinada, e seja o seu primeiro emprego, informar se tem:

( ) PIS ou ( ) PASEP ( ) NÃO TEM

Tem dependente para Imposto de Renda?

( ) SIM ( ) NÃO

Se sim, quais os respectivos nomes dos dependentes?

Número do telefone do funcionário:

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração

Navegantes, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

Assinatura do declarante

\s

#### DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_, declaro, junto à Prefeitura Municipal de Navegantes, não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no art. 137, da Lei nº. 8.112/90, das quais tenho pleno conhecimento. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

Assinatura do declarante

#### NOTIFICA POR CONCURSO PÚBLICO BRUNA TAUFENDACH

Navegantes, 31 de JULHO de 2017.

Ilmo(a). Senhor (a)

BRUNA TAUFENBACH

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no período de 24 (vinte e quatro) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL de nº 001/2014, para o cargo de NUTRICIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no dia determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Municipal.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

DEPARTAMENTO DE GESTÃO EM RH

#### PORTARIA 2246/2017 NOMEIA POR CONCURSO PATRICIA ROSEMARLI GEORG E PORTARIA 2254/2017 EXONERA A PEDIDO ANA CRISTINA GALZ MOREIRA

PORTARIA N º 2246 DE 04 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 1/2015 a Sra. PATRICIA ROSEMARLI GEORG, para exercer o cargo efetivo de SECRETÁRIO ESCOLAR, 40 h semanais, a partir de 02/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2254 DE 04 DE AGOSTO DE 2017

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) ANA CRISTINA GALZ MOREIRA, do cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 19/07/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.  
DONIZETE JOSÉ DA SILVA  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2412/2017 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**  
PORTARIA N º 2412 DE 8 DE AGOSTO DE 2017

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo instaurado pela Portaria n º 1547 de 15 de maio de 2017 para apurar possível abandono de cargo pela servidora I.C.B.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE AGOSTO DE 2017.  
Donizete José da Silva  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 8 de agosto de 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 2217,2218,2219,2220,2221,2222,2223,2224,2225/2017 DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO**

PORTARIA N º 2217 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER DOMINGOS SOUZA FILHO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MOTORISTA, posicionando para a classe/referência " F ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2218 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
RESOLVE:

I PROMOVER JAIRO MANOEL DE SOUZA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência " E ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2219 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
RESOLVE:

I PROMOVER MARIA STELA ANGIOLETTI no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência " E ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2220 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
RESOLVE:

I PROMOVER SANDRA ROSELI DOS SANTOS no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência " G ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2221 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
RESOLVE:

I PROMOVER SALETE ANTUNES MARQUES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência " A ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2222 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
RESOLVE:

I PROMOVER ANGELITA FERREIRA TRAMONTIN no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, posicionando para a classe/referência " A ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2223 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
RESOLVE:

I PROMOVER DENISE SCAVEM ALVES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, posicionando para a classe/referência " B ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2224 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio



de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER LANA CRISTINE BALELO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, posicionando para a classe/referência " B ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2225 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER REGIANE ELISETE DOS SANTOS COELHO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, posicionando para a classe/referência " B ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Trento

## PREFEITURA

**LEI Nº 2.651/2017**

Lei Nº 2.651, de 08 de Agosto de 2017

Denomina Centro de Eventos Cremilda Tridapalli.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Senhor Gian Francesco Voltolini, usando das atribuições que lhe confere o item XXV, do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado " Centro de Eventos Cremilda Tridapalli ", o Centro de Eventos que será construído no município de Nova Trento.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de Agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 063/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 063/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: COOPERAL-COOP.DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE N.H.

Valor ..... : 33.755,96 (trinta e três mil setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 08/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (23), 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (24), 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (25)

Objeto ..... : É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede de Ensino Municipal, com autorização da verba FNDE/PNAE, a partir do 2º semestre de 2017, descritos nos itens enumerados na Cláusula Segunda, parágrafo único, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Novo Horizonte/SC, em 8 de Agosto de 2017-VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 020/17 - PR Nº 009/17

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 08/08/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme

especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRATADO: VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.360,00 (Quatro mil trezentos e sessenta reais)

DATA: 08/08/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 040/17 - DL Nº 008/17

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2017 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 08/08/2017

CONTRATADO: COOPERAL- COOP. DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE N.H.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente CHAMADA PÚBLICA visa o credenciamento de proposta para futura aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do programa nacional de alimentação escolar, das escolas municipais do município de Novo Horizonte, para 2º Semestre de 2017, discriminados no ANEXO I deste edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.755,96 (trinta e três mil setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso ART.14 § 1 da Lei de Licitações.

DATA: 08/08/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito

# Orleans

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, mediante o qual fica CONVOCADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2017, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2017 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
FERNANDO WEISS GUERRA	Médico da Saúde da Família	40 h

Orleans, 08 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

### PROCESSO Nº 52/2017 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 52/2017 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER ÀS  
NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS DEPENDENCIAS.

Data e hora da entrega dos envelopes: 22/08/2017 às 14h00min.

Abertura: 22/08/2017 às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais Nº 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Mais informações no Setor de Licitações, sito a Rua XV de Novembro - 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0131 ou 3886-0109, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 08 de Agosto de 2017.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira  
Secretária de Saúde.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2017 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 1/7

Processo Nº.: 44/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2017**

No dia 8 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO - 800, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 035.783.269-84, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 21/2017, Processo Licitatório nº. 44/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
26	LAVAÇÃO DELLA GUSTINA LTDA	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LAVAÇÃO DELLA GUSTINA LTDA	11.375.895/0001-65	CINESIO DELLA GIUSTINA	728.380.869-87

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 26 - LAVAÇÃO DELLA GUSTINA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LAVAÇÃO COMPLETA DE 2 MOTO SHINERAY; PLACA MMB0868 E PLACA MMB0958.	SV	DG	40,000	15,0000	600,00
2	LAVAÇÃO MAIS HIGIENIZAÇÃO COMPLETA DE VEICULOS POR DENTRO E FORA DE CAPACIDADE DE ATE 5 PASSAGEIROS ;DOBLO PLACA MDZ 1216/PALIO WEKEND PLACA QHE 9045/PALIO PLACA MMJ 9816/SIENA PLACA MIO 7524/UNO PLACA MFU 3476/PLACA MIO 7524/UNO PLACA MIO 3426/PLACA MIO 7524/UNO PLACA MLG 2666/PLACA MIO 7524/UNO PLACA MLQ 7445/PICANTO PLACA MGM 6667.	SV	DG	360,000	45,0000	16.200,00
3	LAVAÇÃO MAIS HIGIENIZAÇÃO COMPLETA DE VEICULOS DE PASSAGEIROS POR DENTRO E POR FORA ;DUCATO PLACA MHA 9765/DUCATO PLACA QHA 8627/DUCATO PLACA MIA 1923/BOXER PLACA QIG 6206/FURGÃO PLACA QHQ 8704/FRONTIER PLACA QHE 7997/ISPRINTER PLACA MHC 8337/ VOLARE MICRO PLACA MCJ 7614.	SV	DG	320,000	60,0000	19.200,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 2/7  
Processo Nº.: 44/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 3/7  
Processo N°.: 44/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 21/2017

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 44/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 44/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 44/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 44/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 8 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

**Empresas Participantes:**

LAVAÇÃO DELLA GUSTINA LTDA

CNPJ: 11.375.895/0001-65 \_\_\_\_\_

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 454

DECRETO Nº 454, DE 3 DE JULHO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, caput, inciso VI, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 2.463, de 14 de dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 393.286,39 (trezentos e noventa e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta e nove centavos), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

04.02.28.845.0015.0003. Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor

3.3.90.00.00.0.1.070000.(036). Aplicações Diretas	R\$	60,00
3.3.90.00.00.0.3.000000.(241). Aplicações Diretas	R\$	5.300,00

05.02.12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.0.3.010000.(307). Aplicações Diretas	R\$	3.400,00
---	-----	----------

05.02.12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.0.1.010000.(069). Aplicações Diretas	R\$	6.800,00
3.3.90.00.00.0.3.010000.(297). Aplicações Diretas	R\$	1.500,00
3.3.90.00.00.0.3.373020.(278). Aplicações Diretas	R\$	863,00

06.01.10.301.0007.1013. Aquisição de mobiliários e equipamentos

4.4.90.00.00.0.1.386060.(309). Aplicações Diretas	R\$	1.885,11
4.4.90.00.00.0.3.386060.(287). Aplicações Diretas	R\$	46.334,11

06.01.10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.3.90.00.00.0.3.381050.(237). Aplicações Diretas	R\$	3.400,00
---	-----	----------

06.01.10.301.0007.2024. Manutenção do Programa Saúde da Família

3.3.90.00.00.0.1.020000.(097). Aplicações Diretas	R\$	100,00
---	-----	--------

06.01.10.301.0007.2026. Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.3.90.00.00.0.1.020000.(111). Aplicações Diretas	R\$	300,00
---	-----	--------

06.01.10.301.0007.2027. Manutenção do Programa Farmácia Básica

3.3.90.00.00.0.1.671020.(303). Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
---	-----	------------

06.01.10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.3.90.00.00.0.1.020000.(119). Aplicações Diretas	R\$	110.000,00
3.3.90.00.00.0.1.671020.(304). Aplicações Diretas	R\$	50.000,00

07.01.26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.3.90.00.00.0.1.000000.(140). Aplicações Diretas	R\$	3.600,00
3.3.90.00.00.0.1.070000.(141). Aplicações Diretas	R\$	9.853,00
3.3.90.00.00.0.3.000000.(308). Aplicações Diretas	R\$	2.240,00
3.3.90.00.00.0.3.070000.(302). Aplicações Diretas	R\$	175,94

07.01.26.782.0008.2033. Manutenção da garagem e oficina municipal

3.3.90.00.00.0.3.000000.(275). Aplicações Diretas	R\$	200,00
---	-----	--------

08.01.06.181.0009.2034. Manutenção da sinalização de trânsito

3.3.90.00.00.0.1.120000.(156). Aplicações Diretas	R\$	2.700,00
3.3.90.00.00.0.3.009010.(301). Aplicações Diretas	R\$	3.775,23

08.01.06.181.0009.2036. Manutenção de convênio com a Polícia Militar

3.3.90.00.00.0.1.100000.(160). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

08.01.06.181.0009.2037. Manutenção de convênio com a Rádio Patrulha



3.3.90.00.00.0.3.009020.(253). Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
---	-----	----------

## 08.01.15.452.0010.2038. Manutenção dos serviços urbanos

3.3.90.00.00.0.1.000000.(164). Aplicações Diretas	R\$	6.800,00
3.3.90.00.00.0.3.000000.(298). Aplicações Diretas	R\$	9.300,00

## 08.02.16.482.0011.2042. Manutenção das atividades habitacionais

3.3.90.00.00.0.3.006010.(260). Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
---	-----	----------

## 09.01.20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.3.90.00.00.0.1.000000.(179). Aplicações Diretas	R\$	3.600,00
3.3.90.00.00.0.3.000000.(279). Aplicações Diretas	R\$	3.900,00

## 11.01.08.243.0014.2049. Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.0.1.000000.(197). Aplicações Diretas	R\$	1.900,00
---	-----	----------

## 11.01.08.244.0014.2053. Manutenção da Assistência Social

3.3.90.00.00.0.1.000000.(215). Aplicações Diretas	R\$	4.300,00
TOTAL	R\$	393.286,39

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 90.388,28 (noventa mil, trezentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

000000. Recursos Ordinários	R\$	20.940,00
006010. Recursos Ordinários: Habitação	R\$	5.000,00
009010. Recursos Ordinários: Renainfra	R\$	3.775,23
009020. Recursos Ordinários: Rádio Patrulha	R\$	5.000,00
010000. Receitas de Impostos: Educação	R\$	4.900,00
070000. Contribuição: CIDE	R\$	175,94
373020. Transferências FNDE: Programa Brasil Carinhoso	R\$	863,00
381050. Transferências SUS/União: ATB/PMAQ	R\$	3.400,00
386060. Transferências SUS/União: INV/Equipamentos III	R\$	46.334,11
TOTAL	R\$	90.388,28

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 275.498,11 (duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e onze centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

020000. Receitas de Impostos: Saúde	R\$	110.000,00
070000. Contribuição: CIDE	R\$	9.913,00
100000. Convênio de Trânsito: Militar	R\$	1.000,00
120000. Convênio de Trânsito: Prefeitura	R\$	2.700,00
386060. Transferências SUS/União: INV/Equipamentos III	R\$	1.885,11
671020. Transferências SUS/Estado: ATB/Estadual	R\$	150.000,00
TOTAL	R\$	275.498,11

III - a anulação parcial de dotação, no montante de R\$ 27.400,00 (vinte e sete mil e quatrocentos reais), nas seguintes programações orçamentárias:

## 05.02.12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.010000.(067). Aplicações Diretas	R\$	6.800,00
---	-----	----------

## 06.01.10.301.0007.2024. Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.0.1.020000.(095). Aplicações Diretas	R\$	100,00
---	-----	--------

## 06.01.10.301.0007.2026. Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.1.90.00.00.0.1.020000.(110). Aplicações Diretas	R\$	300,00
---	-----	--------

## 07.01.26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.1.90.00.00.0.1.000000.(139). Aplicações Diretas	R\$	3.600,00
---	-----	----------

## 08.01.15.452.0010.2038. Manutenção dos serviços urbanos

3.1.90.00.00.0.1.000000.(163). Aplicações Diretas	R\$	5.800,00
4.4.90.00.00.0.1.000000.(165). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00

## 09.01.20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.1.90.00.00.0.1.000000.(178). Aplicações Diretas	R\$	3.600,00
11.01.08.243.0014.2049. Manutenção do Conselho Tutelar		
4.4.90.00.00.0.1.000000.(198). Aplicações Diretas	R\$	1.900,00
11.01.08.244.0014.2053. Manutenção da Assistência Social		
3.1.90.00.00.0.1.000000.(214). Aplicações Diretas	R\$	4.300,00
TOTAL	R\$	27.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 3 de julho de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 460

DECRETO Nº 460, DE 1º DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, caput, inciso VI, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 2.407, de 2 de abril de 2015, e no Decreto nº 448, de 5 de junho de 2017,

Considerando a solicitação de desligamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo membros Neudo Innocenti e Simaiqui Teresinha dos Santos;

### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, em substituição a Neudo Innocenti e Simaiqui Teresinha dos Santos, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Ouro:

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

a) Thais Marcela de Lima - titular;

b) Tatiane Aparecida Biarzi - suplente;

Art. 2º A posse dos membros no conselho deverá ocorrer em 5 (cinco) dias, a contar da publicação deste Decreto, e o mandato encerrará na mesma data que os demais membros nomeados pelo Decreto nº 448, de 5 de junho de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 1º de agosto de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 3017/2017.**

PORTARIA Nº. 3017/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR ESTÁGIO REMUNERADO de, Tamara Cristina felisbi-no Clasen, estudante regularmente matriculada no Curso de Administração, da Faculdade Municipal de Palhoça -FMP, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, de 14/07/17 á 14/07/18, com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), no Procuradoria Geral do Município.

Palhoça, SC, em 24 de junho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3167/2017.**

PORTARIA Nº. 3167/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Rafaela Eleci Martins, estudante regularmente matriculado no Curso de Administração da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 13/07/17 e término em 13/07/18, com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), na Secretaria da Defesa de Cidadão.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3170/2017.**

PORTARIA Nº. 3170/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Márcia Regina Ramos,

estudante regularmente matriculado no Curso de Administração da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 13/07/17 e término em 13/07/18, com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), na Secretaria de Segurança Pública- CIRETRAN.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3172/2017.**

PORTARIA Nº. 3172/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, REANI SCHWEITZER, estudante regularmente matriculado no Curso de Direito da Faculdade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 13/07/17 e término em 13/07/18, com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), na Secretaria de Defesa do Cidadão – PROCON.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3288/2017.**

PORTARIA Nº. 3288/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Bruna Avila de Moraes, estudante regularmente matriculado no Curso de Nível Médio da Escola de Educação Básica Irmã Maria Teresa, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 01/08/17 e término em 31/12/17, com carga horária de 20 (vinte horas semanais), na Secretaria de Segurança Pública- CIRETRAN.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 3289/2017.**

PORTARIA Nº. 3289/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Ester Sousa Soares, estudante regularmente matriculado no Curso de Nível Médio da Escola de Educação Básica Irmã Maria Teresa, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 01/08/17 e término em 31/12/17, com carga horária de 20 (vinte horas semanais), na Secretaria de Defesa do Cidadão - PROCON.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 3290/2017.**

PORTARIA Nº. 3290/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Ingrid Silveira Carmes, estudante regularmente matriculado no Curso de Nível Médio da Escola de Educação Básica Irmã Maria Teresa, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 01/08/17 e término em 31/12/17, com carga horária de 20 (vinte horas semanais), na Secretaria de Segurança Pública - CIRETRAN.

Palhoça, SC, em 21 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PREGÃO PRESENCIAL 075/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº075/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 075/2017, no dia 22 de agosto de 2017, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O PREGÃO PRESENCIAL nº 075/2017 tem como objeto a aquisição de computadores portáteis (NOTEBOOKS) e materiais de informática para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Fundos e Autarquias, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 08 de agosto de 2017. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

#### **RESOLUÇÃO Nº 013/2017/CMI**

RESOLUÇÃO Nº 013/2017/CMI

Das denúncias do disque 100 recebidas no Conselho Municipal do Idoso-CMI  
Relacionadas aos idosos de Palhoça

O Conselho Municipal do Idoso de Palhoça, em sua Sessão Plenária ocorrida no dia 02 de agosto de 2017, no Centro do Idoso, bairro Caminho Novo-Palhoça e no uso das atribuições que lhe conferem a Lei de Criação do CMI-Palhoça nº 3.750 de 11 de dezembro de 2012 e o Regimento interno aprovado pelo decreto nº 1548 de 29 de agosto de 2013,

Considerando que no Art.13 da Seção II - Do funcionamento "As Comissões Permanentes Grupos Temáticos tem por finalidade subsidiar as tomadas de decisões do Conselho Municipal no cumprimento de suas competências";

Considerando que o objetivo da Comissão de Normas, Regulamentação e Inscrição é "elaboração de regulação e pareceres; realização de visitas de fiscalização e inspeção; aplicação de autos de infração; observância de adequação legal";

Considerando que as atribuições da Comissão de Normas, Regulamentação e Inscrição são:

- Analisar documentação de Instituições para inscrição no CMI;
- Analisar registros de atendimentos de denúncias/reclamações e dar os devidos encaminhamentos;
- Realizar fiscalização em Instituições, em atendimento à denúncia de violação dos direitos dos idosos;
- Realizar visitas de fiscalização e de avaliação para inscrição, nas Instituições de atendimento ao idoso;
- Elaborar relatórios e/ou emitir pareceres referentes a visitas às Instituições de atendimento ao idoso;
- Apresentar as suas ações para apreciação e votação na Plenária do mCMI.

#### **RESOLVE:**

Art.1º Aprovar o encaminhamento de ofício ao Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias-SE-PREDI-Palhoça com as denúncias do Disque 100 que não foram recebidas pelo serviço citado;

Art. 2º Aprovar o encaminhamento de relatório ao Conselho

Estadual do Idoso-CEI sobre o acompanhamento às denúncias do Disque 100;

Art. 3º Aprovar em relação a fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos(ILPIs), Grupos de Idosos e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos(SCFV) que serão realizadas visitas para fazer a apresentação da nova gestão do CMI, bem como, entrega de ofício e listagem de documentação para inscrição no CMI. Posteriormente serão realizadas as visitas técnicas de fiscalização e averiguação de denúncias.

Art.4º Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 07 de agosto de 2017.  
Maria Tais de Melo  
Presidente

## **TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 026, DE 27 DE JULHO DE 2017**

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 026, DE 27 DE JULHO DE 2017.

QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA E A SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO DE PALHOÇA.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida Pedro Pagani, 855 3º andar, bairro Pagani, Palhoça/SC, neste ato representada por sua secretária ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT e de outro lado a SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Pagani, Palhoça/SC, neste ato representada por seu secretário NILSON JOÃO ESPÍNDOLA, resolvem celebrar o presente Termo, amparada no que dispõe a Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016 e do Decreto Municipal nº 2.200, de 23 de junho de 2017, em conformidade com as normas legais vigentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Cooperação Mútua tem por objeto estabelecer a cooperação entre as Secretarias para o funcionamento das atividades e serviços do Centro de Bem Estar Animal.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

#### **2.1. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:**

a) Designar e/ou ceder servidores da área da saúde, conforme anexo I, para desenvolver suas atividades no Centro de Bem Estar Animal, bem como, custear a folha de pagamento, como os demais encargos e/ou produtividades.

b) Elaborar, realizar e acompanhar Processo Seletivo ou Concurso Público, para manutenção e preenchimento do quadro pessoal do Centro de Bem Estar Animal.

c) Custear o aluguel da sala atual para o desenvolvimento das atividades inerentes ao Centro de Bem Estar Animal, bem como, energia elétrica, água, telefone e internet;

d) Prover, anualmente, as rubricas orçamentárias e os recursos financeiros para custear os materiais cirúrgicos, equipamentos e insumos de limpeza e de enfermagem necessários para execução de todos os serviços do Centro de Bem Estar Animal.

e) Fornecer, mensalmente ou quando houver necessidade, materiais cirúrgicos, equipamentos e insumos de limpeza, expediente e enfermagem para a plena execução de todos os serviços do Centro

de Bem Estar Animal, conforme definidos no anexo II, deste instrumento.

#### **2.2. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO**

a) Responsabilizar-se pelos funcionários do Centro de Bem Estar Animal, zelando pelo cumprimento do horário, assinatura do ponto eletrônico e demais atribuições, conforme Portaria n. 003 de 29 de junho de 2017. O Ponto eletrônico mensal, dos servidores, deverá ser entregue diretamente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura;

b) Zelar pelo imóvel/sala do funcionamento do Centro de Bem Estar Animal.

c) Auxiliar a Secretaria de Saúde, junto ao Chefe do Poder Executivo e as demais Secretarias, na liberação de recursos orçamentários e financeiros para custear o Centro de Bem Estar Animal.

d) Solicitar o pedido de materiais/insumos de limpeza e enfermagem com antecedência mínima de 30(trinta) dias.

e) Auxiliar nas informações técnicas para quantitativo e descritivo de materiais à serem licitados.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO**

3.1. Não haverá transferência de Recursos Financeiros aos signatários do presente termo, apenas auxílio com pessoal e fornecimento de materiais e insumos para custeio do Centro de Bem Estar Animal, conforme cláusula 2.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

4.1 O presente instrumento deverá ser publicado em Diário Oficial dos Municípios, conforme legislação vigente.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1. O prazo de vigência deste instrumento é de 2 (dois) anos, a contar de sua assinatura, com a possibilidade de prorrogação por quantas vezes forem necessárias.

E, por estarem de acordo, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Palhoça, 04 de agosto de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária Municipal de Saúde

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA  
Secretário Municipal de Defesa do Cidadão

### **TESTEMUNHAS:**

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

### **ANEXO I**

Número máximo de servidores cedidos/designados pela Secretaria de saúde

Nº	Especialidade
04	Médicos Veterinários

02	Enfermeiros
02	Técnico de enfermagem
01	Assistente de serviços operacionais
02	Assistente Administrativo

## ANEXO II

Relação de materiais de enfermagem e insumos para período de 12 meses



# Palma Sola

## PREFEITURA

### DECRETO 064/2017

Decreto n. 064, de 02 de agosto de 2017.

Convoca classificados no Processo Seletivo nº 001/2017, realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Fica convocado os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 001/2017, para comparecer na Prefeitura Municipal, munido da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária de 40 horas semanais.

☐ Gisele Mantelli – Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de agosto de 2017.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento

### DECRETO 065/2017

Decreto n. 065, de 08 de agosto de 2017.

Convoca classificados no Concurso Público nº 001/2016, realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Fica convocado o abaixo relacionado classificado no Concurso Público 001/2016, para comparecer na Prefeitura Municipal, munido da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária de 40 horas semanais.

1- Giana Carla Scaratti – Psicólogo.

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de agosto de 2017.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento

### TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 065/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

ADMINISTRATIVO Nº 065/2017

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua Francisco Zanotto, n. 600, CNPJ 83.028.639/0001-02, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Cleomar José Mantelli, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São João, perímetro rural do município de Palma Sola – SC, CPF nº. 760.741.889-04, neste denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa Eduardo Cesar Khun - EPP Estabelecida na Av. Crestani, 536, centro, cidade de Palma Sola – SC, com CNPJ nº. 17.492.285/0001-25, neste ato representado por seu proprietário, Senhor Eduardo Cesar Kuhn, brasileiro, portador do CPF nº. 061.508.059-64, denominada de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, bem como no Processo de Licitação nº. 59/2016, modalidade Tomada de Preço nº. 04/2016, firmam o presente de acordo com o que se segue.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

A presente prorrogação é firmada com o objetivo de evitar problemas de solução de continuidade dos serviços que compõem o objeto, tendo fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

Este Contrato tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº. 065/2017, firmado em 15 de fevereiro de 2017, que trata da Ampliação do Ginásio de Esportes com execução de Arquibancadas e banheiros, com área de 147,75 m², localizado na Linha Brasil, zona rural do município de Palma Sola – SC, conforme (item nº. 01), memorial descritivo e demais anexos do edital de Licitação nº. 59/2016

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

A vigência do contrato fica prorrogada de 15/08/2017 para 30/12/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas públicas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes

04.06.1.013.4.4.90.51.99.00.00.00.00 (141/2016) - Aplicações Diretas- execução de ginásio de esportes - Outras Obras.

04.06.1.041.4.4.90.51.99.00.00.00.00 (146/2016) - Aplicações Diretas- Outras Obras de engenharia.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato nº. 065/2017 de 15 de fevereiro de 2017, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo. E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palma Sola, 02 de agosto de 2017.

.....  
Município de Palma Sola  
Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal  
Contratante

Eduardo Cesar Khun - EPP  
CNPJ: 17.492.285/0001-25  
Eduardo Cesar Kuhn  
CPF: 061.508.059-64  
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Fernanda S. Sganderla  
CPF: 034.191.239-57

NOME: Ana Caroline Pies  
CPF: 024.607.219-94

### **TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 066/2017**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
ADMINISTRATIVO Nº 066/2017

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua Francisco Zanotto, n. 600, CNPJ 83.028.639/0001-02, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Cleomar José Mantelli, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São João, perímetro rural do município de Palma Sola – SC, CPF nº. 760.741.889-04, neste denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa Eficcaz Construções Comercio e Serviços Ltda-ME, CNPJ nº. 23.301.767/0001-56, estabelecida na Rua João Pessoa, 685, sala térreo 2 frente, Bairro: São José, CEP: 89.870-000 -Pinhalzinho – AC, neste ato representado pelo sócio administrador Senhor Paulo Cezar Trichez, brasileiro, portador do CPF nº. 048.125.019-03, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente, nos termos do Processo Licitatório nº. 59/2016 – Tomada de Preços nº. 04/2016 e seus anexos e nas estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO**

A presente prorrogação é firmada com o objetivo de evitar problemas de solução de continuidade dos serviços que compõem o objeto, tendo fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:**

Este Contrato tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº. 066/2017, firmado em 15 de fevereiro de 2017, que trata da Execução de Pavilhão Esportivo, incluindo banheiros, churrasqueira, copa, cozinha e salão, no Estádio Municipal Adelino João Crestani da cidade de Palma Sola, SC, com a área de 154,00 m², conforme (item nº. 02), memorial descritivo e demais anexos do edital de Licitação nº. 59/2016.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:**

A vigência do contrato fica prorrogada de 15/08/2017 para 30/12/2017.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas públicas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes

04.06.1.013.4.4.90.51.99.00.00.00.00 (141/2016) - Aplicações Diretas- execução de ginásio de esportes - Outras Obras.

04.06.1.041.4.4.90.51.99.00.00.00.00 (146/2016) - Aplicações Diretas- Outras Obras de engenharia.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes

do Contrato nº. 066/2017 de 15 de fevereiro de 2017, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo. E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palma Sola, 02 de agosto de 2017.

.....  
Município de Palma Sola  
Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal  
Contratante

-----  
Eficcaz Construções Comercio e Serviços Ltda-ME  
CNPJ nº. 23.301.767/0001-56  
Paulo Cezar Trichez  
CPF:048.125.019-03  
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Fernanda S. Sganderla  
CPF: 034.191.239-57

NOME: Ana Caroline Pies  
CPF: 024.607.219-94

# Paraíso

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 27/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO

Página: 1/7  
Processo Nº: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2017

No dia 8 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2017, Processo Licitatório nº. 61/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, A SER UTILIZADO NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8592	FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3, 6, 8, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 26, 28, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 49, 50, 52, 56, 58, 59, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 84, 85, 89, 91, 93, 94, 97, 102, 104, 105, 108, 109, 112
6151	THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	1, 2, 4, 5, 7, 9, 11, 13, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 32, 33, 42, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62, 64, 65, 73, 76, 79, 81, 83, 86, 87, 88, 90, 92, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 106, 107, 110, 111, 113

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	22.686.907/0001-99	JULIANA ANSCHAU	031.688.909-10
THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	72.301.401/0001-92	ROBERTO CESAR THUNS	015.263.949-79

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, A SER UTILIZADO NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALICATE DE PRESSÃO 10"	UND	MAYLE	2,000	35,0000	70,00
2	ALAVANCA SEXT PONTA E PÁ	UND	WORKER	1,000	115,0000	115,00
4	ALICATE UNIVERSAL FORÇA DUPLA 8"	UND	WORKER	1,000	68,0000	68,00
5	ALICATE USO GERAL 8"	UND	KALA	4,000	16,0000	64,00
7	ARCO DE SERRA AJUSTAVEL	UND	WORKER	1,000	15,0000	15,00
9	BALDE PARA TINTA 10 LITROS	UND	KALA	2,000	15,0000	30,00
11	BLOCO DE ESPUMA 22X13	UND	PARABONI	20,000	3,0000	60,00
13	BOTA DE PVC PRETA CANO MÉDIO DIVERSOS TAMANHOS	UND	KALA	7,000	24,0000	168,00
17	BROCA CHATA PARA MADEIRA 5/16	UND	ATC	5,000	10,0000	50,00
19	BROCA CONCRETO 8 MM	UND	IRWIN	2,000	8,5000	17,00
22	CABO ENXADA 1,25 METROS	UND	WORKER	5,000	12,0000	60,00
23	CABO DE PICARETA	UND	TRAMONTIN	5,000	25,0000	125,00
24	CAIXA P/ MASSA 20 LITROS REFORÇADA	UND	WORKER	5,000	30,0000	150,00
25	CAIXA PARA FERRAMENTAS 19" PLÁSTICA	UND	WORKER	2,000	95,0000	190,00
27	CAPA DE CHUVA COM CAPUZ	UND	WORKER	5,000	17,5000	87,50
29	CARRETEL FIO DE NYLON COM DOIS FIOS DE CORTE	UND	CID	3,000	35,0000	105,00
30	CARRINHO DE MÃO 55 LITROS REFORÇADO	UND	ALZA	1,000	185,0000	185,00
32	CHAVE AJUSTAVEL 12"	UND	WORKER	1,000	50,0000	50,00
33	CHAVE DE CANO 12"	UND	WORKER	2,000	48,0000	96,00
42	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA 17X30	UND	KALA	3,000	8,0000	24,00
45	DISCO DIAMANTADO TURBO	UND	KALA	5,000	11,0000	55,00
46	ENXADA OLHO OVAL	UND	TRAMONTIN	3,000	13,5000	40,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 61/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
47	ENXADÃO OLHO TIPO MACHADO	UND	PANDOLFO	3,000	28,0000	84,00
48	ESCADA DE ABRIR FERRO 6 DEGRAUS	UND	MAESTRO	1,000	115,0000	115,00
51	ESPAÇADOR DE AZULEJO 5 MM	UND	WORKER	5,000	2,5000	12,50
53	EXTENSOR TELESCÓPIO PARA ROLO DE PINTURA 2 METROS	UND	ATLAS	2,000	26,0000	52,00
54	FACÃO PARA MATO 20"	UND	COLLINS	1,000	20,0000	20,00
55	FOICE SUL 10"	UND	COLLINS	4,000	21,0000	84,00
57	JOGO DE CHAVE BIELA 8 A 19 MM 12 PEÇAS	UND	WORKER	1,000	200,0000	200,00
60	JOGO DE SERRA COPO 15 PEÇAS	JG	WORKER	1,000	50,0000	50,00
61	JOGO FORMÃO 3 PEÇAS	UND	WORKER	2,000	45,0000	90,00
62	JOGO SOQUETE ESTRIADO ENCAIXE 1/2 18 PEÇAS	UND	SATA	1,000	220,0000	220,00
64	LIMA CHATA 8"	UND	COLLINS	10,000	12,0000	120,00
65	LIMA PARA MOTOSERRA	UND	NICHOLSON	10,000	7,0000	70,00
73	MARTELO USO GERAL 25 MM	UND	COLLINS	2,000	23,5000	47,00
76	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR/ PRETO	UND	WORKER	10,000	4,5000	45,00
79	PAR DE BOTINA DE COURO REFORÇADA	UND	WORKER	10,000	55,0000	550,00
81	PAR DE LUVA DE SEGURANÇA PEGASUS VERDE	UND	WORKER	10,000	11,5000	115,00
83	PÉ DE CABRA 60 CM	UND	PANDOLFO	2,000	28,0000	56,00
86	PISTOLA APLICADORA DE SILICONE	UND	KALA	5,000	14,5000	72,50
87	PROTETOR PLUG PARA PROTEÇÃO	UND	KALA	20,000	1,7000	34,00
88	PROTETOR TIPO CONCHA PARA OUVIDO	UND	WORKER	3,000	29,0000	87,00
90	REGADOR PLÁSTICO 10 LITROS	UND	METASUL	3,000	16,0000	48,00
92	RODA COMPLETA PNEU E CAMARA CARRINHO DE MÃO	UND	WORKER	1,000	47,0000	47,00
95	ROLO DE ESPUMA 5CM COM CABO	UND	ROMA	3,000	2,8000	8,40
96	ROLO DE LÃ CARNEIRO 15CM COM CABO	UND	ROMA	10,000	8,0000	80,00
98	ROLO DE LÃ CARNEIRO 5CM COM CABO	UND	ROMA	5,000	3,5000	17,50
99	ROLO DE LÃ EXTRA CARNEIRO 23CM SEM CABO	UND	ROMA	10,000	30,0000	300,00
100	SACHO CORAÇÃO 242X72MM	UND	TRAMONTINA	2,000	28,0000	56,00
101	SACHO CORAÇÃO 267X98MM	UND	TRAMONTINA	2,000	28,0000	56,00
103	SERRINHA PARA CORTAR FERRO P/ ARCO REGULAVEL	UND	NICHOLSON	20,000	3,2000	64,00
106	TORQUES ARMADOR 12"	UND	SÃO ROMÃO	2,000	25,0000	50,00
107	TRENA 20 METROS	UND	KALA	2,000	20,0000	40,00
110	TRINCHA CERDA BRANCA 3/4	UND	ATLAS	5,000	2,3000	11,50
111	VASSOURA PARA GRAMA REGULAVEL COM CABO, 18 ARAMES	UND	FAMASTIL	4,000	19,0000	76,00
113	MANGUEIRA DE NIVEL	MT	WORKER	50,000	0,8500	42,50

**Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ALICATE REBITADOR 10"	UND	kala	2,000	20,0000	40,00
6	ANCINHO LEVE 14 DENTES SEM CABO	UND	tramontina	2,000	11,0000	22,00
8	BALDE PARA PEDREIRO 12 LITROS REFORÇADO	UND	vonder	5,000	8,0000	40,00
10	BANDEJA PARA PINTURA 23 CM	UND	kala	10,000	4,0000	40,00
12	BOMBA DE AR COM DUPLICADOR DE PRESSÃO	UND	worker	1,000	40,0000	40,00
14	BROCA AÇO RÁPIDO 6 MM	UND	irwin	2,000	6,0000	12,00
15	BROCA AÇO RÁPIDO 8 MM	UND	irwin	2,000	10,0000	20,00
16	BROCA CHATA PARA MADEIRA 3/8	UND	atc	5,000	8,0000	40,00
18	BROCA CONCRETO 6 MM	UND	irwin	2,000	5,5000	11,00
20	BROCA PARA FIBROCIMENTO E MOURÃO 3/8	UND	vonder	3,000	25,0000	75,00
21	BROCA PARA FIBROCIMENTO E MOURÃO 5/16	UND	vonder	3,000	21,0000	63,00
26	CAIXA PARA MASSA SIMPLES	UND	worker	5,000	9,0000	45,00
28	CAPACETE PARA PROTEÇÃO	UND	worker	5,000	21,0000	105,00
31	CAVADEIRA ARTICULADA PEQUENA	UND	kala	1,000	20,0000	20,00
34	CHAVE DE RODA 17X19	UND	worker	1,000	33,0000	33,00
35	CHAVE PARA DOBRAR FERRO 1/2	UND	vonder	2,000	21,0000	42,00
36	COLHER DE PEDREIRO 10"	UND	tramontina	4,000	14,0000	56,00
37	CONE DE SINALIZAÇÃO REFLETIDO	UND	vonder	10,000	35,0000	350,00
38	CONJUNTO JARDIM 3 PEÇAS (COMPOSIÇÃO: 1 PAZINHA LARGA, 1 PAZINHA ESTREITA, 1 ANCINHO)	UND	vonder	5,000	19,0000	95,00
39	CORTA VERGALHÃO 18"	UND	worker	1,000	95,0000	95,00
41	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA 25X12	UND	kala	3,000	7,0000	21,00
43	DISCO DE CORTE P/ FERRO 4,3/8	UND	kala	10,000	2,5000	25,00
44	DISCO DIAMANTADO SEGMENTADO	UND	kala	5,000	9,0000	45,00
49	ESCADA EXTENSIVA 2 EM 1 ALUMINIO 10 DEGRAUS	UND	worker	1,000	490,0000	490,00
50	ESCOVA DE ACO	UN	worker	5,000	4,0000	20,00
52	ESQUADRO ALUMINIO 12"	UND	kala	1,000	19,9000	19,90
56	GARFO TIPO GAIOLA PARA ROLO 23 CM	UND	worker	10,000	5,5000	55,00
58	JOGO DE CHAVE COMBINADA 6 A 32 MM 17 PEÇAS	UND	worker	2,000	219,0000	438,00
59	JOGO DE CHAVE TORX LONGA 10 PEÇAS	UND	kala	2,000	25,0000	50,00
63	LAPIS CARPINTEIRO	UN	irwin	10,000	1,4000	14,00
66	LINHA PEDREIRO 100 M	UND	worker	10,000	5,0000	50,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/7  
 Processo Nº: 61/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
67	LIXADEIRA PLÁSTICA MANUAL	UND	max	2,000	12,5000	25,00
68	MANDRIL COM CHAVE 1/2	UND	bosch	1,000	28,0000	28,00
69	MANDRIL COM CHAVE 3/8	UND	bosch	1,000	22,0000	22,00
70	MARRETA 2 KG	UND	tenace	2,000	25,0000	50,00
71	MARRETA 5 KG	UND	tenace	1,000	68,0000	68,00
72	MARTELO DE BORRACHA 60 MM	UND	max metalurgi	2,000	9,5000	19,00
74	MASCARA RESPIRATÓRIA SIMPLES	UND	kala	10,000	1,5000	15,00
75	NIVEL DE ALUMINIO 24-3 BOLHAS	UND	worker	1,000	25,0000	25,00
77	PÁ AJUNTADEIRA DE BICO SEM CABO	UND	tramontina	2,000	16,0000	32,00
78	PÁ AJUNTADEIRA QUADRADA SEM CABO	UND	tramontina	2,000	16,0000	32,00
80	PAR DE LUVA ALGODÃO PIGMENTADA	UND	worker	5,000	3,0000	15,00
82	PAR DE LUVA SANRO AMARELA TAMANHOS DIVERSOS	UND	sanro	50,000	5,0000	250,00
84	PENEIRA PARA AREIA 50 MM	UND	worker	2,000	20,0000	40,00
85	PENEIRA PARA FUBÁ/ ARREIA FINA 50 MM	UND	worker	2,000	20,0000	40,00
89	PRUMO PARA PEDREIRO 410 GRAMAS	UND	ramada	2,000	10,0000	20,00
91	REGUA P/ PEDREIRO PRATICA 2 M	UND	worker	2,000	25,0000	50,00
93	ROLO DE ESPUMA 15CM COM CABO	UND	roma	5,000	4,5000	22,50
94	ROLO DE ESPUMA 23CM SEM CABO	UND	atlas	5,000	8,0000	40,00
97	ROLO DE LÃ CARNEIRO 23CM SEM CABO	UND	atlas	10,000	16,0000	160,00
102	SERRA CIRCULAR WIDEA 4.3/8	UND	kala	2,000	13,5000	27,00
104	SERROTE 22"	UND	ramada	1,000	25,0000	25,00
105	SERROTE PARA PODA	UND	vonder	2,000	24,0000	48,00
108	TRENA 5 METROS	UND	kala	3,000	11,0000	33,00
109	TRINCHA CERDA BRANCA 2"	UND	atlas	5,000	4,5000	22,50
112	VASSOURÃO DE GARI	UND	kala	3,000	12,5000	37,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/7  
Processo Nº: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**Página: 7/7  
Processo Nº.: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 8 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 22.686.907/0001-99 \_\_\_\_\_

THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

CNPJ: 72.301.401/0001-92 \_\_\_\_\_

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 61/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2017**

No dia 8 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 88906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2017, Processo Licitatório nº. 61/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, A SER UTILIZADO NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8592	FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3, 6, 8, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 26, 28, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 49, 50, 52, 56, 58, 59, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 84, 85, 89, 91, 93, 94, 97, 102, 104, 105, 108, 109, 112
6151	THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	1, 2, 4, 5, 7, 9, 11, 13, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 32, 33, 42, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62, 64, 65, 73, 76, 79, 81, 83, 86, 87, 88, 90, 92, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 106, 107, 110, 111, 113

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	22.686.907/0001-99	JULIANA ANSCHAU	031.688.909-10
THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	72.301.401/0001-92	ROBERTO CESAR THUNS	015.263.949-79

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, A SER UTILIZADO NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALICATE DE PRESSÃO 10"	UND	MAYLE	2,000	35,0000	70,00
2	ALAVANCA SEXT PONTA E PÁ	UND	WORKER	1,000	115,0000	115,00
4	ALICATE UNIVERSAL FORÇA DUPLA 8"	UND	WORKER	1,000	68,0000	68,00
5	ALICATE USO GERAL 8"	UND	KALA	4,000	16,0000	64,00
7	ARCO DE SERRA AJUSTAVEL	UND	WORKER	1,000	15,0000	15,00
9	BALDE PARA TINTA 10 LITROS	UND	KALA	2,000	15,0000	30,00
11	BLOCO DE ESPUMA 22X13	UND	PARABONI	20,000	3,0000	60,00
13	BOTA DE PVC PRETA CANO MÉDIO DIVERSOS TAMANHOS	UND	KALA	7,000	24,0000	168,00
17	BROCA CHATA PARA MADEIRA 5/16	UND	ATC	5,000	10,0000	50,00
19	BROCA CONCRETO 8 MM	UND	IRWIN	2,000	8,5000	17,00
22	CABO ENXADA 1,25 METROS	UND	WORKER	5,000	12,0000	60,00
23	CABO DE PICARETA	UND	TRAMONTINA	5,000	25,0000	125,00
24	CAIXA P/ MASSA 20 LITROS REFORÇADA	UND	WORKER	5,000	30,0000	150,00
25	CAIXA PARA FERRAMENTAS 19" PLÁSTICA	UND	WORKER	2,000	95,0000	190,00
27	CAPA DE CHUVA COM CAPUZ	UND	WORKER	5,000	17,5000	87,50
29	CARRETEL FIO DE NYLON COM DOIS FIOS DE CORTE	UND	CID	3,000	35,0000	105,00
30	CARRINHO DE MÃO 55 LITROS REFORÇADO	UND	ALZA	1,000	185,0000	185,00
32	CHAVE AJUSTAVEL 12"	UND	WORKER	1,000	50,0000	50,00
33	CHAVE DE CANO 12"	UND	WORKER	2,000	48,0000	96,00
42	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA 17X30	UND	KALA	3,000	8,0000	24,00
45	DISCO DIAMANTADO TURBO	UND	KALA	5,000	11,0000	55,00
46	ENXADA OLHO OVAL	UND	TRAMONTINA	3,000	13,5000	40,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 61/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
47	ENXADÃO OLHO TIPO MACHADO	UND	PANDOLFO	3,000	28,0000	84,00
48	ESCADADA DE ABRIR FERRO 6 DEGRAUS	UND	MAESTRO	1,000	115,0000	115,00
51	ESPAÇADOR DE AZULEJO 5 MM	UND	WORKER	5,000	2,5000	12,50
53	EXTENSOR TELESCÓPIO PARA ROLO DE PINTURA 2 METROS	UND	ATLAS	2,000	26,0000	52,00
54	FACÃO PARA MATO 20"	UND	COLLINS	1,000	20,0000	20,00
55	FOICE SUL 10"	UND	COLLINS	4,000	21,0000	84,00
57	JOGO DE CHAVE BIELA 8 A 19 MM 12 PEÇAS	UND	WORKER	1,000	200,0000	200,00
60	JOGO DE SERRA COPO 15 PEÇAS	JG	WORKER	1,000	50,0000	50,00
61	JOGO FORMÃO 3 PEÇAS	UND	WORKER	2,000	45,0000	90,00
62	JOGO SOQUETE ESTRIADO ENCAIXE 1/2 18 PEÇAS	UND	SATA	1,000	220,0000	220,00
64	LIMA CHATA 8"	UND	COLLINS	10,000	12,0000	120,00
65	LIMA PARA MOTOSERRA	UND	NICHOLSON	10,000	7,0000	70,00
73	MARTELO USO GERAL 25 MM	UND	COLLINS	2,000	23,5000	47,00
76	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR/ PRETO	UND	WORKER	10,000	4,5000	45,00
79	PAR DE BOTINA DE COURO REFORÇADA	UND	WORKER	10,000	55,0000	550,00
81	PAR DE LUVA DE SEGURANÇA PEGASUS VERDE	UND	WORKER	10,000	11,5000	115,00
83	PÉ DE CABRA 60 CM	UND	PANDOLFO	2,000	28,0000	56,00
86	PISTOLA APLICADORA DE SILICONE	UND	KALA	5,000	14,5000	72,50
87	PROTETOR PLUG PARA PROTEÇÃO	UND	KALA	20,000	1,7000	34,00
88	PROTETOR TIPO CONCHA PARA OUVIDO	UND	WORKER	3,000	29,0000	87,00
90	REGADOR PLÁSTICO 10 LITROS	UND	METASUL	3,000	16,0000	48,00
92	RODA COMPLETA PNEU E CAMARA CARRINHO DE MÃO	UND	WORKER	1,000	47,0000	47,00
95	ROLO DE ESPUMA 5CM COM CABO	UND	ROMA	3,000	2,8000	8,40
96	ROLO DE LÃ CARNEIRO 15CM COM CABO	UND	ROMA	10,000	8,0000	80,00
98	ROLO DE LÃ CARNEIRO 5CM COM CABO	UND	ROMA	5,000	3,5000	17,50
99	ROLO DE LÃ EXTRA CARNEIRO 23CM SEM CABO	UND	ROMA	10,000	30,0000	300,00
100	SACHO CORAÇÃO 242X72MM	UND	TRAMONTINA	2,000	28,0000	56,00
101	SACHO CORAÇÃO 267X98MM	UND	TRAMONTINA	2,000	28,0000	56,00
103	SERRINHA PARA CORTAR FERRO P/ ARCO REGULAVEL	UND	NICHOLSON	20,000	3,2000	64,00
106	TORQUES ARMADOR 12"	UND	SÃO ROMÃO	2,000	25,0000	50,00
107	TRENA 20 METROS	UND	KALA	2,000	20,0000	40,00
110	TRINCHA CERDA BRANCA 3/4	UND	ATLAS	5,000	2,3000	11,50
111	VASSOURA PARA GRAMA REGULAVEL COM CABO, 18 ARAMES	UND	FAMASTIL	4,000	19,0000	76,00
113	MANGUEIRA DE NIVEL	MT	WORKER	50,000	0,8500	42,50

**Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ALICATE REBITADOR 10"	UND	kala	2,000	20,0000	40,00
6	ANCINHO LEVE 14 DENTES SEM CABO	UND	tramontina	2,000	11,0000	22,00
8	BALDE PARA PEDREIRO 12 LITROS REFORÇADO	UND	vonder	5,000	8,0000	40,00
10	BANDEJA PARA PINTURA 23 CM	UND	kala	10,000	4,0000	40,00
12	BOMBA DE AR COM DUPLICADOR DE PRESSÃO	UND	worker	1,000	40,0000	40,00
14	BROCA AÇO RÁPIDO 6 MM	UND	irwin	2,000	6,0000	12,00
15	BROCA AÇO RÁPIDO 8 MM	UND	irwin	2,000	10,0000	20,00
16	BROCA CHATA PARA MADEIRA 3/8	UND	atc	5,000	8,0000	40,00
18	BROCA CONCRETO 6 MM	UND	irwin	2,000	5,5000	11,00
20	BROCA PARA FIBROCIMENTO E MOURÃO 3/8	UND	vonder	3,000	25,0000	75,00
21	BROCA PARA FIBROCIMENTO E MOURÃO 5/16	UND	vonder	3,000	21,0000	63,00
26	CAIXA PARA MASSA SIMPLES	UND	worker	5,000	9,0000	45,00
28	CAPACETE PARA PROTEÇÃO	UND	worker	5,000	21,0000	105,00
31	CAVADEIRA ARTICULADA PEQUENA	UND	kala	1,000	20,0000	20,00
34	CHAVE DE RODA 17X19	UND	worker	1,000	33,0000	33,00
35	CHAVE PARA DOBRAR FERRO 1/2	UND	vonder	2,000	21,0000	42,00
36	COLHER DE PEDREIRO 10"	UND	tramontina	4,000	14,0000	56,00
37	CONE DE SINALIZAÇÃO REFLETIDO	UND	vonder	10,000	35,0000	350,00
38	CONJUNTO JARDIM 3 PEÇAS (COMPOSIÇÃO: 1 PAZINHA LARGA, 1 PAZINHA ESTREITA, 1 ANCINHO)	UND	vonder	5,000	19,0000	95,00
39	CORTA VERGALHÃO 18"	UND	worker	1,000	95,0000	95,00
41	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA 25X12	UND	kala	3,000	7,0000	21,00
43	DISCO DE CORTE P/ FERRO 4,3/8	UND	kala	10,000	2,5000	25,00
44	DISCO DIAMANTADO SEGMENTADO	UND	kala	5,000	9,0000	45,00
49	ESCADADA EXTENSIVA 2 EM 1 ALUMINIO 10 DEGRAUS	UND	worker	1,000	490,0000	490,00
50	ESCOVA DE ACO	UN	worker	5,000	4,0000	20,00
52	ESQUADRO ALUMINIO 12"	UND	kala	1,000	19,9000	19,90
56	GARFO TIPO GAIOLA PARA ROLO 23 CM	UND	worker	10,000	5,5000	55,00
58	JOGO DE CHAVE COMBINADA 6 A 32 MM 17 PEÇAS	UND	worker	2,000	219,0000	438,00
59	JOGO DE CHAVE TORX LONGA 10 PEÇAS	UND	kala	2,000	25,0000	50,00
63	LAPIS CARPINTEIRO	UN	irwin	10,000	1,4000	14,00
66	LINHA PEDREIRO 100 M	UND	worker	10,000	5,0000	50,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/7  
 Processo Nº: 61/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
67	LIXADEIRA PLÁSTICA MANUAL	UND	max	2,000	12,5000	25,00
68	MANDRIL COM CHAVE 1/2	UND	bosch	1,000	28,0000	28,00
69	MANDRIL COM CHAVE 3/8	UND	bosch	1,000	22,0000	22,00
70	MARRETA 2 KG	UND	tenace	2,000	25,0000	50,00
71	MARRETA 5 KG	UND	tenace	1,000	68,0000	68,00
72	MARTELO DE BORRACHA 60 MM	UND	max metalurgi	2,000	9,5000	19,00
74	MASCARA RESPIRATÓRIA SIMPLES	UND	kala	10,000	1,5000	15,00
75	NIVEL DE ALUMINIO 24-3 BOLHAS	UND	worker	1,000	25,0000	25,00
77	PÁ AJUNTADEIRA DE BICO SEM CABO	UND	tramontina	2,000	16,0000	32,00
78	PÁ AJUNTADEIRA QUADRADA SEM CABO	UND	tramontina	2,000	16,0000	32,00
80	PAR DE LUVA ALGODÃO PIGMENTADA	UND	worker	5,000	3,0000	15,00
82	PAR DE LUVA SANRO AMARELA TAMANHOS DIVERSOS	UND	sanro	50,000	5,0000	250,00
84	PENEIRA PARA AREIA 50 MM	UND	worker	2,000	20,0000	40,00
85	PENEIRA PARA FUBÁ/ ARREIA FINA 50 MM	UND	worker	2,000	20,0000	40,00
89	PRUMO PARA PEDREIRO 410 GRAMAS	UND	ramada	2,000	10,0000	20,00
91	REGUA P/ PEDREIRO PRATICA 2 M	UND	worker	2,000	25,0000	50,00
93	ROLO DE ESPUMA 15CM COM CABO	UND	roma	5,000	4,5000	22,50
94	ROLO DE ESPUMA 23CM SEM CABO	UND	atlas	5,000	8,0000	40,00
97	ROLO DE LÃ CARNEIRO 23CM SEM CABO	UND	atlas	10,000	16,0000	160,00
102	SERRA CIRCULAR WIDEA 4.3/8	UND	kala	2,000	13,5000	27,00
104	SERROTE 22"	UND	ramada	1,000	25,0000	25,00
105	SERROTE PARA PODA	UND	vonder	2,000	24,0000	48,00
108	TRENA 5 METROS	UND	kala	3,000	11,0000	33,00
109	TRINCHA CERDA BRANCA 2"	UND	atlas	5,000	4,5000	22,50
112	VASSOURÃO DE GARI	UND	kala	3,000	12,5000	37,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/7  
Processo Nº: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**Página: 7/7  
Processo Nº.: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 8 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 22.686.907/0001-99 \_\_\_\_\_

THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

CNPJ: 72.301.401/0001-92 \_\_\_\_\_

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 61/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2017**

No dia 8 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 88906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2017, Processo Licitatório nº. 61/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, A SER UTILIZADO NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8592	FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3, 6, 8, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 26, 28, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 49, 50, 52, 56, 58, 59, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 84, 85, 89, 91, 93, 94, 97, 102, 104, 105, 108, 109, 112
6151	THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	1, 2, 4, 5, 7, 9, 11, 13, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 32, 33, 42, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62, 64, 65, 73, 76, 79, 81, 83, 86, 87, 88, 90, 92, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 106, 107, 110, 111, 113

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	22.686.907/0001-99	JULIANA ANSCHAU	031.688.909-10
THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	72.301.401/0001-92	ROBERTO CESAR THUNS	015.263.949-79

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, A SER UTILIZADO NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALICATE DE PRESSÃO 10"	UND	MAYLE	2,000	35,0000	70,00
2	ALAVANCA SEXT PONTA E PÁ	UND	WORKER	1,000	115,0000	115,00
4	ALICATE UNIVERSAL FORÇA DUPLA 8"	UND	WORKER	1,000	68,0000	68,00
5	ALICATE USO GERAL 8"	UND	KALA	4,000	16,0000	64,00
7	ARCO DE SERRA AJUSTAVEL	UND	WORKER	1,000	15,0000	15,00
9	BALDE PARA TINTA 10 LITROS	UND	KALA	2,000	15,0000	30,00
11	BLOCO DE ESPUMA 22X13	UND	PARABONI	20,000	3,0000	60,00
13	BOTA DE PVC PRETA CANO MÉDIO DIVERSOS TAMANHOS	UND	KALA	7,000	24,0000	168,00
17	BROCA CHATA PARA MADEIRA 5/16	UND	ATC	5,000	10,0000	50,00
19	BROCA CONCRETO 8 MM	UND	IRWIN	2,000	8,5000	17,00
22	CABO ENXADA 1,25 METROS	UND	WORKER	5,000	12,0000	60,00
23	CABO DE PICARETA	UND	TRAMONTINA	5,000	25,0000	125,00
24	CAIXA P/ MASSA 20 LITROS REFORÇADA	UND	WORKER	5,000	30,0000	150,00
25	CAIXA PARA FERRAMENTAS 19" PLÁSTICA	UND	WORKER	2,000	95,0000	190,00
27	CAPA DE CHUVA COM CAPUZ	UND	WORKER	5,000	17,5000	87,50
29	CARRETEL FIO DE NYLON COM DOIS FIOS DE CORTE	UND	CID	3,000	35,0000	105,00
30	CARRINHO DE MÃO 55 LITROS REFORÇADO	UND	ALZA	1,000	185,0000	185,00
32	CHAVE AJUSTAVEL 12"	UND	WORKER	1,000	50,0000	50,00
33	CHAVE DE CANO 12"	UND	WORKER	2,000	48,0000	96,00
42	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA 17X30	UND	KALA	3,000	8,0000	24,00
45	DISCO DIAMANTADO TURBO	UND	KALA	5,000	11,0000	55,00
46	ENXADA OLHO OVAL	UND	TRAMONTINA	3,000	13,5000	40,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 61/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
47	ENXADÃO OLHO TIPO MACHADO	UND	PANDOLFO	3,000	28,0000	84,00
48	ESCADADA DE ABRIR FERRO 6 DEGRAUS	UND	MAESTRO	1,000	115,0000	115,00
51	ESPAÇADOR DE AZULEJO 5 MM	UND	WORKER	5,000	2,5000	12,50
53	EXTENSOR TELESCÓPIO PARA ROLO DE PINTURA 2 METROS	UND	ATLAS	2,000	26,0000	52,00
54	FACÃO PARA MATO 20"	UND	COLLINS	1,000	20,0000	20,00
55	FOICE SUL 10"	UND	COLLINS	4,000	21,0000	84,00
57	JOGO DE CHAVE BIELA 8 A 19 MM 12 PEÇAS	UND	WORKER	1,000	200,0000	200,00
60	JOGO DE SERRA COPO 15 PEÇAS	JG	WORKER	1,000	50,0000	50,00
61	JOGO FORMÃO 3 PEÇAS	UND	WORKER	2,000	45,0000	90,00
62	JOGO SOQUETE ESTRIADO ENCAIXE 1/2 18 PEÇAS	UND	SATA	1,000	220,0000	220,00
64	LIMA CHATA 8"	UND	COLLINS	10,000	12,0000	120,00
65	LIMA PARA MOTOSERRA	UND	NICHOLSON	10,000	7,0000	70,00
73	MARTELO USO GERAL 25 MM	UND	COLLINS	2,000	23,5000	47,00
76	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR/ PRETO	UND	WORKER	10,000	4,5000	45,00
79	PAR DE BOTINA DE COURO REFORÇADA	UND	WORKER	10,000	55,0000	550,00
81	PAR DE LUVA DE SEGURANÇA PEGASUS VERDE	UND	WORKER	10,000	11,5000	115,00
83	PÉ DE CABRA 60 CM	UND	PANDOLFO	2,000	28,0000	56,00
86	PISTOLA APLICADORA DE SILICONE	UND	KALA	5,000	14,5000	72,50
87	PROTETOR PLUG PARA PROTEÇÃO	UND	KALA	20,000	1,7000	34,00
88	PROTETOR TIPO CONCHA PARA OUVIDO	UND	WORKER	3,000	29,0000	87,00
90	REGADOR PLÁSTICO 10 LITROS	UND	METASUL	3,000	16,0000	48,00
92	RODA COMPLETA PNEU E CAMARA CARRINHO DE MÃO	UND	WORKER	1,000	47,0000	47,00
95	ROLO DE ESPUMA 5CM COM CABO	UND	ROMA	3,000	2,8000	8,40
96	ROLO DE LÃ CARNEIRO 15CM COM CABO	UND	ROMA	10,000	8,0000	80,00
98	ROLO DE LÃ CARNEIRO 5CM COM CABO	UND	ROMA	5,000	3,5000	17,50
99	ROLO DE LÃ EXTRA CARNEIRO 23CM SEM CABO	UND	ROMA	10,000	30,0000	300,00
100	SACHO CORAÇÃO 242X72MM	UND	TRAMONTINA	2,000	28,0000	56,00
101	SACHO CORAÇÃO 267X98MM	UND	TRAMONTINA	2,000	28,0000	56,00
103	SERRINHA PARA CORTAR FERRO P/ ARCO REGULAVEL	UND	NICHOLSON	20,000	3,2000	64,00
106	TORQUES ARMADOR 12"	UND	SÃO ROMÃO	2,000	25,0000	50,00
107	TRENA 20 METROS	UND	KALA	2,000	20,0000	40,00
110	TRINCHA CERDA BRANCA 3/4	UND	ATLAS	5,000	2,3000	11,50
111	VASSOURA PARA GRAMA REGULAVEL COM CABO, 18 ARAMES	UND	FAMASTIL	4,000	19,0000	76,00
113	MANGUEIRA DE NIVEL	MT	WORKER	50,000	0,8500	42,50

**Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ALICATE REBITADOR 10"	UND	kala	2,000	20,0000	40,00
6	ANCINHO LEVE 14 DENTES SEM CABO	UND	tramontina	2,000	11,0000	22,00
8	BALDE PARA PEDREIRO 12 LITROS REFORÇADO	UND	vonder	5,000	8,0000	40,00
10	BANDEJA PARA PINTURA 23 CM	UND	kala	10,000	4,0000	40,00
12	BOMBA DE AR COM DUPLICADOR DE PRESSÃO	UND	worker	1,000	40,0000	40,00
14	BROCA AÇO RÁPIDO 6 MM	UND	irwin	2,000	6,0000	12,00
15	BROCA AÇO RÁPIDO 8 MM	UND	irwin	2,000	10,0000	20,00
16	BROCA CHATA PARA MADEIRA 3/8	UND	atc	5,000	8,0000	40,00
18	BROCA CONCRETO 6 MM	UND	irwin	2,000	5,5000	11,00
20	BROCA PARA FIBROCIMENTO E MOURÃO 3/8	UND	vonder	3,000	25,0000	75,00
21	BROCA PARA FIBROCIMENTO E MOURÃO 5/16	UND	vonder	3,000	21,0000	63,00
26	CAIXA PARA MASSA SIMPLES	UND	worker	5,000	9,0000	45,00
28	CAPACETE PARA PROTEÇÃO	UND	worker	5,000	21,0000	105,00
31	CAVADEIRA ARTICULADA PEQUENA	UND	kala	1,000	20,0000	20,00
34	CHAVE DE RODA 17X19	UND	worker	1,000	33,0000	33,00
35	CHAVE PARA DOBRAR FERRO 1/2	UND	vonder	2,000	21,0000	42,00
36	COLHER DE PEDREIRO 10"	UND	tramontina	4,000	14,0000	56,00
37	CONE DE SINALIZAÇÃO REFLETIDO	UND	vonder	10,000	35,0000	350,00
38	CONJUNTO JARDIM 3 PEÇAS (COMPOSIÇÃO: 1 PAZINHA LARGA, 1 PAZINHA ESTREITA, 1 ANCINHO)	UND	vonder	5,000	19,0000	95,00
39	CORTA VERGALHÃO 18"	UND	worker	1,000	95,0000	95,00
41	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA 25X12	UND	kala	3,000	7,0000	21,00
43	DISCO DE CORTE P/ FERRO 4,3/8	UND	kala	10,000	2,5000	25,00
44	DISCO DIAMANTADO SEGMENTADO	UND	kala	5,000	9,0000	45,00
49	ESCADADA EXTENSIVA 2 EM 1 ALUMINIO 10 DEGRAUS	UND	worker	1,000	490,0000	490,00
50	ESCOVA DE AÇO	UN	worker	5,000	4,0000	20,00
52	ESQUADRO ALUMINIO 12"	UND	kala	1,000	19,9000	19,90
56	GARFO TIPO GAIOLA PARA ROLO 23 CM	UND	worker	10,000	5,5000	55,00
58	JOGO DE CHAVE COMBINADA 6 A 32 MM 17 PEÇAS	UND	worker	2,000	219,0000	438,00
59	JOGO DE CHAVE TORX LONGA 10 PEÇAS	UND	kala	2,000	25,0000	50,00
63	LAPIS CARPINTEIRO	UN	irwin	10,000	1,4000	14,00
66	LINHA PEDREIRO 100 M	UND	worker	10,000	5,0000	50,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/7  
 Processo Nº: 61/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
67	LIXADEIRA PLÁSTICA MANUAL	UND	max	2,000	12,5000	25,00
68	MANDRIL COM CHAVE 1/2	UND	bosch	1,000	28,0000	28,00
69	MANDRIL COM CHAVE 3/8	UND	bosch	1,000	22,0000	22,00
70	MARRETA 2 KG	UND	tenace	2,000	25,0000	50,00
71	MARRETA 5 KG	UND	tenace	1,000	68,0000	68,00
72	MARTELO DE BORRACHA 60 MM	UND	max metalurgi	2,000	9,5000	19,00
74	MASCARA RESPIRATORIA SIMPLES	UND	kala	10,000	1,5000	15,00
75	NIVEL DE ALUMINIO 24-3 BOLHAS	UND	worker	1,000	25,0000	25,00
77	PÁ AJUNTADEIRA DE BICO SEM CABO	UND	tramontina	2,000	16,0000	32,00
78	PÁ AJUNTADEIRA QUADRADA SEM CABO	UND	tramontina	2,000	16,0000	32,00
80	PAR DE LUVA ALGODÃO PIGMENTADA	UND	worker	5,000	3,0000	15,00
82	PAR DE LUVA SANRO AMARELA TAMANHOS DIVERSOS	UND	sanro	50,000	5,0000	250,00
84	PENEIRA PARA AREIA 50 MM	UND	worker	2,000	20,0000	40,00
85	PENEIRA PARA FUBÁ/ ARREIA FINA 50 MM	UND	worker	2,000	20,0000	40,00
89	PRUMO PARA PEDREIRO 410 GRAMAS	UND	ramada	2,000	10,0000	20,00
91	REGUA P/ PEDREIRO PRATICA 2 M	UND	worker	2,000	25,0000	50,00
93	ROLO DE ESPUMA 15CM COM CABO	UND	roma	5,000	4,5000	22,50
94	ROLO DE ESPUMA 23CM SEM CABO	UND	atlas	5,000	8,0000	40,00
97	ROLO DE LÃ CARNEIRO 23CM SEM CABO	UND	atlas	10,000	16,0000	160,00
102	SERRA CIRCULAR WIDEA 4.3/8	UND	kala	2,000	13,5000	27,00
104	SERROTE 22"	UND	ramada	1,000	25,0000	25,00
105	SERROTE PARA PODA	UND	vonder	2,000	24,0000	48,00
108	TRENA 5 METROS	UND	kala	3,000	11,0000	33,00
109	TRINCHA CERDA BRANCA 2"	UND	atlas	5,000	4,5000	22,50
112	VASSOURÃO DE GARI	UND	kala	3,000	12,5000	37,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/7  
Processo Nº: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**Página: 7/7  
Processo Nº.: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 8 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 22.686.907/0001-99 \_\_\_\_\_

THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

CNPJ: 72.301.401/0001-92 \_\_\_\_\_

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 61/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2017**

No dia 8 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 88906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2017, Processo Licitatório nº. 61/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, A SER UTILIZADO NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8592	FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3, 6, 8, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 26, 28, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 49, 50, 52, 56, 58, 59, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 84, 85, 89, 91, 93, 94, 97, 102, 104, 105, 108, 109, 112
6151	THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	1, 2, 4, 5, 7, 9, 11, 13, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 32, 33, 42, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62, 64, 65, 73, 76, 79, 81, 83, 86, 87, 88, 90, 92, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 106, 107, 110, 111, 113

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	22.686.907/0001-99	JULIANA ANSCHAU	031.688.909-10
THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	72.301.401/0001-92	ROBERTO CESAR THUNS	015.263.949-79

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, A SER UTILIZADO NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALICATE DE PRESSÃO 10"	UND	MAYLE	2,000	35,0000	70,00
2	ALAVANCA SEXT PONTA E PÁ	UND	WORKER	1,000	115,0000	115,00
4	ALICATE UNIVERSAL FORÇA DUPLA 8"	UND	WORKER	1,000	68,0000	68,00
5	ALICATE USO GERAL 8"	UND	KALA	4,000	16,0000	64,00
7	ARCO DE SERRA AJUSTAVEL	UND	WORKER	1,000	15,0000	15,00
9	BALDE PARA TINTA 10 LITROS	UND	KALA	2,000	15,0000	30,00
11	BLOCO DE ESPUMA 22X13	UND	PARABONI	20,000	3,0000	60,00
13	BOTA DE PVC PRETA CANO MÉDIO DIVERSOS TAMANHOS	UND	KALA	7,000	24,0000	168,00
17	BROCA CHATA PARA MADEIRA 5/16	UND	ATC	5,000	10,0000	50,00
19	BROCA CONCRETO 8 MM	UND	IRWIN	2,000	8,5000	17,00
22	CABO ENXADA 1,25 METROS	UND	WORKER	5,000	12,0000	60,00
23	CABO DE PICARETA	UND	TRAMONTINA	5,000	25,0000	125,00
24	CAIXA P/ MASSA 20 LITROS REFORÇADA	UND	WORKER	5,000	30,0000	150,00
25	CAIXA PARA FERRAMENTAS 19" PLÁSTICA	UND	WORKER	2,000	95,0000	190,00
27	CAPA DE CHUVA COM CAPUZ	UND	WORKER	5,000	17,5000	87,50
29	CARRETEL FIO DE NYLON COM DOIS FIOS DE CORTE	UND	CID	3,000	35,0000	105,00
30	CARRINHO DE MÃO 55 LITROS REFORÇADO	UND	ALZA	1,000	185,0000	185,00
32	CHAVE AJUSTAVEL 12"	UND	WORKER	1,000	50,0000	50,00
33	CHAVE DE CANO 12"	UND	WORKER	2,000	48,0000	96,00
42	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA 17X30	UND	KALA	3,000	8,0000	24,00
45	DISCO DIAMANTADO TURBO	UND	KALA	5,000	11,0000	55,00
46	ENXADA OLHO OVAL	UND	TRAMONTINA	3,000	13,5000	40,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 61/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
47	ENXADÃO OLHO TIPO MACHADO	UND	PANDOLFO	3,000	28,0000	84,00
48	ESCADADA DE ABRIR FERRO 6 DEGRAUS	UND	MAESTRO	1,000	115,0000	115,00
51	ESPAÇADOR DE AZULEJO 5 MM	UND	WORKER	5,000	2,5000	12,50
53	EXTENSOR TELESCÓPIO PARA ROLO DE PINTURA 2 METROS	UND	ATLAS	2,000	26,0000	52,00
54	FACÃO PARA MATO 20"	UND	COLLINS	1,000	20,0000	20,00
55	FOICE SUL 10"	UND	COLLINS	4,000	21,0000	84,00
57	JOGO DE CHAVE BIELA 8 A 19 MM 12 PEÇAS	UND	WORKER	1,000	200,0000	200,00
60	JOGO DE SERRA COPO 15 PEÇAS	JG	WORKER	1,000	50,0000	50,00
61	JOGO FORMÃO 3 PEÇAS	UND	WORKER	2,000	45,0000	90,00
62	JOGO SOQUETE ESTRIADO ENCAIXE 1/2 18 PEÇAS	UND	SATA	1,000	220,0000	220,00
64	LIMA CHATA 8"	UND	COLLINS	10,000	12,0000	120,00
65	LIMA PARA MOTOSERRA	UND	NICHOLSON	10,000	7,0000	70,00
73	MARTELO USO GERAL 25 MM	UND	COLLINS	2,000	23,5000	47,00
76	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR/ PRETO	UND	WORKER	10,000	4,5000	45,00
79	PAR DE BOTINA DE COURO REFORÇADA	UND	WORKER	10,000	55,0000	550,00
81	PAR DE LUVA DE SEGURANÇA PEGASUS VERDE	UND	WORKER	10,000	11,5000	115,00
83	PÉ DE CABRA 60 CM	UND	PANDOLFO	2,000	28,0000	56,00
86	PISTOLA APLICADORA DE SILICONE	UND	KALA	5,000	14,5000	72,50
87	PROTETOR PLUG PARA PROTEÇÃO	UND	KALA	20,000	1,7000	34,00
88	PROTETOR TIPO CONCHA PARA OUVIDO	UND	WORKER	3,000	29,0000	87,00
90	REGADOR PLÁSTICO 10 LITROS	UND	METASUL	3,000	16,0000	48,00
92	RODA COMPLETA PNEU E CAMARA CARRINHO DE MÃO	UND	WORKER	1,000	47,0000	47,00
95	ROLO DE ESPUMA 5CM COM CABO	UND	ROMA	3,000	2,8000	8,40
96	ROLO DE LÃ CARNEIRO 15CM COM CABO	UND	ROMA	10,000	8,0000	80,00
98	ROLO DE LÃ CARNEIRO 5CM COM CABO	UND	ROMA	5,000	3,5000	17,50
99	ROLO DE LÃ EXTRA CARNEIRO 23CM SEM CABO	UND	ROMA	10,000	30,0000	300,00
100	SACHO CORAÇÃO 242X72MM	UND	TRAMONTINA	2,000	28,0000	56,00
101	SACHO CORAÇÃO 267X98MM	UND	TRAMONTINA	2,000	28,0000	56,00
103	SERRINHA PARA CORTAR FERRO P/ ARCO REGULAVEL	UND	NICHOLSON	20,000	3,2000	64,00
106	TORQUES ARMADOR 12"	UND	SÃO ROMÃO	2,000	25,0000	50,00
107	TRENA 20 METROS	UND	KALA	2,000	20,0000	40,00
110	TRINCHA CERDA BRANCA 3/4	UND	ATLAS	5,000	2,3000	11,50
111	VASSOURA PARA GRAMA REGULAVEL COM CABO, 18 ARAMES	UND	FAMASTIL	4,000	19,0000	76,00
113	MANGUEIRA DE NIVEL	MT	WORKER	50,000	0,8500	42,50

**Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ALICATE REBITADOR 10"	UND	kala	2,000	20,0000	40,00
6	ANCINHO LEVE 14 DENTES SEM CABO	UND	tramontina	2,000	11,0000	22,00
8	BALDE PARA PEDREIRO 12 LITROS REFORÇADO	UND	vonder	5,000	8,0000	40,00
10	BANDEJA PARA PINTURA 23 CM	UND	kala	10,000	4,0000	40,00
12	BOMBA DE AR COM DUPLICADOR DE PRESSÃO	UND	worker	1,000	40,0000	40,00
14	BROCA AÇO RÁPIDO 6 MM	UND	irwin	2,000	6,0000	12,00
15	BROCA AÇO RÁPIDO 8 MM	UND	irwin	2,000	10,0000	20,00
16	BROCA CHATA PARA MADEIRA 3/8	UND	atc	5,000	8,0000	40,00
18	BROCA CONCRETO 6 MM	UND	irwin	2,000	5,5000	11,00
20	BROCA PARA FIBROCIMENTO E MOURÃO 3/8	UND	vonder	3,000	25,0000	75,00
21	BROCA PARA FIBROCIMENTO E MOURÃO 5/16	UND	vonder	3,000	21,0000	63,00
26	CAIXA PARA MASSA SIMPLES	UND	worker	5,000	9,0000	45,00
28	CAPACETE PARA PROTEÇÃO	UND	worker	5,000	21,0000	105,00
31	CAVADEIRA ARTICULADA PEQUENA	UND	kala	1,000	20,0000	20,00
34	CHAVE DE RODA 17X19	UND	worker	1,000	33,0000	33,00
35	CHAVE PARA DOBRAR FERRO 1/2	UND	vonder	2,000	21,0000	42,00
36	COLHER DE PEDREIRO 10"	UND	tramontina	4,000	14,0000	56,00
37	CONE DE SINALIZAÇÃO REFLETIDO	UND	vonder	10,000	35,0000	350,00
38	CONJUNTO JARDIM 3 PEÇAS (COMPOSIÇÃO: 1 PAZINHA LARGA, 1 PAZINHA ESTREITA, 1 ANCINHO)	UND	vonder	5,000	19,0000	95,00
39	CORTA VERGALHÃO 18"	UND	worker	1,000	95,0000	95,00
41	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA 25X12	UND	kala	3,000	7,0000	21,00
43	DISCO DE CORTE P/ FERRO 4,3/8	UND	kala	10,000	2,5000	25,00
44	DISCO DIAMANTADO SEGMENTADO	UND	kala	5,000	9,0000	45,00
49	ESCADADA EXTENSIVA 2 EM 1 ALUMINIO 10 DEGRAUS	UND	worker	1,000	490,0000	490,00
50	ESCOVA DE ACO	UN	worker	5,000	4,0000	20,00
52	ESQUADRO ALUMINIO 12"	UND	kala	1,000	19,9000	19,90
56	GARFO TIPO GAIOLA PARA ROLO 23 CM	UND	worker	10,000	5,5000	55,00
58	JOGO DE CHAVE COMBINADA 6 A 32 MM 17 PEÇAS	UND	worker	2,000	219,0000	438,00
59	JOGO DE CHAVE TORX LONGA 10 PEÇAS	UND	kala	2,000	25,0000	50,00
63	LAPIS CARPINTEIRO	UN	irwin	10,000	1,4000	14,00
66	LINHA PEDREIRO 100 M	UND	worker	10,000	5,0000	50,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/7  
 Processo Nº: 61/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
67	LIXADEIRA PLÁSTICA MANUAL	UND	max	2,000	12,5000	25,00
68	MANDRIL COM CHAVE 1/2	UND	bosch	1,000	28,0000	28,00
69	MANDRIL COM CHAVE 3/8	UND	bosch	1,000	22,0000	22,00
70	MARRETA 2 KG	UND	tenace	2,000	25,0000	50,00
71	MARRETA 5 KG	UND	tenace	1,000	68,0000	68,00
72	MARTELO DE BORRACHA 60 MM	UND	max metalurgi	2,000	9,5000	19,00
74	MASCARA RESPIRATÓRIA SIMPLES	UND	kala	10,000	1,5000	15,00
75	NIVEL DE ALUMINIO 24-3 BOLHAS	UND	worker	1,000	25,0000	25,00
77	PÁ AJUNTADEIRA DE BICO SEM CABO	UND	tramontina	2,000	16,0000	32,00
78	PÁ AJUNTADEIRA QUADRADA SEM CABO	UND	tramontina	2,000	16,0000	32,00
80	PAR DE LUVA ALGODÃO PIGMENTADA	UND	worker	5,000	3,0000	15,00
82	PAR DE LUVA SANRO AMARELA TAMANHOS DIVERSOS	UND	sanro	50,000	5,0000	250,00
84	PENEIRA PARA AREIA 50 MM	UND	worker	2,000	20,0000	40,00
85	PENEIRA PARA FUBÁ/ ARREIA FINA 50 MM	UND	worker	2,000	20,0000	40,00
89	PRUMO PARA PEDREIRO 410 GRAMAS	UND	ramada	2,000	10,0000	20,00
91	REGUA P/ PEDREIRO PRATICA 2 M	UND	worker	2,000	25,0000	50,00
93	ROLO DE ESPUMA 15CM COM CABO	UND	roma	5,000	4,5000	22,50
94	ROLO DE ESPUMA 23CM SEM CABO	UND	atlas	5,000	8,0000	40,00
97	ROLO DE LÃ CARNEIRO 23CM SEM CABO	UND	atlas	10,000	16,0000	160,00
102	SERRA CIRCULAR WIDEA 4.3/8	UND	kala	2,000	13,5000	27,00
104	SERROTE 22"	UND	ramada	1,000	25,0000	25,00
105	SERROTE PARA PODA	UND	vonder	2,000	24,0000	48,00
108	TRENA 5 METROS	UND	kala	3,000	11,0000	33,00
109	TRINCHA CERDA BRANCA 2"	UND	atlas	5,000	4,5000	22,50
112	VASSOURÃO DE GARI	UND	kala	3,000	12,5000	37,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/7  
Processo Nº: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**Página: 7/7  
Processo Nº.: 61/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 8 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 22.686.907/0001-99 \_\_\_\_\_

THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

CNPJ: 72.301.401/0001-92 \_\_\_\_\_



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 28/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/10  
Processo Nº.: 63/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/2017**

No dia 8 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 40/2017, Processo Licitatório nº. 63/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, HIDRÁULICA E ELÉTRICA PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA PREFEITURA E BENS DE USO COMUM DO POVO, ATENDENDO A DEMANDA DAS SECRETARIAS E ESCOLAS MUNICIPAIS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8592	FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3, 4, 7, 9, 10, 12, 15, 17, 18, 22, 23, 24, 29, 31, 33, 35, 36, 38, 40, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 67, 68, 70, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 85, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 98, 102, 103, 104, 107, 109, 110, 112, 117, 119, 123, 124, 127, 128, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 144, 147, 148, 150, 151, 156, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 170, 171, 173, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 189, 193, 194, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 212, 213, 215, 225, 229, 232, 234, 237, 238, 240, 241, 244, 246, 247, 250, 251, 252, 254, 255, 257
8737	QUIMICA SOL EIRELI EPP	101, 105, 106, 153, 154, 190, 191, 195, 196, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224
6151	THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	1, 2, 5, 6, 8, 11, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 46, 47, 53, 54, 55, 56, 62, 64, 66, 69, 71, 72, 73, 78, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 92, 95, 97, 99, 100, 108, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 129, 131, 139, 140, 141, 145, 146, 149, 152, 155, 157, 160, 161, 165, 167, 168, 169, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 187, 188, 192, 199, 202, 205, 208, 209, 210, 211, 214, 216, 218, 226, 227, 228, 230, 231, 233, 236, 239, 242, 243, 245, 248, 249, 253, 256

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	22.686.907/0001-99	JULIANA ANSCHAU	031.688.909-10
QUIMICA SOL EIRELI EPP	06.943.501/0001-98	FRANCIS MARA FERNANDES TOIGO	1796.020.299-00
THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME	72.301.401/0001-92	ROBERTO CESAR THUNS	015.263.949-79

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, HIDRÁULICA E ELÉTRICA PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA PREFEITURA E BENS DE USO COMUM DO POVO, ATENDENDO A DEMANDA DAS SECRETARIAS E ESCOLAS MUNICIPAIS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABRACADEIRA PLÁSTICA 150X2,5MM	UND	WORKER	100,000	0,1000	10,00
2	ADAPTADOR CAIXA D"AGUA 20X1/2	UND	FORTLEV	5,000	4,0000	20,00
5	ADAPTADOR SOLDAVEL 20X1/2	UND	FORTLEV	20,000	0,5000	10,00
6	ADAPTADOR SOLDAVEL 25X3/4	UND	FORTLEV	20,000	0,8000	16,00
8	ADEISVO PLASTICO 17GR	UND	PLASTUBO	30,000	1,9000	57,00
11	ALVENARITE 0,9LT	UND	MAXTON	15,000	5,8000	87,00
13	AREIA FINA PRONTA 20KG	SC	ITA BRANCA	30,000	10,0000	300,00
14	AREIA MEDIA	M3	GR	30,000	139,0000	4.170,00
16	ARGAMASSA AC-II 20KG	SC	VOTORAN	10,000	18,5000	185,00
19	ARAME GALVANIZADO Nº 18	KG	BELGO	20,000	14,0000	280,00
20		KG	BELGO	25,000	6,9000	172,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 2/10  
 Processo Nº.: 63/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2017

Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	ASFALTO HIDROASFALTO 3,6KG	GL	GITEL	5,000	23,0000	115,00
25	BÓIA CAIXA DESCARGA 1/2 PLÁSTICA	UND	CIPLA	10,000	5,2000	52,00
26	BOLSA DE VEDAÇÃO PARA SAÍDA DE ÁGUA	UND	CIPLA	10,000	5,0000	50,00
27	BUCHA 6 MM	UND	WORKER	200,000	0,0500	10,00
28	BUCHA 8 MM	UND	WORKER	200,000	0,0800	16,00
30	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 3/4X1/2	UND	FORTLEV	10,000	0,6500	6,50
32	BUCHA SOLDÁVEL REDUÇÃO 3/2X25 CURTA E LONGA	UND	FORTLEV	10,000	1,0000	10,00
34	CABO PP 2X1.50MM	M	PREMIUM	300,000	2,0000	600,00
37		UN	PADO	10,000	13,5000	135,00
39	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA	UND	CIPLA	30,000	23,0000	690,00
41	CAIXA SIFONADA PVC GRELHA QUADRADA 100X100X40	UND	CIPLA	15,000	8,5000	127,50
42	CAL HIDRATADA SACO C/ 20 KG	SC	ITA BRANCA	25,000	11,5000	287,50
43		SC	ITA BRANCA	30,000	10,5000	315,00
46	CANTONEIRA PARA TRILHO COM PARAFUSO	UND	WORKER	50,000	1,7000	85,00
47	CANTONEIRA TIPO 'L' 10X12	UND	WORKER	50,000	5,0000	250,00
53	CAP SOLDÁVEL 32MM	UND	FORTLEV	10,000	1,3000	13,00
54	CERÂMICA 'A' 1ª LINHA - CORES E ESTAMPAS SORTIDAS	M2	CERAL	10,000	15,0000	150,00
55	CILINDRO P/ FECHADURA	UND	3F	30,000	16,8000	504,00
56	CIMENTO 50 KG	SC	VOTORAN	60,000	29,5000	1.770,00
62	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN 40A	UND	SOPRANO	3,000	14,0000	42,00
64	DOBRADIÇA GALVANIZADA 3.1/2	UND	MERKEL	30,000	1,5000	45,00
66	ENGATE FLEXÍVEL 40CM	UND	PLASTUBOS	20,000	3,8000	76,00
69	ESPUMA EXPANSIVA 280ML	UND	WORKER	20,000	18,8000	376,00
71	FECHADURA INOX EXTERNA ESTREITA	UND	SOPRANO	20,000	39,5000	790,00
72	FECHADURA INOX EXTERNA	UND	SOPRANO	20,000	33,0000	660,00
73	FECHADURA INOX INTERNA	UND	SOPRANO	20,000	29,5000	590,00
78	FERRO DE AÇO 6.3MM - BR 12M	BAR	BELGO	15,000	11,4000	171,00
80	FERROLHO FIO REDONDO 3"	UND	WORKER	20,000	2,8000	56,00
81	FIO PARALELO 2X1.00MM	M	PREMIUM	200,000	1,0000	200,00
83	FIO PARALELO 2X2.50MM	M	PREMIUM	300,000	1,5000	450,00
84	FIO PARALELO 2X4.00MM	M	PREMIUM	200,000	2,5000	500,00
86	FIO SÓLIDO 10.0MM - CORES SORTIDAS	M	PREMIUM	200,000	4,5000	900,00
87	FIO SÓLIDO 2.50MM - CORES SORTIDAS	M	PREMIUM	300,000	1,1500	345,00
92	FITA DUPLA FACE 12MMX5M	UND	ADERE	10,000	10,0000	100,00
95	FITA VEDA ROSCA 18MMX10M	UND	AMANCO	20,000	3,0000	60,00
97	FIXADOR P/ CAL 150ML	UND	PINTA FIX	50,000	1,2500	62,50
99	FORRO PVC 8MM	M2	PLASBIL	20,000	13,9000	278,00
100	DIVISÓRIA PINUS	M2	MAD. BASSO	20,000	24,0000	480,00
108	INTERRUPTOR SOBREPOR	UN	ILUMI	30,000	3,9000	117,00
111	JOELHO ESGOTO 50MM - 45° E 90°	UND	FORTLEV	20,000	2,0000	40,00
113	JOELHO INTERNO P/ MANGUEIRA 1/2	UND	CIPLA	20,000	0,7000	14,00
114	JOELHO INTERNO P/ MANGUEIRA 3/4	UND	CIPLA	20,000	0,9000	18,00
115	JOELHO SOLDÁVEL 20MM - 45° E 90°	UND	FORTLEV	30,000	0,5000	15,00
116	JOELHO SOLDÁVEL 20X1/2	UND	FORTLEV	20,000	1,4000	28,00
118	JOELHO SOLDÁVEL 25X1/2	UND	FORTLEV	20,000	1,3500	27,00
120	LÂMPADA COMPACTA 20W	UND	MAMPLEX	30,000	10,0000	300,00
121	LÂMPADA COMPACTA 25W	UND	MAMPLEX	50,000	11,0000	550,00
122	LÂMPADA COMPACTA 30W	UND	MAMPLEX	50,000	24,0000	1.200,00
125	LAVATÓRIO PVC PEQUENO PLÁSTICO	UND	HERC	5,000	16,0000	80,00
126	LÂMPADA FLUORESCENTE 40 W	UND	MAMPLEX	100,000	7,9000	790,00
129	LONA PRETA 4 MTS	MT	LONAX	200,000	1,1500	230,00
131	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA 30 LEDS	UND	MAMPLEX	5,000	26,5000	132,50
139	LUVA SOLDÁVEL 20MM	UND	FORTLEV	30,000	0,5000	15,00
140	LUVA SOLDÁVEL 20X1/2	UND	FORTLEV	15,000	1,1000	16,50
141	LUVA SOLDÁVEL 25MM	UN	FORTLEV	30,000	0,5000	15,00
145	MADEIRA CERRADA BRUTA	M3	BERWANGER	12,000	940,0000	11.280,00
146	MANGUEIRA DE ENTRADA MÁQUINA DE LAVAR	UND	PLASBOHN	10,000	10,0000	100,00
149	MANGUEIRA PRETA 1X2	M	SANEIPLAST	100,000	2,4500	245,00
152	MANGUEIRA SAÍDA P/ MÁQUINA DE LAVAR	UND	WORKER	10,000	6,0000	60,00
155	MASSA P/ CALAFETAR 350 G	UND	MUNDIAL	3,000	7,5000	22,50
157	PARAFUSO TELHEIRO COMPLETO GALVANIZADO 5/16	UND	JOMARCA	300,000	0,4500	135,00
160	PLUG FEMEA 2P+T 10A	UND	ILUMI	20,000	3,5000	70,00
161	PLUG MACHO 2P+T 10A	UND	ILUMI	20,000	3,5000	70,00
165	PREGO 16X24	KG	BELGO	15,000	8,5000	127,50
167	PREGO 18X30	KG	BELGO	30,000	7,5000	225,00
168	PREGO 19X39	KG	BELGO	30,000	7,6000	228,00
169	PREGO 20X48	KG	BELGO	10,000	7,8000	78,00
172	REATOR ELETRÔNICO 1X40	UND	ECP	30,000	23,4000	702,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/10  
 Processo Nº.: 63/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2017

**Fornecedor: 6151 - THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
174	REFLETOR ELETRONICO 2X40	UND	ECP	30,000	27,4000	822,00
175	REFLETOR 150 W	UND	SPOTLUX	10,000	50,0000	500,00
176	REFLETOR 500 W	UND	SPOTLUX	10,000	60,0000	600,00
177	REGISTRO DE GAVETA 1/2 METAL	UND	LIEGE	5,000	35,0000	175,00
178	REGISTRO DE GAVETA 3/4 METAL	UND	LIEGE	5,000	35,0000	175,00
180	REGISTRO PLASTICO ESFERA 25 MM	UND	VIQUA	10,000	8,5000	85,00
183	REGISTRO PLÁSTICO PRESSÃO 25 MM	UND	LEKAT	8,000	19,7000	157,60
187	RODA PÉ PINUS DUPLO	MT	MAD. BASSO	30,000	6,0000	180,00
188	RODA FORRO PVC	MT	PLASBIL	30,000	3,9000	117,00
192	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL MULTIUSO	UND	BLUKIT	20,000	7,5000	150,00
199	SUPORTE P/ LAMPADA PORCELANA	UND	DECORLUX	50,000	4,7000	235,00
202	TAPA FURRO 340 GR	UND	RESICOLOR	20,000	31,9000	638,00
205	PINO ADAPTADOR 2P+T 10A	UND	ILUME	5,000	4,8000	24,00
208	TE SOLDAVEL 20 MM	UND	FORTLEV	20,000	0,6500	13,00
209	TE SOLDAVEL 20X1/2	UND	FORTLEV	10,000	1,9000	19,00
210	TE SOLDAVEL 25 MM	UND	FORTLEV	25,000	0,8400	21,00
211	TE SOLDAVEL 25X1/2	UND	FORTLEV	10,000	2,4000	24,00
214	TELHA FIBROCIMENTO 2.13X6 MM	UND	IMBRALIT	30,000	39,3000	1.179,00
216	TELHA FIBROCIMENTO 3.05X6 MM	UND	IMBRALIT	30,000	57,8000	1.734,00
218	TIJOLO 6 FURROS 24 CM LITORAL	UND	MARCHI	2.500,000	0,6000	1.500,00
226	TOMADA MODULO P/ MONTAR BRANCO	UND	MEC TRONIC	20,000	4,8000	96,00
227	TOMADA SOBREPOR 2P+T 10A	UND	ILUMI	50,000	5,0000	250,00
228	TORNEIRA ELETRICA GIRATÓRIA 3 TEMPERATURAS 220 V - 5500 W	UND	ZAGONEL	2,000	77,0000	154,00
230	TORNEIRA PLASTICA P/ LAVATÓRIO 1/2	UND	HERC	20,000	9,7000	194,00
231	TORNEIRA PLASTICA PIA 1/2 15 CM	UND	HERC	10,000	6,0000	60,00
233	TUBO PVC ESGOTO 150 MM	MTS	FORTLEV	10,000	21,0000	210,00
236	TUBO PVC ESGOTO 50 MM	MT	FORTLEV	40,000	4,8000	192,00
239	TUBO PVC SOLDAVEL 25 MM	UND	FORTLEV	60,000	2,0000	120,00
242	UNIÃO INTERNA P/ MANGUEIRA 1/2	UND	CIPLA	20,000	0,7000	14,00
243	UNIÃO INTERNA P/ MANGUEIRA 3/4	UND	CIPLA	20,000	0,9000	18,00
245	VASO SANITARIO COMPLETO	UND	LOGASA	2,000	108,0000	216,00
248	FITA DE DEMARCAÇÃO ZEBRADA SEM ADESIVO AMARELA/ PRETA	RL	PLASTIC	2,000	10,5000	21,00
249	ÇAÇAMBA PLÁSTICA DE 60 LITROS PARA CARRINHO DE MÃO	UND	METASUL	2,000	48,0000	96,00
253	ARAME GALVANIZADO Nº 10	KG	BELGO	5,000	10,0000	50,00
256	TRELIÇA TG-12 BR 12MT	BAR	BELGO	10,000	57,0000	570,00

**Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ADAPTADOR CAIXA D'ÁGUA 25X3/4	UND	KRONA	10,000	5,0000	50,00
4	ADAPTADOR CAIXA D'ÁGUA 32X1	UND	KRONA	5,000	9,2000	46,00
7	ADAPTADOR SOLDAVEL 32X1	UND	KRONA	10,000	1,0000	10,00
9	ADESIVO PLASTICO 75GR	UND	KRONA	20,000	3,2000	64,00
10	ADESIVO SUPER BONDER 3G	UND	WORKER	20,000	4,8000	96,00
12	ANEL DE CERA VEDAÇÃO VASO SANITÁRIO	UND	AFIX	10,000	9,0000	90,00
15	ARGAMASSA AC-I 20KG	SC	VOTORAN	30,000	8,2000	246,00
17	ARGAMASSA AC-III 20KG	SC	VOTORAN	10,000	23,0000	230,00
18	ARAME GALVANIZADO Nº 14	KG	MORLAN	20,000	10,0000	200,00
22	ASSENTO SANITÁRIO PLÁSTICO	UND	HERC	30,000	18,5000	555,00
23	BASE P/ RELE FOTOELÉTRICO	UND	LIEGE	20,000	9,8000	196,00
24	BÓIA CAIXA D'ÁGUA 1/2 PLASTICA	UND	CIPLA	10,000	6,5000	65,00
29	BUCHA DE REDUÇÃO ESGOTO 50X40	UND	MULTILIT	20,000	1,6000	32,00
31	BUCHA SOLDAVEL REDUÇÃO 25X20 CURTA E LONGA	UND	MULTILIT	10,000	0,5500	5,50
33	CABO INTERNET	M	MEGATRON	100,000	1,2000	120,00
35	CABO PP 2X2.50MM	M	CORFIO	300,000	3,0000	900,00
36	CADEADO 25MM	UN	PADO	10,000	11,5000	115,00
38	Cadeado 40mm	UN	LAND	5,000	17,8000	89,00
40	CAIXA DE LUZ EMBUTIR 4X2 RETANGULAR	UND	TRAMONTINA	100,000	1,2500	125,00
44	CAMARA P/ PNEU CARRINHO DE MÃO 3.25	UND	LEVORIN	20,000	18,5000	370,00
45	CANAleta SISTEMA X 2 METROS	UND	LIEGE	20,000	6,5000	130,00
48	CAP ESGOTO 100MM	UND	MULTILIT	10,000	3,9000	39,00
49	CAP ESGOTO 40MM	UND	MULTILIT	10,000	1,3800	13,80
50	CAP ESGOTO 50MM	UND	MULTILIT	10,000	2,4000	24,00
51	CAP SOLDAVEL 20MM	UND	MULTILIT	20,000	0,6500	13,00
52	CAP SOLDAVEL 25MM	UND	MULTILIT	20,000	0,8500	17,00
57	CORANTE LIQUIDO 50ML CORES	UND	BLASCOR	20,000	3,4000	68,00
58	CUMEIRA FIBROCIMENTO 6MM	UND	ISDRALIT	20,000	27,5000	550,00
59	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN 16A	UND	SOPRANO	3,000	9,0000	27,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/10  
 Processo Nº.: 63/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2017

Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
60	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN 25A	UND	SOPRANO	3,000	9,0000	27,00
61	DISJUNTOR MONOFÁSICO DIN 32A	UND	SOPRANO	3,000	9,0000	27,00
63	DOBRADIÇA GALVANIZADA 3"	UND	SOPRANO	30,000	1,2500	37,50
65	DUREPOXI 100GR	UND	LOCTAIT	5,000	7,0000	35,00
67	ESPELHO DE MADEIRA 13CM - MT	M	PINUS	25,000	12,5000	312,50
68	ESPUDE P/ VASO SANITÁRIO	UND	LIEGE	10,000	3,8000	38,00
70	EXTENSÃO ELETRICA 5M	UND	DANEVA	5,000	16,0000	80,00
74	FERRO DE AÇO 10.0MM - BR 12M	BAR	ARCELORMIT	15,000	29,0000	435,00
75	FERRO DE AÇO 12.0MM - BR 12M	BAR	ARCELORMIT	10,000	43,5000	435,00
76	FERRO DE AÇO 4.2MM - BR 12M	BAR	ARCELORMIT	25,000	4,9000	122,50
77	FERRO DE AÇO 5.0MM - BR 12M	BAR	ARCELORMIT	15,000	7,9000	118,50
79	FERRO DE AÇO 8.0MM - BR 12M	BAR	ARCELORMIT	30,000	18,5000	555,00
82	FIO PARALELO 2X1.50MM	M	CORFIO	300,000	1,2500	375,00
85	FIO SOLIDO 1.50MM - CORES SORTIDAS	M	CORFIO	200,000	0,7000	140,00
88	FIO SÓLIDO 4.00MM - CORES SORTIDAS	M	CORFIO	300,000	1,5900	477,00
89	FIO SÓLIDO 6.00MM - CORES SORTIDAS	M	CORFIO	200,000	2,6000	520,00
90		MT	MAXTRON	100,000	0,7500	75,00
91	FIO TELEFONICO INTERNO	M	MAXTRON	100,000	0,6000	60,00
93	FITA ISOLANTE 10 M.	UN	LORENZETTI	30,000	3,5000	105,00
94	FITA VEDA ROSCA 12MMX10M	UND	AFIX	20,000	1,7000	34,00
96	FIXADOR P/ PORTA/PISO	UND	ALIANCA	20,000	6,0000	120,00
98	FORRO DE PINUS 1º QUALIDADE	M2	PINUS	20,000	11,9000	238,00
102	GRADE DE VENTILAÇÃO 150MM	UND	ACEA	5,000	17,5000	87,50
103	GRAMPO P/ FIO PARALELO	PCT	RIBEIRO	50,000	2,0000	100,00
104	GRELHA QUADRADA P/ RALO SIFONADO 100MM	UND	MULTILIT	10,000	5,5000	55,00
107	INTERRUPTOR MODULO P/ MONTAR BRANCO	UND	MECTRONIC	20,000	5,4000	108,00
109	JOELHO ESGOTO 100MM - 45º E 90º	UND	MULTILIT	30,000	4,3000	129,00
110	JOELHO ESGOTO 40MM - 45º E 90º	UND	MULTILIT	30,000	1,2500	37,50
112	JOELHO ESGOTO 75MM - 45º E 90º	UND	MULTILIT	20,000	4,7000	94,00
117	JOELHO SOLDABEL 25MM - 45º E 90º	UND	MULTILIT	30,000	0,6900	20,70
119	JOELHO SOLDABEL 32MM - 45º E 90º	UND	MULTILIT	20,000	1,7500	35,00
123	LAMPADA FLUORESCENTE 20W	UND	SILVANA	80,000	7,5000	600,00
124	LAVATORIO PVC GRANDE PLASTICO	UND	DURIN	5,000	31,0000	155,00
127	LIXA P/ FERRO FOLHA Nº 100	FL	CARBURUND	20,000	2,0000	40,00
128	LIXA MADEIRA Nº 100 METRO	M	CARBURUND	30,000	3,2000	96,00
130	LONA PRETA 6MTS 150 MICRAS	M2	LONAX	200,000	1,2300	246,00
134	LUMINARIA TUBULAR COMPLETA 2X20 BRANCA	UND	SILVANA	10,000	49,9000	499,00
135	LUMINARIA TUBULAR COMPLETA 2X40 BRANCA	UND	SILVANA	20,000	60,0000	1.200,00
136	LUVA ESGOTO 100MM	UND	MULTILIT	10,000	3,6000	36,00
137	LUVA ESGOTO 40MM	UND	MULTILIT	20,000	1,4000	28,00
138	LUVA ESGOTO 50MM	UND	MULTILIT	15,000	1,9000	28,50
142	LUVA SOLDABEL 25X1/2	UND	MULTILIT	15,000	1,6000	24,00
143	LUVA SOLDABEL 32MM	UND	MULTILIT	20,000	1,3500	27,00
144	MAÇANETA ALAVANCA P/ REPOSIÇÃO PORTA	UND	SOPRANO	20,000	11,5000	230,00
147	MANGUEIRA JARDIM REFORÇADA 1/2	M	DURIN	200,000	2,1900	438,00
148	MANGUEIRA P/ GÁS 1.20M	UND	GLP	10,000	7,5000	75,00
150	MANGUEIRA PRETA 1/2X2	M	DELPLAST	200,000	1,0900	218,00
151	MANGUEIRA PRETA 3/4X2	UND	DELPLAST	200,000	1,4500	290,00
156	ÓLEO DESINGRIPANTE 300 ML	UND	WORKER	5,000	7,5000	37,50
158	PLACA 4X2 1 MODULO P/ MONTAR BRANCO	UND	MECTRONIC	25,000	3,9000	97,50
159	PLACA 4X2 2 MODULO P/ MONTAR BRANCO	UND	MECTRONIC	25,000	3,7000	92,50
162	PNEU P/ CARRINHO DE MÃO	UND	POWERTRAN	20,000	20,0000	400,00
163	PORTA CADEADO 3.1/2	UND	ZINC	10,000	2,9000	29,00
164	Prego 12X12	PCT	ARCELORMIT	10,000	10,0000	100,00
166	PREGO 17X27	UND	GERDAU	30,000	7,9000	237,00
170	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO P/ 6 DISJUNTORES	UND	MECTRONIC	5,000	29,9000	149,50
171	REATOR ELETRÔNICO 1X20	UND	ECP	20,000	23,5000	470,00
173	REATOR ELETRÔNICO 2X20	UND	ECP	20,000	23,5000	470,00
179	REGISTRO PLASTICO ESFERA 20 MM	UND	KRONA	10,000	6,5000	65,00
181	REGISTRO PLASTICO ESFERA 32 MM	UND	KRONA	5,000	19,9000	99,50
182	REGISTRO PLASTICO PRESSÃO 20 MM	UND	LEKAT	8,000	18,0000	144,00
184	REGULADOR DE GÁS	UND	ALIANCA	10,000	20,0000	200,00
185	REJUNTE CERAMICO - CORES SORTIDAS	KG	CERANFIX	10,000	3,5000	35,00
186	RELE FOTOELETRICO 1000 W	UND	EXATRON	20,000	24,0000	480,00
189	RODA FORRO PINUS	MTS	PINUS	30,000	3,4000	102,00
193	SILICONE INCOLOR 280 G	UND	AFIX	10,000	11,9000	119,00
194	SILICONE INCOLOR 50 G	UND	SILIC	10,000	4,0000	40,00
197	SUPORTE P/ LAMPADA PLAFON PORCELANA	UND	LIEGE	10,000	4,2000	42,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 5/10  
 Processo Nº.: 63/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2017

<b>Fornecedor: 8592 - FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA</b>						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
198	SUORTE P/ PAPEL HIGIÊNICO PLASTICO	UND	HERC	10,000	10,0000	100,00
200	SUORTE PENDENTE P/ LAMPADA COM FIO	UND	DECORLUX	20,000	2,9000	58,00
201	TAMPO MODULO CEGO P/ MONTAR	UND	MECTRONIC	30,000	2,9000	87,00
203	TE ESGOTO 100 MM	UND	MULTILIT	10,000	6,9000	69,00
204	TE ESGOTO 40 MM	UND	MULTILIT	15,000	1,5500	23,25
206	TE DE LUZ 2P+T 10A	UND	ENERGI	10,000	5,3000	53,00
207	TE ESGOTO 50 MM	UND	MULTILIT	20,000	3,4000	68,00
212	TE SOLDABEL 32 MM	UND	KRONA	10,000	2,2000	22,00
213	TELHA FIBROCIMENTO 1.83X6 MM	UND	ISDRALIT	30,000	36,5000	1.095,00
215	TELHA FIBROCIMENTO 2.44X6 MM	UND	ISDRALIT	30,000	47,5000	1.425,00
225	TOMADA EM BARRA 2P+T TRIPLA	UND	MECTRONIC	5,000	14,9000	74,50
229	TORNEIRA PLASTICA JARDIM 1/2	UND	HERC	20,000	2,8000	56,00
232	TORNEIRA PLASTICA TANQUE/ MÁQUINA	UND	VICUA	5,000	18,0000	90,00
234	TUBO PVC ESGOTO 100 MM	MT	MULTILIT	50,000	7,2000	360,00
237	TUBO PVC ESGOTO 75 MM	MTS	MULTILIT	10,000	6,9000	69,00
238	TUBO PVC SOLDABEL 20 MM	MTS	MULTILIT	60,000	1,6900	101,40
240	TRILHO PARA CORTINA DUPLO	MT	METAL	20,000	3,1000	62,00
241	TUBO PVC SOLDABEL 32 MM	UND	MULTILIT	20,000	3,8500	77,00
244	VALVULA PLÁSTICA P/ LAVATÓRIO	UND	KRONA	15,000	3,8500	57,75
246	VEDA CALHA 300 ML	UND	SILOC	5,000	14,9000	74,50
247	FIO DE NYLON 1,6 MM	RL	EQUIPESCA	200,000	0,4500	90,00
250	VARÃO PARA CORTINA 2 METROS BRANCO COM SUPORTE COMPLETO	UND	KALA	10,000	13,5000	135,00
251	VARÃO PARA CORTINA 3 METROS BRANCO COM SUPORTE COMPLETO	UND	KALA	10,000	24,5000	245,00
252	TELA SOLDADA 1,52M DE ALTURA	MT	MORLAN	10,000	19,5000	195,00
254	POSTE CONCRETO 2 MT DE ALTURA	UND	ARTEFATOS	8,000	24,0000	192,00
255	TRELIÇA TG-8 BR 12M	BAR	ARCELORMIT	10,000	41,0000	410,00
257	MALHA DE FERRO 2X3	UN	ARCELORMIT	10,000	22,0000	220,00

<b>Fornecedor: 8737 - QUIMICA SOL EIRELI EPP</b>						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
101	FUNDO NIVELADOR P/ MADEIRA 3.6LTS	GL	COLORBRIL	8,000	42,0000	336,00
105	IMPERMEABILIZANTE ACRILICO 18 LTS	BAL	COLORBRIL	8,000	162,0000	1.296,00
106	IMPERMEABILIZANTE ACRILICO 3.6 LTS	GL	COLORBRIL	15,000	47,0000	705,00
153	MASSA ACRILICA 18 LTS	GL	COLORBRIL	5,000	57,0000	285,00
154	MASSA ACRILICA 3.6 LTS	GL	COLORBRIL	10,000	29,0000	290,00
190	SELADOR ACRILICO 18 LTS	UN	COLORBRIL	8,000	79,0000	632,00
191	SELADOR ACRILICO 3.6 LTS	UND	COLORBRIL	10,000	26,0000	260,00
195	SOLVENTE 0.9 LTS	UND	COLORWAN	30,000	9,0000	270,00
196	SOLVENTE 5 LTS	UND	COLORWAN	10,000	48,0000	480,00
217	THINNER 0.9 Lts	UND	COLORWAN	20,000	8,5000	170,00
219	TINTA ACRILICA SB 18 LTS - CORES SORTIDAS	GL	COLORBRIL	10,000	249,0000	2.490,00
220	TINTA ACRILICA SB 3.6 LTS - CORES SORTIDAS	GL	COLORBRIL	20,000	51,0000	1.020,00
221	TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA 18 LTS - CORES SORTIDAS	GL	COLORWAN	15,000	279,0000	4.185,00
222	TINTA DEMARCAÇÃO VIÁRIA 3.6 LTS - CORES SORTIDAS	UND	COLORWAN	10,000	51,0000	510,00
223	TINTA ESMALTE SINTETICO 0.9 LTS - CORES SORTIDAS	GL	COLORWAN	10,000	17,0000	170,00
224	TINTA ESMALTE SINTETICO 3.6 LTS - CORES SORTIDOS	GL	COLORBRIL	20,000	59,0000	1.180,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 6/10  
Processo Nº.: 63/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 7/10  
Processo Nº.: 63/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2017

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

**6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:**

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 8/10  
Processo Nº.: 63/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2017

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 9/10  
Processo Nº.: 63/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**Página: 10/10  
Processo Nº.: 63/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 8 de Agosto de 2017.

---

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 22.686.907/0001-99

QUIMICA SOL EIRELI EPP

CNPJ: 06.943.501/0001-98

THUNS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

CNPJ: 72.301.401/0001-92

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC  
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Passo de Torres/SC, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Torna Público, que se encontram abertas as inscrições para RENOVAÇÃO DOS CADASTROS DE FORNECEDORES e para a INSCRIÇÃO DE NOVOS FORNECEDORES INTERESSADOS, conforme Art. 34 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, podendo ser efetuado no Setor de Compras e Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, sito a RUA BEIRA RIO, nº 20, Bairro CENTRO, Município de PASSO DE TORRES, Estado de SANTA CATARINA, CEP: 88.980-000.

Mais informações e a lista da documentação exigida encontram-se disponíveis no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal. Contato pelo Fone: (48) 3548-0035 ou pessoalmente, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira em dias úteis, ou através do seguinte endereço eletrônico de e-mail: [licitacao@prefeitura-passo.sc.gov.br](mailto:licitacao@prefeitura-passo.sc.gov.br).

Passo de Torres/SC, 08 de Agosto de 2017.

Márcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças  
Prefeitura Municipal de Passo de Torres/SC

### DEC 050/2017

DECRETO Nº. 050, DE 11 DE JULHO DE 2017.

"INSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO COORDENADORA PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS GOMES DE SOUZA Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal. Considerando a necessidade de reestruturação da aplicação do Plano Municipal de Educação - PME, com fulcro com o que estabelece a Lei Municipal nº 996/2015, em consonância com a Lei Federal nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação;

Considerando que o Plano Municipal de Educação - PME, trata-se de um diploma essencial, que visa a aplicação da política e gestão educacional pública do Município de Passo de Torres;

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica instituída a Comissão Coordenadora para o Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME, do Município de Passo de Torres, em conformidade com a Lei Municipal nº 996/2015, que tem como finalidade, efetuar o acompanhamento contínuo e avaliação periódica de suas "metas e estratégias", em cada nível e modalidade de ensino no município.

Art. 2º. - São atribuições da Comissão Coordenadora para o Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME:

I - Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação;

II - Organizar Consulta Pública para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

III - Sistematizar os resultados da Consulta Pública em documento: Plano Municipal de Educação - Versão Final e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação;

IV- Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações;

Art. 3º. - A Comissão Coordenadora para o Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME, de que trata o presente Decreto, fica composta pelos membros a seguir nominados, representando os seguintes órgãos e instituições, cuja composição deverá ter 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente, sendo:

I - Secretaria de Educação:

a) Titular: Cristiano Carvalho Nunes  
b) Suplentes: Tatiana Ponte Branco Daniel

II - Conselho Municipal de Educação - CME;

a) Titular: Marli Matos Cândido  
b) Suplente: Silvia Regina Henrique  
III- Representante das Escolas Municipais:  
a) Titular: Josandra dos Santos Henrique Mauricio  
b) Suplente: Iolanda da Silva Gomes

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação, é parte integrante do art. 06º da Lei Municipal nº 996/2015, vigorando através do Inciso 01, como uma das instâncias de análise a execução de metas do PME, que deverá integrar esta Comissão, após sua composição.

Art. 3º Os membros da presente Comissão não serão remunerados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de julho de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de julho de 2017.

Márcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DEC 051/2017

DECRETO Nº. 051, DE 11 DE JULHO DE 2017.

"NOMEIA A EQUIPE TÉCNICA PARA O PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PASSO DE TORRES, CONFORME LEI DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE Nº 13.005 DE 25 DE JUNHO DE 2014 E LEI DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME 996 DE 18 DE JUNHO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura possui o dever de assegurar o apoio técnico e administrativo para as ações de acompanhamento e avaliação do Fórum Municipal de Educação.

CONSIDERANDO que monitorar e avaliar são etapas que se articulam continuamente em um único processo, contribuem para o alcance das metas propostas, apontam as lacunas e eventuais mudanças necessárias no percurso e incorporam ao plano o caráter de flexibilidade necessário para absorver as demandas da sociedade;

DECRETA:

Art. 1º. - São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação- PME:

- I- Organizar e analisar dados e informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do Município;
- II- Propor a reformulação de metas, estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados, quando necessário;
- III- Avaliar os investimentos necessários para cada meta;
- IV- Analisar a coerência do conjunto das metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais;
- V- Estabelecer coerência e conexão entre os Planos Nacional e Estadual de Educação
- VI- Apresentar relatórios, pareceres, notas técnicas e demais documentos para o Fórum Municipal de Educação –FME.

Art.2º. - Ficam nomeados para compor a Equipe Técnica de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação os seguintes membros:

Maria Eloiza Vargas da Costa

Cristiano Carvalho Nunes

Simoni Lemos Fernandes Schoeffler

Tatiana Ponte Branco Daniel

Art. 3º Os membros da presente Comissão não serão remunerados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogando-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de julho de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de julho de 2017.

Márcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DEC 052/2017

DECRETO Nº 052 DE 24 DE JULHO DE 2017

“CONVOCA O 2º FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada o 2º Fórum Municipal de Cultura, diante da proposta do Ministério da Cultura e da Lei nº 918, de 26 de fevereiro de 2014 visando o fortalecimento de políticas públicas para a área cultural, a se realizar no dia 24 de agosto de 2017, com instalação da sessão marcada para início às 18h, na sede do Clube da Terceira Idade Amizade do Município de Passo de Torres, situado na Rua Mampituba, sob a coordenação do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura e Conselho Municipal de Política Cultural de Passo de Torres.

Art. 2º - O 2º Fórum têm por finalidades a validação do Plano

Municipal de Cultura pela sociedade civil, de acordo com o item III do Artigo 33 e os Artigos 47 e 48 da Lei Municipal nº 918, de 26 de fevereiro de 2014, que trata do Sistema Municipal de Cultura de Passo de Torres, e a eleição dos membros que representam a sociedade civil do Conselho Municipal de Política Cultural previsto no Parágrafo 2º do Artigo 39 da Lei nº 918, de 26 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Eleição dos membros da sociedade civil para compor o Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 3º - O 2º Fórum será presidido pela Diretoria do Conselho Municipal de Política Cultural ou, em sua ausência, ou impedimento eventual, pelo gestor de cultura, ou ainda, alguém indicado por ambos, que, para organização e desenvolvimento de atividades da mesma, contará com a assessoria da Comissão Organizadora.

Parágrafo único - A Comissão Organizadora é composta pelos membros do Conselho Municipal de Política Cultural

Art. 4º - As despesas com a realização do 2º Fórum Municipal de Cultura correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 24 de julho de 2017

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de julho de 2017

Márcio Luiz Abatti

Secretario M. de Administração e Finanças

## DEC 053/2017

DECRETO Nº 053/2017, DE 24 JULHO DE 2017.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE CONVÊNIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1032 de 06 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do excesso de arrecadação de recursos do Governo Estadual, no montante de R\$ 149.600,00 (Cento e quarenta e nove mil e seiscentos reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS

Atividade: 2.048 - Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 0095(148) Aplicações Diretas ..... R\$ 149.600,00

TOTAL ..... R\$ 149.600,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos do Convênio Nº 2016TR1754 Processo Nº SDR22 00002622/2016 firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá - ADR, cujo plano de trabalho trata de AQUISIÇÃO DE SEIXO ROLADO PARA MANUTENÇÃO DA ESTRADA GERAL DE ACESSO AO BALNEÁRIO BELLATORRES, com contrapartida financeira do Município.



Parágrafo Único – A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 24 de julho de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 24 de julho de 2017.

Márcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DEC 054/2017

DECRETO Nº 054/2017, DE 24 JULHO DE 2017.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1032 de 06 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do excesso de arrecadação de recursos do Governo Estadual, no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS

Projeto: 1.052 – Pavimentação, e Drenagem Pluvial de Ruas e Avenidas

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0095(139) Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos do Convênio Nº 2016TR1755 Processo Nº SDR22 00006302/2016 firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá - ADR, cujo plano de trabalho trata de RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS – RUA DAS VIOLETAS E DAS CAMÉLIAS, com contrapartida financeira do Município.

Parágrafo Único – A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 24 de julho de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 24 de julho de 2017.

Márcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DEC 055/2017

DECRETO Nº 055/2017, DE 24 JULHO DE 2017.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1032 de 06 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2031 – Manutenção das Ações de Saúde Pública

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.0696(19) Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00

TOTAL ..... R\$ 300.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação, na fonte de recurso 0696 - Recurso Próprio.

Parágrafo Único – A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 24 de julho de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 24 de julho de 2017.

Márcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DEC 056/2017

DECRETO Nº 056, DE 27 DE JULHO DE 2017.

“SUPLEMENTA AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso III da Lei Municipal Nº 1032 de 06 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2017, no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 ENSINO REGULAR

Proj./Atividade 2.010 Manutenção do Ensino Regular

Mod. de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.00.00.000119(33) Aplicações

Diretas ..... R\$ 400.000,00  
 TOTAL .....  
 ..... R\$ 400.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 Unidade: 02 ENSINO REGULAR  
 Proj./Atividade 2.010 Manutenção do Ensino Regular  
 Mod. de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.000118(32) Aplicações Diretas ..... R\$ 400.000,00  
 TOTAL .....  
 ..... R\$ 400.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 27 de julho de 2017.  
 Jonas Gomes de Souza  
 Prefeito Municipal  
 Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 27 de julho de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
 Secretário de Administração e Finanças

### DEC 057/2017

DECRETO Nº 057, DE 27 DE JULHO DE 2017.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1032 de 06 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação proveniente de recursos próprios, no montante de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL  
 Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
 Atividade: 2.034 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
 Mod. de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 0100(87) Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00  
 TOTAL GERAL .....  
 ..... R\$ 300.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação com recursos próprios creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Passo de Torres.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 27 de julho de 2017.  
 Jonas Gomes de Souza  
 Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 27 de julho de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
 Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 183/2017

PORTARIA Nº 183 DE 19 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a autorização para condução de veículos oficiais por servidores da prefeitura municipal de Passo de Torres, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores da Prefeitura Municipal de Passo de Torres abaixo descritos, poderão, no interesse do serviço público e no exercício de suas próprias atribuições, em havendo insuficiência de Motoristas Oficiais, dirigir veículos oficiais, atendido o estabelecido nesta Portaria.

Adilson Moacir Martins, Alan Miguel Constante, Áureo André Henrique, Caio Roberio Barpp da Silva, Dani Nasser de Oliveira, Janaína Silveira Scheffer, Jonas Gomes de Souza, José Edson da Silva, Luciana Alves Scheffer, Luciano Daitx da Silva, Marcio Luiz Abatti, Maria Zea Silveira Pires, Talia Woichimevski Marcos Dias, Valter Noé Almeida Nunes, Jaime Luiz da Silveira Batista, Maria Eloiza Vargas da Costa, Luiz Carlos Hespanhol, Dorizete dos Santos Porto, Marlene Dutra Vidor, Flavio Cardoso Gonçalves, Douglas Martins Rocha, Roger Santos Maciel e Emerson Cardoso Kjillin.

Art. 2º O uso indevido do veículo oficial implicará no imediato cancelamento desta e na sujeição do servidor às sanções disciplinares cabíveis.

Parágrafo único: Ao servidor caberá a responsabilidade administrativa, civil e penal pelas infrações decorrentes de atos por ele praticados na condução de veículo oficial

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 115/2017.

Passo de Torres, 19 de julho de 2017.  
 Jonas Gomes de Souza  
 Prefeito Municipal de Passo de Torres

Esta portaria foi registrada e publicada nesta Secretaria de administração e Finanças em 19 de julho de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 184/2017**

PORTARIA Nº 184, DE 24 DE JULHO DE 2017.

"APROVA O REGULAMENTO DO 2º FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA DE PASSO DE TORRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no Decreto nº 052/ 2017, de 24 de julho de 2017, que convoca o 2º Fórum Municipal de Cultura de Passo de Torres,

**RESOLVE**

Art.1º Aprovar o Regulamento do 2º FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA DE PASSO DE TORRES, apreciado e aprovado pelos conselheiros na reunião extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural e Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Fica o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura responsável pelas providências operacionais para a realização do 2º Fórum Municipal de Cultura de Passo de Torres.

Art. 3º Os casos omissos e conflitantes do Regulamento do 2º Fórum Municipal de Cultura de Passo de Torres serão decididos pelo Presidente da Comissão Organizadora do evento, o Gestor de Cultura Jaime Luis da Silveira Batista.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

Passo de Torres, 24 de julho de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal de Passo de Torres

Esta portaria foi registrada e publicada nesta Secretaria de administração e Finanças em 24 de julho de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**ANEXO ÚNICO****REGULAMENTO DO 2º FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA DE PASSO DE TORRES****CAPÍTULO I****DAS FINALIDADES**

Art.1º O 2º Fórum de Municipal de Cultura de Passo de Torres comporta o foro municipal dos debates aberto aos segmentos da sociedade, e terá por finalidade a:

- Validação do Plano Municipal de Cultura pela sociedade civil, de acordo com o item III do Artigo 33 e os Artigos 47 e 48 da Lei Municipal nº 918, de 26 de fevereiro de 2014, que trata do Sistema Municipal de Cultura de Passo de Torres.

- Eleição dos membros que representam a sociedade civil do Conselho Municipal de Políticas Culturais previsto no Parágrafo 2º do Artigo 39 da Lei nº 918, de 26 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Eleição dos membros da sociedade civil para compor o Conselho Municipal de Política Cultural.

PARÁGRAFO ÚNICO - O 2º Fórum de Cultura do Município de Passo

de Torres será realizado no dia 24 de agosto de 2017, na sede do Clube da Terceira Idade Amizade, situado na Rua Mampituba, sob a coordenação da Secretaria de Educação e Cultura

**CAPÍTULO II****DA PARTICIPAÇÃO**

Art. 2º Poderão se inscrever como participantes do 2º Fórum as pessoas interessadas na condição de:

I) Representantes

II) Observadores

III) Convidados

§ 1º Poderão participar do 2º Fórum na condição de Representantes os cidadãos, sem vínculo governamental, residentes no Município de Passo de Torres e as pessoas indicadas e escolhidas como tal, pelas entidades com segmentos artístico-culturais que representam e com atuação pública e/ou comprovada no município de Passo de Torres, por tempo não inferior a dois anos;

§ 2º Os Representantes participarão do 2º Fórum com direito a voz e voto e poderão concorrer às vagas de membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC – de Passo de Torres;

§ 3º Os participantes estabelecidos nos incisos, II, III, do caput do artigo tomarão parte do 2º Fórum apenas com direito a voz e não poderão concorrer às vagas de membros do CMPC observando-se ainda o seguinte:

I Os observadores deverão inscrever-se, previamente, na Biblioteca Pública Municipal de Passo de Torres, ou das 18h às 18h30min no local do 2º Fórum.

II Os convidados participarão do 2º Fórum a critério da Comissão Organizadora

**SEÇÃO I****DOS REPRESENTANTES**

Art. 3º Participarão do 2º Fórum na condição de Representantes:

I) Titulares ou representantes de entidades culturais devidamente registradas abrangendo: entidades estudantis, associações, institutos, cooperativas, que indicarão 1 (um) titular e 1(um) suplente para compor o CMPC – Conselho Municipal de Política Cultural;

II) Agentes culturais das seguintes áreas:

- a) Artes Cênicas;
- b) Artes Visuais;
- c) Audiovisual;
- d) Comunicação;
- e) Artesanato;
- f) Cultura Popular;
- g) Música;
- h) Dança;
- i) História;
- j) Literatura;
- k) Patrimônio material e imaterial.

III) Cidadãos da sociedade civil residentes no Município de Passo de Torres.

**CAPÍTULO III****DO PROGRAMA**

Art. 4º O programa 2º Fórum cumprirá a seguinte pauta:

I) Avançar no debate e Validar o Plano Municipal de Cultura pela sociedade civil, de acordo com o item III do Artigo 33 e os Artigos 47 e 48 da Lei Municipal nº 918, de 26 de fevereiro de 2014, que trata do Sistema Municipal de Cultura de Passo de Torres;

II) Eleição do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC previsto no art. 2º do Artigo 39 na Lei nº 918, de 26 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura.

Art. 5º Será facultado a qualquer participante inscrito no 2º Fórum, pela ordem e mediante prévia inscrição junto à Mesa Diretora dos trabalhos, manifestar-se verbalmente e/ou por escrito durante o período dos debates, através de perguntas ou observações pertinentes ao tema, no prazo estipulado pela Mesa.

Art. 6º A Mesa Diretora dos trabalhos será dirigida pela Diretoria do CMPC ou, em sua ausência, ou impedimento eventual, pelo Gestor de Cultura, ou ainda, alguém indicado por ambos, que, para organização e desenvolvimento de atividades da mesma, contará com a assessoria da Comissão Organizadora.

## SEÇÃO I

### DO DEBATE

Art. 7º Cada participante do 2º Fórum poderá apresentar até 02 (duas) perguntas para a mesa de trabalho.

§ 1º As perguntas deverão ser apresentadas por escrito à mesa de trabalho.

§ 2º As respostas caberão a cada componente da mesa de trabalho conforme o seu conhecimento em sua área de atuação.

## CAPITULO IV

### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º O 2º Fórum será presidido pela Diretoria do CMPC ou, em sua ausência, ou impedimento eventual, pelo gestor de cultura, ou ainda, alguém indicado por ambos, que, para organização e desenvolvimento de atividades da mesma, contará com a assessoria da Comissão Organizadora.

Parágrafo único A Comissão Organizadora é composta pelos membros do CMPC

## SEÇÃO I

### DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE E DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO 2º FÓRUM

Art. 9º São atribuições da Presidência do 2º Fórum

I) Presidir, coordenar e dirigir todas as atividades necessárias à realização do 2º Fórum ou designar substituto.

II) Convocar a Comissão Organizadora do 2º Fórum para reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como outros labores, para reuniões, e demais atividades relativas ao 2º Fórum;

III) Prestar contas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura das despesas realizadas com o 2º Fórum;

IV) Fornecer Certificados aos participantes, que tiverem interessados, do 2º Fórum.

Art.10 São atribuições da Comissão Organizadora, sob a coordenação da Presidência do 2º Fórum:

I) Divulgar amplamente à população a realização do evento, seus objetivos e as formas de participação;

II) Promover a realização do evento, cuidando de todos os aspectos técnicos, administrativos e financeiros que o envolveram.

III) Responsabilizar-se pela Programação Oficial do 2º Fórum

IV) Aprovar a relação dos segmentos da sociedade participantes e seus respectivos Representantes.

V) Resolver, em última instância, sobre as questões não previstas neste Regimento.

§1º Compete à Secretária Geral da Comissão Organizadora do 2º Fórum:

a) Promover e supervisionar junto ao Presidente a elaboração dos documentos técnicos oficiais do 2º Fórum;

b) Coordenar as reuniões da Comissão Organizadora do 2º Fórum;

c) Coordenar e supervisionar a elaboração da Programação do 2º Fórum;

d) Assessorar o Presidente da Comissão Organizadora do 2º Fórum no planejamento das atividades e substituí-lo nos seus impedimentos;

e) Supervisionar junto ao Presidente o planejamento das diversas atividades preparatórias bem como as ações de mobilização das entidades e instituições objetivando intensificar a participação no 2º Fórum;

f) Coordenar e supervisionar as inscrições dos participantes do 2º Fórum;

g) Secretariar a Reunião Plenária final do 2º Fórum.

§2º Compete à Assessoria Técnica - Administrativa e de Relatoria da Comissão Organizadora do 2º Fórum:

b) Assessorar o Presidente e o Secretário Geral na organização de todas as atividades preparatórias do 2º Fórum;

c) Responsabilizar-se pelo registro tanto das atividades preparatórias como das atividades do 2º Fórum, através de fotografias, vídeo, redação, material de imprensa, etc;

d) Participar da elaboração e revisar todos os documentos gráficos referentes à organização do 2º Fórum;

e) Responsabilizar-se junto ao Presidente e o Secretário Geral pela consolidação do Relatório Final do 2º Fórum;

f) Responsabilizar-se pela elaboração dos dados que comporão os Anais do 2º Fórum.

g) Responsabilizar-se junto ao Presidente e o Secretário Geral pela coordenação e supervisão dos trabalhos de elaboração dos Anais do 2º Fórum.

## CAPITULO V

### DA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS

Art. 11 Os membros do CMPC serão escolhidos de acordo com o §1º do Artigo 40 da Lei Municipal nº 918, de 26 de fevereiro de 2014.

Art. 12 O credenciamento dos REPRESENTANTES, e dos demais membros do 2º Fórum deverá ser feito mediante o preenchimento de ficha de inscrição, disponibilizada na Biblioteca Pública Municipal de Passo de Torres ou solicitada no e-mail: cultura@prefeitura-passo.sc.gov.br, até o dia 24 de agosto de 2017 até às 17hs.

Parágrafo Único: - no caso de dificuldade insanável, a inscrição será permitida no dia 28 de agosto, antes do início dos trabalhos.

Art. 13 Os REPRESENTANTES credenciados, na forma descrita no



artigo 12, receberão cédula de votação para apontar a pessoa física e associação que integrarão o CMPC como conselheiro em cada setor abaixo descrito:

- I) Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual e Comunicação, 1 (um) representante;
- II) Artesanato e Cultura Popular 1 (um) representante;
- III) Música e Dança, 1 (um) representante;
- V) História, Literatura, Patrimônio material e imaterial, 1 (um) representante;
- VI) Associações e entidades culturais, 1 (um) representante.

At. 14 Caso ocorra empate na votação, será considerado eleito o candidato de maior idade; permanecendo o empate, proceder-se-á ao sorteio público.

Art. 15 Findo o processo eleitoral, os Conselheiros eleitos passarão a compor o CMPC no qual exercerão as atribuições e responsabilidades definidas pelo Regimento Interno.

Parágrafo Único: Exercerá o cargo de Conselheiro Suplente o candidato que obteve o segundo maior número de votos imediatamente inferior ao Conselheiro eleito, aplicando-se em caso de empate as disposições do art. 14.

#### CAPITULO VI

Art. 16 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora do 2º Fórum, de cuja decisão não caberá recurso.

Passo de Torres, 24 de julho de 2017.

#### **PORTARIA 185/2017**

PORTARIA Nº 185, DE 24 DE JULHO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias a servidora pública municipal, abaixo relacionada, no período de 24/07/2017 à 23/08/2017.

Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- Janaina Silveira Scheffer: Período aquisitivo: 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 24 de julho de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de junho de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA 186/2017**

PORTARIA Nº 186, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, PAULO ROBERTO JARDIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, Paulo Roberto Jardim, referente ao período aquisitivo de 01/03/2012 à 02/03/2017.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 01/08/2017 com término em 29/10/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA 187/2017**

PORTARIA Nº. 187, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

“EXONERA, SANDUVAL IRINEU CAETANO, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO - F.G-1.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º- Fica exonerado, Sanduval Irineu Caetano, da Função de Chefe de Departamento, F.G- 1.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 188/2017**

PORTARIA Nº 188, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ZULEIDE MARION DA SILVA TEIXEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Zuleide Marion da Silva Teixeira, referente ao período aquisitivo de 16/12/2004 à 15/12/2009.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 01/08/2017 com término em 29/10/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 189/2017**

PORTARIA Nº 189, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, AURORA FERNANDES JOAQUIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Aurora Fernandes Joaquim, referente ao período aquisitivo de 21/07/2012 à 20/07/2017.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 01/08/2017 com término em 29/10/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 190/2017**

PORTARIA Nº. 190, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

"DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, GILBERTO SCHEFFER VIEIRA, PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS F.G 7.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Gilberto Scheffer Vieira, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços – FG - 7.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 191/2017**

PORTARIA Nº 191, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias aos servidores públicos municipais, abaixo relacionado, no período de: 01/08/2017 à 30/08/2017.

Gabinete do Prefeito:

- Silvino Daniel – Período Aquisitivo: 05/01/2015 à 04/01/2016.

Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- Flavio Antonio Fabricio da Rocha – Período Aquisitivo: 02/07/2015 à 01/07/2016.

- Janaina Silveira Scheffer – Período Aquisitivo : 01/01/2016 à 31/12/2016.

Secretaria Municipal de Saúde:

- Liane Josete de Freitas: Período Aquisitivo: 03/01/2016 à 02/01/2017.

- Norberto Delfino Joaquim: Período Aquisitivo: 30/04/2016 à 29/04/2017.

- Queli Peres da Silva Alves: Período Aquisitivo: 09/03/2016 à 08/03/2017.

- Venicio Pereira de Souza: Período Aquisitivo: 05/03/2016 à 04/03/2017.



Secretaria Municipal de Obras:

-Dani Nasser de Oliveira: Período Aquisitivo: 10/06/2014 à 09/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 192/2017**

PORTARIA Nº 192, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

“EXONERA POR APOSENTADORIA POR IDADE, NOEDI NOCOLAU ROLDÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar por Aposentadoria por idade, Noedi Nicolau Roldão, do Cargo de Servente.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 193/2017**

PORTARIA Nº 193, DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CAMILA DA SILVA DE MATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Camila da Silva de Matos, referente ao período aquisitivo de 01/02/2012 à 02/02/2017.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 02/08/2017 com término em 30/10/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA 194/2017**

PORTARIA Nº 194, DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PRISCILA PERES CARDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Priscila Peres Cardoso, referente ao período aquisitivo de 02/04/2012 à 01/04/2017.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 02/08/2017 com término em 30/10/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA 195/2017**

PORTARIA Nº 195, DE 03 DE AGOSTO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias aos servidores públicos municipais, abaixo relacionado, no período de: 03/08/2017 à 01/09/2017.

Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- Lucilene Cardoso Porto – Período Aquisitivo: 01/06/2016 à 31/05/2017.

- Maria Claudete da Silva Oliveira- Período Aquisitivo: 20/12/2015

à 19/12/2016.

- Sanduval Irineu Caetano – Período Aquisitivo: 04/02/2016 à 03/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

# Passos Maia

## PREFEITURA

### DECRETO N. 076/2017

DECRETO N.º 076/2017, 08 de agosto de 2017.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal nº 485/2006,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados como membros do Conselho Municipal de Trânsito, as pessoas abaixo nominadas:

I – Representante do Destacamento Local da Polícia Militar:

Titular: Gilvano Marcos Bernardi;

Suplente: Julio Cezar Petrikoski.

II – Representante da Polícia Civil:

Titular: Leci Astrissi;

Suplente: Karina Perin Giombelli.

III – Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo:

Titular: Nilson Perozza;

Suplente: Milton Canonica.

IV – Representante da Indústria e do Comércio de Passos Maia:

Titular: Marcos Marca;

Suplente: Edegar Sutil de Oliveira.

V – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passos Maia:

Titular: Renato Loregian;

Suplente: Vanderlei Zenaro.

Art. 2º - Os conselheiros acima nomeados exercerão suas atividades por um mandato de 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 352/2015.

Passos Maia - SC, 08 de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Secretário Executivo

### PORTARIA Nº 221, DE 31 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 221, de 31 de julho de 2017.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13

de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar Professor para suprir as necessidades temporárias da rede municipal de ensino durante o período de Licença Prêmio concedida à servidora Roselene Maria Michelin Dal Bello, conforme disposto na Portaria nº 218, de 31 de julho de 2017;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a classificação obtida pela senhora Luciana Aparecida Ribeiro no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, levado a efeito pelo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 042, de 17 de fevereiro de 2017 para o cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora LUCIANA APARECIDA RIBEIRO para ocupar o cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Símbolo PD/C-III, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 01/08/2017 a 31/10/2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 31 de julho de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação

dos Atos Oficiais.

### PORTARIA Nº 224, DE 31 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 224, de 31 de julho de 2017.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar Professor para suprir as necessidades temporárias da rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2017;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro

permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a classificação obtida pela senhora Marineide de Matos no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, levado a efeito pelo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 042, de 17 de fevereiro de 2017 para o cargo de Professor Anos Iniciais - Habilitado;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

Considerando a falha do setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de contratação à época;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora MARINEIDE DE MATOS para ocupar o cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Símbolo PD/C-III, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 18/05/2017 a 20/12/2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 18 de maio de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 102, de 20 de março de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 31 de julho de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

#### PORTARIA Nº 226, DE 1º DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 226, de 1º de agosto de 2017.

"CONCEDE ADICIONAL DE REPRESENTAÇÃO À SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 48, par. 1, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005,

Considerando que o servidor abaixo nominado é responsável, entre outras atividades, por responder pela Secretária Municipal de Administração Fazenda e Planejamento, bem como exerce a função de Secretário de Administração;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor EDSON SALVADEGO, ocupante do cargo de Secretário Executivo, matrícula n. 10.543, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, Adicional de Representação de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento básico do seu cargo, nos termos do art. 48, par. 1, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005, a partir da competência de agosto

de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o art. 2º da Portaria nº 001, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

#### PORTARIA Nº 214, DE 18 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 214, de 18 de julho de 2017.

"RETIFICA O ART. 1º DA PORTARIA Nº 204, DE 07 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando a Comunicação de Decisão expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social em 14 de julho de 2017, que informa a constatação de incapacidade para o trabalho e concede benefício de auxílio doença à servidora Diana Aparecida Engelmann até o dia 06 de agosto de 2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o art. 1º, da Portaria nº 204, de 07 de julho de 2017, passando este a vigorar a partir de 18 de julho de 2017 com o seguinte teor:

"Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora DIANA APARECIDA ENGELMAN, matrícula n. 10573, ocupante do cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 21/06/2017 a 06/08/2017."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se

Passos Maia-SC, 18 de julho de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 215, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

PORTARIA Nº 215, de 18 de julho de 2017.

"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o contrato temporário da servidora se estendeu até o fim do período de sua gestação, conforme disposto na Portaria nº 045, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de exonerar a servidora a partir da data fim de sua licença maternidade

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal DIANALIZE FILIPINI DE QUEIROZ, ocupante do cargo temporário de Instrutor de Informática, lotada na Secretaria da Educação e Esportes, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 18 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 18 de julho de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 216, DE 26 DE JULHO DE 2017.**

PORTARIA Nº 216, de 26 de julho de 2017.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora FRANCIELI FORCHESATTO ZOTTI, matrícula n. 10420, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, símbolo ASS-12, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 01/02/2016 a 31/01/2017, para serem gozadas do dia 01/08/2017 a 15/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de julho de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 217, DE 26 DE JULHO DE 2017.**

PORTARIA Nº 217, de 26 de julho de 2017.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora MARITÂNIA BRIZOLA, matrícula n. 384, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-13, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referentes ao período aquisitivo de 16/07/2016 a 15/07/2017, para serem gozadas do dia 01/08/2017 a 30/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de julho de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 218, DE 31 DE JULHO DE 2017.**

PORTARIA Nº 218, de 31 de julho de 2017.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 99, Parágrafo Único, da Lei Complementar n.º 002, de 14 de setembro de 1998,

Considerando o direito adquirido da servidora para o gozo da licença prêmio, o pedido formulado pela servidora e a conveniência para a administração municipal na concessão da Licença Prêmio,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio à servidora ROSELENE MARIA MICHELON DAL BELLO, matrícula nº 8018, ocupante do Grupo Ocupacional Pessoal Docente, Denominação de Cargo Professor, Símbolo PD/D-IV, jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes,



referente ao período aquisitivo de 22/02/2002 a 21/02/2007, para serem gozadas de 01/08/2017 a 31/10/2017, de conformidade com o requerimento protocolado sob nº 0316/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 31 de julho de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 219, DE 31 DE JULHO DE 2017.**

PORTARIA Nº 219, de 31 de julho de 2017.

“AMPLIA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015,

Considerando a Licença Prêmio concedida à servidora Roselene Maria Michelin Dal Bello no período de 1º de agosto de 2017 a 29 de outubro de 2017, conforme disposto na Portaria nº 218, de 31 de julho de 2017;

Considerando a necessidade de dar continuidade aos serviços do CEI Branca de Neve durante o afastamento da servidora supracitada;

Considerando o disposto no § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015, que autoriza o poder público municipal a realizar redução e/ou ampliação de carga horária semanal do servidor, visando atender interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL da servidora DAIANA APARECIDA LAMP, ocupante do cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, símbolo PD/C-III, Lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais a partir de 1º de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 31 de julho de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 220, DE 31 DE JULHO DE 2017.**

PORTARIA Nº 220, de 31 de julho de 2017.

“AMPLIA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015,

Considerando a Licença Prêmio concedida à servidora Roselene Maria Michelin Dal Bello no período de 1º de agosto de 2017 a 29 de outubro de 2017, conforme disposto na Portaria nº 218, de 31 de julho de 2017;

Considerando a necessidade de dar continuidade aos serviços do CEI Branca de Neve durante o afastamento da servidora supracitada;

Considerando o disposto no § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015, que autoriza o poder público municipal a realizar redução e/ou ampliação de carga horária semanal do servidor, visando atender interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL da servidora LISNARA DESANTI, ocupante do cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, símbolo PD/C-III, Lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 10 (dez) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais a partir de 1º de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 31 de julho de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 222, DE 31 DE JULHO DE 2017.**

PORTARIA Nº 222, de 31 de julho de 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pelo Cardiologista Dr. Rafael Augusto Favero – CREMESC 10529 – no dia 25/07/2017 e entregue pelo servidor ao Setor de Recursos Humanos em 31/07/2017, que sugere afastamento do servidor de suas atividades laborais por 02 (duas) semanas;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor LUIZ CARLOS CUMERLATTO, matrícula n. 9023, ocupante



do cargo de Motorista, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-3, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 25/07/2017 a 07/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 25 de julho de 2017.

Publique-se

Passos Maia-SC, 31 de julho de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 223, DE 31 DE JULHO DE 2017.**

PORTARIA Nº 223, de 31 de julho de 2017.

**"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 76, VI, da Lei Complementar 004 de 31 de agosto de 1999 e,

Considerando o pedido formulado pela servidora através de requerimento solicitando licença para tratar de assuntos de interesse particular (sem remuneração);  
Considerando o direito da solicitante e não haver prejuízos ao serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, conforme art. 76, VI, da Lei Complementar n. 004 de 31 de agosto de 1999, para a servidora KAROLINE TOZZO FALCHETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, Grupo Ocupacional Profissional, símbolo PF-16, carga horária semanal de 20 (vinte) horas, matrícula n. 359, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 01/08/2017 a 31/07/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 31 de julho de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 225, DE 1º DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 225, de 1º de agosto de 2017.

**"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pelo Ortopedista Dr. Gabriel Nagel – CRM SC 15091 – no dia 31/07/2017 e entregue pelo servidor ao Setor de Recursos Humanos em 01/08/2017, que sugere afastamento do servidor de suas atividades laborais por 60 (sessenta) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor ADÃO VALENTIN LAMP, matrícula nº 34, ocupante do cargo de Pedreiro, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-5, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, pelo período de 31/07/2017 a 28/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 31 de julho de 2017.

Publique-se

Passos Maia-SC, 1º de agosto de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 227, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 227, de 04 de agosto de 2017.

**"EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE EMPREGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares formulado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora pública municipal ARIELI JAQUES DE SOUZA, ocupante do Emprego Público de Fonoaudióloga, matrícula 10613, lotada na Secretaria da Saúde, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 04 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de agosto de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

Passos Maia – SC, 01 de Agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA  
CONTRATANTE

MARCELI MARCHESINI  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO  
CPF: 067.004.859-32

ALEX S. ZANCHET  
CPF: 068.152.419-71

### **TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0037/2014**

TERMO ADITIVO 005 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0037/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0016/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0010/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Botero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o nº. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Leomar Roberto Listoni, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob o n. 639.458.199-20, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, MARCELI MARCHESINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n. 010.087.319-78, residente e domiciliada na Avenida Padre João Botero, n. 330, sala 01, centro, Cidade e Comarca de Passos Maia – SC, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e contratada o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Fica alterado o objeto de contratação de profissional para prestação de serviços fisioterapia e auriculoterapia (técnica de diagnóstico e tratamento através da orelha), passando a conter uma carga horária mínima de 30 (trinta) horas semanais, conforme cronograma de atendimento/trabalho a ser estabelecido oportunamente pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as especificações constantes no edital e no contrato, as quais a CONTRATADA se declara em condições de prestar em estrita observância com o indicado nas Especificações do Anexo I e na documentação levada a efeito pelo Pregão Presencial n. 0010/2014, Processo Licitatório n. 0016/2014.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALOR CONTRATUAL**

Fica alterado o valor referente do termo aditivo 0001/2014 ao contrato administrativo 0037/2014. Desta forma, pelos serviços a serem prestados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância mensal de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro de Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### LEI Nº 1715/2017

Lei nº 1715/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA – ARESCE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA – ARESCE, em consonância com as Leis Federais nº 11.445/07 e 12.305/10, com o art. 241, da Constituição Federal de 1988 e Lei Estadual nº 16.673, de 11 de agosto de 2015, com vistas a delegar as questões afetas a regulação dos serviços públicos de saneamento básico do Município;

Art. 2º. Deverão ser delegadas mediante convênio com a AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA – ARESCE, as seguintes atribuições relativas aos serviços públicos de saneamento básico:

I - supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa ao saneamento básico;

II - fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional;

III - expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando ao estabelecimento de padrões de qualidade para:

- a) prestação dos serviços;
- b) otimização dos custos;
- c) segurança das instalações; e
- d) atendimento aos usuários.

IV - estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços;

V - analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços;

VI - aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço, quando, sem motivo justificado, houver descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas expedidas pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESCE;

Art. 3º. Os recursos necessários à execução de regulação e fiscalização, delegados à Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESCE, relativo às atribuições de que trata o art. 2º supra, proverão da cobrança da Taxa de Fiscalização, sendo de responsabilidade das entidades públicas ou privadas que prestem serviços públicos de saneamento básico o seu pagamento;

Art. 4º. O Município exigirá a ligação obrigatória de toda construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água potável e de coleta de esgoto, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão às expensas dos usuários, nos termos do inciso II, do art. 14, da Lei Estadual nº 13.517/05.

Art. 5º. Revoga-se a Lei nº 1.377, de 29 de março de 2010.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 09 de agosto de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO  
Sec. Municipal de Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº. 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 03/2017.  
PROCESSO LICITATÓRIO 47/2017  
CARTA CONVITE 05/2017

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para serviço de manutenção e instalação de servidores e máquinas clientes em Linux e Windows para gerenciamento de arquivos, distribuição de internet, e firewall de segurança com sistemas de filtros e proxy para atender a Câmara Municipal de Paulo Lopes. CONTRATADA: JOSÉ CARLOS VIEIRA JUNIOR 07584267980 MEI, CNPJ: 27.898.839/0001-45. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Paulo Lopes, órgão público do Poder Legislativo do Município de Paulo Lopes/SC, CNPJ nº. 79.886.578/0001-47; VALOR DO CONTRATO: R\$ 900,00 reais (novecentos reais) mensais. PRAZO DO CONTRATO: 12 (doze) meses.

Paulo Lopes, 08 de Agosto de 2017.  
EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS  
Presidente da Câmara

# Penha

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº3199/2017 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS E MORADORES DA PRAIA DE SÃO MIGUEL**

DECRETO Nº3198/2017

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL PARA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA PRAIA DE SÃO MIGUEL.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

#### DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a AMAPRAINHA – Associação de Moradores e Amigos da Praia de São Miguel, inscrita sob CNPJ nº. 08.772.192/0001-66, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 2.847, de 20 de dezembro de 2016, Art. 31, inciso II da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações e Art. 12, §3º, I e Art. 26 da Lei nº 4.320/64, em virtude da realização da 15ª Festa do Pescador Artesanal.

Art. 2º A dotação decorrente com a execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Cultura

Funcional: 13.392.0010

Atividade: 2.034 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura

Fonte de Recursos: 0000 – Recursos Próprios

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00(103) – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; e de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64 autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Cultura

Funcional: 13.392.0010

Atividade: 2.034 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura

Fonte de Recursos: 0000 – Recursos Próprios

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00(103) – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos ..... R\$ 30.000,00

Art. 4º Os recursos necessários para atendimento da presente Lei de abertura de crédito suplementar, conforme Artigo 3º, correrá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino

Funcional: 12.361.0304

Projeto: 1.008 – Construção de Quadras poliesportivas

Fonte de Recursos: 0000 – Recursos Próprios

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00(068) – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 26 de julho de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

### **8º TERMO ADITIVO Nº 24/2017 - PMP**

8º Termo aditivo nº 24/2017- PMP

Ao contrato nº 28/2014 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº 02/14 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 01/14 – PMP.

Objeto: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em paver, drenagem pluvial e sinalização da Rua Waldemar Werner.

Pelo presente instrumento de 8º Termo Aditivo nº 24/2017-PMP ao Contrato Administrativo nº. 28/2014 PMP entre o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.484.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, com sede na cidade de Balneario Piçarras, na Rua Henrique Todeschini, nº 300, no Centro, Cep 88.380-000, telefone 47-3345-0803, inscrita no CNPJ sob o nº 00.145.589/0001-16, neste ato representada pelo Sr. Jean Pierre Lana, CPF nº. 969.712.909-68 doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula primeira do 7º Termo Aditivo nº. 207/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº. 28/2014 PMP fica prorrogada até o dia 29/06/2017, conforme justificativa e solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, anexa ao presente termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato principal e termos aditivos permanecem inalteradas.

Penha/SC, 30 de Março de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE



**BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA**

Jean Pierre Lana  
CONTRATADA

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**DE ACORDO:**

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
PROCURADOR GERAL

**CONTRATO Nº 029/2017-FMS**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA DANIEL BRAGA OLIVEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA.

**CONTRATO N.º 29/2017-FMS**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrito no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa DANIEL BRAGA OLIVEIRA, com sede na cidade de Palhoça/SC, no Bairro: Aririu, Rua Ialene Schutz Horstmann, nº 279, CEP: 88.135-221, e-mail: dbo1984@gmail.com, inscrita sobre o CNPJ nº 22.473.223/0001-09, neste ato representada pelo Senhor Daniel Braga Oliveira, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é decorrente da Compra Direta nº 149/2017-FMS, Autorização de Fornecimento nº 266/2017, para prestação de serviços de assessoria no sistema Beta Tributos utilizado pelo Departamento de Vigilância Sanitária para emissão de Alvarás, Habite-se e Licenças Sanitárias, bem como demais documentos relativos ao Departamento Sanitário do Município, pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência de 2 (dois) meses a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, mediante solicitação devidamente aprovada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO**

O valor total do presente contrato para o período da contratação será de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), para os serviços previstos na Cláusula Primeira, e correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 2.060 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0613 - Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000042

**CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor previsto na Cláusula Terceira, em até 30 dias após a prestação do serviço, por meio de transferência bancária de titularidade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS**

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93, mediante solicitação devidamente autorizada pela Secretaria de Administração e Secretaria da Fazenda.

**Parágrafo Único.**

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária da Cláusula Terceira, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES**

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta;
- Transmitir os dados e informações necessárias à prestação adequada dos serviços contratados;
- Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- Executar os serviços descritos no presente Contrato e Proposta de Preços, nas condições estabelecidas;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93;
- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções da execução ou de materiais/serviços empregados;
- Solicitar autorização prévia do MUNICÍPIO bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para execução do objeto;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;
- Arcar com toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto;

i) Arcar com toda e qualquer despesa relativa a seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o MUNICÍPIO, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

#### CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O objeto do presente Contrato será fiscalizado por responsável da Secretaria Municipal de Saúde, a qual caberá viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretaria da Fazenda, para as providências de pagamento.

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666 e suas alterações, de 21/06/1993, no que couber.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes

contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Penha/SC, 24 de julho de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
CONTRATANTE

DANIEL BRAGA OLIVEIRA

CONTRATADA

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHA:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

PROCURADOR GERAL

### CONTRATO Nº 099/2017-PMP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA 1DOC TECNOLOGIA LTDA ME PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE MÓDULOS .

CONTRATO Nº 99/2017-PMP de 07/08/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2017-PMP

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

HOMOLOGADO EM 03/08/2017

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa 1DOC TECNOLOGIA LTDA ME com sede em Florianópolis/SC, na Avenida Desembargador Vitor Lima, n.260, Sala 908, Bairro Trindade, CEP 88.040-400, email: jeferson@1doc.com.br, fone: (48) 99693-3310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.625.833/0001-76, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Jéferson Damião De Castilhos, inscrito sob o CPF n. 015.729.239-43 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 47/2017 - PMP, Pregão Presencial nº 33/2017, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a realizar serviço de locação de sistema para os módulos: memorando eletrônico, ouvidoria, protocolo, chamados, parecer, intimação, ofício e pauta de reunião, para o município de Penha/SC, para atender a solicitação nº 527/2017 da Secretaria de Administração, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I - Termo de Referência parte integrante do Processo.

1.2 - Ficará a cargo da Contratada a implantação, migração, treinamento e suporte para os usuários do sistema, sem ônus para o Município.



Item	Especificação	Valor R\$ Unitário por usuário	Unidade de medida	Quantidade	Preço R\$ Unitário	Preço R\$ Total
1	Locação de Sistema para os Módulos: Memorando Eletrônico, Ouvidoria, Protocolo, Chamados, Pareceres, Intimação, Ofícios e Pauta de Reuniões, com o quantitativo máximo de 300 (trezentos) usuários.	R\$	MÊS	12	6.000,00	72.000,00
TOTAL R\$						

**CLÁUSULA SEGUNDA**

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

2.1 - O pagamento dos serviços serão efetuados até o dia 30º (trigésimo) dia do mês imediatamente subsequente ao mês de adimplimento, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica com o quantitativo de usuários ativos no respectivo período faturado, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável. No pagamento será efetuada a retenção do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza na forma da legislação vigente.

2.3 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal, Estadual, Municipal e FGTS da Contratada.

2.4 - O pagamento será realizado através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.5 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

3 - Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

**CLÁUSULA QUARTA**

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - Secretaria da Administração

Unidade: 01 - Departamento Administrativo

Funcional: 04.122.0004.2.007 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (19)

**CLÁUSULA QUINTA**

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEXTA**

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

7 - A CONTRATADA deverá fornecer o objeto desta licitação em estrita conformidade com o termo de referência constante do Anexo I e demais exigências deste Edital, envolvendo todos os serviços nele relacionados e outros eventualmente não detalhados, mas perfeitamente relacionado com as áreas de atuação indicadas no termo de referência.

7.1 - Os profissionais indicados deverão executar os trabalhos objeto desta licitação através dos meios de comunicação disponíveis, através de suas presenças na Prefeitura de Penha.

7.2 - Os serviços somente deverão ser executados pelo licitante vencedor após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

7.3 - O presente contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável até 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do inciso IV do artigo 57 da Lei 8.666/93.

7.4 - Compreendem especificações dos serviços descritos no Anexo I - Termo de Referência:

**Objetivos**

- Proporcionar acesso à uma plataforma padronizada de comunicação, documentação e gerenciamento de atividades.
- Dar mais agilidade aos processos.
- Reduzir o tempo de resposta e resolução de solicitações.
- Não depender de localização física para envio, recebimento, operacionalização e execução de atividades diárias e oficiais.
- Utilizar somente um layout e sequência de numeração de documentos em todos os setores da Entidade.
- Reduzir a quantidade de impressões e papel circulante na Entidade.
- Manter um Organograma e Lista de Ramais atualizados, com todos os setores, cargos e telefones sempre a disposição para consulta.
- Criar um legado em cada setor, ter todo o histórico de trabalho registrado e organizado para servir como base para a tomada de decisão.
- Fornecer a todos, uma forma de gerenciar suas atividades diárias, ter controle de seus prazos de resolução e sequência dos projetos.
- Aumentar a eficiência da Entidade ao utilizar uma plataforma padronizada para fazer a gerência das atividades e processos.
- Manter sempre acessível ao setor os arquivos anexos aos documentos, evitando assim o uso de pen-drives e e-mails pessoais.
- Reduzir a informalidade, oferecendo uma ferramenta rápida e prática para registro das atividades oficiais.
- Informar aos cidadãos a quantidade de documentos eletrônicos enviados, bem como a
- quantidade potencial de impressões economizadas.
- Fornecer espaço para registro de pautas de reunião e projeção de prazos a serem cumpridos. Estes prazos são compartilhados com todos

os envolvidos.

- Agrupar as respostas dos documentos em um único local, facilitando o entendimento e a tomada de decisão baseada na cronologia dos fatos.

- Garantir a confidencialidade nos documentos, adotando práticas que aumentam a segurança na autenticação dos usuários.

Módulos contidos na proposta

- Memorando Eletrônico
- Ouvidoria
- Protocolo
- Chamados
- Pareceres
- Intimação
- Ofícios

Características técnicas

- Sistema 100% WEB (Computador, tablet e smartphone).
- Certificado de segurança SSL com Validação Estendida, garantindo assim a troca de dados criptografados entre o servidor e todos os usuários.
- Data center localizado no território nacional.
- Garantia de SLA (Acordo de nível de serviço) de 8 horas para atendimento e 98%.
- Cópia de segurança automatizadas (backups) sem necessidade de ação por parte da
- Entidade e de responsabilidade da Intelio.
- Plataforma única com todos os módulos interagindo com um único login.
- Possibilidade de integração com qualquer sistema que suporte o padrão de API REST em formato JSON. Sob análise.

Visão Geral

- Cadastro único de usuários, acesso a todos os módulos no mesmo local, plataforma integrada.
- Padronização de acordo com a identidade visual da Entidade.
- Sistema para uso em computador, tablet e smartphone. O acesso é em único local, a plataforma se ajusta de acordo com o dispositivo utilizado, garantindo boa leitura e usabilidade.
- Acesso seguro por meio de histórico de cadastros, e-mail e senha pessoal e dupla autenticação por token. Alguém só é cadastrado com a autorização de um responsável.
- O cadastro de novos usuários é feito por responsáveis diretos do seu setor, desta forma não sobrecarrega o setor de TI da Entidade e pode ser feito gradativamente.
- Registro e rastreamento de documentos por meio de QR Code e mediante identificação do usuário. Só é possível rastrear documentos em que o usuário tenha acesso.

Funcionalidades do Sistema de Memorando Eletrônico

- Organizado hierarquicamente por setores e subsetores, de acordo com a lei Orgânica ou Organização Setorial.
- Memorando Privado, onde apenas o remetente e o destinatário têm acesso ao
- Memorando e seus despachos e anexos.
- Permite a movimentação dos memorando através de despachos.
- Possibilidade de anexar arquivos ao enviar um Memorando ou em seus despachos

(Respostas e Encaminhamentos).

- Todos os acessos aos Memorandos e seus despachos são registrados e ficam disponíveis a listagem de quem acessou, de qual setor e quando. Mais transparência no trabalho que está sendo feito.

Circulares (Memorandos destinados a mais de um setor com caráter informativo).

- Layout de impressão dos Memorandos de acordo com layout padronizado e cores da Entidade.
- Registro da quantidade de vezes que o anexo foi baixado (número de downloads).
- Funcionalidade de Marcar como Resolvido, movendo o Memorando da Caixa de Entrada para a Caixa de Resolvidos do Setor. Esta ação deixa visível a todos os outros.
- Setores envolvidos no Documento que o Setor atual já deu baixa na questão.

Caixa de Entrada (Memorandos em aberto pelo setor).

Caixa de Saída (Memorandos enviados pelo setor solicitando ou informando algo).

Caixa de Favoritos (Memorandos marcados como favorito para acompanhamento rápido).

Caixa de Resolvidos (Memorandos que já estiveram na caixa de entrada e agora estão arquivados, pois já foram resolvidos pelo Setor).

- Acesso rápido para abrir o Memorando somente pelo seu Número.
- Após enviados, os documentos não podem ser alterados nem excluídos.
- Avaliação das ações, com uma nota de 5 a 10, a resolução das solicitações recebidas dos outros Setores. Esta nota não fica visível para o setor que recebeu a avaliação,
- apenas a média geral é considerada no Relatório Diário de Qualidade.
- Busca avançada de Memorandos, podendo buscar por Setor de Origem, Setor de Destino ou por qualquer termo contido no Assunto ou no Conteúdo do Memorando ou Despachos.

- Assinatura padrão, por usuário.

- Possibilidade de envio de Memorando por um chefe de Setor por meio da digitação do Documento por um assessor direto do mesmo Setor. A autenticação dar-se-á por meio de Contra-Senha de posse do Superior e esta deve ser informada no momento do Envio pelo Redator.

Funcionalidades do Sistema de Ouvidoria

- Mesma plataforma que os demais módulos, operacionalidade similar.
- Modos de visualização: em lista (tabelado) e por mapa.
- Possibilita o registro de qualquer tipo de documento, com registro do seu recebimento e tramitações, até seu encerramento, fornecendo informações rápidas e confiáveis.
- Permite acesso aos dados do processo através de código, nome do requerente, CPF /CNPJ.

- Permite o cadastramento do roteiro de cada Solicitação de ouvidoria por assunto e finalidade;
- Possibilita associar internamente uma ou mais demandas do mesmo cidadão que solicita algo que o setor julga ser o mesmo assunto, de modo a reduzir o número total de demandas e dar mais agilidade às resoluções.
- Comprovante de ouvidoria para o interessado no momento da inclusão do assunto com login e senha pela web.
- Registra a identificação do usuário/data que promoveu qualquer manutenção (cadastramento ou alteração) relacionada a um determinado Ouvidoria, inclusive nas suas tramitações.
- Controlar toda tramitação dos assuntos de ouvidoria dentro da instituição, entre usuários e setores que possuam acesso a este Módulo.
- Inclusão anexos nas manifestação ou seus despachos, podendo ser imagens, documentos, planilhas, etc.
- O setor de destino das manifestações acessa diretamente o histórico ou documento específico, tem a total liberdade de encaminhar ou responder, ao Ouvidor ou diretamente ao cidadão.
- Configuração dos assuntos e histórico de manifestações.
- Registro de usuário / data de todo cadastramento ou encaminhamento das manifestações em trâmites.
- Avaliação de atendimento por parte do cidadão.
- Relatórios de manifestações por assuntos.
- Todos os usuários que estão em setores envolvidos pela demanda, tem acesso ao documento.
- Todos os setores envolvidos podem ver todos os despachos.
- Todos os acessos a demanda e despachos são registrados e tem-se a listagem de quem acessou, de qual setor e quando.
- Todas as demandas são georreferenciadas.
- Possui o modo de exibição de mapa, onde as demandas ficam expostas com pinos nos locais reclamados.
- Possibilidade de ver, em modo mapa, todas as solicitações por assunto, setores envolvidos ou data de abertura;
- A exibição no mapa com diferenciação de cores respeitando o prazo de abertura.
- Cores: verde (prazo confortável), amarelo (prazo se aproximando), vermelho (prazo vencido). Facilitando a definição de prioridades.
- Demais funções com funcionalidades similares ao Memorando Eletrônico.

#### Funcionalidades do Sistema de Protocolo

- Possibilitar o registro de qualquer tipo de documento, com registro do seu recebimento e tramitações, até seu encerramento, fornecendo informações rápidas e confiáveis.
- Permite o acesso aos dados do processo através de código e/ou documento (CPF /CNPJ).
- Cadastro de roteiro de cada Solicitação de protocolo por assunto;
- Emite comprovante de protocolo para o interessado no momento da inclusão do assunto com login e senha pela web.
- Registro do usuário/data que promoveu qualquer manutenção (cadastramento ou alteração) relacionada a um determinado Ouvidoria, inclusive nas suas tramitações.
- Registro de pareceres sobre o assunto de protocolo com histórico de cada trâmite sem limite de tamanho de parecer.
- Controle de toda tramitação dos assuntos de protocolo dentro da instituição, entre usuários e departamentos que possuam acesso aos programas.
- Inclusão de imagens em documentos anexando a um protocolo.
- Envio e recebimento on-line de protocolos com controle de senha / usuário.
- Consultas diversos protocolos, por requerente, por setor / depto / secretaria, por assunto, data de movimentação, data de abertura e data de arquivamento.
- Módulo WEB de tramitação de assuntos de protocolo para que setores que não tem acesso a rede do órgão possa fazer suas movimentações.
- Controle do histórico dos assuntos dos protocolos gerados.
- Relatórios de controle de todos os assuntos pesquisados pelo protocolo com a população.
- Sistema organizado por setores e sub-setores.
- Pode-se especificar um usuário do setor de destino para receber a demanda.
- Todos do setor de destino têm acesso ao documento.
- Todos os setores envolvidos podem ver todos os despachos.
- Todos os acessos a demanda e despachos são registrados e tem-se a listagem de quem acessou, de qual setor e quando.

#### Funcionalidades do Sistema de Pareceres

- Criação e registro de pareceres dentro do sistema.
- Múltiplos autores do parecer.
- Chave pública para consulta de autenticidade.
- Os pareceres podem ser "embarcados" em outros módulos do sistema.
- Acesso seguro por dupla autenticação de quem assina o parecer.

#### Funcionalidades do Sistema de Intimação

- Intimação de CPF ou CNPJ através do sistema.
- Gera uma chave pública para consulta de autenticidade.
- A intimação poderá ser impressa.
- O intimado receberá um alerta via e-mail cadastrado.
- Histórico de consulta e visualização do documento.

#### Funcionalidades do Sistema de Ofícios

- Permite o envio de ofícios para CPF ou CNPJ através do sistema.
- Gera uma chave pública para consulta de autenticidade.
- O ofício poderá ser impresso.
- O intimado receberá um alerta via e-mail cadastrado.
- Histórico de consulta e visualização do documento.
- Grau de prioridade a ser destacado no ofício.

#### Situação dos documentos e identificação visual

- Verde (prazo confortável), Amarelo (prazo se aproximando), vermelho (prazo vencido - ação necessária).
- Identificação visual de não lido pelo setor (É um documento ainda não acessado por ninguém do setor).

- Identificação visual de não lido "por mim" (É quando alguém do setor já acessou o documento, mas o usuário atual ainda não o leu).
- Identificação visual de lido (Significa que o usuário atual já leu o memorando).
- Privado: somente o remetente e o destinatário têm acesso ao documento.

#### Cadastro de Usuários

- O cadastro do usuário contém as informações. Nome, Cargo, Função, Matrícula, CPF, Sexo, Data de Nascimento, Senha (de uso pessoal) e Foto.
- Os usuários podem editar seus dados a qualquer momento.
- Um administrador do sistema pode alterar o setor que um usuário trabalha (A partir deste momento ele tem acesso somente aos documentos do setor atual, porém todo o seu histórico continua no setor anterior).
- Não ser possível excluir o cadastro de um usuário, somente suspender o acesso, mantendo todo seu histórico.

#### Organograma e Ramais

- Organograma dinâmico criado automaticamente a partir dos setores e usuários presentes no sistema.
- Informações sobre os usuários dentro de cada setor. Nome, Cargo, Data de cadastro no sistema e última vez online.
- Lista de Ramais dinâmicos de acordo com os dados dos usuários.

#### Relatórios Diários

- De acordo com a utilização da ferramenta, são gerados automaticamente indicadores e estes são apresentados aos gestores, contendo:
- Eficiência: porcentagem de resolução de memorandos do setor.
- Qualidade: nota média dada para as resoluções e despachos do setor.
- Engajamento: porcentagem de leitura dos memorandos recebidos do setor.
- Esta funcionalidade pode ser usada para definição de prioridades e realocação de pessoal dentro da Organização.
- Os administradores possuem acesso à uma página específica com um gráfico evolutivo dos itens. Eficiência, Qualidade e Engajamento.
- Capacidade de comparar o gráfico geral da Entidade (média de todos os setores) com um setor em específico.
- Os administradores possuem acesso à uma página com os Dados atuais em formato
- tabela dos Indicadores. Eficiência, Qualidade e Engajamento, organizados hierarquicamente de acordo com o Organograma da Entidade.
- Relatório de Uso, por setor. Uma listagem de todos os usuários na ferramenta e sinalizados visualmente por última data de acesso.
- Listagem de uso do sistema para Gestores, é possível identificar em grupos as pessoas que mais acessam a ferramenta.

#### Monitoramento e Inteligência para Administradores

- Acompanhamento em tempo real das estatísticas e visão geral de uso da ferramenta.
- Visualização ao vivo todas as ações principais feitas na ferramenta em uma timeline instantânea de acontecimentos.
- Auditoria de uso, todas as ações dos usuários são registrados e estarem de fácil acesso ao Administrador.
- Geração da Economia Verde, qual é o real potencial de impressão alcançado em Árvores que deixaram de ser desmatadas.
- Visão geral da Entidade: em quais setores as demandas não estão sendo resolvidas.

#### Personalização do sistema

- Cor do tema.
- Fotos para tela de entrada.
- Brasão/logo.
- Fonte dos documentos impressos.
- Custo da impressão /cópia no local para cálculo de potencial de economia em impressões.

#### Condições Gerais

- Confidencialidade: Compromisso em não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros.
- Compromisso em não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações.
- Prazo de implantação e migração do sistema será de 30 dias após a assinatura do Contrato.

#### Após término de Contrato.

##### Das informações dos documentos.

- Todos os dados são exclusivamente de propriedade da Contratante e serão disponibilizados na integralidade sempre que solicitados em formato digital e sem qualquer custo.
- A empresa se responsabiliza pelo manutenção e guarda segura destes dados, mas não pelo conteúdo dos documentos.
- Em caso de solicitação dos dados, disponibilizado um acesso para realizar a transferência dos arquivos dos servidores seguros para máquina do cliente por tempo determinado.
- Ao término do contrato toda a base de informações deverá ser apagada dos servidores
- A implantação será feita nos servidores da Intelio, assumindo assim toda a logística de cópias de segurança, manutenção técnica e física dos servidores.
- O acesso à plataforma é feito por meio de navegador de internet / link no website oficial.
- O treinamento se dará no local que a contratante determinar e respeitando cronograma.
- Suporte sem custos e ilimitado, via sistema de atendimento e respostas acessados dentro da própria ferramenta e avisos por e-mail.
- O suporte funciona de segunda a sexta das 9h às 18h.
- Alertas de atualização do chamado por e-mail.
- O pedido de suporte deverá ser feito via sistema de Chamados, presente na própria ferramenta.
- Por se tratar de solução WEB, fornecemos sempre a última versão do sistema.

#### Do funcionamento

- O sistema funciona todo em um mesmo ambiente web.
- Todos os módulos podem ser acessados com o mesmo login e senha.
- O sistema é retroalimentado por todos os módulos.
- Base única de usuários, clientes, cidadãos, empresas e contribuintes.

- Todos os documentos migrados possuem o mesmo layout e identificação padronizada.

#### CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) fornecer o objeto mencionados na Cláusula Primeira, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) cumprir o fornecimento dos serviços, objeto deste Contrato, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) a falta de pessoal e/ou qualquer material/serviço necessário à execução do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g) comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte dos serviços executados pela mesma, no prazo de 10 (dez) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações;
- l) seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA NONA

9 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

9.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 – O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por responsável da Secretaria de Administração, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA



14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

17.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 07 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito

Contratante

1DOC TECNOLOGIA LTDA ME

Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Geral

### **DECRETO Nº3198/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 40,41,42 E 43, DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 E ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 2847 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DECRETO Nº3198/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 40,41,42 E 43, DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 E ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 2847 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

#### DECRETA

Art.1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.533,08 (Oitenta mil, quinhentos e trinta e três reais e oito centavos), conforme art.15 da Lei Municipal nº 2847/16 de 20 de dezembro de 2016 e ei municipal nº2881 de 20 de julho de 2017, como segue:

Órgão: 12 – Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento Operacional

Programa de Trabalho: 15.451.0307

Projeto: 1.017 – Construção de praças e centro de lazer

Fonte de Recursos: 630 – Transferência de Convenio - Infraestrutura

4.4.90.00.00.00.00.00/129 – Aplicações Diretas ..... R\$- 80.533,08



Art.2º - Os recursos necessários para atendimento ao crédito suplementar aberto na forma do Art. 1º, correrão à conta do excesso de arrecadação do exercício presente, conforme Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, da respectiva fonte de recurso, 630 – Transferência de Convenio - Infraestrutura, referente ao convênio nº 2014TR2453, no valor de R\$ 80.533,08 (Oitenta mil, quinhentos e trinta e três reais e oito centavos).

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 26 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário da Administração

### **LEI Nº 2884/2017 MODIFICA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2853/2016.**

LEI Nº 2884/2017

Modifica disposições da Lei Nº 2853/2016.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 2853/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pescadores Artesanais e Moradores da Praia de São Miguel, com a sigla APEM, inscrita sob o CNPJ nº 08.772.192/0001-66, com sede na Rua José Cesário, nº 51, bairro Gravata, na Cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contidas no artigo 1º da Lei nº 2853/2016.

Penha/SC, 08 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

### **LEI Nº 2885/2017 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 2885/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; e de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64 autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.008.100,00 (Quatro milhões oitenta mil e cem reais), nas seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 06 – SECRETARIA DA FAZENDA

Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Programa de Trabalho: 28.843.0000

Operações Especiais: 0.004 – Pagamento da Dívida Pública Municipal

Recurso: Próprios

Elemento: 3.2.90.00.00.00.00.00 (036) – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Elemento: 4.6.90.00.00.00.00.00 (037) – Aplicações Diretas ..... R\$ 210.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA DA FAZENDA

Unidade Orçamentária: 03 – DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO

Programa de Trabalho: 04.123.0005

Atividade: 2.013 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Tributação e Cadastro

Recurso: Próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (043) – Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO  
Programa de Trabalho: 12.361.0009  
Atividade: 2.023 – Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental  
Recurso: Próprios  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (073) – Aplicações Diretas ..... R\$ 420.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO  
Programa de Trabalho: 12.365.0009  
Atividade: 2.024 – Funcionamento e manutenção do Ensino Infantil/Creche  
Recurso: Próprios  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (079) – Aplicações Diretas ..... R\$ 400.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO  
Programa de Trabalho: 12.365.0009  
Atividade: 2.031 – Funcionamento e manutenção do FUNDEB 60% - Ensino Infantil  
Recurso: FUNDEB  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (095) – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.500.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS  
Unidade Orçamentária: 03 – DEPARTAMENTO OPERACIONAL  
Programa de Trabalho: 15.451.0013  
Atividade: 2.040 – Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional  
Recurso: Próprios  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (131) – Aplicações Diretas ..... R\$ 115.000,00

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Programa de Trabalho: 10.301.0014  
Atividade: 2.059 – MAC – Manutenção Média e Alta Complexidade  
Recurso: Próprios  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (37) – Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Órgão: 50 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO  
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO  
Programa de Trabalho: 23.695.0015  
Atividade: 2.076 – Gestão Administrativa do FUMTUR – Marketing, Promoção e Divulgação  
Recurso: Próprios  
Elemento: 3.1.71.00.00.00.00.00 (8) – Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 3.100,00  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (10) – Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00

Art.2º - As suplementações das dotações decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 03 – GABINETE DO VICE-PREFEITO  
Unidade Orçamentária: 01 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
Programa de Trabalho: 04.122.0002  
Atividade: 2.004 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo  
Recurso: Próprios  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (008) – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
Programa de Trabalho: 04.122.0004  
Atividade: 2.008 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Recursos humanos  
Recurso: Próprios  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (024) – Aplicações Diretas ..... R\$20.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO  
Programa de Trabalho: 12.361.0009  
Atividade: 2.030 – Funcionamento e manutenção do FUNDEB 60% - Ensino Fundamental  
Recurso: FUNDEB  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (094) – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.032 – Funcionamento e manutenção do FUNDEB 40% - Ensino Fundamental

Recurso: FUNDEB

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (096) – Aplicações Diretas ..... R\$1.500.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

Programa de Trabalho: 12.361.0304

Projeto: 1.006 – Reforma e Ampliação de Unidades Escolares

Recurso: Próprios

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (068) – Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

Programa de Trabalho: 12.361.0304

Projeto: 1.008 – Construção de Quadras Poliesportivas

Recurso: Próprios

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (071) – Aplicações Diretas ..... R\$ 350.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

Programa de Trabalho: 12.365.0304

Projeto: 1.007 – Construção, Ampliação e Reforma de Creches

Recurso: Próprios

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (069) – Aplicações Diretas ..... R\$500.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 03 – DEPARTAMENTO OPERACIONAL

Programa de Trabalho: 15.451.0307

Projeto: 1.015 – Construção e urbanização de passeios públicos

Recurso: Próprios

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (126) – Aplicações Diretas ..... R\$ 65.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 03 – DEPARTAMENTO OPERACIONAL

Programa de Trabalho: 15.451.0307

Projeto: 1.017 – Construção de praças e centro de lazer

Recurso: Próprios

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (128) – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa de Trabalho: 10.301.0305

Projeto: 1.009 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

Recurso: Próprios

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (2) – Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Atividade: 2.064 – Funcionamento e Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Recurso: Próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (57) – Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Órgão: 50 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Programa de Trabalho: 23.695.0015

Atividade: 2.078 – Gestão Administrativa do FUMTUR – Aprimoramento da Gestão do Turismo

Recurso: Próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (14) – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.100,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 08 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

**LEI Nº 2886/2017 ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2882 DE 20 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 2886/2017

ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2882 DE 20 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal nº 2882 de 20 de julho de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a APEM – Associação de Pescadores Artesanais e Moradores da Praia de São Miguel, inscrita sob CNPJ nº. 08.772.192/0001-66, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 2.847, de 20 de dezembro de 2016, Art. 31, inciso II da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações e Art. 12, §3º, I e Art. 26 da Lei nº 4.320/64, em virtude da realização da 15ª Festa do Pescador Artesanal."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Penha, 08 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

**SUSPENSÃO DE EDITAL - PP 13-2017-FMS**

	MUNICÍPIO DE PENHA ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
--	---

COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2017 - FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017 - FMS

Atendendo solicitação da Secretaria de Administração decorrente de Comunicação Interna nº 576 de 08 de agosto de 2017 da Secretaria de Saúde, comunicamos que está SUSPENSO o Pregão Presencial nº 013/2017-FMS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos plantonistas, de recepção e de exames laboratoriais para o Pronto Atendimento 24 horas do Município, conforme solicitação nº 345/2017, anexa ao Processo, cuja abertura da sessão estava agendada para o dia 09 de agosto de 2017 às 9 horas.

Visto que há necessidade de retificação do Edital com possível alteração e republicação de novo Edital, fica suspenso o presente Pregão, sendo que serão divulgados novos prazos, dando-se a devida publicidade do ato convocatório através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, localizado na Secretaria de Administração de Penha, sita à Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina, das 8 as 12 e das 13:30 as 17:30 horas, telefone: (047) 3345-0200 ou através do site [penha.sc.gov.br](http://penha.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios - DOM - [diariomunicipal.sc.gov.br](http://diariomunicipal.sc.gov.br).

Penha, 08 de agosto de 2017.

LEANDRO DE LIMA BORBA

Pregoeiro Titular

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 68/2017 PREGÃO PRESENCIAL 29/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 68/2017 – Pregão Presencial 29/2017.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 3º quadrimestre de 2017.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 24/08/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 24/08/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Peritiba SC., 08 de Agosto de 2017  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 69/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 11/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
Resumo de Inexigibilidade de Licitação  
Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 69/2017 – Inexigibilidade de Licitação 11/2017

Objeto: Contratação de pessoas físicas e jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município. Dados do Contrato: Contrato nº 105/2017 / Contratado: ALBINO GERVAZI ZILIOOTTO - CPF: 743.706.189-91 e RG 2.455.795 e ILEI KRACKECKER ZILIOOTTO - CPF: 915.556.479-87 e RG 1.877.329-0 - Data do Contrato: 08/08/2017 - Valor do Contrato: Para efeitos contábeis estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). - Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

Peritiba SC., 08 de Agosto de 2017  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 70/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 12/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
Resumo de Inexigibilidade de Licitação  
Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 70/2017 – Inexigibilidade de Licitação 12/2017

Objeto: Contratação de pessoas físicas e jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município. Dados do Contrato: Contrato nº 106/2017 / Contratado: ALTAIR ISGANZELLA - CPF: 579.195.779/34 e RG 1.704.301 e JOSEFINA RAMPÃO ISGANZELLA - CPF: 898.135.969-53 e RG 1.511.310- Data do Contrato: 08/08/2017 - Valor do Contrato: Para efeitos contábeis estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). - Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

Peritiba SC., 08 de Agosto de 2017  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 71/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 13/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
Resumo de Inexigibilidade de Licitação  
Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 71/2017 – Inexigibilidade de Licitação 13/2017

Objeto: Contratação de pessoas físicas e jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município. Dados do Contrato: Contrato nº 107/2017 / Contratado: LEONIR MÁXIMO DE ABREU - CPF: 533.453.559-49 e RG 1.552.848 e LAURECI FRANKE DE ABREU - CPF: 030.487.449-32 e RG 2.329.201 - Data do Contrato: 08/08/2017 - Valor do Contrato: Para efeitos contábeis estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). - Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

Peritiba SC., 08 de Agosto de 2017  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 72/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 14/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
Resumo de Inexigibilidade de Licitação  
Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 72/2017 – Inexigibilidade de Licitação 14/2017

Objeto: Contratação de pessoas físicas e jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município. Dados do Contrato: Contrato nº 108/2017 / Contratado: ARI CONTE - CPF: 141.388.759-72 e RG 364.372-7 e AURORA STOKMANN CONTE - CPF: 945.116.169-49 e RG 2.463.238- Data do Contrato: 08/08/2017 - Valor do Contrato: Para efeitos contábeis

estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). - Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

Peritiba SC., 08 de Agosto de 2017  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 066/2017**

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 066/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 22/08/2017, Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 066/2017, que visa a AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE AR CONDICIONADO PARA O DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 22/08/2017, até às 09:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 09:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 08 DE AGOSTO DE 2017.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

# Piratuba

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2017 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2017 - FMS

Objeto: Registro de Preço para contratação de laboratório para possível fornecimento de próteses dentárias para atender a demanda da população do município, conforme especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h15 do dia 22/08/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 22/08/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 07 de agosto de 2017.

Vanderlei Weber

Gestor do fundo Municipal de Saúde

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### EDPP039\_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 039/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017
Tipo: Menor Preço/Por lote
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E REPAROS.
Entrega dos Envelopes: 14:00hs. do dia 18 de Agosto de 2017.
Abertura dos Envelopes: 14:00hs. do dia 18 de Agosto de 2017.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 07 de Agosto de 2017.
JUARES BET
Prefeito

# Pomerode

## PREFEITURA

### CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 008 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 008 / 2017

Processo Administrativo n.º 064 / 2017.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA RIBEIRÃO SOUTO - BAIRRO RIBEIRÃO SOUTO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU - TRANSFERÊNCIA N.º 2017TR000749.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 17/08/2017.

Local: Setor de protocolos do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 17/08/2017.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 08 de Agosto de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 052 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 052 / 2017

Processo Administrativo n.º 059 / 2017.

Dispensa de Licitação n.º 011 / 2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: ELISEU KOPP & CIA. LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE IMAGENS E MONITORAMENTO FOTO-ELETRÔNICO COM AVANÇO DE SINAL, PARADA SOBRE A FAIXA DE PEDESTRE E EXCESSO DE VELOCIDADE DO TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.

Valor Mensal: R\$31.926,52 (trinta e um mil, novecentos e vinte seis reais e cinquenta e dois centavos).

Valor total contratado: R\$191.559,12 (cento e noventa e um mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e doze centavos).

Base Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93.

Prazo de Vigência - Emergencial: 180 dias, contados a partir da data de operação efetiva dos equipamentos em conformidade com a Resolução ou Legislação vigente do CONTRAN, conforme termo de início de operação, expedido pelo Município de Pomerode/SC, sendo vedada a sua prorrogação.

Ass.: Ércio Kriek – Prefeito Municipal de Pomerode – Contratante / Cláudio Cezar Grimaldi Adamy – Procurador – Eliseu Kopp & Cia. Ltda. – Contratada.

Pomerode / SC, 02 de Agosto de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### LEI ORDINÁRIA N.º 2.922/2017

LEI ORDINÁRIA N.º 2.922/2017

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular parcialmente dotação no orçamento em vigor na Unidade Gestora Câmara Municipal por destinação de recursos, na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme especificado na tabela abaixo.

ÓRGÃO	01 – CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	001 – Câmara Municipal
PROJETO/ATIVIDADE	001.031.0010.2001 – Manutenção das Atividades Legislativas
ELEMENTO	331900000 – Aplicações Diretas
VINCULAÇÃO PARA FONTE DE RECURSOS	1000000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 300.000,00
TOTAL	.....R\$ 300.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por conta da anulação de que trata o artigo 1º desta Lei, no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde por destinação de recursos, na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme especificado na tabela abaixo.

ÓRGÃO	19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE	010.0301.0060.2089 – Subvenção Social – Fundo da Saúde
ELEMENTO	3350000000000000 – Transferências a instituições Privadas sem fins Lucrativos

VINCULAÇÃO PARA FONTE DE RECURSOS	10.000 – Receita de Impostos e Transferência De Impostos R\$300.000,00
TOTAL	.....R\$ 300.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 03 de agosto de 2017.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

## LEI ORDINÁRIA N.º 2.923/2017

LEI ORDINÁRIA N.º 2.923/2017

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE – HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social, no exercício financeiro de 2016, à Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode – Hospital e Maternidade Rio do Testo, inscrita no CNPJ sob nº 85.461.093/0005-38, com sede à Rua Hermann Weege, 2.727, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com a manutenção das atividades da entidade, objetivando a prestação de serviços na área de saúde à comunidade Pomerodense.

Art. 2º A Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode – Hospital e Maternidade Rio do Testo, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

ÓRGÃO	19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE	010.0301.0060.2089 – Subvenção Social – Fundo da Saúde
ELEMENTO	33500000000000 – Transferências a instituições Privadas sem fins Lucrativos
VINCULAÇÃO PARA FONTE DE RECURSOS	10.000 – Receita de Impostos e Transferência De Impostos R\$300.000,00
TOTAL	.....R\$ 300.000,00

Art. 4º A presente Lei entrará na data de sua publicação.

Pomerode (SC), 03 de agosto de 2017.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

## LEI ORDINÁRIA N.º 2920/2017

LEI ORDINÁRIA N.º 2920/2017

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular parcialmente dotação no orçamento em vigor na Unidade Gestora Câmara Municipal por destinação de recursos, na importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme especificado na tabela abaixo.

ÓRGÃO	01 – CÂMARA MUNICIPAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	001 – Câmara Municipal
PROJETO/ATIVIDADE	001.031.0010.2001 – Manutenção das Atividades Legislativas
ELEMENTO	331900000 – Aplicações Diretas
VINCULAÇÃO PARA FONTE DE RECURSOS	1000000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 400.000,00
TOTAL	.....R\$ 400.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por conta da anulação de que trata o artigo 1º desta Lei, no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde por destinação de recursos, na importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme especificado na tabela abaixo.

ÓRGÃO	19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE	010.0301.0060.2065 – Programa da Farmácia Básica
ELEMENTO	339300000000000 – Aplicações Diretas Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos OFSS com consórcio público
VINCULAÇÃO PARA FONTE DE RECURSOS	10.000 – Receita de Impostos e Transferência De Impostos R\$400.000,00
TOTAL	.....R\$ 400.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 03 de agosto de 2017.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

**LEI ORDINÁRIA Nº 2.921/2017**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.921/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE POMERODE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Município de Pomerode, até o valor de R\$180.000,00 (Cento e oitenta mil reais) das seguintes dotações orçamentárias:

07	Secretaria de Educação e Formação Empreendedora	
01	Secretaria de Educação e Formação Empreendedora	
012.0361.0040.1003	Aquisição de Terrenos, Construção, Ampliação e Reforma de Rede Física Escolar	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário-Educação	100.000,00
012.0365.0040.2081	Subvenção Social – Secretaria Educação (Ensino Infantil)	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33500000000000	Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
10.100	Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos – Educ.	80.000,00
	T O T A L	180.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações constantes no Art. 1º, o Poder Executivo autorizado a suplementar no orçamento vigente do município de Pomerode, até o valor de R\$180.000,00 (Cento e oitenta mil reais), as seguintes dotações orçamentárias:

07	Secretaria de Educação e Formação Empreendedora	
01	Secretaria de Educação e Formação Empreendedora	
012.0361.0040.2010	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário-Educação	100.000,00
10.100	Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos – Educ.	80.000,00
	TOTAL	180.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode em, 03 de agosto de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal



# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 039/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial Nº 039/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa especializada na elaboração de processo para a realização de Concurso Público incluindo todas as etapas, inscrições, prova objetiva, teste de aptidão física, recursos, relatórios, etc, para o cargo de Guarda Municipal, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 21/08/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 21/08/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 09 de Agosto de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PRG 030/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

#### AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 030/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de hidrojateamento, desentupimentos e serviço de limpeza de fossa e afins, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 23/08/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 23/08/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 213 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 09 de Agosto de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1632, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 1632, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso I, da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 09 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.2.67 – Invest Saúde

Valor: R\$ 75.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017 por conta dos Recursos da Invest Saúde Santa Catarina na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 8 dias do mês de agosto de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 127/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 181/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 127/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para aquisição de material elétrico, hidráulico e geral. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 24 de agosto de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Justificativa De Dispensa De Licitação

Processo Licitatório nº 182/2017

Dispensa de Licitação n.º 015/2017

Caracterização da Situação: O Município necessita adquirir Implementação Agrícola, sendo a aquisição de 04 (quatro) Cilindros de Oxigênio, com recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Governo Federal, através do Contrato de Repasse 820419/2015, Operação 1.026.707-67.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é a aquisição de Implementação Agrícola, sendo a aquisição de 04 (quatro) Cilindros de Oxigênio de no mínimo 7m<sup>3</sup> - com carga, com recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Governo Federal, através do Contrato de Repasse 820419/2015, Operação 1.026.707-67.

Razão da escolha: A escolha do objeto recaiu sobre a empresa Francisco de Souza e Cia Ltda - ME, inscrita no CNPJ 08.823.732/0001-93, pois de acordo com os orçamentos, foi a que apresentou menor valor.

Do Preço: O valor a ser pago por Cilindro de Oxigênio será de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), totalizando R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União  
Unidade 0208 – Secretaria Municipal de Agricultura  
Projeto 1034 – Programa de Incentivo a Produção Agrícola  
Modalidade 4490-170 – Aplicações Diretas  
Cód. 105

Complemento 44905299 – Outros Equipamentos e Material Permanente

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no artigo 24, inciso V, da lei n.º 8.666/93.

Porto União, 08 de agosto de 2017.

MIGUEL CHOKAILO NETO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 046/2017

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2017 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 029/2017 - Educação.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 014/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para aquisição de extintores, recarga e reteste de extintores, iluminação de emergência, bloco autônomo e placas de sinalização. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 23 de agosto de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 126/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 180/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 126/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para locação de painel de LED. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 23 de agosto de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser

**PORTARIA N.º 826/2017 - RH**

PORTARIA Nº 826, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Ullissis Pimenta e Silva Vicentini, das funções do cargo de Médico Pediatra, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 827/2017 - RH**

PORTARIA Nº 827, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 117/2017, no período de 28 de julho a 24 de agosto de 2017, de Marlene dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Vanderléia Melnik Borges que encontra-se afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 828/2017 - RH**

PORTARIA Nº 828, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018, ou até a realização de concurso

público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, João Antônio da Silva, para exercer as funções do cargo de Operador de Maquinas Pesadas, com vencimentos na Classe "04", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 829/2017 - RH**

PORTARIA Nº 829, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de agosto a 19 de dezembro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Josina Oliveira Santana Pasternak, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, classificada em "82º" lugar do Processo Seletivo ACT/2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada à professora Fabiola da Silva que está desempenhando suas funções no Núcleo Educacional Jangada do Sul.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 830/2017 - RH**

PORTARIA Nº 563, de 03 de abril de 2017.

Dispõe sobre Contratação por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 03 de abril de 2017 a 02 de abril de 2018, ou até a realização do Processo Seletivo, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, Adriane Lipka, para o emprego público de Enfermeiro do PSF (Programa Saúde da Família), de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.949 de 30 de novembro de 2011, em razão do pedido de rescisão de contrato de trabalho de Iriana Augusta dos Passos.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto à Estratégia Saúde da Família – ESF do Bairro São Pedro, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 831/2017 - RH**

PORTARIA Nº 831, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º ALTERAR, de 01 de agosto a 19 de dezembro de 2017, a carga horária do servidor contratado Marcos Baron, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Matemática), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA 2º Segmento do município.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 832/2017 - RH**

PORTARIA Nº 832, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º ALTERAR, de 01 de agosto a 19 de dezembro de 2017, a carga horária da servidora efetiva Alaize Franciele Pogogeslki Dolinski, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Português), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "007", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA 2º Segmento do município.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 833/2017 - RH**

PORTARIA Nº 833, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º ALTERAR, de 01 de agosto a 19 de dezembro de 2017, a carga horária da professora efetiva Liliane de Fátima Camargo, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "005", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA 1º Segmento do município.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte



**PORTARIA Nº 834/2017 - RH**

PORTARIA Nº 834, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Prorrogação de Contrato.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 050/2017, de Noely Terezinha Kamienski Grossl, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, no período de 01 de agosto a 19 de dezembro de 2017, em vaga vinculada à servidora Zilda Leoni Farber que está desempenhando a função de Diretora de Unidade Escolar.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional da Lança, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 835/2017 - RH**

PORTARIA Nº 835, de 17 de maio de 2017.

Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º ALTERAR, de 01 de agosto a 19 de dezembro de 2017, a carga horária da professora contratada Silvia Danieli Pcheneczuk, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Geografia), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA do município.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 836/2017 - RH**

PORTARIA Nº 836, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º ALTERAR, de 01 de agosto a 08 de setembro de 2017, a carga horária da professora contratada Eliane Cristina Novakowski, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Edna Aparecida Andrade Pacheco que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Berçário Maria Luiza Waldruff, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 837/2017 - RH**

PORTARIA Nº 837, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 a 18 de agosto de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Aline Cristina Garcia Ribeiro, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Cirlei Maria Pacheco que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Recanto dos Idosos, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 838/2017 - RH**

PORTARIA Nº 838, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a partir de 01 de agosto de 2017, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora Maria Jussara Marques dos Anjos Rucinski, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 839/2017 - RH**

PORTARIA Nº 839, de 01 de agosto de 2017.

Conceder Licença para Qualificação Profissional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora JAMILE PASTUCHAKI em 26 de junho de 2017;  
CONSIDERANDO o Ofício nº 280/17 emitido pela Secretária Municipal de Educação em 28 de junho de 2017;  
CONSIDERANDO o deferimento do Excelentíssimo Prefeito Municipal em 10 de julho de 2017;  
CONSIDERANDO a Seção II da Lei nº 3.885/2011 – Da Licença Para Qualificação Profissional em seu Artigo 59.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER Licença Para Qualificação Profissional, de 01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018, na carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o Art. 59, da Lei Municipal 3.885/11, à servidora JAMILE PASTUCHAKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Inglês), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto a Secretaria Municipal de Educação com carga horária de 20 (vinte) horas semanal.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 840/2017 - RH**

PORTARIA Nº 840, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de agosto a 19 de dezembro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Regiane Antonina Stachera, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Inglês), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Jamile Pastuchaki que encontra-se afastada em Licença para Qualificação Profissional.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, Núcleo Educacional Frei Deodato e Núcleo Educacional do Legru, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 841/2017 - RH**

PORTARIA Nº 841, de 02 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Exoneração a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, GABRIELA KAUVA MUNHOZ, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 842/2017 - RH**

PORTARIA Nº 842, de 02 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Rescisão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Silvia Fhynbeen, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde



do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de agosto de 2017.  
ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 843/2017 - RH**

PORTARIA Nº 843, de 03 de agosto de 2017.  
Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 a 29 de agosto de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ana Maria Fidelis de Moraes, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Dilce Soares dos Santos que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de agosto de 2017.  
ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 844/2017 - RH**

PORTARIA Nº 844 de 03 de agosto de 2017.  
Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 a 29 de agosto de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Andreia Lourenço dos Santos, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora Maria Luzia dos Santos que encontra-se afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de agosto de 2017.  
ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 845/2017 - RH**

PORTARIA Nº 845 de 04 de agosto de 2017.  
Dispõe sobre contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de agosto a 19 de dezembro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Amanda Nerez de Souza, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Silvana Cristina Naconieci Moraes que encontra-se afastada em Licença Maternidade.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de agosto de 2017.  
ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 846/2017 - RH**

PORTARIA Nº 846, de 07 de agosto de 2017.  
Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora efetiva CASSIANA FROHLICH CANZONE SIKORSKI em 20 de julho de 2017;

CONSIDERANDO o atestado médico dos filhos Enthoni César Canzone Sikorski e Elloá Canzone Sikorski ;

CONSIDERANDO o Laudo Social expedido pela Assistência Social deste Município;

CONSIDERANDO o Parecer da Assessoria Jurídica do município;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER PORROGAÇÃO da Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 20 de julho de 2017, pelo período de mais 15 (quinze) dias consecutivos, de acordo com o Art. 125, da Lei Municipal 2055/94, à servidora Cassiana Frohlich Canzone

Sikorski, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos, retroagindo a 20 de julho de 2017.

Porto União - SC, em 07 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 847/2017 - RH**

PORTARIA Nº 847, de 07 de agosto de 2017.  
Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 07 de agosto a 19 de dezembro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Joziane Aparecida de Oliveira Santos, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, classificada em "81º" lugar do Processo Seletivo ACT/2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar junto ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, nas salas de recursos multifuncionais, conforme Artigo 4º, parágrafo VII da Lei 4.129/2013, em substituição à servidora contratada Fernanda Pimentel de Córdova que encontra-se em Licença Maternidade.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, Núcleo Educacional Frei Deodato e Núcleo Educacional do Legru, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 848/2017 - RH**

PORTARIA Nº 848, de 07 de agosto de 2017.  
Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 07 de agosto a 19 de dezembro de 2017, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme

estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Joice Eliane dos Santos, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, classificada em "83º" lugar do Processo Seletivo ACT/2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar junto ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, nas salas de recursos multifuncionais, conforme Artigo 4º, parágrafo VII da Lei 4.129/2013, em substituição à servidora contratada Fernanda Pimentel de Córdova que encontra-se em Licença Maternidade.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis e Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 849/2017 - RH**

PORTARIA Nº 849, de 07 de agosto de 2017.  
Dispõe sobre alteração de carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º ALTERAR, de 07 de agosto a 15 de setembro de 2017, a carga horária do professor contratado Enéas Elton Soares, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Artes), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição a servidora efetiva Jóis da Trindade Viana que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 850/2017 - RH**

PORTARIA Nº 850, de 07 de agosto de 2017.  
Dispõe sobre alteração de carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º ALTERAR, de 07 de agosto a 19 de dezembro de 2017, a carga horária do professor contratado Luiz Fernando Colombelli, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Artes), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em razão da demanda nos Núcleos de Educação Infantil em virtude das apresentações durante o ano do Centenário do município.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz e Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **RESOLUÇÃO Nº 003/2017 - CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 003, de 07 de agosto de 2017.

Dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Sócio – Educativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Porto União (SC), no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.816, de 1º de junho de 1992, consolidada pela Lei Municipal nº 3.113, de 24 de outubro de 2005, e alterada pela Lei Municipal nº 3.228, de 13 de outubro de 2006, com nova redação pela Lei 4.329, de 17 de junho de 2015, em Reunião Ordinária no dia 07 de agosto de 2017, ata de nº196, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 12.010/2009;

CONSIDERANDO que, consoante o caput do art. 91 da Lei Federal nº 8.069/1990, cabe ao Conselho proceder ao registro das entidades não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO que, nos termos do § 1º do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe ao Conselho manter a inscrição dos programas de proteção e sócio-educativos de atendimento à criança e ao adolescente, desenvolvidos pelas entidades governamentais e não governamentais, bem como suas alterações, e deles dar ciência aos Conselhos Tutelares e à autoridade judiciária;

CONSIDERANDO o estabelecido pelas Resoluções CONANDA nºs 71 e 74, ambas de 2001,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Do Registro das Entidades Não Governamentais: Será concedido registro às entidades não governamentais que tenham por objetivo o atendimento direto, o estudo, a pesquisa, a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, nos termos do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente e desta Deliberação.

Art. 2º Os requerimentos de registro deverão ser protocolados pelas entidades na Rua Jorge Lacerda, nº 18, Bairro Santa Rosa, com

a equipe de Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 3º Os requerimentos de registro deverão conter os documentos abaixo relacionados, cuja falta, mesmo que parcial, os fará cair em exigência, tendo a entidade um prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação dos mesmos:

I- requerimento inicial, dirigido ao Presidente do Conselho, subscrito pela pessoa física representante legal da entidade, desde que comprovada tal condição, e preenchimento de formulário próprio fornecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no qual constarão as informações pertinentes ao Registro das entidades não governamentais;

II- cópia do ato constitutivo da entidade, devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

III- documento de identidade, CPF e comprovante de residência do representante legal da entidade requerente;

IV- CNPJ;

V- ata de eleição da atual diretoria, com nomes e qualificação dos diretores;

VI- Plano de Trabalho das atividades desenvolvidas para crianças e adolescentes.

Parágrafo único. Este documento deve conter informações sobre as atividades propostas pela Entidade (de complementação ao horário escolar, formativas, culturais, esportivas e/ou de lazer etc.), gratuitas, desenvolvidas para o público infanto-juvenil (até 18 anos incompletos) e suas famílias, no município de Porto União, mencionando histórico da entidade, objetivos, modalidade de atendimento, atividades oferecidas, locais de execução e horários, finalidades/justificativa, público-alvo (número, faixa etária), equipe envolvida (número / formação profissional / vínculo empregatício com a entidade), operacionalização / metodologia etc.).

VII- Alvará de Licença para Estabelecimento (Prefeitura de Porto União);

VIII- Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina;

IX- Certificado e laudo técnico de limpeza e higienização das caixas, células e reservatórios d'água e potabilidade da água;

X- No caso de sede em outro município, apresentar a Inscrição/Registro do município sede;

XI- Certificado e laudo técnico de desinsetização e desratização.

§ 1º Serão arquivados os processos das entidades que, no prazo de 30 (trinta) dias, não cumprirem as exigências estabelecidas por este Conselho.

§ 2º O desarquivamento dos processos de que trata o parágrafo anterior deverá ser solicitado por meio de ofício dirigido à Presidência do CMDCA.

Art. 4º No exame do pedido, além de comprovar a veracidade do teor dos documentos autuados em processo próprio, a Comissão de Garantia de Direitos do CMDCA, responsável pela avaliação destes processos, deverá:

I- verificar se foram efetivamente atendidas todas as exigências relacionadas no art. 3º desta Deliberação;

II- pronunciar-se conclusivamente sobre o funcionamento da instituição, baseado em parecer de visita de um técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

III- na hipótese de parecer favorável, dar imediata ciência ao requerente nos autos do processo, advertindo-o da extinção e do arquivamento do processo e das outras consequências sobre um eventual funcionamento da instituição em desacordo com normas do Conselho.

Parágrafo único. A todas as entidades requerentes que apresentarem a documentação exigida será concedido registro, o qual será

validado anualmente após apresentação da documentação atualizada, visita técnica e parecer da Comissão de Garantia de Direitos do CMDCA.

Art. 5º As entidades registradas ficam responsáveis por comunicar ao CMDCA qualquer mudança de endereço, telefone, composição da diretoria ou modalidade de atendimento, de forma a manter atualizados os seus dados cadastrais.

Art. 6º As entidades registradas no CMDCA deverão apresentar anualmente, até o dia 30 de abril, na sede do Conselho, os documentos a seguir relacionados:

I- Plano de Ação do ano corrente (Anexo II);

II- Relatório de Atividades do ano anterior (Anexo III).

§ 1º A não apresentação da documentação referida no caput deste artigo implicará na suspensão do registro da entidade.

§ 2º As entidades que desenvolvam programas de acolhimento institucional receberão visita técnica e terão seus programas reavaliados anualmente, por ocasião da entrega de tais documentos.

Art. 7º De acordo com o art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes em regime de:

I- orientação e apoio sócio-familiar;

II- apoio sócio-educativo em meio aberto;

III- colocação familiar;

IV- acolhimento institucional;

V- liberdade assistida;

VI- semi-liberdade;

VII- internação.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não concede registro para funcionamento de entidades ou inscrição de programas àquelas que desenvolvem apenas atendimento em modalidades educacionais formais, tais como creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, nos termos da Resolução nº 71/2001 do CONANDA.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente concederá registro às entidades não governamentais, sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, nos termos da Lei Federal nº 10.097/2000, da Resolução nº 74/2001 do CONANDA.

Art. 8º Será negado, nos termos do § 1º do artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o registro à entidade que:

I- não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II- não apresente plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III- esteja irregularmente constituída;

IV- tenha em seus quadros pessoa inidônea;

V- não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente em todos os níveis.

Parágrafo único. No caso de indeferimento do registro, caberá à entidade recurso, num prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar de sua publicação no Diário Oficial do Município – DOM/SC.

Art. 9º Da Inscrição dos Programas de Proteção e Sócio-educativos das Entidades Governamentais e Não Governamentais: Proceder-se-á à inscrição dos programas de proteção e sócio-educativos destinados à criança e ao adolescente, desenvolvidos pelas entidades governamentais e não governamentais, nos termos dos §§ 1º, 2º e

3º do art. 90, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 10. Os requerimentos de inscrição deverão conter Plano de Trabalho da entidade que explicita:

I- os regimes de atendimento (art. 90 do ECA);

II- os dados do programa;

III- o responsável pelo programa;

IV- o planejamento contendo informações sobre a elaboração, implementação, realização e recursos, inclusive financeiros.

§ 1º Os incisos I a IV deverão atender às diretrizes estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas resoluções e deliberações dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis.

§ 2º Serão arquivados os processos das entidades que no prazo de 30 (trinta) dias não cumprirem as exigências estabelecidas por este Conselho.

§ 3º O desarquivamento do processo de que trata o parágrafo anterior poderá ser solicitado por meio de ofício dirigido à Presidência do CMDCA.

§ 4º Os programas em execução serão reavaliados pelo CMDCA a cada 2 (dois) anos.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2017.

ERIKA CHAGAS JUSTIMIANO FERREIRA

Conselheira Presidente

CMDCA/Porto União

## RESOLUÇÃO Nº 003/2017 - CMDCA - ANEXOS

### ANEXO I

(MODELO DE REQUERIMENTO – em papel timbrado da entidade)

#### Declaração de Idoneidade

Ilustríssimo(a) Senhor(a)

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Porto União/SC

Eu, ....., Brasileiro(a), ....., portador da identidade nº ....., expedida pelo ..... e inscrito no C.P.F. sob o nº ..... , residente e domiciliado à ..... , exercendo o cargo de (dirigente, diretor, coordenador, presidente) ..... da Entidade denominada ..... , DECLARO, para efeito de que dispõe a alínea d, do parágrafo único do artigo 91 da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que não é de meu conhecimento que exista nos quadros desta Entidade nenhuma pessoa, inclusive eu, cuja conduta desabone a integridade moral ou que tenha, contra si, sentença condenatória criminal transitada em julgado.

Fico ciente que a falsidade dessa declaração importa no cancelamento automático do Registro da mencionada Entidade no CMDCA, nos termos da legislação supracitada, além das penalidades civis, criminais e administrativas previstas na legislação vigente.

..... de ..... de .....



(Representante Legal)

(MODELO – em papel timbrado da entidade)

Requerimento de Registro de Entidade

Ilustríssimo(a) Senhor(a)  
 Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA  
 Porto União/SC

.....  
 .., portador da identidade nº ....., expedida  
 pelo ..... e inscrito no C.P.F.  
 sob o nº ....., representante legal  
 da Entidade denominada .....  
 ....., localizada à .....  
 .....  
 ....., requer a V.Sa. que se digne conceder REGISTRO nesse  
 Conselho, de acordo com o disposto no artigo 91 da Lei Federal  
 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tanto, ane-  
 xa documentação necessária, declarando satisfazer as condições  
 estipuladas na legislação pertinente.

..... de ..... de .....

(Representante Legal)

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE INSTITUIÇÃO  
 Denominação Sigla

Endereço

Telefone Fax E-mail

Nome do Responsável Função do Responsável

CNPJ Nome do(s) projeto(s) apresentados pela instituição

Do Estatuto da Instituição  
 Nº de Registro do Estado Cartório e data de Registro

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE INSTITUIÇÃO

Dos Títulos de Utilidade Pública (caso a instituição possua)

Decreto/ Lei Federal Data de Publicação do Decreto/ Lei Federal

Decreto/ Lei Estadual Data de Publicação do Decreto/ Lei Estadual

Decreto/ Lei Municipal Data de Publicação do Decreto/ Lei Municipal

Natureza

Governamental Não Governamental

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE INSTITUIÇÃO

OBJETIVOS GERAIS  
 (Breve resumo dos objetivos / missão da entidade, constantes do  
 Estatuto da Entidade).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS  
 (também retirados do Estatuto da Entidade).

Requerimento de Inscrição de Programa

Ilustríssimo(a) Senhor(a)  
 Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA  
 Porto União/SC

.....  
 .., portador da identidade nº ....., expedida  
 pelo ..... e inscrito no C.P.F.  
 sob o nº ....., representante legal da  
 Entidade denominada .....  
 ....., localizada à .....  
 .....  
 .., venho requer a V.Sa. que se digne conceder INSCRIÇÃO nesse  
 Conselho, do PROGRAMA denominado .....  
 ....., localizado à .....  
 .....  
 ....., em funcionamento de acordo com o(s) regime(s)  
 de .....  
 .....  
 .....  
 ..... ; de acordo com o disposto no artigo 90, parágrafo único,  
 da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.  
 Para tanto, anexa documentação necessária, declarando satisfazer  
 as condições estipuladas na legislação pertinente.

..... de ..... de .....

(Representante Legal)

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA

Nome Endereço

Bairro CEP Tel.

E-mail

Público Alvo/Faixa etária Data de Início Data de Término

Metas: Sexo M

F

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA

OBJETIVOS GERAIS

(Breve resumo, retirados do programa / projeto, pois estas infor-  
 mações devem  
 constar obrigatoriamente no Plano de Trabalho apresentado pela  
 instituição).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

(Breve resumo, retirados do programa / projeto, pois estas infor-  
 mações devem constar obrigatoriamente no Plano de Trabalho  
 apresentado pela instituição).

Bairros onde o programa / projeto é desenvolvido:

ANEXO II

MODELO DE PLANO DE TRABALHO

I- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome da Entidade:

Endereço da Entidade:

Bairro:

CEP:

Telefone: Fax:

E-mail:

CNPJ:  
 Data de Fundação:  
 Técnico Responsável:  
 II- TÍTULO DO PROJETO  
 III- SUMÁRIO DA PROPOSTA  
 IV- CONTEXTO DO PROJETO  
 V- PÚBLICO ALVO (Número, faixa etária)  
 VI- OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICOS)  
 VII- JUSTIFICATIVA  
 VIII- METODOLOGIA  
 IX- EQUIPE  
 X- CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES  
 XI- SISTEMA DE AVALIAÇÃO

## ANEXO III

## MODELO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## I- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1- Nome da Entidade:  
 1.2- Endereço da Entidade;  
 1.3- Bairro:  
 1.4- CEP:  
 1.5- Telefone: Fax:  
 1.6- E-mail:  
 1.7- CNPJ:  
 1.8- Data de Fundação:

1.9- Técnico Responsável:  
 II- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO ANTERIOR  
 III- PÚBLICO ATENDIDO  
 IV- ORIGEM DOS RECURSOS  
 V- INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL – Espaço físico, materiais permanentes e de consumo, equipe.

### RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 116/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 165/2017.

Retificação do Edital de Pregão Presencial 116/2017.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. A data limite para recebimento dos envelopes passa a ser dia 22 de agosto de 2017 às 09h00min, com início da sessão pública às 09h15min. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº583/2017

#### DECRETO Nº583/2017

"Homologa Termo Aditivo ao Contrato de Repasse nº 820419/2015/Mapa/Caixa, que entre si celebram a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Porto União".

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou, nos termos do Artigo 39, Inciso V, do Regimento Interno e promulgamos o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica Homologado o Termo Aditivo ao Contrato de Repasse nº 820419/2015/Mapa/Caixa, que entre si celebram a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de junho de 2017.

Porto União - SC, em 09 de agosto de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Calikoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário



# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **PROCESSO 011 2017 FMS**

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017 – MENOR PREÇO POR ITEM

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 09:00 horas do dia 21/08/2017, licitação que tem por objeto Registro de Preços para aquisição de Veículos Tipo Van/micro-ônibus, zero quilometro, ano/modelo 2017 OU 2018, para uso das secretarias do município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-8700 pelo e-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br), ou pelo site [www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, 08 de Agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### **RETIFICAÇÃO - PROCESSO 33 2017 PNEUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO

PROCESSO Nº. 033/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que retifica-se o descritivo de alguns itens do edital de objeto: Aquisição de Pneus, para uso dos Veículos da frota de veículos, Maquinas e equipamentos pertencentes ao município.

Em virtude disto altera-se também a data de abertura e julgamento das propostas e habilitação que passa a ser dia 22/08/2017 as 09:00.

Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 08 de Agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 103/2017 - PREFA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

CONTRATO Nº. 103/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 45/2017

CONTRATADO ALESSANDRO TEIXEIRA DOS SANTOS 01342408047

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC, NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017.

DA VIGENCIA: 31/07/2017 à 30/08/2017.

Praia Grande, 31 de Julho de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DECRETO 47/2017

Número da Lei:  
1508

Ano da Lei:  
2016

Data da Lei:  
24/11/2016

DECRETO Nº 47, de 7 de agosto de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00( dez mil reais )

#### Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Depto de Educacao	05.001.0012.0361.1501.2010.3339000000000000.01010000	10.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

#### Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Depto de Educacao	05.001.0012.0361.1501.2010.3319000000000000.01010000	10.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 7 de agosto de 2017

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal  
CPF: 767.132.029-34

ALINE LESKE TILLMANN  
CONTADOR  
CRC: 24474 /SC

**DECRETO 48/2017**

Número da Lei:

1508

Ano da Lei:

2016

Data da Lei:

24/11/2016

DECRETO Nº 48, de 7 de agosto de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00( dez mil reais )

## Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	12.001.0008.0244.1602.2023.3339000000000000.01000000	5.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Assistencia Social	12.001.0008.0244.1602.2006.3339000000000000.01000000	5.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

## Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Assistencia Social	12.001.0008.0244.1602.2006.3319000000000000.01000000	5.000,00
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Assistencia Social	12.001.0008.0244.1602.2023.3319000000000000.01000000	5.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 7 de agosto de 2017

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal  
CPF: 767.132.029-34ALINE LESKE TILLMANN  
CONTADOR  
CRC: 24474 /SC

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 201 DE 08.08.2017

DECRETO Nº. 201, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Contrata Temporariamente Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do Artigo 102 da Lei Orgânica do Município e, Lei Complementar nº. 021 de 30 de dezembro de 2015, Lei nº. 228, de 29 de outubro de 2001, Edital de Processo Seletivo nº. 003.2016 de 27 de Junho de 2016, Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2017 de 07 de Fevereiro de 2017 e Edital de Chamada Pública nº. 001/2017 de 09 de Fevereiro de 2017 e Ata nº. 47/2017.

CONSIDERANDO, o interesse público na manutenção dos serviços da Educação;

CONSIDERANDO, a previsão da Lei Federal 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, a falta de profissionais efetivos para suprir as necessidades educacionais para o ano letivo de 2017;

CONSIDERANDO, o número máximo de alunos permitido para cada Profissional da educação;

CONSIDERANDO, a proteção Constitucional dada a Educação e, que a oferta ou não oferta irregular do ensino implica em responsabilidade da autoridade municipal, nos termos do §2º, artigo 208 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a continuidade dos trabalhos relativos à educação, bem como o comprimento do calendário do ano letivo, sem prejuízo aos alunos.

CONSIDERANDO o atestado da professora titular da vaga Berenice S. R. Hoffmann até dia 03.10.2017.

CONSIDERANDO que foram esgotadas as possibilidades de contratação sob a égide do Processo Seletivo nº 003.2016 e do Processo Seletivo Simplificado nº. 001.2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada KÁTIA S. K. DALLO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha Moquéim, interior, Município de Princesa, portadora do CPF nº. 035.230.819-20, professora não habilitada, classificada na Chamada Pública nº. 001/2017, para atuar no cargo e função de Professor de Educação Fundamental, Espanhol, turnos matutino e vespertino, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, assumindo a vaga a partir de 08 de Agosto de 2017 até perdurar a vaga.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correm a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 08.08.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
08 de Agosto de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 24/2017-FMS, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017 FMS.

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório 24/2017-FMS.

Tomada de Preços 01/2017-FMS.

O Município de PRINCESA/SC por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público que está realizando licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é "Contratação de Pessoa Jurídica habilitada para executar projeto de AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, área a ampliar de 77,33 m², localizada no Lote Urbano nº 270, Rua Sete de Setembro, Centro, em Princesa/SC." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 29 de agosto de 2017, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 07 de agosto de 2017. Clédina de Oliveira – Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

### EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 56/2017-PM. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017 PM.

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 56/2017-PM

Tomada de Preços 06/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que está realizando licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é "Contratação de Pessoa Jurídica habilitada para executar projeto de CERCAMENTO DE TERRENO, localizado no Lote Industrial 01-QA, Rua Sete de Setembro, Garagem de Máquinas do Município de Princesa/SC." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 25 de agosto de 2017, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 04 de agosto de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2396/2017 ACUMULAÇÃO CARGOS

DECRETO nº 2396, de 08 de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE A ACUMULAÇÃO LÍCITA DE CARGOS EFETIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Rancho Queimado, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no Art. 72 da Lei Complementar no 1/2016;

CONSIDERANDO a possibilidade de acumulação para os profissionais da saúde;

CONSIDERANDO a exigência de compatibilidade de horários para a acumulação;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos III e IV que trata dos profissionais da saúde.

DECRETA:

Art. 1º A acumulação de cargos de profissionais da área de saúde não poderá ser superar 60 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Rancho Queimado, 08 de agosto de 2017.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

### PORTARIA 300-2017 EXONERA ANDRE SPERBER

PORTARIANº 300/2017

CONCEDE EXONERAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE EXONERAR ANDRÉ SPERBER, do emprego público de Motorista de Ambulância, conforme aviso datado de 05 de julho de 2017, a partir desta data.

Rancho Queimado, em 04 de agosto de 2017.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

### PORTARIA 301-2017 EXONERA VANDERLEI DA SILVA

PORTARIANº 301/2017

CONCEDE EXONERAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE EXONERAR VANDERLEI DA SILVA, do emprego público de Motorista de Ambulância, a partir de 05 de agosto de 2017, conforme aviso datado de 06 de julho de 2017.

Rancho Queimado, em 07 de agosto de 2017.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

### PORTARIA 302-2017 CONCEDE FERIAS ALCIONE A W MARIAN

PORTARIANº 302/2017

CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER férias a ALCIONE ALAIR WERLICH MARIAN, a partir de 08 de agosto a 06 de setembro de 2017, pelo período aquisitivo 2016/2017.

Rancho Queimado, em 07 de agosto de 2017.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

### PORTARIA 303-2017 NOMEIA LUANA S RIBEIRO AGENTE SERV GERAIS

PORTARIANº 303/2017

NOMEIA SERVIDOR EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE:

NOMEAR, LUANA DA SILVEIRA RIBEIRO, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.202.878, inscrita no CPF sob o nº 057.783.099-61, para exercer o Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com as atribuições constantes no Anexo I da Lei Complementar nº 01/2016, com vencimento mensal de R\$ 1.260,34 (um mil duzentos e sessenta reais, e trinta e quatro centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a referida Lei Complementar.

Fica a Servidora lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, tendo sido aprovada no Concurso Público nº 001/2017, homologado em 13 de junho de 2017, no qual obteve 2ª colocação. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 07 de agosto de 2017.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

### RESUMO PUBLICAÇÃO-3º-2017-MATERIAL ELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - O Município de Rancho Queimado, torna público que até às 10:30 horas do dia 23 de agosto de 2017, estará recebendo propostas para aquisição de material elétrico para iluminação pública a serem instalados em vários pontos do Município, conforme descritos no anexo I do Edital. O edital na sua íntegra, contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site [www.ranchoqueimado.sc.gov.br](http://www.ranchoqueimado.sc.gov.br). Rancho Queimado/SC, em 08 de agosto de 2017 - Cleci Aparecida Veronezi - Prefeita Municipal.



# Rio das Antas

## PREFEITURA

### RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0046/2017 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0046/2017 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0061/2017 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 0046/2017 - PMRA, tendo como Objeto: Registro de preço para aquisição futura de pedidos parcelados de peças ORIGINAIS para manutenção preventiva e corretiva no trator Komatsu D41. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 22/08/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: [licita@riodasantas.sc.gov.br](mailto:licita@riodasantas.sc.gov.br). BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22 em horário de expediente. Rio das Antas (SC), 08 de agosto de 2017/Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 061/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.61/2017

Pregão Presencial Nº 52/2017

Validade: 12 Meses

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO., pelo período de 0, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA ME, neste ato representado por JUARES PORFIRIO	78.666.476/0001-53
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME, neste ato representado por CARLOS SIMAO	75.779.223/0001-06
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP, neste ato representado por EVANDRO JOSE BUZZI	13.414.247/0001-04
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO., em um prazo que se estende 0 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 278130 - SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
14	Fórmula láctea infantil de partida (0 a 06 meses de idade): em pó, com proteínas do soro do leite e caseína, enriquecido com ferro, vitaminas, sais minerais e outros oligoelementos. Pode conter lactose, maltodextrina, soro de leite, leite desnatado e/ou semidesnatado, e os seguintes óleos: óleo de canola, milho, palma, palmiste, coco e girassol. Pode conter lecitina de soja. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Indicado para lactente desde o nascimento até o 06º mês de vida. Atender a todas as recomendações do CODEX Alimentarius FAO/OMS. Lata de 400g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	MILUPA 1	1.000	R\$23,50	R\$23.500,00

15	Fórmula láctea infantil de segmento para lactentes e crianças de primeira infância (a partir de 06 meses de idade): em pó, com proteínas do soro do leite e caseína, enriquecido com ferro, vitaminas, sais minerais e outros oligoelementos. Pode conter lactose, maltodextrina, soro de leite, leite desnatado e/ou semidesnatado, e no mínimo os seguintes óleos: óleo de canola, milho, palma, palmiste, coco e girassol. Pode conter lecitina de soja. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Indicado para lactente a partir do 06º mês de vida. Atender a todas as recomendações do CODEX Alimentarius FAO/OMS. Lata de 400g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	MILUPA 2	2.000	R\$20,80	R\$41.600,00
24	Pudim em pó: mistura em pó para pudim contendo amido, açúcar, sal, aromatizantes e edulcorantes. Sabores: chocolate branco, morango, coco e baunilha. Contendo leite em sua formulação, adicionar água para o preparo. Pode ser enriquecido com minerais e vitaminas. Não deve conter gordura vegetal/gordura vegetal hidrogenada/gordura trans. Acondicionado em sacos plásticos, íntegros e resistentes. Embalagem de 1 kg. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	BIOLAC	1.200	R\$13,50	R\$16.200,00
53	Fórmula Infantil para lactentes e de Seguimento para lactentes à base de soja (0 a 12 meses): Com DHA e ARA. Ingredientes: maltodextrina, proteína isolada de soja, oleína de palma, óleo de soja, óleo de coco, minerais, vitaminas, óleo de girassol, L-metionina, óleo de colina, lecitina de soja, taurina, L-carnitina, regulador de acidez. Isenta de sacarose. NÃO CONTÉM LEITE OU PRODUTOS LÁCTEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Lata de 800g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	...Aptamil Soja 2	25	R\$70,50	R\$1.762,50
54	Fórmula Infantil de partida à base de proteína de soja em pó (0 a 6 meses): Com ácido linoleico e ácido alfa-linolênico. Ingredientes: maltodextrina, proteína de soja, óleo de palma, óleo de colza, óleo de coco, óleo de girassol, óleo de milho, cloreto de colina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina, taurina, L-carnitina. Isenta de sacarose, lactose e proteínas lácteas. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Lata de 400g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	...Aptamil Soja 1	35	R\$42,50	R\$1.487,50

55	Fórmula Infantil de seguimento à base de proteína de soja em pó (6 a 12 meses): Com ácido linoleico e ácido alfa-linolênico. Ingredientes: maltodextrina, proteína de soja, óleo de palma, óleo de canola, óleo de coco, óleo de girassol, cloreto de colina, minerais, vitaminas, fitomenadiona, emulsificante lecitina, taurina, L-carnitina. Isenta de sacarose, lactose e proteínas lácteas. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Lata de 800g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	...Aptamil Soja 2	20	R\$70,00	R\$1.400,00
56	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e/ ou crianças de primeira infância, destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose e à base de aminoácidos livres em pó (0 a 3 anos): Adicionada de (DHA e ARA), TCM e Nucleotídeos. Contém: xarope de glicose, óleos vegetais refinados, cloreto de magnésio, citrato tripotássico, cloreto de sódio, bitartarato de colina, citrato de cálcio, L-aspartato de magnésio, óleo de Mortierella alpina, inositol, taurina, L-carnitina, vitaminas, emulsificante ésteres de mono e diglicerídeos de ácidos graxos com ácido cítrico e antioxidante mistura concentrada de tocoferóis. Não contém leite nem produtos lácteos. NÃO CONTÉM GLÚTEN. CONTÉM FENILALANINA. Lata de 400g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	NEOCATE LCP	65	R\$253,00	R\$16.445,00
57	Fórmula infantil de partida em pó à base de proteínas lácteas, para lactentes (0 a 6 meses): Adicionada de prebióticos 0,8g/100ml (10%FOS e 90%GOS), LcPufas (DHA e ARA) e nucleotídeos. Contém: proteínas do soro de leite, óleos vegetais, lactose, leite desnatado em pó, maltodextrina, óleo de Mortierella alpina, óleo de peixe, taurina, cloreto de colina, minerais, vitaminas, emulsificantes mono e diglicerídeos de ácidos graxos, lecitina e antioxidante mistura concentrada de tocoferóis. Possui relação caseína / proteína do soro 40:60. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Lata de 800g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	APTAMIL 1	25	R\$44,50	R\$1.112,50
58	Fórmula infantil de seguimento em pó à base de proteínas lácteas, para lactentes e crianças de primeira infância (a partir do 6º mês de vida): Adicionada de prebióticos 0,8g/100ml (10%FOS e 90%GOS), LcPufas (DHA e ARA) e nucleotídeos. Contém: lactose, leite parcialmente desnatado em pó, óleos vegetais, proteína concentrada do soro de leite, maltodextrina, óleo de Mortierella alpina, óleo de peixe, taurina, cloreto de colina, minerais, vitaminas, emulsificantes mono e diglicerídeos de ácidos graxos e lecitina e antioxidante mistura concentrada de tocoferóis. Possui relação caseína/proteína do soro 50:50. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Lata de 800g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	APTAMIL 2	25	R\$41,80	R\$1.045,00

59	Fórmula infantil de seguimento em pó, para lactentes com proteínas lácteas (a partir do 10º mês): Adicionada de prebióticos 0,8g/100ml (10%FOS e 90%GOS), LcPufas (DHA e ARA). Contém: lactose, leite parcialmente desnatado em pó, óleos vegetais, proteína do soro de leite, maltodextrina, óleo de Mortierella alpina, óleo de peixe, cloreto de colina, minerais, vitaminas, emulsificantes mono e diglicerídeos de ácidos graxos e lecitina e antioxidante mistura concentrada de tocoferóis. Possui relação caseína/proteína do soro 50:50. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Lata de 800g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	APTAMIL	25	R\$41,80	R\$1.045,00
60	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes, destinada a necessidades dietoterápicas específicas: em pó, anti-regurgitação espessada com goma de Jataí. Contém ácidos graxos essenciais - ácido linoleico e ácido alfa-linolênico, leite em pó desnatado, lactose, óleos vegetais, maltodextrina, carbonato de cálcio, taurina, cloreto de colina, sulfato ferroso, sulfato de zinco, D-pantotenato de cálcio, sulfato de manganês, vitamina B12, betacaroteno, D-biotina, colecalférol, iodeto de potássio e emulsificante lecitina de soja. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Lata de 800g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	APTAMIL AR	50	R\$52,50	R\$2.625,00
67	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes destinada a necessidades dietoterápicas específicas com proteína extensamente hidrolisada e com restrição de lactose: Com DHA e ARA e nucleotídeos. Ingredientes: xarope de glicose, proteína extensamente hidrolisada de soro do leite, TCM, taurina, cloreto de colina, L-carnitina, fitomenadiona, óleos vegetais e de peixe, óleo de Mortierella alpina, minerais, vitaminas, emulsificante mono e diglicerídeos de ácidos graxos. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Lata de 400g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	PREGOMIN PEPTI	80	R\$125,00	R\$10.000,00
68	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose: Com DHA e ARA e nucleotídeos. Ingredientes: maltodextrina, óleos vegetais, caseinato, minerais, óleo de Mortierella alpina, óleo de peixe, cloreto de colina, vitaminas, taurina, triptofano, inositol, L-carnitina e emulsificante lecitina de soja. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Lata de 800g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	APTAMIL SL PROEXPERT	20	R\$80,00	R\$1.600,00

69	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com proteína láctea extensamente hidrolisada: Com prebióticos (GOS/FOS), DHA e ARA e nucleotídeos. Ingredientes: lactose, concentrado de proteína do soro de leite hidrolisada, óleos vegetais, óleo de Mortierella alpina, óleo de peixe, cloreto de colina, vitaminas, taurina, inositol, emulsificantes mono e diglicerídeos e lecitina de soja. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Lata de 800g. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	APTAMIL PEPTI	20	R\$112,00	R\$2.240,00
Total do Fornecedor:						R\$122.062,50
Total Geral dos Itens:						R\$122.062,50

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$916.584,20 (novecentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e quatro e vinte )

Rio do Sul (SC), 07 de Agosto de 2017  
 SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME  
 LUIZ F. SEBOLD  
 CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito Municipal

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 062/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº62/2017

Pregão Presencial Nº 52/2017

Validade: 12 Meses

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA ME, neste ato representado por JUARES PORFIRIO	78.666.476/0001-53
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME, neste ato representado por CARLOS SIMAO	75.779.223/0001-06
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP, neste ato representado por EVANDRO JOSE BUZZI	13.414.247/0001-04
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:



Fornecedor: 436771 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Biscoito doce tipo Maria: produto com formato redondo. Composto por farinha de trigo enriquecida/fortificada, açúcar, sal, gordura ou óleo vegetal, amido de milho, aroma artificial, lecitina de soja, fermentos, podendo conter soro ou leite em pó. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Embalagem primária de polietileno entre 350 a 400 g, resistente, hermeticamente selado. Embalagem secundária em caixas de papelão resistentes. Informação aos alérgicos. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	PARATI	2.500	R\$4,40	R\$11.000,00
8	Chocolate em pó: produto com cacau em pó solúvel (mínimo de 50 %), açúcar e aromatizante, antiumectante, constituído de pó fino e homogêneo. Não poderá conter a adição de gordura e óleos estranhos a qualquer tipo de chocolate, bem como, a manteiga de cacau e não poderá ser adicionado de amido e féculas estranhas. Isento de glúten. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação, data de validade, informações aos alérgicos e peso do produto em local visível. Pacotes de 01 kg em polietileno. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	LEO	500	R\$9,80	R\$4.900,00
9	Extrato de tomate: Preparado com tomates, sal e açúcar. Isento de sujidades e fermentação. Embalagem 850 g. Embalagem lata de folha e flandres com verniz sanitário não podendo estar amassada ou estufada. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	DAJUDA	1.600	R\$8,10	R\$12.960,00
10	Farinha de aveia: produto enriquecido com vitaminas e sais minerais. Isento de mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Embalagem primária em plástico transparente resistente hermeticamente selado. Embalagem secundária de papelão de 200 g. Embalagem terciária em caixas de papelão. Informação aos alérgicos. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	NATURALE	1.200	R\$2,65	R\$3.180,00

11	Farinha de trigo especial: produto em pó, sem fermento, embalada em sacos plásticos, não violados e resistentes. Enriquecido de ferro e ácido fólico. Isento de mofo ou substâncias nocivas. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Pacote com 5kg. Informação aos alérgicos. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	PANFACIL	1.600	R\$8,39	R\$13.424,00
17	Leite em pó: produto integral, instantâneo. Fonte de vitaminas A, D e lecitina de soja. Sem adição de qualquer tipo de açúcar. Isento de glúten. Obtido por desidratação do leite de vaca integral e apto para a alimentação humana mediante processos tecnologicamente adequados. O modo de preparo descrito na embalagem. Rendimento de no mínimo 3 litros após modo de preparo. Pacotes laminados de 400 g, livre de parasitas ou substâncias nocivas, odores estranhos. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	AURORA	12.000	R\$10,44	R\$125.280,00
18	Lentilha: produto tipo 1, classe misturada, apresentação seca. Produto livre de impurezas, matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Informação aos alérgicos. Pacote de polietileno atóxico, resistente de 500 g. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	ARBAZA	7.200	R\$8,54	R\$61.488,00
19	Macarrão de sêmola com ovos tipo aletria (cabelo de anjo): produzido a partir de farinha de trigo enriquecida e ovos. Isento de qualquer substância estranha ou nociva. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Informação aos alérgicos. Embalagem plástica transparente e resistente de 500g. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	ISABELA	3.200	R\$2,37	R\$7.584,00

20	Macarrão de sêmola com ovos tipo parafuso: produzido a partir de farinha de trigo enriquecida e ovos. Isento de qualquer substância estranha ou nociva. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Informação aos alérgicos. Embalagem plástica transparente e resistente de 500g. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	GERMANI/OGLIARE	7.000	R\$2,65	R\$18.550,00
26	Sal refinado: produto fino, seco, iodado. Isento de umidade e substâncias estranhas ou nocivas. Em sacos de polietileno contendo 1 kg cada. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	GARCA	1.500	R\$1,78	R\$2.670,00
34	Leite de soja (Original): produto integral líquido do tipo Soy. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Embalagem longa vida de 01 litro. Isentos de lactose, colesterol e glúten. Informação aos alérgicos. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	PURITY	250	R\$5,99	R\$1.497,50
36	Biscoito doce de maisena (isento de leite e derivados): A composição do produto deve conter farinha de trigo enriquecida/fortificada, amido de milho, açúcar, sal, gordura ou óleo vegetal, lecitina de soja e fermentos, isento de leite e derivados. Embalagem primária: pacotes de polietileno, pesando de 350 a 400g, atóxicos, resistentes, hermeticamente selados, com informações nutricionais e ingredientes, para identificação de seu fabricante e ou componentes. Embalagem secundária: caixas de papelão resistentes. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	MASPA	400	R\$4,87	R\$1.948,00

37	<p>Cookies integrais sem glúten e leite:</p> <p>Ingredientes: farinha de arroz integral, fécula de mandioca, amido de milho, milho integral em pó, melado de cana, açúcar mascavo, óleos vegetais (milho e ou girassol e ou algodão), gordura de palma, maltodextrina, frutas, mix de castanhas (castanha de caju, castanha do Pará e amêndoa), agentes de massa, polidextrose, mel, café solúvel, extrato de soja, avelã em pó, canela em pó, cacau alcalino em pó, fibra solúvel, fermentos químicos, alfarroba em pó, edulcorantes maltitol, glicosídeo de esteviol e sucralose, emulsificante natural lecitina de soja, espessante goma xantana, agentes de crescimento (fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio) e aromas. Sabores variados. Sem adição de leite e derivados. Embalagem de 120g a 150g. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Validade mínima de 6 meses na data da entrega.</p>	U	JASMINE	25	R\$10,13	R\$253,25
38	<p>Farinha de arroz: Produto produzido a partir do arroz. Em embalagem primária de saco plástico transparente contendo data de fabricação, data de validade, lote impressos na embalagem, informação nutricional, capacidade de 01 kg. Informações para alérgicos. Isento de sujidades, mofo e bolor. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.</p>	U	URBANO	15	R\$5,24	R\$78,60
40	<p>Cookies integrais diet sem leite: Ingredientes: farinha de trigo integral, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, óleos vegetais (milho e ou girassol e ou algodão), mix de castanhas (castanha de caju, castanha do Pará e amêndoa), cacau em pó, café solúvel, extrato de soja, avelã em pó, canela em pó, fibra solúvel, milho integral em pó, amido, maltodextrina, alfarroba em pó, edulcorantes naturais maltitol e glicosídeo de esteviol, emulsificante natural lecitina de soja, agentes de crescimento (fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio) e aromas. Pode conter glúten. Sabores variados. Fonte de fibras. Sem adição de leite e derivados. Embalagem de 120g a 150g. Validade mínima de 6 meses na data da entrega.</p>	U	JASMINE	20	R\$7,48	R\$149,60
42	<p>Geleia Diet: Nos sabores uva, pêssego, morango, framboesa e goiaba. Produzido com polpa de frutas, estabilizante polidextrose, edulcorante natural sorbitol, espessantes pectina e goma jataí, acidulante ácido láctico, conservador sorbato de potássio, edulcorantes artificiais aspartame e acesulfame-k, antioxidante ácido ascórbico, corantes naturais. Não conter glúten. Informações para fenilcetonúricos e diabéticos. Embalagens de vidro ou plástico com informação nutricional, data de fabricação, data de validade, lote, capacidade de 260 a 280 gramas. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.</p>	U	RITTER	15	R\$13,10	R\$196,50

44	Óleo de milho: Tipo 1. Produzido a partir do óleo de milho de bacillus thuringiensis e/ou streptomyces viridochromogenes e antioxidantes ácido cítrico e TBHQ. Frascos do tipo PET transparentes, capacidade de 900 ml com rotulagem nutricional e data de fabricação, prazo de validade e lote. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	SALADA	25	R\$7,05	R\$176,25
45	Achocolatado em pó Diet: Constituído de maltodextrina, cacau lecitinado, vitamínado, edulcorante artificial sucralose, ciclamato de sódio, aspartame, acesulfame-k e sacarina sódica, dióxido de silício, colágeno, informações para alérgicos. Embalagem de 210 gramas. Com rotulagem nutricional, data de fabricação, prazo de validade e lote impressos na embalagem. Isento de sujidades, mofo e bolor. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	gold	15	R\$18,90	R\$283,50
47	Macarrão aletria de sêmola sem ovos: Massa alimentícia produzida a partir de sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum e cúrcuma. Sem ovos. Tipo cabelo de anjo - aletria. Embalados em sacos plásticos resistentes de capacidade de 500g. Informações para alérgicos. Com informações sobre rotulagem nutricional, data de fabricação, data de validade e lote impressos na embalagem. Massa deve estar integra, sem quebradiças, isentos de insetos e carunchos. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	ORQUÍDEA	25	R\$2,39	R\$59,75
48	Macarrão parafuso de arroz: Massa alimentícia produzida a partir da farinha de arroz, corantes naturais cúrcuma, urucum e emulsificante. Sem glúten. Tipo parafuso. Embalados em sacos plásticos resistentes de capacidade de 500g. Informações para alérgicos. Com informações sobre rotulagem nutricional, data de fabricação, data de validade e lote impressos na embalagem. Massa deve estar integra, sem quebradiças, isentos de insetos e carunchos. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	URBANO	20	R\$2,69	R\$53,80
49	Pudim diet: Sabores diversos. Produzido a partir do amido de milho (bacillus thuringiensis e/ou streptomyces viridochromogenes e/ou agrobacterium tumefaciens e/ou zeamays), sal, maltodextrina, vitamina c, zinco, vitamina a, selênio, vitamina d, aromatizante, edulcorantes ciclamato de sódio, sacarina sódica e aspartame, espessante goma carragena e corantes artificiais tartrazina e amarelo crepúsculo. Informações para alérgicos. Com rotulagem nutricional e data de fabricação e prazo de validade e lote impressos na embalagem. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	LOWCUCAR	25	R\$2,65	R\$66,25

52	Mistura para bolo diet: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, amido, cacau lecitinado, gordura vegetal, sal, agentes de corpo: maltitol e polidextrose, emulsificante mono e diglicerídeos de ácidos graxos, fermentos químicos: fosfato monocalcício, difosfato de cálcio e bicarbonato de sódio, aromatizantes, espessante goma xantana e edulcorante sucralose. Informações aos alérgicos. Pacotes de 300 g. Embalagem primária de plástico resistente vedado com rotulagem nutricional, data de fabricação, prazo de validade e lote impressos na embalagem. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	NUTRIPLENO	15	R\$9,90	R\$148,50
71	Leite UHT Semidesnatado: Leite semidesnatado, com citrato de sódio, trifosfato de sódio, monofosfato de sódio e difosfato de sódio, teor de gordura de 1% a 1,3%. Líquido, cor branca, odor e sabor característicos, acondicionado em embalagem longa vida UHT. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, data de fabricação, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção. NÃO CONTÉM GLÚTEN. O produto deve apresentar validade mínima de 03 meses a partir da data de entrega.	U	LANGUIRU	50	R\$2,49	R\$124,50
72	Orégano: Desidratado. Deverá ser constituído por folhas sãs, ovaladas, secas e limpas. Cor verde pardacenta, cheiro e sabor próprios. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Acondicionado em pacote plástico, íntegro, atóxico, resistente, fechado e limpo, peso líquido de 100g. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	APTI	6.000	R\$5,39	R\$32.340,00
Total do Fornecedor:						R\$298.412,00
Total Geral dos Itens:						R\$298.412,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$916.584,20 (novecentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e quatro e vinte )

Rio do Sul (SC), 07 de Agosto de 2017  
 AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP  
 MARLON EISING  
 CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 063/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº63/2017

Pregão Presencial Nº 52/2017

Validade: 12 Meses

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO., pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA ME, neste ato representado por JUARES PORFIRIO	78.666.476/0001-53
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME, neste ato representado por CARLOS SIMAO	75.779.223/0001-06
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP, neste ato representado por EVANDRO JOSE BUZZI	13.414.247/0001-04
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69

#### CLAUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO., em um prazo que se estende até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 437115 - THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
31	Caldo de peixe de filé de tilápia congelado: produto com carne de tilápia, água, tomate, sal, cebola, alho e ervas aromáticas. Isento de molho de pimenta e tempero completo industrializado. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Pacote de 01 kg em embalagem plástica transparente resistente. O produto deve apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega em veículo refrigerado adequado.	U	RANCHO BOM	3.200	R\$14,45	R\$46.240,00

Total do Fornecedor:	R\$46.240,00
Total Geral dos Itens:	R\$46.240,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$916.584,20 (novecentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e quatro e vinte )

Rio do Sul (SC), 07 de Agosto de 2017  
 THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA ME  
 JUARES PORFIRIO  
 CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 064/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº64/2017

Pregão Presencial Nº 52/2017

Validade: 12 Meses

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO., pelo período de até 12 Meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA ME, neste ato representado por JUARES PORFIRIO	78.666.476/0001-53
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME, neste ato representado por CARLOS SIMAO	75.779.223/0001-06
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP, neste ato representado por EVANDRO JOSE BUZZI	13.414.247/0001-04
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 443590 - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

32	Ovos de galinha: coloração vermelha, tamanho grande, de 1ª qualidade, frescos, de casca lisa, limpos e sem trincados. Bandejas com 30 unidades e contidos em embalagem de papelão. O produto deve apresentar validade mínima de 20 dias a partir da data de entrega na Secretaria de Educação. A entrega deverá ocorrer no dia, local e horário determinado pela Secretaria de Educação.	Bd.	GRANJA ACAMPAMENTO	3.200	R\$13,80	R\$44.160,00
Total do Fornecedor:						R\$44.160,00
Total Geral dos Itens:						R\$44.160,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$916.584,20 (novecentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e quatro e vinte )

Rio do Sul (SC), 07 de Agosto de 2017  
 COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME  
 CARLOS SIMAO  
 CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 065/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2017

Pregão Presencial Nº 52/2017

Validade: 12 Meses

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO., pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA ME, neste ato representado por JUARES PORFIRIO	78.666.476/0001-53
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME, neste ato representado por CARLOS SIMAO	75.779.223/0001-06
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP, neste ato representado por EVANDRO JOSE BUZZI	13.414.247/0001-04
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO., em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 451150 - PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
28	Carne bovina moída congelada: Cortes de músculo, com no máximo 10% de gordura, sem cartilagens e ossos. Embalada em plástico de polietileno, com rótulo contendo identificação e procedência da empresa fabricante, registro no SIM ou SIF, tipo de carne, data de fabricação e data de validade, informação nutricional, lote e peso do produto em local visível. Embalagem de 01 kg. O produto deve apresentar validade mínima de 06 meses na data de entrega em veículo refrigerado adequado.	U	MENESTRINA	6.500	R\$16,70	R\$108.550,00
29	Carne suína em cubos congelada: Corte de pernil em cubos padronizados de 3cm x 3cm, sem gordura aparente, sem cartilagens, ossos e pele, coloração rosada a avermelhada e uniforme. Isento de cisticercos. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Pacote de 01 kg em embalagem plástica transparente resistente. O produto deve apresentar validade mínima de 06 meses na data de entrega em veículo refrigerado adequado.	U	AFRIB	5.500	R\$9,20	R\$50.600,00
30	Coxas e sobrecoxas de frango congeladas: embaladas em plástico de polietileno, com rotulagem descrevendo tipo de carne, registro no SIF. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Pacote de 01 kg em embalagem plástica transparente resistente. O produto deve apresentar validade mínima de 06 meses na data de entrega em veículo refrigerado adequado.	U	AURORA	19.200	R\$4,99	R\$95.808,00
Total do Fornecedor:						R\$254.958,00
Total Geral dos Itens:						R\$254.958,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$916.584,20 (novecentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e quatro e vinte )

Rio do Sul (SC), 07 de Agosto de 2017  
 PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP  
 EVANDRO JOSE BUZZI  
 CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 066/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2017

Pregão Presencial Nº 52/2017

Validade: 12 Meses

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO., pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA ME, neste ato representado por JUARES PORFIRIO	78.666.476/0001-53
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME, neste ato representado por CARLOS SIMAO	75.779.223/0001-06
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP, neste ato representado por EVANDRO JOSE BUZZI	13.414.247/0001-04
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO., em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31556108 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

1	Achocolatado em pó: produto instantâneo, cor marrom escuro, constituído de pó fino e homogêneo, obtido pela mistura do cacau em pó solúvel, açúcar, maltodextrina, vitaminas A, B1, B2, B3, B5, B6, B9, B12, ferro e emulsificante lecitina de soja. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação, data de validade, informações aos alérgicos e peso do produto em local visível. Pacote de 01 kg em polietileno. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	APTI	2.000	R\$10,80	R\$21.600,00
4	Biscoito doce sabor chocolate: produto do tipo rosquinha. Sem recheio. Composto por farinha de trigo enriquecida/fortificada, açúcar, sal, cacau em pó, gordura ou óleo vegetal (palma ou soja), lecitina de soja, fermentos, podendo conter soro ou leite em pó. Isento de corantes artificiais caramelo IV, III e II. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Informações aos alérgicos. Embalagem primária de polietileno entre 350 a 400 g, resistente, hermeticamente selado. Embalagem secundária em caixas de papelão resistentes. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	MARILAN	5.000	R\$4,80	R\$24.000,00



5	Biscoito doce sabor coco: produto com farinha de trigo enriquecida/fortificada, açúcar, sal, gordura ou óleo vegetal, aroma artificial de coco, lecitina de soja, fermentos, pode conter soro ou leite em pó. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Informações aos alérgicos. Embalagem primária de polietileno entre 350 a 400 g, resistente, hermeticamente selado. Embalagem secundária em caixas de papelão resistentes. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	NINFA	5.000	R\$4,45	R\$22.250,00
16	Fubá grosso de milho: Amarelo, granulado, submetido a processos de maceração, secagem, moagem, peneiração e laminação adequados e isentos de sujidades, mofo e fermentação, enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem plástica de 01 kg, resistente e transparente. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	SINHÁ	4.500	R\$2,53	R\$11.385,00
27	Vinagre de vinho branco: produto natural fermentado acético simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livres de sujidade, material terroso e detritos de animais ou vegetais. Embalagem resistente, livre de amassados, rachaduras ou qualquer vazamento, em frasco plástico de 750 ml. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Informação aos alérgicos. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	HENING	600	R\$4,79	R\$2.874,00

33	Leite UHT Zero (0%) Lactose : leite semidesnatado selecionado, ultrapasteurizado e envasado em condições totalmente assépticas, em embalagem longa vida que protege o produto até a validade. Produto totalmente isento de lactose. Embalagem de 01 litro. O produto deve apresentar validade mínima de 03 meses a partir da data de entrega.	U	PIRACANJUBA	1.500	R\$3,31	R\$4.965,00
35	Creme vegetal: produto produzido pela hidrogenação de gordura vegetal, água, sal, vitaminas A, E e D, emulsificantes, conservadores, antioxidantes e acidulantes, contendo 35% de lipídeos. Isento de gordura trans, leite e derivados e glúten. Embalada em pote plástico de polipropileno de peso de 500 g, com proteção interna pós tampa (lacre). No seu rótulo deve conter prazo de validade/lote e informação nutricional. Validade mínima de 8 meses na data de entrega	U	BECCEL	320	R\$7,41	R\$2.371,20
51	Farinha de trigo integral: Produto produzido a partir do trigo integral. Isenta de insetos ou resíduos. Isenta de bolor e mofo. Em embalagem primária de saco de papel contendo data de fabricação, data de validade, lote impressos na embalagem, informação nutricional, capacidade da embalagem de 01 kg. Informações para alérgicos. Validade mínima de 8 meses na data de entrega.	U	ORQUÍDEA	15	R\$5,00	R\$75,00
Total do Fornecedor:						R\$89.520,20
Total Geral dos Itens:						R\$89.520,20

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$916.584,20 (novecentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e quatro e vinte )

Rio do Sul (SC), 07 de Agosto de 2017  
 ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME  
 ROBSON NATANAEL CHIQUIO  
 CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 067/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2017

Pregão Presencial Nº 52/2017

Validade: 12 Meses

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS

ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO., pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por LUIZ F. SEBOLD	09.196.745/0001-42
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94
THOMAS COMERCIO DE PESCADOS LTDA ME, neste ato representado por JUARES PORFIRIO	78.666.476/0001-53
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME, neste ato representado por CARLOS SIMAO	75.779.223/0001-06
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP, neste ato representado por EVANDRO JOSE BUZZI	13.414.247/0001-04
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUIO	21.593.746/0001-26
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA	18.531.205/0001-69

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARA ATENDER O SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO., em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31564097 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Açúcar refinado: produto de coloração branca, de primeira qualidade, composição de origem vegetal (sacarose de cana-de-açúcar), isento de glúten, para aplicação em bebidas frias, quentes e panificação. Aparência e cheiro próprios do açúcar. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingrediente, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Pacote plástico resistente de 5 kg. Informação aos alérgicos. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	SABOR DOCE	1.200	R\$12,13	R\$14.556,00
3	Amido de milho: produto amiláceo extraído do milho, de primeira qualidade, pó fino, branco, inodoro e insípido. Não podendo apresentar-se úmido, fermentado ou rançoso. Não deverá apresentar impurezas visíveis ou sujidades. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingrediente, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Pacote de polietileno resistente de 01 kg, hermeticamente selado. Informação aos alérgicos. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	NEILAR	500	R\$5,50	R\$2.750,00

7	Café puro, torrado e moído: produto em pó, procedentes de grãos são, limpos e isentos de impurezas, sabor suave/tradicional/clássico, ou seja, que caracterizem sabor suave. Isento de glúten. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, selo de pureza ABIC, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Acondicionado em pacote aluminizado alto vácuo, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Embalagem de 500 g. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	OURO	500	R\$9,05	R\$4.525,00
12	Fermento biológico: Em pó, seco para pão, instantâneo, com os componentes Saccharomyces cerevisiae e agente de reidratação, isento de mofo e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Embalagem primária: pacote com 500 g. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	FLEISCHMANN	350	R\$14,75	R\$5.162,50
13	Fermento químico: produto produzido a partir do amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monossódico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio indicado para o preparo de bolo. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Embalagem de 250g. Validade mínima de 4 meses na data de entrega.	U	APIT	650	R\$7,00	R\$4.550,00

21	Margarina cremosa com sal: produto produzido pela hidrogenação de óleos vegetais, água, sal, leite e/ou soro de leite desnatado, vitaminas A ou betacaroteno, estabilizantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos, lecitina de soja e ésteres de poliglicerol de ácidos graxos, conservador sorbato de potássio, acidulante ácido láctico, aromatizantes, antioxidantes: EDTA cálcio dissódico, BHT e ácido cítrico e corante natural de urucum e cúrcuma. Isento de glúten. Aroma idêntico ao natural de manteiga, contendo de 60% a 80% de lipídeos. Informações aos alérgicos. Embalada em pote plástico de polipropileno de peso de 500 g, com proteção interna pós tampa (lacre). A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Informação aos alérgicos. Validade mínima de 4 meses na data de entrega.	U	DORIANA	2.400	R\$4,22	R\$10.128,00
22	Óleo de soja: produto refinado, preparado a partir de grãos de soja são e limpos, tipo 1, isento de odores estranhos ou qualquer substância nociva. Embalagem do tipo PET 900 ml, transparente. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, informação nutricional, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Informação aos alérgicos. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	COAMO	3.000	R\$3,20	R\$9.600,00
23	Polvilho Azedo: produzido a partir do polvilho de mandioca azeda, de coloração branca. Produto livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Informação aos alérgicos. Pacote de polietileno, resistente de 01 kg. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	CALDAO	1.200	R\$5,75	R\$6.900,00

25	Sagu de mandioca: produto amiláceo derivado da raiz de mandioca sob forma de grânulos esféricos. Deverão apresentar-se limpos, secos e isentos de odores estranhos. Cor branca. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência do fabricante, ingredientes, lote, data de fabricação, data de validade e peso do produto em local visível. Informação aos alérgicos. Embalagem plástica resistente de 500 g. Validade mínima de 6 meses na data de entrega.	U	CALDAO	600	R\$5,10	R\$3.060,00
Total do Fornecedor:						R\$61.231,50
Total Geral dos Itens:						R\$61.231,50

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$916.584,20 (novecentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e quatro e vinte )

Rio do Sul (SC), 07 de Agosto de 2017  
 CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME  
 CLEITON DE SOUZA  
 CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 068/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2017

Pregão Presencial Nº 56/2017

Validade: 12 Meses

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 56/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELA DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA RODOVIÁRIA DA PREFEITURA E FUNDAÇÕES., pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
POSTO CENTRO LTDA, neste ato representado por DIONISIO BILINSKI	03.071.326/0001-06
REDE DE POSTOS R4 LTDA, neste ato representado por ROMULO VINICIUS DE BARBA	03.283.593/0001-39

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELA DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA RODOVIÁRIA DA PREFEITURA E FUNDAÇÕES., em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 334723 - POSTO CENTRO LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Gasolina comum.	lt	IDAZA	201.800	R\$3,089	R\$623.360,20
Total do Fornecedor:						R\$623.360,20
Total Geral dos Itens:						R\$623.360,20

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$1.636.491,20 (um milhão, seiscentos e trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e um e vinte )

Rio do Sul (SC), 07 de Agosto de 2017  
 POSTO CENTRO LTDA  
 DIONISIO BILINSKI  
 CONTRATADA



JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 069/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017

Pregão Presencial Nº 56/2017

Validade: 12 Meses

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 56/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELA DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA RODOVIÁRIA DA PREFEITURA E FUNDAÇÕES., pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
POSTO CENTRO LTDA, neste ato representado por DIONISIO BILINSKI	03.071.326/0001-06
REDE DE POSTOS R4 LTDA, neste ato representado por ROMULO VINICIUS DE BARBA	03.283.593/0001-39

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELA DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA RODOVIÁRIA DA PREFEITURA E FUNDAÇÕES., em um prazo que se estende em até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 335410 - REDE DE POSTOS R4 LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Óleo Diesel Comum	Lto.	PETROBRAS	188.900	R\$2,69	R\$508.141,00
3	Óleo diesel s10	Lts.	PETROBRAS	181.000	R\$2,79	R\$504.990,00
Total do Fornecedor:						R\$1.013.131,00
Total Geral dos Itens:						R\$1.013.131,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$1.636.491,20 (um milhão, seiscentos e trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e um e vinte )

Rio do Sul (SC), 07 de Agosto de 2017

REDE DE POSTOS R4 LTDA

ROMULO VINICIUS DE BARBA

CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/17

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/17.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Igor Micael Blemer	Xxx.373.479-xx	153778
ANEB Serviços Administrativos Ltda	xx.721.494/0001-xx	166483
José Avi – Espólio	Xxx.371.009-xx	165399
Ivonei Mazzini	Xxx.681.659-xx	164068
Luiz Carlos Jung	Xxx.652.669-xx	136306
Rogério Vieira	Xxx.713.319-xx	161451
Rosicleia de Jesus	xxx.012.659-xx	162377
Arliton de Liz	Xxx.043.639-xx	96725
Eloi Sebastião da Silva	Xxx.831.970-xx	162332

Rio do Sul, 08 de Agosto de 2017

LEONICE WITTE  
Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### **INSCRIÇÕES DEFERIDAS PROCESSO SELETIVO N. 002/2017**

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

O Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo, constituída por meio do Decreto n. 6331, de 07/07/2017, TORNA PÚBLICO as INSCRIÇÕES DEFERIDAS do Processo Seletivo n. 002/2017, conforme segue:

Art. 1º. Ficam DEFERIDAS as inscrições dos candidatos abaixo relacionados:

#### **AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL**

Nome	Data Nascimento
Adriana Aparecida Soares	05/05/87
Alana Walzburger Melo	03/03/00
Aline Cristina Martins	21/02/83
Aline Juliane Sasse	08/01/83
Aline Porceno Gehrke	24/01/97
Ana Cecilia Medeiros	31/12/87
Ana Claudia Sens	21/01/94
Ana Paula Daiy	14/05/97
Ana Paula Nunes	05/03/85
Andreia Perpétua Wysoki Brizola	17/12/82
Ariana Floriano Da Silva	26/09/88
Ariane Cristina De Oliveira	05/10/94
Benjamin De Souza Padilha	13/07/84
Bianca Brilhante Deeke	19/10/91
Bruno Henrique Dorow	23/10/98
Camila Adélia De Oliveira	13/12/95
Camila Zanis Marchi	16/06/98
Carlos Alexandre Ferreira De Almeida	08/03/90
Cassia Esther Malisseski De Souza	07/08/87
Cátia Regina Da Luz Zanelato	04/11/85
Celia Eleine Kirschner	17/03/89
Cíntia De Lima	25/05/99
Cintia Esser	17/09/90
Cleusa Flor Dias	22/03/82
Crislaine Bach	22/08/97
Crisleia Goncalves	16/04/84
Cristilane Tuon	17/09/77
Daiane Fernandes	28/09/90
Daiene Sevegnani	27/07/87
Daniela De Fátima Da Silva Czayka	26/06/94
Débora Schikorski	26/03/93
Dhiéssica Correia Amaral	20/05/98
Diana Cavalheiro Six	08/11/87
Diogo De Oliveira Brod	18/12/77
Elfi Klassen	22/10/51
Elisabeth Aparecida Fronza	28/01/63
Emily Da Silva Fitzlaff	19/02/99
Érica Antonia Tiedemann De Andrade	31/08/99
Estela Marian Santos	25/09/80

Felipe Ferreira De Carvalho	08/09/95
Ferdinand Marcos Poleza	12/04/86
Fernanda Berri	04/01/86
Fernanda Soster Candido	28/12/83
Franciane Ribeiro Steinbach	23/05/89
Franciane Tainá Gonçalves	28/04/98
Franciele Cleto Mariano	26/05/86
Gabriele Da Silva Ignaczuk	21/11/97
Gabrieli Correia Amaral	27/08/99
Geice Caroline Laureth Andrade	17/06/93
Gerusa Paricia De Oliveira	10/01/81
Gisele Aparecida Bach	09/07/86
Gisiele Nolli Haskel	17/09/84
Glauce Regina Gerber	03/11/76
Grasiela Antonia Preis	26/09/91
Grasiela Longen	11/03/83
Graziele Dos Santos	03/07/83
Graziella Matteussi	05/11/76
Greice Caroline Nunes	09/12/97
Greice Constantino	28/04/99
Greice Jochem	08/05/92
Guilherme Alexandre Leal	28/03/98
Hemilly Cristina Posai Vieira	14/05/95
Ihara Lange	28/07/57
Inti Raymi Nunes	06/06/95
Jakson Moraes	27/12/91
Janaina Machado	05/10/84
Jane Corrêa	20/08/89
Jaqueline Letícia Nazari	22/08/94
Jaqueline Marchi Serafim	28/04/66
Jaqueline Ribeiro Dos Santos	10/09/97
Jenifer Emanuele De Abreu	29/10/89
Jêssica Lunge	10/05/96
Joanna Flávia Santos	06/09/98
Jociara Camile Batista	27/02/87
Joelma Longen Christen	15/12/83
Jonathan Gercke Teixeira	22/12/95
Juliana Cristina Nardelli	07/02/17
Juliana Roth Wahlbrinck	28/07/95
Juliane De Lara Cardoso Ferens	09/04/89
Juliane De Mello Pereira	27/04/97
Kelly Vargas Dos Santos	04/11/94
Kethleen Carolynne Leiria Dias	05/01/96
Laíza Mariana Pinheiro	25/02/00
Leonardo Cleiton Silveira	09/08/99
Leonardo Constantino	25/10/95
Ligia Maria Schissl Braatz	31/08/60
Lilian Regina Angelo	26/06/81
Loeni Lopes	06/06/67
Luana Dias	13/11/96
Luana Luetzow Carvalho	02/06/97
Lucia Helena Garcia	28/03/73
Luciani Salvador Venturi	25/03/72
Lucimara Dos Santos Koch	13/01/88
Lucimeire Danubia Schmidt	07/06/97

Marcela Costa De Sales	21/02/83
Marcia Lichtenfelz	01/03/75
Marcionei Venturi Junior	30/07/96
Marcionei Venturi Junior	30/07/98
Maria Celina Eissmann	12/06/67
Maria Elisa Mayr	12/02/72
Maria Fernanda Pirolli	01/08/00
Maria Luciana Cordeiro	26/10/82
Marilene Linhares	28/09/77
Marion Correa	23/01/64
Marli Seferino	04/07/65
Marlizete Pandini Voigt	04/01/83
Mateus Eduardo Rosa	13/05/99
Matheus Horstmann Marcelino	16/06/97
Maycka Aparecida Caetano	25/02/91
Maycon Da Rosa Silveira	22/08/96
Michele Aparecida Preis Schotten	17/11/89
Natalia Ceretta Barp	09/02/86
Natan Muriel Bruggemann	01/07/00
Nathasha Isbrecht	23/04/91
Pamela Cristina Borba	27/06/88
Pamela Ingrid Pinheiro Santos	23/06/99
Pricila Stein	22/07/85
Priscila Maria Dos Santos	19/06/90
Raiane Paola Rodrigues	20/09/99
Raiane Paola Rodrigues	20/09/99
Raquel Linzmeyer	18/08/89
Regina Aparecida Schmedler	23/02/83
Reginaldo Frank Gomes Dos Santos	10/07/89
Rodrigo Constantino	04/04/86
Rosa Monica Fronza	12/04/66
Rosangélica Macedo De Sousa	14/01/67
Samiro Junior Da Conceicao Schmitt	14/07/91
Scheila Stefani Strelow	10/09/99
Sigmara Luisa Da Cunha	29/03/71
Solange Aparecida Ribeiro	20/01/93
Stephanie Borba	09/07/91
Susana Rodrigues Da Silva De Oliveira	15/09/94
Tais Morgana Da Silva	22/12/95
Táise Cristina Da Luz	20/09/90
Tamiris Ceola	04/09/97
Thainá Cristina Maçaneiro	15/09/97
Thomas Vinicius Benvenutti	24/01/95
Verônica Sousa Guimarães Avi	24/11/90
Victor Cristiano De Almeida Rodrigues	02/03/99
Volney Fernandes Floriano	13/02/96
Wivalde Godoi Pereira De Assis Filho	02/02/75

## FISIOTERAPEUTA

Nome	Data Nascimento
------	-----------------

Andressa Miki Takeda	08/08/93
Angelica Saiuri Suwa	10/08/82
Camilla Corrêa Garcia	24/06/91
Carla Friedrich Ferrari	14/01/74
Claudio Felix Weber	01/08/76
Diego Ricardo Piske De Oliveira	04/01/85
Fabiana Silva Da Crux	04/10/79
Felipe Gustavo Schaefer De Araújo	24/04/91
Gabriela Martins Klein De Moura	26/06/75
Gustavo Yoshio Okiyama	07/08/86
Iarema Fabieli Oliveira De Barros	23/08/82
Iohana Nunes	02/10/95
Isis Franchi Teixeira	16/07/96
Jerusa Packer	24/06/80
Joice Eli De Souza	14/02/94
Joziane Bauer	20/11/92
Ladi Rita Sirena Brunello	01/01/86
Letícia Amáble Paterno	14/04/94
Mayara Schmitz Machado	17/03/91
Morgana Erbs	16/01/17
Renan Caetano	19/12/89
Tailine Schunemann	25/02/92
Thainá Sievers	21/09/94
Vilson Stein Jr.	08/04/79

## FONOAUDIÓLOGO

Nome	Data Nascimento
Ana Elisabete Fontana De Paula Rosário	14/03/94
Bárbara Campos Conceição	29/04/94
Bianca Huf	27/07/94
Débora Schuelter	28/06/94
Elisiane De Fraga Vidal	01/12/89
Gabriele Chevboter	26/05/89
Mouna El Awar Bou Hamra	26/07/67
Patricia Sauri Otake	26/01/92
Stephanie Borba	09/07/91
Suelen Naiara Batista Da Silva	21/07/17
Wesley Brandão	02/07/85

## NUTRICIONISTA

Nome	Data Nascimento
Alessandra Soares Machado	22/09/91
Andrea De Campos	30/05/68
Angela Foresti	20/05/92
Carina Gubitoso	13/03/85
Carolina Costa Barros	28/06/90
Eliani Correa	04/10/95
Girlania Rita Smaniotto	02/04/86
Herlei De Souza Paim	22/11/38
Jéssica Caratti Soares	05/01/93
Josimara Bueno De Oliveira	26/09/93
Júlia Maria Dos Anjos	03/12/87
Juliana Smart Do Amaral	07/08/87
Laíse Campos May	09/04/92
Maíra Fachini Bolduan	11/03/88
Marinice Boscardin	05/01/92
Mayara Jatobá Dos Santos	30/04/89
Morgana Gnich	24/12/91
Naiana Malheiro	21/04/78
Nathana Miranda Da Silva	27/01/93
Sirlene Da Aparecida De Souza	01/11/89
Soraia Stüpp De Carvalho	21/08/77
Suzana De Lima	07/11/79
Tamiris Ertmann	05/09/91
Tatiane Wosnes	13/02/83

## PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (20h)

Nome	Data Nascimento
Alan Junior Farias	10/01/97
Alceneu De Freitas	04/08/67
Alessadra Soares Machado	22/09/91
Alexandre Duarte	17/07/74
Ana Kris Bunn De Liz	23/08/79
Andréia Teresinha Adão	04/10/82
Andressa Faes	17/01/91
Ariane Carina Tambosi	12/05/89
Bruno Kuster Camargo	31/01/98
Clairto Hames Junior	21/06/94
Claudete_Paiola@Hotmail.Com	14/11/71
Dauri Dolzan	14/03/68
Edson Teruyuki Toba	10/05/82
Elisandra Vavassori	08/10/93
Fábio Kenji Hiruo Aida	19/05/87
Gilson Roberto Da Silva	02/03/70
Gilson Schroeder Kuhlmann	30/06/83
Helena Willemann	25/04/96
Homero Amaral Kupstaitis	29/06/84
Ivonete Magnani	08/08/75
Jean Carlos De Souza	10/03/86
Jeison Roberto Longo	08/10/86
Jenilson Weiss	07/04/89
Jobis Ricardo Paludo	10/12/82
Jonas André	31/01/78
Jonas André	31/01/78
Josiane Carvalho Farias	21/12/88
Joslaine Patrícia Diaduz Rosa	26/11/86
Julia Graziela Neuhaus	22/06/94
Juliana Sebold	18/08/84
Lenise Wajszczyk	29/01/95
Leonardo Constantino	25/10/95
Luciano Fonseca De Oliveira	12/10/82
Maicon Sardagna	30/06/93
Marcos Schenkel	04/11/80
Nielson Ademir Ferreira	15/02/86
Rafael Carlos Parma	04/05/85
Rafael Tanchela	16/05/93
Sydney Paulo Silveira	13/02/75
Tainara Francine Popeng	06/01/94

## PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (40h)

Nome	Data Nascimento
------	-----------------



Alceneu De Freitas	04/08/68
Ana Claudia Da Silva	27/01/81
Anderson Germano Volmann	09/03/89
Andréia Teresinha Adão	04/10/82
Angelo Rafael Araujo Aristides	14/05/90
Annie Evelyn De Lima	16/01/91
Bruno Kuster	31/01/98
Clairto Hames Junior	21/06/94
Claudia Verginia Hermann	05/12/79
Cybelle Doederlein Soares Schlemper	28/06/73
Dauri Dolzan	14/03/68
Denise Evandra Dos Santos	18/10/93
Fábio Henrique Da Silva Koepp	05/05/88
Fernando Goczla	24/08/89
Gelson Ribeiro Da Silva	25/08/90
Georgensen Luiz De Souza	13/04/85
Gilmar Cléverson Franco Da Silva	16/10/78
Gilson Schroeder Kuhlmann	30/06/83
Glaucia Goulartt	21/06/75
Graziele Dos Santos	03/07/83
Guilherme Corrêa	13/04/93
Ivonete Magnani	08/08/75
Jean Carlos De Souza	10/03/86
Jenilson Weiss	07/04/89
Jéssica Cristina Witt	23/01/92
José Fernando Fregnani Gonçalves	12/04/68
Josiane Simbalista Oleskowicz	06/07/87
Joziane Bauer	20/11/92
Julia Graziela Neuhaus	22/06/94
Juliana Sebold	18/08/84
Juliano Kleine	01/06/88
Karina Emanuéli Zandonai	11/06/95
Lenise Wajszczyk	29/01/95
Leonardo Constantino	25/10/95
Luciana Luiza Lucini	08/01/75
Márcia Novack	09/01/90
Marcio Tula De Oliveira	06/05/78
Marcos Schenkel	04/11/80
Marilandia Do Nascimento	29/09/71
Neri Alves Dos Santos	21/05/79
Patricia Do Nascimento	03/05/83
Rafael Campestrini	29/10/93
Rafael Carlos Parma	04/05/85
Simone Hasckel Chiodini	02/05/83
Sydney Paulo Silveira	13/02/75
Tainá Marcelino	26/11/94
Tiago Jacinto	16/05/91
Vander Luis Bastos Antunes	24/01/89
Weslen Michel Rodrigues De Souza	18/03/91

## TERAPEUTA OCUPACIONAL

Nome	Data Nascimento
------	-----------------

Ana Paula Lopes Weber	16/04/92
Anelise Cristina Hilário De Jesus	12/02/75
Bruna Muniz Silva	30/09/95
Bruno Rossoni Hadlich Machado	27/06/83
Carla Vanessa Martins	14/12/93
Caroline Barz Schmidt	30/10/94
Claudete Aparecida Paiola	14/11/71
Eliane Carneiro	22/01/70
Elisandra Birgimann Gomes	28/03/91
Erika Valente Yohem	04/02/74
Kelin Luana Casagrande	29/07/92
Larissa Caetano Mantovani	20/01/94
Lilian Floôr Quadrado	04/09/92
Michelle Rafaelle De Jesus Jordão	24/11/89
Miriam Vasconi Saez Brown	24/02/65
Patricia Felomena Hames Rosa Ortiz	31/12/82
Sabrina Dos Santos Maciel	12/07/84
Sandra Maria Borsatti	09/09/74
Talita Ferreira Gonçalves	10/04/84
Vanessa Da Silva Bolzan	28/03/95

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 08 de agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo

### **PREGÃO PRESENCIAL 067/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

#### **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 067/2017**

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição e aplicação parcelada de concreto betuminoso usinado à quente. Para reposição em diversas ruas do município. Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 21/08/2017, às 14:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:30h do dia 21/08/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br), Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 08 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

FABIO ALEXANDRINI

Secretário de Infraestrutura

### **RESUMO DO ADITIVO Nº 076/2017**

1º TERMO ADITIVO Nº 076/2017 - DO CONTRATO Nº025/2017 - QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede governamental na Praça 25 de Julho, 01, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob nº83.102.574/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº09.151.415/0001-30, com sede na rua Tenente Costa, 95, Bairro Centro, Ituporanga, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Sr. Ruan Carlos Souza, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº4.236.236 expedida pela SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº077.385.489-40, domiciliado em Ituporanga, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pactuam e contratam as seguintes alterações:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

1.1 As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II, do Artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

2.1. Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 70 (setenta) dias, com o seu término em 20 de outubro de 2017.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

3.1 A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

3.1. Fica eleito o foro da comarca de Rio do Sul, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja e tendo justo e pactuado as cláusulas aqui retificadas, estando ratificadas todas as demais cláusulas, onde as partes assinam este termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Rio do Sul/SC, 01 de agosto de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
Contratante

CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA.  
Sr. Ruan Carlos Souza  
Contratada

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESUMO ARP Nº 02/2017 - RD NEGÓCIOS**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017  
REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017.

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Francisco Goetten de Lima, resolve Registrar os preços da Empresa RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA ME, neste ato representada pelo Sr. SANDRO VILMAR PIRES. A presente Ata de Registro de Preços (ARP) tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente e de processamento de dados para atender ao Poder Legislativo de Rio do Sul, referente ao Lote 2 do Pregão Presencial CMRS/SC nº 08/2017. Conforme abaixo discriminado:

**LOTE 2 – MICROCOMPUTADORES PARA TRANSMISSÕES E ILHA DE EDIÇÃO**

LOTE	ITEM	QUANT. TOTAL	PRODUTO	MARCA	PREÇO UNT. (R\$)
2	1	1	<p>Microcomputador para Transmissões</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Processador: Mínimo com 4 núcleos e 4 threads, Clock de no mínimo 3 Ghz ou equivalente por núcleo, cache de no mínimo 6Mb.</li><li>• Memória: 16 Gb DDR4 2400 ou superior, com possibilidade de expansão para no mínimo 64 Gb.</li><li>• Armazenamento: Disco Rígido 2 Tb 7200RPM SATA.</li><li>• Drives: Gravador de Bluray, compatível com BD-R, BD-R DL, BD-R TL, BD-R QL, BD-RE, BD-RE DL, DVD+R, DVD+R DL, DVD+RW DVD-R, DVD-RW, DVD-RAM, CD-R, CD-RW</li><li>• Formato: Gabinete tipo torre.</li><li>• Rede: Integrado, com ethernet 10/100/1000.</li><li>• Áudio: Placa de alta definição, com conector externo para microfone e fone de ouvido.</li><li>• Vídeo: Chip de vídeo 3D integrado, com possibilidade para até 1024 Mb de memória.</li><li>• Conectores internos: Mínimo de:<ul style="list-style-type: none"><li>o 1 PCIe 3.0 x16</li><li>o 1 PCIe 3.0 x1</li><li>o 1 PCI</li><li>o 6 SATA 6 Gb/s</li></ul></li><li>• Conectores externos: Mínimo de:<ul style="list-style-type: none"><li>o 1 DVI-D</li><li>o 1 D-Sub</li><li>o 1 DisplayPort</li><li>o 1 HDMI</li><li>o 1 Lan (RJ45)</li><li>o 2 USB 2.0</li><li>o 4 USB 3.0</li></ul></li><li>• Periféricos: Acompanhado de mouse e teclado. Teclado padrão ABNT2, mínimo 102 teclas. Mouse com no mínimo 2 botões e scroll.</li><li>• Deve vir acompanhado de todos os acessórios necessários para o seu perfeito funcionamento, respectiva documentação e manuais, ambos em português; Os programas e drivers devem ser fornecidos em CDROM ou indicado endereço WEB para download dos mesmos.</li><li>• Garantia: mínima de 12 meses, para todos os itens descritos.</li></ul>	DEUTEL	2.200,00

LOTE	ITEM	QUANT. TOTAL	PRODUTO	MARCA	PREÇO UNT. (R\$)
2	2	1	<p>Microcomputador para Ilha de Edição</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Processador: Mínimo com 4 núcleos e 8 threads, Clock de no mínimo 3 Ghz ou equivalente por núcleo, cache de no mínimo 8Mb.</li> <li>• Memória: 16 Gb DDR4 2400 ou superior, com possibilidade de expansão para no mínimo 64 Gb.</li> <li>• Armazenamento: Mínimo de: <ul style="list-style-type: none"> <li>o 1 unidade SSD de 240 GB, com velocidade mínima de leitura e gravação de 500 Mb/s,</li> <li>o 2 Discos Rígidos 2 Tb 7200RPM SATA.</li> </ul> </li> <li>• Drives: Gravador de Bluray, compatível com BD-R, BD-R DL, BD-R TL, BD-R QL, BD-RE, BD-RE DL, DVD+R, DVD+R DL, DVD+RW DVD-R, DVD-RW, DVD-RAM, CD-R, CD-RW</li> <li>• Formato: Gabinete tipo torre.</li> <li>• Rede: Integrado, com ethernet 10/100/1000.</li> <li>• Áudio: Placa de alta definição, com conector externo para microfone e fone de ouvido.</li> <li>• Vídeo: Chip de vídeo especializado para renderização de vídeos, com no mínimo: <ul style="list-style-type: none"> <li>o Memória: 4 Gb de memória dedicada DDR5, com interface 128 bits</li> <li>o Interface PCI Express 2.0 x16</li> <li>o 4 conectores DP Mini 1.2</li> <li>o Suporte para até 4 telas simultâneas</li> <li>o Resolução máxima de 3840x2160 DP 1,2 a 60 Hz</li> <li>o Suporte a <ul style="list-style-type: none"> <li>• Shader model 5.0</li> <li>• OpenGL 4.5</li> <li>• DirectX 12</li> <li>• APIs CUDA</li> <li>• DirectCompute</li> <li>• OpenCL</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul> <p>Conectores internos: Mínimo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o 1 PCIe 3.0 x16</li> <li>o 1 PCIe 3.0 x1</li> <li>o 1 PCI</li> <li>o 6 SATA 6 Gb/s</li> </ul> <p>Conectores externos: Mínimo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o 1 DisplayPort</li> <li>o 1 HDMI</li> <li>o 1 Lan (RJ45)</li> <li>o 2 USB 2.0</li> <li>o 4 USB 3.0</li> </ul> <p>• Periféricos: Acompanhado de mouse e teclado. Teclado padrão ABNT2, mínimo 102 teclas. Mouse com no mínimo 2 botões e scroll.</p> <p>• Deve vir acompanhado de todos os acessórios necessários para o seu perfeito funcionamento, respectiva documentação e manuais, ambos em português; Os programas e drivers devem ser fornecidos em CDROM ou indicado endereço WEB para download dos mesmos.</p> <p>• Garantia: mínima de 12 meses, para todos os itens descritos.</p>	DEUTEL	6.450,00
PREÇO TOTAL DO LOTE (R\$)					8.650,00

O prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA  
Presidente da Câmara

SANDRO VILMAR PIRES  
Empresa RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA ME

**RESUMO ARP Nº 03/2017 - EFETIVA**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017.

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Francisco Goetten de Lima, resolve Registrar os preços da Empresa EFETIVA INFORMÁTICA LTDA EPP, neste ato representada pela Sr.<sup>a</sup> Gabriele Izídio Cunha. A presente Ata de Registro de Preços (ARP) tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente e de processamento de dados para atender ao Poder Legislativo de Rio do Sul, referente aos Lotes 4, 5 e 9 do Pregão Presencial CMRS/SC nº 08/2017. Conforme abaixo discriminado:

**LOTE 4 – ESTABILIZADORES E NO-BREAKS**

LOTE	ITEM	QTDE. TOTAL	PRODUTO	MARCA	PREÇO UNT. (R\$)
4	1	10	Estabilizador Estações <ul style="list-style-type: none"> <li>• Potência Máxima: igual ou superior a 1000VA</li> <li>• Tensão de entrada: bivolt automático (110V/220V)</li> <li>• Frequência nominal de rede: 60Hz +/- 5 Hz</li> <li>• Tensão de saída: 115V</li> <li>• Frequência de saída: 60Hz +/- 1% (operação bateria)</li> <li>• Número de tomadas: Mínimo de 5 padrão NBR 14136</li> <li>• Filtro de linha embutido</li> <li>• Proteções: sub/sobretensão, curto circuito e sobrecarga, supressão de surtos</li> <li>• Indicado para uso com impressora laser</li> </ul> Garantia: mínimo de 12 meses.	TSShare	149,70
4	2	4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No-break Servidor</li> <li>• Potência Máxima: igual ou superior a 2500VA</li> <li>• Tensão de entrada: bivolt automático (110V/220V)</li> <li>• Frequência nominal de rede: 60Hz +/- 5 Hz</li> <li>• Variação máxima de entrada: 115V (90V a 137V), 220V(190V a 253V)</li> <li>• Tensão de saída: 115V</li> <li>• Regulação de saída: 5% (operação bateria), 6% (operação rede)</li> <li>• Frequência de saída: 60Hz +/- 1% (operação bateria)</li> <li>• Acionamento do inversor: menor 1 ms</li> <li>• Fator de potência: mínimo de 0.5</li> <li>• Número de tomadas: Mínimo de 5 padrão NBR 14136</li> <li>• Baterias internas: Tipo Gel Selada com válvula VRLA</li> <li>• Tempo de autonomia: mínima 15 minutos a plena carga</li> <li>• Tempo de recarga: menor que 6 Horas para 90%</li> <li>• Proteções: sub/sobretensão, curto circuito e sobrecarga no inversor supressão de surtos, picos e filtragem de ruídos circuito desmagnetizador inversor sincronizado com a rede (Sistema PLL)</li> <li>• Conector de engate rápido para expansão de autonomia através de banco de baterias</li> <li>• Acompanhado de extensor de autonomia, com no mínimo 2 baterias de no mínimo 45 Ah cada, dispostas em case próprio</li> </ul> Garantia: estendida, de no mínimo 36 meses	Enermax	1.488,25
PREÇO TOTAL DO LOTE (R\$)					7.450,00

**LOTE 5 – DVR**



LOTE	ITEM	QTDE. TOTAL	PRODUTO	MARCA	PREÇO UNT. (R\$)
5	1	1	DVR <ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de canais: Mínimo de 8</li> <li>• Resolução: Possibilidade de resolução Full HD(1080p)</li> <li>• Suporte para câmeras AHD, HDVCI, HDTVI, IP e Analógicas</li> <li>• Possibilidade de consulta de imagens já gravadas</li> <li>• Acompanhado de disco rígido de no mínimo 2 Tb.</li> <li>• Conexões: Mínimo de: <ul style="list-style-type: none"> <li>o 1 RJ45 (Ethernet)</li> <li>o 1 Serial</li> <li>o 2 USB 2.0</li> </ul> </li> <li>• Observações: acompanhado de todos os acessórios necessários para o seu perfeito funcionamento, respectiva documentação e manuais, ambos em português.</li> </ul> Garantia: mínima de 12 meses, para todos os itens descritos.	INTELBRAS	
PREÇO TOTAL DO LOTE (R\$)					890,00

## LOTE 9 – DVR

LOTE	ITEM	QTDE. TOTAL	PRODUTO	MARCA	PREÇO UNT. (R\$)
9	1	10	Apoio ergonômico de pulso para teclado <ul style="list-style-type: none"> <li>• Material: Gel revestido de tecido poliamida</li> <li>• Dimensões mínimas: 49 x 8 x 3 cm (L x P x A)</li> <li>• Cor: Preto</li> </ul>	Multilaser	30,00
9	2	20	Mouse pad com apoio para pulso <ul style="list-style-type: none"> <li>• Material: Gel revestido de tecido poliamida</li> <li>• Dimensões mínimas: 25 x 22 x 2 cm (L x P x A)</li> <li>• Cor: Preto</li> </ul> LeaderShip		26,00
PREÇO TOTAL DO LOTE (R\$)					820,00

O prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA  
Presidente da Câmara

JHONATAN BAGATOLI  
Empresa EFETIVA INFORMÁTICA LTDA EPP

**RESUMO ARP Nº 04/2017 - IMPÉRIO DO PAPEL**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017  
REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017.

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Francisco Goetten de Lima, resolve Registrar os preços da Empresa Império do Papel Comércio de Papéis Ltda, neste ato representada pelo Sr. Helton Bilk. A presente Ata de Registro de Preços (ARP) tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente e de processamento de dados para atender ao Poder Legislativo de Rio do Sul, referente ao Lote 3 do Pregão Presencial CMRS/SC nº 08/2018. Conforme abaixo discriminado:  
LOTE 3 – MULTIFUNCIONAIS

LOTE	ITEM	QTDE. TOTAL	PRODUTO	MARCA	PREÇO UNT. (R\$)
3	1	8	<p>Multifuncional Laser Monocromática</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia de impressão a laser</li> <li>• Monocromática</li> <li>• Funções: Impressão, digitalização e fotocópia</li> <li>• Velocidade de impressão: mínima de 20 ppm</li> <li>• Velocidade de cópia: mínima de 20 ppm</li> <li>• Resolução mínima de 600 x 600 dpi</li> <li>• Alimentação de papel: Bandeja para no mínimo 150 folhas</li> <li>• Tamanhos suportados: A4, A5, A6, B5, cartões postais, envelopes B5, C5 e DL (mínimo)</li> <li>• Tipos suportados: Papéis laser, normal, fotográfico, não tratado, vegetal, cartolina, transparência.</li> <li>• Tipo de scanner: base plana</li> <li>• Resolução de digitalização: mínima de 1200 dpi, ótica</li> <li>• Tamanho: mínimo de 216 x 297 mm</li> <li>• Velocidade de digitalização: mínima de 7 ppm P&amp;B, 5ppm Color.</li> <li>• Conectividade através de cabo USB 2.0</li> <li>• Ciclo de impressão: mínimo de até 8000 páginas face única por mês, mínimo recomendado de até 2000 páginas face única por mês</li> <li>• Acompanhada de cartucho de toner original e não reciclado</li> <li>• Acessórios: Cabo USB para conectividade e cabo de força</li> <li>• Observações: acompanhado de todos os acessórios necessários para o seu perfeito funcionamento, respectiva documentação e manuais, ambos em português. Os programas e drivers devem ser fornecidos em CDROM ou indicado endereço WEB para download dos mesmos.</li> </ul> <p>Garantia: mínima de 12 meses, para todos os itens descritos.</p>	KYOCERA	755,00
3	2	1	<p>Multifuncional Laser Monocromática de Grande Porte</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia de impressão a laser</li> <li>• Monocromática</li> <li>• Funções: Impressão, digitalização e fotocópia</li> <li>• Velocidade de impressão: mínima de 30 ppm, primeira página em até 7 segundos</li> <li>• Impressão frente e verso automática</li> <li>• Velocidade de cópia: mínima de 30 ppm, primeira página em até 10 segundos</li> <li>• Resolução mínima de 600 x 600 dpi</li> <li>• Alimentação de papel: 2 Bandejas para no mínimo 250 folhas cada, e bandeja de alimentação manual para no mínimo 50 folhas</li> <li>• Tamanhos suportados: A4, A5, A6, B5, cartões postais, envelopes B5, C5 e DL (mínimo)</li> <li>• Tipos suportados: Papéis laser, normal, fotográfico, não tratado, vegetal, cartolina, transparência.</li> <li>• Tipo de scanner: base plana</li> <li>• Resolução de digitalização: mínima de 1200 dpi, ótica</li> <li>• Tamanho: mínimo de 216 x 297 mm</li> <li>• Velocidade de digitalização: mínima de 20 ppm P&amp;B, 8ppm Color.</li> <li>• Conectividade através de cabo USB 2.0, ethernet 10/100 e Wi-Fi</li> <li>• Ciclo de impressão: mínimo de até 80000 páginas face única por mês, mínimo recomendado de até 6000 páginas face única por mês</li> <li>• Acompanhada de cartucho de toner original e não reciclado</li> <li>• Acessórios: Cabo USB para conectividade e cabo de força</li> <li>• Observações: acompanhado de todos os acessórios necessários para o seu perfeito funcionamento, respectiva documentação e manuais, ambos em português. Os programas e drivers devem ser fornecidos em CDROM ou indicado endereço WEB para download dos mesmos.</li> </ul> <p>Garantia: mínima de 12 meses, para todos os itens descritos.</p>	LEXMARK	4.910,00

LOTE	ITEM	QTDE. TOTAL	PRODUTO	MARCA	PREÇO UNT. (R\$)
3	3	4	Multifuncional Colorida <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia de impressão a jato de tinta</li> <li>• Colorida</li> <li>• Funções: Impressão, digitalização e fotocópia</li> <li>• Velocidade de impressão: mínima de 33 ppm preto, 15 ppm em cores</li> <li>• Resolução mínima de 5760 x 1440 dpi</li> <li>• Alimentação de papel: Bandeja para no mínimo 100 folhas</li> <li>• Tamanhos suportados: A4, A5, A6, B5, cartões postais, envelopes B5, C5 e DL (mínimo)</li> <li>• Tipos suportados: Papéis laser, normal, fotográfico, não tratado, vegetal, cartolina, transparência.</li> <li>• Tipo de suprimento: Sistema de alimentação de tinta contínuo, bulk ink, acoplado ao equipamento e original e do mesmo fabricante, não sendo permitido acessórios de terceiros</li> <li>• Tipo de scanner: base plana</li> <li>• Resolução de digitalização: mínima de 1200 x 2400 dpi, ótica</li> <li>• Tamanho: mínimo de 216 x 297 mm</li> <li>• Velocidade de digitalização: 2.4 ms/linha PB, 9,5 ms/linha Colorido.</li> <li>• Conectividade através de cabo USB 2.0, Wifi e Ethernet</li> <li>• Ciclo de impressão: mínimo de até 4000 páginas face única por mês PB, 6500 páginas face única Colorido</li> <li>• Acompanhada de suprimentos para impressão originais não reciclados.</li> <li>• Acessórios: Cabo USB para conectividade e cabo de força</li> <li>• Observações: acompanhado de todos os acessórios necessários para o seu perfeito funcionamento, respectiva documentação e manuais, ambos em português. Os programas e drivers devem ser fornecidos em CDROM ou indicado endereço WEB para download dos mesmos.</li> <li>• Garantia: mínima de 12 meses, para todos os itens descritos.</li> </ul>	EPSON	1.800,00
PREÇO TOTAL DO LOTE (R\$)					18.150,00

O prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA  
Presidente da Câmara

HELTON BILK Império do Papel Comércio de Papéis Ltda

### RESUMO ARP Nº 05/2017 - JB

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2017  
REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017.

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Francisco Goetten de Lima, resolve Registrar os preços da Empresa JHONATAN BAGATOLI LTDA ME, neste ato representada pelo Sr. JHONATAN BAGATOLI. A presente Ata de Registro de Preços (ARP) tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente e de processamento de dados para atender ao Poder Legislativo de Rio do Sul, referente ao Lote 6 do Pregão Presencial CMRS/SC nº 08/2017. Conforme abaixo discriminado:

LOTE 6 – APARELHO DE TELEVISÃO (TV)

LOTE	ITEM	QTDE. TOTAL	PRODUTO	MARCA	PREÇO UNT. (R\$)
6	1	2	<p>TV</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Tamanho da tela: mínimo de 43"</li><li>• Tecnologia da tela: LED</li><li>• Formato: Widescreen 16:9</li><li>• Resolução: Mínima de 1920x1080 (Full HD)</li><li>• Ângulo de visão: Mínimo de 178º (89/89)</li><li>• Taxa de atualização: Mínima de 120 Hz</li><li>• Sistema de TV: Suporte para<ul style="list-style-type: none"><li>o NTSC</li><li>o PAL-M</li><li>o PAL-N</li><li>o ISDB-TB</li></ul></li><li>• Formato da tela: Plana</li><li>• Áudio: Alto-falantes com potência mínima de 5W rms cada</li><li>• Conexões: Mínimo de:<ul style="list-style-type: none"><li>o 1 USB 2.0</li><li>o 1 RF</li><li>o 1 Vídeo composto/componente (híbrido)</li><li>o 2 HDMI</li><li>o 1 Saída para fone de ouvido</li></ul></li><li>• Acessórios: Controle remoto, cabo de força, suporte para parede e pé para apoio</li><li>• Observações: acompanhado de todos os acessórios necessários para o seu perfeito funcionamento, respectiva documentação e manuais, ambos em português.</li></ul> <p>Garantia: mínima de 12 meses, para todos os itens descritos.</p>	LG	1.797,98
PREÇO TOTAL DO LOTE (R\$)					3.595,98

O prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA  
Presidente da Câmara

JHONATAN BAGATOLI  
Empresa JHONATAN BAGATOLI LTDA ME

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3.887/2017

DECRETO Nº 3.887/2017	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI.

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na importância de R\$: 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

03.01- Departamento de Administração	
04.122.0004.2.004000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município	
(1083) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	25.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto na tabela anterior, são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016, da Fonte de recursos: 100 - Recursos Próprios.

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme discriminação a seguir:

06.01- Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.00800 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde	
(42) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO da fonte de Recursos: 102 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde

Art. 5º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na importância de R\$: 10.000,00 (Dez mil reais), conforme discriminação a seguir:

06.01- Departamento de Educação	
12.361.0016.2.025000 – Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
( 109) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação	

Art. 6º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO da fonte de Recursos: 101 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação.

Art. 7º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.223/2016 de 16 de dezembro de 2016.

Art. 8º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,  
07 de agosto de 2017.

VALDIR BUGS  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Adriane T. Merigo Jung  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **EXTRATO DO CONTRATO 72/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO 72/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO do Programa Nacional de Controle de Qualidade – PNCQ, através do Processo de Licitação Nº 1545/2017, na modalidade Dispensa por Limite nº 1500/2017. Contratado: Programa Nacional de Controle de Qualidade Ltda. Validade do Contrato 24/07/2018.

Romelândia, 24de Julho de 2017.

CLAUDIO ELAIS SCHENKEL  
Gestor Municipal de Saúde

### **EXTRATO DO CONTRATO 73/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO 73/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA MÉDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA COM MÉDICO CARDIOLOGISTA através do Processo de Licitação Nº 1554/2017, na modalidade Dispensa por Limite nº 1509/2017, Credenciamento nº. 05/2017. Contratado: HUMANITA CARDIOLOGIA S/S LTDA. Validade do Contrato 25/07/2018.

Romelândia, 27de Julho de 2017.

CLAUDIO ELAIS SCHENKEL  
Gestor Municipal de Saúde

### **EXTRATO DO CONTRATO 74/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO 74/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA MÉDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA COM MÉDICO CARDIOLOGISTA através do Processo de Licitação Nº 1555/2017, na modalidade Dispensa por Limite nº 1510/2017, Credenciamento 05/2017. Contratado: CLINICA PASQUALOTTO S/S LTDA. Validade do Contrato 25/07/2018.

Romelândia, 27de Julho de 2017.

CLAUDIO ELAIS SCHENKEL  
Gestor Municipal de Saúde

### **EXTRATO DO CONTRATO 75/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO 75/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL E DETER PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA através do Processo de Licitação Nº 1523/2017, na modalidade Pregão Presencial nº. 32/2017. Contratado: GENTE SEGURADORA S.A. Validade do Contrato 03/08/2018.



Romelândia, 04 de Agosto de 2017.

CLAUDIO ELAIS SCHENKEL  
Gestor Municipal de Saúde

### **EXTRATO DO CONTRATO 76/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO 76/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL E DETER PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA através do Processo de Licitação Nº 1523/2017, na modalidade Pregão Presencial nº. 32/2017. Contratado: GENTE SEGURADORA S.A. Validade do Contrato 03/08/2018.

Romelândia, 04 de Agosto de 2017.

CLAUDIO ELAIS SCHENKEL  
Gestor Municipal de Saúde

### **PORTARIA 8539/2017**

PORTARIA N 8539/2017  
CONTRATA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### **RESOLVE:**

Contratar a Servidora Pública Municipal CLAUDETE CONRADO, para exercer as funções de TECNICA EM ENFERMAGEM, 40 HORAS SEMANAIS, conforme aprovação no Processo Seletivo nº 001/2017, percebendo o vencimento de R\$ 1.355,31 (hum mil trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos), com vigência a partir de 07 de agosto de 2017 à 01 de agosto de 2018, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Municipal.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 07 de agosto de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 084/2017

DECRETO Nº 084 DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 573/91, alterada pela Lei Municipal nº 1345/2009,

CONSIDERANDO a ata nº06/2017 de 1º de agosto de 2017 do Conselho Municipal de Saúde, que escolhe novo presidente para respectivo conselho;

CONSIDERANDO a perda de representatividade de membros indicados pelo grupo de profissionais da área da saúde e a troca de gestor do Fundo Municipal de Saúde.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Saúde do Município de Salto Veloso, os representantes do grupo de usuários, grupo de profissionais da saúde e grupo de gestores, pelo período de 2 (dois) anos, conforme abaixo segue:

#### 1 – REPRESENTANTES DO GRUPO DE USUÁRIOS

##### 1.1 – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:

Titular: Jair Tasca

Suplente: João Elias Abati

##### 1.2 – GRUPO DA TERCEIRA IDADE:

Titular: Saule Rech

Suplente: Antenor Finili

##### 1.3 – ASSOCIAÇÃO DE MULHERES

Titular: Terezinha Getassi Macari

Suplente: Maria Abati de Bortoli

##### 1.4 – APAE

Titular: Sandra Rocha

Suplente: Ederson Antônio Barboza

##### 1.5 – ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS

Titular: Vilson Morando

Suplente: Paulo Ricardo Fonseca

##### 1.6 - PASTORAL DA SAÚDE

Titular: Maria Giacomini

Suplente: Olindo Macari

#### 2 – REPRESENTANTE DO GRUPO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE:

##### 2.1 – EMPRESAS PRIVADAS DA ÁREA DE SAÚDE

Titular: Leonel Abati

Suplente: Nereu Zenor Zancanaro

##### 2.2 – HOSPITAL SANTA JULIANA

Titular: Michelle Regina Olivo Müller

Suplente: Josiane Untenberger

##### 2.3 – UNIDADE DE SAÚDE LOCAL

Titular: Mirian Giacomin

Suplente: Vanessa Vedana

#### 3 – REPRESENTANTE DO GRUPO DE GESTORES

##### 3.1 – PODER EXECUTIVO

Titular: Rudinei Muller

Suplente: Débora Baronchello

##### 3.2 – SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Katiani Guaraci de Moraes dos Santos

Suplente: Andréia Leite de Godoy Vitti

#### 3.3 – SECRETÁRIO DE SAÚDE

Titular: Solange de Bortoli Beal

Suplente: Juliana Cristina Scolari.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 2º A Presidência do Conselho Municipal de Saúde será exercida pelo Senhor Leonel Abati.

Art. 3º Para fins de contagem do prazo de 2 (dois) anos da nomeação dos conselheiros, será considerado a data de 06 de setembro de 2016 constante no Decreto nº 69 de 06 de setembro de 2016.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos imediatos, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 08 de agosto de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 085/2017

DECRETO Nº 085 de 08 DE AGOSTO DE 2017.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 007/2017, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 007/2017, de 1º de agosto de 2017, do Conselho Municipal de Saúde, que dispõe sobre "Aprovação do Plano de Ações 2017 - Ações Programadas da Vigilância Sanitária, válido de 2017 a 2019."

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso - SC, 08 de agosto de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

#### ANEXO ÚNICO

#### RESOLUÇÃO 007/2017 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 454 de 23 de Agosto de 1989, em seus artigos que a compõem e em consonância com a Lei Federal Nº 8.080/90:

- Considerando os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso -SC, denominamos PLANO DE AÇÕES 2017 - AÇÕES PROGRAMADAS DA VIGILANCIA SANITÁRIA, VÁLIDO DE 2017 A 2019.

- Considerando a Ata nº 06/2017 de 01/08/2017 que dispõe sobre as regras do processo do Plano de Ações 2017 - Ações Programadas da Vigilância Sanitária, válido de 2017 a 2019.

RESOLVE:

ARTIGO 1º Aprova o Plano de Ações 2017 - Ações Programadas da Vigilância Sanitária, válido de 2017 a 2019.

ARTIGO 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, em substituição a resolução nº 005/2017, de 11 de Maio de 2017.

Salto Veloso, 01 de Agosto de 2017.

Leonel Afonso Abati

PRESIDENTE CMS

### **PORTARIA Nº 323/2017**

PORTARIA Nº 323 DE 03 DE AGOSTO DE 2017.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 02 de agosto de 2017, a Sra. ALINE ANDRESSA MATIELO, do cargo de FISIOTERAPEUTA 20 horas semanais, nomeada pela Portaria nº 206/2015, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 03 de agosto de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### **PORTARIA Nº 324/2017**

PORTARIA Nº. 324 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 120 dias de Licença Maternidade, no período compreendido de 07 de agosto de 2017 a 04 de dezembro de 2017, a servidora SAMARA DE BASTIANI, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de agosto de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### **PORTARIA Nº 325/2017**

PORTARIA Nº 325 DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 07 de agosto de 2017 a 21 de agosto de 2017, totalizando 15 dias de férias a TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 02/01/2015 a 01/01/2016, correspondente a 15 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de agosto de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

# Santa Helena

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATORIO Nº 59/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PRIMEIRA QUALIDADE DESTINADOS PARA REFORMA E MELHORIAS DAS DEPENDÊNCIAS DO PÁTIO E PARQUE DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CINDERELA E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MELHORIAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – SC.

#### JUSTIFICATIVA:

O PROCESSO LICITATORIO Nº 52/2017, MODALIDADE DE PREÇO PRESENCIAL Nº 43/2017 TEVE ITENS DESERTO, OBSERVAMOS QUE FORAM REALIZADAS PESQUISAS DE PREÇOS JUNTO A FORNECEDORES, RESTANDO COTADOS VALORES PARA TODOS OS ITENS DESERTOS, APRESENTANDO-SE PREÇOS COMPATÍVEIS COM OS PRATICADOS NOS DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO.

A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS REFERENDADOS COMO DESERTOS, SERÁ FEITA EM EMPRESAS QUE POSSUEM OS REFERIDOS ITENS E PAGOS EM VALOR CONDIZENTE AOS ORÇADOS NO CERTAME LICITATÓRIO PREVIAMENTE ELABORADO.

O CRITÉRIO DO MENOS PREÇO DEVE PRESIDIR A ESCOLHA DO ADJUDICATARIO DIRETO COMO REGRA GERAL, E O MEIO DE AFERI-LO ESTÁ EM CRITERIOSA ANALISES AS COTAÇÕES DESCRITAS NO CERTAME TIDO POR DESERTO.

Santa Helena (SC), 08 de agosto de 2017.  
Blásio Ivo Hickmann  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PRIMEIRA QUALIDADE DESTINADOS PARA REFORMA E MELHORIAS DAS DEPENDÊNCIAS DO PÁTIO E PARQUE DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CINDERELA E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MELHORIAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – SC.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - A presente Dispensa de licitação tem sua fundamentação legal no inciso V, do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, onde consta:

Art. 24. É Dispensavel a Licitação:

...

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e está, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

Santa Helena (SC), 08 de agosto de 2017.  
Blásio Ivo Hickmann  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PRIMEIRA QUALIDADE DESTINADOS PARA REFORMA E MELHORIAS DAS DEPENDÊNCIAS DO PÁTIO E PARQUE DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CINDERELA E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MELHORIAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – SC.

FORNECEDOR: GERBRAN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP

ENDEREÇO: Av. Getúlio Vargas, 654, sala, centro, na cidade de São Miguel do Oeste-SC, CEP:89.900-000

Valor Contratado: R\$ 1.509,29 (Um mil quinhentos e nove reais e vinte e nove centavos).

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR – As razões que levaram a escolha do fornecedor foram os preços mais em conta. Isto porque haviam outros possíveis e capazes fornecedores.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço ajustado para o fornecimento dos materiais pelo fornecedor citado acima são os mais em conta, conforme orçamento.

Santa Helena (SC), 08 de agosto de 2017.  
Blásio Ivo Hickmann  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PRIMEIRA QUALIDADE DESTINADOS PARA REFORMA E MELHORIAS DAS DEPENDÊNCIAS DO PÁTIO E PARQUE DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CINDERELA E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MELHORIAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – SC.

#### ENCAMINHAMENTO

Sr. Prefeito Municipal

Encaminhamos à Vossa Senhoria para ratificação, o Processo de Modalidade de Dispensa de Licitação Nº 07/2017, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Santa Helena (SC), 08 de agosto de 2017.  
Blásio Ivo Hickmann

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PRIMEIRA QUALIDADE DESTINADOS PARA REFORMA E MELHORIAS DAS DEPENDÊNCIAS DO PÁTIO E PARQUE DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CINDERELA E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MELHORIAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – SC.

=====

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista a necessidade da aquisição de materiais destinados para melhorias e reforma das dependências do pátio e parque da escola municipal de educação básica Cinderela e para atender as necessidades de melhorias da secretaria de transportes, obras e urbanismo do município de Santa Helena-SC, ratifico a Dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Santa Helena (SC), 08 de agosto de 2017.  
LUIZ GLUITZ  
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PRIMEIRA QUALIDADE DESTINADOS PARA REFORMA E MELHORIAS DAS DEPENDÊNCIAS DO PÁTIO E PARQUE DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CINDERELA E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MELHORIAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – SC.

=====

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, art 24, V.

PREÇO: R\$ 1.509,29 (Um mil quinhentos e nove reais e vinte e nove centavos).

DOTAÇÃO: 07.01.2.016.3.3.90.30.99.00 (84)  
06.03.2.014.3.3.90.30.99.00 (138)

CONTRATADO: GERBRAN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
EPP

Santa Helena (SC), 08 de agosto de 2017.  
LUIZ GLUITZ  
Prefeito municipal

(Processo Nr. 59/2017)

## PROCESSO LICITATORIO Nº 60/2017 - CREDENCIAMENTO Nº 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 60/2017 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2017

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 60/2017, na Modalidade de Inexigibilidade/Credenciamento nº 02/2017, para credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de 1/3 de 100 horas máquina de escavadeira hidráulica com peso operacional de no mínimo 17.000 kg, para prestar serviços diversos na agricultura familiar do município de Santa Helena – SC. Recebimento dos envelopes a partir das 08h00min do dia 09 de agosto de 2017. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 08 de agosto de 2017.

LUIZ GLUITZ  
Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### LEI Nº 1036 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 1036 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Declara de utilidade pública a Entidade Instituto Bicho Urbano – Filial Santa Rosa do Sul autoriza a transferência de recursos e dá outras providências.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos os habitantes do Município que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o "INSTITUTO SOS BICHO URBANO – Filial Santa Rosa do Sul", CNPJ nº 17.927.394/0001-20, com sede à Av. Damásio Peres, 76, Centro, Santa Rosa do Sul, registro no Cartório de Registro da Comarca de Santa do Sul/SC.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir recursos financeiros a título de incentivo econômico á entidade que especifica na forma e valores definidos em Termo de Colaboração de acordo com a Lei nº13. 019 de 2014, a ser firmado entre as partes.

Art. 3º A referida entidade ficam concedidos todos os direitos e vantagens previsto em Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 07 de agosto de 2017.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº 1037 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 1037 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial por conta do superávit financeiro do exercício anterior e dá outras providências.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos os habitantes do Município que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no Orçamento Vigente na seguinte dotação orçamentária:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

1.014 – Construção do Parque Municipal de Eventos

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.0080 – Recursos Ordinários – Superávit Financeiro

TOTAL ..... R\$ 250.000,00

Art. 2º. Para atendimento do Crédito Adicional Especial que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior da seguinte fonte de recurso:

03.0080 – Recursos Ordinários – Superávit Financeiro

TOTAL ..... R\$ 250.000,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de agosto de 2017.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE,

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças



# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 194/2017

DECRETO Nº194/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeada em cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora pública municipal:

NOME: SIMONE SALINI GOMES SCHABARUM

CARGO: CHEFE DE DIVISÃO

NIVEL: CC-05

CODIGO: 1029

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,  
em 07 de Agosto de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 195/2017

DECRETO Nº195/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: IGOR EDUARDO BONETI SOUZA

CARGO: GERENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

NIVEL: CC-01

CODIGO: 1032

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,  
em 07 de Agosto de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO DE COMODATO N 01/2017 FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA ME

CONTRATO DE COMODATO DE BEM MÓVEL

Por este instrumento particular, de um lado FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 80.105.679/0001-12, com sede à Rua Benjamim Constant, n. 364, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, neste ato por seu representante legal, doravante denominado simplesmente COMODANTE, e, de outro lado MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Jorge Lacerda, n. 75, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob n. 86.051.398/0001-00, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Magno Bollmann, doravante denominada simplesmente COMODATÁRIO, têm entre si como justo e acordado o que segue:

1. O comodante empresta gratuitamente ao comodatário, com base no avençado neste termo, para uso exclusivo como mobiliário da Capela Mortuária João Naderer, anexa ao cemitério do Bairro Lençol, 20 (vinte) cadeiras, mobília nova e em perfeito funcionamento.
2. O objetivo do avençado é prover a Capela Mortuária João Naderer de melhores condições para realização de velórios e demais atos fúnebres.
3. A vigência deste se inicia 30 (trinta) dias após a sua assinatura, vigorando seus termos ininterruptamente pelo prazo de 05 (cinco) anos, ocasião em que o comodatário deverá restituir os bens acima especificados em perfeitas condições de uso, independentemente de qualquer notificação.
4. Em relação aos bens emprestados, é vedado ao comodatário sub-comodatar, locar, transferir a terceiros ou dar destinação diversa da que é prevista na cláusula 2, acima, salvo com expressa autorização do comodante.
5. O comodatário, durante a vigência deste instrumento, responsabilizar-se-á perante terceiros por danos decorrentes de eventuais acidentes que envolvam o equipamento, independentemente de ter ou não contratado seguro para tal fim.
6. Em caso de turbação ou esbulho da posse do bem por atos de terceiros, o comodatário se obriga a defender a posse dos bens emprestados como couber e comunicar imediatamente tais fatos ao comodante.
7. O presente instrumento será considerado rescindido de pleno direito em caso de infração, por parte do comodatário, de qualquer cláusula acordada, assegurado ao comodante o direito de retirar, de onde quer que esteja, o bem ora cedido em comodato.
8. Qualquer tolerância ou concessão das partes quanto ao cumprimento do disposto neste contrato constituir-se-á ato de mera liberalidade, não podendo ser considerado novação.
9. As partes elegem o foro da Comarca em São Bento do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente em 03 vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

São Bento do Sul/SC, 17 de julho de 2017.

COMODANTE  
FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA ME

COMODATÁRIO  
MUNICÍPIO DE SÃO BENDO DO SUL

Testemunhas:

Nome: MÁRCIO DREVECK  
RG: 2923360

Nome: LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES  
RG: 63200166

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Alexandre Vinícius Weiss  
OAB/SC nº 9.974  
Advogado  
Município de São Bento do Sul

### CONTRATO DE COMODATO N 02/2017 PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

CONTRATO DE COMODATO DE BEM MÓVEL

Por este instrumento particular, de um lado PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, sociedade empresária, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.931.767/0001-07, com sede à Rua Alexandre Buhneemann, 408, sl 01, Bairro Schramm, Município de São Bento do Sul/SC, neste ato por seu representante legal, doravante denominado simplesmente COMODANTE, e, de outro lado MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Jorge Lacerda, n. 75, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob n. 86.051.398/0001-00, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Magno Bollmann, doravante denominada simplesmente COMODATÁRIO, têm entre si como justo e acordado o que segue:

1. O comodante empresta gratuitamente ao comodatário, com base no avençado neste termo, para uso exclusivo como mobiliário da Capela Mortuária João Naderer, anexa ao cemitério do Bairro Lençol, 01 (um) balcão de cozinha, 01 (um) fogão de quatro bocas, 01 (um) botijão de gás P-13, 01 (uma) mesa com quatro cadeiras, 01 (uma) chaleira, conjunto de talheres e xícaras, 02 (duas) garrafas térmicas, todos itens novos e em perfeito funcionamento.
2. O objetivo do avençado é prover a Capela Mortuária João Naderer de melhores condições para realização de velórios e demais atos fúnebres.
3. A vigência deste se inicia 30 (trinta) dias após a sua assinatura, vigorando seus termos ininterruptamente pelo prazo de 05 (cinco) anos, ocasião em que o comodatário deverá restituir os bens acima especificados em perfeitas condições de uso, independentemente de qualquer notificação.
4. Em relação aos bens emprestados, é vedado ao comodatário sub-comodatar, locar, transferir a terceiros ou dar destinação diversa da que é prevista na cláusula 2, acima, salvo com expressa autorização do comodante.
5. O comodatário, durante a vigência deste instrumento, responsabilizar-se-á perante terceiros por danos decorrentes de eventuais acidentes que envolvam o equipamento, independentemente de ter ou não contratado seguro para tal fim.
6. Em caso de turbação ou esbulho da posse do bem por atos de terceiros, o comodatário se obriga a defender a posse dos bens emprestados como couber e comunicar imediatamente tais fatos

ao comodante.

7. O presente instrumento será considerado rescindido de pleno direito em caso de infração, por parte do comodatário, de qualquer cláusula acordada, assegurado ao comodante o direito de retirar, de onde quer que esteja, o bem ora cedido em comodato.

8. Qualquer tolerância ou concessão das partes quanto ao cumprimento do disposto neste contrato constituir-se-á ato de mera liberalidade, não podendo ser considerado novação.

9. As partes elegem o foro da Comarca em São Bento do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente em 03 vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

São Bento do Sul/SC, 17 de julho de 2017.

COMODANTE

PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME

COMODATÁRIO

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Testemunhas:

Nome: MÁRCIO DREVECK  
RG: 2923360

Nome: LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES  
RG: 63200166

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Alexandre Vinícius Weiss  
OAB/SC nº 9.974  
Advogado  
Município de São Bento do Sul

**CONTRATO DE COMODATO N 03/2017 SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA**  
CONTRATO DE COMODATO DE BEM MÓVEL

Por este instrumento particular, de um lado SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 75.508.820/0004-30, com sede à Rua Germano Brand, n. 68, Bairro Schramm, Município de São Bento do Sul/SC, neste ato por seu representante legal, doravante denominado simplesmente COMODANTE, e, de outro lado MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Jorge Lacerda, n. 75, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob n. 86.051.398/0001-00, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Magno Bollmann, doravante denominada simplesmente COMODATÁRIO, têm entre si como justo e acordado o que segue:

1. O comodante empresta gratuitamente ao comodatário, com base no avençado neste termo, para uso exclusivo como mobiliário da Capela Mortuária João Naderer, anexa ao cemitério do Bairro Lençol, 01 (uma) geladeira e 01 (um) ventilador, mobília nova e em perfeito funcionamento.

2. O objetivo do avençado é prover a Capela Mortuária João Naderer de melhores condições para realização de velórios e demais atos fúnebres.

3. A vigência deste se inicia 30 (trinta) dias após a sua assinatura, vigorando seus termos ininterruptamente pelo prazo de 05 (cinco) anos, ocasião em que o comodatário deverá restituir os bens acima especificados em perfeitas condições de uso, independentemente de qualquer notificação.

4. Em relação aos bens emprestados, é vedado ao comodatário sub-comodatar, locar, transferir a terceiros ou dar destinação diversa da que é prevista na cláusula 2, acima, salvo com expressa autorização do comodante.

5. O comodatário, durante a vigência deste instrumento, responsabilizar-se-á perante terceiros por danos decorrentes de eventuais acidentes que envolvam o equipamento, independentemente de ter ou não contratado seguro para tal fim.

6. Em caso de turbação ou esbulho da posse do bem por atos de terceiros, o comodatário se obriga a defender a posse dos bens emprestados como couber e comunicar imediatamente tais fatos ao comodante.

7. O presente instrumento será considerado rescindido de pleno direito em caso de infração, por parte do comodatário, de qualquer cláusula acordada, assegurado ao comodante o direito de retirar, de onde quer que esteja, o bem ora cedido em comodato.

8. Qualquer tolerância ou concessão das partes quanto ao cumprimento do disposto neste contrato constituir-se-á ato de mera liberalidade, não podendo ser considerado novação.

9. As partes elegem o foro da Comarca em São Bento do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes deste contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente em 03 vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

São Bento do Sul/SC, 17 de julho de 2017.

COMODANTE

SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA

COMODATÁRIO

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Testemunhas:

Nome: MÁRCIO DREVECK  
RG: 2923360

Nome: LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES  
RG: 63200166

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Alexandre Vinícius Weiss  
OAB/SC nº 9.974  
Advogado  
Município de São Bento do Sul

**EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 271/2013**  
EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 271/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Rescisão ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 271/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME, de 16 de agosto de 2013, conforme Edital de Pregão Presencial nº 188/2013.

Considerando elaboração e homologação do Processo Licitatório nº 129/2017 na data de 14 de julho de 2017, que tem como objeto a Contratação De Serviço De Conexão Com A Internet: Link IP dedicado com velocidade de 50 Mbps, incluindo locação e configuração de modems/roteadores e outros equipamentos necessários, com plena conectividade, conforme Termo De Referência, originando o contrato nº 136/2017 com vigência a partir de 01 de agosto de 2017;

Considerando o Contrato nº 271/2013 com vigência até 15 de agosto de 2017, cujo objeto comporta o mesmo serviço, porém em velocidade menor, se faz necessária a rescisão do mesmo, visto

que o serviço já está contemplado no novo contrato.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 31 de julho de 2017.

São Bento do Sul, 18 de julho de 2017.

Ass: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretaria de Administração do Município.

WBT INTERNET LTDA EPP, como Contratada.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2017 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2017**

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e o Sr. MAURO ALEXANDRE RIBEIRO.

DO OBJETO: Locação de imóvel descrito abaixo, para abrigar o Almoxarifado de Medicamentos do Fundo Municipal de Saúde de acordo com a Dispensa de Licitação nº 44/2017 de 30 de junho de 2017.

DESCRIÇÃO DO TERRENO E IMÓVEL: Um imóvel (sala comercial) nº 13, com área de 60,04 m<sup>2</sup>, no Edifício Léo Franz, situado na Rua Henrique Schwarz, nº 61, Centro, neste Município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrícula nº 16180, no livro 2 do Registro Geral de São Bento do Sul – SC.

DO VALOR: R\$ 6.956,88 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a contar de 01.07.2017.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2017.

Ass: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde do Município.

MAURO ALEXANDRE RIBEIRO, como Locador.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2017**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para pessoas com Deficiência que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ.

DO OBJETO: Contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para o idoso, Sr. Cide Nei Marafigo, portador do CPF nº 832.725.939-34 e RG nº 4.779.244-1, idoso referenciado no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificado como Item 2 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau II, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DO VALOR: R\$ 11.920,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses a contar de 01.06.2017

São Bento do Sul, 31 de maio de 2017.

Ass: DAGUIMAR NOGUEIRA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2017**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para pessoas com Deficiência que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ.

DO OBJETO: Contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para a idosa, Sra. Regina Finke, portadora do CPF nº 890.086.009-78 e RG nº 608.846/SC, idosa referenciada no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificada como Item 3 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau III, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DO VALOR: R\$ 12.920,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses a contar de junho/2017 até 31/10/2017.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2017.

Ass: DAGUIMAR NOGUEIRA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2017**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a COMERCIAL TREVO LTDA.

DO OBJETO: Locação de imóvel descrito abaixo, para abrigar as instalações da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos de acordo com a Dispensa de Licitação nº 131/2017 de 29 de junho de 2017.

DESCRIÇÃO DO TERRENO E IMÓVEL: Terreno com área de 6.215,50 m<sup>2</sup>, localizado às margens do Rio São Bento, fazendo frente para a Rodovia SC-301, nº 80, em relação à Rodovia esta em declive, porém em sua maioria é plano e possui forma irregular. Como está localizado nas duas laterais da Rua Expedicionário Oscar Schneider como último terreno, esta Rua está sendo utilizada como pátio, inclusive com portão, (que impede o acesso público) e que aumenta a área disponível para uso, caracterizando um só terreno e, do imóvel, com área de 943,31 m<sup>2</sup> das construções, localizado na Rodovia SC-301, nº 200, entre o trevo de Oxford e a ponte do Rio São Bento, Bairro Boehmerwald e cortado pela Rua Expedicionário Oscar Schneider (por ser composto de várias escrituras), conforme matrículas nºs 28.899, livro 2 de 10/03/2003, 4.408, livro 2 de 05/08/1982, 4.422, livro 2 de 05/04/1982, 0.582, livro 2 de 06/12/1976, 4.637, fls 077, livro 3-C de 28/12/1972, 3.822, fls 236, livro 3-B de 05/02/1971 e 3.957, fls 260, livro 3-B de 22/06/1971.

DO VALOR: R\$ 70.442,22 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a contar de 01.07.2017.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2017.

Ass: MÁRCIO DREVECK, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

COMERCIAL TREVO LTDA, como Locadora.



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2017**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. FABIO BLASZKOWSKI neste ato representado por seu Procurador NEI FRANCISCO DA CRUZ.

DO OBJETO: Locação de imóvel descrito abaixo, para abrigar a Capela Mortuária do bairro Serra Alta de acordo com a Dispensa de Licitação nº 132/2017 de 29 de junho de 2017.

DESCRIÇÃO DO TERRENO E IMÓVEL: Um terreno urbano, situado na Zona Residencial 3 (ZR-3), plano, de formato irregular, de esquina, com área total de 1.733m<sup>25</sup> m<sup>2</sup>, edificado com um prédio comercial, em alvenaria, em bom estado de conservação, laje de forro e coberto com telhas onduladas de cimento amianto, esquadrias metálicas e piso cerâmico, contendo área construída de 262,94 m<sup>2</sup>, matrícula nº 40.653, livro nº 2 do Cartório do Registro de Imóveis de São Bento do Sul – SC.

DO VALOR: R\$ 11.040,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a contar de 01.07.2017.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2017.

ASS: MÁRCIO DREVECK, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

NEI FRANCISCO DA CRUZ, como Procurador do Proprietário Locador.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2017**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 134/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Galões de Água que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SUPERMERCADO GERMÂNIA LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de 15 galões de água mineral de 20 litros para abastecer o Departamento de Turismo, pelo período de julho a dezembro de 2017, conforme Compra Direta nº 1025/2017 de 12 de julho de 2017.

DO VALOR: R\$ 118,50 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 19 (dezenove) dias a contar desta data.

São Bento do Sul, 12 de julho de 2017.

ASS: ADELINO DENK, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município.

SUPERMERCADO GERMÂNIA LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 025/2017 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 025/2017

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Análises Clínicas nº 061/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SOLUÇÃO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS S/A, em 05 de outubro de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 90/2015.

Considerando o objeto do presente Contrato que consiste na contratação de laboratório de apoio para prestação de serviços de análises clínicas para o Laboratório Municipal da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), como suporte técnico, conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Considerando que houve aumento na procura dos serviços de exames laboratoriais pelos pacientes do SUS e a cota física e financeira programada na FPO do referido Contrato tornou-se insuficiente, faz-se necessário aditar o contrato em 10%, conforme Cláusula

Oitava – Das Alterações, com base no Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica incluso o valor de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais) referente a 10% do valor total do Contrato para pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 05 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 035/2016 de 06 de julho de 2016 e Termo Aditivo nº 054/2016 de 22 de setembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de julho de 2017.

Ass: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

SOLUÇÃO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS S/A, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 026/2017 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 026/2017

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 027/2016, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e LABORATÓRIO SANTA CATARINA SS LTDA CNPJ nº 83.620.153/0001-69, CNES nº 2521784, conforme já qualificado resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido contrato.

DO OBJETO: prestar serviços de análise clínica aos usuários externos do Sistema Único de Saúde (SUS), encaminhados pela Rede Básica e de referência da Secretaria Municipal de Saúde de São Bento do Sul/SC.

DA ALTERAÇÃO: nos termos da cláusula sexta do contrato nº 027/2016, fica prorrogado o período de vigência de 01/08/2017 a 31/12/2017.

São Bento do Sul, 17/07/2017.

Ass. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

Ass. LEILA VAZ DE ALCANTARA, pela empresa contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 028/2017 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 028/2017

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 028/2016, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e LABORATÓRIO SÃO FRANCISCO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA inscrito no CNPJ nº 97.408.710/0001-97, CNES nº 2521776, conforme já qualificado resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido contrato.

DO OBJETO: prestar serviços de análise clínica aos usuários externos do Sistema Único de Saúde (SUS), encaminhados pela Rede Básica e de referência da Secretaria Municipal de Saúde de São Bento do Sul/SC.

DA ALTERAÇÃO: nos termos da cláusula sexta do contrato nº 028/2016, fica prorrogado o período de vigência de 01/08/2017 a 31/12/2017.

São Bento do Sul, 17/07/2017.

Ass. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

Ass. DANIELE TOSHICO KAMEI DROZINO, pela empresa contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 029/2017 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 029/2017

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2016, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PASTEUR LTDA CNPJ nº 86.949.740/0001-94, CNES nº 2521768, conforme já qualificado resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido contrato.

DO OBJETO: prestar serviços de análise clínica aos usuários externos do Sistema Único de Saúde (SUS), encaminhados pela Rede Básica e de referência da Secretaria Municipal de Saúde de São Bento do Sul/SC.

DA ALTERAÇÃO: nos termos da cláusula sexta do contrato nº 026/2016, fica prorrogado o período de vigência de 01/08/2017 a 31/12/2017.

São Bento do Sul, 17/07/2017.

Ass. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

Ass. MAURINO JORDÃO SCHULZE, pela empresa contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 099/2017**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 099/2017

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para Pessoas com Deficiência de nº 171/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 01 de agosto de 2016, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 171/2016 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para a idosa, Sra. Albertina Telma, portadora do CPF nº 558.268.499-11 e Sra. Matilde Pachewsky, portadora do RG nº 765.528/SC idosas referenciadas no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificadas como Item 3 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau III, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término de Contrato no dia 31 de maio de 2017 e a necessidade da continuidade de internamento das idosas Sra. Albertina Telma, e da Sra. Matilde Pachewsky, atendendo requisições do Ministério Público conforme Ofício nº 0922/2015/1PJ/SBS e Ofício 37/2017 emitido pela Secretaria de Assistência Social (Sra. Albertina Telma) e Ofício nº 0226/2015/01PJ/SBS e Ofício 36/2017 emitido pela Secretaria de Assistência Social (Sra. Matilde Pachewsky), documentos estes em anexo ao Termo Aditivo; Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos: Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de junho de 2017 e com término em 31 de outubro de 2017.

Permanece os valores mensais de R\$ 2.584,00 (dois mil quinhentos e oitenta e quatro reais) para a Sra. Matilde Pachewsky e R\$ 2.895,01 (dois mil oitocentos e noventa e cinco reais e um centavo) para a Sra. Albertina Telma, totalizando o valor de R\$ 27.395,05 (vinte e sete mil trezentos e noventa e cinco reais e cinco centavos) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o

Contrato original:

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de agosto de 2016 e Termo Aditivo nº 293/2016 de 12 de dezembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2017.

Ass: DAGUIMAR NOGUEIRA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 100/2017**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 100/2017

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para Pessoas com Deficiência de nº 170/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 01 de agosto de 2016, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 170/2016 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para a idosa, Sra. Elzira Hanel, portadora do CPF nº 944.227.539-91, idosa referenciada no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificado como Item 2 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau II, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término de Contrato no dia 31 de maio de 2017 e a necessidade da continuidade de internamento da idosa Sra. Elzira Hanel, visto que a mesma estava abrigada no Asilo Recanto Doce Lar quando este encerrou as atividades no ano de 2012, e conforme Autos nº 058.12.003578-0, documento em anexo ao Termo Aditivo, foi determinado pelo Juiz de Direito que os Municípios que tinham idosos mantidos nesta entidade tomassem as providências para garantir a proteção dos mesmos, a idosa foi transferida para o Instituto Santé.

Diante do exposto, e visto que a idosa não possui familiares ou demais parentes que possam lhe atender as necessidades conforme Ofício 35/2017 emitido pela Secretaria de Assistência Social, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de junho de 2017 e com término em 31 de outubro de 2017.

Permanece o valor mensal de R\$ 2.384,00 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 11.920,00 (onze mil novecentos e vinte reais) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de agosto de 2016 e Termo Aditivo nº 292/2016 de 12 de dezembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2017.

Ass: DAGUIMAR NOGUEIRA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 101/2017****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 101/2017**

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para Pessoas com Deficiência de nº 169/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 01 de agosto de 2016, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 169/2016 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para o idoso, Sr. Dominiano Pachewsky, portador do RG nº 15.829.541/SC, idoso referenciado no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificado como Item 1 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau I, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término do Contrato no dia 31 de maio de 2017 e a necessidade da continuidade de internamento do idoso Sr. Dominiano Pachewsky como medida de proteção, conforme determinação do Ministério Público através de Ofício nº 0226/2015/01PJ/SBS e Notícia de Fato nº 01.2014.00015843-3 e Ofício 36/2017 emitido pela Secretaria de Assistência Social, documentos em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de junho de 2017 e com término em 31 de outubro de 2017.

Permanece o valor mensal de R\$ 2.184,00 (dois mil cento e oitenta e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 10.920,00 (dez mil novecentos e vinte reais) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de agosto de 2016 e Termo Aditivo nº 291/2016 de 12 de dezembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2017.

Ass: DAGUIMAR NOGUEIRA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 103/2017****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 103/2017**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para Pessoas com Deficiência de nº 004/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 02 de janeiro de 2017, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 004/2017 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para o idoso, Sr. Clovis Irineu

Stuber, portador do CPF nº 193.758.599-91 e RG nº 249.158, idoso referenciado no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificado como Item 1 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau I, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término do Contrato no dia 31 de maio de 2017 e a necessidade da continuidade de internamento do idoso Sr. Sr. Clovis Irineu Stuber, conforme determinação do Ministério Público através dos Autos nº 0900303-10.2016.8.24.0058 e Ofício 40/2017 emitido pela Secretaria de Assistência Social, documentos em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de junho de 2017 e com término em 31 de outubro de 2017.

Permanece o valor mensal de R\$ 2.184,00 (dois mil cento e oitenta e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 10.920,00 (dez mil novecentos e vinte reais) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2017.

Ass: DAGUIMAR NOGUEIRA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 104/2017****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 104/2017**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para Pessoas com Deficiência de nº 005/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 02 de janeiro de 2017, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 005/2017 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para a idosa, Sra. Erna Buchinguer Stuber, portadora do CPF nº 016.661.959-01 e RG nº 3.610.164, idosa referenciada no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificado como Item 2 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau II, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término do Contrato no dia 31 de maio de 2017 e a necessidade da continuidade de internamento da idosa Sra. Erna Buchinguer Stuber, conforme determinação do Ministério Público através dos Autos nº 0900303-10.2016.8.24.0058 e Ofício 40/2017 emitido pela Secretaria de Assistência Social, documentos em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de junho de 2017 e com término em 31 de outubro

de 2017.

Permanece o valor mensal de R\$ 2.384,00 (dois mil trezentos e oitenta e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 11.920,00 (onze mil novecentos e vinte reais) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2017.

Ass: DAGUIMAR NOGUEIRA, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 027/2017 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 027/2017

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 025/2016, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PASTEUR – ANTONIO AUGUSTO PEREIRA CNPJ nº 83.406.561/0001-12, CNES nº 3143066, conforme já qualificado resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido contrato.

DO OBJETO: prestar serviços de análise clínica aos usuários externos do Sistema Único de Saúde (SUS), encaminhados pela Rede Básica e de referência da Secretaria Municipal de Saúde de São Bento do Sul/SC.

DA ALTERAÇÃO: nos termos da cláusula sexta do contrato nº 025/2016, fica prorrogado o período de vigência de 01/08/2017 a 31/12/2017.

São Bento do Sul, 17/07/2017.

Ass. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pela Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

Ass. ANTONIO AUGUSTO PEREIRA, pela empresa contratada.

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 154/2017**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 154/2017

OBJETO: Fornecimento de passes escolares para alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Rede Estadual do Ensino Médio, para transporte dos alunos da Rede Municipal de Ensino, pelo período de agosto a setembro de 2017.

CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 401.712,00.

SÃO BENTO DO SUL, 03 de agosto de 2017.

TIAGO MARTINHUK – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO  
ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

### **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 154/2017**

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passes escolares para alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Rede Estadual do Ensino Médio, para transporte dos alunos da Rede Municipal de Ensino, pelo período de agosto a setembro de 2017.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente para a prestação dos referidos serviços. A empresa NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA com CNPJ 82.770.033/0001-85, localizada na Rua João Stoeberl, 119, no município de São Bento do Sul é a única empresa de transporte público que faz as linhas de transporte coletivo entre diversos bairros e localidades do município. Os alunos que estudam na Rede Pública, da educação básica que residem na zona rural ou uma distância superior a 2 ou 3 km da unidade escolar, conforme Lei nº 2893 de 19 de novembro de 2011, alterada nos artigos 27, 28 e 29 pela Lei nº 3190, de 12 de junho de 2013 tem direito a transporte escolar. O transporte escolar faz parte das metas da educação, proporcionando acesso à escola com segurança e qualidade de ensino de acordo com o Plano municipal de Educação 2015 – 2015, Lei nº 3559/15. Meta 1 – Educação Infantil: 1.4 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública...; 1.13 Garantir o acesso à educação infantil...; Meta 2 – Ensino Fundamental: 2.1 Garantir o acesso, permanência e sucesso dos alunos no ensino fundamental nas redes públicas e privadas; 2.19 garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, em regime de colaboração com a união e o estado. Meta 3 – Ensino Médio: 3.2 garantir acesso e permanência dos estudantes. Portanto, sendo a única empresa credenciada, justifica-se a aquisição dos passes da mesma pela Secretaria de Educação e entregue aos estudantes que tem direito.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal.

V - Justificativa do Preço: o preço de R\$ 401.712,00 é compatível com os preços praticados no mercado, para o período de agosto a setembro de 2017.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO  
Secretária de Educação.

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 001/2017**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 001/2017

Pelo presente instrumento de OUTORGA, lido e firmado pelas partes, na presença de testemunhas que ao final subscrevem, o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 86.051.398/0001-00, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, na cidade de São Bento do Sul – SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, MAGNO BOLLMANN, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade de São Bento do Sul/SC, doravante denominado simplesmente de OUTORGANTE, e de outro lado, na qualidade de OUTORGADO e assim denominado doravante a TELEVISÃO LAGES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.012.013/0001-08, com sede na Cidade de Lages/SC, na Rua Carlos Jofre Amaral, nº 67, neste ato representada pelo Sr. VANEI RIBEIRO, portador do CPF 106.032.719-87, celebram o presente Termo de Autorização de Uso, com fulcro na Lei 8.666/93 e demais legislações administrativas pertinentes, para uso temporário, de um imóvel de propriedade do OUTORGANTE, conforme discriminado abaixo, mediante as seguintes condições:

1 – Constitui objeto do presente Termo de AUTORIZAÇÃO, a cessão

provisória de espaço no imóvel de propriedade do OUTORGANTE, localizado na Rua Estevão Buschle, s/nº, Bairro 25 de Julho, no município de São Bento do Sul/SC, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 4.952 a fls 138 no livro 3-C.

2 – A vigência do presente Termo é de 10 (dez) anos, contados a partir de 03 de julho de 2017 até 02 de julho de 2027, salvo casos de rescisão antecipada.

3 – A presente autorização de uso destina-se a abrigar, no referido imóvel, exclusiva e unicamente a instalação e manutenção de infraestrutura e equipamentos necessários à retransmissão digital dos sinais de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, instalados em imóvel deste município.

4 - Benefícios e vantagens que a instalação desta infraestrutura trará, para a comunidade de São Bento do Sul:

\* Disponibilizar à comunidade a programação televisiva diária através de sua Emissora, em sistema de televisão aberta e gratuita, a ser recebido direta e livremente pela população em geral;

\* Transmitir a melhor recepção e retransmissão de seu sinal.

5 – Fica permitido ao OUTORGADO a possibilidade de instalação de novos equipamentos, cujos custos de aquisição, instalação e manutenção serão de sua integral responsabilidade.

a) Caso o OUTORGADO necessite ceder espaço em sua torre para outro executante do serviço de radiodifusão ou de telecomunicações fica desde já autorizado a instalar e/ou edificar benfeitoria, limitada à área cedida, para a guarda e manutenção dos equipamentos.

6 – O presente Termo de Autorização de uso poderá ser rescindido antecipadamente por ato unilateral do Município, não tendo direito o OUTORGADO a receber qualquer indenização:

a) Se o imóvel não for utilizado unicamente para os fins a que se destina, alterando sua finalidade sem prévio e expresso consentimento do OUTORGANTE; e

b) Se não for efetuada a conservação do imóvel nos termos previamente aprovados pelo OUTORGANTE.

7 – Poderá o OUTORGANTE rescindir o presente contrato, sem justo motivo, a qualquer tempo, desde que haja interesse público, não cabendo, nesta hipótese igualmente, qualquer indenização ao OUTORGADO.

8 – Ao término da outorga todas as benfeitorias efetuadas no imóvel e existentes no local excetuados os equipamentos, serão automaticamente incorporadas ao patrimônio do Município, não tendo direito o OUTORGADO a qualquer indenização neste caso.

9 – Os casos omissos serão solucionados pela legislação em vigor aplicável a espécie.

10 – Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul para a solução de quaisquer conflitos decorrentes do presente Termo.

Assim sendo, por estarem justos e acertados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas.

São Bento do Sul, 03 de julho de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
PREFEITO MUNICIPAL  
OUTORGANTE

VANEI RIBEIRO  
OUTORGADO

TESTEMUNHAS:

Margareth Bayerl Keiser  
Secretária de Administração

Adelino Denk  
Secretário de Desenvolvimento Econômico

ASSESSORIA JURÍDICA

Caroline da Costa Silvério Kamaroski  
Assessora Jurídica OAB/SC nº 48.317-A

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 3º BIMESTRE

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>340.130.030,00</b>	<b>340.130.030,00</b>	<b>40.161.212,87</b>	<b>11,81</b>	<b>133.415.847,69</b>	<b>39,22</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>289.012.406,00</b>	<b>289.012.406,00</b>	<b>39.589.753,58</b>	<b>13,70</b>	<b>131.624.895,92</b>	<b>45,54</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	41.402.330,00	41.402.330,00	5.757.086,65	13,91	22.823.950,29	55,13
IMPOSTOS	35.327.130,00	35.327.130,00	4.800.131,79	13,59	19.683.955,33	55,72
TAXAS	6.071.400,00	6.071.400,00	956.427,24	15,75	3.138.385,79	51,69
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.800,00	3.800,00	527,62	13,88	1.609,17	42,35
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.263.678,00	12.263.678,00	1.867.361,65	15,23	5.536.812,39	45,15
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	8.055.678,00	8.055.678,00	1.222.712,41	15,18	3.599.392,23	44,68
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	4.208.000,00	4.208.000,00	644.649,24	15,32	1.937.420,16	46,04
RECEITA PATRIMONIAL	52.593.709,00	52.593.709,00	2.786.423,55	5,30	16.867.702,69	32,07
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	110.000,00	110.000,00	10.154,12	9,23	28.401,61	25,82
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	49.314.209,00	49.314.209,00	2.758.971,66	5,59	16.795.955,20	34,06
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3.169.500,00	3.169.500,00	17.297,77	0,55	43.345,88	1,37
RECEITA DE SERVIÇOS	20.908.957,00	20.908.957,00	3.601.570,37	17,23	10.471.438,44	50,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	152.944.945,00	152.944.945,00	24.768.133,92	16,19	73.439.070,16	48,02
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	152.778.945,00	152.778.945,00	24.759.274,42	16,21	73.423.653,20	48,06
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	19.000,00	19.000,00	8.859,50	46,63	15.416,96	81,14
TRANSF. DE PESSOAS	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE CONV.	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.898.787,00	8.898.787,00	809.177,44	9,09	2.485.921,95	27,94
MULTAS E JUROS DE MORA	3.939.580,00	3.939.580,00	499.085,59	12,67	1.353.073,68	34,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.083.994,00	1.083.994,00	16.260,43	1,50	80.913,05	7,46
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.799.687,00	3.799.687,00	292.331,46	7,69	1.047.016,98	27,56
RECEITAS DIVERSAS	75.526,00	75.526,00	1.499,96	1,99	4.918,24	6,51
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>51.117.624,00</b>	<b>51.117.624,00</b>	<b>571.459,29</b>	<b>1,12</b>	<b>1.790.951,77</b>	<b>3,50</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00	0,00	48.589,62	0,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00	0,00	48.589,62	0,27
ALIENAÇÃO DE BENS	1.243.419,00	1.243.419,00	99.980,00	8,04	99.980,00	8,04
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	363.419,00	363.419,00	99.980,00	27,51	99.980,00	27,51
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	880.000,00	880.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	590.000,00	590.000,00	84.770,08	14,37	189.740,23	32,16
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.756.205,00	30.756.205,00	383.998,94	1,25	1.432.342,66	4,66
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.748.450,00	20.748.450,00	287.373,55	1,39	347.373,55	1,67

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
					% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	340.130.030,00	340.130.030,00	40.161.212,87	11,81	133.415.847,69	206.714.182,31
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.007.755,00	10.007.755,00	96.625,39	0,97	1.084.969,11	8.922.785,89
REC.DATIVA DE AMORT EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO	528.000,00	528.000,00	2.710,27	0,51	20.299,26	507.700,74
	528.000,00	528.000,00	2.710,27	0,51	20.299,26	507.700,74
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>						
	17.965.208,00	17.965.208,00	2.944.015,67	16,39	8.503.954,85	9.461.253,15
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>43.105.228,54</b>	<b>12,04</b>	<b>141.919.802,54</b>	<b>216.175.435,46</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>43.105.228,54</b>	<b>12,04</b>	<b>141.919.802,54</b>	<b>216.175.435,46</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>43.105.228,54</b>	<b>12,04</b>	<b>141.919.802,54</b>	<b>216.175.435,46</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	6.325.450,25	—	—	1.317.363,21	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	6.325.450,25	—	—	1.317.363,21	—
	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>									
DESPESAS CORRENTES	340.001.454,00	345.727.383,31	36.201.193,46	124.657.990,63	221.069.392,68	37.470.950,72	102.933.856,05	242.793.527,26	100.587.249,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	221.693.370,00	225.953.086,46	34.635.913,84	115.769.930,07	110.183.156,39	35.939.071,43	99.044.694,14	126.908.392,32	97.307.067,22
	137.928.601,00	138.313.268,22	21.589.197,55	63.245.543,53	75.067.724,69	21.518.804,35	63.085.675,07	75.227.593,15	62.449.138,44

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>340.001.454,00</b>	<b>345.727.383,31</b>	<b>36.201.193,46</b>	<b>124.657.990,63</b>	<b>221.069.392,68</b>	<b>37.470.950,72</b>	<b>102.933.856,05</b>	<b>242.793.527,26</b>	<b>100.587.249,56</b>
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	913.637,00	1.302.637,00	117.523,41	365.088,37	937.548,63	117.523,41	365.088,37	937.548,63	365.088,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	82.851.132,00	86.337.181,24	12.929.192,88	52.159.298,17	34.177.883,07	14.302.743,67	35.593.930,70	50.743.250,54	34.492.840,41
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>65.971.035,00</b>	<b>67.437.247,85</b>	<b>1.565.279,62</b>	<b>8.888.060,56</b>	<b>59.549.187,29</b>	<b>1.531.879,29</b>	<b>3.889.161,91</b>	<b>63.548.085,94</b>	<b>3.280.182,34</b>
INVESTIMENTOS	59.759.835,00	62.061.047,85	903.192,75	6.921.727,07	55.139.320,78	869.792,42	1.922.828,42	60.138.219,43	1.313.848,85
INVERSOES FINANCEIRAS	303.200,00	303.200,00	0,00	0,00	303.200,00	0,00	0,00	303.200,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	5.908.000,00	5.073.000,00	662.086,87	1.966.333,49	3.106.666,51	662.086,87	1.966.333,49	3.106.666,51	1.966.333,49
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>52.337.049,00</b>	<b>52.337.049,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.337.049,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.337.049,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	52.337.049,00	52.337.049,00	0,00	0,00	52.337.049,00	0,00	0,00	52.337.049,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>18.093.784,00</b>	<b>18.693.304,94</b>	<b>3.213.660,13</b>	<b>8.784.924,44</b>	<b>9.908.380,50</b>	<b>3.635.785,28</b>	<b>8.550.131,39</b>	<b>10.143.173,55</b>	<b>7.373.672,74</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>364.420.688,25</b>	<b>39.414.853,59</b>	<b>133.442.915,07</b>	<b>230.977.773,18</b>	<b>41.106.736,00</b>	<b>111.483.987,44</b>	<b>252.936.700,81</b>	<b>107.960.922,30</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>364.420.688,25</b>	<b>39.414.853,59</b>	<b>133.442.915,07</b>	<b>230.977.773,18</b>	<b>41.106.736,00</b>	<b>111.483.987,44</b>	<b>252.936.700,81</b>	<b>107.960.922,30</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>8.476.887,47</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>30.435.815,10</b>	<b>—</b>	<b>33.958.880,24</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>364.420.688,25</b>	<b>39.414.853,59</b>	<b>141.919.802,54</b>	<b>—</b>	<b>41.106.736,00</b>	<b>141.919.802,54</b>	<b>—</b>	<b>141.919.802,54</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>52.037.049,00</b>	<b>52.037.049,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>52.037.049,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>52.037.049,00</b>	<b>—</b>

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>17.965.208,00</b>	<b>17.965.208,00</b>	<b>2.944.015,67</b>	<b>16,39</b>	<b>8.503.954,85</b>	<b>47,34</b>	<b>9.461.253,15</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>17.965.208,00</b>	<b>17.965.208,00</b>	<b>2.944.015,67</b>	<b>16,39</b>	<b>8.503.954,85</b>	<b>47,34</b>	<b>9.461.253,15</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	97.840,00	97.840,00	3.931,06	4,02	28.980,44	29,62	68.859,56
Impostos	51.300,00	51.300,00	0,00	0,00	19.465,75	37,94	31.834,25
Taxas - Operações Intra-Orçamentárias	46.540,00	46.540,00	3.931,06	8,45	9.514,69	20,44	37.025,31
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	17.140.568,00	17.140.568,00	2.855.842,29	16,66	8.253.116,67	48,15	8.887.451,33
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	17.140.568,00	17.140.568,00	2.855.842,29	16,66	8.253.116,67	48,15	8.887.451,33
RECEITA DE SERVIÇOS	665.800,00	665.800,00	54.836,79	8,24	141.255,16	21,22	524.544,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	61.000,00	61.000,00	29.405,53	48,21	80.602,58	132,14	-19.602,58
Multas e Juros de Mora	61.000,00	61.000,00	29.405,53	48,21	80.602,58	132,14	-19.602,58

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>18.093.784,00</b>	<b>18.693.304,94</b>	<b>3.213.660,13</b>	<b>8.784.924,44</b>	<b>9.908.380,50</b>	<b>3.635.785,28</b>	<b>8.550.131,39</b>	<b>10.143.173,55</b>	<b>7.373.672,74</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.140.568,00	17.812.178,00	3.141.294,72	8.287.071,87	9.525.106,13	3.493.329,39	8.287.071,87	9.525.106,13	7.110.613,22
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	61.000,00	61.000,00	24.506,52	35.983,48	25.016,52	35.983,48	35.983,48	25.016,52	35.983,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	763.640,00	691.550,94	5.000,41	397.581,37	293.969,57	63.613,93	162.788,32	528.762,62	162.788,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	128.576,00	128.576,00	42.858,48	64.287,72	64.288,28	42.858,48	64.287,72	64.288,28	64.287,72

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 18.293.245,46

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre		%
			(b)	(b/a)*100	
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	39.582.347,00	39.582.347,00	20.862.220,05		52,71
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	13.276.300,00	13.276.300,00	10.107.174,77		76,13
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.981.750,00	2.981.750,00	752.126,48		25,22
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	14.281.480,00	14.281.480,00	6.344.534,41		44,42
Imposto Territorial Rural - ITR	4.838.900,00	4.838.900,00	2.499.585,42		51,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	0,00		0,00
Dívida Ativa dos Impostos	102.000,00	102.000,00	18.600,98		18,24
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.134.017,00	3.134.017,00	819.831,26		26,16
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	967.900,00	967.900,00	320.366,73		33,10
Cota-Parte FPM	94.162.100,00	94.162.100,00	47.023.883,43		49,94
Cota-Parte ITR	30.069.400,00	30.069.400,00	16.039.325,92		53,34
Cota-Parte IPVA	41.400,00	41.400,00	1.936,84		4,68
Cota-Parte ICMS	9.335.300,00	9.335.300,00	4.441.988,79		47,58
Cota-Parte IPI-Exportação	53.645.600,00	53.645.600,00	26.092.695,65		48,64
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	844.600,00	844.600,00	352.752,37		41,77
Desoneração ICMS (LC 87/96)	225.800,00	225.800,00	95.173,86		42,15
	225.800,00	225.800,00	95.173,86		42,15
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	133.744.447,00	133.744.447,00	67.886.103,48		50,76
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (d)	(d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	23.967.135,00	23.967.135,00	10.194.590,07		42,54
Provenientes da União	23.498.935,00	23.498.935,00	10.049.030,07		42,76
Provenientes dos Estados	468.200,00	468.200,00	145.560,00		31,09
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	426.200,00	426.200,00	258.584,12		60,67
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	24.393.335,00	24.393.335,00	10.453.174,19		42,85
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		%
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	60.319.535,00	61.546.144,60	31.737.073,26	51,57	44,90
Pessoal e Encargos Sociais	28.625.382,00	28.898.870,43	13.504.117,48	46,73	46,72
Outras Despesas Correntes	31.694.153,00	32.647.274,17	18.232.955,78	55,85	43,28
DESPESAS DE CAPITAL	4.287.600,00	5.115.760,23	134.792,90	2,63	0,35
Investimentos	4.287.600,00	5.115.760,23	134.792,90	2,63	0,35

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	4.287.600,00	5.115.760,23	134.792,90	2,63	18.038,00	0,35
Investimentos	4.287.600,00	5.115.760,23	134.792,90	2,63	18.038,00	0,35
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	64.607.135,00	66.661.904,83	31.871.866,16	47,81	27.649.364,90	41,48
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	26.298.635,00	28.430.563,79	11.423.579,96	35,84	9.800.499,39	35,45
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	24.298.635,00	26.425.563,79	11.418.633,87	35,83	9.795.553,30	35,43
Recursos de Operações de Crédito	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	5.000,00	4.946,09	0,02	4.946,09	0,02
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	26.298.635,00	28.430.563,79	11.423.579,96	35,84	9.800.499,39	35,45
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	38.308.500,00	38.231.341,04	20.448.286,20	64,16	17.848.865,51	64,55
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						
7.665.949,99						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
Inscritos em 2016	992.303,07	576.603,59	415.699,48	0,00		
TOTAL	992.303,07	576.603,59	415.699,48	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º						
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
0,00		0,00		0,00		
0,00		0,00		0,00		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016						
0,00		0,00		0,00		
0,00		0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
-		-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica	44.285.632,00	45.126.440,62	61,14	17.535.402,68	62,71	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.246.728,00	21.327.559,93	38,45	10.324.389,36	36,92	
Vigilância Sanitária	49.000,00	124.833,34	0,05	14.257,96	0,05	
Vigilância Epidemiológica	515.775,00	803.729,34	0,36	86.508,30	0,31	
TOTAL	65.097.135,00	67.382.563,23	100,00	27.960.558,30	100,00	

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

SAO BENTO DO SUL, 24/07/2017

MAGNO BOLLMANN  
PREFEITO MUNICIPALROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
SECRETÁRIA DE FINANÇASRICARDO ANTONIO HOMER  
Contador CRC/SC 029937/O

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 24/07/2017



Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial			358.095.238,00	
Previsão Atualizada			358.095.238,00	
Receitas Realizadas			141.919.802,54	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			1.317.363,21	
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial			358.095.238,00	
Créditos Adicionais			6.325.450,25	
Dotação Atualizada			364.420.688,25	
Despesas Empenhadas			133.442.915,07	
Despesas Liquidadas			111.483.987,44	
Despesas pagas			107.960.922,30	
Superavit Orçamentário			30.435.815,10	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>				
Despesas Empenhadas			133.442.915,07	
Despesas Liquidadas			111.483.987,44	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>				
Receita Corrente Líquida			250.525.849,43	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>				
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)			0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)			27.469.375,75	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			9.176.130,29	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			18.293.245,46	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-4.783.271,00	0,00	0,00
Resultado Primário		-62.196.115,00	15.733.243,11	-25,30
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	4.003.048,53	118.981,37	2.385.775,60	1.498.291,56
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	4.003.048,53	118.981,37	2.385.775,60	1.498.291,56
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	9.454.739,15	2.029.878,23	2.846.530,87	4.578.330,05
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	9.454.739,15	2.029.878,23	2.846.530,87	4.578.330,05
<b>TOTAL:</b>	<b>13.457.787,68</b>	<b>2.148.859,60</b>	<b>5.232.306,47</b>	<b>6.076.621,61</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		17.097.762,69	25%	25,19
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		16.812.725,44	60%	76,44
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			48.589,62	17.951.410,38
Despesa de Capital Líquida			3.953.449,63	63.612.374,22

Continua 1/2

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	30.614.635,30	40.139.088,51	52.356.468,42	70.430.426,84
Despesas Previdenciárias (V)	14.407.550,42	33.063.776,20	48.668.915,29	62.443.152,51
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	16.207.084,88	7.075.312,31	3.687.553,13	7.987.274,33

  

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	99.980,00	1.143.439,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	49.920,90	515.488,31

  

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	17.848.865,51	15,00	26,29

  

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
			% (b/Total b)	% (d/Total d)						
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Legislativa	340.001.454,00	345.727.383,31	36.201.193,46	124.657.990,63	93,42	37.470.950,72	102.933.856,05	92,33		
Ação Legislativa	3.519.000,00	3.516.000,00	410.403,63	1.591.835,26	1,19	534.080,17	1.399.385,90	1,26		
Essencial à Justiça	3.519.000,00	3.516.000,00	410.403,63	1.591.835,26	1,19	534.080,17	1.399.385,90	1,26		
Representação Judicial e Extrajudicial	2.568.500,00	2.568.500,00	497.390,88	1.263.148,79	0,95	499.063,56	1.262.384,06	1,13		
Administração	2.568.500,00	2.568.500,00	497.390,88	1.263.148,79	0,95	499.063,56	1.262.384,06	1,13		
Administração Geral	15.781.720,00	15.885.528,80	1.708.888,50	6.546.420,53	4,91	1.964.759,43	5.555.451,95	4,98		
Administração Financeira	9.819.250,00	9.915.751,21	1.329.367,17	5.046.794,44	3,78	1.533.192,76	4.307.030,84	3,86		
Normalização e Fiscalização	2.222.470,00	2.222.470,00	314.161,75	1.040.536,83	0,78	324.806,91	1.013.436,15	0,91		
Tecnologia da Informática	17.000,00	17.000,00	135,00	11.354,09	0,01	1.799,59	6.228,46	0,01		
Formação de Recursos Humanos	2.000,00	2.000,00	0,00	120,00	0,00	0,00	120,00	0,00		
Administração de Receitas	2.000,00	2.000,00	180,00	810,00	0,00	180,00	810,00	0,00		
Comunicação Social	3.300.500,00	3.288.500,00	765,00	202.954,98	0,15	44.408,63	133.088,26	0,12		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	283.500,00	233.500,00	3.341,00	150.821,00	0,11	51.491,29	60.282,54	0,05		
Segurança Pública	135.000,00	204.307,59	60.938,58	93.023,19	0,07	8.880,25	34.445,70	0,03		
Policimento	1.018.560,00	1.193.559,99	239.728,69	529.798,16	0,40	252.312,10	394.765,32	0,35		
Defesa Civil	566.560,00	741.559,99	212.005,89	359.778,58	0,27	218.085,11	294.002,98	0,26		
Assistência Social	452.000,00	452.000,00	27.722,80	170.019,58	0,13	281.980,42	34.226,99	0,09		
Administração Geral	7.830.885,00	8.253.762,01	1.126.567,01	4.115.031,80	3,08	4.138.730,21	3.284.757,04	2,95		
Assistência à Criança e ao Adolescente	3.106.430,00	3.106.430,00	882.038,92	2.556.390,30	1,92	550.039,70	2.332.245,96	2,09		
Assistência Comunitária	1.057.500,00	1.228.715,84	1.143,00	755.140,72	0,57	473.575,12	507.810,10	0,46		
Previdência Social	3.666.955,00	3.918.616,17	243.385,09	803.500,78	0,60	220.788,52	444.700,98	0,40		
Administração Geral	24.733.000,00	24.733.000,00	3.750.362,39	10.864.659,02	8,14	3.763.353,11	10.777.899,89	9,67		
Previdência do Regime Estatutário	2.259.000,00	2.259.000,00	137.183,67	469.136,17	0,35	150.174,39	382.377,04	0,34		
Saúde	22.474.000,00	22.474.000,00	3.613.178,72	10.395.522,85	7,79	3.613.178,72	10.395.522,85	9,32		
Atenção Básica	60.662.135,00	62.798.255,64	9.691.212,12	30.356.870,52	22,75	9.294.505,89	25.936.793,95	23,27		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	40.054.632,00	40.890.440,62	7.037.983,82	17.865.947,29	13,39	5.991.902,41	15.571.002,11	13,97		
Vigilância Sanitária	20.049.728,00	20.996.252,34	2.620.233,57	12.360.333,67	9,26	3.268.816,19	10.267.625,04	9,21		
Vigilância Epidemiológica	47.000,00	122.833,34	7.877,82	15.640,27	0,01	6.049,82	13.812,27	0,01		
Educação	510.775,00	798.729,94	25.116,91	114.949,29	0,09	27.737,47	84.354,53	0,08		
Alimentação e Nutrição	64.744.130,00	65.200.953,35	10.414.976,40	31.683.990,07	23,74	10.963.691,34	29.994.938,99	26,91		
Ensino Fundamental	2.197.740,00	2.197.740,00	456.423,06	1.710.106,41	1,28	487.633,59	1.105.243,26	0,99		
Ensino Médio	34.103.580,00	34.103.580,00	5.427.295,17	16.346.666,54	12,25	5.759.427,20	15.720.918,41	14,10		
Ensino Superior	430.830,00	430.830,00	61.579,84	318.539,84	0,24	206.667,84	267.467,84	0,24		
Educação Infantil	138.200,00	138.200,00	0,00	53.239,98	0,04	17.746,66	53.239,98	0,05		
	27.873.780,00	28.330.603,35	4.469.678,33	13.255.437,30	9,93	4.452.844,23	12.848.069,50	11,52		

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	340.001.454,00	345.727.383,31	36.201.193,46	93,42	124.657.990,63	37.470.950,72	102.933.856,05	242.793.527,26
Cultura	2.575.000,00	2.606.343,71	248.540,71	0,64	850.023,30	264.120,00	777.322,51	1.829.021,20
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	380.000,00	396.780,54	7.344,37	0,05	62.554,07	13.032,12	31.635,07	365.145,47
Difusão Cultural	2.195.000,00	2.209.563,17	241.196,34	0,59	787.475,23	251.087,88	745.687,44	1.463.875,73
Direitos da Cidadania	77.000,00	77.000,00	20.807,15	0,04	57.899,15	10.258,75	22.965,20	54.034,80
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	77.000,00	77.000,00	20.807,15	0,04	57.899,15	10.258,75	22.965,20	54.034,80
Urbanismo	35.749.331,00	36.227.250,85	2.393.780,40	12,43	16.581.913,78	3.287.949,97	8.882.731,64	27.344.519,21
Administração Geral	3.218.220,00	3.221.220,00	473.346,21	1,13	1.502.500,78	485.973,87	1.413.716,11	1.807.503,89
Infra-Estrutura Urbana	19.841.551,00	20.017.003,88	486.173,67	4,77	6.358.646,77	699.387,88	1.895.417,37	18.181.586,51
Serviços Urbanos	12.689.560,00	12.989.026,97	1.494.280,52	6,54	8.720.764,23	2.102.588,22	5.633.588,16	7.355.428,81
Habituação	6.202.995,00	6.604.716,42	159.955,15	0,66	881.380,51	156.149,66	665.711,76	5.949.004,66
Administração Geral	1.242.000,00	1.237.000,00	158.466,79	0,34	459.495,31	149.359,79	419.484,14	817.515,86
Habituação Urbana	4.960.995,00	5.367.716,42	1.488,36	0,32	421.885,20	236.227,62	236.227,62	5.131.488,80
Saneamento	35.460.052,00	37.460.052,00	2.892.346,98	7,98	10.643.898,30	2.522.967,79	6.363.944,74	31.106.107,26
Administração Geral	4.688.483,00	4.688.483,00	720.246,34	2,00	2.674.194,18	671.864,68	1.786.933,43	2.901.549,57
Saneamento Básico Urbano	30.771.569,00	32.771.569,00	2.171.077,64	5,97	7.968.681,12	1.851.103,11	4.567.011,31	28.152.557,69
Preservação e Conservação Ambiental	52.000,00	52.000,00	1.023,00	0,00	1.023,00	0,00	0,00	52.000,00
Gestão Ambiental	367.070,00	367.070,00	46.719,22	0,08	109.459,68	46.209,82	108.710,28	258.359,72
Preservação e Conservação Ambiental	367.070,00	367.070,00	46.719,22	0,08	109.459,68	46.209,82	108.710,28	258.359,72
Agricultura	1.630.840,00	1.575.165,21	316.584,64	0,66	878.534,90	308.862,79	783.834,08	791.331,13
Recursos Hídricos	106.000,00	106.000,00	82.299,48	0,66	82.299,48	41.693,07	41.693,07	64.306,93
Extensão Rural	1.524.840,00	1.469.165,21	234.285,16	0,60	796.235,42	267.169,72	742.141,01	727.024,20
Indústria	6.464.040,00	6.580.040,00	147.143,10	0,39	520.080,88	181.645,73	497.094,04	6.082.945,96
Promoção Industrial	6.464.040,00	6.580.040,00	147.143,10	0,39	520.080,88	181.645,73	497.094,04	6.082.945,96
Comércio e Serviços	806.130,00	852.089,33	36.513,99	0,14	186.339,12	36.665,61	150.518,99	701.570,34
Turismo	4.238.580,00	4.238.580,00	519.976,50	1,57	2.091.351,09	601.696,99	1.777.259,40	2.461.320,60
Energia	4.238.580,00	4.238.580,00	519.976,50	1,57	2.091.351,09	601.696,99	1.777.259,40	2.461.320,60
Serviços Urbanos	4.453.000,00	4.424.000,00	327.784,80	0,95	1.261.944,53	395.937,13	1.005.902,23	3.418.097,77
Desporto e Lazer	1.572.000,00	1.528.000,00	148.570,20	0,56	742.084,51	203.208,98	547.549,36	980.450,64
Administração Geral	1.198.000,00	1.198.000,00	152.396,60	0,37	491.872,02	165.910,15	430.364,87	767.635,13
Desporto de Rendimento	1.683.000,00	1.698.000,00	26.818,00	0,02	27.988,00	26.818,00	27.988,00	1.670.012,00
Desporto Comunitário	8.782.437,00	8.228.467,00	1.251.511,20	2,73	3.643.405,24	1.191.513,45	3.311.484,08	4.916.982,92
Encargos Especiais	6.821.637,00	6.375.637,00	779.610,28	1,75	2.331.421,86	779.610,28	2.331.421,86	4.044.215,14
Serviço da Dívida Interna	590.000,00	515.000,00	113.669,85	0,38	503.522,13	53.672,10	171.600,97	343.399,03
Outras Transferências	1.370.800,00	1.337.830,00	358.231,07	0,61	808.461,25	358.231,07	808.461,25	529.368,75
Outros Encargos Especiais								

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	340.001.454,00	345.727.383,31	36.201.193,46	93,42	221.069.392,68	37.470.950,72	102.933.856,05	242.793.527,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
RESERVA DO RPPS	52.037.049,00	52.037.049,00	0,00	0,00	52.037.049,00	0,00	0,00	52.037.049,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	18.093.784,00	18.693.304,94	3.213.680,13	6,58	9.908.390,50	3.635.785,28	8.550.131,39	10.143.173,55
Legislativa	81.000,00	84.000,00	14.657,17	0,03	44.520,53	15.151,76	37.568,56	46.431,44
Ação Legislativa	81.000,00	84.000,00	14.657,17	0,03	44.520,53	15.151,76	37.568,56	46.431,44
Essencial à Justiça	45.600,00	45.600,00	8.517,16	0,02	21.298,65	8.517,16	24.301,35	21.298,65
Representação Judicial e Extrajudicial	45.600,00	45.600,00	8.517,16	0,02	21.298,65	8.517,16	24.301,35	21.298,65
Administração	1.635.278,00	1.564.778,00	244.737,46	0,54	846.865,44	334.827,46	705.529,44	859.248,56
Administração Geral	1.335.938,00	1.265.438,00	192.268,61	0,42	700.366,98	282.358,61	552.667,90	712.770,10
Administração Financeira	299.340,00	299.340,00	52.468,85	0,11	146.478,46	52.468,85	152.861,54	146.478,46
Assistência Social	682.360,00	682.360,00	106.173,10	0,24	357.891,73	107.421,78	324.468,27	357.891,73
Administração Geral	342.360,00	342.360,00	106.173,10	0,24	17.891,73	107.421,78	324.468,27	17.891,73
Assistência Comunitária	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	340.000,00	0,00	0,00	340.000,00
Previdência Social	53.000,00	53.000,00	6.663,94	0,01	33.374,77	6.663,94	19.625,23	33.374,77
Administração Geral	53.000,00	53.000,00	6.663,94	0,01	33.374,77	6.663,94	19.625,23	33.374,77
Saúde	4.300.000,00	4.380.000,00	686.327,92	1,50	2.384.782,55	686.418,56	1.989.318,65	2.390.681,35
Atenção Básica	4.231.000,00	4.246.000,00	675.718,87	1,48	2.276.254,94	675.809,51	1.964.400,57	2.281.599,43
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	62.000,00	127.000,00	8.455,28	0,02	104.681,38	8.455,28	22.318,62	104.681,38
Vigilância Sanitária	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	445,69	1.554,31
Vigilância Epidemiológica	5.000,00	5.000,00	2.153,77	0,00	2.846,23	2.153,77	2.153,77	2.846,23
Educação	8.245.890,00	8.215.890,00	1.182.237,07	2,83	4.441.597,56	1.494.264,12	3.580.048,53	4.635.841,47
Ensino Fundamental	4.348.100,00	4.348.100,00	624.263,74	1,48	2.374.619,02	646.122,95	1.876.830,61	2.471.269,39
Educação Infantil	3.897.790,00	3.867.790,00	557.973,33	1,35	2.066.978,54	848.141,17	1.703.217,92	2.164.572,08
Cultura	248.000,00	249.410,94	41.872,60	0,09	124.572,04	42.448,81	124.464,07	124.946,87
Diffusão Cultural	248.000,00	249.410,94	41.872,60	0,09	124.572,04	42.448,81	124.464,07	124.946,87
Urbanismo	1.287.410,00	1.287.410,00	187.621,45	0,44	700.116,64	191.583,80	588.224,90	719.185,10
Administração Geral	450.570,00	450.570,00	70.378,41	0,16	241.404,35	70.378,41	209.165,65	241.404,35
Infra-Estrutura Urbana	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	4.700,00	87,86	228,86	5.271,14
Serviços Urbanos	831.340,00	831.340,00	117.243,04	0,28	454.012,29	121.117,53	358.830,39	472.509,61
Habituação	52.500,00	57.500,00	15.095,57	0,03	11.978,39	15.095,57	45.521,61	11.978,39
Administração Geral	52.500,00	57.500,00	15.095,57	0,03	11.978,39	15.095,57	45.521,61	11.978,39
Saneamento	859.500,00	859.500,00	127.150,87	0,29	470.254,55	127.150,87	389.254,45	470.254,55
Administração Geral	307.100,00	307.100,00	47.460,32	0,11	163.795,50	47.460,32	143.304,50	163.795,50

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)			% (d/Total d)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Saneamento	18.093.784,00	18.693.304,94	3.213.660,13	8.784.924,44	6,58	3.635.785,28	8.560.131,39	7,67
	859.500,00	859.500,00	127.150,87	389.245,45	0,29	127.150,87	389.245,45	0,35
Saneamento Básico Urbano	552.400,00	552.400,00	79.690,55	245.940,95	0,18	79.690,55	245.940,95	0,22
Gestão Ambiental	37.560,00	37.560,00	5.689,33	16.974,21	0,01	5.689,33	16.974,21	0,02
Preservação e Conservação Ambiental	37.560,00	37.560,00	5.689,33	16.974,21	0,01	5.689,33	16.974,21	0,02
Agricultura	175.600,00	175.600,00	23.843,57	78.087,62	0,06	25.755,21	77.588,71	0,07
Extensão Rural	175.600,00	175.600,00	23.843,57	78.087,62	0,06	25.755,21	77.588,71	0,07
Indústria	110.680,00	110.680,00	14.627,25	44.433,30	0,03	14.627,25	44.433,30	0,04
Promoção Industrial	110.680,00	110.680,00	14.627,25	44.433,30	0,03	14.627,25	44.433,30	0,04
Comércio e Serviços	11.410,00	11.410,00	1.589,02	5.638,84	0,00	1.836,05	5.224,73	0,00
Turismo	11.410,00	11.410,00	1.589,02	5.638,84	0,00	1.836,05	5.224,73	0,00
Energia	7.420,00	7.420,00	1.224,04	3.578,20	0,00	1.224,04	3.578,20	0,00
Serviços Urbanos	7.420,00	7.420,00	1.224,04	3.578,20	0,00	1.224,04	3.578,20	0,00
Desporto e Lazer	71.000,00	100.000,00	9.651,43	25.128,80	0,02	9.651,43	25.128,80	0,02
Administração Geral	71.000,00	100.000,00	9.651,43	25.128,80	0,02	9.651,43	25.128,80	0,02
Encargos Especiais	189.576,00	771.186,00	535.981,18	568.887,38	0,43	547.458,14	568.887,38	0,51
Serviço da Dívida Interna	189.576,00	771.186,00	535.981,18	568.887,38	0,43	547.458,14	568.887,38	0,51
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>364.420.688,25</b>	<b>39.414.853,59</b>	<b>133.442.915,07</b>	<b>100,00</b>	<b>41.106.736,00</b>	<b>111.483.987,44</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



**Município de SÃO BENTO DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JULHO/2016 A JUNHO/2017**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Maio/2017	Jun/2017	TOTAL (UL. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>21.333.447,56</b>	<b>21.550.891,12</b>	<b>20.876.831,99</b>	<b>20.905.635,22</b>	<b>21.421.338,30</b>	<b>20.502.699,83</b>	<b>22.202.073,20</b>	<b>24.240.873,54</b>	<b>23.230.720,25</b>	<b>28.595.889,51</b>	<b>21.090.355,14</b>	<b>21.669.490,10</b>	<b>276.630.263,76</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.298.982,96	2.683.857,07	2.360.017,52	2.474.133,09	2.593.801,80	3.061.179,21	2.041.508,57	1.900.932,24	2.592.119,86	10.192.302,97	3.000.981,56	2.738.125,09	38.284.020,94
IPI.U.	475.530,27	490.345,74	408.914,14	391.198,57	375.587,53	109.665,57	5.068,96	1.221,09	915.215,03	8.105.980,89	955.436,11	494.785,96	12.599.651,84
IRPJ.F	214.530,77	570.295,69	325.534,24	364.139,23	494.054,42	1.165.676,67	73.799,25	388.595,11	350.164,49	448.609,08	595.444,16	449.109,44	5.440.909,55
I.S.S.	1.019.770,17	1.041.010,88	1.078.271,50	1.097.808,67	1.049.089,57	1.084.635,91	1.017.555,52	931.124,65	1.006.613,02	1.058.613,48	1.214.069,84	1.106.557,90	12.715.021,11
I.T.B.I.	173.939,74	169.298,77	135.981,54	173.203,51	175.832,40	120.014,50	66.364,33	140.898,02	134.694,94	123.101,71	119.495,41	167.602,07	1.700.937,94
Outras Receitas Tributárias	415.212,01	453.043,99	411.316,10	447.983,11	485.237,88	581.394,56	878.727,52	439.123,37	525.432,38	445.997,81	535.516,04	503.088,73	6.128.043,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	801.331,07	917.005,10	923.784,04	912.533,90	940.367,78	1.566.008,84	910.590,20	931.700,16	875.053,59	952.105,80	909.955,06	997.403,59	11.687.843,12
RECEITA PATRIMONIAL	3.695.352,90	3.045.814,59	3.461.632,68	2.245.779,45	889.708,58	4.147.397,75	4.028.261,47	5.115.877,95	3.390.955,60	1.547.244,86	860.771,72	1.925.135,79	34.652.935,04
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.515.098,45	1.757.118,63	1.599.597,66	1.657.195,75	1.689.257,83	1.685.188,25	1.845.180,70	1.406.620,75	2.006.111,98	1.611.954,64	1.882.552,15	1.719.018,22	20.344.865,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.263.395,79	12.737.384,52	12.193.155,13	13.265.482,39	14.595.819,80	18.621.033,70	13.038.196,94	14.597.239,87	13.451.106,79	13.849.754,01	13.978.151,12	13.966.631,51	166.914.331,67
Cota-Parte do FPM	2.489.596,51	2.018.642,69	1.641.559,81	1.992.681,24	3.635.618,89	5.675.227,81	2.902.710,10	3.335.604,30	2.090.587,03	2.918.801,95	2.857.146,07	2.633.476,47	33.492.622,87
Cota-Parte do ICMS	3.928.506,50	3.880.349,42	4.191.725,23	4.336.093,37	4.197.082,45	4.619.216,72	4.559.485,68	4.139.284,61	4.340.800,92	4.504.421,60	4.121.158,19	4.338.464,65	53.645.690,00
Cota-Parte do IPVA	850.794,23	823.728,37	785.959,48	716.575,36	487.991,62	323.519,68	467.199,01	901.699,01	871.802,41	741.747,61	883.336,18	865.483,78	8.433.176,73
Cota-Parte do ITR	36,58	136,69	350,63	33.392,71	1.073,89	147,02	129,69	120,94	265,93	204,19	770,60	415,49	40.230,36
Outras Transferências Correntes	1.789.635,36	2.717.082,84	2.200.267,77	2.265.139,81	2.747.707,24	3.634.008,43	1.542.115,17	2.875.733,04	2.440.548,68	2.281.176,80	2.435.969,26	2.310.578,74	26.343.386,14
Transferências de LC 61/198	52.877,12	53.431,83	58.511,05	61.776,78	64.630,93	68.761,12	59.152,02	65.043,59	50.703,92	61.718,88	57.909,57	59.224,39	712.741,21
Transferências de LC 87/196	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,31	15.982,31	15.982,31	15.982,31	15.982,31	193.267,96
Transferências de FUNDEB	3.135.427,19	3.227.640,38	3.298.662,85	3.759.470,82	3.816.362,28	4.283.800,62	3.691.812,17	3.532.907,47	3.640.405,59	3.725.720,67	3.596.978,94	3.746.026,68	43.453.214,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	355.296,69	419.639,21	355.644,96	328.510,64	355.382,51	431.893,08	340.336,32	318.502,48	575.381,43	442.526,23	425.963,53	383.171,90	4.746.237,98
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.867.491,64</b>	<b>1.928.219,78</b>	<b>1.908.495,32</b>	<b>2.003.098,67</b>	<b>2.284.229,34</b>	<b>3.108.535,97</b>	<b>2.128.719,48</b>	<b>2.245.915,92</b>	<b>2.072.880,43</b>	<b>2.164.595,46</b>	<b>2.187.295,00</b>	<b>2.205.105,12</b>	<b>26.104.414,33</b>
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	572.739,57	599.917,35	593.945,41	570.561,64	603.679,47	1.223.938,89	957.915,78	614.007,18	598.622,56	596.044,30	598.019,67	604.692,74	8.056.678,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	1.294.752,07	1.328.302,43	1.308.549,91	1.432.487,23	1.680.549,87	1.884.708,08	1.170.803,70	1.631.718,74	1.474.237,87	1.568.551,16	1.589.276,33	1.590.412,38	18.395.653,77
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>19.465.955,92</b>	<b>19.622.671,34</b>	<b>18.968.336,67</b>	<b>18.902.536,55</b>	<b>19.137.108,96</b>	<b>26.394.163,86</b>	<b>20.073.353,72</b>	<b>21.995.057,62</b>	<b>21.157.840,85</b>	<b>26.431.294,05</b>	<b>18.903.059,14</b>	<b>19.464.384,98</b>	<b>250.525.849,43</b>

FONTE:

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	73.319.049,00	73.319.049,00	27.469.375,75	28.532.907,23
Recarga de Contribuições dos Segurados	8.055.678,00	8.055.678,00	3.599.392,23	19.018,67
Civil	8.055.678,00	8.055.678,00	3.599.392,23	19.018,67
Ativo	8.004.676,00	8.004.676,00	3.572.327,86	0,00
Inativo	31.945,00	31.945,00	18.194,32	11.234,64
Pensionista	19.057,00	19.057,00	8.870,05	7.784,03
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	11.926.521,56	11.926.521,56	5.953.756,58	4.716.691,62
Civil	11.797.945,56	11.797.945,56	5.339.294,71	4.582.950,20
Ativo	11.797.945,56	11.797.945,56	5.339.294,71	4.582.950,20
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	128.576,00	128.576,00	614.461,87	133.741,42
Recarga Patrimonial	47.132.659,00	47.132.659,00	15.524.317,26	23.465.983,63
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	47.132.659,00	47.132.659,00	15.524.317,26	23.465.983,63
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	5.214.046,44	5.214.046,44	2.299.360,09	0,00
Outras Recargas Correntes	990.144,00	990.144,00	92.549,59	331.213,31
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	919.144,00	919.144,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	71.000,00	71.000,00	92.549,59	331.213,31
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>73.319.049,00</b>	<b>73.319.049,00</b>	<b>27.469.375,75</b>	<b>28.532.907,23</b>

Continua 1/3

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	1.053.000,00	1.053.000,00	32.038,23	1.049.423,16	32.038,23	908.958,72
Despesas Correntes	53.000,00	53.000,00	19.625,23	1.003.259,36	19.625,23	908.783,72
Despesas de Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	12.413,00	46.163,80	12.413,00	175,00
PREVIDÊNCIA (V)	20.229.000,00	20.229.000,00	9.230.851,19	8.138.001,86	9.144.092,06	8.138.001,86
Benefícios - Civil	17.900.000,00	17.920.000,00	8.233.543,09	8.138.001,86	8.233.543,09	8.138.001,86
Aposentadorias	13.000.000,00	13.000.000,00	6.244.427,66	5.879.488,71	6.244.427,66	5.879.488,71
Pensões	2.550.000,00	2.550.000,00	1.176.422,91	1.484.748,28	1.176.422,91	1.484.748,28
Outros Benefícios Previdenciários	2.350.000,00	2.370.000,00	812.692,52	773.764,87	812.692,52	773.764,87
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	2.329.000,00	2.309.000,00	997.308,10	0,00	910.548,97	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	2.329.000,00	2.309.000,00	997.308,10	0,00	910.548,97	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>21.282.000,00</b>	<b>21.282.000,00</b>	<b>9.262.889,42</b>	<b>9.187.425,02</b>	<b>9.176.130,29</b>	<b>9.046.960,58</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>52.037.049,00</b>	<b>52.037.049,00</b>	<b>18.206.486,33</b>	<b>19.345.482,21</b>	<b>18.293.245,46</b>	<b>19.485.946,65</b>
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						52.037.049,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
AORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			14.707,91		4.498,65	
Investimentos e Aplicações			277.695.875,89		246.509.467,70	
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 30 Abr 2017 (B)	Em 30 Jun 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.605.440,60	9.349.783,60	8.687.696,73
DEDUÇÕES (II)	12.009.205,66	29.824.176,15	28.338.682,36
Disponibilidade de Caixa	12.009.029,14	29.818.288,46	28.330.308,10
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.462.599,25	34.426.344,34	32.931.155,67
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	9.453.570,11	4.608.055,88	4.600.847,57
Demais Haveres Financeiros	176,52	5.887,69	8.374,26
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Jun 2017 (VIc - VIa)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-4.783.271,00</b>

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>257.663.705,00</b>	<b>123.332.895,57</b>	<b>115.815.532,83</b>
Receita Tributária	41.500.170,00	22.852.930,73	21.775.421,94
I.P.T.U.	13.276.300,00	10.107.174,77	9.518.314,05
I.S.S.	14.281.480,00	6.344.534,41	6.441.995,52
I.T.B.I.	2.981.750,00	752.126,48	1.314.967,79
I.R.R.F.	4.838.900,00	2.499.585,42	1.725.540,05
Outras Receitas Tributárias	6.121.740,00	3.149.509,65	2.774.604,53
Receita de Contribuição	29.404.246,00	13.789.929,06	13.751.822,29
Receitas Previdenciárias	25.196.246,00	11.852.508,90	4.735.710,29
Outras Contribuições	4.208.000,00	1.937.420,16	9.016.112,00
Receita Patrimonial Líquida	3.279.800,00	71.747,49	56.398,68
Receita Patrimonial	52.593.709,00	16.867.702,69	24.633.118,35
(-) Aplicações Financeiras	49.313.909,00	16.795.955,20	24.576.719,67
Transferências Correntes	152.944.945,00	73.439.070,16	68.224.191,87
F.P.M.	24.055.520,00	12.831.460,88	11.053.146,51
I.P.V.A.	7.468.240,00	3.553.446,53	3.369.860,32
I.C.M.S.	42.916.480,00	20.874.157,10	19.233.830,78
Convênios	112.000,00	0,00	13.371,52
Outras Transferências Correntes	78.392.705,00	36.180.005,65	34.553.982,74
Demais Receitas Correntes	30.534.544,00	13.179.218,13	12.007.698,05
Dívida Ativa	3.799.687,00	1.047.016,98	1.109.908,41
Diversas Receitas Correntes	26.734.857,00	12.132.201,15	10.897.789,64
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>51.117.624,00</b>	<b>1.790.951,77</b>	<b>3.068.259,89</b>
Operações de Crédito (III)	18.000.000,00	48.589,62	2.031.866,98
Amortização de Empréstimos (IV)	590.000,00	189.740,23	197.570,61
Alienação de Ativos (V)	1.243.419,00	99.980,00	82.800,00
Transferências de Capital	30.756.205,00	1.432.342,66	737.525,10
Convênios	10.007.755,00	1.084.969,11	119.854,37
Outras Transferências de Capital	20.748.450,00	347.373,55	617.670,73
Outras Receitas de Capital	528.000,00	20.299,26	18.497,20
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>31.284.205,00</b>	<b>1.452.641,92</b>	<b>756.022,30</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>288.947.910,00</b>	<b>124.785.537,49</b>	<b>116.571.555,13</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>244.517.815,40</b>	<b>124.490.566,79</b>	<b>115.475.714,22</b>	<b>107.530.537,81</b>	<b>99.698.609,91</b>
Pessoal e Encargos Sociais	156.125.446,22	71.532.615,40	64.311.181,71	71.372.746,94	64.310.933,33
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.363.637,00	401.071,85	466.908,57	401.071,85	466.908,57
Outras Despesas Correntes	87.028.732,18	52.556.879,54	50.697.623,94	35.756.719,02	34.920.768,01
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>243.154.178,40</b>	<b>124.089.494,94</b>	<b>115.008.805,65</b>	<b>107.129.465,96</b>	<b>99.231.701,34</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>67.565.823,85</b>	<b>8.952.348,28</b>	<b>17.587.725,83</b>	<b>3.953.449,63</b>	<b>5.845.647,30</b>
Investimentos	62.061.047,85	6.921.727,07	15.179.653,60	1.922.828,42	3.481.512,07
Inversões Financeiras	303.200,00	0,00	46.586,50	0,00	2.649,50
Concessão de Empréstimos (XII)	200.000,00	0,00	46.586,50	0,00	2.649,50
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	103.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	5.201.576,00	2.030.621,21	2.361.485,73	2.030.621,21	2.361.485,73
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>62.164.247,85</b>	<b>6.921.727,07</b>	<b>15.179.653,60</b>	<b>1.922.828,42</b>	<b>3.481.512,07</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>300.000,00</b>	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>52.037.049,00</b>	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>357.655.475,25</b>	<b>131.011.222,01</b>	<b>130.188.459,25</b>	<b>109.052.294,38</b>	<b>102.713.213,41</b>



Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-68.707.565,25</b>	<b>-6.225.684,52</b>	<b>-13.616.904,12</b>	<b>15.733.243,11</b>	<b>13.858.341,72</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	<b>2.139.367,49</b>	-	<b>1.317.363,21</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	2.139.367,49	-	1.317.363,21	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>					<b>VALOR CORRENTE</b>
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>					<b>-62.196.115,00</b>

**Município de SÃO BENTO DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES											R\$ 1,00
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											
RP NÃO PROCESSADOS											

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016					
RESTOS A PAGAR (NTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
EXECUTIVO		-	1.187.471,52	2.029.828,23	4.572.261,91	-	561,28	396,37	396,37	135,38	29,53	4.572.291,44
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	7.788.561,66	1.187.471,52	2.029.828,23	4.572.261,91	0,00	561,28	396,37	396,37	135,38	29,53	4.572.291,44
Fundo Municipal de Saúde	0,00	2.336.773,08	309.560,15	2.027.212,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	2.336.773,08	309.560,15	2.027.212,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	19.683,86	9.435.055,29	2.846.530,87	2.029.878,23	4.578.330,05	827.240,77	3.175.807,76	2.408.293,12	2.385.775,60	118.981,37	1.498.291,56	6.076.621,61

ONTE:

FONTE:

**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	39.582.347,00	39.582.347,00	20.862.220,05	52,71
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	17.004.717,00	17.004.717,00	11.097.194,34	65,26
1.1.1- IPTU	13.276.300,00	13.276.300,00	10.107.174,77	76,13
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	3.728.417,00	3.728.417,00	990.019,57	26,55
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.985.750,00	2.985.750,00	753.654,57	25,24
1.2.1- ITBI	2.981.750,00	2.981.750,00	752.126,48	25,22
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	4.000,00	4.000,00	1.528,09	38,20
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	14.752.980,00	14.752.980,00	6.511.785,72	44,14
1.3.1- ISS	14.281.480,00	14.281.480,00	6.344.534,41	44,42
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	471.500,00	471.500,00	167.251,31	35,47
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.838.900,00	4.838.900,00	2.499.585,42	51,66
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	94.162.100,00	94.162.100,00	47.023.883,43	49,94
2.1- Cota-Parte FPM	30.069.400,00	30.069.400,00	16.039.325,92	53,34
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	30.069.400,00	30.069.400,00	16.039.325,92	53,34
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	53.645.600,00	53.645.600,00	26.092.695,65	48,64
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	225.800,00	225.800,00	95.173,86	42,15
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	844.600,00	844.600,00	352.752,37	41,77
2.5- Cota-Parte ITR	41.400,00	41.400,00	1.936,84	4,68
2.6- Cota-Parte IPVA	9.335.300,00	9.335.300,00	4.441.998,79	47,58
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	133.744.447,00	133.744.447,00	67.886.103,48	50,76
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	32.000,00	32.000,00	4.195,70	13,11
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	6.548.080,00	6.548.080,00	2.909.280,06	44,43
5.1- Transferências do Salário-Educação	4.632.500,00	4.632.500,00	2.340.762,43	50,53
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.181.740,00	1.181.740,00	526.959,20	44,59
5.4- Transferências Diretas - PNATE	61.200,00	61.200,00	12.454,64	20,35
5.5- Outras Transferências do FNDE	530.640,00	530.640,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	142.000,00	142.000,00	29.103,79	20,50
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	255.000,00	255.000,00	9.109,00	3,57
6.1- Transferências de Convênios	255.000,00	255.000,00	9.109,00	3,57
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	468.000,00	468.000,00	398.349,12	85,12
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	7.303.080,00	7.303.080,00	3.320.933,88	45,47

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	18.832.420,00	18.832.420,00	9.405.010,18	49,94
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	6.013.880,00	6.013.880,00	3.207.865,04	53,34
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	10.729.120,00	10.729.120,00	5.218.538,55	48,64
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	45.160,00	45.160,00	19.034,76	42,15
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	168.920,00	168.920,00	70.632,26	41,81
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	8.280,00	8.280,00	387,31	4,68
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.867.060,00	1.867.060,00	888.552,26	47,59
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	43.766.000,00	43.766.000,00	21.994.131,11	50,25
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	43.646.000,00	43.646.000,00	21.933.850,22	50,25
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	120.000,00	120.000,00	60.280,89	50,23
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	24.813.580,00	24.813.580,00	12.528.840,04	50,49

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	31.672.000,00	32.098.823,35	16.812.725,44	52,38	16.812.725,44	52,38
13.1- Com Educação Infantil	10.163.620,00	10.590.443,35	6.959.195,80	65,71	6.959.195,80	65,71
13.2- Com Ensino Fundamental	21.508.380,00	21.508.380,00	9.853.529,64	45,81	9.853.529,64	45,81
14- OUTRAS DESPESAS	12.117.000,00	12.117.000,00	6.924.063,80	57,14	6.924.063,80	57,14
14.1- Com Educação Infantil	5.160.530,00	5.160.530,00	4.152.639,26	80,47	4.152.639,26	80,47
14.2- Com Ensino Fundamental	6.956.470,00	6.956.470,00	2.771.424,54	39,84	2.771.424,54	39,84
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	43.789.000,00	44.215.823,35	23.736.789,24	53,68	23.736.789,24	53,68
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						23.736.789,24
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						76,44
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						31,48
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-7,92
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 2						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	28.754.430,00	29.181.253,35	14.008.737,55	48,01	13.919.949,55	47,70
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	35.262.810,00	35.262.810,00	15.863.055,76	44,99	15.766.934,07	44,71
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	28.464.850,00	28.464.850,00	12.624.954,18	44,35	12.624.954,18	44,35
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.797.960,00	6.797.960,00	3.238.101,58	47,63	3.141.979,89	46,22
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	64.017.240,00	64.444.063,35	29.871.793,31	46,35	29.686.883,62	46,07
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						12.528.840,04
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						60.280,89
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						12.589.120,93
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						17.097.762,69
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						25,19
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.736.500,00	4.736.500,00	3.465.762,97	73,17	2.423.312,82	51,16
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.089.580,00	3.089.580,00	1.491.929,98	48,29	977.000,08	31,62
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	7.826.080,00	7.826.080,00	4.957.692,95	63,35	3.400.312,90	43,45
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	71.843.320,00	72.270.143,35	34.829.486,26	48,19	33.087.196,52	45,78
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.352.958,71	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	22.035.696,93	2.340.762,43
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	22.969.517,93	2.394.107,55
48.1 Orçamento do Exercício	22.813.671,62	2.344.997,92
48.2 Restos a Pagar	155.846,31	49.109,63
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	60.280,89	26.294,24
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	479.418,60	(27.050,88)
51- (+) Ajustes	10.845,82	1.939,00
51.1. Retenções	0,00	1.939,00
51.2. Conciliação bancária	10.845,82	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	490.264,42	28.989,88

SAO BENTO DO SUL, 24/07/2017

MAGNO BOLLMANN  
PREFEITO MUNICIPALROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
SECRETÁRIA DE FINANÇASRICARDO ANTONIO HOMECHEN  
Contador CRC/SC 029937/O-5

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

## CÂMARA MUNICIPAL

### AUDIÊNCIA PÚBLICA SECRETARIA DE FINANÇAS SOBRE LDO DE 2018

E D I T A L

O Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul e o Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.689 de 27 de julho de 1993, COMUNICA que a Secretária Municipal de Finanças, Senhora ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS, apresentará em AUDIÊNCIA PÚBLICA, as propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2018.

Data: 10 de Agosto de 2017

Hora: 09:00 hs

Local: Plenário Câmara de Vereadores

Câmara Municipal de São Bento do Sul, 07 de Agosto de 2017.

Edimar Geraldo Salomon

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Marco Rodrigo Redlich

Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento



**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 39/2017**

Pregão Presencial nº 39/2017

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 39/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 21 de agosto de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Locação de sistema gerador de solução oxidante/desinfetante, para potabilização de água, em substituição ao atual sistema de desinfecção por cloro gás, conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2017**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 35/2017

Contrato Nº: 49/2017

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: INVIOCAR SEGURANÇA DE VEÍCULOS LTDA – ME

Vigência: Início: 07/08/2017 - Término: 07/08/2018

Recursos: Dotação: (74) 3.3.90.39.00.00.00 – Saneamento geral - 2017

Objeto: Contratação de prestação de serviço de locação de equipamentos de coleta dos dados de utilização e condução do veículo por meio de um sistema de telemetria, envio destes dados via GPRS ou 3G, rastreamento dos veículos via sistema GPS, geração de relatórios gerenciais eletrônicos e manutenção dos equipamentos, conforme especificação técnica detalhada, constante no Termo de Referência.

Valores: R\$ 1.767,14 (Hum mil setecentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos) por mês.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 074-2017 - ADM

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 74/2017 ADM

Processo ADM. nº 74/2017 - ADM  
Pregão Presencial nº 74/2017  
Tipo: Menor Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, GRAXAS, ARLA, FLUÍDOS PARA FREIO E RADIADOR E PRODUTOS DE LIMPEZA AUTOMOTIVA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E MÁQUINAS.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até as 08:00 horas – dia 18 de agosto de 2017.  
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas – dia 18 de agosto de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS, 08 de agosto de 2017.  
RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

# São João Batista

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 124/PMSJB/2017 - PP 090/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 124/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/PMSJB/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 124/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 090/PMSJB/2017, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA O ACOMPANHAMENTO DO MOVIMENTO ECONÔMICO, ICMS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 14h15min do dia 29/08/2017. Abertura dos envelopes: 14h30min do dia 29/08/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 206/214, ou pelos e-mails: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br); [licita01@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita01@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita02@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita02@sjbatista.sc.gov.br), no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 08 de agosto de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/FUBE/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/FUBE/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 004/FUBE/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 004/FUBE/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio da Fundação Batistense de Esportes, inscrito sob o CNPJ 07.825.719/0001-00, com sede na Rua Leoberto Leal, nº 545, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL nº 004/FUBE/2017 para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVESTIMENTO MONOLÍTICO EM PISO DE CONCRETO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 14h15min do dia 23/08/2017. Abertura dos envelopes: 14h30min do dia 23/08/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais: 214/206 ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 08 de agosto de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**DECRETO Nº 3176/17****ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA****Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89****Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369****C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC****E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)****DECRETO Nº 3176/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 20.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

**15 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES****15.01 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES**

27.813.0003.1.027 - Construção e Reparos em Equipamentos Esportivos

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 20.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

**15 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES****15.01 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES**

27.813.0003.1.027 - Construção e Reparos em Equipamentos Esportivos

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 20.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 3 de Agosto de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 03/08/2017

---

**Assessoria de Comunicação**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

## **DECRETO Nº 3176/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

### **D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 20.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

#### **15 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES**

##### **15.01 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES**

27.813.0003.1.027 - Construção e Reparos em Equipamentos Esportivos

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 20.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

#### **15 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES**

##### **15.01 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES**

27.813.0003.1.027 - Construção e Reparos em Equipamentos Esportivos

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 20.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 3 de Agosto de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 03/08/2017

---

**Assessoria de Comunicação**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
**Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89**  
**Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369**  
**C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC**  
**E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)**

## **DECRETO Nº 3176/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

### **D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica suplementado no valor de R\$ 20.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

#### **15 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES**

##### **15.01 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES**

27.813.0003.1.027 - Construção e Reparos em Equipamentos Esportivos

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 20.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

#### **15 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES**

##### **15.01 - FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES**

27.813.0003.1.027 - Construção e Reparos em Equipamentos Esportivos

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 20.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 3 de Agosto de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 03/08/2017

---

**Assessoria de Comunicação**



**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO 01**

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Vereadores de São João Batista  
CNPJ 76.357.227/0001-50  
Rua João Vicente Gomes, 37 – Fone (48)3265-1135

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATORIO 02/2017

PREGÃO Nº 01/2017

A Câmara Municipal de Vereadores de São João Batista, torna público que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do Tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei nº8.666/93 e alterações posteriores, objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM TI DE IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE REMOTO E PRESENCIAL, CASO NECESSÁRIO, COM ATUALIZAÇÕES, E COM CESSÃO DE DIREITO DE USO PERMANENTE DO SISTEMA GERENCIADOR PARA CONTROLES DE MICROFONES, IMAGENS, TEMPO DE ORATÓRIA, E GRAVAÇÃO DE SOM, conforme anexo I e II deste edital.

As propostas deverão ser entregues e protocoladas na Secretaria de Administração da Câmara até às 14h45min do dia 22 de agosto de 2017, em dois envelopes "Documentação" e "Proposta Comercial".

A Sessão de Abertura dos envelopes fica marcada para às 15hs do mesmo dia, na Sala das Comissões da Câmara, nesta cidade.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Mural Público instalado no Prédio do Poder Legislativo do Município.

Eventuais esclarecimentos sobre a licitação e seu objeto poderão ser obtidos na Secretaria de Administração da Câmara.

São João Batista, 07 de agosto de 2017.

Rubia Alice Tamanini Duarte

Presidente

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e GL- Metais LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 84/2017

OBJETO: "Aquisição de conectores Anti Racha para a confecção de palanques e cercas a serem utilizados na revitalização do arroio fortaleza."

VALOR: R\$ 1.750,00

PRAZO: 09.08.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 09 de agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

**PP 45/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº62/2017

Pregão Presencial 45/2017 - registro de preço

Objeto: Aquisição de Relógios Ponto Digital Biométrico para a Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, Assistência Social e Educação.

Entrega dos Envelopes e abertura do certame: 21/08/2017 às 13:30horas

O Processo será regido pela lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 08 de agosto de 2017

Departamento de Compras

**PP 46/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº63/2017

Pregão Presencial 46/2017 - registro de preço

Objeto: Aquisição de Combustíveis e Antipoluentes para a frota da Secretarias e Fundos Municipais

Entrega dos Envelopes e abertura do certame: 22/08/2017 às 13:30horas

O Processo será regido pela lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 08 de agosto de 2017

Departamento de Compras

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8519/2017

DECRETO Nº8519/2017

EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo administrativo disciplinar nº 037/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica exonerada, a servidora ANDREA DE BORBA ZUNDT, matrícula nº 16506-9, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com uma carga horária semanal correspondente a 18 horas aulas, com exercício de suas funções junto ao Centro Educacional Municipal Interativo Floresta.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 01/08/2017.

Art.3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

### DECRETO Nº 8529/2017

DECRETO Nº 8529/2017

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 8228/2017 QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso IV do Decreto 8228/2017 de 22 de maio de 2017, que concede função gratificada ao servidor MARCOS VINICIO DE AMORIM, matrícula: 28.166-2.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 8530/2017

DECRETO Nº 8530/2017

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Concede à servidora WANDERLÉA PEREIRA DAMÁSIO MAURÍCIO, matrícula 23.322-6, a função gratificada de Coordenador de Curso, nível FG-CC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8531/2017**

DECRETO Nº 8531/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 8425/2017 QUE ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência em tomar posse do candidato Guilherme Barreto Gomes;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8425/2017 de 04 de julho de 2017, que Admite Servidor em Caráter Temporário, referente à nomeação do candidato GUILHERME BARRETO GOMES, Motorista.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8532/2017**

DECRETO Nº 8532/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados os seguintes servidores admitidos em Caráter Temporário - ACT.

NOME	CARGO	MAT.	LOTAÇÃO	VÍNCULO	DATA SAÍDA
MARCIO ROBERTO DIAS	Técnico em Enfermagem	416240	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	08/07/2017
DIRLEI ZIMMERMANN	Técnico em Enfermagem	416290	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	13/07/2017
ELIANE DE SOUZA DA SILVA	Técnico em Enfermagem	416304	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	13/07/2017
FERNANDA KREMER SILVA	Técnico Enf.da Família	416355	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	14/07/2017
MAICON RIBEIRO	Técnico Saúde Bucal	416363	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	13/07/2017
MIRIAM MATTOS DE LIMA	Técnico Saúde Bucal	416371	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	13/07/2017
KRISNA DAIANE DOS S. SOUSA	Técnico em Enfermagem	416380	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	13/07/2017
GILSON APARECIDO DE SOUZA	Técnico Enf.da Família	416398	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	14/07/2017
ANTONIO MARCOS N.PASSINHO	Terapeuta Ocupacional	416401	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	13/07/2017
JANE MACIEL FERREIRA	Técnico em Enfermagem	416428	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	13/07/2017
MARI SELMA M.P.COELHO	Técnico em Enfermagem	416436	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	13/07/2017
ADRIANA FERREIRA	Técnico em Enfermagem	416452	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	14/07/2017

ELENICE M. ARRUE	Terapeuta Ocupacional	416517	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	14/07/2017
MAYARA PORTELA SAIBRO	Técnico em Enfermagem	416525	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	14/07/2017
GISELE DAMASIO	Técnico em Enfermagem	416550	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	08/07/2017
KAMILA ZOMKOWSKI	Fisioterapeuta	416568	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	16/07/2017
CINTIA TAMYRIS HULLER	Técnico em Enfermagem	416576	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	08/07/2017
MARIA ISABEL CARDOSO	Técnico em Enfermagem	416606	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	03/07/2017
LUANA F. NATTS PASTORINI	Fisioterapeuta	416614	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	16/07/2017
DIOGENES M.HEERDT	Médico da Família	416835	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	16/07/2017
GABRIEL DA SILVA GULARTE	Técnico em Enfermagem	416843	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	07/07/2017
JÉSSICA DOS PASSOS	Técnico Saúde Bucal	416860	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	13/07/2017
JOICE TEREZINHA MEIRA	Técnico em Enfermagem	416886	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	09/07/2017
DOROTI APARECIDA H. SCHERER	Téc. Enf. da Família	416894	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	20/07/2017
SABRINA DOS SANTOS MACIEL	Terapeuta Ocupacional	416916	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	22/07/2017
JAQUELINE G. F. DA SILVA	Técnico em Enfermagem	416924	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	20/07/2017
DEISY MENDES PORTO	Médico	416932	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	17/07/2017
SUEDI ANA DA ROSA	Técnico em Enfermagem	417203	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	20/07/2017

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 8533/2017**

DECRETO Nº 8533/2017

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ÁKYLA DEMARCHE, matrícula: 23251, Guarda Municipal, com lotação na Secretaria de Segurança Defesa Civil e Trânsito.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de agosto de 2017.



Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8534/2017**

DECRETO Nº 8534/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores admitidos em Caráter Temporário - ACT.

NOME	CARGO	MAT.	LOTAÇÃO	VÍNCULO	DATA SAÍDA
GISELLE GERHARDT	Técnico em Enfermagem	416274	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	07/07/2017
ESTER AZEVEDO R. DE ALMEIDA	Técnico em Enfermagem	416266	SECRETARIA DE SAÚDE	ACT	03/07/2017

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8535/2017**

DECRETO Nº 8535/2017

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor ADRIANO DE SOUZA FIRMINO do cargo de Gerente de Unidade Básica de Saúde – CCM-6, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de julho de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8536/2017**

DECRETO Nº 8536/2017

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora INÊS DE SOUZA PHILIPPI, matrícula: 417653, Médica, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29 de junho de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8537/2017**

DECRETO Nº 8537/2017

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora FERNANDA DE MATOS SANCHEZ, matrícula: 227455, Professora de Ensino Superior, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 28 de junho de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8538/2017**

DECRETO Nº 8538/2017

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor ANDREY PORTELA, matrícula: 191647, Professor de Ensino Superior, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 12 de junho de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8539/2017**

DECRETO Nº 8539/2017

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor FÁBIO ALVES SCHNEIDER, matrícula: 4265688, Médico Pediatra, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de agosto de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8542/2017**

DECRETO Nº 8542/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 8365/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência do servidor em tomar posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 8365/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8365/2017, que nomeou o Sr. GUILHERME MARTINS DA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Fiscalização Sanitária, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8543/2017**

DECRETO Nº 8543/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JUSSARA DE MATTOS RABELLO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Fiscalização Sanitária, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8544/2017**

DECRETO Nº 8544/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 8342/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 8342/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8342/2017, que nomeou o Sra. PATRICIA VENTURA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Fazendário, com lotação na Secretaria da Receita.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 8545/2017**

DECRETO Nº 8545/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. PRISCILA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Fazendário, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria da Receita.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 8546/2017**

DECRETO Nº 8546/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 8357/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da servidora em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do Decreto 8357/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8357/2017, que nomeou o Sra. DALILA CASSUNDE DE OLIVEIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem da Família, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 8547/2017**

DECRETO Nº 8547/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público

referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ANA PAULA PEREIRA MOREIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 8548/2017**

DECRETO Nº 8548/2017

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 8486/2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência do servidor em tomar posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 8486/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 8486/2017, que nomeou o Sr. BRUNO DUTRA VIEIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 8549/2017**

DECRETO Nº 8549/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. VANESSA BUDAG para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 8552/2017**

DECRETO Nº 8552/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada MICHELI AMARAL para exercer o cargo de Assessor Técnico Jurídico – CCM-8, com lotação na Secretaria da Casa Civil, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017, ficando exonerada do que atualmente ocupa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2017.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**EDITAL EXTERNO Nº. 009/2017/FUNDESJ**

EDITAL EXTERNO Nº. 009/2017/FUNDESJ

A Superintendente da Fundação Municipal Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e o Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Prof. Dr. Juarez Perfeito, no uso de suas atribuições regimentais, e

CONSIDERANDO que não houve candidatos inscritos para duas disciplinas disponibilizadas no Edital 007/2017/FUNDESJ;

CONSIDERANDO a dificuldade de profissional qualificado e com formação específica na área exigida para as Disciplinas (Graduação em Ciências Contábeis e Pós-graduação na mesma área);

CONSIDERANDO que o início das aulas referentes ao segundo semestre deu-se no dia 31/07/2017, e por disponibilizarmos de pouco tempo hábil para realização do referido Processo Seletivo Simplificado, atribuindo-se ao mesmo o caráter de emergência,

RESOLVEM:

Abrir o Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ensino Superior Substituto, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

São José, 08 de agosto de 2017.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Prof. Dr. Juarez Perfeito

Reitor do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

EDITAL EXTERNO Nº. 009/2017/FUNDESJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, COM VISTA À CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR PRAZO DETERMINADO (SUBSTITUTO) PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, DO USJ.

A Superintendente da Fundação Municipal Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e o Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Prof. Dr. Juarez Perfeito, no uso de suas atribuições regimentais, tornam pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ensino Superior Substituto, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, nos termos das Leis nº 4.955 de 26 de abril de 2010 e nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

0.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital e executado sob a responsabilidade da FUNDESJ – Fundação Municipal Educacional de São José, destinado à contratação de Professores de Ensino Superior Substitutos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demais leis e normas municipais aplicáveis à espécie.

0.2 O edital do Processo Seletivo Simplificado, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, as listas de classificação, os resultados de recursos, convocações e todos os demais atos do Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e no site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br).

0.3 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

0.4 Fica designado como local de atendimento deste Processo Seletivo Simplificado:

Posto de Atendimento ao Candidato:

Local: Sede Administrativa do Centro Universitário Municipal de São José – Setor de Protocolos – Rua Sílvia Maria Fabro, 97. Kobrasol – São José - SC

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 15h00min às 21h00min.

0.5 A interposição de recursos poderá ser feita presencialmente, na sede administrativa do USJ, no endereço e horário previstos no item 1.4, ou ainda por e-mail endereçado a gestaopessoasusj@gmail.com

0.6 Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão, ou a substituição de quaisquer documentos entregues.

## 2. DAS INSCRIÇÕES:

### 2.1. Da Taxa de Inscrição

2.1.1. A taxa de inscrição, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais), deverá ser creditada através de depósito identificado na conta da Fundação Educacional de São José – CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2 (o código identificador é o CPF do candidato).

2.1.2. O candidato que efetuar o pagamento da taxa em cheque, somente terá sua inscrição efetivada após a compensação deste, sem prescindir do cumprimento das demais exigências.

2.1.3. O valor da taxa de inscrição, uma vez pago, não será restituído, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com todo o Processo Seletivo Simplificado.

### 2.2. Dos procedimentos para realizar a inscrição

2.2.1. A inscrição poderá ser feita, presencialmente, na sede administrativa do USJ, no endereço e horário previstos no item 1.4, ou ainda por correspondência via SEDEX endereçado à sede administrativa do USJ, situada à Rua Sílvia Maria Fabro, 97. Kobrasol – São José – SC, CEP: 88.102-130.

2.2.2. Para realizar a inscrição, o(a) candidato(a) deverá:

a) preencher e entregar ou remeter a Ficha de Inscrição (ANEXO I), e

b) apresentar ou remeter a cópia do currículo da Plataforma Lattes, com cópia e original dos comprovantes dos requisitos exigidos no presente edital, e

c) apresentar o comprovante de recolhimento da taxa de inscrição.

2.2.3. O currículo no modelo da Plataforma Lattes, do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPQ – [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br) – deverá estar devidamente comprovado e apostilado, na sequência do formulário Lattes, e acompanhado dos seguintes documentos (frente e verso):

a) Fotocópia da Carteira de Identidade; e

b) Comprovante da titulação exigida: Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente.

2.2.4. A inscrição deverá ser realizada no período compreendido entre 09 de agosto de 2017 até 15 de agosto de 2017.

2.2.5. O horário de atendimento para as inscrições feitas presencialmente na sede administrativa do USJ, localizada no endereço citado no item 2.2.1 deste edital, é das 15h00min às 21h00min.

2.2.6 Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

### 2.3 Da isenção de pagamento da taxa de inscrição

2.3.1. Para os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 4.438/2006 (isenção da taxa de inscrição para doadores de sangue) entregar pessoalmente ou encaminhar via SEDEX à sede do USJ, situada à Rua Sílvia Maria Fabro, 97. Kobrasol – São José – SC, CEP: 88.102-130, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 15h00min às 19h30min até o dia 11 de agosto de 2017 (data de protocolo de entrega no USJ ou data de postagem dos correios), cópia do Requerimento de Inscrição e do documento que comprove sua condição de doador de sangue de acordo com os requisitos exigidos na Lei Municipal nº 4.438/2006.

2.3.2. O documento para comprovação da condição de doador de sangue deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 3 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data de 11 de agosto de 2017.

2.3.3 Os candidatos amparados pela Lei Municipal nº 5.006/2010 (isenção da taxa de inscrição para candidatos desempregados) entregar pessoalmente ou encaminhar via SEDEX à sede do USJ, situada à Rua Sílvia Maria Fabro, 98. Kobrasol – São José – SC, CEP: 88.102-130, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 15h00min às 19h30min até o dia 11 de agosto de 2017 (data de protocolo de entrega no USJ ou data de postagem dos correios), cópia do Requerimento de Inscrição, cópia dos documentos para comprovação desta condição:

a) Apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

b) Declaração firmada de que não é detentor de cargo público;

c) Declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;

d) Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

2.3.4. A relação dos candidatos contemplados com a isenção de pagamento da taxa de inscrição será divulgada no dia 14 de agosto de 2017, pelo site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br) e na sede administrativa do USJ.

2.3.5. O candidato não contemplado com a isenção do pagamento da inscrição, caso seja de seu interesse, poderá proceder conforme o item 2.1.1 deste edital, até o dia 15 de agosto de 2017, último dia previsto para pagamento da inscrição.

2.3.6. O não cumprimento pelo candidato ou pelo seu representante legal de qualquer um dos itens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de sua inscrição.

### 2.4. Da homologação das inscrições

2.4.1. A homologação das inscrições será divulgada até o dia 16 de agosto de 2017, pelo site [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br)

2.4.2. Caso o nome do candidato não conste do relatório das inscrições deferidas, o mesmo deverá encaminhar, até às 23h59min do dia



17 de agosto de 2017, e-mail para o endereço eletrônico gestaopessoasusj@gmail.com, com requerimento solicitando a regularização da inscrição informando, obrigatoriamente, nome completo, número de telefone e endereço eletrônico para contato. O candidato ainda deverá anexar ao requerimento a cópia do Requerimento de Inscrição devidamente autenticado pela Agência Bancária ou cópia da autenticação impressa pelo terminal de autoatendimento, ou ainda cópia da autenticação gerada pelo pagamento via internet, para comprovação do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.3. A FUNDESJ irá verificar a regularidade da inscrição e, se esta for comprovada, procederá à inclusão do candidato, comunicando-lhe via telefone, no dia 18 de agosto de 2017, quando será publicada a homologação final no site da instituição e no Diário Oficial dos Municípios.

### 3. Da prova de títulos:

3.1 A pontuação desta etapa será atribuída conforme critérios constantes na Ficha de Pontuação do Candidato (Anexo II) deste Edital.

3.2 Para fins de pontuação neste Processo Seletivo Simplificado, apenas o Diploma de pós-graduação stricto sensu poderá ser substituído por certidão/declaração de conclusão do curso da respectiva Instituição de Ensino, acompanhada do histórico oficial de disciplinas, com respectivos conceitos, desde que sejam atendidos também os seguintes critérios:

- a) a certidão/declaração ter sido expedido há menos de um ano, a contar da publicação deste Edital;
- b) o documento informar que o candidato defendeu e obteve aprovação de sua dissertação/tese;
- c) o documento informar que o Diploma está em processo de confecção.

3.3 Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

3.4 Os comprovantes de tempo de docência no magistério superior serão validados quando se tratar de:

- a) declaração em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada por autoridade institucional competente (Recursos Humanos), de Instituição de Ensino Superior, discriminando o tempo de serviço e as disciplinas ministradas, por semestre, e/ou;
- b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), seção Contrato de Trabalho, desde que seja possível identificar a empresa empregadora, cargo desempenhado e período de atuação;
- c) não será computado como tempo de docência: estágio docência, professor voluntário, monitoria, tutoria, extensão, bem como docência em qualquer outro nível ou modalidade de ensino;
- d) para o caso de experiência no exterior, os documentos somente serão considerados quando traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

3.5 Os comprovantes de experiência profissional (excluída a docência) na área da disciplina pleiteada, poderão ser:

- a) declaração em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada por autoridade institucional competente (Recursos Humanos), de órgão ou empresa, discriminando a área de atuação e tempo de serviço;
- b) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), seção Contrato de Trabalho, desde que seja possível identificar a empresa empregadora, cargo desempenhado e período de atuação;

b.1 caso não conste do registro a data de saída, este não será considerado, sendo obrigatória a apresentação da declaração mencionada na alínea anterior;

b.2 compete ao candidato comprovar que o cargo desempenhado está relacionado à disciplina, por isso em determinados casos a apresentação da cópia da CTPS não será suficiente, devendo o candidato apresentar a declaração mencionada na alínea anterior;

c) contrato de prestação de serviços, devidamente firmado entre as partes, ou de Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), acrescido de declaração emitida pela organização tomadora de serviços, que informe detalhadamente o período e o serviço realizado;

d) contrato social em que conste claramente a participação do candidato no quadro societário da organização, que deverá necessariamente vir acompanhado de declaração de responsável, em papel timbrado, devidamente carimbada e assinada, em que constem a descrição do serviço e o nível de atuação como profissional;

e) nos casos de advogados autônomos, certidões expedidas pelo Poder Judiciário, não sendo admitidas impressões de páginas da internet que tratam da consulta processual;

f) para o caso de experiência profissional no exterior, os documentos somente serão considerados quando traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

3.6 Na análise desta comprovação, o termo área da disciplina será entendido como a aderência da formação acadêmica e/ou experiência profissional do candidato à ementa da disciplina por este pleiteada, ficando a critério da Comissão constituída aprovar ou não o candidato, respeitando-se o princípio da equidade.

3.7 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Protocolos da sede administrativa do USJ, no horário e endereço citados no item 1.4, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo Simplificado e ficará a disposição do responsável até a data de 30 dias após esta data. Após esse período, o material será incinerado.

### 4. Do resultado final:

4.1 O resultado do presente Processo Seletivo Simplificado dar-se-á por ordem classificatória, conforme pontuação obtida na Prova de Títulos.

4.2 O resultado final será publicado em Edital, no dia 21 de agosto de 2017, no Diário Oficial dos Municípios, e no endereço [www.usj.edu.br](http://www.usj.edu.br), contendo apenas a relação dos classificados, em ordem decrescente da pontuação final.

4.3 Serão considerados, como critérios de desempate para a classificação final dos candidatos, na seguinte ordem:

Primeiro critério - a maior titulação;

Segundo critério - o maior tempo de docência no magistério superior na disciplina;

Terceiro critério - o maior tempo de docência no magistério superior;

Quarto critério - a maior idade.

4.4 Será selecionado apenas o primeiro classificado de cada vaga, exceto se houver indicação de mais de uma vaga para a disciplina no Anexo III do Edital. Em caso de desistência de candidato selecionado, será chamado o seguinte na ordem de classificação, até o preenchimento das vagas.

4.5 O candidato selecionado para mais de uma vaga terá que optar entre disciplinas se constatada incompatibilidade de horários entre as disciplinas.

4.6 Ao declinar de uma disciplina em que tenha sido selecionado, pelas razões indicadas no item anterior ou motivo particular, o candidato



perderá o direito à vaga e o USJ convocará o candidato seguinte na ordem de classificação. Todavia, esse tipo de desistência não impedirá o candidato de participar de processos seletivos futuros.

4.7 A seleção e a classificação dos candidatos será feita por Comissão própria, designada pelo Reitor.

#### 5. Da Homologação e publicação das etapas do processo

5.1. Da Publicação dos Editais da Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas e do Edital do Resultado da Prova de Títulos, cabe pedido de revisão à Banca Examinadora, desde que solicitado presencialmente na sede administrativa do USJ, em endereço e horário previstos no item 1.4 deste edital, ou ainda, encaminhado para o endereço eletrônico gestaopessoasusj@gmail.com, até o dia 22 de agosto de 2017.

5.2. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado, após julgados os possíveis recursos impetrados, será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pelo Reitor do USJ, sendo publicado no dia 23 de agosto de 2017, no Mural da Sede Administrativa da Reitoria, no Diário Oficial dos Municípios, e no site do USJ (www.usj.edu.br), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

#### 6. Cronograma das atividades

Data	Atividades
09/08 a 15/08/2017	Período de Inscrições.
16/08/2017	Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo Simplificado.
17/08/2017	Período de Recursos da homologação das inscrições.
18/08/2017	Divulgação da homologação final de inscritos.
21/08/2017	Resultado da Avaliação da Prova de Títulos
22/08/2017	Data Final para Pedidos de Recursos da Classificação na Prova de Títulos.
23/08/2017	Homologação do Resultado Final do processo seletivo Simplificado.

#### 7. Das Vagas do Processo Seletivo Simplificado:

7.1 A vaga do Processo Seletivo Simplificado está relacionadas no (Anexo III).

7.2 A disciplina e os dias da semana previsto para a vaga poderão ser alterados de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

#### 8. Carga Horária Semanal / Titulação / Remuneração Mensal

8.1 O professor selecionado será remunerado com 05 (cinco) horas semanais, conforme a titulação, a saber: Especialização: R\$ 534,07 / Mestrado: R\$ 626,91 / Doutorado: R\$ 914,41.

#### 9. Da contratação:

9.1.O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos das Leis nº 4.955/2010 e 5.388/2014, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital.

9.2.O(A) candidato(a) selecionado(a) será contratado(a) por tempo determinado, pelo período de até 06 (seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 02(dois) anos.

9.3.O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

9.4.Os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

9.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da homologação do resultado final deste certame. Os candidatos classificados além das vagas previstas poderão ser chamados ou não à critério da Fundação Educacional de São José e Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

9.6.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 08 de agosto de 2017.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann  
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Prof. Dr. Juarez Perfeito  
Reitor do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

#### ANEXO I

#### Formulário de Inscrição

Edital nº 009/2017/FUNDESJ – Processo Seletivo Simplificado Contratação de Professor Substituto Por Tempo Determinado

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
Nome Completo:
Identidade: Órgão Emissor: Uf: Data de Emissão:
Cpf: Data de Nascimento: Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem.

Nacionalidade: Visto Permanente: ( ) Sim ( ) Não

Endereço Residencial (Rua / Av.):

Bairro: CEP: Cidade: UF:

País: DDD: Tel: Cel:

E-mail:

## ÁREA DE INSCRIÇÃO

Código Vaga: ( )

Área de Inscrição: \_\_\_\_\_

São José, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Candidato(a) \_\_\_\_\_

## ANEXO II

## FICHA DE PONTUAÇÃO DO CANDIDATO

Candidato: \_\_\_\_\_

Vaga: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Itens de Análise	Referência	Resultado
1. PÓS-GRADUAÇÃO *poderá pontuar apenas um item de cada categoria.	Máximo: 3,0	
1.1 Doutorado, recomendado pela CAPES/MEC, na área do curso ou da disciplina	3,0	
1.2 Mestrado, recomendado pela CAPES/MEC, na área do curso ou da disciplina	2,0	
1.3 Mestrado ou Doutorado, recomendado pela CAPES/MEC, em área distinta do curso ou disciplina	1,5	
1.4 Especialização na área da disciplina	1,0	
1.5 Especialização em área distinta da disciplina	0,5	
2. TEMPO DE DOCÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR NA DISCIPLINA	Máximo: 2,0	
2.1 0,20 pontos por semestre completo		
2. TEMPO DE DOCÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR EM OUTRAS DISCIPLINAS	Máximo: 3,0	
2.1 0,30 pontos por semestre completo		
3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA NA ÁREA DA DISCIPLINA	Máximo: 2,0	
3.1 0,2 ponto por ano completo		
PONTUAÇÃO TOTAL	10,0	

## ANEXO III

Da Vaga do Processo Seletivo Simplificado

Área 1: Curso de Graduação em Ciências Contábeis

CÓDIGO DE VAGA	DISCIPLINA PREVISTA	CURSO	DIA DA SEMANA E HORÁRIO PREVISTO	EMENTA	ÁREA DE FORMAÇÃO EXIGIDA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
1.1	Contabilidade IV	Ciências Contábeis	Quarta-feira / 18h30min às 22h00min	Ajuste a Valor Presente, Valor Justo, Redução ao Valor Recuperável (Impairment), DFC Demonstração do Fluxo de Caixa – Métodos Direto e Indireto, DVA - Demonstração do Valor Adicionado.	Graduação em Ciências Contábeis e pós-graduação na mesma área.	5 horas
1.2	Contabilidade e Planejamento Tributário I	Ciências Contábeis	Sexta-feira / 18h30min às 22h00min	Fato Gerador dos Impostos e Contribuições administrados pela contabilidade; Regimes cumulativos e Não cumulativos; Obrigações principais e acessórias (níveis municipal, estadual e federal); Aproveitamento de créditos dos Impostos - Contabilização; Contencioso Fiscal.	Graduação em Ciências Contábeis e pós-graduação na mesma área.	5 horas

**EDITAL EXTERNO Nº008/2017/FUNDESJ**

EDITAL EXTERNO Nº 008/2017/FUNDESJ

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS, REFERENTE AO EDITAL Nº 008/2017/FUNDESJ.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ – Profª. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e o Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Prof. Dr. Juarez Perfeito, no uso de suas atribuições regimentais, TORNAM PÚBLICA.

1. A classificação resultante da Prova de Títulos referente ao Processo Seletivo Simplificado constante no Edital nº 008/2017/FUNDESJ, conforme ANEXO ÚNICO.
2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 08 de agosto de 2017.

Profª. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann  
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Prof. Dr. Juarez Perfeito  
Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ  
ANEXO ÚNICO – RESULTADO PONTUAÇÃO PROVA DE TÍTULOS

Área: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DO USJ

DISCIPLINA	CANDIDATO	PONTUAÇÃO FINAL	SITUAÇÃO	ORDEM
Linguagem de Programação II	059.200.549-64	3,4	Classificado	1º
	011.039.999-40	3,2	Classificado	2º
	952.075.469-53	3,0	Classificado	3º

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2017 – Processo nº 378/2017 – Proc. Adm. 5943/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS, COM INSTALAÇÃO E SERVIÇOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO "SISTEMA VITAL DE SEGURANÇA" DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 09 de agosto de 2017 às 18h00min até dia 21 de agosto de 2017, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h31min do dia 21 de agosto de 2017. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2017 – Processo nº 451/2017 – Proc. Adm. 6624/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA E VASILHAMES GLP, PARA ATENDER DIVERSOS ÓRGÃOS PERTENCENTES A PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC.. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 09 de agosto de 2017 às 18h00min até dia 22 de agosto de 2017, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 22 de agosto de 2017. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

**REGIMENTO INTERNO DO I FÓRUM DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (COMDIM) DE SÃO JOSÉ-SC.**

REGIMENTO INTERNO DO I FÓRUM DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (COMDIM) DE SÃO JOSÉ-SC.

Tema: "EDUCAÇÃO, CULTURA E EMPODERAMENTO".

**Capítulo I – Do Fórum**

Artigo 1º. O I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José, convocado pela Excelentíssima Prefeita Municipal e organizado pela Comissão constituída através da Resolução nº 02/2017, constitui espaço de participação social, reunindo atores institucionais, governamentais, civis e sociais que atuam na defesa dos direitos das mulheres.

**Capítulo II – Do Objetivo**

Artigo 2º. O I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José terá por objetivo geral discutir o fortalecimento da Educação, Cultura e Empoderamento da Mulher no Município de São José.

Artigo 3º. Terá por objetivos específicos:

- I – Estimular a Educação como fortalecimento da mulher;
- II – Discutir a Cultura em atuação conjunta com todos os segmentos que tratam das Políticas para as mulheres;
- III – Promover o Empoderamento da Mulher através da Educação e da Cultura.

**Capítulo III – Da Realização**

Artigo 4º. O I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres será realizado no dia 02 de setembro de 2017 das 09:00h às 17:00h, no Centro de Atenção a Terceira Idade – CATI, na av.: Acioni Souza Filho s/nº, Praia Comprida, São José/ SC.

Artigo 5º. O I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José tem abrangência municipal em suas análises, formulações, proposições, relatórios, assim como as moções apresentadas.

Parágrafo único. O I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José debaterá e fará proposições sobre as demandas das mulheres de todos os segmentos sociais do município de São José/ SC.

**Capítulo IV – Da Organização**

Artigo 6º. O I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José será presidido pela Secretária de Assistência Social e, na sua ausência ou impedimento eventual por sua (seu) Representante.

Parágrafo único. A Presidência e a Coordenação do I Fórum

Municipal de Políticas para as Mulheres de São José farão cumprir o regimento interno e a publicação do relatório final.

**Seção I – Da Comissão Organizadora**

Artigo 7º. O I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José será organizado e promovido pela Comissão Organizadora através de suas representantes designadas para este fim.

Artigo 8º. Compete à Comissão Organizadora do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José:

- I – Realizar o planejamento do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José;
- II – Coordenar e promover a realização do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José;
- III – Mobilizar a Sociedade Civil e o Poder Público para a participação no I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José;
- IV – Viabilizar a infraestrutura necessária para a realização do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José;
- V – Produzir o Relatório Final do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José;
- VI – Encaminhar o Relatório Final do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José para o Governo Municipal, que promoverá sua publicação e divulgação;
- VII- Avaliar o I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José.

§ 1º. Cabe a Comissão Organizadora registrar as atividades realizadas no I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José, a partir das propostas encaminhadas pela população, segmentos e/ou instituições submetendo-as à apreciação da plenária;

§ 2º. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social dar suporte técnico e administrativo para a promoção do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José.

Artigo 9º. A Comissão Organizadora poderá realizar antes do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José, encontros, reuniões ou outros eventos com o intuito de sensibilizar e informar a população sobre a importância da participação no I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José.

Artigo 10. A secretaria do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José funcionará na secretaria Executiva dos Conselhos de Direitos, situado na rua: Coronel Américo, nº 25, Barreiros, São José, até o momento da instalação do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José.

**Capítulo V – Da Participação**

Artigo 11. Poderão se inscrever como participantes do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José todas as pessoas interessadas em contribuir para a melhoria da qualidade de vida das Mulheres do Município de São José, entre elas:

- I – Gestores (as) de Políticas para as Mulheres;
- II- Entidades da Sociedade Civil Organizada voltadas às Políticas para as Mulheres;
- III – Representantes de Conselhos Municipais e de gestão em todas as suas diversidades ou um segmento específico (Mulheres urbanas, do campo, das florestas, das águas, negras, quilombolas, indígenas, jovens, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), idosas, com deficiência) e dentre outros.

Artigo 12. O credenciamento das e dos participantes do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José será efetuado no dia 02 de setembro de 2017, a partir 09:00h às 12:00h.

**Capítulo VI – Do Funcionamento**

Artigo 13. O I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José será instalado às 09:00 horas, do dia 02 de setembro de 2017, tendo como programação:

- I - 09:00h às 09:30h – Credenciamento;
- II - 09:30h às 10:30h – Cerimonial de abertura do I Fórum Municipal

de Políticas para as Mulheres de São José com a composição da mesa de Autoridades e apresentação do Hino Nacional e Municipal, a palavra da Prefeita Municipal;

III - 10:30h às 11:00h = Leitura e aprovação do Regimento Interno;

IV - 11:00h às 12:00h = Palestra Magna: "Empoderamento" (Palestrante a confirmar);

V - 12:00h às 13:30h = Intervalo Almoço;

VI - 13:30h às 14:30h = Palestra: "Educação e Cultura" (Palestrante a confirmar);

VII - 14:30h às 15:00h = Performance : Ângela Gonçalves (Fundação de Cultura);

VIII - 15:00h às 15:15h = Café;

IX - 15:15h às 16:30h = Eixos Temáticos: 1º Grupo: "Empoderamento"

2º Grupo: "Educação e Cultura"

X - 16:30h às 17:00h = Apresentação da diretrizes e ações propostas pelos grupos.

XI - 17:00h Eleição do Conselho para gestão 2017/2019 com representatividade do segmento da Sociedade Civil de São José.

## Capítulo VII – Dos Grupos de Trabalho

Artigo 14. O I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José compreenderá trabalhos em grupo e plenária deliberativa.

§ 1º. Os grupos de trabalho serão definidos em 2 (dois) pela Comissão Organizadora considerando a diversificação dos temas.

§ 2º. Cada grupo de trabalho contará com articuladora, definida pela Comissão Organizadora, e relatora, eleita pelo grupo.

§ 3º. Nos trabalhos em grupo serão apresentadas, discutidas e votadas pelas (os) participantes 5 (cinco) propostas e moções.

Artigo 15. A (o) participante escolherá o grupo de trabalho no momento do credenciamento.

§ 1º. A plenária votará nas propostas estabelecidas pelos grupos temáticos apresentadas por suas respectivas relatorias.

§ 2º. Em caso de discordância, retificação ou apresentação de outras propostas, a (o) participante deverá fazê-lo por escrito e entregar à mesa diretora dos trabalhos.

§ 3º. Persistindo a discordância a proponente terá dois minutos para esclarecer sua proposta, e terá também direito a dois minutos a discordante da proposta.

§ 4º. Em regime de votação não serão permitidas questões de ordem.

§ 5º. As votações na Plenária serão feitas com a utilização de cartão: cédula verde para aprovação, vermelho para reprovação e amarelo para abstenção.

Artigo 16. A Plenária será coordenada por uma mesa diretora composta por uma coordenadora e uma relatora, indicadas pela Comissão Organizadora.

## Capítulo VIII – Das Disposições Finais

Artigo 17. As moções deverão ser apresentadas a Mesa Diretora do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José, devidamente assinadas por no mínimo 10% das (os) participantes credenciadas (os), até o início da Plenária Final.

Artigo 18. As moções serão apreciadas pela Plenária Final. Após a leitura de cada moção proceder-se-á a votação, sendo aprovadas as que obtiverem a maioria dos votos das (os) participantes.

Artigo 19. A Comissão Organizadora do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José terá a responsabilidade de consolidar as propostas, encaminhá-las aos Órgãos Municipais pertinentes e ao Conselho Estadual de Políticas para as Mulheres, após publicação no Diário Oficial do Município, juntamente com os nomes das Conselheiras Municipais eleitas.

Artigo 20. Os casos não previstos neste regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora e/ou submetidos à aprovação por

maioria simples de votos da Plenária.

Artigo 21. Serão conferidos certificados aos participantes do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José que tiverem 100% (cem por cento) de presença.

Parágrafo único. Os certificados serão enviados por e-mail e/ou poderão ser retirados na Secretaria Executiva da Casa dos Conselhos, situado à rua: Coronel Américo nº 25, Barreiros, São José, de segunda a sexta feira, das 08:00h às 13:00h, em data a ser posteriormente divulgada no site da Prefeitura Municipal de São José.

Artigo 22. O presente regimento entrará em vigor após aprovação da plenária do I Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres de São José.

São José, 05 de Julho de 2017.

Comissão do I Fórum Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São José.

## RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2017 - Processo nº 281/2017 – Proc. Adm. 4181/2017. Fornecedores: GLOBOSUL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA; LAZERTUR TURISMO E LOCACOES LTDA – ME e CANTUR TURISMO LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN, DESTINADOS AO TRANSPORTE DE ATLETAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ/SC, NAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS. Valor Total: R\$ 319.925,20 – trezentos e dezenove mil, novecentos e vinte e cinco reais e vinte centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 194/2017**

PORTARIA Nº 194/2017

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2015, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 23, III, "a" cumulado com o artigo 74, II, "b", 1, da Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005, considerando a homologação do resultado final do Concurso Público deflagrado pelo Edital n.º 001/2015 para o provimento de cargos vagos existentes no quadro de pessoal da Câmara Municipal de São José, observado os requisitos constantes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 37, bem como na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, em caráter efetivo, o candidato GUILHERME CLASEN GAGLIOTTI, habilitado em concurso público de provas, para o provimento do cargo de Analista de Administração Pública, com lotação na Câmara Municipal de São José.

Art. 2º. A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste ato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, com fulcro na norma contida no texto do artigo 21, § 1º, da Lei Ordinária Municipal nº 2.248, de 20 de março de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de São José e respectivo Estatuto.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 08 de agosto de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 195/2017**

PORTARIA Nº 195/2017

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2015, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 23, III, "a" cumulado com o artigo 74, II, "b", 1, da Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005, considerando a homologação do resultado final do Concurso Público deflagrado pelo Edital n.º 001/2015 para o provimento de cargos vagos existentes no quadro de pessoal da Câmara Municipal de São José, observado os requisitos constantes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 37, bem como na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, em caráter efetivo, a candidata CLAUDIA MARQUES DE ANDRADE, habilitada em concurso público de provas, para o provimento do cargo de Auxiliar de Atividades Administrativas, com lotação na Câmara Municipal de São José.

Art. 2º. A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste ato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, com fulcro na norma contida no texto do artigo 21, § 1º, da Lei Ordinária Municipal nº 2.248, de 20 de março de 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de São José e respectivo Estatuto.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 08 de agosto de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE



# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 117/2017/SF

DECRETO Nº. 117/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMA - SJCEDRO  
"274"3.3.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente  
..... R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMA - SJCEDRO  
"271"3.3.90.46.00.00.1.0000 Auxílio – Alimentação .....  
..... R\$5.000,00  
"273"3.3.93.47.00.00.1.0000 Outras Taxas .....  
..... R\$5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de agosto de 2017.  
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 118/2017/SF

DECRETO Nº. 118/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL  
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"140"3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado  
..... R\$5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), Recursos Fundeb 40% e 60%, Fontes 1.0019 e 1.0018, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL  
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"152"3.3.90.46.00.00.1.0019 Auxílio – Alimentação .....  
..... R\$5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de agosto de 2017.  
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 119/2017/SF

DECRETO Nº. 119/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.092 PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA  
"61"3.3.90.30.00.00.1.0064 Material de Consumo .....  
..... R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Recursos do Programa de Melhoria de Acesso a Qualidade e Atenção Básica, Fonte 1.0064, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.092 PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE

**E ATENÇÃO BÁSICA**

“62”3.3.90.39.00.00.1.0064 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 120/2017/SF**

DECRETO Nº. 120/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$99.696,00 (noventa e nove mil seiscentos e noventa e seis reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

1.051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES

“82”4.4.90.52.00.00.1.0702 Equipamentos e Material Permanente  
..... R\$99.696,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Transferências do de Convênio - Estado, Fonte 1.0702 no valor de R\$99.696,00 (noventa e nove mil seiscentos e noventa e seis reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 121/2017/SF**

DECRETO Nº. 121/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 14.000,00 ( catorze mil reais), destinados ao programa e verba a

seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.057 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS

“81”4.4.90.52.00.00.3.0066 Equipamentos e Material Permanente  
..... R\$14.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), Recursos Vigilância em Saúde, Fonte 3.0066, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.057 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS

“79”3.3.90.39.00.00.3.0066 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$14.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**EDITAL Nº 055/2017**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 055/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, considerando a letra “d”, do Inciso V, do Artigo 73, da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário de expediente da Prefeitura a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

MONITOR SOCIAL

GIOVANE CARLOS JUSTEN

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 DE AGOSTO DE 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 465/2017**

PORTARIA Nº 465/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o Inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com o Inciso II, do Artigo 4º, da Lei Municipal 4.186, de 21 de dezembro de 2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal Claudimir Joel Kleinibing, ocupantes do cargo efetivo de Administrador de Cemitério, Grupo TSG, Matrícula 3116, Adicional de Insalubridade em Grau Médio que fica estabelecido em valor correspondente a 1,74 (um vírgula setenta e quatro) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), conforme laudos elaborados pelos técnicos em saúde e segurança no trabalho do Serviço Social da Indústria – SESI, devido à exposição aos níveis de ruído acima do limite de tolerância e ao emprego de defensivos fosforados e organofosforados na pulverização e aplicação de agrotóxicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 466/2017**

PORTARIA Nº 466/2017.

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, PARA APURAÇÃO DE INOBSERVÂNCIA DE DEVER FUNCIONAL, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 135º da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração de infrações administrativas, previstas nos artigos 102º e 103º, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993 - Estatuto dos Servidores, em face de Cristina Covolo, Agente Operacional de Serviços, matrícula nº 2895.

Art. 2º. Para cumprimento do disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será aquela nomeada Decreto nº 5.735, de 22 de fevereiro de 2016, composta pelos servidores ANA PAULA DA LUZ BIANCHINI, matrícula nº 1887, psicóloga, que a presidirá, FRANCYELY CASAGRANDA, matrícula nº 1850, Fisioterapeuta, MIRIA SALETE LORSCHETER SPIRONELLO, matrícula nº 241, Professor, LUIZ PERONDI, matrícula nº 396, Almoxarife e MAURO WEBER, matrícula nº 1537, Professor, todos servidores efetivos, integrantes do quadro de servidores do município.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá

acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º A Comissão ora constituída, terá 60 (sessenta dias), a partir da data da publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 08 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

**RREO ANEXO 14**

Município de São José do Cedro - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial			0,00
Previsão Atualizada			0,00
Receitas Realizadas			0,00
Déficit Orçamentário			124.700,99
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial			952.897,92
Créditos Adicionais			0,00
Dotação Atualizada			952.897,92
Despesas Empenhadas			182.032,99
Despesas Liquidadas			124.700,99
Despesas pagas			124.700,99
Superávit Orçamentário			0,00
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas			182.032,99
Despesas Liquidadas			124.700,99
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida			0,00
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
<b>Regime Geral de Previdência Social</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)			0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			0,00
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-124.700,99
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
			<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		65,00	7.935,00
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>2017</b>	<b>2025</b>	<b>2035</b>
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores</b>			<b>2050</b>
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC

# **DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Limite Constitucional Anual	
		Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		0,00	15,00
			0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
			0,00
Total das despesas/RCL (%)			0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Arcádio Wartha

Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges

Contadora CRC-SC 036.404/O-7

**RREO ANEXO 14**

Município de São José do Cedro - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		0,00		
Previsão Atualizada		0,00		
Receitas Realizadas		0,00		
Déficit Orçamentário		249.492,54		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		952.897,92		
Créditos Adicionais		0,00		
Dotação Atualizada		952.897,92		
Despesas Empenhadas		301.176,42		
Despesas Liquidadas		249.492,54		
Despesas pagas		249.417,64		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		301.176,42		
Despesas Liquidadas		249.492,54		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		0,00		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-249.492,54	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		65,00	7.935,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2



Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14 R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Arcádio Wartha

Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges

Contadora CRC-SC 036.404/O-7

**RREO ANEXO 14**

Município de São José do Cedro - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial			0,00
Previsão Atualizada			0,00
Receitas Realizadas			0,00
Déficit Orçamentário			370.070,18
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial			952.897,92
Créditos Adicionais			0,00
Dotação Atualizada			952.897,92
Despesas Empenhadas			407.280,40
Despesas Liquidadas			370.070,18
Despesas pagas			370.070,18
Superávit Orçamentário			0,00
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas			407.280,40
Despesas Liquidadas			370.070,18
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida			0,00
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
<b>Regime Geral de Previdência Social</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)			0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			0,00
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-370.070,18
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
			<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		1.020,00	6.980,00
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>2017</b>	<b>2025</b>
		<b>2035</b>	<b>2050</b>
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores</b>			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14 R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Limite Constitucional Anual	
		Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		0,00	15,00
			0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
			0,00
Total das despesas/RCL (%)			0,00

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Arcídio Wartha

Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges

Contadora CRC-SC 036.404/O-7

## RREO ANEXO 2

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	952.897,92	952.897,92	119.143,43	301.176,42	651.721,50	124.791,55	249.492,54	703.405,38
Legislativa	952.897,92	952.897,92	119.143,43	301.176,42	651.721,50	124.791,55	249.492,54	703.405,38
Ação Legislativa	952.897,92	952.897,92	119.143,43	301.176,42	651.721,50	124.791,55	249.492,54	703.405,38
TOTAL (III) = (I + II)	952.897,92	952.897,92	119.143,43	301.176,42	651.721,50	124.791,55	249.492,54	703.405,38

FONTE:

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Alcídio Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## RREO ANEXO 2

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	952.897,92	952.897,92	182.032,99	182.032,99	770.864,93	124.700,99	100,00	828.196,93
Legislativa	952.897,92	952.897,92	182.032,99	182.032,99	770.864,93	124.700,99	100,00	828.196,93
Ação Legislativa	952.897,92	952.897,92	182.032,99	182.032,99	770.864,93	124.700,99	100,00	828.196,93
TOTAL (III) = (I + II)	952.897,92	952.897,92	182.032,99	182.032,99	770.864,93	124.700,99	100,00	828.196,93

FONTE:

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Arcílio Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## RREO ANEXO 2

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	952.897,92	952.897,92	106.103,98	407.280,40	545.617,52	120.577,64	370.070,18	582.827,74
Legislativa	952.897,92	952.897,92	106.103,98	407.280,40	545.617,52	120.577,64	370.070,18	582.827,74
Ação Legislativa	952.897,92	952.897,92	106.103,98	407.280,40	545.617,52	120.577,64	370.070,18	582.827,74
TOTAL (III) = (I + II)	952.897,92	952.897,92	106.103,98	407.280,40	545.617,52	120.577,64	370.070,18	582.827,74

FONTE:

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Alcídio Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



**RREO ANEXO 5**

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 30 Abr 2017 (B)	Em 30 Jun 2017 (C)
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	68.223,62	111.760,49
Disponibilidade de Caixa	0,00	68.223,62	111.698,35
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	68.298,52	111.698,35
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	0,00	74,90	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	62,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Jun 2017 (Vlc - Vla)
<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>		
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	<b>VALOR CORRENTE</b>
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Arcídio Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

**RREO ANEXO 5**

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO  
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Dez 2016 (B)	Em 28 Feb 2017 (C)
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	34.126,53
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	34.126,53
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	34.126,53
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIIc - VIIb)	Jan a Feb 2017 (VIIc - VIIa)
<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>		
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	<b>VALOR CORRENTE</b>
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Arcídio Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

**RREO ANEXO 5**

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 28 Fev 2017 (B)	Em 30 Abr 2017 (C)
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	34.126,53	68.223,62
Disponibilidade de Caixa	0,00	34.126,53	68.223,62
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	34.126,53	68.298,52
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	0,00	0,00	74,90
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Abr 2017 (Vlc - Vla)
<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>		
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	<b>VALOR CORRENTE</b>
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Arcídio Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

**RREO ANEXO 6**

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	944.897,92	406.260,40	381.368,81	369.050,18	360.525,59
Pessoal e Encargos Sociais	729.950,00	320.079,41	312.861,73	320.079,41	312.861,73
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	214.947,92	86.180,99	68.507,08	48.970,77	47.663,86
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	944.897,92	406.260,40	381.368,81	369.050,18	360.525,59
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.000,00	1.020,00	7.850,00	1.020,00	7.850,00
Investimentos	8.000,00	1.020,00	7.850,00	1.020,00	7.850,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	8.000,00	1.020,00	7.850,00	1.020,00	7.850,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	952.897,92	407.280,40	389.218,81	370.070,18	368.375,59

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-952.897,92</b>	<b>-407.280,40</b>	<b>-389.218,81</b>	<b>-370.070,18</b>	<b>-368.375,59</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>					
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00
	-	0,00	-	0,00	0,00
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>					
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>VALOR CORRENTE</b>				
	<b>0,00</b>				

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Alcides Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

**RREO ANEXO 6**

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	944.897,92	301.111,42	277.682,27	249.427,54	246.249,37
Pessoal e Encargos Sociais	729.950,00	219.197,97	212.484,13	219.197,97	212.484,13
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	214.947,92	81.913,45	65.198,14	30.229,57	33.765,24
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	944.897,92	301.111,42	277.682,27	249.427,54	246.249,37
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.000,00	65,00	7.850,00	65,00	5.010,00
Investimentos	8.000,00	65,00	7.850,00	65,00	5.010,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	8.000,00	65,00	7.850,00	65,00	5.010,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	952.897,92	301.176,42	285.532,27	249.492,54	251.259,37



Município de São José do Cedro - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-952.897,92	-301.176,42	-285.532,27	-249.492,54	-251.259,37
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Alcídio Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

**RREO ANEXO 6**

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	944.897,92	181.967,99	135.799,47	124.635,99	123.088,26
Pessoal e Encargos Sociais	729.950,00	108.787,80	110.998,19	108.787,80	110.998,19
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	214.947,92	73.180,19	24.801,28	15.848,19	12.090,07
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	944.897,92	181.967,99	135.799,47	124.635,99	123.088,26
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.000,00	65,00	0,00	65,00	0,00
Investimentos	8.000,00	65,00	0,00	65,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	8.000,00	65,00	0,00	65,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	952.897,92	182.032,99	135.799,47	124.700,99	123.088,26

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-952.897,92</b>	<b>-182.032,99</b>	<b>-135.799,47</b>	<b>-124.700,99</b>	<b>-123.088,26</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		<b>0,00</b>	-	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>					
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>VALOR CORRENTE</b>				
	<b>0,00</b>				

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Alcides Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7





RREO ANEXO 7

Município de São José do Cedro - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS																R\$ 1,00	
		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS						RP NÃO PROCESSADOS	
		Inscritos		Inscritos		Inscritos		Inscritos		Inscritos		Inscritos		Inscritos		Inscritos			
PODER/ÓRGÃO		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)						
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
FONTE:																			

São José do Cedro, 08/08/2017

Claudio Arcadio Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elges  
Contadora CRC-SC 036.4040-7



## RREO ANEXO1

Município de São José do Cedro - SC  
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	370.070,18	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>									
DESPESAS CORRENTES	952.897,92	952.897,92	106.103,98	407.280,40	545.617,52	120.577,64	370.070,18	582.827,74	370.070,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	944.897,92	944.897,92	105.148,98	406.260,40	538.637,52	119.622,64	369.050,18	575.847,74	369.050,18
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	729.950,00	729.950,00	100.881,44	320.079,41	409.870,59	100.881,44	320.079,41	409.870,59	320.079,41
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	214.947,92	214.947,92	4.267,54	86.180,99	128.766,93	18.741,20	48.970,77	165.977,15	48.970,77
	8.000,00	8.000,00	955,00	1.020,00	6.980,00	955,00	1.020,00	6.980,00	1.020,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2017/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>952.897,92</b>	<b>952.897,92</b>	<b>106.103,98</b>	<b>407.280,40</b>	<b>545.617,52</b>	<b>120.577,64</b>	<b>370.070,18</b>	<b>582.827,74</b>	<b>370.070,18</b>
INVESTIMENTOS	8.000,00	8.000,00	955,00	1.020,00	6.980,00	955,00	1.020,00	6.980,00	1.020,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>952.897,92</b>	<b>952.897,92</b>	<b>106.103,98</b>	<b>407.280,40</b>	<b>545.617,52</b>	<b>120.577,64</b>	<b>370.070,18</b>	<b>582.827,74</b>	<b>370.070,18</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>952.897,92</b>	<b>952.897,92</b>	<b>106.103,98</b>	<b>407.280,40</b>	<b>545.617,52</b>	<b>120.577,64</b>	<b>370.070,18</b>	<b>582.827,74</b>	<b>370.070,18</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>952.897,92</b>	<b>952.897,92</b>	<b>106.103,98</b>	<b>407.280,40</b>	<b>—</b>	<b>120.577,64</b>	<b>370.070,18</b>	<b>—</b>	<b>370.070,18</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

FONTE:

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Arcídio Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

## RREO ANEXO1

Município de São José do Cedro - SC  
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	249.492,54	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>									
DESPESAS CORRENTES	952.897,92	952.897,92	119.143,43	301.176,42	651.721,50	124.791,55	249.492,54	703.405,38	249.417,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	944.897,92	944.897,92	119.143,43	301.111,42	643.786,50	124.791,55	249.427,54	695.470,38	249.352,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	729.950,00	729.950,00	110.410,17	219.197,97	510.752,03	110.410,17	219.197,97	510.752,03	219.197,97
	214.947,92	214.947,92	8.733,26	81.913,45	133.034,47	14.381,38	30.229,57	184.718,35	30.154,67
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>8.000,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>65,00</b>	<b>7.935,00</b>	<b>0,00</b>	<b>65,00</b>	<b>7.935,00</b>	<b>65,00</b>

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>952.897,92</b>	<b>952.897,92</b>	<b>119.143,43</b>	<b>301.176,42</b>	<b>651.721,50</b>	<b>124.791,55</b>	<b>249.492,54</b>	<b>703.405,38</b>	<b>249.417,64</b>
INVESTIMENTOS	8.000,00	8.000,00	0,00	65,00	7.935,00	0,00	65,00	7.935,00	65,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>952.897,92</b>	<b>952.897,92</b>	<b>119.143,43</b>	<b>301.176,42</b>	<b>651.721,50</b>	<b>124.791,55</b>	<b>249.492,54</b>	<b>703.405,38</b>	<b>249.417,64</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>952.897,92</b>	<b>952.897,92</b>	<b>119.143,43</b>	<b>301.176,42</b>	<b>651.721,50</b>	<b>124.791,55</b>	<b>249.492,54</b>	<b>703.405,38</b>	<b>249.417,64</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>952.897,92</b>	<b>952.897,92</b>	<b>119.143,43</b>	<b>301.176,42</b>	<b>—</b>	<b>124.791,55</b>	<b>249.492,54</b>	<b>—</b>	<b>249.417,64</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

FONTE:

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Arcádio Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

## RREO ANEXO1

Município de São José do Cedro - SC  
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>						
	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>124.700,99</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>									
DESPESAS CORRENTES	952.897,92	952.897,92	182.032,99	182.032,99	770.864,93	124.700,99	124.700,99	828.196,93	124.700,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	944.897,92	944.897,92	181.967,99	181.967,99	762.929,93	124.635,99	124.635,99	820.261,93	124.635,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	729.950,00	729.950,00	108.787,80	108.787,80	621.162,20	108.787,80	108.787,80	621.162,20	108.787,80
DESPESAS DE CAPITAL	214.947,92	214.947,92	73.180,19	73.180,19	141.767,73	15.848,19	15.848,19	199.099,73	15.848,19
INVESTIMENTOS	8.000,00	8.000,00	65,00	65,00	7.935,00	65,00	65,00	7.935,00	65,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00	8.000,00	65,00	65,00	7.935,00	65,00	65,00	7.935,00	65,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>952.897,92</b>	<b>952.897,92</b>	<b>182.032,99</b>	<b>182.032,99</b>	<b>770.864,93</b>	<b>124.700,99</b>	<b>124.700,99</b>	<b>828.196,93</b>	<b>124.700,99</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)</b>	<b>952.897,92</b>	<b>952.897,92</b>	<b>182.032,99</b>	<b>182.032,99</b>	<b>770.864,93</b>	<b>124.700,99</b>	<b>124.700,99</b>	<b>828.196,93</b>	<b>124.700,99</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>952.897,92</b>	<b>952.897,92</b>	<b>182.032,99</b>	<b>182.032,99</b>	—	<b>124.700,99</b>	<b>124.700,99</b>	—	<b>124.700,99</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	—	—	<b>0,00</b>	—	—	<b>0,00</b>	—

FONTE:

São José do Cedro, 08/08/2017

Cláudio Arcádio Wartha  
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elges  
Contadora CRC-SC 036.404/O-7



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2017 - PR Nº 091/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 21/08/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE JORNAIS EDUCATIVOS E CADERNOS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 07 de Agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### REGULAMENTO DO V SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL - ICSL

#### REGULAMENTO DO V SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL

#### 1. ORGANIZAÇÃO

1.1. O V São Lourenço Rock Festival (SLRF) será promovido e organizado pelo Instituto Cultural de São Lourenço (ICSL) nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2017, concomitantemente ao IX Motobruzo e o I Encontro de Carros Antigos, no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, localizado na Via Parque, s/nº, Bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC.

1.2. O V São Lourenço Rock Festival tem como objetivo oportunizar às bandas lourencianas e regionais espaço para apresentação artística, incentivando e divulgando os trabalhos de musicistas regionais, de modo a:

- a) Promover e desenvolver a cultura regional;
- b) Incentivar a cena regional do gênero Rock and Roll, desmarginalizando o estilo;
- c) Integrar bandas, musicistas regionais;
- d) Oportunizar e diversificar eventos públicos na área musical.

#### 2. ORÇAMENTO PARA AS SELEÇÕES

2.1. O Instituto Cultural de São Lourenço estará disponibilizando a premiação total de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), a ser distribuída para as bandas que se apresentarão durante o 5º SLRF;

2.2. O valor pago a cada apresentação será distribuído de acordo com o número de integrantes para as apresentações selecionadas, ficando estabelecido em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para cada músico integrante do projeto.

#### 3. INSCRIÇÕES

3.1. Para inscrever-se é preciso preencher as fichas constantes nos Anexos I, II e III, deste Regulamento e entregá-la na sede do Instituto Cultural de São Lourenço, com reconhecimento de firma da mesma.

3.2. As fichas podem ser entregues pessoalmente na sede do ICSL, via e-mail, ou via correios no período de 14 a 18 de agosto 2017, na sede do ICSL.

3.2.1. Para as inscrições efetuadas via e-mail, é necessário que o proponente assine e digitalize as fichas (Anexo I,II e III), enviando-as ao endereço [icsl@saolourenco.sc.gov.br](mailto:icsl@saolourenco.sc.gov.br). As vias originais deverão ser apresentadas no dia do evento.

3.2.2. As inscrições efetuadas via correspondência deverão ser entregues no endereço do Instituto Cultural de São Lourenço (descrito abaixo), até o prazo limite de 18 de agosto de 2017, às 17h30min:

Instituto Cultural de São Lourenço  
Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira  
Pavimento Inferior  
Via Parque, s/nº, Bairro Cruzeiro  
São Lourenço do Oeste/SC  
CEP:89990-000

3.3. Poderão se inscrever artistas "solo", Bandas de Rock e subgêneros que preencherem os seguintes requisitos:

- a) Repertório condizente com o objetivo do evento;
- b) Os integrantes menores de 18 (dezoito) anos deverão apresentar autorização assinada por um responsável legal, com reconhecimento de firma, a fim de permitir a participação junto ao SLRF;
- c) Caso todos os membros da apresentação forem menores de idade até a data da inscrição, deverá ser apresentado o responsável legal de um dos integrantes da apresentação para recebimento do prêmio, o qual será tratado como proponente e responsável pela apresentação;
- d) As apresentações deverão possuir duração mínima de uma hora e máxima de duas horas, comprovadas com repertório (conforme Anexo II), constando a duração aproximada das músicas ou versões que serão executadas pela banda no evento.

#### 4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

4.1. Os interessados deverão preencher obrigatoriamente a ficha de inscrição (Anexos I, II e III), da seguinte forma:

- a) 01 (um) responsável pela apresentação preencherá a Ficha de Inscrição constando todos os dados solicitados, cópia de RG e CPF, dados de conta bancária de sua titularidade - para depósito do valor da premiação - e comprovante de endereço datado de até 03 (três) meses anteriores ao início do prazo de inscrição;
- b) Apresentação de descritivo de rider técnico das necessidades técnicas para execução do show;
- c) Indicação nominal com dados do RG e CPF e função de todos os participantes da apresentação;
- d) Repertório (conforme Anexo II) a ser executado no dia do evento, podendo ser autoral, cover ou misto, constando a duração aproximada da apresentação.

4.2. O proponente poderá inserir documentações adicionais, tais como logo ou material gráfico, matérias em sites, revistas, jornais ou outros meios de comunicação, ou demais informações que julgue pertinentes.

#### 5. DA SELEÇÃO

5.1. Serão selecionadas até 05 (cinco) apresentações de músicos "solo", sendo resguardado o direito de 03 (três) apresentações a musicistas lourencianos.

5.2. Será selecionado 01 (um) DJ, sendo resguardado o direito à apresentação para um lourenciano.

5.3. Serão permitidos até 08 (oito) bandas ou grupos, sendo resguardo o direito de 04 (quatro) bandas ou grupos lourencianos.

5.3.1. Considerar-se-á grupo ou banda lourenciana as formações que assim se declararem e possuam no mínimo 2/3 (dois terços) de seu quadro de músicos com residência no município de São Lourenço do Oeste/SC.

5.3.2. Considerar-se-á como residência os critérios definidos para domicílio no Código Civil, conforme artigos 70 a 78.

5.4. Em caso de não preenchimento das vagas de que tratam os itens 5.1, 5.2 e 5.3 por apresentações lourencianas, as mesmas serão destinadas à apresentações regionais, de acordo com a análise do ICSL.

#### 6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

6.1. A seleção das apresentações será realizada pela Comissão Central Organizadora, tendo como base:

- a) Avaliação dos documentos solicitados como anexos, análise de repertório e de histórico de apresentação, grupo ou banda;
- b) Preenchimento de todos os dados da ficha de inscrição e anexos, considerando a entrega dos documentos no prazo citado;
- c) Reconhecimento regional da apresentação, sendo aceitos para fins de comprovação, contratos com entes públicos, premiações ou menções de reconhecimento em nome do artista solo, da banda ou do líder da banda;
- d) Apresentação de Repertório Autoral;
- e) Apresentação de Repertório Cover;
- f) Tempo de atuação do artista solo ou da banda, sendo aceita declaração prestada pela banda ou recortes de jornais, matérias, contratos, e demais itens que possam servir como prova de atuação.

#### 7. DAS APRESENTAÇÕES

7.1. O horário de cada uma das apresentações será definido pela Comissão Central Organizadora do V São Lourenço Rock Festival de acordo com a programação conjunta dos 03 (três) eventos que acontecem concomitantemente.

7.1.1. A lista de divulgação do horário de cada apresentação estará disponível no site do Instituto Cultural de São Lourenço (<http://icsl.saolourenco.sc.gov.br/>), no prazo de 04 (quatro) dias úteis após o encerramento das inscrições.

7.2. Os inscritos selecionados deverão confirmar a respectiva participação, em até 03 (três) dias úteis, após a divulgação dos selecionados, sendo que o descumprimento deste prazo poderá acarretar a exclusão do artista, grupo ou banda do quadro de apresentações.

7.3. Será disponibilizado P.A. de sonorização e sistema de iluminação de palco compatível com o espaço de realização do evento.

7.3.1. A passagem de som será realizada antes do início de cada uma das apresentações.

7.4. Para monitoração e back stage estará disponível durante o evento:

- a) Bateria: contendo 01 caixa, 02 tons, 01 surdo, 01 máquina de chimbal, 01 pedal, 01 banco, 02 pedestais para pratos, exceto pratos;
- b) Um cubo de guitarra, transistorizado, 100W;
- c) Um cubo para contrabaixo 1x15";
- d) Side L/R;
- e) Sistema de monitores em 5 pontos;
- f) Pontos de energia 110/220Volts;
- g) Técnico de iluminação e técnico de som.

7.5. Quaisquer outros equipamentos necessários, ou equipe técnica, serão de inteira responsabilidade do musicista, grupo ou banda.

#### 8. PREMIAÇÃO

8.1. Cada musicista poderá estar inscrito e sujeito a recebimento do prêmio de participação por até 02 (duas) apresentações. Ultrapassado esse limite, será desconsiderado o pagamento ao musicista.

8.2. Somente receberão a premiação de participação os músicos citados na ficha de inscrição de cada uma das apresentações, salvo em caso de trocas justificadas e anunciadas antecipadamente à Comissão Central Organizadora, desde que não alterem o número de integrantes do grupo ou banda.

8.3. As apresentações serão acompanhadas por um responsável da Comissão Central Organizadora, e em caso de divergência no número de inscritos com relação aos músicos que farão a apresentação, o responsável pela inscrição não receberá a premiação, podendo ainda ficar impedido de se apresentar, bem como responder legalmente pela declaração falsa prestada.

8.4. Participações especiais não serão premiadas ou remuneradas.

#### 9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O artista solo, grupo ou banda que, em qualquer hipótese, perturbar a ordem do festival será impedido de subir ao palco e consequentemente receber sua premiação.

9.2. O artista solo, grupo ou banda que realizar a inscrição, automaticamente autoriza o uso do nome, da imagem pessoal e de sua

interpretação, por qualquer meio de divulgação utilizado pelo ICSL e/ou pelo Município, durante e após a realização do evento, ainda que não relacionadas ao SLRF.

9.3. Ao efetuar a inscrição, o artista solo, grupo ou banda declara o conhecimento e aceitação deste Regulamento.

9.4. Todos os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pela CCO.

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de agosto de 2017.

Rennã Higor Fedrigo

Presidente do ICSL

Regulamento do V São Lourenço Rock Festival

Anexo I - Dados da Apresentação

Nome do artista, grupo ou banda: \_\_\_\_\_

Dados do responsável

Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Dados Bancários/Entidade: \_\_\_\_\_ Ag: \_\_\_\_\_ Op: \_\_\_\_\_ Conta: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Dados dos integrantes

1) Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

2) Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

3) Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

4) Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

5) Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

6) Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Regulamento do V São Lourenço Rock Festival

Anexo II - Modelo de Repertório

Nome do artista, grupo ou banda:

Listar todas as músicas a serem executadas no formato abaixo:

Ordem	Nome da Música	Artista	Duração
01	A vida é um festival	Banda ICSL	05 Minutos
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			

09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

## Regulamento do V São Lourenço Rock Festival

### Anexo III - Histórico da banda

Descritivo com as principais ações, bem como tempo de atuação, formação musical dos integrantes e principais apresentações. Poderão ser entregues juntamente com o histórico quaisquer materiais que comprovem a atuação e representatividade da apresentação artística.

[illegible]

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### MINUTA 09/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2017 - FMS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "Menor preço Global", para contratação de empresa especializada para realização de Teste/Processo Seletivo para preenchimento de 05 (cinco) vagas, temporárias, de Agente Comunitário de Saúde, no município de São Miguel da Boa Vista/SC e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 22/08/2017. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações. São Miguel da Boa Vista (SC), 08 de Agosto de 2017. VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 18/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2017 – PR 25/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO 38/2017 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT, IMPRESSORAS, FRAGMENTADORA E CENTRAL TELEFONICA DESTINADOS PARA O CRAS, CREAS, IGD/BOLSA FAMILIA, ABRIGO INSTITUCIONAL CANTINHO ACOLHEDOR, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME, vencedora dos itens 2 no valor de R\$ 3.760,00 (três mil e setecentos e sessenta reais).

ELIS MARIA REIS MEI, vencedora dos itens 5 no valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais).

CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME, vencedora dos itens 1 no valor de R\$ 11.420,00 (onze mil e quatrocentos e vinte reais)

TOTAL: R\$ 19.280,00 (dezenove mil e duzentos e oitenta reais).

ASSINATURA: 08/08/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 169/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de prestação de serviços através de horas maquina escavadeira hidráulica com equipamento rompedor, para atender incentivos econômicos nos setores da Indústria, Comércio e Prestadores de Serviço no Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 28 de agosto de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 08 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 170/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados aos alunos da Educação Fundamental, Educação Infantil e creches (PNAE/PNAC) das Unidades da Rede Municipal de Ensino, para o período de 04 meses, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 29 de agosto de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 08 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

### REVOGAR EDITAL

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 147/2017

Edital Pregão Presencial nº 102/2017

O Senhor Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando o Memorando que não houve participante no processo licitatório, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 07 de agosto de 2017.

Alfredo Spier

Secretário Municipal de Administração



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 33.2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 35.2017- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: A aquisição parcelada e estimada de Calcário Dolomítico seco á granel, para atender as necessidades do Município de São Pedro de Alcântara.

DATA DE ABERTURA: 23/08/2017 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 08/08/2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 35.2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 35.2017- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: A aquisição parcelada e estimada de Calcário Dolomítico seco á granel, para atender as necessidades do Município de São Pedro de Alcântara.

DATA DE ABERTURA: 23/08/2017 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 08/08/2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 38.2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 38.2017- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: A impressão de Materiais Gráficos para divulgação da 15ª Oktobertanz, conforme referencia no anexo deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 22/08/2017 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 08/08/2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 39.2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 39.2017- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: A aquisição parcelada e estimada de material de limpeza - álcool 92,8% para o Município de São Pedro de Alcântara e para o Fundo Municipal de Saúde deste Município, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 25/08/2017 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 08/08/2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

### EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 36.2017

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.202

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 36/2017 (art. 25, caput e inciso III, da Lei n.º 8.666/1993)

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 torna público que realizará contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal e por este EDITAL, em conformidade com as condições que seguem:

1- Nos termos do art. 25, caput e inciso III, da Lei n.º 8.666/1993, inexigível é a licitação para contratação da Banda MILÊNIO – Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode para a 15ª Oktober-tanz, a se realizar nos dias 23 e 24 de setembro neste Município de São Pedro de Alcântara/SC.

2- Os serviços serão prestados nos dias 23 e 24 de setembro, com a apresentação da Banda no pavilhão central da festa.

3- O valor total será de R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais).

4- Para atendimento ao preceito do art. 26 da Lei n.º 8.666/1993, expõe-se o que segue:

4.1- Para a assinatura do contrato, a Banda contratada deverá apresentar, além de cópia de seu contrato social, prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Federal e Municipal de seu domicílio e CND FGTS.

5- O recurso para pagamento da Banda contratada advém da dotação n.º

6- No mais, a presente contratação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2017 – SANEAMENTO

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2017 – SANEAMENTO

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2017-SANEAMENTO - TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Consultoria Técnica em Saneamento para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VII – TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de agosto de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de agosto de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 09 de agosto de 2017.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2015 – GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2015 – GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. VICTOR HUGO GRAFFUNDER DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº. 100.269.619-46, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2015 – GAB/PMS, para o cargo de TÉCNICO EM QUÍMICA, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de agosto de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 08 de agosto de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Valvenir Doge

Diretor de Saneamento

### DECRETO Nº 4.196/2017 DE 7 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 4.196/2017 de 7 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.0064 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 8.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0064 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 8.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 07 de agosto de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **DECRETO Nº 4.197/2017 DE 7 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 4.197/2017 de 7 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 0154 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 2.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 07 de agosto de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 7.165/2017, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº. 7.165/2017, de 04 de agosto de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora Katia Antonia Orso, para exercer a função de Coordenadora do CREAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de agosto de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 58/2017-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 58/2017 - PR**Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 125/2017  
Data do Processo: 04/07/2017

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais para uso do Corpo de Bombeiros Militar, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 5 / 2017**

**Motivo:** Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 8 de Agosto de 2017

---

**OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL**

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 58/2017-PMS (SEQUÊNCIA 02)**

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09  RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 58/2017 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: 125/2017  Processo de Licitação: 04/07/2017  Data do Processo:</p>
	<p>Folha: 1/1</p>

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**  
**Número da ATA: 115/2017 (Sequência: 2)**

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais para uso do Corpo de Bombeiros Militar, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 8 de Agosto de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Ana Paula Kreis	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Eloir José Wendt	- ..... - Equipe de Apoio

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 26/2017-FMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2017

Número do Registro de Preços: 18/2017		Data do Registro: 08/08/2017		Válido até: 08/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de compressor odontológico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, de					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Compressor odontológico, capacidade mínima do reservatório 60litros. Potência 2,0 HP. Isento de óleo, contendo filtro de ar com regulador de pressão. Alimentação 220v.	UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (68832)	CHIAPERINI	0	3.550,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 18/2017		Data do Registro: 08/08/2017		Válido até: 08/08/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de compressor odontológico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, de							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP (13022)	AIRMED	0	3.600.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2017

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 18/2017		Data do Registro: 08/08/2017		Válido até: 08/08/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de compressor odontológico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, de							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017

PROCESSO Nº 44/2017

(6852) - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD

(13022) - DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP

Schroeder, 8 de Agosto de 2017.

# Seara

## PREFEITURA

### EXTRATO DOS CONTRATOS DO MÊS DE JULHO DE 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Extrato dos Contratos do mês de Julho de 2017.

Contrato n.º 114/2017 - Pregão Presencial nº 045/2017

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Mapfre Seguros Gerais S/A, CNPJ nº. 61.074.175/0001-38 - Contratada. OBJETO: Contratação de apólices de seguro para veículos da frota do Município. PRAZO: 12 meses. VALOR: R\$ 8.999,97. DATA DO CONTRATO: 03/07/2017.

Contrato nº. 115/2017 – Termo de Aditamento n.º 001/2017 ao Contrato nº. 107/2017 -Pregão Presencial nº 037/2017

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Tormex Usinagem de Precisão Ltda - EPP, CNPJ nº.85.151.173/0001-63 - Contratada. OBJETO: Cancelamento do item 02 do contrato nº. 107/2017. DATA DO CONTRATO: 07/07/2017.

Contrato n.º 116/2017 - Pregão Presencial nº 037/2017

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Maravimáquinas Comércio de Peças e Serviços Ltda - ME CNPJ nº 01.704.079/0001-02. OBJETO: Aquisição de peças de primeira linha para recuperação em geral do rolo compactador, marca JCB, modelo VM 115, da Secretaria Municipal do Interior. PRAZO: 03 dias. VALOR: R\$ 6.398,00. DATA DO CONTRATO: 07/07/2017.

Contrato n.º 117/2017 - Dispensa de Licitação nº. 019/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Comércio de Peças Pierozan Eireli - EPP, CNPJ n.º 25.059.083/0001-15 - Contratada. OBJETO: Aquisição de peças para conserto da retroescavadeira New Holland, frota 22. PRAZO: 02 dias. VALOR: R\$ 6.249,69. DATA DO CONTRATO: 13/07/2017.

Contrato n.º 118/2017 - Termo de Rescisão Amigável ao Contrato nº. 058/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Neon Vigilância e Segurança Eireli-ME, CNPJ n.º 16.962.928/0001-97 - Contratada. OBJETO: Rescisão amigável do contrato nº. 058/2017. DATA DO CONTRATO: 14/17/2017.

Contrato n.º 119/2017 - Termo de Retificação nº. 001/2017 ao Contrato Administrativo nº. 095/2017 - Dispensa de Licitação n.º 015/2017.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e as Sras. Andréia Tonello Bedin, CPF nº. 025.464.649- 22, e Fabiane Tonello Garbin, CPF nº. 046.013.289-00, - Locadoras. OBJETO: Retificação do valor da locação mensal do imóvel descrito e caracterizado no objeto da presente licitação. VALOR: R\$ 823,73/mês. DATA DO CONTRATO: 17/07/2017.

Contrato n.º 120/2017 - Dispensa de Licitação nº. 020/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Mecânica Biffi Ltda – ME, CNPJ n.º 80.720.865/0001-61 - Contratada. OBJETO: Confecção de mangueiras hidráulicas e serviços de recuperação de peças da retroescavadeira, New Holland, frota 22. PRAZO: 05 dias. VALOR: R\$ 2.800,00. DATA DO CONTRATO: 17/07/2017.

Contrato n.º 121/2017 - Dispensa de Licitação nº. 021/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Jairo Luis Cavalli & Cia Ltda – EPP, CNPJ n.º 82.697.988/0001-54

- Contratada. OBJETO: Aquisição de peças e serviços de mão de obra para conserto de ensiladeira, patrimônio 0280. PRAZO: 05 dias. VALOR: R\$ 6.026,72. DATA DO CONTRATO: 18/07/2017.

Contrato n.º 122/2017 - Dispensa de Licitação nº. 022/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Sergio Augusto Basse - ME, CNPJ nº. 02.630.482/0001-99- Contratada. OBJETO: Aquisição de peças/óleos e serviços de mão de obra para conserto de caminhão do Corpo de Bombeiros Militar, placas MDE-8450. PRAZO: 05 dias. VALOR: R\$ 7.782,00. DATA DO CONTRATO: 19/07/2017.

Contrato n.º 123/2017 - Dispensa de Licitação nº. 023/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Salvador Davide Muller 48478270906, CNPJ n.º 17.803.873/0001-35 - Contratada. OBJETO: prestação de serviços de mão de obra, para construção de muro de contenção do centro de idosos do bairro São João. PRAZO: 30 dias. VALOR: R\$ 2.935,00. DATA DO CONTRATO: 24/07/2017.

Contrato n.º 124/2017 - Dispensa de Licitação nº. 024/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Salvador Davide Muller 48478270906, CNPJ n.º 17.803.873/0001-35 - Contratada. OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra, para construção de muro de contenção na rua Sete de Setembro. PRAZO: 30 dias. VALOR: R\$ 2.320,00. DATA DO CONTRATO: 24/07/2017.

Contrato n.º 125/2017 - Dispensa de Licitação nº. 025/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Maroso Geoambiental Ltda – ME, CNPJ nº 23.088.390/0001-07- Contratada. OBJETO: Execução de talude de contenção na lateral do Centro Educacional Esportivo Carecão. PRAZO: 30 dias. VALOR: R\$ 10.775,76. DATA DO CONTRATO: 31/07/2017.

### FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA – FCS

Contrato n.º 003/2017-FCS - Pregão Presencial nº. 001/2017 –FCS.

PARTES: A Fundação Cultural de Seara – Contratante, e a empresa Geliane R. W. Sonza EPP, CNPJ n.º 12.279.781/0001-84 - Contratada. OBJETO: Aquisição de livros de literatura de diversos títulos, autores e editoras, comercializados no mercado nacional, para incorporação ao acervo bibliográfico da biblioteca pública municipal Carlos Armando Paludo. PRAZO: 60 dias. VALOR: R\$ 7.515,54. DATA DO CONTRATO: 28/07/2017.

### FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS

Contrato n.º 026/2017-FMS - Termo de Aditamento n.º 001/2017 ao Contrato nº 003/2014 –FMS – Inexigibilidade de Licitação nº. 005/2014–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Roque de Seara, CNPJ n.º 83.506.030/0006-06 - Contratada. OBJETO: Alteração da forma de realização de prestação dos serviços contratados na cláusula 2ª, item b, do contrato nº. 003/2014-FMS, que passa a ser praticado na forma “plantão médico hospitalar diurno 12 horas”.

DATA DO CONTRATO: 10/07/2017.

Seara, SC, 08 de agosto de 2017.

Mirian L. Gabriel  
Departamento de Licitações

### **PORTARIAS 348/2017 E 349/2017**

Portaria nº. 348/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 137 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve, Convocar, Dirlei Giombelli Wildner - matrícula 901, ocupante do cargo de provimento em comissão de Consultora do Controle Interno, com férias registradas para o período de 01 a 20 de agosto de 2017, conforme Portaria nº. 340/2017, para retornar ao trabalho a partir de 08 de agosto de 2017, por imperiosa necessidade do serviço público, sendo que os dias restantes serão usufruídos em outro período definido pelo Executivo Municipal, em comum acordo com o servidor.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 08 de agosto de 2017.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 08 de agosto de 2017.  
Neri Cosmann  
Secretário da Administração

Portaria nº. 349/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, art. 1º da lei complementar 37/2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, alterada pela lei complementar nº. 44/2011, e do inciso V do art. 2º da lei complementar nº 30/2008, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 39/2016, resolve, Contratar, Marisete Esposito, em caráter temporário, para exercer a função de Técnico de Enfermagem - SAMU, conforme lei complementar 37/2010, alterada pela lei complementar nº. 44/2011, com vencimentos previstos no Anexo Único da mesma lei, com carga horária de 38 (trinta e oito) horas semanais, sendo realizados em 3 plantões de 12 horas (diurnos e/ou noturnos) acrescidos de 2 (duas) horas de capacitação/treinamento por semana, distribuídos por escala de serviço mensal, no Programa do SAMU, no período de 10 de agosto a 08 de setembro de 2017, para substituir servidores em período de férias e licenças, podendo ser rescindido nos termos do artigo 8º da lei complementar 37/2010, aplicando-se no que couber a lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 08 de agosto de 2017.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 08 de agosto de 2017.  
Neri Cosmann  
Secretário da Administração

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2017 - FMS**

Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 027/2017.

Edital de Pregão Presencial nº. 017/2017 - FMS - Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., através da Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal da Saúde, pelo seu Secretário e Gestor do Fundo Municipal da Saúde, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93 estará recebendo até as 08h30min do dia 22/08/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de gás oxigênio medicinal e locação de equipamentos concentradores de oxigênio. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8327.

Seara, SC, 08 de agosto de 2017.

Flávio Joel Zolet  
Secretário Municipal de Saúde

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2017 - FMS**

Processo Licitatório nº. 028/2017 – FMS

Edital de Credenciamento exames laboratoriais nº. 003/2017 – FMS

O Município de Seara, SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, torna público aos interessados, que de acordo com a lei nº. 8.666/93, estará recebendo a partir do dia 14/08/2017, documentação para CREDENCIAMENTO e contratação de farmácias e/ou drogarias para fornecimento de medicamentos éticos, genéricos e similares destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais não possua em estoque na farmácia básica da secretaria municipal de saúde. A íntegra do Edital de Chamamento Público poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 08 de agosto de 2017.

Flávio Joel Zolet  
Secretário Municipal da Saúde

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2017**

Processo Licitatório nº 099/2017 – Registro de Preço.

Edital de Pregão Presencial nº. 058/2017 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93 estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, até às 13h30min do dia 22/08/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de uniformes destinados a todas as secretarias e fundações do município. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 08 de agosto de 2017.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 2/2017**

RESOLUÇÃO Nº 2/2017, de 08 de agosto de 2017.

Constitui Comissão Especial de Estudos

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas na alínea "m", do inciso IV, do art. 87, do Regimento Interno da Câmara, faz saber que o Plenário aprovou e Ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Estudos, com o objetivo específico de avaliar a situação da barragem de captação de água da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e propor medidas para reduzir o assoreamento, assegurando adequado volume de água no reservatório para o abastecimento normal à população.

Art. 2º A Comissão será composta pelos vereadores Romar Galelli (PSB), presidente, Adão Kronbauer (PTB) e Antonio de Oliveira (PDT) membros.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão serão realizados nas proximidades da barragem de captação de água da CASAN, na sede da Câmara, assim como em todos os locais necessários para a obtenção das informações.

Art. 4º A Comissão terá o prazo máximo de 90(noventa) dias para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período, em havendo decisão favorável do Plenário, salvo disposição contida na parte final do artigo 105, do Regimento Interno da Casa.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrá por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO GONÇALVES (Beto)

Presidente da Mesa

ELISEU AREND (FONSO)

Vice-Presidente

ADÃO KRONBAUER (DESENHO)

2º Secretário

JERSON BRUSAMARELLO

1º Secretário

**BALANCETE JULHO**  
**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE SEARA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Julho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>94.390,63</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>94.390,63</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	84.832,89
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.557,74
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>100.000,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	100.000,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>214.933,03</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>222.838,99</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	11.611,61	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	11.203,07
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	99.334,53	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	107.961,91
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	103.986,89	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	103.674,01
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>350.679,72</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>348.383,13</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	260.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	320.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	90.679,72	BANCO C/ MOVIMENTO	28.383,13
<b>TOTAL</b>	<b>665.612,75</b>	<b>TOTAL</b>	<b>665.612,75</b>

SEARA, 03/08/2017

\_\_\_\_\_  
 GILBERTO DE MORAES GONÇALVES  
 Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
 LÉSIO LUVISA  
 Contador CRC/SC 020188/0-0

\_\_\_\_\_  
 ADRIANA DE CAMARGO  
 Tesoureira



# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios em cumprimento a legislação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), compreendendo o período de (Setembro à Dezembro de 2017). A referida aquisição visa o fornecimento de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino e da Creche do município de Serra Alta.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 24 de agosto de 2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 24 de agosto de 2017.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 09 de agosto de 2017.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

# Sombrio

## PREFEITURA

**DEC. 185/2017**

DECRETO Nº 185, DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

**"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, 02 (duas) áreas ideais de terras, referente ao prolongamento da Avenida Nereu Ramos e Rua Osmar Rodolfo Beckhauser, respectivamente, localizadas no Bairro São Francisco, nesta Cidade de Sombrio – SC, de propriedade de Edilio Jovelino Scheffer, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Cidade e Comarca de Sombrio – SC, sob nº 69.479, de formato irregular, com as seguintes medidas, confrontações e coordenadas geográficas como segue:

Área 1 – Prolongamento da Avenida Nereu Ramos, medindo 2.044,17m², com as seguintes medidas, confrontações e coordenada Geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no Vértice P04, deste, segue confrontando com Antônio Adão Scheffer e outros (Matrícula 67.246) com as seguinte(s) distância(s): 20.88 m até o Vértice P10; deste, segue confrontando com Rua Osmar Rodolfo Beckhauser (Matrícula 69.479) com as seguinte(s) distância(s): 3.72 m até o Vértice P11; deste, segue confrontando com Área Remanescente "B" (Matrícula 69.479) com as seguinte(s) distância(s): 99.71 m até o Vértice P12; deste, segue confrontando com Lado ímpar da Rua Alcides José Amorim com as seguinte(s) distância(s): 20.39 m até o Vértice 03; deste, segue confrontando com Área "A" propriedade de Edilio Jovelino Scheffer (Matrícula 69.478) com as seguinte(s) distância(s): 103.26 m até o Vértice P04; ponto inicial da descrição deste perímetro. Distando 24,00m da Rua Lino Domingos Coelho, ao Leste.

Área 2 - Prolongamento da Osmar Rodolfo Beckhauser, medindo 60.94m², com as seguintes medidas, confrontações e coordenada Geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no Vértice P10, deste, segue confrontando com Antônio Adão Scheffer e outros (Matrícula 67.246) com as seguinte(s) distância(s): 17.56 m até o Vértice P05; deste, segue confrontando com Rua Osmar Rodolfo Beckhauser com as seguinte(s) distância(s): 3.57 m até o Vértice P06; deste, segue confrontando com Área remanescente "B" (Matrícula 69.479) com as seguinte(s) distância(s): 16.58 m até o Vértice P11; deste, segue confrontando com Avenida Nereu Ramos (Matrícula 69.479) com as seguinte(s) distância(s): 3.72 m até o Vértice P10; ponto inicial da descrição deste perímetro. Forma esquinha com a Avenida Nereu Ramos ao Oeste.

Totalizando uma área de desapropriação de 2.105,11m².

Art. 2º. As áreas ideais declaradas de Utilidade Pública no artigo anterior serviram para o prolongamento da Avenida Nereu Ramos e Rua Osmar Rodolfo Beckhauser, respectivamente, localizadas no Bairro São Francisco, nesta Cidade de Sombrio – SC,

Art.3º. A Desapropriação amigável, sem indenização, sem qualquer tipo de ônus a esta Municipalidade, em virtude da Avenida e da Rua

já existirem há mais de 40 (quarenta) e 10 (10) anos respectivamente, sendo as mesmas de domínio público.

Art. 4º. Fica declarado para efeitos fiscais o valor dos imóveis em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e R\$ 8.000,00 (oito mil reais), respectivamente.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 01 de agosto de 2017.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças e Administração

**PREGAO PRESENCIAL 04/2017 - SAMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SOMBRIO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017

Objeto: O presente Edital tem por objetivo registrar de preços para futuro e eventual fornecimento de peças e mão-de-obra para conserto das bombas elétricas relativas ao sistema de esgotamento sanitário, em atendimento às necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, conforme quantitativo e condições constantes do Anexo I – Termo de Referência e demais anexos que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste edital, obedecendo às condições constantes neste Edital e seus anexos.

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei 8078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8666 de 21 de junho de 1993.

Os envelopes deverão ser entregues até as 13h45min do dia 22 de agosto de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 14h00min do dia 22 de agosto de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 186, Centro de Sombrio/SC. No Horário das 08h00min as 11h30min e das 13h30min as 17h30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio/SC, 08 de agosto de 2017.

Ana Paula Medeiros Floriano  
Diretora Presidente

# Tangará

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 437, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº. 437, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

“DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Declara dispensável a contratação de empresa para a aquisição de 450m<sup>2</sup> de grama sempre verde, que será utilizada para contenção de barranco na lateral da futura Escola Padrão FNDE no Bairro Bela Vista e para reparo do campo municipal de futebol, no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), da empresa SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA – EPP (MUDAS E MUDAS), CNPJ nº 80.934.912/0001-70, conforme orçamentos anexos.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 04 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### CONVITE AUDIENCIA PUBLICA LDO E LOA 1

ESTADO de Santa Catarina

MUNICIPIO DE Tigrinhos

AUDIÊNCIA PÚBLICA da Ldo e loa para o exercício de 2018

#### CONVITE

Em Cumprimento ao disposto na Lei Complementar municipal nº 08/2009 a Administração Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina através do presente convida a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será discutido e apresentado Propostas para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2018.

A audiência publica será realizada no próximo dia 14 de agosto de 2017 às 19:00 horas tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos situado na Avenida Felipe Bacinski nº 479, centro, Município de Tigrinhos/SC.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Tigrinhos(SC), 04 de Agosto de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 080/17

DECRETO Nº. 080/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

REGULAMENTA AS PARCERIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e o contido na Lei 13.019 de 2014.

DECRETA:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Recepçiona, em âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - o Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

II - o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamentava a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para

dispor sobre regras e

procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

§ 3º A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios, para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º O acordo de cooperação previsto no inciso II do art. 2º:

I - poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

II - será firmado pelo Prefeito, permitida a delegação;

III - poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

Parágrafo único. São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no art. 5º do Decreto Federal nº 8.726/2016.

#### Capítulo II

DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Art. 4º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observada as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do

idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos do Arts. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Art. 5º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

Parágrafo unico Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 6º A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo esta um órgão colegiado, composto por três agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da área.

§ 2º Na portaria de nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 7º A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja

em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV - o valor global.

Art. 8º A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 9º As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser

encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º Os recursos poderão ser apresentados por meio do sítio eletrônico oficial do Município ou no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 10 Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

Capítulo III

### DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 11 O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida.

§ 2º Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 12 A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria



definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

§ 4º Aplica-se, à atuação em rede, o disposto nos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

#### Capítulo IV

#### DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13 A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I - monitorar o conjunto de parcerias;

II - apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III - padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e

IV - homologar dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A administração pública municipal designará, por portaria, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos Arts. 58 a 60 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 14 O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

#### Capítulo V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente, o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 16 Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto:

I - os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidos a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000;

II - subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019,

art. 3º, IV;

III - subvenções econômicas;

Art. 17 No âmbito da administração pública municipal, a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, caberá à Procuradoria do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Administração, quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 18 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, 08 de agosto de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

#### DECRETO Nº076/17

DECRETO Nº 076/17 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE INTERNO E DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO A PARTIR DE 07 DE AGOSTO DE 2017 NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

Considerando que a Administração Pública adotou o regime de contenção de gastos,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado o horário de expediente para o atendimento interno e externo nas Repartições Públicas do Município de Tigrinhos, a partir do dia 07 de agosto de 2017, sendo assim:

Período: Das 07:00hs às 13:00hs.

Art. 2º. Os serviços dos setores: Educação, Saúde e Conselho Tutelar seguirão o seu turno integral.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o decreto nº073/17.

Gabinete do Prefeito de Tigrinhos/SC, 07 de agosto de 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito



# Tijucas

## PREFEITURA

### EXTRATO DE DENUNCIA A TERMO DE CONVENIO Nº 299-2013

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DE DENUNCIA A TERMO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Denúncia a Termo de Convênio

PARTÍCIPIES: Município de Tijucas, AGESAN – Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina e Estado de Santa Catarina, através da ARES – Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina.

OBJETO: O objeto da presente denúncia é declarar rescindido, unilateralmente, a partir de 01 de agosto de 2017, o termo de cooperação de convênio nº 299/2013, celebrado em 05 de setembro de 2013, com AGESAN – Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina, tendo como objeto principal a delegação das questões afetas a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico municipal, e seu primeiro termo aditivo (denominado primeiro termo aditivo do termo de convênio nº 463/2013), onde aparece como partícipes, o Estado de Santa Catarina, através da ARES – Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina, celebrado em 04 de setembro de 2015.

DATA: Tijucas (SC), 01 de agosto de 2017.

SIGNATÁRIOS: Eloi Mariano Rocha, Prefeito do Município de Tijucas e Jilson José de Oliveira, Presidente do SAMAE de Tijucas.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/PMT/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/PMT/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/PMT/2017

Objeto: Aquisição de um parque de diversões, da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 21 de agosto de 2017, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 52/2017 PP

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 52/2017 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição de um caminhão, zero km, equipado com compactador de resíduos sólidos, para o município de Timbé do Sul/SC. Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 22/08/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h30min do dia 22/08/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h30min as 11h30 horas e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@timbedosul.sc.gov.br](mailto:licita@timbedosul.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3536-1133. Roberto Biava  
Prefeito Municipal

### DECRETO 188/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 188, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1816/2016;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 90.921,08 (noventa mil, novecentos e vinte e um reais e oito centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e finanças  
10-3.3.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 80.000,00

11.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação

2.018 – Ações de Inclusão Social de Famílias Carentes  
176-3.3.90.00.00.00.00.00336; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.921,08

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes:

I - de anulação da dotação abaixo especificada:

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e finanças  
8-3.1.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 80.000,00

II – do superávit financeiro verificado na Fonte de Recursos 0336; Transferência de Recursos FNAS-IGDBF no valor de R\$ 10.921,08(dez mil e novecentos e vinte e um reais e oito centavos).

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 04 de Agosto de 2017.

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 189/2017 NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO

DECRETO Nº 189, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

ADMITE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO  
O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 01 de 1º de Março de 2011, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida Elen da Silva Gomes, CPF nº 107.972.399-44 e RG 6.080.441, no Cargo de Chefe do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, no Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 07 de Agosto de 2017.

ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA  
Secretario de Administração e finanças

### EXTRATO DO CONTRATO 21/2017\_FMS

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul  
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 21/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Dominite Assessoria Ltda ME

Objeto: Prestação de serviços em treinamento profissional com o objetivo de qualificar profissionais para atuar como Agente Comunitário de Saúde, por meio de curso introdutório baseado na portaria do Ministério da Saúde nº 243 de 25 de setembro de 2015.

Valor: R\$ 7.5000,00 (sete mil e quinhentos reais).

Vigência: de 14/07/2017 a 14/09/2017

**EXTRATO DO CONTRATO 81/2017**

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 81/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Fine Comercial de Informática Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de peças e material de consumo para computadores impressoras e prestação de serviços técnicos, para a Administração Municipal de Timbé do Sul, durante o exercício de 2017.

Valor: R\$ 74.722,00 (setenta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais) global estimado

Vigência: de 14/07/2017 a 31/12/2017

**EXTRATO DO CONTRATO 85/2017**

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 85/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Comércio de Pneus Oenning Ltda

Objeto: Aquisição parcelada de pneus, câmaras e protetores, novos, de primeira linha de fabricação nacional, para manutenção e reposição nos veículos da frota municipal.

Valor: R\$ 18.520,00 (dezoito mil, quinhentos e vinte reais) global estimado

Vigência: de 21/07/2017 a 31/12/2017

**EXTRATO DO CONTRATO 82/2017**

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 82/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Fine Comercial de Informática Ltda ME

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, para a Administração Municipal de Timbé do Sul, durante o exercício de 2017.

Valor: R\$ 34.421,00 (trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e um reais) global estimado

Vigência: de 14/07/2017 a 31/12/2017

**EXTRATO DO CONTRATO 83/2017**

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 83/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Clesio Pelizzari ME

Objeto: Aquisição parcelada de seixo rolado para manutenção das estradas vicinais do município de Timbé do Sul/SC, durante o exercício de 2017.

Valor: R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais) global estimado

Vigência: de 14/07/2017 a 31/12/2017

**EXTRATO DO CONTRATO 84/2017**

Estado de Santa Catarina  
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 84/2017

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Bellenzier Pneus Ltda

Objeto: Aquisição parcelada de pneus, câmaras e protetores, novos, de primeira linha de fabricação nacional, para manutenção e reposição nos veículos da frota municipal.

Valor: R\$ 51.050,00 (cinquenta e um mil e cinquenta reais) global estimado

Vigência: de 21/07/2017 a 31/12/2017

# Timbó

## PREFEITURA

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 22 2017 FCT - RESTAURANTE OFICIAL 27ª FESTA DO IMIGRANTE**  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017 FCT

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica destinada a prestação de serviço de alimentação, sem autonomia no espaço, para fornecimento de alimentação - venda de almoços e jantares - buffet livre - junto ao Restaurante Oficial da 27ª Festa do Imigrante, disponibilizando toda estrutura necessária, mão de obra, balcão térmico ou richô para buffet, talheres (em inox), pratos (de porcelana), e limpeza do local, que acontecerá no período de 11 a 15 de outubro. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 22 de agosto de 2017. ABERTURA: dia 22 de agosto de 2017 às 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó, 08 de agosto de 2017  
JORGE R. FERREIRA  
Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 43 2017 PMT - AQUISIÇÃO DE CAIXAS ARQUIVO**  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 43/2017 PMT

OBJETO: aquisição de caixas arquivo para armazenar documentos, processos e projetos, em atendimento às necessidades da Administração direta e indireta (Autarquias, Fundos e Fundações) do Município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 22 de agosto de 2017. ABERTURA: dia 22 de agosto de 2017 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 08/08/2017  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DO QUINTO TERMO DE ACRÉSCIMO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28.2015 PMT**  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO QUINTO TERMO DE ACRÉSCIMO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ nº. 90.180.605/0001-02, a comparecer para assinatura do respectivo termo de acréscimo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 16/08/2017.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 08 de agosto de 2017.

DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

**EXTRATO CONTRATO 85.2017 FCT**  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 85/2017  
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.  
CONTRATADO: Cervejaria Borck Ltda Epp.  
OBJETO: Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de bebidas (chope artesanal – pilsen, especial; cerveja sem álcool; refrigerante e água) durante a 27ª Festa do Imigrante, no período de 11 a 15 de outubro de 2017, de acordo com as condições previstas nos anexos do Edital de Pregão Presencial nº 15/2017.  
VALOR PERCENTUAL DE COMISSÃO: 25,00% (vinte cinco por cento).  
DATA DA ASSINATURA: 01/08/2017.  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**EXTRATO CONTRATO 91.2017 FCT**  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2017  
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.  
CONTRATADO: Som Três Ltda Me.  
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de sonorização e iluminação cenográfica e locação de estruturas (com montagem e desmontagem) para a "Feira de Rua do Livro de Timbó 2017" que acontecerá de 09 a 13 de agosto de 2017, com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida, cujas especificações encontram-se no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 18/2017.  
VALOR TOTAL: 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).  
DATA DA ASSINATURA: 01/08/2017.  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 13-01.2017 - MISSÃO EVANGÉLICA UNIÃO CRISTÃ**  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 13-01/2017  
CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação Cultural de Timbó.  
CONTRATADO: Missão Evangélica União Cristã.  
OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para comercialização de livros junto ao evento "Feira do Livro de Timbó 2017",

anexo ao Pavilhão de Eventos Henry Paul, do dia 09 a 13 de agosto de 2017, disponibilizando toda estrutura de atendimento, mão de obra, utensílios, entre outros, de acordo com as condições previstas no Edital de Credenciamento nº 13/2017.

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2017.

PRAZO: 01/08/2017 até 31/08/2017.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente FCT

# Três Barras

## PREFEITURA

### PREGAO 35/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 41/2017.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 35/2017.

Interessado: \* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 04 dias do mês de agosto do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa TRANSPORTE E TURISMO BUENO LTDA, CNPJ nº. 07.046.334/0001-45, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC, cito a Rua Professora Nelide Maria Andrade Figueiredo, 87 - Centro, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário.

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário
1	VIAGENS(IDA E VOLTA) DE TRÊS BARRAS PARA MAFRA, TRANSPORTANDO PACIENTES ATE O HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULA, ONDE REALIZAM HEMODIALISE, COM VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 15 (QUINZE) PASSAGEIROS SENTADOS. * DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL.	UNIDADE	160	R\$350,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as clausulas estipuladas pelo Edital nº. 35/2017 – Procedimento Administrativo nº. 41/2017, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 04 de agosto de 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal	TRANSPORTE E TURISMO BUENO LTDA, CNPJ nº. 07.046.334/0001-45 CONTRATADA
--	--

#### Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_  
Nilton Avanir Hurmus Jacy de Fatima Abuda

### PREGÃO 34/2017

#### ATA DE REGIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 40/2017.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 34/2017.

Interessado: \* SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

\* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

\* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

\* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;

\* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 04 dias do mês de agosto do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa TRANSPORTE E TURISMO BUENO LTDA, CNPJ nº. 07.046.334/0001-45, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC, cito a Rua Professora Nelide Maria Andrade Figueiredo, 87 - Centro, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário.



Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário
1	SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM VEICULO TIPO VAN LOTAÇÃO COM CAPACIDADE MINIMA PARA 14 (CATORZE) PASSAGEIROS SENTADOS, PARA ATENDER VIAGENS ESPORÁDICAS E/OU EMERGENCIAIS, PARA QUALQUER CIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA E/OU OUTRO ESTADO TRANSPORTANDO PACIENTES DA SAUDE, ALUNOS, PROFESSORES, INTEGRANTES DA FANFARRA MUNICIPAL, PESSOAL DA MELHOR IDADE, CLUBE DE MÃES, SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS, ETC. - O VEICULO DEVERÁ POSSUIR OBRIGATORIAMENTE AR CONDICIONADO E REGISTRO NO DETER.	KM	100.000	R\$1,40
3	SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM VEICULO TIPO MICRO ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA PARA 20 (VINTE) PASSAGEIROS SENTADOS, PARA ATENDER VIAGENS ESPORÁDICAS E/OU EMERGENCIAIS, PARA QUALQUER CIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA E/OU OUTRO ESTADO TRANSPORTANDO PACIENTES DA SAUDE, ALUNOS, PROFESSORES, INTEGRANTES DA FANFARRA MUNICIPAL, PESSOAL DA MELHOR IDADE, CLUBE DE MÃES, SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS, ETC. - O VEICULO DEVERÁ POSSUIR OBRIGATORIAMENTE AR CONDICIONADO E REGISTRO NO DETER E NA ANTT.	KM	25.000	R\$2,70

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as clausulas estipuladas pelo Edital nº. 34/2017 – Procedimento Administrativo nº. 40/2017, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irreeajustáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 04 de agosto de 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal	TRANSPORTE E TURISMO BUENO LTDA, CNPJ nº. 07.046.334/0001-45 CONTRATADA
--	--

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_  
Nilton Avanir Hurmus Jacy de Fatima Abuda

## PREGÃO 34/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 40/2017. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017.
Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;  * SECRETARIA DE AGRICULTURA;  * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;  * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;  * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 04 dias do mês de agosto do ano de 2017, na cidade de Três Barras - SC, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa VIACAO CANOINHAS LTDA - ME, CNPJ nº 27.777.964/0001-05, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC, cito a Rua Antonio da Costa Gomes, nº 100, Bairro Joao Paulo II; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário:

Item  
Descrição  
Unidade  
Qtde. Item  
Valor Unitário

2  
SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 (QUARENTA) PASSAGEIROS SENTADOS, PARA ATENDER VIAGENS ESPORÁDICAS E/OU EMERGENCIAIS, PARA QUALQUER CIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA E/OU OUTRO ESTADO TRANSPORTANDO ALUNOS, PROFESSORES, ASSESSORES PEDAGÓGICOS, INTEGRANTES DA FANFARRA MUNICIPAL, PESSOAL DA MELHOR IDADE, CLUBE DE MÃES, SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS, PACIENTES DA SAUDE, ETC.  
- O ÔNIBUS DEVERÁ SER OBRIGATORIAMENTE DO TIPO EXECUTIVO, COM BANHEIRO, COM REGISTRO NO DETER E ANTT.  
KM  
25.000  
R\$4,39

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 34/2017 - Procedimento Administrativo nº. 40/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 04 de agosto de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
Prefeito Municipal

VIACAO CANOINHAS LTDA – ME  
CNPJ nº 27.777.964/0001-05  
CONTRATADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_  
Nilton Avanir Hurmus Jacy de Fatima Abuda

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 45/2017.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Procedimento Licitatório nº. 45/2017 - Edital Pregão nº. 39/2017.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 09 h e 00 min. do dia 21 de agosto de 2017, propostas para o REGISTRO DE PREÇO de serviços de transportes de pacientes (transferências de pacientes) com veículo tipo ambulância, chassi longo e teto alto, de acordo com as disposições contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 21 de agosto de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 07 de agosto de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL  
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL N. 2/2017/L**

EDITAL N. 2/2017

O Vereador LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que no dia 16 (DEZESSEIS) de Agosto de 2017, às 20:00 (vinte) horas, na Câmara de Vereadores, situada à Avenida Rigesa, n. 2949, Bairro João Paulo II, na cidade de Três Barras-SC, será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA, nos termos do Art. 48, Parágrafo Único da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, para discussão do Projeto de Lei n. 27/2017, de 27 de Julho de 2017, que "DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021".

Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 8 de Agosto de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES

PRESIDENTE

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PP 74/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 74/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 22/08/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### **TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS PMTC Nº 04/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

TOMADA DE PREÇO PMTC Nº 04/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr<sup>a</sup> Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO PMTC Nº 04/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM CONCRETO DA RUA BRACATINGA II EM UMA EXTENSÃO DE 292,32M. O recebimento e abertura dos envelopes relativos à licitação dar-se-á as 09:00h do dia 28 de agosto de 2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Auditório, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. O edital em sua íntegra poderá ser solicitado, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do e-mail [licita03@trombudocentral.sc.gov.br](mailto:licita03@trombudocentral.sc.gov.br) ou pelo endereço eletrônico [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br)

Trombudo Central, 09 de agosto de 2017.

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

# Tunápolis

## PREFEITURA

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 168/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 107/2017 REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017**

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 168/2017

Pregão Presencial nº: 107/2017

Registro de Preços nº: 19/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, para REGISTRO DE PREÇOS sob regime de entrega parcelada, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 8h15min do dia 22 de Agosto de 2017 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas PARA CONFECÇÃO DE ADESIVO LISO E REFLETIVO, PLACAS, BANNERS, FAIXAS, destinadas para as atividades administrativas dos órgãos do município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 8h15min do dia 22 de Agosto de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL



# Turvo

## PREFEITURA

### PORTARIA 188/2017

PORTARIA Nº 188/17, de 03 de Agosto de 2017.

NOMEIA MÉDICO EM CARATER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011e suas alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 001/2017 - SMS, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Rafael Rovaris	927.765.909-20
Gabriela Savi Da Silva	059.908.169-44

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciara em 03 de Agosto de 2017 e encerrará em 16 de Maio de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 189/2017

PORTARIA Nº 189/17, de 03 de Agosto de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FARMACÊUTICO E MOTORISTA II, NOMEADO EM CARATER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que Comissão esta elaborando o Edital do Processo Seletivo nº 002-2017-SMS, para admissão em Caráter Temporário,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2017 a contratação do servidor a baixo relacionado, nomeado através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Farmacêutico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR	CPF
2861	Taise Lazzarin Daros	070.516.479-97

Art. 2º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2017 a contratação do servidor a baixo relacionado, nomeado através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Motorista II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR	CPF
3004	Luiz Carlos Patel	486.236.959-68
3461	Samuel Piazza	927.773.689-53

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 190/2017**

PORTARIA Nº 190/17, de 03 de Agosto de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E MOTORISTA SOCORRISTA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, ADMITIDO EM CARTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

Considerando que Comissão esta elaborando o Edital do Processo Seletivo nº 002-2017-SMS, para admissão em Caráter Temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2017 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Técnico em Enfermagem – SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR	CPF
2500	Patricia Pires	000.052.139-67
3451	Rejane Cruz da Silva	657.533.480-68
3452	Roseli Pereira Francisco	927.770.589-20
3474	Juliana Martins Teixeira	050.235.399-62

Art. 2º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2017 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Motorista Socorrista – SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR	CPF
2099	Eloir Osvaldo Borges	415.139.892-72
2976	Nilson Severino Mota	657.071.339-68
3226	Anderson Felisberto	023.554.019-69
3487	Rudnei Henrique Gonçalves	951.967.739-91

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 191/2017**

PORTARIA Nº 191/17, de 03 de Agosto de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ADMITIDO EM CARTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que Comissão esta elaborando o Edital do Processo Seletivo nº 002-2017-SMS, para admissão em Caráter Temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2017 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através do Processo Seletivo

002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR	CPF
3439	Bruna Ferreira dos Santos	067.988.479-35
2936	Elza Schiavini	636.338.849-04
2143	Dalva Meister Possamai	999.523.789-04
2136	Elisangela Pereira Ferreira	024.621.579-80
2508	Maria A. Da Silva Comicioli	712.035.599-68
2499	Sidiane Laurindo da Silva	059.185.829-08
3441	Mariana Emidio J. Nunes	069.440.719-40
2937	Regina Prates Trichês	907.121.619-53
2952	Neuza Cadorin	617.914.239-49
2142	Maria M. de Moraes Piazza	828.368.849-91
2526	Sandra C. Bardini Idalino	828.368.099-48
2148	Mônica de Araujo Santos	041.860.509-29
3443	Maria de Lourdes Taveri	282.119.498-65
3446	Mara Rubia B. Beterli	021.137.229-33
2497	Rosa Maria Patricio Tonetto	862.673.539-15
2137	Vanessa Fornaza Silvestri	075.234.879-55
2136	Carla Cadorin Arcaro Michels	077.695.649-30
2141	Luizinha Correia Z. Pasini	031.475.329-09
3202	Karina Borges	048.397.329-73
3459	Clarissa Raldi	063.927.539-74
3709	Eliane Guedes de Andrade	526.786.364-53
3661	Iliandra Semprebom Giusti	029.720.609-54
3719	Michele Laurindo Biz	078.010.369-64

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 192/2017**

PORTARIA Nº 192/17, de 03 de Agosto de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO ADMITIDO EM CARTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que Comissão esta elaborando o Edital do Processo Seletivo nº 002-2017-SMS, para admissão em Caráter Temporário,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2017 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR	CPF
3458	Rose Trevisol Generoso da Silva	055.455.479-83
2750	Bárbara Gabriel Simon	065.350.439-08
3481	Andresa Pavei	039.538.089-82

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 193/2017**

PORTARIA Nº 193/17, de 03 de Agosto de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO E TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NOMEADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011e suas alterações,

Considerando que Comissão esta elaborando o Edital do Processo Seletivo nº 002-2017-SMS, para admissão em Caráter Temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2017 a contratação do servidor a baixo relacionado, nomeado através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA NOME CPF

3457 Juanita Panatto Daros 052.916.229-62

Art. 2º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2017 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	NOME	CPF
2945	Ranielli Zilli Souza	071.797.249-63
3404	Andréia Pereira	044.500.379-01
2975	Edésia Pereira	020.113.499-31
3030	Giane Pereira Ferreira	035.507.089-80
3488	Daiane Monteiro Pascoal	068.301.119-78

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 194/2017**

PORTARIA Nº 194/17, de 03 de Agosto de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ODONTÓLOGO NOMEADO EM CARTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que Comissão esta elaborando o Edital do Processo Seletivo nº 002-2017-SMS, para admissão em Caráter Temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2017 a contratação do servidor a baixo relacionado, nomeado através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Odontólogo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR	CPF
2878	Michelle da Silva Scarsanella	035.245.309-58

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 195/2017**

PORTARIA Nº 195/17, de 03 de Agosto de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, NOMEADO EM CARATER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

Considerando que Comissão esta elaborando o Edital do Processo Seletivo nº 002-2017-SMS, para admissão em Caráter Temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2017 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeado através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR	CPF
3006	Denise Francisco	636.977.939-34
3007	Greice Kelly Guilherme Alves	056.134.069-28
3174	Joselir Luiz	625.656.729-34
3253	Rozilane Tonetto	065.785.539-16

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 196/2017**

PORTARIA Nº 196/17, de 03 de Agosto de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FISIOTERAPEUTA, NOMEADO EM CARATER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

Considerando que Comissão esta elaborando o Edital do Processo Seletivo nº 002-2017-SMS, para admissão em Caráter Temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2017 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR	CPF
3069	Angelo Ribeiro Manenti	035.450.989-66
3156	Monia Bardini Pietsch	047.245.879-54
3476	Jean Carlo Kohls	927.766.209-34

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 197/2017**

PORTARIA Nº 197/17, de 03 de Agosto de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM NOMEADO EM CARTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que Comissão esta elaborando o Edital do Processo Seletivo nº 002-2017-SMS, para admissão em Caráter Temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 10 de Outubro de 2017 a contratação dos servidores a baixo relacionados, nomeados através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR	CPF
2943	Elisangela Fagundes Policarpo	029.872.849-42
2949	Marcia Dandolini Casteller	020.312.259-36
2946	Angela Pagnan Gabriel	757.969.969-91

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 198/2017**

PORTARIA Nº 198/17, de 03 de Agosto de 2017.

NOMEIA PSICÓLOGO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 001/2017 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Lorena Meister Ribeiro 029.558.919-16

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciara em 03 de Agosto de 2017 e encerrará em 16 de Maio de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.



# União do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO N. 3519/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.519, De 08 de Agosto de 2017.

Dispõe sobre exoneração de Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 33. da Lei Complementar N.º 093/2015 de 21 de Setembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 11 de agosto 2017, a servidora MARISTELA BRUXEL SERAFINI, do cargo temporário de Professor de Ensino Fundamental Series Iniciais, 20 horas semanais, nomeada através do Decreto Municipal N.º 3.447 de 18/04/2017 e contrato administrativo 004/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 3.447/2017 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 08 de agosto de 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

### EXTRATO CONTRATUAL N. 33/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º: 33/2017

Contratante.: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Contratada...: CERNE AMBIENTAL LDA EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO SÓCIO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 13.000,00 (treze mil reais)

Vigência ..... : Início: 07/08/2017 Término: 31/12/2017.

Dispensa de Licitação Processo n. 55/2017

União do Oeste, 07 de agosto de 2017.

CELSO MATIELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Urussanga

## PREFEITURA

### RESULTADO HABILITAÇÃO PR 35/2017/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

### RESULTADO HABILITAÇÃO PR 35/2017/PMU

Objeto: aquisição de serviços para fins de realização de concurso público para Prefeitura de Urussanga/SC, de boa qualidade e responsabilidade, para o exercício de 2017.

Proponente desabilitada baseado no inciso II do artigo 48, Lei 8.666/93:

LEGALLE CONCURSOS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA EPP

. CNPJ 20.951.635/0001-81

Urussanga, 08 de agosto de 2017.

LUIS GUSTAVO CANCELIER

Prefeito Municipal

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2017

Extrato de EDITAL de Pregão Presencial nº 70/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 21 de agosto de 2017 às 08h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de materiais didáticos, de expediente e para artesanato, destinados ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 70/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link [http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con\\_licitacoes.faces](http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces) Vargeão, SC, 08 de agosto de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017

Extrato de EDITAL de Pregão Presencial nº 71/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 22 de agosto de 2017 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando à contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de pessoas para as secretarias municipais visando a realização de viagens intermunicipais de caráter cultural, social, tratamento médico fora de domicílio e demais necessidades eventuais do gênero desta municipalidade quando da impossibilidade da realização deste tipo de transporte por veículo do município, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 71/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [planejamento@vargeao.sc.gov.br](mailto:planejamento@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link [http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con\\_licitacoes.faces](http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces)

Vargeão, SC, 08 de agosto de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

# Vargem

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 821/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 821/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017  
Abre Crédito Adicional Especial.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 768/2017...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional especial às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Projeto 1.015 – Construção e Reformas de Pontes, Passarelas e Pontilhões

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.03.0089 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 12.335,72

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional especial correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0089 – Alienações de Bens do Executivo conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64, bem como à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0064 – Transf. De Conv. - Estado/Outros, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 1st. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 07 de agosto de 2017.

Milena Andersen Lopes Becher,  
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2017

ESTADO DE STA CATARINA | PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM  
Edital de Chamada Pública nº 02/2017

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural. Data e horário: O recebimento dos envelopes nº 01 "documentação" e nº 02 "projeto de venda" será a partir das 08h00min do dia 09/08/2017 e até 31 de agosto de 2017. Local: Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem, SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0018 ou no endereço citado.

Milena Andersen Lopes Becher - Prefeita Municipal.

### LEI MUNICIPAL Nº 767/2017

LEI MUNICIPAL Nº 767/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 0193/98 – CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO (C.M.T) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Milena Andersen Lopes Becher, Prefeita Municipal de Vargem, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1st - O artº 1 da lei complementar 0193/98, passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

Art. 1st - Fica o Conselho Municipal de Trânsito vinculado à secretaria de obras junto ao poder executivo, com caráter consultivo e fiscalizador respeitados os aspectos legais de sua competência que terá por competência;

§ 1st - Controlar, acompanhar e avaliar a política municipal de trânsito e transporte;

§ 2nd - Emitir pareceres sobre as políticas de transporte e circulação no município;

§ 3rd - Acompanhar a gestão dos serviços de transporte público municipais auxiliando na avaliação de desempenho dos operadores do sistema, bem como dos respectivos contratos de permissão e concessão, para execução e exploração dos serviços conforme determinações, da legislação e regulamentação vigentes;

§ 4th - Acompanhar e fiscalizar os serviços de transporte público coletivo e individual (taxi), (moto taxi);

§ 5th - Delegar sobre estacionamento rotativo quando houver;

§ 6th - Convocar formalmente por meio de ofício, representantes técnicos de planejamento ou de quaisquer outros órgãos da administração municipal, quando julgar necessário para discutir questões relativas ao transporte, à circulação e ao planejamento urbano a respeito da plataforma viária vigente, democratizando as decisões e as informações sobre as políticas públicas;

§ 7th - Acompanhar e fiscalizar a regulamentação das vias e passeios quanto à mobilidade urbana de acordo com a NBR 9050 vigente, e fazer a gestão da plataforma viária desenvolvida pelo urbanista responsável pelo planejamento Urbano municipal.

§ 8th - O conselho Municipal de trânsito ficará proibido de regulamentar sobre a plataforma viária e construir elementos no meio urbano, esse cargo ficará expresso ao urbanista responsável pelo planejamento urbano na secretaria de obras conforme suas atribuições concedidas pelo CAU/sc conselho de arquitetura e urbanismo.

§ 9th - A plataforma viária será feita pelo Urbanista no setor de planejamento e entrará em vigor com a assinatura do secretário de obras e o Prefeito (a) municipal em exercício, e revisado quando se julgar necessário, caberá ao conselho de trânsito fiscalizar e após sua aprovação fazer a gestão da mesma.

§ 10th - Caberá ao Conselho municipal de trânsito o planejamento das pinturas de meio fio, as placas de advertência, placas de indicação que não constarem na plataforma viária zelar pela manutenção do meio urbano se tratando de sinalização e elementos já existentes.

Parágrafo único - A plataforma viária é o Projeto que fará o elo do entendimento entre o técnico do planejamento urbano e o conselho de trânsito municipal, para que ambos façam uma gestão com planejamento.

Art. 2nd - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 07 de agosto de 2017.  
Milena Andersen Lopes Becher,  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada a presente Lei  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

Danielly Cavalli,  
Secretária Mun. de Administração e Finanças

### **LEI MUNICIPAL Nº 768/2017**

LEI MUNICIPAL Nº 768/2017, DE 07 DE AGOSTO DE 2017  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO  
ADICIONAL ESPECIAL

Milena Andersen Lopes Becher, Prefeita Municipal de Vargem, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1st - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Projeto 1.015 – Construção e Reformas de Pontes, Passarelas e Pontilhões

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.03.0089 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 12.335,72

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional especial correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0089 – Alienações de Bens do Executivo conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64, bem como à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0064 – Transf. De Conv. - Estado/Outros, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art. 2nd - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 07 de agosto de 2017.  
Milena Andersen Lopes Becher,  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada a presente Lei  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

Danielly Cavalli,  
Secretária Mun. de Administração e Finanças

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO EDITAL CONCURSO E PROCESSO

RETIFICAÇÃO DATA DE PERÍODO DE INSCRIÇÃO do Edital de Concurso Público n. 01/2017. A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos/SC, abre inscrições a partir de 07 de Agosto de 2017 para Concurso Público nos seguintes cargos: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 01 vaga, 40 horas semanais, vencimento base de R\$ 1.054,24; ATENDENTE GERAL, 01 vaga, 40 horas semanais, vencimento base R\$ 1.180,12; AUDITOR FISCAL, 01 vaga, 40 horas semanais, vencimento base de R\$ 3.461,69; MEDICO CLINICO GERAL, 01 vaga, 40 horas semanais, vencimento base de R\$ 14.161,48; OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, 01 vaga, 44 horas semanais, vencimento base de R\$ 1.510,55; OPERADOR DE MÁQUINAS AGRICOLAS, 01 vaga, 44 horas semanais, vencimento base de R\$ 1.510,55. Informações complementares no Edital Completo publicado no site: [www.prefeituravidalramos.com.br](http://www.prefeituravidalramos.com.br) e [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br).

RETIFICAÇÃO DATA DE PERÍODO DE INSCRIÇÃO do Edital de Processo Seletivo Público n. 01/2017.

A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos/SC, abre inscrições a partir de 10 de Agosto de 2017 para Processo Seletivo Público nos seguintes cargos: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (Área II - Micro área XII - Praça Stoltenberg), 01 vaga, 40 horas semanais, vencimento base de R\$ 1.014,00; AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (Área II - Micro área XVI - Salseiro), 01 vaga, 40 horas semanais, vencimento base de R\$ 1.014,00. Informações complementares no Edital Completo publicado no site: [www.prefeituravidalramos.com.br](http://www.prefeituravidalramos.com.br) e [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br).



# Videira

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 020/2017

SECRETARIA DE FINANÇAS

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 020/2017

GENTIL GAEDKE, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 3º da Lei Complementar nº 136/13, de 31 de julho de 2013, REFIS 2013, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento – REFIS/2013 NOTIFICA o(s) Contribuinte(s) abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS – REFIS/2013 requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
IVANILDES FERREIRA DA SILVA	913.382.809-10	19193/2013	07/08/2017

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 08 de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Finanças

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 021/2017

SECRETARIA DE FINANÇAS

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 021/2017

GENTIL GAEDKE, Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100, da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 5º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e no item "c", do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
ADEMIR VIEIRA DE SOUZA ME	81.537.870/0001-04	5243/2017	07/08/2017
ALCIDES DE JESUS SOARES	024.533.529-38	18636/2016	07/08/2017
ANTÔNIO DE JESUS - ESPÓLIO	422.375.809-87	21426/2016	07/08/2017
CARMEN LUCIA ZAGO	469.942.119-91	4410/2017	07/08/2017
DIONISIO KUBIAK	459.884.040-49	21214/2016	07/08/2017
DOMINGOS OTÁVIO BISOL	764.722.489-15	4958/2017	07/08/2017
DORIVAL PONTES NETO	060.416.549-81	1822/2017	07/08/2017
EDSON COLETT ME	02.512.248/0001-67	9765/2016	07/08/2017
EVANDRO DOUGLAS TEIXEIRA PIRES	021.930.319-32	4200/2017	07/08/2017
FUNERÁRIA SALETE LTDA	02.348.669/0001-02	19655/2014	07/08/2017
IZAIR ANGELO ANDREOLA	703.073.509-91	4255/2017	07/08/2017
JANIR VANDERLEI DAL PIZZOL	695.156.469-87	2829/2017	07/08/2017
JOÃO MARIA DE SOUZA - ESPÓLIO	163.587.839-04	3506/2017	07/08/2017
JOÃO PEDRO ANTUNES DE LIMA	569.542.559-04	8400/2016	07/08/2017
LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI	018.263.969-00	4777/2017	07/08/2017
MAGALI BEATRIZ AUGUSTO	296.606.299-15	12140/2015	07/08/2017
MÁRCIA ADRIANA MAGGIO	006.704.039-03	21511/2016	07/08/2017
MARIA ELENIR ANTUNES	346.577.039-00	4275/2017	07/08/2017
MAURO ANTÔNIO SCHONS	729.947.039-04	5727/2017	07/08/2017
MECÂNICA SONAGLIO LTDA ME	10.587.300/0001-72	1460/2017	07/08/2017
MECÂNICA SONAGLIO LTDA ME	10.587.300/0001-72	1461/2017	07/08/2017
MIL MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA ME	09.274.666/0001-02	78/2017	07/08/2017

ORLANDA CORDEIRO DE LIMA - ESPÓLIO	607.063.929-49	21719/2015	07/08/2017
PAULO HENRIQUE LOPES	384.830.769-34	9337/2016	07/08/2017
TEREZINHA PEDROSO DE OLIVEIRA	695.154.849-87	8395/2016	07/08/2017
WALMIR POGGERE	529.695.339-87	4969/2017	07/08/2017
ZELIR MARIA LASCOSKI	949.622.279-04	18078/2016	07/08/2017
ZELIR MORESCO	386.346.869-49	2488/2017	07/08/2017

Para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira/SC, 08 de agosto de 2017.

Gentil Gaedke  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0007/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0007/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARINES DE OLIVEIRA DIAS

CPF: 078.314.389-39

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0008/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0008/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILINDA BRUCH FANTIN

CPF: 008.986.319-47

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0009/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0009/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA APARECIDA RIBEIRO DALVES

CPF: 009.588.389-41

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 01 de outubro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0010/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0010/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: REGINA CAON

CPF: 097.878.679-32

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0011/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0011/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELI LINS

CPF: 085.044.629-51

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0013/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0013/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE SCHUCK

CPF: 054.114.099-00

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0014/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0014/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CAROLINE GOLIN

CPF: 119.576.689-03

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0015/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0015/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MICHELE TASSILA DE OLIVEIRA SILVA

CPF: 071.585.329-50

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 até 26 de agosto de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0015/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0015/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA BATISTA LINS

CPF: 068.398.169-23

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0016/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0016/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BRUNA LIMA DE OLIVEIRA

CPF: 086.341.129-00

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0017/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0017/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: HALANNA MAURA DE SOUZA

CPF: 092.672.279-47

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0019/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0019/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE BISOL

CPF: 055.075.049-54

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0020/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0020/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEBORA PONTES

CPF: 069.825.939-40

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0022/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0022/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIENIFER PONTES

CPF: 069.746.139-46

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0023/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0023/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: IVORI TARUHN  
CPF: 384.820.379-00  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0025/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0025/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CARLOS CLODENIR VIEIRA DA SILVA  
CPF: 019.000.749-40  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0026/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0026/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARGARIDA DE FATIMA CORREA  
CPF: 056.039.059-99  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0028/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0028/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANDERSON PEREIRA FRAGOSO  
CPF: 062.337.039-56  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0029/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0029/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SABRINA VALESKA DE OLIVEIRA  
CPF: 084.655.809-28  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 01 de outubro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0030/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0030/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JADINA LINS DE OLIVEIRA  
CPF: 097.269.639-31  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0031/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0031/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BRENDA VALENGO  
CPF: 054.886.019-02  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 01 de setembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0032/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0032/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SIRLEI MENDES CASTANHA DIAS  
CPF: 066.438.239-86  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0059/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0059/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANDREA SANTOS DE OLIVEIRA  
CPF: 989.215.173-91  
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos); em substituição à servidora LEONICE OLIARI BOTH, se encontra em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica" para: "R\$ 3.160,66 (três mil, cento e sessenta reais e sessenta e seis centavos); para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de haver a vacância do cargo compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado no concurso em vigor, até a efetiva entrada em exercício, devido à aposentadoria da servidora LEONICE OLIARI BOTH".  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 11 de agosto de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0066/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0066/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: NAYARA ARGENTA GREEF DA SILVA  
CPF: 072.234.689-12  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0067/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0067/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DENUZA ANDRÉIA SERIGHELLI LEODORO  
CPF: 065.160.009-05  
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0099/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0099/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EDIMARINA REOLON

CPF: 006.760.259-27  
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 até 01 de outubro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0100/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0100/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CAMILA GAVASSO MOREIRA  
CPF: 081.605.989-63  
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 até 01 de outubro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0101/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0101/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TAINÊ VENSON  
CPF: 083.212.149-59  
VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2017 até 01 de outubro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0108/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0108/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DEBORA FOSSATTI  
CPF: 090.142.799-30  
VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2016 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0109/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0109/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GIANE PASA  
CPF: 062.500.079-03  
VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0110/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0110/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARCIA FRANCISCO  
CPF: 058.001.849-09  
VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0112/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0112/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MICHELE APARECIDA BRESSAN  
CPF: 006.600.799-25  
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0113/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0113/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SANDRA MARA LUPATO GOLIN  
CPF: 007.857.589-33

VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0115/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0115/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ALINI LINS DE OLIVEIRA  
CPF: 068.696.149-89  
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0116/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0116/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SIMONE TERRES CORDEIRO GOMES  
CPF: 060.982.029-07  
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0117/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0117/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SILVANA APARECIDA CAMINSKI ZANOL  
CPF: 070.417.679-30  
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0130/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0130/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MURIEL CANDEIA  
CPF: 039.900.140-99  
VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0132/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0132/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: VERANISE CORDEIRO GAEDKE  
CPF: 529.815.419-00  
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0134/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0134/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CÉLIA DA FONSECA  
CPF: 707.528.509-20  
VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0136/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0136/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA



CONTRATADA: VILCEMARA BETTEGA GOMES  
CPF: 065.200.939-55  
VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0137/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0137/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: KATIA ALVES DA COSTA BOLZAN  
CPF: 075.654.169-75  
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais); para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de vaga não ocupada após a realização do concurso – lista esgotada para o referido cargo" para: "R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais); e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista do parto".  
VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2017 até 03 de novembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0138/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0138/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CRISTIANE BEATRIZ HERNANDES RODALES SOCA  
CPF: 767.287.490-04  
VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0156/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0156/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ROSANE DE MENECH GANDIN  
CPF: 005.059.449-44  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 10 de outubro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0158/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0158/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FRANCIELE DE OLIVEIRA  
CPF: 086.307.299-29  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0159/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0159/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JESSICA JEOVANA ANTUNES  
CPF: 101.745.099-44  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0162/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0162/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BRUNA OSÓRIO MOREIRA  
CPF: 112.411.149-27

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0163/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0163/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MERY ANGELLA MUHLBRANDT  
CPF: 025.280.489-98  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 01 de setembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0164/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0164/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MONICA GESIELE RIBEIRO  
CPF: 092.191.609-43  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0167/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0167/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JOCÉLIA FERNANDA OTTO  
CPF: 063.156.169-25  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0172/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0172/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JADIR VARELA  
CPF: 347.521.619-15  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0174/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0174/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: NILSEIA COSSUL EPELING  
CPF: 031.981.489-01  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0180/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0180/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARCIA BALESTRIN TIBOLA  
CPF: 664.965.869-34  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0197/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0197/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARIA CRISTIANE ALVES  
CPF: 061.429.499-10  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0205/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0205/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA DE ARAUJO  
CPF: 573.698.449-00  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0206/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0206/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS  
CPF: 026.431.479-44  
VIGÊNCIA: de 06 de março de 2017 até 10 de agosto de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0208/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0208/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SIRLEI APARECIDA DAL LAGO CENCI  
CPF: 007.439.379-02  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0210/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0210/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FERNANDA CRISTINA POZZAN  
CPF: 005.511.959-08  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0211/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0211/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ROSELI SCHOFFEN  
CPF: 017.533.549-43  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0217/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0217/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GRAZIELI GUEDES LAUBE  
CPF: 053.981.889-50  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0218/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0218/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LUCIMARA BARONCELLO  
CPF: 066.463.539-30  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0220/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0220/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: NOELI FATIMA BOTEGAL PERETTI  
CPF: 590.318.759-53  
VIGÊNCIA: de 08 de março de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0231/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0231/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ELISSANDRA COMUNELLO KEMER  
CPF: 060.294.799-54  
VIGÊNCIA: de 13 de março de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0246/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0246/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DANIELA APARECIDA REGERT  
CPF: 056.565.619-84  
VIGÊNCIA: de 13 de março de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0288/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0288/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT  
CPF: 058.788.399-54  
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais); e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista do parto" para: "R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais); e fica assegurada a contratação da funcionária até 16 de novembro de 2017, referente à estabilidade de 5 (cinco) meses após o parto".  
VIGÊNCIA: de 20 de junho de 2016 até 16 de novembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0336/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0336/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DEONILDE ALVES MARCON  
CPF: 737.700.199-20  
VIGÊNCIA: de 12 de agosto de 2016 até 24 de julho de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0344/17**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0344/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SILVANA FABRECNEY OZELAMI  
CPF: 893.435.229-91  
VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2017 até 01 de agosto de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**RETIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 05/2017 - FME**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

RETIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2017 - FME

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2017

PROCESSO Nº 9/2017

HOMOLOGAÇÃO: 02/08/2017

OBJETO: PAGAMENTO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS EQUIPES "JUVENTUS CETREVI DE FUTEBOL DE CAMPO CATEGORIA DE BASE E CATEGORIA LIVRE", NA 7ª COPA REGIONAL DOS CAMPEÕES, ORGANIZADA PELA RÁDIO VITÓRIA.

CONTRATADO: RÁDIO VALE DO CONTESTADO LTDA - EPP

VALOR DA INEXIGIBILIDADE: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, "caput", e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 02 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO DOS TERMOS ADITIVOS NºS 124/2017 A 139/2017**

Retificação dos Termos Aditivos nºs 124/2017 a 139/2017

Objeto: retifica-se que a prorrogação do prazo de vigência dos contratos de prestação de serviço dos respectivos aditivos, terá efeitos a partir de 01/08/2017 até 31/12/2017.

Data: 08/08/2017.

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 038/2017

Processo de Licitação 038/2017

Modalidade: Pregão 028/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINAS DA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 21 de agosto de 2017 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Integra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 09 de agosto de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 196/2017

PORTARIANº 196/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2017, homologado no dia 09 de junho de 2017,

Nome: ÍCARO DA SILVA NUNES

Cargo: FARMACÊUTICO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, podendo ser lotado em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 08 de agosto de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE AGOSTO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0067/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, Juntamente com os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0067/2017, tendo como objeto a Contratação de Empresa Especializada em Telecomunicações para Aquisição, Implantação de solução e Gerenciamento do sistema de telefonia digital IP (IP PABX) baseado em servidor/central IP, contendo software para gerenciamento da plataforma IP, comunicação e gateways de voz sobre IP para compor a solução. Melhora e viabilização da integração do sistema de telefonia de órgãos e entidades da Administração Pública. Compreendendo: fornecimento, instalação, manutenção periódica, atualização de tecnologia, solução eficaz e garantia de funcionamento dos equipamentos em comodato para 280 ramais, 280 ligações simultâneas, SIP fixo e móvel geral com 100.000 (cem mil) minutos para FIXO/MÓVEL Brasil nas condições previstas neste edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 09:00h, do dia 23/08/2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:15h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 08/08/2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0068/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, Juntamente com o Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0068/2017, do tipo menor preço por Item, tendo como objeto a Contratação de empresas para Prestação de Serviços de Transporte de Atletas do Município com veículo VAN em diversas modalidades esportivas que participam de competições e eventos oficiais em nível Microrregional, Regional e Estadual e Transporte de Crianças e Adolescentes com Veículo Microônibus, que freqüentam o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), conforme especificações e roteiro constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 09:00h, do dia 25/08/2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:15h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 08/08/2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº AM 229/2017

#### DECRETO Nº AM 229/2017

FIXA PREÇOS DA TARIFA DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO CONTROLADO PAGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº AJG 3738/2015, 19 de maio de 2015, alterada pela Lei Municipal nº 3793/2015, de 20 de novembro de 2015, Decreto

Municipal nº AJG 109/2015, de 28 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AM 100/2017, de 27 de março de 2017;

Considerando o requerimento da Empresa DacServiço de Estacionamento Rotativo Ltda;

Considerando o reajuste previsto no Contrato de Concessão n. 170/2014;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica a empresa concessionária do Serviço Público do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado Pago, autorizada a cobrar a tarifa de estacionamento para veículos nas vias e logradouros públicos municipais de uso comuns seguintes valores:

I – tarifa de 30 minutos: R\$ 0,65 : direito de ocupação da vaga por até 30 (trinta) minutos;

II – tarifa de 60 minutos: R\$ 1,25 : direito de ocupação da vaga por até 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo único. As motocicletas, motonetas e triciclos, estacionados em locais destinados a estes veículos, pagarão a tarifa de estacionamento nos seguintes valores:

I – tarifa de 30 minutos: R\$ 0,30 : direito de ocupação da vaga por até 30 (trinta) minutos;

II – tarifa de 60 minutos: R\$ 0,60 : direito de ocupação da vaga por até 60 (sessenta) minutos.

Art. 2º A empresa Concessionária no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente Decreto deverá retirar a comercialização do sistema de cartão (papel), e implantará o sistema eletrônico de cobrança de tarifas.

Parágrafo único. Ficará a Concessionária obrigada a aceitar pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias os cartões já adquiridos pelos usuários (cartões com valores antigos) e neste mesmo prazo, o usuário poderá efetuar a troca dos cartões (papel) por crédito eletrônico junto a sede da Empresa.

Art. 3º A concessionária ofertará aos usuários quatro opções de compra de créditos: por meio de Parquímetro; TICKET ELETRÔNICO – aplicativo de celular (Roda Vaga); TICKET AUTOMÁTICO, que se dá pela venda de créditos eletrônicos para quem não possuir o aplicativo, e pelo TICKET AVULSO – venda de horários fixos, que será comercializado diretamente com as fiscais da Concessionária.

Art. 4º A empresa Concessionária deverá dar ampla publicidade e ciência aos usuários de como funcionará a compra de créditos eletrônicos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 08 de agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO 0063/2016**

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0063//2016

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Objeto: Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial na Unidade Escolar EMEB NOSSA SENHORA APARECIDA da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 30 (trinta) dias, contados a partir de 15 de Agosto de 2017, ou até a Homologação do novo processo licitatório nº 0108/2017- Pregão 0065/2017, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Saúde em anexo.

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato originário.

Xanxerê-SC, 08 de Agosto de 2017. Claudia Siviane Favero- Secretária Municipal de Educação.

**EXTRATO DO CONTRATO 0063/2017**

Extrato de Contrato nº 0063/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: METALURGICA TEDESCAR LTDA

Objeto: Construção de Cerca Frontal e instalação de Portão no parque de Exposição Rovilho Bortoluzzi, de frente com a BR 282, totalizando 120ms 9cento e vinte) de fechamento, conforme Memorial Descritivo do Anexo II e demais anexos do Edital.

Valor total: 40.000,00

Prazo de Instalação: 30 dias após a Ordem de Serviço

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 07 de Agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 0062/2017**

Extrato de Contrato nº 0062/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: JSN ELEVADORES EIRELI ME

Objeto: Fornecimento e Instalação de um Elevador Eletro Mecânico com portas automáticas para Transporte Vertical, a ser instalado no Centro Administrativo Municipal.

Valor total: 75.000,00

Prazo de Instalação: 120 dias após a Ordem de Serviço

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 01 de Agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO 006/2017**

Município de Xanxerê/SC

Termo de Convênio nº 006/2017

Cedente: Município de Xanxerê

Cessionário: Estado de Santa Catarina – Secretaria de Estado da Saúde

Objeto: Cessão de Servidores públicos municipais.

Prazo: 31/12/2017

Xanxerê-SC, 08/08/2017.

Avelino Menegolla - Prefeito Municipal

**EXTRATOS CONTRATOS PREGÃO E 0009/2017**

Extrato de Contrato nº 0061/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: RRL COMERCIO E MANUTENÇÃO EM INFORMÁTICA EIRELI - EPP

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up e equipamentos. Equipamentos (informática, eletrônicos, inspeção sanitárias e outros) e mobiliários diversos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 1.517,94

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0060/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: PRO CIRURGICA CHAPECÓ EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up e equipamentos. Equipamentos (informática, eletrônicos, inspeção sanitárias e outros) e mobiliários diversos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 592,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0059/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: OPTIDATA LTDA

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up e equipamentos. Equipamentos (informática, eletrônicos, inspeção sanitárias e outros) e mobiliários diversos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 6.320,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0058/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: L.A. CN INFORMÁTICA LTDA - ME

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up e equipamentos. Equipamentos (informática, eletrônicos, inspeção sanitárias e outros) e mobiliários diversos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 3.050,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.



Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0057/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up e equipamentos. Equipamentos (informática, eletrônicos, inspeção sanitárias e outros) e mobiliários diversos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 1.517,94

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0056/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: FÊNIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up e equipamentos. Equipamentos (informática, eletrônicos, inspeção sanitárias e outros) e mobiliários diversos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 924,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0055/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: F.B. BORGES EQUIPAMENTOS EIRELI - ME

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up e equipamentos. Equipamentos (informática, eletrônicos, inspeção sanitárias e outros) e mobiliários diversos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 2.914,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0054/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up e equipamentos. Equipamentos (informática, eletrônicos, inspeção sanitárias e outros) e mobiliários diversos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 3.200,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0053/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: DUCA MÓVEIS LTDA EPP

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up e equipamentos. Equipamentos (informática, eletrônicos, inspeção sanitárias e outros) e mobiliários diversos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 3.9311

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0052/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: AUTO XANXERE LTDA

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up e equipamentos. Equipamentos (informática, eletrônicos, inspeção sanitárias e outros) e mobiliários diversos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 206.000,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0051/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: ALIRIO FERREIRA BARBOSA - ME

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up e equipamentos. Equipamentos (informática, eletrônicos, inspeção sanitárias e outros) e mobiliários diversos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 1.039,99

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.

Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 0050/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: FÊNIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME

Objeto: Aquisição de 04 Veículo Pick-up e equipamentos. Equipamentos (informática, eletrônicos, inspeção sanitárias e outros) e mobiliários diversos destinados ao aprimoramento Apoio ao serviço de inspeção sanitária e na comercialização de produtos da agricultura familiar, destinados aos agricultores e consumidores do programa Agricultura Familiar do município de Xanxerê. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814425/2014 ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA.

Valor total: 4.550,00

Prazo de Vigência do Contrato: 12 meses contados a partir de sua publicação.



Xanxerê-SC, 07 de agosto de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 344/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 344/2017

ESTABELECER HORÁRIO DE TRABALHO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91 e Lei Complementar nº AM 2907/06.

RESOLVE

ESTABELECER a partir de 01.08.2017 o horário de trabalho da Servidora Pública Municipal a Sra. ANDREZA GALLAS, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 3.053.812636/RS e CPF nº 909.746.620-20, nomeada conforme Decreto nº AM 016/06, no cargo de DIRETOR DE CONTROLE INTERNO, com 40(quarenta) horas semanais, lotada no Gabinete do Prefeito.

Determinar o horário de trabalho da Servidora de segundas-feiras e quartas-feiras das 07:00 as 13:00 horas e nas terças-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 28 de Julho de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 363/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 363/2017

ATRIBUIR A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MONTEIRO LOBATO.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, e a Lei Complementar nº BLB 3.375/11 art. 11.

RESOLVE

ATRIBUIR a pedido a Servidora Pública Municipal a Sra. VERA LUCIA SANTANA MOREIRA DA SILVA, brasileira, casada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 7.225.770 e CPF nº 002.167.537-67, nomeada conforme Decreto nº AM 222/2017 no cargo de PROFESSOR NÍVEL 1, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar suas funções na Escola Municipal de Educação

Básica Monteiro Lobato.

O deferimento atende ao requerimento feito pela mesma, datado de 01.08.2017.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 364/2017**

PORTARIA Nº RH-AM 364/2017

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais da Servidora Pública Municipal, Sra. ELIANE ORTIZ CARDOSO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 3.842.607 e inscrita no CPF sob o nº 008.638.759-63, nomeada conforme Decreto nº AJG 170/2013 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 20.08.2017 até 19.02.2018.

Esta redução de carga horária atende o requerimento protocolado sob o nº 0003005/2017 datado de 04.08.2017.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 20.08.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 365/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 365/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91,

Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.  
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 07.08.2017 a 16.08.2017 à Servidora Pública Municipal, a Sra. LILIAN DA ROZA BARRETA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 4.849.677 e CPF n.º 067.942.849-60, nomeada conforme Decreto n.º BLB 153/10, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0002995/2017 datado de 04.08.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:  
06.04.2013 a 05.04.2016 = 10 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 07.08.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.  
Em 04 de Agosto de 2017.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO N 005/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA

#### RESOLUÇÃO Nº 005/2017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÃO MUNICIPAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA VIGÊNCIA DE 2018/2021.

Considerando que o Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento e gestão que vem organizar e consolidar a execução da Política Municipal de Assistência Social em âmbito municipal;

Considerando que no PMAS são estabelecidas as diretrizes, objetivos, prioridades e metas da Política de Assistência Social para um período de quatro anos;

Considerando que o processo de elaboração do PMAS deve ser participativo compreendido entre gestão municipal, trabalhadores, conselheiros e usuários da assistência social;

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município de Xavantina/SC, em reunião realizada no dia 07/08/17, no uso de sua competência,

#### RESOLVE:

Art. 1º O processo de acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Assistência Social será formado por uma Comissão Municipal de 06 (seis) com indicação de representantes da gestão, trabalhadores, entidades e usuários da assistência social, conforme segue:

Representante do Órgão Gestor Municipal:

Titular: Jéssica Pinzetta

Suplente: Jaqueline Ribeiros

Titular: Gicelle Parisotto

Suplente: Varlei Ozelame

Representante dos trabalhadores dos SUAS:

Titular: Gersiane Ciotta

Suplente: Keila Renata Olkowski

Representante dos usuários:

Titular: Bibiane Ferreira

Suplente: Valmi Weber

Representante de entidades:

Titular: Mobila Turra Caon

Suplente: Zeli Fasolo Betto

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Xavantina/SC, 08 de Agosto de 2017.

GICELLE PARISOTTO

Presidente do CMAS

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### ATA PL 046/2017 PMXV

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 046/2017 – Pregão Presencial nº 037/2017  
Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) objetivando a possível aquisição de Nitrogênio Líquido, para conservação de sêmen bovino, conforme especificações do anexo "C" deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico:

<http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMpaItem/36615/codLicitacao/99180>

Xavantina, 08 de agosto de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: VAGNER LUIZ WOICHEKOSKI

# Xaxim

## PREFEITURA

**Decreto 307**

DECRETO Nº. 307/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o servidor municipal IVAN JACO NERVIS, matrícula 8050, para a partir de 08 de agosto de 2017, exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE UNIDADE DE SAÚDE, na Secretaria Municipal Saúde, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º Fica automaticamente exonerado do cargo ocupado anterior a este, conforme consta no Decreto nº 297/2017.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de agosto de 2017.  
Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri  
Diretora de Recursos Humanos

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0065/2017**

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 065/2017

Contratante: Município de Xaxim/SC

Contratado: PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A.

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Recuperação de Escavadeira Hidráulica CAT 312C, incluindo Peças e Mão de Obra, para manutenção das atividades desenvolvidas junto a Secretaria de Infraestrutura.

Valor: R\$ 40.600,00 (quarenta e seis mil e seiscentos reais).

Dotações: 3.3.90.39.17.00.00.00 (55/2017)

Licitação: Processo Licitatório de nº 061/2017, na modalidade Pregão Presencial para compras e serviços Nº 033/2017.

Xaxim/SC, 08 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

**DISPENSA 04****RESUMO DE EXTRATO DE DISPENSA**

Processo Administrativo nº 10/2017

Dispensa de Licitação nº 04/2017

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Xaxim, SC.

Contratada: Polli Comércio e Serviços de Informática Ltda - ME, CNPJ 07.043.874/0001-75.

Objeto: Prestação de serviços de acesso à internet – comunicação e multimídia – plano Full Duplex via fibra ótica, com velocidade de 35MB/35MB, sem limites de conexões simultâneas, IP fixo, liberação de portas, backup adicional via wireless, com suporte local.

Valor Global: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Xaxim, SC, 04/08/2017

Agenor Junior Maier

Presidente da Câmara de Vereadores.

# Associações

## EGEM

### EDITAL Nº 56/2017 CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO E.SOCIAL\_AMAI

EDITAL Nº 56/2017

#### CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso e.social

#### 1. OBJETIVO DO CURSO

Orientar os órgãos públicos quantos aos procedimentos e medidas que devem ser tomadas antes do início da obrigatoriedade do envio das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pelo esocial. E esclarecer quanto ao funcionamento do esocial, quais setores que serão envolvidos e da necessidade do envolvimento dos gestores.

#### 2. PÚBLICO-ALVO

Profissionais das áreas de Departamento de Pessoal, Recursos Humanos, Contábil, TI, Fiscal, Jurídica e demais interessados no tema.

#### 3. CALENDÁRIO

##### QUADRO I

Cidade/Local	Auditório AMAI Rua Floriano Peixoto, 100 Bairro: Centro Cidade: Xanxerê - SC CEP: 89820-000
Período das inscrições	Até 23 de agosto de 2017
Vencimento do boleto de cobrança	24 de agosto de 2017
Período de realização	24 e 25 de agosto de 2017
Carga horária total	15/ha
Quantidade de vagas	50

#### 4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

##### QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição – PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 350,00
Demais participantes	R\$ 450,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

#### Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

#### 5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

#### 6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia –	
8h30 às 12h	<p>01 - Retenção da Pessoa Física: (Contribuinte Individual – Cooperativas – Produtor Rural Pessoa Física ) (Arquivos do eSocial – S1200, S1210,)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• conceitos:</li> <li>• da retenção:</li> <li>• dos autônomos</li> <li>• das cooperativas:</li> <li>• PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA:</li> <li>• DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS:</li> </ul>
13h30 às 17h30	<p>02 - Da Retenção da Pessoa Jurídica No REINF : (Cessão de Mão de Obra / Empreitada de Mão de Obra) Arquivos EFD- REINF (R-1000; R-1070; R-2010; R-2020; R-2050; R-2098; R-2099; R-5001)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• conceitos gerais:</li> <li>• serviços sujeitos a retenção – empreitada e cessão de mão de obra:</li> <li>• da dispensa da retenção:</li> <li>• da base de cálculo e das deduções (empresas em geral e construção civil)</li> <li>• desoneração da folha de pagamento:</li> <li>• das obrigações previdenciárias e trabalhistas:</li> <li>• da responsabilidade solidária:</li> <li>• da compensação e restituição dos valores retidos:</li> <li>• da prestação em condições especiais:</li> <li>• esocial e efd-reinf – cronograma 2018</li> <li>• controle de terceiros e a terceirização (novas regras)</li> <li>• da fiscalização e penalidades</li> </ul>
2º Dia	
8h30 às 12h	<p>01 - Do Esocial Conceito: 02 - Regra Da Matriz De Dependência; 03 - Modelo Operacional Do Esocial: 04 – Da Produção Das Informações Eventos (Análise Dos Arquivos):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Produção dos eventos iniciais</li> <li>· Produção dos eventos de tabelas</li> <li>· Produção dos eventos não periódicos</li> <li>· Produção dos eventos periódicos</li> </ul> <p>05 – Das Contribuições – Alterações Formato 06 – Cronograma do eSocial:</p>

\* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site

#### 7. PALESTRANTES

##### ERALDO ROGÉRIO CONSORTE

- Consultor Jurídico Previdenciário e Trabalhista da FORD MOTOR COMPANY DO BRASIL a mais de 12 anos.
- Integrante do grupo do Projeto Piloto na elaboração do eSocial desde 2010;
- Professor de cursos Livres do Grupo Positivo de Ensino – Curitiba – PR
- Ministra diversos cursos presenciais e In Company por todo Brasil;
- Trabalhou como consultor da IOB por mais de 08 anos, nas áreas Trabalhista e Previdenciária.
- Trabalhos de auditoria, consultoria preventiva e treinamento desenvolvidos em empresas de médio e grande porte.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS



- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

#### REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

FIQUE ATENTO!

#### 8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da EGEM

# Consórcios

## AGIR

### CONTRATO CL Nº 017/2017 - AGIR

Contrato CL nº 017/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (COTAÇÃO DE PREÇOS, RESERVAS, EMISSÃO, REMARCAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E CANCELAMENTO – INCLUÍDO O REEMBOLSO – DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS) E CORRELATOS.

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Alberto Stein nº 466, Velha, inscrito no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, neste ato representada por seu Diretor Geral, o senhor HEINRICH LUIZ PASOLD, identidade nº 1940660, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública/SC e CPF nº 246.473.149-87, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa DS Travel Tur Agência de Viagens e Turismo Ltda ME, com sede na cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina, na Praça Anita Garibaldi, nº 157, sala 02 - Bairro Centro, CEP 88.840-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.193.294/0001-90, neste ato representada pelo senhor DOUGLAS DA SOLER, portador da CI nº 6/R 4.239.471 e portador do CPF nº 035.781.829-66, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o que segue:

#### 1. OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui objeto deste Contrato o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços (cotação de preços, reservas, emissão, remarcação, transferência e cancelamento – incluído o reembolso – de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos, na forma disposta no Anexo I (Termo de Referência).

1.2 O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço unitário.

Parágrafo Único: O presente Contrato, assim como a Licitação da qual decorreu (no caso: Processo Licitatório nº 008/2016), não obriga a AGIR à execução nas quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades da AGIR, conforme estipulado no item "1 DO OBJETO" do Edital de Pregão Presencial nº 008/2016.

#### 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização da prestação dos serviços, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 008/2016 e seus ANEXOS;
- b) Proposta de Preços da CONTRATADA.

2.2 Os documentos referidos no item 2.1, são considerados suficientes para, em complemento à este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

#### 3. VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência deste Contrato estará condicionado ao término do exercício financeiro (2017), ou seja: 31 de dezembro de 2017, ou então, a utilização do saldo financeiro existente à data de assinatura deste contrato administrativo e relativamente a Ata de Registro de Preços advinda do Processo Licitatório nº 008/2016, cujo valor inicial era de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e atualmente representa R\$ 10.866,13. Enfim, o prazo de vigência dar-se-á com a ocorrência de qualquer destas situações retro mencionadas; qual ocorrer primeiro.

#### 4. PREÇO

4.1 O preço para a prestação dos serviços objeto deste Contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, tendo o seu preço especificado no item 1.1 (um ponto um) do presente Contrato; observando-se em especial o que restou expressamente ajustado na respectiva Ata de Registro de Preços advinda do Processo Licitatório nº 008/2016 (fls. 221/23).

4.2 O valor retro-referido é final, não se admitindo qualquer alteração, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA. A data base para o reajuste do contrato é a data da homologação da Licitação pela Autoridade Competente.

4.3 Recursos para pagamentos - Dotação Orçamentária: Projeto atividade 4.122.2010.2012 – Manutenção das Atividades da AGIR. Elemento de despesa: 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta. 10008 – Recursos Ordinários – AGIR - Taxas.

#### 5. PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA

5.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da AGIR.

5.2 Os serviços serão prestados nas dependências da própria contratada, que manterá contato com a AGIR por meio eletrônico (e-mail) e/ou telefônico.

5.3 A contratada fornecerá a AGIR, sistema eletrônico de consulta para a compra de passagens a fim de auxiliar no controle da quantidade emitida e igualmente, na agilidade em relação à compra dos bilhetes.

5.4 Após efetuada a solicitação por meio de sistema, as passagens deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas via correio eletrônico, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

5.5 Os bilhetes/passagens deverão ser encaminhados a AGIR. Após o envio do bilhete/passagem a proponente deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do Responsável.

5.6 Os bilhetes que forem recusados, por irregularidade ou por estarem em desacordo com a solicitação, deverão ser corrigidos ou reemitidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à agência, sem qualquer ônus para a AGIR.

5.7 Não sanada a irregularidade no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5.8 O recebimento dos bilhetes/passagens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

5.9 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da AGIR, tendo por referência os gastos realizados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência.

#### 6. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 Constitui encargo da CONTRATADA o adiantamento aos seus fornecedores das despesas necessárias à prestação dos serviços objeto da licitação, as quais lhe serão reembolsadas pela AGIR nos termos definidos nos subitens seguintes.

6.2 A AGIR pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, os preços estipulados pelos fornecedores desta última, constantes das tabelas desses fornecedores e vigentes à época da solicitação dos serviços, acrescido, quando for o caso, do valor por transação indicado na proposta comercial da CONTRATADA.

6.3 O pagamento será efetuado, pela AGIR, após a prestação dos serviços e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar de sua aceitação definitiva pelo Departamento Administrativo da

AGIR, por meio de depósito bancário ou por outro meio que vier a ser acordado entre as partes, mediante entrega da correspondente nota fiscal/fatura (corretamente preenchida) ao Departamento Administrativo da AGIR, acompanhada da seguinte documentação:

a) documentos que comprovem a emissão das passagens aéreas, nos preços correspondentes aos serviços faturados;

b) relatórios de emissões, comprovando a data da emissão das passagens, o nome da companhia aérea, o número do voo, o nome do passageiro, o preço da tarifa praticada, o valor por transação previsto na proposta comercial, as taxas de embarque e o valor final das passagens;

c) comprovante de documentação da companhia aérea respectiva quanto à política por ela adotada relativamente a cancelamento, reemissão e remarcação de passagens aéreas, quando houver esse tipo de ocorrência no período referente à nota fiscal/fatura;

6.3.1 O pagamento à CONTRATADA não será efetivado caso esta não encaminhe a AGIR a nota fiscal/fatura (corretamente preenchida) e os demais documentos relacionados no subitem 6.3.

6.4 Em caso de irregularidade nos documentos citados no subitem 6.3, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

6.4.1 O atraso da CONTRATADA no envio da documentação implicará na sua responsabilização pelo ônus decorrente das multas e correções aplicadas em razão do não recolhimento de encargos e outras obrigações em tempo hábil, nada podendo ser repassado à AGIR.

6.5 A AGIR, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, especialmente no que tange a preços e quantitativos dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias.

6.6 Nos preços dos serviços já deverão estar incluídos todos e quaisquer ônus incidentes sobre os mesmos, inclusive os de caráter previdenciário, social, trabalhista, tributário e fiscal, sendo que nenhum outro pagamento será devido pela AGIR à CONTRATADA, seja a que título for direta ou indiretamente.

6.7 A AGIR pagará à CONTRATADA somente os serviços efetivamente demandados e prestados durante a vigência do contrato, não se comprometendo a garantir a realização de serviços ou o pagamento de valores mínimos.

6.8 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrado da CONTRATADA.

6.9 O pagamento efetuado não implica reconhecimento pela AGIR de adimplemento por parte da CONTRATADA relativamente às obrigações devidas por esta última, nem novação em relação a qualquer regra constante das especificações do contrato.

6.10 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.11 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.12 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da AGIR, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

## 7. RESPONSABILIDADES

7.1 A CONTRATADA responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a AGIR ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pela Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR.

7.2 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das

especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

7.5 A CONTRATADA registrada autoriza a AGIR a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 8.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos bilhetes ou passagens emitidas;

b) manter, durante a vigência do Contrato, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

c) Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os bilhetes ou passagens que apresentarem irregularidades ou, ainda, que estejam em desacordo com as solicitações.

## 9. PENALIDADES

9.1 A empresa que não cumprir as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, quais sejam:

### I – Advertência

### II – Multa:

a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor anual estimado da contratação, pela recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do Contrato.

### III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o Contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal;

h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

9.2 Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o artigo 87, caput, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

9.3 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## 10. RESCISÃO

10.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

10.1.1 No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da

lei 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito do CONTRATANTE ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na execução dos serviços, conforme art. 55, inciso IX da lei 8.666/93.

10.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

#### 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando a AGIR de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

11.2 Aplicam-se à este Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela AGIR.

#### 12. VALOR DO CONTRATO

12.1 As partes contratantes dão ao presente Contrato o valor de R\$ 10.866,13 (dez mil, oitocentos e sessenta e seis reais e treze centavos), que para tanto corresponde ao saldo da Ata de Registro de Preços nº 01/2016, consoante está demonstrado no contexto do Relatório das Ordens de Compra de Registro de Preço de fls. 314/15 dos Autos do Processo Licitatório nº 008/2016.

#### 13. FORO

13.1 Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Blumenau (SC), em 24 de julho de 2017.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral

- CONTRATANTE -

DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA ME (CNPJ nº 09.193.294/0001-90)

CONTRATADA

DOUGLAS DA SOLER

Titular/Representante legal – CPF nº 035.781.829-66

Testemunhas:

ANA CLAUDIA HAFEMANN Analista de Regulação e Fiscalização CPF nº 071.611.199-36	VANESSA FERNANDA SCHMITT Diretora Administrativa da AGIR CPF nº 038.188.129-69
---	--

#### EXTRATO CONTRATO CL Nº 018/2017 - AGIR

E X T R A T O

CONTRATO CL Nº 018/2017

- EXTRATOS CONTRATOS / 2017

NÚMERO DO CONTRATO: 018/2017

DATA ASSINATURA: 08/08/2017

DATA VENCIMENTO: 31/12/2017

NÚMERO DO PROCESSO: 019/2017 – MODALIDADE: DISPENSA POR VALOR

CONTRATANTE: AGIR (CNPJ nº 11.762.843/0001-41)

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTAGIOS CIN (CNPJ nº 03.233.240/0010-15)

OBJETO: Contratação de agente de integração de estágios para prestação de serviços de recrutamento e acompanhamento de estagiários para a AGIR, para fins de provimento de vagas de estágio de nível superior relacionadas aos setores administrativo e técnico desta Agência.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: Valor mensal de R\$ 34,80 (trinta e quatro reais e oitenta centavos) referente ao pagamento mensal da contratação de 01 (um) estagiário. Atribui-se o valor de R\$ 34,80 (trinta e quatro reais e oitenta centavos) referente a cada estagiário, desde que esteja efetivamente trabalhando junto à CONTRATANTE (AGIR).

Blumenau (SC), em 08 de agosto de 2017.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

## ARIS

#### PORTARIA Nº 06/2017 - FÉRIAS

PORTARIA/Diretor-geral nº 006/2017

Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor Magnus Caramori.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40, XII do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, combinado com o artigo 55 do Estatuto dos Servidores Públicos da ARIS e Portaria/ARIS nº 14/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor relacionado abaixo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Concessão
Magnus Caramori	Coordenador de Recursos Humanos	2016 à 2017	14/08/2017 à 23/08/2017

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Florianópolis, 08 de agosto de 2017.

ADIR FACCIO  
Diretor-geral

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 058/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 034/2017**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 058/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 034/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 4 COFFEE BREAK (ALIMENTOS E BEBIDAS) PARA 40 PESSOAS NO CURSO "MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA" REALIZADO NO SENAI CHAPECÓ NO DIA 08/08/2017 E NO DIA 05/09/2017 NA PARTE DA MANHÃ E TARDE.

CONTRATADO: PAULO CESAR CERUTTI ME 02.267.929/0001-07

CNPJ: 02.267.929/0001-07

VALOR: R\$ 940,00 (Trezentos reais)

Florianópolis, 01 de agosto de 2017.

Adir Faccio  
Diretor-geral

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2017 DISPENSA Nº 033/2017**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2017

DISPENSA Nº 033/2017

OBJETO: locação de sala comercial para sediar a ARIS na região de Joinville.

Base Legal: art. 24, X, da Lei de Licitações.

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – AMUNESC.

CNPJ: 84.712.686/0001-33

VALOR MENSAL: R\$ 1000,00 (Mil Reais).

Florianópolis, 01 de agosto de 2017.

Adir Faccio  
Diretor geral da ARIS

CISAM

BALANCETE FINANCEIRO POR CATEGORIA ECONÔMICA JULHO/2017

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Julho  
Página: 1

Santa Catarina  
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	54.687,71	ORÇAMENTÁRIAS	45.429,02
RECEITA PATRIMONIAL	1.983,46	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	45.429,02
RECEITA DE SERVIÇOS	5.879,25	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.545,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.196,14	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.883,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,35		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.628,51		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	101.173,43	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	103.544,31
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	31,07	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	31,07
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.067,61	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.258,60
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	46.961,08	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	49.433,11
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	49.113,67	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	49.821,53
SALDOS ANTERIORES	338.581,58	SALDOS ATUAIS	345.469,39
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	222.710,42	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	224.382,48
BANCO C/ MOVIMENTO	115.871,16	BANCO C/ MOVIMENTO	121.086,91
TOTAL	494.442,72	TOTAL	494.442,72

Capinzal, 08/08/2017

LEOMAR EGGERS  
CONTADOR SC 030937/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI  
SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO  
DIRETOR ADMINISTRATIVO



## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA JULHO/2017

Betha Sistemas  
Julho/2017  
Página: 1

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**  
Demonstrativo da Execução da Despesa  
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Paga		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		01 CONSORCIO INTERM. SANEAM	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
		01.01 CONSORCIO INTERM. SANEAM	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
		0101.04 Administração	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
		0101.04.122 Administração Geral	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
		0101.04.122.0001 CONTROLE DE QUALIDADE DE	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
		04.122.0001.1.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	97.000,00	0,00	0,00	97.000,00	0,00	0,00	0,00
1	4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	57.000,00	0,00	0,00	57.000,00	0,00	0,00	0,00
9	4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
		04.122.0001.1.002 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
6	4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
		04.122.0001.2.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	552.600,00	31.201,13	236.119,72	316.480,28	36.176,20	199.179,57	36.940,15
2	3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	359.009,06	28.316,50	161.986,66	197.022,40	28.176,79	142.326,17	19.660,49
7	3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	5.613,94	4.386,06	0,00	5.613,94	0,00
2	3.1.90.11.01.00.00.00.00	vermentos e salários		15.822,86	109.247,28		17.055,70	95.952,51	13.294,77
2	3.1.90.11.44.00.00.00.00	ferias - abono pecuniário		6.127,92	15.459,37		6.127,92	15.459,37	0,00
7	3.1.90.11.44.00.00.00.00	ferias - abono pecuniário		0,00	5.613,94		0,00	5.613,94	0,00
2	3.1.90.13.01.00.00.00.00	FGTS		1.756,06	10.284,14		1.377,43	8.528,08	1.756,06
2	3.1.90.13.02.00.00.00.00	Contribuições Previdenciárias -		4.609,66	26.995,87		3.615,74	22.386,21	4.609,66
3	3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		280,13	64.984,11		7.830,47	50.178,95	14.805,16
8	3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	163.590,94	2.604,50	3.535,01	98.606,83	168,94	1.060,51	2.474,50
3	3.3.90.30.01.00.00.00.00	Diatas no Pais - Civil	20.000,00	-319,44	2.089,56	16.464,99	420,34	5.376,14	0,00
3	3.3.90.30.01.00.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Al		2.604,50	2.604,50		165,64	2.089,56	0,00
8	3.3.90.30.01.00.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Al		0,00	177,11		0,00	165,64	2.438,86
3	3.3.90.30.07.00.00.00.00	Gêneros de Alimentação		0,00	10.548,36		0,00	10.548,36	0,00
3	3.3.90.30.11.00.00.00.00	Material Químico		0,00	140,00		0,00	140,00	0,00
3	3.3.90.30.16.00.00.00.00	Material de Expediente		0,00	482,35		0,00	482,35	0,00
8	3.3.90.30.16.00.00.00.00	Material de Expediente		0,00	272,00		0,00	272,00	0,00
3	3.3.90.30.19.00.00.00.00	Material de Acondicionamento e		0,00	370,41		0,00	370,41	0,00
3	3.3.90.30.22.00.00.00.00	Material de Limpeza e Produçã		0,00	14,36		0,00	14,36	0,00
3	3.3.90.30.28.00.00.00.00	Material de Proteção e Seguran		0,00	3.038,78		0,00	3.038,78	0,00
3	3.3.90.30.35.00.00.00.00	Material Laboratorial		0,00	638,80		0,00	638,80	0,00
3	3.3.90.30.39.00.00.00.00	Material para Manutenção de V		0,00	904,88		104,01	904,88	0,00
3	3.3.90.30.39.00.00.00.00	Material para Manutenção de V		104,01	214,00		0,00	214,00	0,00
8	3.3.90.36.15.00.00.00.00	Locação de Imóveis		0,00	13.235,83		2.234,12	7.650,53	5.585,30
3	3.3.90.39.05.00.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais		0,00	209,30		89,70	149,50	59,80
3	3.3.90.39.11.00.00.00.00	Locação de Softwares		0,00	14.760,00		1.230,00	8.610,00	6.150,00
3	3.3.90.39.19.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de		0,00	418,00		0,00	418,00	0,00
3	3.3.90.39.43.00.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica		0,00	2.502,00		169,89	696,48	1.805,52
3	3.3.90.39.48.00.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinam		0,00	1.150,00		0,00	1.150,00	0,00

Betha Sistemas  
Julho/2017  
Página: 2

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**  
Demonstrativo da Execução da Despesa  
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Paga		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
01.01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
0101.04	Administração	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
0101.04.122	Administração Geral	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
0101.04.122.0001	CONTROLE DE QUALIDADE DE	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
04.122.0001.2.001	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	552.600,00	31.201,13	236.119,72	316.480,28	36.176,20	199.179,57	36.940,15
3	3.3.90.39.57.00.00.00.00.00		0,00	449,76		37,48	262,36	187,40
3	3.3.90.39.58.00.00.00.00.00		0,00	1.900,00		178,14	1.057,65	842,35
3	3.3.90.39.63.00.00.00.00.00		0,00	300,00		0,00	300,00	0,00
3	3.3.90.39.69.00.00.00.00.00		67,84	2.902,46		2.902,46	2.902,46	0,00
8	3.3.90.39.81.00.00.00.00.00		0,00	60,06		3,30	24,42	35,64
3	3.3.90.39.96.00.00.00.00.00		289,68	1.212,18		289,68	1.212,18	0,00
8	3.3.90.39.96.00.00.00.00.00		0,00	174,10		0,00	174,10	0,00
3	3.3.90.39.97.00.00.00.00.00		0,00	522,00		58,00	406,00	116,00
3	3.3.90.39.99.00.00.00.00.00		0,00	1.578,45		0,00	1.578,45	0,00
3	3.3.90.47.10.00.00.00.00.00		79,25	79,25		79,25	79,25	0,00
3	3.3.90.47.12.00.00.00.00.00		58,79	194,48		37,40	135,69	58,79
04.122.0001.2.002	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	220.000,00	14.227,89	102.526,35	117.473,65	12.432,71	90.399,33	12.127,02
4	3.1.90.00.00.00.00.00.00.00		12.228,74	79.361,82		11.866,98	68.822,45	10.539,37
10	3.1.90.00.00.00.00.00.00.00	166.027,45	0,00	10.000,00	86.665,63	0,00	10.000,00	0,00
4	3.1.90.11.01.00.00.00.00.00	10.000,00	9.479,65	54.876,38	0,00	9.226,41	47.086,10	7.790,28
10	3.1.90.11.01.00.00.00.00.00		0,00	3.165,57		0,00	3.165,57	0,00
4	3.1.90.11.44.00.00.00.00.00		0,00	5.306,15		0,00	5.306,15	0,00
10	3.1.90.11.44.00.00.00.00.00		0,00	6.834,43		0,00	6.834,43	0,00
4	3.1.90.13.01.00.00.00.00.00		758,37	5.290,83		728,46	4.532,46	758,37
4	3.1.90.13.02.00.00.00.00.00		1.990,72	13.888,46		1.912,14	11.897,74	1.990,72
5	3.3.90.00.00.00.00.00.00.00	43.972,55	1.999,15	13.164,53	30.808,02	565,73	11.576,88	1.587,65
5	3.3.90.14.14.00.00.00.00.00		0,00	7.374,86		0,00	7.374,86	0,00
5	3.3.90.30.01.00.00.00.00.00		1.552,50	2.599,50		131,10	1.178,10	1.421,40
5	3.3.90.30.07.00.00.00.00.00		178,21	178,21		178,21	178,21	0,00
5	3.3.90.30.16.00.00.00.00.00		0,00	150,00		0,00	150,00	0,00
5	3.3.90.30.17.00.00.00.00.00		0,00	891,00		0,00	891,00	0,00
5	3.3.90.30.22.00.00.00.00.00		87,19	87,19		87,19	87,19	0,00
5	3.3.90.30.28.00.00.00.00.00		15,00	15,00		15,00	15,00	0,00
5	3.3.90.39.48.00.00.00.00.00		0,00	850,00		0,00	850,00	0,00
5	3.3.90.47.12.00.00.00.00.00		166,25	1.018,77		154,23	862,52	166,25

Betha Sistemas  
Julho/2017  
Página: 3

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**  
Demonstrativo da Execução da Despesa  
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Paga		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
01.01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
0101.04	Administração	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
0101.04.122	Administração Geral	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
0101.04.122.0001	CONTROLE DE QUALIDADE D	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
04.122.0001.2.002	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	220.000,00	14.227,89	102.526,35	117.473,65	12.432,71	90.399,33	12.127,02
5	3.3.90.47.12.00.00.00.0000 Contribuição Para o PIS/PASEF		166,25	1.018,77		154,23	852,52	166,25
Total da Entidade:			45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
Total Geral:			45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17

Capinzal, 08/08/2017

LEOMAR EGGERS CONTADOR SC 030937/O-8	ELISABET M. Z. SARTORI SUPERINTENDENTE	SIDNEI PENZO DIRETOR ADMINISTRATIVO
---	---	--

## DESPESAS PAGAS JULHO/2017

Betha Sistemas  
Julho/2017  
Página: 1

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**  
Demonstrativo da Execução da Despesa  
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

	Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Paga		Saldo de Empenhos
				No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
		01 CONSORCIO INTERM. SANEAM	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
		01.01 CONSORCIO INTERM. SANEAM	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
		0101.04 Administração	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
		0101.04.122 Administração Geral	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
		0101.04.122.0001 CONTROLE DE QUALIDADE DE	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
		04.122.0001.1.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	97.000,00	0,00	0,00	97.000,00	0,00	0,00	0,00
1	4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	57.000,00	0,00	0,00	57.000,00	0,00	0,00	0,00
9	4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
		04.122.0001.1.002 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
6	4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
		04.122.0001.2.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	552.600,00	31.201,13	236.119,72	316.480,28	36.176,20	199.179,57	36.940,15
2	3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	359.009,06	28.316,50	161.986,66	197.022,40	28.176,79	142.326,17	19.660,49
7	3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	5.613,94	4.386,06	0,00	5.613,94	0,00
2	3.1.90.11.01.00.00.00.00	vermentos e salários		15.822,86	109.247,28		17.055,70	95.952,51	13.294,77
2	3.1.90.11.44.00.00.00.00	ferias - abono pecuniário		6.127,92	15.459,37		6.127,92	15.459,37	0,00
7	3.1.90.11.44.00.00.00.00	ferias - abono pecuniário		0,00	5.613,94		0,00	5.613,94	0,00
2	3.1.90.13.01.00.00.00.00	FGTS		1.756,06	10.284,14		1.377,43	8.528,08	1.756,06
2	3.1.90.13.02.00.00.00.00	Contribuições Previdenciárias -		4.609,66	26.995,87		3.615,74	22.386,21	4.609,66
3	3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		280,13	64.984,11		7.830,47	50.178,95	14.805,16
8	3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	163.590,94	2.604,50	3.535,01	98.606,83	168,94	1.060,51	2.474,50
3	3.3.90.00.00.00.00.00.00	Diárias no País - Civil	20.000,00	-319,44	2.089,56	16.464,99	420,34	5.376,14	0,00
3	3.3.90.30.01.00.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Al		2.604,50	2.604,50		165,64	2.089,56	0,00
8	3.3.90.30.01.00.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Al		0,00	177,11		0,00	165,64	2.438,86
3	3.3.90.30.07.00.00.00.00	Gêneros de Alimentação		0,00	10.548,36		0,00	10.548,36	0,00
3	3.3.90.30.11.00.00.00.00	Material Químico		0,00	140,00		0,00	140,00	0,00
3	3.3.90.30.16.00.00.00.00	Material de Expediente		0,00	482,35		0,00	482,35	0,00
8	3.3.90.30.16.00.00.00.00	Material de Expediente		0,00	272,00		0,00	272,00	0,00
3	3.3.90.30.19.00.00.00.00	Material de Acondicionamento e		0,00	370,41		0,00	370,41	0,00
3	3.3.90.30.22.00.00.00.00	Material de Limpeza e Produçã		0,00	14,36		0,00	14,36	0,00
3	3.3.90.30.28.00.00.00.00	Material de Proteção e Seguran		0,00	3.038,78		0,00	3.038,78	0,00
3	3.3.90.30.35.00.00.00.00	Material Laboratorial		0,00	638,80		0,00	638,80	0,00
3	3.3.90.30.39.00.00.00.00	Material para Manutenção de V		0,00	904,88		104,01	904,88	0,00
3	3.3.90.30.39.00.00.00.00	Material para Manutenção de V		104,01	214,00		0,00	214,00	0,00
8	3.3.90.36.15.00.00.00.00	Locação de Imóveis		0,00	13.235,83		2.234,12	7.650,53	5.585,30
3	3.3.90.39.05.00.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais		0,00	209,30		89,70	149,50	59,80
3	3.3.90.39.11.00.00.00.00	Locação de Softwares		0,00	14.760,00		1.230,00	8.610,00	6.150,00
3	3.3.90.39.19.00.00.00.00	Manutenção e Conservação de		0,00	418,00		0,00	418,00	0,00
3	3.3.90.39.43.00.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica		0,00	2.502,00		169,89	696,48	1.805,52
3	3.3.90.39.48.00.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinam		0,00	1.150,00		0,00	1.150,00	0,00

Betha Sistemas  
Julho/2017  
Página: 2

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**  
Demonstrativo da Execução da Despesa  
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Paga		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
01.01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
0101.04	Administração	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
0101.04.122	Administração Geral	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
0101.04.122.0001	CONTROLE DE QUALIDADE DI	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
04.122.0001.2.001	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	552.600,00	31.201,13	236.119,72	316.480,28	36.176,20	199.179,57	36.940,15
3	3.3.90.39.57.00.00.00.0000		0,00	449,76		37,48	262,36	187,40
3	3.3.90.39.58.00.00.00.0000		0,00	1.900,00		178,14	1.057,65	842,35
3	3.3.90.39.63.00.00.00.0000		0,00	300,00		0,00	300,00	0,00
3	3.3.90.39.69.00.00.00.0000		67,84	2.902,46		2.902,46	2.902,46	0,00
8	3.3.90.39.81.00.00.00.0000		0,00	60,06		3,30	24,42	35,64
3	3.3.90.39.96.00.00.00.0000		289,68	1.212,18		289,68	1.212,18	0,00
8	3.3.90.39.96.00.00.00.0003		0,00	174,10		0,00	174,10	0,00
3	3.3.90.39.97.00.00.00.0000		0,00	522,00		58,00	406,00	116,00
3	3.3.90.39.99.00.00.00.0000		0,00	1.578,45		0,00	1.578,45	0,00
3	3.3.90.47.10.00.00.00.0000		79,25	79,25		79,25	79,25	0,00
3	3.3.90.47.12.00.00.00.0000		58,79	194,48		37,40	135,69	58,79
04.122.0001.2.002	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	220.000,00	14.227,89	102.526,35	117.473,65	12.432,71	90.399,33	12.127,02
4	3.1.90.00.00.00.00.00.0000		12.228,74	79.361,82		11.866,98	68.822,45	10.539,37
10	3.1.90.00.00.00.00.00.0003	166.027,45	0,00	10.000,00	86.665,63	0,00	10.000,00	0,00
4	3.1.90.11.01.00.00.00.0000	10.000,00	9.479,65	54.876,38	0,00	9.226,41	47.086,10	7.790,28
10	3.1.90.11.01.00.00.00.0003		0,00	3.165,57		0,00	3.165,57	0,00
4	3.1.90.11.44.00.00.00.0000		0,00	5.306,15		0,00	5.306,15	0,00
10	3.1.90.11.44.00.00.00.0003		0,00	6.834,43		0,00	6.834,43	0,00
4	3.1.90.13.01.00.00.00.0000		758,37	5.290,83		728,46	4.532,46	758,37
4	3.1.90.13.02.00.00.00.0000		1.990,72	13.888,46		1.912,14	11.897,74	1.990,72
5	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	43.972,55	1.999,15	13.164,53	30.808,02	565,73	11.576,88	1.587,65
5	3.3.90.14.14.00.00.00.0000		0,00	7.374,86		0,00	7.374,86	0,00
5	3.3.90.30.01.00.00.00.0000		1.552,50	2.599,50		131,10	1.178,10	1.421,40
5	3.3.90.30.07.00.00.00.0000		178,21	178,21		178,21	178,21	0,00
5	3.3.90.30.16.00.00.00.0000		0,00	150,00		0,00	150,00	0,00
5	3.3.90.30.17.00.00.00.0000		0,00	891,00		0,00	891,00	0,00
5	3.3.90.30.22.00.00.00.0000		87,19	87,19		87,19	87,19	0,00
5	3.3.90.30.28.00.00.00.0000		15,00	15,00		15,00	15,00	0,00
5	3.3.90.39.48.00.00.00.0000		0,00	850,00		0,00	850,00	0,00
5	3.3.90.47.12.00.00.00.0000		166,25	1.018,77		154,23	862,52	166,25

Betha Sistemas  
Julho/2017  
Página: 3

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**  
Demonstrativo da Execução da Despesa  
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Paga		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
01.01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
0101.04	Administração	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
0101.04.122	Administração Geral	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
0101.04.122.0001	CONTROLE DE QUALIDADE D	879.600,00	45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
04.122.0001.2.002	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	220.000,00	14.227,89	102.526,35	117.473,65	12.432,71	90.399,33	12.127,02
5	3.3.90.47.12.00.00.00.0000 Contribuição Para o PIS/PASEF		166,25	1.018,77		154,23	852,52	166,25
Total da Entidade:			45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17
Total Geral:			45.429,02	338.646,07	540.953,93	48.608,91	289.578,90	49.067,17

Capinzal, 08/08/2017

LEOMAR EGGERS CONTADOR SC 030937/O-8	ELISABET M. Z. SARTORI SUPERINTENDENTE	SIDNEI PENZO DIRETOR ADMINISTRATIVO
---	---	--





Betha Sistemas

Exercício de 2017

Julho

**Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Espécie		Recebido		
		No Mês	Até o Mês	
<b>Receitas Orçamentárias</b>		Recurso	54.687,71	354.959,37
4.2.4.2.3.37.01.07.00.00	Município de Zortéa	0000	170,48	1.193,42
4.2.4.2.3.37.01.09.00.00	Município de Frei Rogério	0000	153,65	1.075,61
4.2.4.2.3.37.01.10.00.00	Município de Brunópolis	0000	320,72	1.443,33
4.2.4.2.3.37.01.11.00.00	Município de Abdon Batista	0000	320,42	5.998,73
<b>Receita Extra Orçamentária</b>		Recurso	0,00	0,00
<b>Total Geral :</b>			<b>54.687,71</b>	<b>354.959,37</b>

Capinzal, 08/08/2017

\_\_\_\_\_  
ELISABET M. Z. SARTORI  
SUPERINTENDENTE

\_\_\_\_\_  
LEOMAR EGGERS  
CONTADOR SC 030937/O-8

\_\_\_\_\_  
SIDNEI PENZO  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

**RGF ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL JULHO/2017**

**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)	161.986,66	0,00	161.986,66
Pessoal Ativo	161.986,66	0,00	161.986,66
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)</b>	<b>161.986,66</b>	<b>0,00</b>	<b>161.986,66</b>
<b>DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)</b>	<b>94.975,76</b>	<b>0,00</b>	<b>94.975,76</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)</b>	<b>256.962,42</b>	<b>0,00</b>	<b>256.962,42</b>

DESPESAS BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
Alto Bela Vista	6.811,92	5.086,21
Monte Carlo	0,00	9.610,03
Vargem	4.181,20	5.463,66
Zortea	7.786,54	5.814,05
Abdon Batista	21.279,21	5.463,75
Frei Rogerio	7.017,80	5.239,95
Joaçaba/Herval/Luzema	60.484,13	45.162,38
Capinzal/Ouro	33.709,20	25.170,13
Fraiburgo	34.546,04	25.014,47
Brunópolis	9.416,97	5.468,84
Campos Novos	32.802,77	24.493,19
<b>TOTAL</b>	<b>218.035,78</b>	<b>161.986,66</b>

Capinzal, 08/08/2017

LEOMAR EGGERS  
CONTADOR SC 030937/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI  
SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

**RGF ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR JULHO/2017**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)					
	(a)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS - Contrato de Rateio (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - Contrato de Rateio (II)	43.590,71	0,00	27.967,71	0,00	18.542,40	(2.919,40)	14.746,37	0,00	0,00
Recursos Ordinários	43.590,71	0,00	27.967,71	0,00	18.542,40	(2.919,40)	14.746,37	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS (III)	301.878,68	0,00	(6.404,80)	13.819,89	(13.474,79)	307.938,38	3.768,21	0,00	0,00
Recursos próprios dos consórcios	301.878,68	0,00	(6.404,80)	13.819,89	(13.474,79)	307.938,38	3.768,21	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	345.469,39	0,00	21.562,91	13.819,89	5.067,61	305.018,98	18.514,58	0,00	0,00

FONTE:

Capinzal, 08/08/2017

LEOMAR EGGER  
CONTADOR SC 030937/O-8ELISABET M. Z. SARTORI  
SUPERINTENDENTESIDNEI PENZO  
DIRETOR ADMINISTRATIVO